



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1576

Segunda-feira - 22 de Setembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	2
Água Doce	2
Antônio Carlos	37
Balneário Rincão	38
Biguaçu	39
Bom Jesus do Oeste	53
Brusque	53
Caçador	57
Camboriú	61
Campo Alegre	62
Campos Novos	91
Canoinhas	91
Capinzal	125
Catanduvas	126
Caxambu do Sul	130
Chapadão do Lageado	134
Cocal do Sul	135
Concórdia	160
Cordilheira Alta	163
Curitibanos	165
Forquilha	179
Fraiburgo	182
Garopaba	182
Garuva	187
Gaspar	187
Governador Celso Ramos	203
Grão Pará	203
Guaramirim	206
Guarujá do Sul	208
Herval d'Oeste	208
Ibiam	210
Imbituba	210
Ipumirim	212
Irineópolis	213
Itaiópolis	215
Itapiranga	215
Itapoá	216
Joaçaba	218
Lages	223
Lauro Muller	223
Lebon Régis	224
Luzerna	258
Maíra	260
Maracajá	264
Maravilha	264
Meleiro	265
Monte Carlo	265
Morro da Fumaça	266
Navegantes	266

Nova Trento	272
Novo Horizonte	288
Paial	289
Palhoça	289
Papanduva	290
Passo de Torres	290
Passos Maia	291
Penha	291
Peritiba	292
Pinheiro Preto	293
Pomerode	295
Ponte Serrada	296
Porto Belo	297
Porto União	298
Pouso Redondo	300
Presidente Castello Branco	300
Rio do Sul	301
Santa Rosa do Sul	308
São Bento do Sul	309
São Domingos	312
São João do Sul	313
São José	317
São José do Cedro	320
São Lourenço do Oeste	336
São Pedro de Alcântara	337
Schroeder	342
Timbé do Sul	345
Timbó	346
Treze Tilias	348
Tunápolis	349
Vargeão	352
Vargem Bonita	352
Videira	353
Xavantina	382
Xaxim	382

Associações

AMMVI	384
-------------	-----

Consórcios

CIGA	385
CIMCATARINA	386
CIMVI	386

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Daniilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Abdon Batista**PREFEITURA****Concorrência Publica 02/2014**

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA - SC
RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO 128/2014
MODALIDADE: Concorrência p/ Obras e Serviços de Engenharia
02/2014

Objeto: A presente licitação destina-se à contratação de empresa para execução, pelo sistema de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos), DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, LIGAÇÕES, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, LINHAS DE RECALQUE E ETE - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE ABDON BATISTA - SC, tudo conforme projetos, memorial descritivo e orçamento, os quais passam a fazer parte integrante do presente processo licitatório. Conforme TC/PAC 0232/2014 FUNASA

TIPO : Menor preço GLOBAL.

Abertura da Sessão: 10:00 hrs do dia 26/10/2014. Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Rua Valeriano Demeneck, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs.

Abdon Batista, SC, 11 de setembro de 2014.

Lucimar Antônio Salmoria
Prefeito Municipal

Joao Paulo da Silva
Presidente da Comissão de Licitação

Água Doce**PREFEITURA****Lei Nº 2.308/2014**

LEI Nº 2.308/2014 - DE 16 DE SETEMBRO DE 2014
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.590.000,00 (um milhão quinhentos e noventa mil reais) para o Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicar recursos recebidos por convênios através do FUNDAM.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0109/146 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
4.4.90.00.00.0109/146 Aplicações Diretas R\$ 1.590.000,00
TOTAL R\$ 1.590.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º desta Lei, fica autorizado a utilizar o provável excesso de arrecadação na rubrica de Transferências de Convênio - Estado.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce,
16 de setembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 079/2014

DECRETO Nº 079/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014
"ANULA PARCIAL OU TOTALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam anulados parcial ou totalmente os seguintes elementos de despesas do orçamento vigente:

02 GABINETE DO PREFEITO
01 GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE

3.1.90.00.00.0095/01 Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02 DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO

20.304.0009.2.018 MANUTENÇÃO DO CONTROLE SANITÁRIO (SIM)

3.3.90.00.00.0095/46 Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS

23.695.0021.1.014 ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO

3.3.90.00.00.0095/109 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0017.2.042 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA

3.3.90.00.00.0095/155 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 18.700,00

Art. 2º. Os valores anulados conforme artigo 1º deste Decreto, serão utilizados para suplementar os seguintes elementos de despesas:

02 GABINETE DO PREFEITO

01 GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0002.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E VICE

3.3.90.00.00.0095/03 Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

04 SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02 DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO

20.304.0009.2.018 MANUTENÇÃO DO CONTROLE SANITÁRIO (SIM)

3.3.90.00.00.0095/44 Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

07 SECRETARIA DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO

02 DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS

23.695.0021.1.014 ESTRUTURAÇÃO DE PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO

3.3.90.00.00.0095/108 Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

17 SECRETARIA DE URBANISMO

01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO

15.452.0017.2.042 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO E CAPELA MORTUÁRIA

3.3.90.00.00.0095/154 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 18.700,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de setembro de 2014.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Decreto Nº 080/2014

DECRETO Nº 080/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 3.200,00

(Três mil e duzentos reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE

08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS

3.3.90.00.0.30651.0/28 Aplicações Diretas R\$ 3.200,00

Total R\$ 3.200,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício de 2013 verificado na rubrica: 0.10651 - Transferência de Recursos Serviços Fortalecimento de vínculos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce,

15 de setembro 2014.

NOVELI SGANZERLLA

Prefeito

Decreto Nº 081/2014

DECRETO Nº 081/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CRIA ELEMENTO DE DESPESA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 776,70 (setecentos e setenta e seis reais e setenta centavos), para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ÁGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E
FEDERAL -IGD/PETI E OUTROS
3.3.90.00.0.1.0651.0/29 Aplicações Diretas R\$ 776,70
TOTAL R\$ 776,70

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0651 -Transferências de Recursos Serviços Fortalecimento de vínculos.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 15 de setembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 082/2014

DECRETO Nº 082/2014 - DE 15 DE SETEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 18 da Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 5.359,00 (cinco mil e trezentos e cinquenta e nove reais) para o Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para a compra de equipamentos e aplicação de recursos vinculados do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. Fica criado e suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa: 4.4.90.00.0.1.0063/30 e suplementado o elemento despesa: 4.4.90.00.0.3.0651/28 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E
FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS
4.4.90.00.0.1.0063/30 Aplicações Diretas R\$ 2.079,00
4.4.90.00.0.3.0651/28 Aplicações Diretas R\$ 3.280,00
TOTALR\$ 5.359,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste decreto ficam anulados parcialmente os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

10 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE AGUA DOCE
08.244.0045.2.062 PROGRAMA DE ATENDIMENTO ESTADUAL E
FEDERAL - IGD/PETI E OUTROS
3.3.90.00.0.1.0063/11 Aplicações Diretas R\$ 2.079,00
3.1.90.00.0.3.0651/27 Aplicações Diretas R\$ 3.280,00
TOTALR\$ 5.359,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce,
15 de setembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Decreto Nº 083/2014

DECRETO Nº 083/2014 - DE 16 DE SETEMBRO DE 2014
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.308, de 16 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.590.000,00 (um milhão quinhentos e noventa mil reais) para o Prefeitura Municipal.

Parágrafo único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão para aplicar recursos recebidos por convênios através do FUNDAM.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.4.90.00.00.0109/146 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

17 SECRETARIA DE URBANISMO
01 DEPARTAMENTO DE URBANISMO
15.451.0018.1.017 PAVIMENTAÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS
4.4.90.00.00.0109/146 Aplicações Diretas R\$ 1.590.000,00
TOTAL R\$ 1.590.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o provável excesso de arrecadação na rubrica de Transferências de Convênio - Estado.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de setembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 61/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 61/2014

PREGÃO PRESENCIAL 48/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 61/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 48/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de carrinho de pintura para o Departamento de Trânsito, o qual será processado e julgado no dia 03 de outubro de 2014 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 19 de setembro de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº. 62/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 62/2014

PREGÃO PRESENCIAL 49/2014

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 62/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 49/2014", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), o qual será processado e julgado no dia 03 de outubro de 2014 às 15h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 19 de setembro de 2014

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

Resumo da Execução Orçamentária 4ª Bimestre-Prefeitura

Betha Sistemas

Exercício de 2014

4º bimestre

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE**

Resumo da Execução Orçamentária (Artigo 165 da Constituição Federal)

Administração Direta

Especificação	Previsto/Fixado	Acumulado até 06/2014	Bimestre Jul/Ago/2014	Total até Ago/2014
RECEITAS				
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.880.775,00	894.827,37	157.962,44	1.052.789,81
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	199.500,00	100.062,15	34.702,58	134.764,73
RECEITA PATRIMONIAL	28.300,00	104.803,74	30.267,66	135.071,40
RECEITA AGROPECUÁRIA	10.500,00	24.365,13	6.084,93	30.450,06
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.982.409,05	8.321.962,76	2.829.285,74	11.151.248,50
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	52.582,50	73.747,95	50.040,43	123.788,38
ALIENAÇÃO DE BENS	53.000,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	513.000,00	359.407,89	6.254,28	365.662,17
TOTAL DA RECEITA :	18.720.066,55	9.879.176,99	3.114.598,06	12.993.775,05

DESPESAS

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE

GABINETE DO PREFEITO E VICE	687.092,00	252.532,59	144.239,49	396.772,08
DEPTO.DE SERVIÇOS GERAIS	2.594.235,99	1.403.549,38	786.278,04	2.189.827,42
DEPARTAMENT DE AGRICULTURA	388.000,00	357.011,41	11.193,04	368.204,45
DEPARTAMENTO DE ENSINO	6.030.190,57	2.942.614,09	1.224.143,64	4.166.757,73
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	192.330,00	0,00	0,00	0,00
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	1.386.885,00	595.425,90	235.091,01	830.516,91
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	90.378,55	25.696,08	18.951,70	44.647,78
FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	188.330,01	13,75	11.999,94	12.013,69
DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BASICO	68.000,00	7,40	5.219,00	5.226,40
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO MUNICIPAL	40.000,00	0,00	0,00	0,00
DEFESA CIVIL	152.400,00	64.055,76	25.220,92	89.276,68
DEPARTAMENTO DE URBANISMO	1.868.550,00	1.019.485,80	375.626,08	1.395.111,88
DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO	619.575,00	353.971,97	137.604,95	491.576,92
DEPARTAMENTO DE CULTURA	205.620,00	42.536,79	34.935,71	77.472,50
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	53.355,00	21.575,28	9.616,56	31.191,84
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO SOCIAL	250.820,00	132.134,91	53.234,97	185.369,88
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	12.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
DEPARTAMENTO DE ESPORTES	432.610,00	157.809,92	70.585,24	228.395,16
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	0,00	0,00
Total da Entidade:	15.310.372,12	7.373.421,03	3.143.940,29	10.517.361,32
TOTAL DA DESPESA :	15.310.372,12	7.373.421,03	3.143.940,29	10.517.361,32

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

Resumo da Execução Orçamentária 4º Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	21.357.676,55	20.940.286,67	3.573.096,94	17,06	14.412.694,26	68,83
RECEITA TRIBUTÁRIA	20.214.076,55	19.796.686,67	3.556.842,66	17,97	14.007.032,09	70,75
IMPOSTOS	1.915.465,00	1.498.075,12	159.543,23	10,65	1.086.970,48	72,56
TAXAS	1.522.455,00	1.105.065,12	136.283,27	12,33	938.266,76	84,91
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	378.010,00	378.010,00	22.504,33	5,95	141.857,55	37,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	15.000,00	15.000,00	775,63	5,17	6.846,17	45,64
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	312.752,39	312.752,39	53.037,95	16,96	207.108,72	66,22
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	113.252,39	113.252,39	18.335,37	16,19	72.343,99	63,88
RECEITA PATRIMONIAL	199.500,00	199.500,00	34.702,58	17,39	134.764,73	67,55
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	115.140,90	115.140,90	117.074,05	101,68	286.457,54	248,79
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	113.640,90	113.640,90	117.074,05	103,02	286.457,54	252,07
Outras Receitas Agropecuárias	10.500,00	10.500,00	6.084,93	57,95	30.450,06	290,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.500,00	10.500,00	6.084,93	57,95	30.450,06	290,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.745.210,05	17.745.210,05	3.164.430,92	17,83	12.236.933,24	68,96
Transf. de Conv.	17.152.510,05	17.152.510,05	2.997.511,86	17,48	11.852.417,73	69,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	592.700,00	592.700,00	166.919,06	28,16	384.515,51	64,88
Multas e Juros de Mora	115.008,21	115.008,21	56.671,58	49,28	159.112,05	138,35
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.236,00	11.236,00	10.245,30	91,18	22.746,66	202,44
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	66.706,71	66.706,71	8.088,50	12,13	45.371,54	68,02
RECEITAS DIVERSAS	10.502,50	10.502,50	20.548,77	195,66	48.549,65	462,27
RECEITAS DE CAPITAL	26.563,00	26.563,00	17.789,01	66,97	42.444,20	159,79
ALIENAÇÃO DE BENS	1.143.600,00	1.143.600,00	16.254,28	1,42	405.662,17	35,47
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	74.200,00	74.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.069.400,00	1.069.400,00	16.254,28	1,52	405.662,17	37,93
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.069.400,00	1.069.400,00	16.254,28	1,52	405.662,17	37,93
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	108.480,00	18.115,11	16,70	71.843,31	66,23
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	108.480,00	108.480,00	18.115,11	16,70	71.843,31	66,23
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	108.480,00	108.480,00	18.115,11	16,70	71.843,31	66,23
Contribuições Sociais	108.480,00	108.480,00	18.115,11	16,70	71.843,31	66,23
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.591.212,05	17,06	14.484.537,57	68,81

Continua 1/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas						
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.591.212,05	17,06	14.484.537,57	68,81
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.466.156,55	21.048.766,67	3.591.212,05	17,06	14.484.537,57	68,81
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.244.085,30	—	—	1.199.451,44	—
Superávit Financeiro	—	2.244.085,30	—	—	1.199.451,44	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	% (g/f)	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	21.357.676,55	3.555.330,33	24.913.006,88	3.925.440,48	14.369.288,66	57,23	3.965.270,31	12.662.317,93	50,83	12.250.688,95
DESPESAS CORRENTES	18.847.477,54	1.837.721,00	20.685.198,54	3.664.828,39	12.797.352,62	58,50	3.623.305,54	12.101.698,36	58,50	8.583.500,18
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.877.866,52	125.931,67	11.003.798,19	1.924.936,03	6.856.073,20	62,30	1.924.936,03	6.855.453,20	62,30	4.148.344,99
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	46.510,00	6.844,97	53.354,97	8.558,59	34.011,12	63,74	8.558,59	34.011,12	63,74	19.343,85
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.923.101,02	1.704.944,36	9.628.045,38	1.731.333,77	5.907.268,30	61,14	1.689.810,92	5.212.234,04	54,14	4.415.811,34
DESPESAS DE CAPITAL	2.452.199,01	1.717.609,33	4.169.808,34	260.612,09	1.571.936,04	36,27	341.964,77	560.619,57	13,44	3.609.188,77
INVESTIMENTOS	2.136.168,01	1.716.841,33	3.853.009,34	201.112,17	1.360.596,33	35,07	282.464,85	349.279,86	9,07	3.503.729,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	316.031,00	768,00	316.799,00	59.499,92	211.339,71	66,71	59.499,92	211.339,71	66,71	105.459,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	8.000,00	0,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	108.480,00	24.500,00	132.980,00	18.115,11	71.843,31	54,03	18.115,11	71.843,31	54,03	61.136,69
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	108.480,00	24.500,00	132.980,00	18.115,11	71.843,31	54,03	18.115,11	71.843,31	54,03	61.136,69

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (X)	108.480,00	24.500,00	132.980,00	18.115,11	71.843,31	18.115,11	71.843,31	54,03
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	21.466.156,55	3.579.830,33	25.045.986,88	3.943.555,59	14.441.131,97	3.983.385,42	12.734.161,24	50,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	21.466.156,55	3.579.830,33	25.045.986,88	3.943.555,59	14.441.131,97	3.983.385,42	12.734.161,24	50,84
SUPERÁVIT (XII)	—	—	—	—	—	—	1.750.376,33	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	21.466.156,55	3.579.830,33	25.045.986,88	3.943.555,59	14.441.131,97	3.983.385,42	14.484.537,57	57,83

FONTE:

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R. TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA PNICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	-------------------------------------	---

Resumo da Execução Orçamentária 4º Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea –e–)			DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	21.357.676,55	24.913.006,88	3.925.440,48	14.369.288,66	3.965.270,31	12.662.317,93	99,44	50,83
Ação Legislativa	784.915,00	783.415,00	81.994,35	333.462,98	76.894,35	328.362,98	2,58	41,91
Administração	1.884.522,00	2.023.437,00	389.658,90	1.374.393,97	366.599,74	1.217.130,35	9,56	60,15
Administração Geral	1.884.522,00	2.023.437,00	389.658,90	1.374.393,97	366.599,74	1.217.130,35	9,56	60,15
Segurança Pública	165.780,00	214.943,11	25.324,10	93.508,25	17.999,22	78.950,55	0,62	36,73
Policimento	14.080,00	28.547,04	197,37	4.775,76	197,37	4.775,76	0,04	16,73
Defesa Civil	151.700,00	186.396,07	25.126,73	88.732,49	17.801,85	74.174,79	0,58	39,79
Assistência Social	913.245,55	1.086.744,55	120.678,56	457.759,52	121.274,60	426.890,36	3,35	39,28
Assistência ao Portador de Deficiência	3.260,00	3.442,40	364,80	1.459,20	364,80	1.459,20	0,01	42,39
Assistência à Criança e ao Adolescente	90.378,55	204.950,89	18.951,70	44.647,78	12.970,20	31.423,78	0,25	15,33
Assistência Comunitária	819.607,00	878.351,26	101.362,06	411.652,54	107.939,60	394.007,38	3,09	44,86
Saúde	4.785.342,43	5.848.381,71	667.340,50	3.354.146,39	868.105,52	2.744.586,65	21,55	46,93
Atenção Básica	3.970.449,43	4.592.441,13	547.092,13	2.636.743,54	693.314,88	2.187.598,57	17,18	47,63
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	190.800,00	417.000,00	0,00	416.880,00	69.480,00	277.920,00	2,18	66,65
Suporte Profilático e Terapêutico	501.990,00	690.313,04	104.613,47	263.094,59	94.372,55	252.853,67	1,99	36,63
Vigilância Sanitária	73.508,00	51.899,18	4.634,70	10.778,80	4.629,37	10.673,47	0,08	20,57
Vigilância Epidemiológica	48.595,00	96.728,36	11.000,20	26.649,46	6.308,72	15.540,94	0,12	16,07
Educação	5.983.990,57	6.350.916,03	1.217.504,98	4.142.034,06	1.045.892,99	3.931.685,99	30,88	61,91
Alimentação e Nutrição	169.600,00	169.600,00	31.191,81	108.575,56	29.497,99	106.485,11	0,84	62,79
Ensino Fundamental	4.734.218,57	5.005.794,99	898.143,27	3.116.996,07	774.028,11	2.959.416,65	23,24	59,12
Ensino Médio	67.750,00	83.460,90	24.991,80	48.045,56	23.940,34	46.994,10	0,37	56,31
Ensino Superior	147.600,00	147.600,00	29.569,80	96.295,78	11.934,00	78.659,98	0,62	53,29
Educação Infantil	853.822,00	933.460,14	222.608,30	761.121,09	202.692,55	736.330,15	5,78	78,88
Educação Especial	11.000,00	11.000,00	11.000,00	11.000,00	3.800,00	3.800,00	0,03	34,55
Cultura	203.500,00	208.810,00	34.935,71	77.472,50	32.596,29	67.056,15	0,53	32,11
Difusão Cultural	203.500,00	208.810,00	34.935,71	77.472,50	32.596,29	67.056,15	0,53	32,11
Urbanismo	1.850.230,00	2.749.937,04	374.688,10	1.387.533,40	307.936,46	933.562,76	7,33	33,95
Infra-Estrutura Urbana	342.000,00	642.000,00	1.990,36	310.479,81	1.990,36	41.786,63	0,33	6,51
Serviços Urbanos	1.508.230,00	2.107.937,04	372.697,74	1.077.053,59	305.946,10	891.776,13	7,00	42,31

R\$ 1,00

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea -e-)

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Habitação	21.357.676,55	24.913.006,88	3.925.440,48	14.369.288,66	3.965.270,31	12.662.317,93	99,44	12.250.688,95
Habitação Rural	186.000,01	186.000,01	11.761,00	11.774,75	6.100,00	6.113,75	0,05	179.886,26
Habitação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Saneamento	176.000,01	176.000,01	11.761,00	11.774,75	6.100,00	6.113,75	0,05	169.886,26
Saneamento Básico Urbano	68.000,00	72.116,90	5.219,00	5.226,40	944,00	951,40	0,01	71.165,50
Gestão Ambiental	68.000,00	72.116,90	5.219,00	5.226,40	944,00	951,40	0,01	71.165,50
Preservação e Conservação Ambiental	12.000,00	12.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Agricultura	12.000,00	12.000,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Vigilância Sanitária	1.001.440,00	1.585.635,00	148.075,75	856.836,29	280.503,31	690.545,47	5,42	895.089,53
Extensão Rural	64.600,00	65.755,00	9.920,28	32.318,29	9.920,28	32.318,29	0,25	33.436,71
Promoção da Produção Agropecuária	916.840,00	1.499.880,00	129.283,60	811.145,55	268.211,16	651.352,73	5,12	848.527,27
Indústria	20.000,00	20.000,00	8.871,87	13.374,45	2.371,87	6.874,45	0,05	13.125,55
Promoção Industrial	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00
Comércio e Serviços	230.000,00	230.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	230.000,00
Turismo	52.355,00	53.510,00	9.616,56	31.191,84	9.663,43	30.691,76	0,24	22.818,24
Comunicações	52.355,00	53.510,00	9.616,56	31.191,84	9.663,43	30.691,76	0,24	22.818,24
Telecomunicações	10.000,00	10.000,00	0,00	182,78	0,00	182,78	0,00	9.817,22
Transporte	10.000,00	10.000,00	0,00	182,78	0,00	182,78	0,00	9.817,22
Transporte Rodoviário	1.375.740,00	1.396.530,00	233.351,17	823.447,84	223.899,76	806.294,25	6,33	590.235,75
Desporto e Lazer	1.375.740,00	1.396.530,00	233.351,17	823.447,84	223.899,76	806.294,25	6,33	590.235,75
Desporto Comunitário	425.720,00	453.805,00	69.844,28	225.369,15	71.413,12	220.366,19	1,73	233.438,81
Encargos Especiais	425.720,00	453.805,00	69.844,28	225.369,15	71.413,12	220.366,19	1,73	233.438,81
Previdência Básica	1.374.895,99	1.596.825,53	535.447,52	1.189.946,54	535.447,52	1.178.946,54	9,26	417.878,99
Serviço da Dívida Interna	770.694,99	770.694,99	146.738,03	498.909,29	146.738,03	498.909,29	3,92	271.785,70
Outros Encargos Especiais	362.541,00	370.153,97	68.058,51	245.350,83	68.058,51	245.350,83	1,93	124.803,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	241.660,00	455.976,57	320.650,98	445.686,42	320.650,98	434.686,42	3,41	21.290,15
	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	108.480,00	132.980,00	18.115,11	71.843,31	18.115,11	71.843,31	0,56	61.136,69
Ação Legislativa	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
	0,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Administração	108.480,00	132.980,00	18.115,11	71.843,31	18.115,11	71.843,31	0,56	54,03
Administração Geral	11.910,00	34.910,00	5.411,11	22.076,21	5.411,11	22.076,21	0,17	63,24
Segurança Pública	11.910,00	34.910,00	5.411,11	22.076,21	5.411,11	22.076,21	0,17	63,24
Defesa Civil	700,00	700,00	94,19	544,19	94,19	544,19	0,00	77,74
Assistência Social	700,00	700,00	94,19	544,19	94,19	544,19	0,00	77,74
Assistência Comunitária	1.820,00	1.820,00	238,94	1.642,94	238,94	1.642,94	0,01	90,27
Saúde	1.820,00	1.820,00	238,94	1.642,94	238,94	1.642,94	0,01	90,27
Atenção Básica	11.660,00	11.660,00	1.549,62	6.776,48	1.549,62	6.776,48	0,05	58,12
Educação	11.660,00	11.660,00	1.549,62	6.776,48	1.549,62	6.776,48	0,05	58,12
Ensino Fundamental	46.200,00	46.200,00	6.638,66	24.723,67	6.638,66	24.723,67	0,19	53,51
Educação Infantil	43.550,00	43.550,00	6.260,05	22.615,13	6.260,05	22.615,13	0,18	51,93
Cultura	2.650,00	2.650,00	378,61	2.108,54	378,61	2.108,54	0,02	79,57
Difusão Cultural	2.120,00	2.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Urbanismo	2.120,00	2.120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	4.240,00	4.240,00	740,61	2.802,72	740,61	2.802,72	0,02	66,10
Habituação	4.240,00	4.240,00	740,61	2.802,72	740,61	2.802,72	0,02	66,10
Habituação Urbana	2.330,00	2.330,00	238,94	238,94	238,94	238,94	0,00	10,25
Agricultura	2.330,00	2.330,00	238,94	238,94	238,94	238,94	0,00	10,25
Vigilância Sanitária	6.135,00	6.135,00	722,24	2.943,08	722,24	2.943,08	0,02	47,97
Extensão Rural	1.335,00	1.335,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indústria	4.800,00	4.800,00	722,24	2.943,08	722,24	2.943,08	0,02	61,31
Promoção Industrial	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	2.330,00	2.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Rodoviário	11.145,00	11.145,00	1.739,84	7.069,07	1.739,84	7.069,07	0,06	63,43
	11.145,00	11.145,00	1.739,84	7.069,07	1.739,84	7.069,07	0,06	63,43

Continua 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	108.480,00	132.980,00	18.115,11	71.843,31	18.115,11	71.843,31	0,56	54,03	61.136,69
Desporto e Lazer	6.890,00	6.890,00	740,96	3.026,01	740,96	3.026,01	0,02	43,92	3.863,99
Desporto Comunitário	6.890,00	6.890,00	740,96	3.026,01	740,96	3.026,01	0,02	43,92	3.863,99
TOTAL (III) = (I + II)	21.466.156,55	25.045.986,88	3.943.555,59	14.441.131,97	3.983.385,42	12.734.161,24	100,00	50,84	12.311.825,64

FONTE:

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R.TRENTTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	-------------------------------------	--

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Resumo da Execução Orçamentária 4ª Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/08/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Resumo da Execução Orçamentária 4º Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014	
		Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)		
													Ago/2014		Agosto/2014
RECEITAS CORRENTES (I)															
RECEITA TRIBUTÁRIA		1.858.467,21	1.953.262,32	1.979.649,42	2.893.016,05	2.059.696,07	2.053.286,52	2.036.862,64	2.017.966,93	2.059.319,27	1.784.426,91	1.970.492,75	2.058.255,74	24.524.117,83	23.772.446,55
IPT.U.		96.889,21	65.365,75	98.519,94	485.331,60	98.529,99	138.548,69	357.167,64	101.908,34	141.795,02	88.845,95	67.029,98	92.513,25	1.843.444,97	1.915.465,00
IRR.F.		834,71	516,40	3.181,34	1.341,06	7.430,19	40.067,84	138.475,51	11.430,31	1.375,38	1.185,15	1.338,38	1.181,30	208.357,57	704.565,00
I.S.S.		22.246,47	21.978,18	22.910,59	49.399,48	23.419,21	23.170,69	14.352,40	23.295,06	23.996,97	23.814,18	14.944,19	33.844,34	296.471,76	212.055,00
I.T.B.I.		52.640,29	26.353,18	40.812,12	429.736,84	46.385,82	30.889,06	165.588,38	50.298,47	38.603,64	29.735,66	28.240,14	41.182,88	980.271,48	524.970,00
Outras Receitas Tributárias		12.300,00	9.050,00	28.968,00	6.050,00	9.657,00	10.776,00	3.890,00	2.900,00	60.619,57	20.990,00	8.732,04	7.700,00	180.694,61	80.865,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		8.867,74	7.467,99	3.447,89	8.804,22	11.637,68	33.643,10	34.871,35	14.284,50	17.194,46	14.160,66	14.875,23	8.604,73	177.659,55	393.010,00
RECEITA PATRIMONIAL		24.414,35	23.966,00	24.990,05	26.150,07	26.557,57	25.401,98	25.847,45	25.774,79	25.150,66	25.338,32	24.827,81	28.210,14	306.629,19	312.752,39
RECEITA AGROPECUÁRIA		2.743,93	16.216,78	7.861,13	51.282,23	14.752,65	39.181,03	16.862,97	30.153,79	24.821,83	39.655,26	-3.363,83	121.123,93	360.691,80	115.140,90
RECEITA INDUSTRIAL		3.194,39	5.801,74	7.106,38	4.371,72	3.848,01	3.475,00	1.899,33	6.618,38	6.062,99	2.261,42	1.251,84	4.833,09	50.924,29	10.500,00
RECEITA DE SERVIÇOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES															
Cota-Parte do FPM.		1.716.654,16	1.824.861,16	1.830.936,64	2.078.495,55	1.891.138,07	1.835.374,70	1.607.409,12	1.840.320,62	1.845.135,37	1.617.507,22	1.854.985,88	1.781.264,82	21.724.083,31	20.703.580,05
Cota-Parte do ICMS.		352.678,29	352.683,71	490.576,88	740.091,40	594.831,36	635.192,90	376.783,29	541.655,35	461.480,05	429.779,99	389.126,63	448.426,05	5.793.314,90	5.342.201,55
Cota-Parte do IPVA.		736.798,69	716.344,19	797.097,49	794.430,22	757.285,23	717.054,80	723.686,34	708.266,15	722.011,55	727.943,23	677.346,29	709.751,08	8.787.995,26	8.415.000,00
Cota-Parte do ITR.		52.637,32	68.976,88	24.659,59	16.213,84	25.407,99	32.075,95	59.515,88	65.349,47	64.859,64	65.775,59	68.052,64	55.374,99	598.897,78	579.250,00
Outras Transferências Correntes		50.552,70	198.997,43	51.621,99	31.131,20	29.703,21	1.669,99	302,39	482,41	516,23	474,19	946,19	1.505,33	367.903,26	254.100,00
Transferências da LC 61/1989		302.520,41	271.557,63	224.446,93	253.712,00	218.823,55	191.612,66	211.578,49	283.294,43	332.779,19	143.946,87	507.050,37	318.202,84	3.259.435,37	3.247.528,50
Transferências da LC 87/1986		10.335,05	11.048,24	11.899,09	13.454,63	11.863,44	10.043,87	9.814,17	10.862,33	11.616,79	11.066,28	11.388,51	11.718,43	134.912,83	153.000,00
Transferências do FUNDEB		3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.256,05	3.134,95	3.134,95	0,00	3.134,95	3.134,95	3.134,95	3.134,95	3.134,95	34.988,85	40.500,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		207.875,65	201.997,03	227.376,62	226.206,21	250.108,34	244.591,58	225.778,56	227.485,53	248.734,97	235.386,12	217.860,30	233.151,15	2.746.655,06	2.672.000,00
DEDUÇÕES (II)		14.571,17	17.040,89	10.235,28	37.384,88	24.869,87	11.307,12	27.676,13	12.421,01	16.347,40	9.818,94	26.361,07	30.310,51	238.344,27	115.008,21
Contribuição do Associado		251.015,75	278.617,19	284.244,45	282.711,11	293.580,92	288.716,91	243.019,79	252.305,61	283.990,17	256.778,00	234.211,22	255.943,93	3.205.135,05	3.071.622,39
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		9.784,67	8.509,61	8.439,36	9.855,69	9.158,85	8.909,45	8.997,56	8.944,29	8.944,29	9.150,09	8.272,43	10.062,94	106.933,32	113.252,39
		241.231,08	270.107,58	275.805,09	272.855,42	284.422,07	279.807,46	234.022,23	243.357,23	275.045,88	247.627,91	225.938,79	245.880,99	3.096.201,73	2.958.370,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (II) = (I - II)		1.607.451,46	1.674.635,13	1.695.404,97	2.410.304,94	1.766.115,15	1.764.571,61	1.793.842,85	1.765.661,32	1.775.323,10	1.527.648,91	1.736.281,53	1.810.311,81	21.318.982,78	20.700.824,16
FONTE: AGUA DOCE, 19/09/2014															

FONTE:

AGUA DOCE - 19/09/2014

NOVELLI SGANZLERIA
Prefeito MunicipalJOSELI A.S.M.R.TRENTO
ContadoraCARMEN LUCIA PNICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Resumo da Execução Orçamentária 4ª Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/MÊS AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	74.200,00	0,00	74.200,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	74.200,00	0,00	74.200,00
TOTAL	74.200,00	0,00	74.200,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	74.200,00	0,00	0,00	74.200,00
Investimentos	74.200,00	0,00	0,00	74.200,00
TOTAL	74.200,00	0,00	0,00	74.200,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Resumo da Execução Orçamentária 4ª Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESES DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE , 19/09/2014

 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

 JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contadora

 CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
 Coordenadora Controle Interno

Resumo da Execução Orçamentária 4ª Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.169.808,34	560.619,57	0,00	3.609.188,77
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.169.808,34	560.619,57	0,00	3.609.188,77
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.169.808,34	-560.619,57		-3.609.188,77

FONTE:

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
 Coordenadora Controle Interno

Resumo da Execução Orçamentária 4º Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.541.467,50	1.124.077,62	989.211,70	88,00
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	704.565,00	287.175,12	202.494,06	70,51
Imposto sobre Transmissão de Bens Inter vivos - ITBI	80.865,00	80.865,00	124.916,61	154,48
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	524.970,00	524.970,00	430.929,05	82,09
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.055,00	212.055,00	179.937,04	84,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.580,00	1.580,00	1.010,01	63,92
Dívida Ativa dos Impostos	9.502,50	9.502,50	35.382,30	372,35
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.930,00	7.930,00	14.552,63	183,51
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.784.051,55	14.784.051,55	10.182.740,85	68,88
Cota-Parte FPM	5.342.201,55	5.342.201,55	3.857.285,62	72,20
Cota-Parte ITR	254.100,00	254.100,00	35.599,94	14,01
Cota-Parte IPVA	579.250,00	579.250,00	436.410,15	75,34
Cota-Parte ICMS	8.415.000,00	8.415.000,00	5.743.324,67	68,25
Cota-Parte IPI-Exportação	153.000,00	153.000,00	88.175,82	57,63
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.500,00	40.500,00	21.944,65	54,18
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.500,00	40.500,00	21.944,65	54,18
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	16.325.519,05	15.908.129,17	11.171.952,55	70,23

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	6,35	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	6,35	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	4.167.002,43	4.922.636,02	2.871.947,14	58,34	2.648.137,62	53,80
Pessoal e Encargos Sociais	2.413.607,00	2.478.144,86	1.459.088,16	58,88	1.459.088,16	58,88
Outras Despesas Correntes	1.753.395,43	2.444.491,16	1.412.858,98	57,80	1.189.049,46	48,64
DESPESAS DE CAPITAL	627.000,00	934.405,69	488.975,73	52,33	103.225,51	11,05
Investimentos	627.000,00	934.405,69	488.975,73	52,33	103.225,51	11,05

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	627.000,00	934.405,69	488.975,73	52,33	103.225,51	11,05
Investimentos	627.000,00	934.405,69	488.975,73	52,33	103.225,51	11,05
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.794.002,43	5.857.041,71	3.360.922,87	57,38	2.751.363,13	46,98
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/Vf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.211.464,00	2.866.268,47	1.239.844,46	36,89	890.342,16	32,36
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.550.617,00	1.919.314,27	951.883,47	28,32	607.384,76	22,08
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	660.847,00	946.954,20	287.960,99	8,57	282.957,40	10,28
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.211.464,00	2.866.268,47	1.239.844,46	36,89	890.342,16	32,36
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.582.538,43	2.990.773,24	2.121.078,41	20,49	1.861.020,97	14,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						16,66
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100] 6						185.228,09

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	0,00	1.494,99	5.046,00	-5.046,00	0,00			
TOTAL	0,00	1.494,99	5.046,00	-5.046,00	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	1.494,99		0,00		1.494,99			
TOTAL (VIII)	1.494,99		0,00		1.494,99			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
	-		-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Suporte Profilático e Terapêutico Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% ((Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	3.982.109,43	4.604.101,13	2.643.520,02	78,65	2.194.375,05	79,76		
	190.800,00	417.000,00	416.880,00	12,40	277.920,00	10,10		
	501.990,00	690.313,04	263.094,59	7,83	252.853,67	9,19		
	73.508,00	51.899,18	10.778,80	0,32	10.673,47	0,39		
48.595,00	96.728,36	26.649,46	0,79	15.540,94	0,56			
TOTAL	4.797.002,43	5.860.041,71	3.360.922,87	100,00	2.751.363,13	100,00		

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "h+j" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Número e descrição, para valor controlado para o monitoramento previsto na Lei nº 23 de 1º de 141/2012

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

^ Durante o exercício esse valor servirá para o financiamento do previsto no art. 23 da L.L. 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+t) - (15 \times IIIb)/100]$

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELIA S.M.R.TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	-----------------------------------	--

Resumo da Execução Orçamentária 4ª Bimestre-Prefeitura

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.541.467,50	1.124.077,62	161.402,94	989.211,70	88,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	721.530,00	304.140,12	16.595,01	235.395,92	77,40
1.1.1- IPTU	704.565,00	287.175,12	2.519,68	203.740,35	70,95
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	530,00	530,00	167,17	567,20	107,02
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	8.505,00	8.505,00	8.158,80	21.160,56	248,80
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.930,00	7.930,00	5.749,36	11.184,10	141,04
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	(1.256,29)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	80.865,00	80.865,00	16.432,04	124.916,61	154,48
1.2.1- ITBI	80.865,00	80.865,00	16.432,04	124.916,61	154,48
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	527.017,50	527.017,50	80.487,36	448.962,13	85,19
1.3.1- ISS	524.970,00	524.970,00	69.423,02	431.199,81	82,14
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	80,09	442,81	42,17
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	997,50	997,50	8.702,05	14.221,74	1.425,74
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	-	0,00	2.282,20	3.368,53	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	(270,76)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	212.055,00	212.055,00	47.888,53	179.937,04	84,85
1.4.1- IRRF	212.055,00	212.055,00	47.888,53	179.937,04	84,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.784.051,55	14.784.051,55	2.359.886,04	10.182.740,85	68,88
2.1- Cota-Parte FPM	5.342.201,55	5.342.201,55	817.552,68	3.857.285,62	72,20
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.342.201,55	5.342.201,55	817.552,68	3.857.285,62	72,20
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	8.415.000,00	8.415.000,00	1.387.097,37	5.743.324,67	68,25
2.3- ICMS-Desoneração c/c. nº87/1996	40.500,00	40.500,00	6.269,90	21.944,65	54,18
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	153.000,00	153.000,00	23.086,94	88.175,82	57,63
2.5- Cota-Parte ITR	254.100,00	254.100,00	2.451,52	35.599,94	14,01
2.6- Cota-Parte IPVA	579.250,00	579.250,00	123.427,63	436.410,15	75,34
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	16.325.519,05	15.908.129,17	2.521.288,98	11.171.952,55	70,23
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	404.300,00	404.300,00	104.060,76	322.630,94	79,80
5.1- Transferências do Salário-Educação	235.200,00	235.200,00	48.034,05	201.250,29	85,57
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	67.600,00	67.600,00	25.453,20	59.390,80	87,86
5.4- Transferências Diretas - PNATE	101.500,00	101.500,00	30.507,63	61.015,26	60,11
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	65,88	974,59	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-0,00	205.446,24	219.806,08	749.063.274.700,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	404.300,00	404.300,00	309.507,00	542.437,02	134,17
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.958.370,00	2.958.370,00	471.819,78	2.036.202,56	68,83
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.1.1)	1.070.000,00	1.070.000,00	163.510,49	771.456,92	72,10
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.2)	1.683.000,00	1.683.000,00	277.419,29	1.148.664,23	68,25
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.3)	8.100,00	8.100,00	1.253,98	4.388,93	54,18
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.4)	30.600,00	30.600,00	4.617,39	17.635,19	57,63
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB α(20% de (1.5 + 2.5))	50.820,00	50.820,00	418,09	6.988,99	13,75
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB α(20% de 2.6)	115.850,00	115.850,00	24.600,54	87.068,30	75,16
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	453.218,98	1.890.307,14	70,75
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.672.000,00	2.672.000,00	451.111,45	1.883.196,55	70,48
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	2.107,53	7.110,59	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 c/c 10)	-286.370,00	-286.370,00	-20.708,33	-153.006,01	53,43
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.672.000,00	2.718.405,36	476.447,84	1.708.730,37	62,86
13.1- Com Educação Infantil	444.020,00	444.020,00	107.528,59	414.361,23	93,32
13.2- Com Ensino Fundamental	2.227.980,00	2.274.385,36	368.919,25	1.294.369,14	56,91
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.672.000,00	2.718.405,36	476.447,84	1.708.730,37	62,86
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					-
16.1 - FUNDEB 60%					-
16.2 - FUNDEB 40%					-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.708.730,37
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					90,39
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					9,61
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					46.405,36
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²					46.405,36
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	4.081.379,76	3.977.032,29	630.322,25	2.792.988,14	70,23
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	885.522,00	941.807,00	197.459,00	746.705,95	79,28
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.108.868,57	4.339.754,71	661.430,71	2.555.953,87	58,90
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.227.980,00	2.274.385,36	368.919,25	1.294.369,14	56,91
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.880.888,57	2.065.369,35	292.511,46	1.261.584,73	61,08
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	4.994.390,57	5.281.561,71	858.889,71	3.302.659,82	62,53
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-153.006,01
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					-
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					7.110,59
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.405,36
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴					-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					260,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-99.230,06
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - 37)					3.401.889,88
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					30,45

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	235.200,00	261.456,38	51.557,69	225.885,17	86,39
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	472.250,00	486.747,94	79.641,44	234.413,87	48,16
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	707.450,00	748.204,32	131.199,13	460.299,04	61,52
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.701.840,57	6.029.766,03	990.088,84	3.762.958,86	62,41

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	12.935,61	260,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	12.935,61	260,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	46.758,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.883.196,55	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	1.712.443,31	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	1.712.090,19	0,00
49.2 Restos a Pagar	353,12	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.110,59	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	224.622,31	0,00

AGUA DOCE, 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA

JOSELI A.S.M.R.TRENTO

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI

Prefeito Municipal

Contadora

Coordenadora Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.405,36, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Resumo da Execução Orçamentária 4º Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00				
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA Prefeito Municipal	JOSELI A.S.M.R.TRENTO Contadora	CARMEN LÚCIA P.NICHETTI Coordenadora Controle Interno
---	------------------------------------	--

Resumo da Execução Orçamentária 4ª Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	661.886,98	480.590,90	421.090,98
DEDUÇÕES (II)	5.080.740,83	6.849.194,99	6.417.767,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.092.090,87	7.094.921,31	6.760.119,93
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	11.350,04	245.726,32	342.352,08
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-4.418.853,85	-6.368.604,09	-5.996.676,87
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-4.418.853,85	-6.368.604,09	-5.996.676,87

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	371.927,22	-1.577.823,02

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
 Coordenadora Controle Interno

Resumo da Execução Orçamentária 4º Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	19.791.525,77	3.457.883,72	13.792.417,86	11.952.217,10
Receita Tributária	1.498.075,12	159.543,23	1.086.970,48	914.931,75
I.P.T.U.	287.175,12	2.519,68	202.484,06	191.790,98
I.S.S.	524.970,00	69.423,02	430.929,05	272.519,01
I.T.B.I.	80.865,00	16.432,04	124.916,61	119.443,25
I.R.R.F.	212.055,00	47.888,53	179.937,04	179.721,30
Outras Receitas Tributárias	393.010,00	23.279,96	148.703,72	151.457,21
Receita de Contribuição	421.232,39	71.153,06	278.952,03	258.016,98
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	421.232,39	71.153,06	278.952,03	258.016,98
Receita Patrimonial Líquida	1.500,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	115.140,90	117.074,05	286.457,54	140.084,65
(-) Aplicações Financeiras	113.640,90	117.074,05	286.457,54	140.084,65
Transferências Correntes	17.745.210,05	3.164.430,92	12.236.933,24	10.658.128,39
F.P.M.	4.272.201,55	654.042,19	3.085.828,70	2.858.311,64
I.C.M.S.	6.732.000,00	1.109.678,08	4.594.660,44	4.326.941,01
Convênios	592.700,00	166.919,06	384.515,51	250.613,48
Outras Transferências Correntes	6.148.308,50	1.233.791,59	4.171.928,59	3.222.262,26
Demais Receitas Correntes	125.508,21	62.756,51	189.562,11	121.139,98
Dívida Ativa	10.502,50	20.548,77	48.549,65	14.755,25
Diversas Receitas Correntes	115.005,71	42.207,74	141.012,46	106.384,73
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.143.600,00	16.254,28	405.662,17	599.478,73
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	97.731,59
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	74.200,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.069.400,00	16.254,28	405.662,17	501.747,14
Convênios	1.069.400,00	16.254,28	405.662,17	501.747,14
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.069.400,00	16.254,28	405.662,17	501.747,14
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	20.860.925,77	3.474.138,00	14.198.080,03	12.453.964,24

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.818.178,54	3.641.420,65	12.173.541,67	11.131.541,58
Pessoal e Encargos Sociais	11.136.778,19	1.943.051,14	6.927.296,51	6.739.765,64
Juros e Encargos da Dívida (IX)	53.354,97	8.558,59	34.011,12	62.090,02
Outras Despesas Correntes	9.628.045,38	1.689.810,92	5.212.234,04	4.329.685,92
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	20.764.823,57	3.632.862,06	12.139.530,55	11.069.451,56
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	4.169.808,34	341.964,77	560.619,57	766.756,98
Investimentos	3.853.009,34	282.464,85	349.279,86	542.589,97
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	316.799,00	59.499,92	211.339,71	224.167,01
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.853.009,34	282.464,85	349.279,86	542.589,97
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	58.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	24.675.832,91	3.915.326,91	12.488.810,41	11.612.041,53
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.814.907,14	-441.188,91	1.709.269,62	841.922,71
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	1.199.451,44	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.199.451,44	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Resumo da Execução Orçamentária 4º Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS			RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO	-	11.350,04	11.350,04	-	-	213.829,27	571.875,53	423.262,48
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	11.350,04	11.350,04	0,00	0,00	213.829,27	569.875,53	422.516,99
DEFESA CIVIL	0,00	369,56	369,56	0,00	0,00	0,00	5.317,79	5.288,48
FUNDO MUN DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	0,00	1.804,02	1.804,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUN DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.177,00	4.177,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE AGUA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.156,71	910,72
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.600,00	7.471,27
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.487,34	3.487,34
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE	0,00	2.459,00	2.459,00	0,00	0,00	0,00	15.628,53	11.289,73
GABINETE DO PREFEITO	0,00	244,69	244,69	0,00	0,00	0,00	26.582,05	23.532,05
SEC RETARIA DA INDUSTRIA COMÉRCIO E URBANISI	0,00	4.013,88	4.013,88	0,00	0,00	107.106,22	257.601,20	99.182,20
SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	0,00	413,47	413,47	0,00	0,00	37.081,05	12.188,59	34.103,51
SECRETARIA DA AGRICULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484,84	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	37,09	37,09	0,00	0,00	0,00	149.191,38	133.526,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	1.741,99	1.741,99	0,00	0,00	38.493,63	67.809,81	90.076,26
SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL	0,00	97,49	97,49	0,00	0,00	0,00	369,13	369,13
SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRA-ESTRUTUF	0,00	168,85	168,85	0,00	0,00	29.683,33	13.766,00	9.103,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	745,49
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDADORES DE AGUA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	745,49
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	11.350,04	11.350,04	0,00	0,00	213.829,27	571.875,53	423.262,48

FONTE:

AGUA DOCE 19/09/2014

NOVELLI SOANZERLA JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Prefeito Municipal Contadora

CARMEN LÚCIA PNICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Resumo da Execução Orçamentária 4ª Bimestre-Prefeitura

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		-	21.466.156,55
Previsão Atualizada		-	21.048.766,67
Receitas Realizadas		3.591.212,05	14.484.537,57
Déficit Orçamentário		-	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-	1.199.451,44
DESPESAS			
Dotação Inicial		-	21.466.156,55
Créditos Adicionais		-	3.579.830,33
Dotação Atualizada		-	25.045.986,88
Despesas Empenhadas		3.943.555,59	14.441.131,97
Despesas Liquidadas		3.983.385,42	12.734.161,24
Superavit Orçamentário		-	1.750.376,33
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas		3.943.555,59	14.441.131,97
Despesas Liquidadas		3.983.385,42	12.734.161,24
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida			21.318.982,78
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Liquidadas		0,00	0,00
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
			% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.577.823,02
Resultado Primário		0,00	1.709.269,62
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o Bimestre
			Pagamento até o Bimestre
			Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		785.704,80	20.194,29
EXECUTIVO		569.875,53	18.939,78
LEGISLATIVO		2.000,00	1.254,51
EXECUTIVO		213.829,27	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		11.350,04	0,00
EXECUTIVO		11.350,04	0,00
TOTAL:		797.054,84	20.194,29
			434.612,52
			342.248,03
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		3.401.889,88	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.708.730,37	60%
Liquidadas		1.708.730,37	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	

Continua 1/2

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			560.619,57	3.609.188,77
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	74.200,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	74.200,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.861.020,97	15,00	16,66	
Liquidadas	1.861.020,97			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE , 19/09/2014

NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

CARMEN LÚCIA P.NICHETTI
Coordenadora Controle Interno

Antônio Carlos

PREFEITURA

Portaria N 419/2014

PORTARIA Nº 419/2014.

Prorroga Contratação Temporária.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 011/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar, CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, de VERA LUCIA SCHMITT JUNKES, no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a contar de 19 de setembro de 2014, em substituição a titular ELIANE GOEDERT DE SOUZA, de Licença por motivo de doença na família, e/ou até 19 de dezembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 19 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de setembro de 2014.

Portaria N 420/2014

PORTARIA Nº 420/2014.

Admiti ACT

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 011/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, SANDRA SCHMITT NUNES, para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a contar de 22 de setembro de 2014, em substituição a titular ELIANE GOEDERT DE SOUZA, de Licença por motivo de doença na família, e/ou até 19 de dezembro de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 19 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de setembro de 2014.

Portaria N 421/2014

PORTARIA Nº 421/2014.

Prorroga Contratação Temporária.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Prorrogar, Contratação Temporária de PATRICIA WIESE BESEN, no cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a contar de 18 de setembro de 2014 a 15 de outubro de 2014, em substituição a ALEXANDRA GUESSER, afastada para tratamento em repouso.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 19 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de setembro de 2014.

Portaria N 422/2014

PORTARIA Nº 422/2014.

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 011/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, BRUNA MANES para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 22 de setembro de 2014 a 15 de outubro de 2014, em substituição a ALEXANDRA GUESSER, afastada para tratamento em repouso.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 19 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de setembro de 2014.

Portaria N 423/2014

PORTARIA Nº 423/2014.

Admiti ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Chamamento Público nº 011/2014,

Resolve:

Artigo 1º - Admitir, em caráter temporário, GLAUCIA MULLER para o cargo de PROFESSOR GRADUAÇÃO LICENCIATURA PLENA - 20H, a partir de 22 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014, em substituição a MARIA GABRIELA CRUZ SILVA, de Licença Maternidade, para atuar na Escola Municipal Dom Afonso Niehues.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 19 de setembro de 2014.

ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 22 de setembro de 2014.

Balneário Rincão**PREFEITURA****Aviso de Dispensa 021/FMS/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA Nº. 021/FMS/2014

OBJETIVO: O Município de Balneário Rincão torna público que procedeu, na forma do artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, mediante processo administrativo regular de Dispensa de Licitação aquisição de medicamento para o paciente Nascimento dos Reis, por força da antecipação de tutela constante nos autos do processo 0600577-11.2014.8.24.0028.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADO: ADÃO JOÃO GARCIA

VIGÊNCIA: 30 dias

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso IV, da Lei Nº. 8.666/93.

RECONHECIDO: em 19/09/2014, por Maria Tereza Zanini Brasil-Secretaria de Saúde.

RATIFICAÇÃO: em 19/09/2014, por Décio Gomes Góes - Prefeito

Municipal de Balneário Rincão.

Balneário Rincão, 19 de Setembro 2014.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Biguaçu

PREFEITURA

Extrato Contratual 09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contrato Nº.: 292/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: HARLEY DE AGUIAR JUNIOR ME
Valor : 6.495,00 (seis mil quatrocentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 14/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 150/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE NOTEBOOKS PARA USO DO FUN-REBOM.

Contrato Nº.: 290/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: FLAME COMERCIO DE GAS LTDA
Valor : 26.544,00 (vinte e seis mil quinhentos e quarenta e quatro reais)
Vigência : Início: 10/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 136/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE RECARGA DE GÁS PARA O CCI, RECREIA, CRAS, CREAS, CASA LAR.

Contrato Nº.: 285/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP
Valor : 10.959,74 (dez mil novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 02/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 135/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS EMPREGADOS PELAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS D

Contrato Nº.: 286/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: JEFERSON DA SILVEIRA ME
Valor : 557,00 (quinhentos e cinquenta e sete reais)
Vigência : Início: 03/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 146/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE 2 (DOIS) ARMÁRIOS PARA O PRÓ-CIDADÃO E 01 (UM) FOGÃO INDUSTRIAL PARA USO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 287/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME
Valor : 3.950,00 (três mil novecentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 03/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 131/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EM CAPACITAÇÃO NO SISTEMA ESFINGE OBRAS, O SISTEMA É RESPONSÁVEL PELO C

Contrato Nº.: 288/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: SISTEMA GP-WEB LTDA - ME
Valor : 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
Vigência : Início: 07/07/2014 Término: 10/10/2014
Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 84/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº : 359-2/2013 - Contrato Nº: 359/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 07/07/2014 Término: 12/08/2014
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 83/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE TRÂNSITO, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNIC

Contrato Nº.: 291/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: SENAT-SERV NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TRANSPORTE
Valor : 6.580,00 (seis mil quinhentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 14/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 159/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE CURSO PARA MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR E MONI

Aditivo Nº : 331-2/2013 - Contrato Nº: 331/2013
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 07/07/2014 Término: 28/07/2014
Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 82/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS (DETALHES TÉCNICO E MODELO EM APENSO), PARA O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 293/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP
Valor : 3.052,87 (três mil e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos)
Vigência : Início: 15/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 149/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA O CORPO DE BOMBEIROS DE

Contrato Nº.: 294/2014
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada.: CETEC COMERCIO EM TREINAMENTOS - ME
Valor : 39.660,00 (trinta e nove mil seiscentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 16/07/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA

PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 295/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: INECOM EQUIPAMENTOS E MANUTENCAO LTDA - ME

Valor : 18.940,00 (dezoito mil novecentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 16/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 296/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: MAYCON WILL - ME

Valor : 7.070,00 (sete mil e setenta reais)

Vigência : Início: 16/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 297/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: TECNOPONTO ELETRODOMÉSTICOS ELETRONICOS LTDA

Valor : 45.240,00 (quarenta e cinco mil duzentos e quarenta reais)

Vigência : Início: 16/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 144/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA AS CEIM'S E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Contrato Nº.: 298/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: NAURI JOÃO VIRISSIMO

Valor : 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais)

Vigência : Início: 17/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 165/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE UM POÇO ARTESIANO NO GEM CELINA DIAS DA CUNHA NA LOCALIDADE DE TRÊS RIACHOS - BAIRRO LIMEIRA.

Contrato Nº.: 299/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRÂNSITO LTDA

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 18/07/2014 Término: 18/07/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 156/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA SINALIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Contrato Nº.: 300/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: BEE2B INFORMATICA LTDA ME

Valor : 14.861,00 (quatorze mil oitocentos e sessenta e um reais)

Vigência : Início: 23/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS E DA REDE LÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E DEMAIS SECRETARIAS.

Contrato Nº.: 301/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor : 7.071,00 (sete mil e setenta e um reais)

Vigência : Início: 23/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS E DA REDE LÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E DEMAIS SECRETARIAS.

Aditivo Nº : 282-2/2013 - Contrato Nº: 282-1/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA

Valor : 14.975,00 (quatorze mil novecentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 23/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 212/2013

Recursos : Dotação: 2.077.3.3.90.00.00.00.00 (159)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE MOTO NIVELADORA, COM OBJETIVO

Aditivo Nº : 36-6/2012 - Contrato Nº: 36/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor : 720,00 (setecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 23/07/2014 Término: 01/02/2015

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 261/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SEC Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Contrato Nº.: 302/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

Valor : 279.078,18 (duzentos e setenta e nove mil e setenta e oito reais e dezoito centavos)

Vigência : Início: 28/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 129/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO TURÍS

Contrato Nº.: 303/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: ALEXANDRA DOS PASSOS EPP

Valor : 1.696,14 (um mil seiscentos e noventa e seis reais e quatorze centavos)

Vigência : Início: 28/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E EXPEDIENTE PARA CONSUMO NO ANO DE 2014 PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU

Contrato Nº.: 304/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: CELIA REGINA W. SANI - ME

Valor : 8.444,88 (oito mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta e oito centavos)

Vigência : Início: 28/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E EXPEDIENTE PARA CONSUMO NO ANO DE 2014 PARA

O CORPO DE BOMBEIROS

Contrato Nº.: 305/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor : 1.010,80 (um mil e dez reais e oitenta centavos)

Vigência : Início: 24/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E EXPEDIENTE PARA CONSUMO NO ANO DE 2014 PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 306/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: PEREIRA COMERCIO DE ARTIGOS DESCARTAVEIS LTDA ME

Valor : 2.717,93 (dois mil setecentos e dezessete reais e noventa e três centavos)

Vigência : Início: 28/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 141/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA E EXPEDIENTE PARA CONSUMO NO ANO DE 2014 PARA O CORPO

Contrato Nº.: 307/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA

Valor : 124.950,00 (cento e vinte e quatro mil novecentos e cinqüenta reais)

Vigência : Início: 28/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 164/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE MOTONIVELADORA, PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADA

Contrato Nº.: 308/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: GRAFICA GUARAMIRIM LTDA ME

Valor : 934,00 (novecentos e trinta e quatro reais)

Vigência : Início: 28/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 119/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE BLOCOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Contrato Nº.: 309/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME

Valor : 1.017,00 (um mil e dezessete reais)

Vigência : Início: 28/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 119/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE BLOCOS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Contrato Nº.: 310/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: IMPERATRIZ INDUSTRIA E COMERCIO DE CALHAS LTDA ME

Valor : 7.801,43 (sete mil oitocentos e um reais e quarenta e três centavos)

Vigência : Início: 29/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 160/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA

FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE M

Contrato Nº.: 311/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: K 13 CONFECÇÕES LTDA - EPP

Valor : 60.000,00 (sessenta mil reais)

Vigência : Início: 29/07/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA IDENTIFICAÇÃO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (CEIMs E ESCOLAS MUNICIPAIS).

Contrato Nº.: 312/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP

Valor : 36.920,00 (trinta e seis mil novecentos e vinte reais)

Vigência : Início: 30/07/2014 Término: 30/07/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 173/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSID

Aditivo Nº : 324-2/2013 - Contrato Nº: 324/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: SC ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/07/2014 Término: 30/07/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 77/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS PARA URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS, VILA MARTINHA, BIGUAÇU

Aditivo Nº : 11-2/2014 - Contrato Nº: 11/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/07/2014 Término: 30/10/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 163/2013

Recursos : Dotação: 1.045.4.4.90.00.00.00.00 (333)

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA REALIZAÇÃO DO ENTORNO D

Aditivo Nº : 331-3/2013 - Contrato Nº: 331/2013

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: APOIO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 25/07/2014 Término: 30/12/2014

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 82/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS (DETALHES TÉCNICO E MODELO EM APENSO), PARA O MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº : 13-1/2012 - Contrato Nº: 13/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: LATUS CONSULTORIA, PESQUISA E ASSESSORIA DE PROJETO

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 11/07/2014 Término: 11/07/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2012

Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS, SOB REGIME DE EMP

Aditivo Nº : 378-3/2013 - Contrato Nº: 378/2013
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: NELSON WILIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS
Valor : 0,00 (zero)
Vigência : Início: 09/07/2014 Término: 09/11/2014
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 126/2013
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 323/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA
Valor : 656,96 (seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e seis centavos)
Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 185/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PA

Contrato Nº.: 325/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA
Valor : 1.695,00 (um mil seiscentos e noventa e cinco reais)
Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 185/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº
Contrato Nº.: 327/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: EDULAB - COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA
Valor : 4.614,78 (quatro mil seiscentos e quatorze reais e setenta e oito centavos)
Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 183/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGA

Contrato Nº.: 329/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: TECNO2000 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Valor : 8.360,00 (oito mil trezentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 182/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201401296.

Contrato Nº.: 331/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETTRODOMES
Valor : 3.660,00 (três mil seiscentos e sessenta reais)
Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 181/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PA
Aditivo Nº : 41-1/2014 - Contrato Nº: 41/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: TAF DISTRIBUIDORA LTDA
Valor : 23.072,91 (vinte e três mil e setenta e dois reais e noventa e um centavos)
Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013
Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (101)
Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIO

Aditivo Nº : 325-3/2011 - Contrato Nº: 325/2011
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: ANTONIO FELICIO SCHMITZ
Valor : 15.564,27 (quinze mil quinhentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos)
Vigência : Início: 09/07/2014 Término: 09/07/2015
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 156/2011
Recursos : Dotação:
Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL, PARA A CAPTAÇÃO DE ÁGUA DE BIGUAÇU

Contrato Nº.: 322/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: DIGI - TRON - INSTRUMENTOS DE PESAGEM LTDA
Valor : 1.436,60 (um mil quatrocentos e trinta e seis reais e sessenta centavos)
Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 185/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO

Contrato Nº.: 324/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: SOLUÇÃO INOX
Valor : 1.933,20 (um mil novecentos e trinta e três reais e vinte centavos)
Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 185/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 201401296.

Contrato Nº.: 326/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: INDUSTRIA DE MOVEIS CEQUIPEL PARANÁ LTDA
Valor : 3.504,00 (três mil quinhentos e quatro reais)
Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
Licitação : Outras Modalidades Nº.: 184/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR Nº 2014012

Contrato Nº.: 328/2014
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: MILANFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E EQUIPAM
Valor : 9.762,00 (nove mil setecentos e sessenta e dois reais)

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 182/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROM
 Contrato Nº.: 330/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: ELECTROLUX DA AMAZONIA LTDA
 Valor : 2.319,98 (dois mil trezentos e dezenove reais e noventa e oito centavos)
 Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Outras Modalidades Nº.: 181/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO

Contrato Nº.: 332/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: ITUARA LTDA - ME
 Valor : 103.659,00 (cento e três mil seiscentos e cinqüenta e nove reais)
 Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 163/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE UM TRATOR AGRÍCOLA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA.

Contrato Nº.: 336/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: ARTMIL COMERCIAL LTDA EPP
 Valor : 3.900,00 (três mil e novecentos reais)
 Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 206/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE CONES PARA SINALIZAÇÃO DO DESFILE CIVICO DA SEMANA DA PATRIA.

Contrato Nº.: 338/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA
 Valor : 160.000,00 (cento e sessenta mil e reais)
 Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 187/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRA-ESTRUTU

Aditivo Nº : 343-2/2012 - Contrato Nº: 343/2012
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: OTREBOR SUPERV. ASS. GER. SERV. OBRAS ENG. LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 28/08/2015
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 80/2012
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSULTORIA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ENGENHARIA RELATIV

Aditivo Nº : 36-7/2012 - Contrato Nº: 36/2012
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor : 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 09/09/2014 Término: 01/02/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 261/2011
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA

Aditivo Nº : 32-1/2014 - Contrato Nº: 32/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA
 Valor : 35.955,00 (trinta e cinco mil novecentos e cinqüenta e cinco reais)
 Vigência : Início: 11/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 170/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO (CONCRET

Aditivo Nº : 374-7/2012 - Contrato Nº: 374/2012
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: MPB SANEAMENTO LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 11/09/2014 Término: 11/03/2015
 Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 29/2012
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA E DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RESPECTIVO RELATÓRIO

Aditivo Nº : 33-1/2014 - Contrato Nº: 33/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: SULCATARINENSE- MIN. ART.CIM. BRIT. CON. LTDA
 Valor : 33.000,00 (trinta e três mil reais)
 Vigência : Início: 11/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 170/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO (CONCRETO) REALIZADAS PELA SECRETAR

Contrato Nº.: 313/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA
 Valor : 7.000,00 (sete mil reais)
 Vigência : Início: 14/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 158/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS PARA O RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - RECRIA.

Aditivo Nº : 400-5/2011 - Contrato Nº: 400/2011
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: SULCATARINENSE- MIN. ART.CIM. BRIT. CON. LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 28/02/2015
 Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 134/2011
 Recursos : Dotação:
 Objeto : Contratação de empresa especializada para a execução de sistema de Macrodrenagem - galerias de águas pluviais e cana

Contrato Nº.: 333/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
 Valor : 50.000,00 (cinqüenta mil reais)
 Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 30/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE POSTES E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO Biguaçu, 19 de Setembro de 2014
 Contrato Nº.: 335/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: LIZ SERVICOS ONLINE LTDA
 Valor : 9.078,12 (nove mil e setenta e oito reais e doze centavos)
 Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 02/09/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 198/2014
 Recursos : Dotação:
 Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ONLINE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

Contrato Nº.: 337/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: LÉA CIBELE PEREIRA DE SOUZA
 Valor : 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)
 Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 08/09/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 193/2014

Recursos : Dotação:
 Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA ALOCARMOS AS ATIVIDADES DA CASA LAR
 Aditivo Nº : 339-3/2013 - Contrato Nº: 339/2013
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
 Valor : 19.412,85 (dezenove mil quatrocentos e doze reais e oitenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 30/12/2014
 Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013
 Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BIGUAÇU

Aditivo Nº : 420-5/2012 - Contrato Nº: 420/2012
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
 Valor : 126.042,50 (cento e vinte e seis mil e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 14/08/2014 Término: 30/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 134/2012

Recursos : Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (168)
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE E
 Contrato Nº.: 314/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: MGK COMÉRCIO SERVIÇOS E PUBLICAÇÃO LTDA
 Valor : 7.880,41 (sete mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e um centavos)
 Vigência : Início: 14/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 176/2014

Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA INST Biguaçu, 19 de Setembro de 2014
 Contrato Nº.: 316/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: VALDELI CECILIO DOS SANTOS ME
 Valor : 8.085,00 (oito mil e oitenta e cinco reais)
 Vigência : Início: 22/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 167/2014
 Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE TORAS DE EUCALIPTO PARA CONTENÇÃO DA EROSIÃO PROVOCADA PELO AVANÇO DAS ÁGUAS NA FOZ DO RIO BIGUAÇU. Biguaçu, 19 de Setembro de 2014
 Contrato Nº.: 318/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME
 Valor : 18.500,00 (dezoito mil quinhentos reais)
 Vigência : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 179/2014

Recursos : Dotação:
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO E PALCO, PARA AS COMEMORAÇÕES DA SEMANA DA PÁTRIA, COMPREENDIDO ENTRE O DIA 1º E 7º DE SETEMBRO DE 2014. Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Contrato Nº.: 320/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: VALDELI CECILIO DOS SANTOS ME
 Valor : 5.070,00 (cinco mil e setenta reais)
 Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 180/2014

Recursos : Dotação:
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO PARA O RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (RECRIA). Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Aditivo Nº : 37-1/2014 - Contrato Nº: 37/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: BRUTHAN COMERCIAL LTDA
 Valor : 25.697,49 (vinte e cinco mil seiscentos e noventa e sete reais e quarenta e nove centavos)
 Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (101)
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNE Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Aditivo Nº : 39-1/2014 - Contrato Nº: 39/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME
 Valor : 16.500,51 (dezesesseis mil quinhentos reais e cinquenta e um centavos)

Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013
 Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (101)
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PA Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Aditivo Nº : 369-1/2013 - Contrato Nº: 369/2013
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CLINICA MEDICA FUNCIONAL MED LTDA
 Valor : 78.315,00 (setenta e oito mil trezentos e quinze reais)

Vigência : Início: 01/08/2014 Término: 01/08/2015
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 119/2013
 Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A ELABORAÇÃO DE PROGRAMAS E LAUDOS DE PCMSO, PPRA, LTCAT; REALIZ Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Aditivo Nº : 443-2/2012 - Contrato Nº: 443/2012
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: AÇÃO SOCIAL SÃO JOÃO EVANGELISTA
 Valor : 116.954,73 (cento e dezesseis mil novecentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos)
 Vigência : Início: 01/08/2014 Término: 01/08/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 163/2012

Recursos : Dotação:
 Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR AS DEPEN Biguaçu, 19 de Setembro de 2014
 Contrato Nº.: 315/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
Contratada...: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. ME

Valor : 3.795,40 (três mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)

Vigência : Início: 14/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS DO CORPO DE BOMBEIROS DE BIGUAÇU Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Contrato Nº.: 317/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORE

Valor : 39.990,00 (trinta e nove mil novecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 26/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 175/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Contrato Nº.: 319/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor : 2.170,49 (dois mil cento e setenta reais e quarenta e nove centavos)

Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 180/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE CONSTRUÇÃO PARA O RECANTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (RECRIA). Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Aditivo Nº : 38-1/2014 - Contrato Nº: 38/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: GIZELE REGINA DA SILVA

Valor : 22.460,11 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta reais e onze centavos)

Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (101)

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS Biguaçu, 19 de Setembro de 2014

Aditivo Nº : 40-1/2014 - Contrato Nº: 40/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ROBLO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Valor : 40.983,97 (quarenta mil novecentos e oitenta e três reais e noventa e sete centavos)

Vigência : Início: 28/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 173/2013

Recursos : Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (66), 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (101)

Objeto : AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE FEVEREIRO A AGOSTO DE 2014.

Contrato Nº.: 321/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: BRASFILTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Valor : 2.205,00 (dois mil duzentos e cinco reais)

Vigência : Início: 29/08/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Outras Modalidades Nº.: 185/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : ADESÃO DE PREGÕES DISPONIBILIZADOS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ATAS E REGISTRO DE PREÇOS - SIGARP, TERMO DE COMPROMISSO PAR.

Contrato Nº.: 334/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: GISIANE MATILDE VIEIRA-ME

Valor : 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 169/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : AQUISIÇÃO DE DOIS COMPUTADORES , PARA AO SETOR DE TOPOGRAFIA DA PREFEITURA DE BIGUAÇU.

BIGUAÇU, 19 DE SETEMBRO DE 2014

RAMON WOLLINGER.

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Portaria Nº 2205/2014

PORTARIA nº 2205 de 19 de setembro de 2014

ERRATA:

Na portaria 2071/2014, de admissão do servidor Valmir Pedroso, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 2071 de 01 de setembro de 2014:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALMIR PEDROSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/08/2014 a 19/12/2014.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VALMIR PEDROSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de MOTORISTA III (ÔNIBUS, UTILITÁRIOS E AMBULÂNCIA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/08/2014 a 19/12/2014.

Biguaçu, 19 de setembro 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Portaria Nº 2206/2014

PORTARIA Nº 2206/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO a(o) funcionária(o) JOÃO LUIZ SPALL, ocupante do cargo efetivo de OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 124/2014, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Decreto Nº 136/2014

DECRETO Nº 136/2014 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotação no Orçamento da Secretaria de Educação para 2014.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 3.417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

Considerando, que os recursos da fonte 0.1.01.000000 alocados na ação de governo de nº 1005 - Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental estão acima das necessidades para o exercício de 2014;

Considerando, a necessidade de recursos dessa fonte na ação de governo de nº 2022 - Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental para atender despesas com aquisição de pneus para os veículos do transporte escolar do município;

Considerando, que esse remanejamento de dotação se dará dentro da própria unidade orçamentária Secretaria de Educação, sem prejuízo das ações programadas para a área da educação para 2014 e do cumprimento dos gastos mínimos de 25 das receitas produto de impostos e estabelecidos na Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3.417/2013:

0701. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	
0701.12.361.0003.1005	Ampliação da Rede Física do Ensino Fundamental	110.000,00
4.4.00.00	Investimentos	110.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	110.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	110.000,00
	SUPLEMENTAÇÃO	
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar - Ensino Fundamental	110.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	110.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	110.000,00
0.1.01.000000	Recursos de Impostos para MDEB	110.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Decreto Nº 135/2014

DECRETO Nº 135/2014 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA O §2º DO ART. 162, DO DECRETO Nº 74 DE 2010, DO REGULAMENTO DO ISS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em exercício, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da legislação tributária, bem como a disponibilização de novas ferramentas relativas à declaração de serviços prestados e tomados, visando simplificar as obrigações tributárias acessórias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o § 2º ao art. 162, do Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - RISS, aprovado pelo Decreto nº 74, de 08 de junho de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 162 (...)

§ 2º É facultativa a apresentação para autenticação, dos livros que constam declarações de fatos geradores a partir do exercício fiscal de 2013.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

Decreto Nº 134/2014

DECRETO Nº 134/2014 DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.673, de 23 de outubro de 2008.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeados os membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, para a gestão 2014/2016, o qual passará a funcionar da seguinte forma:

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Titular: Zilza Roseny Corrêa

Suplente: Maristela de Lira.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Titular: Silvana Cesconetto da Silva Garcia

Suplente: Luciana Vieira Kuhn Sarkis.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Titular: Raquel Correia França

Suplente: Kamilla Bitencourt.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Titular: Francisco de Souza Pereira

Suplente: Dulcimar Antônio Grando.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Titular: Annamaria Bach Trevisan

Suplente: Luana Schmitt Montero.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Titular: Rosinha Meister Arnold

Suplente: Claudete Maria Steil Pereira.

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS.

ENTIDADES DE ATENDIMENTO A CRIANÇA.

Titular: Simone Pereira Marçal

Suplente: Vastir Maria Marques.

ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO ADOLESCENTE E JOVENS.

Titular: Paula Hoffmann Costa

Suplente: Luciane Mara Gonçalves de Medeiros.

ENTIDADES DE ATENDIMENTO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Titular: Ingrid Vieira de Souza Adriano

Suplente: Márcia Fernandes Borges da Silva.

ENTIDADES DE ATENDIMENTO A PESSOA IDOSA.

Titular: Marli Terezinha de Souza

Suplente: José Geraldo Schlishting.

ENTIDADES DE ATENDIMENTO QUE REPRESENTAM MULHERES, POPULAÇÃO DE RUA, OUTRO SEGMENTO DE VULNERABILIDADE SOCIAL OU USUÁRIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Titular: Clarice Signori Tuni,

Suplente: Andreia Ivone da Silva.

ENTIDADES QUE REPRESENTAM OS PROFISSIONAIS COM ATUAÇÃO ESPECÍFICA NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ENTIDADES DE ACESSORAMENTO E DEFESA DOS DIREITOS DA CIDADANIA.

Titular: Eunice Anisete de Souza Trajano

Suplente: Helena Nastassya Pascoal Pítsica.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 86 de 14 de maio de 2012 e demais disposições em contrário.

Biguaçu, 17 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

Decreto Nº 132/2014

DECRETO Nº 132/2014 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL DE ANÁLISE DE BENEFÍCIOS FISCAIS, CRIADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 067, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2013.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, em Exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto no do art. 7º da Lei Complementar nº 067, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Municipal de Análise de Benefícios Fiscais, criada pelo art. 7º da Lei Complementar nº 067, de 11 de dezembro de 2013, os seguintes servidores com mandato de 2 (dois) anos, a contar da vigência deste Decreto:

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Matheus Hoffmann Machado

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Bruno Diogo Marques

Priscila Raimundo

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Vanessa Reinehr

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Marivalde Inêz Kons

REPRESENTANTE DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Adriano Hoffmann Westphal

REPRESENTANTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Vereador José Braz da Silveira

Art. 2º - Além do disposto na Lei Complementar nº 067, de 11 de dezembro de 2013, a Comissão seguirá o disposto no Decreto nº 131, de 10 de setembro de 2014.

Art. 3º - Fica designado o servidor Matheus Hoffmann Machado para exercer a função de Presidente da Comissão Municipal de Análise de Benefícios Fiscais.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu (SC), 16 de setembro de 2014.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal em Exercício

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

Portaria Nº 2228/2014

PORTARIA nº 2228 de 19 de setembro de 2014

Exonera o(a) Servidor(a) Mariã Roseli Quirino Moreira, ocupante do cargo temporário de Professor II (Educação Fundamental), na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Mariã Roseli Quirino Moreira, detentor do cargo de provimento temporário de Professor II (Educação Fundamental), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/06/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos 10/06/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOAO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2227/2014

PORTARIA nº 2227 de 19 de setembro de 2014

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Márcia Silva Felix Tavares, ocupante do cargo temporário de Auxiliar de Sala, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Márcia Silva Felix Tavares, detentor do cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/09/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2230/2014

PORTARIA nº 2230 de 19 de setembro de 2014

Concede Licença para Tratar de Interesses Particulares do (a) Servidor (a) Josiane Anderson Costa, ocupante do cargo efetivo de Professor I, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratar de interesses particulares do (a) servidor (a) Josiane Anderson Costa, detentor (a) do cargo de provimento efetivo de Professor I, com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, inscrito (a) na matrícula funcional nº 885.

Art. 2º O período de concessão da licença sem vencimento é de 15/09/2014 a 15/09/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2226/2014

PORTARIA Nº 2226/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), KREIZE FERNANDA DE SOUZA MACHADO, ocupante do Cargo temporário de ASSISTENTE SOCIAL - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8086/2014 em anexo no período de 11/09/2014 a 12/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2225/2014

PORTARIA Nº 2225/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo efetivo de CARPINTEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8212/2014 em anexo no período de 16/09/2014 a 21/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2224/2014

PORTARIA Nº 2224/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LILIAN APARECIDA RECH PERES, ocupante do Cargo efetivo de TELEFONISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8182/2014 em anexo no período de 12/09/2014 a 26/10/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2223/2014

PORTARIA Nº 2223/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ICO ARCENO MARTINS, ocupante do Cargo efetivo de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8202/2014 em anexo no período de 07/09/2014 a 11/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2222/2014

PORTARIA Nº 2222/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo efetivo de ENGENHEIRO AMBIENTAL - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8053/2014 em anexo no período de 01/09/2014 a 10/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2220/2014

PORTARIA Nº 2220/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MARIA FÁTIMA VIEIRA, ocupante do Cargo temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8250/2014 em anexo no período de 15/09/2014 a 18/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2221/2014

PORTARIA Nº 2221/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), MEIRE KARIANE AMARAL, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8165/2014 em anexo no período de 16/09/2014 a 16/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2219/2014

PORTARIA Nº 2219/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), RAQUEL AUREA GONÇALVES BORBA, ocupante do Cargo efetivo de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8015/2014 em anexo no período de 09/09/2014 a 16/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2218/2014

PORTARIA Nº 2218/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIO CESAR DE AMORIM, ocupante do Cargo temporário de MOTORISTA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8065/2014 em anexo no período de 10/09/2014 a 12/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2217/2014

PORTARIA Nº 2217/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), CLELIA MARIZA WYZKOWSKI, ocupante do Cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8183/2014 em anexo no período de 16/09/2014 a 16/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2216/2014

PORTARIA Nº 2216/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIRLEI DE SIQUEIRA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8224/2014 em anexo no período de 15/09/2014 a 22/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2215/2014

PORTARIA Nº 2215/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIRLEI DE SIQUEIRA, ocupante do Cargo temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7843/2014 em anexo no período de 02/09/2014 a 06/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Errata Nº. 02 de Licitação - Pregão Presencial Nº. 34/2014 - Fm2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA Nº. 02 AO EDITAL Nº. 34/2014 - PREGÃO PRESENCIAL

PROCESSO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SOB O Nº 34/2014

No Anexo II do edital de licitação nº. 34/2014 foram apontados diversos produtos relacionados a limpeza e higiene da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu. Ocorre que, devido a reanálise das especificações técnicas, verificou-se a necessidade de exigir, em determinados itens documentação peculiar. Nesse sentido, considera-se:

Onde se lê no Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

(...)Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 11/07/2014, às 13h59min do dia 01/07/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 11/07/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 01/07/2014. (...)

LEIA-SE Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

(...)Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 23/09/2014, às 13h59min do dia 03/10/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 03/10/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 23/09/2014. (...)

Onde se lê no Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 34/2014 - FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 11/07/2014

HORÁRIO: 14 HORAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 01/07/2014 às 13:59 do dia 11/07/2014.

VALOR TOTAL PREVISTO: R\$ 332.564,52 (trezentos e trinta e dois mil quinhentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos).

(...)

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço, Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município

de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 11/07/2014, às 14h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

(...)

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

5.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a - nome, endereço e CNPJ;

b - modalidade e número da licitação;

c - descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado (se houver), inclusive o código alfandegário, quando se tratar de produto importado, em conformidade com as especificações - Anexo II deste Edital;

d - preço unitário e total, por item em moeda corrente nacional, em algarismo e o valor total da proposta em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, tributos de qualquer natureza ou declarar sua isenção, de acordo com o Decreto nº 48.034, de 19/08/2003, Inciso III, do artigo 55 do anexo I.

e - prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

(...)

LEIA-SE no Edital de Licitação - Pregão Presencial nº. 34/2014 - FMS

PREÂMBULO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL nº 34/2014 - FMS

DATA DA REALIZAÇÃO: 03/10/2014

HORÁRIO: 14 HORAS

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 14:00h do dia 23/09/2014 às 13:59 do dia 03/10/2014.

VALOR TOTAL PREVISTO: R\$ 169.268,76 (cento e sessenta e nove mil duzentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos).

(...)

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço, Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº, anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu - SC, iniciando-se no dia 03/10/2014, às 14h00min, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

(...)

V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

5.1. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a - nome, endereço e CNPJ;

b - modalidade e número da licitação;

c - descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado (se houver), inclusive o código alfandegário, quando se tratar de produto importado, em conformidade com as especificações - Anexo II deste Edital;

d - preço unitário e total, por item em moeda corrente nacional, em algarismo e o valor total da proposta em algarismos e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, tributos de qualquer natureza ou declarar sua isenção, de acordo com o Decreto nº 48.034, de 19/08/2003, Inciso III, do artigo 55 do anexo I.

e - prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

f - No tocante aos itens 01, 02, 03, 09, 10, 23, 36, 40 e 41 deverá ser apresentado, juntamente com a proposta escrita: Registro da ANVISA, bem como AFE (Autorização de Funcionamento da Empresa) da empresa licitante, devendo esta ser emitida pela ANVISA,

conforme disposição constante na Lei 6.360, de 23/09/1979, regulamentada pelo Decreto 3961/2001.

G - Para o item 41 deverá ser apresentado, em original ou cópia autenticada, laudo biológico, sendo este emitido por laboratório credenciado pela ANVISA.

H - Para o item 09 deverá ser apresentado, em original ou cópia autenticada, de laudo atestando a concentração imposta no Anexo II deste edital, sendo este emitido por laboratório credenciado pela ANVISA.

I - Para os itens 42 e 43 deverá ser apresentado o respectivo registro na ANVISA, bem como laudo de ensaio técnico, através da apresentação do documento original ou cópia autenticada.

J - Para os itens 44 e 45 deverão ser apresentados ensaios técnicos, original ou cópia autenticada, previstos na NBR 9191:2008.

.As demais informações constantes no aviso e edital vinculativo permanecem inalteradas.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

LEANDRO ADRIANO DE BARROS

Secretário Municipal de Saúde

Portaria Nº 2214/2014

PORTARIA Nº 2214/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIBELI ROCHA LINHARES DE SOUZA, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8097/2014 em anexo no período de 01/09/2014 a 04/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.

JOÃO LUIZ LUZ

Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2213/2014

PORTARIA nº 2213 de 19 de setembro de 2014

Concede Readaptação ao(a) servidor(a) Jucenir Lúcia Bender, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), na Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao(a) servidor(a) Jucenir Lúcia Bender, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito(a) na matrícula funcional nº 8841, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV (Merendeira), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O(a) Servidor(a) desenvolverá suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, desempenhando as seguintes funções:

I - Auxiliar no preparo e oferecimento de café;

II - Auxiliar na organização e higiene da copa;

III - Auxiliar no atendimento ao público;

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 11/09/2014 a 08/11/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2212/2014

PORTARIA Nº 2212/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), JULIANA APARECIDA DE PAULO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 7971/2014 em anexo no período de 08/09/2014 a 14/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2211/2014

PORTARIA Nº 2211/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), ANDREA GARCIA SOUZA, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8237/2014 em anexo no período de 16/09/2014 a 21/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Portaria Nº 2210/2014

PORTARIA Nº 2210/2014

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), IZABEL CRISTINA DE AZEVEDO, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8181/2014 em anexo no período de 11/09/2014 a 14/09/2014.

Biguaçu, 19 de setembro de 2014.
JOÃO LUIZ LUZ
Secretário Municipal de Administração

Lei Nº 3504/2014

LEI Nº 3504/2014 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA A SERVIDÃO INERI ROMALINO DA CUNHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Manoel Airton Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Biguaçu, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica denominada de Servidão Ineri Romalino da Cunha, a via pública que possui extensão de 102,00m, se inicia à esquerda, partindo da Rua Marina Costa, após a Servidão Aristides Bernardino, lat. 27°29'04.09" S, long. 48°38'59.90" O e finaliza na escadaria que dá acesso a residência da Sra. Liliane, lat. 27°29'04.60" S, long. 48°39'01.85" O, no Bairro Prado, Município de Biguaçu/SC.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 18 de setembro de 2014.
Vereador Manoel Airton Pereira
Presidente

Lei nº 3504/2014, de 18/09/2014
Promulgada em 18/09/2014
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 210/2014 de 19 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº 210/2014, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO DE PROFESSOR I E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Elisane Julci Vargas, portadora do CPF sob nº. 029.300.509-50, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor I - Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o vencimento base constante no Anexo I: MAG 0200, a partir de 01 de setembro de 2014, com vencimento no respectivo Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste - SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013, de acordo com a resolução nº 005/2014 da Secretaria Municipal de Educação, em substituição a Servidora Sra. Marilei Salete Oliveira Horn que está afastada por atestado médico no período de 01/09/2014 a 29/11/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor com data retroativa de 01/09/2014, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 19 de setembro de 2014.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Brusque

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatório Nº 033/2014 - FMS

PREGÃO nº 017/2014 - FMS

Processo Licitatório nº 033/2014 - FMS

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, através do Fundo Municipal de Saúde (FMS), com sede na Praça das Bandeiras, n. 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de oxigenoterapia, com o fornecimento de oxigênio, nível domiciliar, incluindo a locação de concentradores e cilindros para a Rede Municipal de Saúde.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 13/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 17/09/2014

ANA BEATRIZ BARON LUDVIG

Secretária de Saúde

Extrato Processo Licitatório Nº 079/2014

PREGÃO nº 046/2014

Processo Licitatório nº 079/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de lixeiras e defensas metálicas.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 15/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br.

17/09/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 127/2014

PREGÃO nº 074/2014

Processo Licitatório nº 127/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de limpeza e manutenção urbana.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 14/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br.

17/09/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 138/2014

PREGÃO nº 080/2014

Processo Licitatório nº 138/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a locação de sanitários químicos portáteis e móveis para atender eventos diversos da Administração Municipal.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 22/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br

22/09/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 139/2014

PREGÃO nº 081/2014

Processo Licitatório nº 139/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de equipamentos de informática e rede (computadores, notebooks, câmeras digitais, adaptadores, fontes, HD's, malas para laptop, modems, monitores, mouses, no-breaks, placas, projetores multimídia, teclados e ubiquitis) para a Administração Municipal

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 17/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br

18/09/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 144/2014

PREGÃO nº 085/2014

Processo Licitatório nº 144/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para Lote 01: aquisição de pisos intertravados de concreto, piso tátil alerta/direcional e meio fio de concreto; Lote 02: fornecimento e assentamento de pisos intertravados de concreto, incluindo demais serviços integrados; Lote 03: serviços de assentamento de meio fio e demais fornecimentos integrados.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 20/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br

18/09/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 145/2014

PREGÃO nº 086/2014

Processo Licitatório nº 145/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a produção e instalação de totens de identificação de pontos de interesse padrão do Município.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 20/10/2014, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br

19/09/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 148/2014

PREGÃO nº 088/2014

Processo Licitatório nº 148/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a aquisição de parques infantis (polietileno), conjuntos recreativos diversos, casinhas de bonecas e demais brinquedos e itens pedagógicos para a Rede Municipal de Ensino.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 15/10/2014, às 14h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br

17/09/2014

GLEUSA LUCI FISCHER

Secretária de Educação

Extrato Processo Licitatório Nº 149/2014

PREGÃO nº 089/2014

Processo Licitatório nº 149/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a prestação de serviços de alimentação, com o preparo e entrega de alimentação acondicionada em embalagens específicas.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 16/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br

18/09/2014

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário de Orçamento e Gestão

Extrato Processo Licitatório Nº 153/2014

PREGÃO nº 092/2014

Processo Licitatório nº 153/2014

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para o fornecimento e instalação de fossas sépticas e filtros anaeróbios.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 07/10/2014, às 08h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.sc.gov.br.

17/09/2014

MIRELA ZUCCO MÜLLER

Secretária de Assistência Social e Habitação

Editais de Convocação E de Posse 007/2014 SAMAE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE 007/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 007/2013

O PREFEITO MUNICIPAL e o DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público para Provimento de Cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos do SAMAE de Brusque, na Rua Doutor Penido, 297, Centro, cidade de Brusque, a partir do dia 24 de setembro de 2014, no horário das 08:00 h às 12:00 h e das 13:30 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de qualquer documento constante no anexo II acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

1.4 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta corrente para recebimento de seus vencimentos pela Caixa Econômica Federal. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer a um Correspondente Bancário da Caixa, a fim de realizar a abertura de conta.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, para apresentação dos exames constantes no Anexo III deste edital e submissão à referida avaliação;

2.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

3. A publicação dos atos de nomeação, será termo inicial para a posse do candidato, no prazo de 30 (trinta dias), na forma do artigo 16 § 1º da Lei Complementar de Brusque - SC número 147 de 25/09/09;

DA POSSE

4. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, observado o prazo disposto no item "3" deste edital, nos termos do artigo 16 e seguintes da Lei Complementar de Brusque - SC número 147 de 25/09/09;

5. Empossado, o candidato terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar-se no seu local de trabalho ou no Setor de Recursos Humanos do SAMAE de Brusque, na forma do art. 19 da Lei Complementar de Brusque - SC número 147 de 25/09/09;

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

6. Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, no dia 13 de outubro de 2014, às 08:00 horas, no Setor de Recursos Humanos do SAMAE de Brusque, situada na Rua Doutor Penido, 297, Centro, cidade de Brusque.

Brusque - SC, 16 de setembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL

ROGÉRIO RISTOW

Prefeito Municipal de Brusque

Diretor Presidente

SAMAE DE BRUSQUE

ANEXO I

Cargo: Agente Hidráulico

NOME	CLASSIFICAÇÃO
CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA JUNIOR	7
CLAUDIO FERNANDES DA SILVA	8

ANEXO II - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO NÚMERO 007/2013

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

- 1) 01 (uma) Foto 3x4;
- 2) Cópia da Carteira de Trabalho - CTPS (frente e verso);
- 3) Cópia do Pis/Pasep;

4) Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

- 4.1 CPF (duas cópias);
- 4.2 Cédula de Identidade (RG) ou de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada (duas cópias);
- 4.3 Título de Eleitor;
- 4.4 Comprovante de quitação eleitoral;
- 4.5 Certidão de casamento ou nascimento se for solteiro;
- 4.6 Certidão de nascimento de filhos com até 18 (dezoito) anos;
- 4.7 Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- 4.8 Certificado de reservista para os homens;
- 4.9 Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
- 4.10 Comprovante de Residência atual (duas cópias);

4.11 Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.

5) Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;

6) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública (modelo em anexo);

7) Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);

8) Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico;

9) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (modelo em anexo);

10) Documentação para abertura de conta no Banco (REALIZADA PELO PRÓPRIO SERVIDOR):

- 2 cópias do CPF;
- 2 cópias do RG;
- 2 cópias do comprovante de residência

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, nesta data, possuo os seguintes bens:					
() Não possuo bens a declarar					
() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:					
Casa, apartamento ou terreno					
Endereço	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual		
Veículo					
Tipo	Ano	Data da aquisição	Valor de aquisição	Valor de venda atual	
Outros					

Fontes de renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

Local e data: _____

Assinatura

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____, brasileiro (a), _____ (estado civil), inscrito (a) no RG nº _____, e CPF nº _____, declaro para os fins, para tomar posse no cargo de _____, que não sou titular, não exerço e/ou não estou em licença, remunerada ou não, de qualquer cargo, emprego, ou função pública da administração pública direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público de qualquer Município, Estado, do Distrito Federal ou da União, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal. DECLARO, que não percebo proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, que seja incompatível com o Cargo em que tomarei posse. DECLARO, outrossim, estar ciente de que devo comunicar ao Diretor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos. DECLARO, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando

o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Brusque/SC, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do candidato

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o número ... frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Brusque, conforme edital 007/2013 do SAMAE de Brusque confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de ... _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Brusque, de ... de 2014.

ASSINATURA DO CANDIDATO

D E C L A R A Ç Ã O

_____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sou penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Brusque/SC, ____/____/____.

Assinatura do Candidato

ANEXO III - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 007/2014
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 007/2013

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS:

1. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL:

1.1 EXAMES LABORATORIAIS:

- 1.1.1 Hemograma
- 1.1.2 Glicose
- 1.1.3 Parasitológico de fezes
- 1.1.4 Parcial de urina
- 1.1.5 VDRL
- 1.1.6 Raio X de Torax (PA e Perfil)

1.2 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

- 1.2.1 Exames Laboratoriais descritos no item anterior
- 1.2.1 Colesterol
- 1.2.2 Triglicerídeos
- 1.2.3 Eletrocardiograma com laudo
- 1.2.4 Acuidade visual

2. EXAMES PARA OS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS:

- 2.1 Exames exigidos nos itens anteriores deste anexo
- 2.2 Laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), bem como à provável causa da deficiência.

3. EXAMES ESPECÍFICO DE ACORDO COM O CARGO OU FUNÇÃO (ALÉM DOS ITENS 1 E 2)

- 3.1 AUDIOMETRIA- Para o cargo ou função que esteja exposto a ruído contínuo e/ou intermitente (Telefonista, motorista,

eletricista, mecânico, operador de máquinas).

3.2 RAIOS-X DE COLUNA LOMBO-SACRA (PA e Perfil): Para o cargo ou função que esteja exposta a esforço físico (Motorista, Agente de Obras, Operador de Máquinas, Servente de Serviços Gerais, Agente de Serviços Especiais, Mecânico, Engenheiro Civil e Engenheiro Eletricista).

Extrato do 6º Termo Aditivo ao Contrato 082/2012 SAMAE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 06 AO CONTRATO 082/2012

ESPÉCIE: Serv. Telefonia Móvel. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial PROCESSO LICITATÓRIO: 027/2012. PRAZO EXECUÇÃO: até 31/10/2014. DATA DA ASSINATURA: 19/09/2014; VALOR: R\$ 15.000,00 CONTRATADA: 14 Brasil Telecom Celular S/A (Líder Do Consórcio), Brasil Telecom S/A E Telemar Norte Leste S/A. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 19 de setembro de 2014.
PUBLIQUE-SE
Rogério Ristow

Extrato Processo Licitatório Nº 136/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO nº 136/2014 -Secretaria de Turismo
CONCORRÊNCIA nº 013/2014

OBJETO: Termo de permissão para comercialização de pratos típicos alemães durante a 29ª festa Nacional do Marreco (Fenarreco 2014) que ocorrerá de 09 a 19 de outubro de 2014, no Centro de Promoções Maria Celina Vidotto Imohf, Município de Brusque (SC). RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública, no horário definido no edital e observado a publicação legal, não houve interessados na participação do certame licitatório. Isto posto e, considerando que não compareceu nenhum interessado à sessão pública a Comissão de Licitação declara deserta a presente licitação, recomendando a repetição do ato com uma nova data para a sua abertura.

19/09/2014.
RAFAEL LUIZ PINTO
Presidente da Comissão de Licitação

Caçador

PREFEITURA

Lei Nº 3.156/2014

LEI Nº 3.156, de 17 de setembro de 2014.

Abre crédito especial por conta de anulação de dotação orçamentária, no Orçamento Geral Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, na importância de R\$ 125.500,00 (cento e vinte e cinco mil e quinhentos reais):

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.051 - Manutenção da Pista de Arremate e Mangueira

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 125.500,00

Art. 2º Para atender o disposto no art. 1º, fica anulada a seguinte dotação orçamentária, do orçamento vigente do Município de Caçador, na importância de R\$ 125.500,00 (cento e vinte e cinco mil e quinhentos reais):

02.07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA, DA PECUÁRIA E DO ABASTECIMENTO

20.606.0026.2.051 - Manutenção da Pista de Arremate e Mangueira

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 125.500,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Lei Nº 3.157/14

LEI Nº 3.157, de 17 de setembro de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.1.025 - Bloco Investimentos

4.4.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 12.003,11

4.4.90.00.0323 - Aplicações Diretas R\$ 87.996,89

Total R\$ 100.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais):

04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0008.2.037 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Bloco Atenção Básica

3.3.90.00.0023 - Aplicações Diretas R\$ 12.003,11

3.3.90.00.0323 - Aplicações Diretas R\$ 87.996,89

Total R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Gilberto Nicolao Haudsch
SECRETÁRIO DA FAZENDA

Lei Nº 3.158/14

LEI Nº 3.158, de 17 de setembro de 2014.

Cria os componentes do Município de Caçador Estado de Santa Catarina, do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, define os parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou eu sanciono a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei cria os componentes municipais do SISAN, bem como define parâmetros para elaboração e implementação do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os princípios e diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.346,

de 15 de setembro de 2006, com o Decreto nº 6.272, de 2007, o Decreto nº 6.273, de 2007, e o Decreto nº 7.272, de 2010, com o propósito de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Art. 2º A alimentação adequada é direito básico do ser humano, indispensável à realização dos seus direitos consagrados na Constituição Federal e Estadual, cabendo ao poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para respeitar, proteger, promover e prover o Direito Humano à Alimentação Adequada e Segurança Alimentar e Nutricional de toda a população.

§ 1º A adoção dessas políticas e ações, deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais do Município, com prioridade para as regiões e populações mais vulneráveis.

§ 2º É dever do poder público, além das previstas no caput do artigo, avaliar, fiscalizar e monitorar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada, bem como criar e fortalecer os mecanismos para sua exigibilidade.

Art. 3º A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Parágrafo único. A Segurança Alimentar e Nutricional inclui a realização do direito de todas as pessoas terem acesso à orientação que contribua para o enfrentamento ao sobrepeso, a obesidade, contaminação de alimentos e mais doenças consequentes da alimentação inadequada.

Art. 4º A Segurança Alimentar e Nutricional abrange:

I - a ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidades afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V - a produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI - a implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etno-culturais do Estado;

VII - a adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto a tolerância com maus hábitos alimentares, quanto a desinformação sobre

saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto a falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentre outros.

Art. 5º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, requer o respeito à soberania do Estado sobre a produção e o consumo de alimentos.

Art. 6º O Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, deve empenhar-se na promoção de cooperação técnica com o Governo Estadual e com os demais municípios do estado, contribuindo para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

CAPÍTULO II DOS COMPONENTES MUNICIPAIS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Art. 7º A consecução do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional da população far-se-á por meio do SISAN, integrado, no Município de Caçador, Estado de Santa Catarina, por um conjunto de órgãos e entidades afetas à Segurança Alimentar e Nutricional.

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA - Municipal, serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo, respeitada a legislação aplicável.

Art. 8º O SISAN rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes dispostos na Lei nº 11.346 de setembro de 2006.

Art. 9º São componentes municipais do SISAN:

I - a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instância responsável pela indicação ao CONSEA Municipal das diretrizes e prioridades da Política e do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, bem como pela avaliação do SISAN no âmbito do município;

II - o CONSEA Municipal, órgão vinculado à Secretaria Municipal Assistência Social;

III - a Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN Municipal - integrada por Secretários Municipais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da Segurança Alimentar e Nutricional, com as seguintes atribuições, dentre outras:

a) elaborar, considerando as especificidades locais, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, observando os requisitos, as dimensões, as diretrizes e os conteúdos expostos no Decreto nº 7.272 de 2010, bem como os demais dispositivos do marco legal vigente, as diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e do CONSEA Municipal, indicando diretrizes, metas, fontes de recursos e os instrumentos de acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua implementação;

b) monitorar e avaliar a execução da Política e do Plano.

Parágrafo único. A Câmara Intersetorial Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, CAISAN Municipal, será presidida pelo titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, e seus procedimentos operacionais serão coordenados no âmbito da

Secretaria-Executiva da CAISAN Municipal.

IV - os órgãos e entidades de Segurança Alimentar e Nutricional, instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do SISAN, nos termos regulamentados pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN.

CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 10. O Prefeito Municipal editará norma regulamentando a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 17 de setembro de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº 6.125/2014

DECRETO nº 6.125, de 18 de setembro de 2014.
Nomeia o Conselho Municipal de Educação - COMED.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei nº 1.801, de 09/09/2002 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Educação - COMED, pelo prazo de dois anos, de acordo com a Lei Municipal nº 1.801, de 09/09/2002 e suas alterações:

I. Representante da Secretaria Municipal de Educação
Titular: Mauro Rogério dos Reis
Suplente: Rosemari Menegat de Paula

II. Representante da Rede Estadual de Ensino
Titular: Neide Rosana Colla
Suplente: Ivete Lázari

III. Representante dos Especialistas de Ensino
Titular: Ieda Aparecida Bleichuvel Moschetta
Suplente: Neide Teresinha Paachen da Rosa

IV. Representante da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino
Titular: Maria Clarice Sarturi
Suplente: Silvana Alves Ribeiro Bardella

V. Representante da Educação Infantil da Rede Particular de Ensino
Titular: Ana Mara Soletti Rotta
Suplente: Marlene Kochinski

VI. Representante dos Diretores de Escola
Titular: Rosângela Aparecida Balchak
Suplente: Solange Margareth Campos

VII. Representante da Associação de Pais e Professores - APP
Titular: Neivair Xavier de Oliveira Telles de Lima
Suplente: Jeferson Marcelo Andrade Ribeiro

VIII. Representante dos Professores do Ensino Fundamental

Titular: Marilene Salete Setti Bernardino

Suplente: Andréia Anciutti

IX. Representante dos Servidores Públicos Municipais na área de Educação

Titular: Bernadete Maria Ribeiro dos Santos

Suplente: Jussara Fonseca

X. Representante do IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina

Titular: Luiz Alberto Vicari

Suplente: Albertinho Della Giustina

XI. Representante do Sindicato dos Professores Estaduais

Titular: Valmira Aparecida Moriggi

Suplente: Luciana Aparecida Weber

XII. Representante do Centro de Ensino e Instruções do Corpo de Bombeiros Voluntários de Caçador

Titular: Giancarlo de Oliveira

Suplente: Jakson Alberto Mandelli

XIII. Representante do Conselho Tutelar

Titular: Elvira Kruger

Suplente: Andréia Teresinha de Almeida

XIV. Representante da Educação Especial

Titular: Silmara Lourdes de Moraes

Suplente: Adriana Loss

XV. Representante do Ensino Técnico e Profissionalizante

Titular: Silvana Meneghini

Suplente: Dórie Catarina Bebbber Maciel

XVI. Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Albany Akaline Linhares

Suplente: Ana Paula Citadin

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.522, de 16 de abril de 2013.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de setembro de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO.**Portaria Nº 23.983**

PORTARIA Nº 23.983, de 02 de Junho de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARINICE APARECIDA CHAVES, ocupante do cargo de Servente, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, licença para tratamento de saúde, por prazo indeterminado, com efeitos a contar de 01 de Junho de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 02 de Junho de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Camboriú

PREFEITURA

PR 22/14 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2014-FME

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA REPOSIÇÃO NAS UNIDADES DE ENSINO DO MUNICÍPIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 02 (Dois) de Outubro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 18 de Setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Ata de Registro de Preços PR 19/14 - FUNDESB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 019/2014 - FUNDESB - Ata do Sistema de Registro de Preços 008/2014 - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DAR SUPORTE À MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ÁGUA, PERMITINDO UM FORNECIMENTO REGULAR AO USUÁRIO. O MATERIAL QUE POSSUIR BORRACHA NÃO PODERÁ VIR SEPARADAMENTE, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA:22/09/2015

1ª Publicação.Lei N.º 2.714/2014

LEI N.º 2.714/2014

Dispõe sobre a autorização para abertura de crédito adicional especial e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo do Município de Camboriú autorizada a abrir um crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), bem como a criar o elemento de despesa 4.4.50.42.01 no orçamento vigente do Fundo Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social.

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo de Desenvolvimento e Assistência Social

Função: 08 - Assistência Social

Sub-função: 244 - Assistência Comunitária

Programa: 0011 - Gestão da Inclusão e Desenvolvimento Social

Atividade: 2.042 - Manutenção das Atividades do Fundo de Desenvolvimento e Assistência Social

Elemento de Despesa: 4.4.50.42.01 - Despesas com transferência a instituições privadas sem fins lucrativos para aplicações em despesa de capital

Fonte de Recurso: 1.0000 - recursos ordinários

VALOR: R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito especial autorizado no artigo 1º desta Lei será coberto com os recursos provenientes do excesso de arrecadação da Prefeitura Municipal de Camboriú, na mesma importância.

Art. 3º Fica incluído no Plano Plurianual (Lei Municipal nº. 2.598/2013) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (Lei Municipal nº. 2.601/2013) o crédito adicional especial criado por intermédio desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 19 de setembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina www.diariomunicipal.sc.gov.br e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

PR 19/14 - FMAS

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 019/2014-FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DOS INTEGRANTES DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE RAI DO SOL, NOS ENCONTROS DOS IDOSOS NO CENTRO MÚLTIPLO USO ALICE TESTONI GOMES, ITINERÁRIO, SAÍDA MONTE ALEGRE PASSANDO PELO TABULEIRO, SÃO FRANCISCO DE ASSIS E RIO PEQUENO, COM DESTINO AO BAIRRO AREAIS RETORNO MESMO ITINERÁRIO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 02 (Dois) de Outubro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no

site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 23/14 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2014-FME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 10:00 horas do dia 07 (Sete) de Outubro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

PR 24/14 - FME

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 024/2014-FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REFERENTE A INFRAESTRUTURA - ATERRO COM TRANSPORTE DE ARGILA E COMPACTAÇÃO DO SOLO COM ROLO VIBRATÓRIO PARA OBRA ESCOLA URBANA SALAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 14:00 horas do dia 06 (Seis) de Outubro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 19 de Setembro de 2014.
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS
Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº 27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE SUPRIMENTOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 82/2014 - Modalidade Pregão Presencial

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dezoito dias do mês de setembro de 2014, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para futuras aquisições de cimento (saca com 50 kg), areia fina, areia grossa e brita nº 1, cal virgem, tijolo maciço e tijolo 9x14x18, para uso na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, quando em manutenção de vias públicas, colocação de tubos e lajotas, dentre outras finalidade e aquisição de areia grossa e brita nº1 para manutenção de espaço para recreação e para horta no CMEI Alegre Infância., conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA, CNPJ: 00.876.873/0001-62, em decorrência da homologação do processo licitatório nº. 82/2014, modalidade Pregão Presencial, para Sistema de Registro de Preços.

Item	Qtde	Unid.	Descrição	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
04	200	sc	Cimento, 50KG	23,80	4.760,00
05	50	sc	Cal virgem, 20KG	8,45	422,50
07	5.000	unid	Tijolo 6 furos 9x14x18	0,44	2.200,00
VALOR TOTAL				R\$ 7.382,50	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epigrafoado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ
Pregoeira

CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA
Representante legal

Lei Nº 1.942 de 28 de Junho de 1994

LEI Nº 1.942

AUTORIZA EFETUAR DOAÇÃO PARA DESDOBRAMENTO DE MADEIRAS KERSCHER LTDA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de junho de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de junho de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.941 de 28 de Junho de 1994

LEI Nº 1.941

AUTORIZA COMPLEMENTAR O PAGAMENTO DE DESPESAS COM REFEIÇÕES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de junho de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de junho de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.940 de 28 de Junho de 1994

LEI Nº 1.940

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TERRENO PARA INSUTRIA NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1.677.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de junho de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de junho de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.939 de 28 de Junho de 1994

LEI Nº 1.939

AUTORIZA CONTABILIZAR ENCARGOS DO IPESC - INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de junho de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de junho de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.938 de 22 de Junho de 1994

LEI Nº 1.938

DÁ NOME AO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DE CAMPO ALEGRE/SC.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de junho de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de junho de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.937 de 22 de Junho de 1994

LEI Nº 1.937

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 46 ALÍNEA B DA LEI MUNICIPAL Nº 1.529 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de junho de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de junho de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.936 de 14 de Junho de 1994

LEI Nº 1.936

AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO COM REFEIÇÕES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de junho de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de junho de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.935 de 31 de Maio de 1994

LEI Nº 1.935

AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO Á ELETRIFICAÇÃO PRINCIPLE LTDA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.934 de 31 de Maio de 1994

LEI Nº 1.934

AUTORIZA O RECEBIMENTO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.933 de 24 de Maio de 1994

LEI Nº 1.933

AUTORIZA DOAÇÃO DE 10 TONELADAS DE CALCÁRIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.932 de 24 de Maio de 1994

LEI Nº 1.932

AUTORIZA A DOAR IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL Á J.N.K. IND. E COM. DE MADEIRAS LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.931 de 17 de Maio de 1994

LEI Nº 1.931

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RENOVAR CONTRATO DE COMODATO DE IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.930 de 17 de Maio de 1994

LEI Nº 1.930 DE 17 DE MAIO DE 1994

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DOAR ÁREA DE TERRA A ENTIDADE DAS SENHOPRAS DOS ROTARIANOS DE CAMPO ALEGRE "CASA DA AMIZADE"

Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar área de terra, com área de 487,80 m² (quatrocentos e oitenta e sete vírgula oitenta decímetros quadrados), à Entidade dos Senhores dos Rotarianos de Campo Alegre, "Casa da Amizade", conforme planta planimétrica anexa.

Art. 2º) A área de terra que trata o artigo 1º desta Lei, faz parte do Patrimônio do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º) As despesas com tributos e com Desmembramento serão suportadas pela Donatária.

Art. 4º) No caso de dissolução da referida Entidade, o Imóvel retornará ao Patrimônio do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 17 de maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de maio de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.929 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.929 DE 10 DE MAIO DE 1994

CRIA E DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA

O "CLUBE BOLÃO CAMPO ALEGRE".

LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar e Declarar de Utilidade Pública o "CLUBE BOLÃO CAMPO ALEGRE", Entidade Jurídica de Direito Privado, sem fins lucrativos.

Art. 2º) A entidade acima mencionada, com sede à Rua das Cascatas, s/nº, Centro, neste Município, registrada na Secretaria da Receita Federal sob nº 86.738.143/0001-10.

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 10 de Maio de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de Maio de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.928 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.928
AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PESSOAS CARENTES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.927 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.927
AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM REFEIÇÕES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.926 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.926
AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE FRANGOS PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.925 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.925
DOA TRILHOS DE FERRO PARA A COOPERATIVA DE PRODUTORES DE ERVA MATE DE CAMPO ALEGRE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.924 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.924
AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA PESSOA CARENTE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.923 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.923
AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA PESSOAS CARENTES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.922 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.922
AUTORIZA A DOAÇÃO DE 1 M³ DE MADEIRA PARA PESSOA CARENTE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.921 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.921

AUTORIZA DOAÇÃO DE MATERIAL CONSTRUÇÃO PARA PESSOA CARENTE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.920 de 10 de Maio de 1994

LEI Nº 1.920

AUTORIZA DOAÇÃO DE TELHAS DE AMIANTO PARA PESSOAS CARENTES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.919 de 04 de Maio de 1994

LEI Nº 1.919

AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO AO JORNAL EVOLUÇÃO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 04 de maio de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de maio de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.918 de 26 de Abril de 1994

LEI Nº 1.918

AUTORIZA DOAR TELA PARA ALAMBRADO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.917 de 26 de Abril de 1994

LEI Nº 1.917

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL À APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.916 de 19 de Abril de 1994

LEI Nº 1.916

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RETROESCAVADEIRA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.915 de 19 de Abril de 1994

LEI Nº 1.915

AUTORIZA A CONCESSÃO DE INCENTIVOS AOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezanove dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.914 de 13 de Abril de 1994

LEI Nº 1.914 DE 13 DE ABRIL DE 1994

CRIA O ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

Therezinha Foitte, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte Lei:

Título I

Da rede Municipal da Educação de Campo Alegre.

Capítulo I

Art.1º) Fica criado o estatuto do Magistério Público Municipal de Campo Alegre, que estabelece as normas especiais sobre o regime jurídico do Magistério público de 1º grau, Educação Especial, Pré-escolar, creche e recriança da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.2º) Para os efeitos do presente estatuto integram a rede municipal de Educação de Campo Alegre:

I- A Secretaria de Educação e cultura, com todos os elementos materiais e humanos que desenvolvem como atividades precípuas a normatização e execução do ensino;

II- O corpo docente-conjunto de Professores Estatutários e contratados, lotados em escola, pré-escolar, creche, ensino especial e recriança da Rede Municipal de Ensino;

III- Os especialistas em Educação - o pessoal técnico e pedagógico;

IV- Os diretores, coordenadores, e Pessoal administrativo de Escola, Pré-escola, creche, ensino especial e recriança.

Art.3º) Os cargos e funções do Magistério Público Municipal são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.388 de 30/11/1990, e regulamentos.

Art.4º) O exercício do magistério exige não só o conhecimento profundo e competência especial adquiridos e mantidos através de estudos contínuos, mas também responsabilidades pessoais e coletivas para a educação e o bem-estar dos alunos e da comunidade.

Capítulo II

Dos Princípios Básicos da Rede Municipal da Educação de Campo Alegre.

Art.5º) São princípios da Rede Municipal de Educação:

I- Educar, objetivando proporcionar ao aluno a formação e informação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades, como elementos de auto realização; iniciação ao trabalho, prosseguimentos dos estudos e preparo para o exercício da cidadania;

II- Integrar os estabelecimentos de ensino na comunidade, procurando manter um clima de cooperação permanente através da Associação de pais e professores- APP.

Título II

Da Carreira do Magistério

Capítulo I

Dos grupos e das categorias funcionais.

Art. 6º) Os cargos do Magistério Público Municipal são classificados como e carreira, chefia e Assessoramento.

Art.7º) Os cargos de carreira enquadram-se em dois grupos de categorias funcionais a saber:

I- Docente;

II- Especialista em Educação;

Art.8º) As categorias funcionais que compõem os grupos docente e especialista em educação, são divididos em classe e em cargos.

Parágrafo único- Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I- Cargo: A soma geral de atribuições a serem exercidas por um servidor;

II- Classe: O conjunto de cargos da mesma natureza funcional e do mesmo grau de responsabilidade;

III- Categoria Funcional: O conjunto de atividades desdobráveis em classes e identificadas pela natureza e pelo grau de conhecimento exigível para o seu desempenho;

IV- Grupo: O conjunto de categorias funcionais segundo correlação e afinidade entre as atividades de cada uma, a natureza do trabalho ou o grau de conhecimento necessário ao exercício das respectivas atribuições.

Art.9º) O grupo docente abrange as categorias funcionais de Professores, o grupo especialistas em Educação compreende as categorias Funcionais a que são inerentes as atividades estudadas, pesquisa, planejamento, organização, orientação, e supervisão em todas as áreas e níveis de Ensino de 1º grau e Pré-Escola.

Parágrafo Único: Para integrar categoria Funcional dos Grupos Docentes e Especialistas em Educação é indispensável habilitação específica obtida em curso de formação profissional, segundo o que dispuser a Lei e o Regulamento.

Art.10) Farão jus a gratificação de função os ocupantes de cargo de chefia e de Assessoramento, dedicação exclusiva na alfabetização, e os professores regentes de classe.

Capítulo II

Do Magistério

Art.11) O quadro do Magistério público Municipal compreende os cargos de carreira conforme o disposto neste capítulo e as Funções Gratificadas na forma instituída pelo capítulo IV do Título V.

Art.12) Os cargos de docentes subdividem-se em classes a saber:

I- Professor I (1º grau)

II- Professor II (2º grau com magistério)

III- Professor III (Licenciatura curta)

IV- Professor IV (Licenciatura Plena)

Art.13) São especialistas em Educação:

I- Administrador Escolar;

II- Supervisor Escolar;

III- Orientador Educacional de 1º grau

IV- Orientador Educacional de Educação Especial,

Pré - Escola, creche e recriança;

V- Orientador de Educação Física.

Art.14) Os titulares de cargos de docentes atuarão nas seguintes áreas de Educação:

I- Professor I, lecionar exclusivamente de 1ª a 4ª série, classes especiais, Educação Religiosa, Pré-escolar, creche e recriança;

II- Professor II, lecionar em 1º grau, classes especiais, Educação religiosa, Pré-escola, creche e recriança.

III- Professor III, lecionar em 1º grau, classes Especiais, Educação Religiosa, Educação Física, Pré-escola, creche e recriança.

IV- Professor IV, lecionar em 1º grau , classes Especiais, Educação Religiosa, Educação Física, Pré-escola creche e recriança.

Capítulo III

Da Administração Escolar

Art.15) O quadro de administrador escolar compreende:

I - Diretor de escola de 1º grau:

- a) Escola Básica;
- b) Grupo Escolar;
- c) Escola Reunida.

II - Auxiliar de direção de Escola de 1º grau e Secretária de Escola de 1º grau;

III- Coordenador de Pré -escola , creche e recriança.

Capítulo IV

Do ingresso

Art.16) O ingresso no Magistério Público Municipal dar-se-á nos níveis iniciais de carreira, mediante concurso Público, teste de seleção e contratação, até o próximo concurso, observadas na inscrição as seguintes exigências:

I - Conclusão em curso de 1º grau, para lecionar exclusivamente, de 1ª à 4ª série, classes especiais, Educação Religiosa, Pré - escola , creche e recriança;

II- Habilitação específica obtida, no mínimo em curso de 2º grau com 3 ou 4 anos, para lecionar na Pré-escola, creche, recriança, e no 1º grau;

III- Habilitação específica obtida em cursos ou Licenciatura de Curta Duração ou Licenciatura Plena, para lecionar na Pré-escola, creche, recriança ou qualquer série do 1º grau, sendo que de 5ª à 8ª série dentro da área específica;

III- Habilitação em curso superior de Licenciatura Plena para lecionar na Pré-escola , creche, recriança, e , em qualquer série do 1º grau sendo que de 5ª a 8ª série , dentro da habilitação específica com registro definitivo no Ministério da Educação e Cultura (MEC);

IV- Especialistas em Educação - Curso Normal Superior na área da Educação ou Licenciatura Plena e experiência mínima em sala de aula, de 03 anos.

V- Secretário de escola de 1º grau ter curso específico de secretariado em nível de 2º grau ou registro no ministério da Educação e cultura, ou ainda nível de formação superior em administração escolar;

V- Professor de Pré-escola e creche especial - ter formação

específica para o magistério em nível de 2º grau ou superior com correspondente curso de especialização na área em que atua.

Parágrafo único: O secretário de escola de 1º grau será enquadrado, por equiparação, em um dos níveis do Quadro do Magistério de acordo com a sua qualificação.

Capítulo V

Do Estágio Probatório

Art.17) Estágio Probatório é o período de 2 (dois) anos de efetivo exercício, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação ou não do membro do magistério no cargo efetivo para o qual fora nomeado.

Parágrafo Único: Os requisitos de que trata este artigo são:

- I- Idoneidade Moral;
- II- Assiduidade;
- III- Disciplina;
- IV- Eficiência e produtividade;
- V- Dedicção as atividades Educacionais e comunicatórias.

Art.18) Não preenchido o membro do magistério em Estágio Probatório quaisquer dos requisitos fixados no artigo anterior cabe ao superior imediato iniciar o processo de exoneração.

Parágrafo 1º) O processo obedecerá ao que dispuser a regulamentação própria, expedida por decreto do chefe do Poder Executivo.

Parágrafo 2º) Na ausência de iniciativa de que trata este artigo, é o membro do magistério automaticamente confirmado no cargo e considerado estável no Serviço Público.

Título III

Dos direitos e vantagens

Capítulo I

Da Promoção

Art.19) A promoção que é a elevação de professor ou especialista em Educação à classe imediatamente superior, ocorrerá sempre que houver vaga, obedecidos os requisitos contidos no artigo 16 deste estatuto.

Capítulo II

Do Acesso

Art.20) Ocorrerá o acesso que é a passagem do ocupante de uma classe para a classe imediatamente superior, por merecimento verificado mediante ao aperfeiçoamento, sempre em fevereiro de cada ano.

Parágrafo Único: O aperfeiçoamento será comprovado mediante apresentação de certificado (s) de conclusão de cursos devidamente registrados pela Prefeitura, pela Secretaria de Estado da Educação ou Instituição de Ensino Superior.

Capítulo III

Das Férias

Art.21) O professor tem direito de 30 (trinta) dias de férias por ano, devendo coincidir este período com o de férias escolares.

Parágrafo Único: O período de férias escolares ao final do primeiro semestre é tido como recesso escolar durante o qual o professor poderá ser convocado para participar de atividades relacionadas com suas funções.

Art.22) Os integrantes do grupo especialista de educação tem o direito a 30 (trinta) dias de férias anuais.

Art.23) É proibida a acumulação de férias , salvo por imperiosa necessidade de serviço e pelo máximo de 02 (dois) períodos.

Art.24) Os professores, além das normas oriundas do Departamento de Educação, sujeitar-se-ão por dispositivo desta Lei ao Regulamento Interno do Estabelecimento, e a consolidação das Leis do trabalho, quando contratados.

Capítulo IV

Das Licenças

Art.25) Todo membro do magistério tem direito a licença, de acordo com a Lei Municipal nº 1.388 de 30/11/1990.

Título IV

Dos Deveres e Responsabilidades

Capítulo I

Dos Deveres

Art.26) São deveres do membro do membro do magistério, além dos dispostos na Lei Municipal nº 1.388 de 30/11/1990.

I - Respeitar a Lei;

II- Preservar os princípios e ideais da Educação;

III- Desempenhar as atribuições, funções, e cargos específicos do magistério, com eficiência zê-lo e presteza;

IV- Empenhar-se pela educação integral do aluno, inculcando-lhe o espírito de solidariedade humana, de justiça e de cooperação, o respeito às autoridades constituídas e o amor à Pátria.

VI - Comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade;

VII- Comunicar ao Chefe imediato todas as irregularidades que tive conhecimento no local de trabalho;

VIII- Manter com os colegas o espírito de cooperação e solidariedade.

IX- Guardar sigilo profissional;

X- Respeitar a integridade moral e humana do aluno.

Capítulo II

Das Responsabilidades

Art.27) Aplica-se, no que couber as responsabilidades do membro do magistério, o disposto na Lei Municipal nº 1.388, Título III, Capítulo I, Seção III.

Capítulo III

Do Regime Disciplinar

Art.28) Aplica-se o regime disciplinar disposto na Lei Municipal nº 1.388, Título III, Capítulo I, Seção IV, e Capítulo II, Seções I,II e III

Título V

Das disposições especiais

Capítulo I

Da jornada de trabalho

Art.29) O Regime de trabalho do membro do magistério será de 10 (dez), 15 (quinze), 20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com a carga horária curricular dos estabelecimentos de ensino, observada a regulamentação específica.

Art.30) O registro de frequência é diário e mecânico, ou nos casos indicados em regulamento, por outra forma que vier a ser adotada.

§1º) Todo membro do magistério deve observar rigorosamente o seu horário de trabalho previamente estabelecido.

§2º) Qualquer membro do magistério deverá ser respeitado o direito da irredutibilidade da carga horária, salvo o requerimento por parte deste.

§3º) O membro do magistério que tiver sua carga horária reduzida "ex-offício" pela Secretaria de Educação e/ou Secretaria de Administração, deverá ter sua jornada de trabalho complementada em outra unidade escolar, sendo-lhe garantido, neste caso, adicional de 5% (cinco por cento) sobre seus vencimentos globais, a título de ressarcimento de despesas de locomoção.

§4º) A unidade escolar de que trata o parágrafo anterior deste artigo não poderá exceder há 5 (cinco) quilômetros do seu principal local de trabalho.

§5º) Se o adicional não fizer frente aos gastos globais de transporte necessários para o exercício de sua atividade o poder público será obrigado a complementar o adicional até o limite necessário para a cobertura de tal gasto.

§6º) Em não havendo disponibilidade em outra unidade escolar, o membro do magistério permanecerá em disponibilidade da Secretaria de Educação sem prejuízo de seus vencimentos globais.

Capítulo II

Da Transferência

Art.31) As formas de transferência de pessoal do magistério serão:

I- ex-offício;

II- voluntário.

Art.32) A transferência "ex-offício" dar-se-á no interesse do ensino, a critério da Secretaria da Educação, desde que observados irregularidades cometidas pelo membro do magistério, que impliquem em prejuízos para o bom desempenho dos serviços.

Art.33) A transferência voluntária proceder-se-á por permuta ou pedido do interessado, existindo vaga e critério do Departamento.

Parágrafo Único: A remoção por permuta, condicionada sempre ao interesse da administração, poderá ocorrer quando dois integrantes do Quadro do Magistério Municipal, no exercício de atividades idênticas ou com a capacidade e habilitação para exercer-las requeram a mudança das respectivas lotações, desde que no período de férias escolares.

Capítulo III

Das Substituições

Art.34) A designação de substituto para o exercício de cargos do Quadro do Magistério Municipal, deve obedecer as normas estabelecidas por este Estatuto quanto à habilitação e de acordo com a Secretaria de Educação.

Parágrafo único. Na ausência de professores habilitados nas disciplinas curriculares de 5ª à 8ª série, poderão ser admitidos alunos cursando o 2º grau, habilitação específica, de magistério, a critério da Secretaria da Educação.

Art.35) Os professores substitutos a que se refere o artigo anterior, perceberão o vencimento padrão inicial, quando se tratar de 1ª à 4ª série, ou por aula ministrada, quando se tratar de 5ª a 8ª série do 1º grau.

Art. 36) No atendimento das necessidades do Ensino mediante autorização da Secretaria de Educação, os titulares dos cargos de professor poderão reger classe em substituição sem prejuízo da classe da qual sejam titulares.

Parágrafo único. Pela regência de classe prevista neste artigo, o professor, pela substituição, perceberá os vencimentos de acordo com a sua qualificação.

Capítulo IV

Da Remuneração

Art.37) A remuneração do Professores e Especialistas em Educação e Funcionários de apoio de Quadro do Magistério. Público Municipal, tendo em vista a qualificação e cursos, é fixada segundo o que dispõe a Lei Municipal nº 1.529.

Art.38) Aos professores será concedido um adicional de 6% (seis por cento) sobre seu nível de vencimento para cada 03 (três) anos de efetivo exercício no Magistério Público Municipal de Campo Alegre.

Art.39) A gratificação pelo exercício de Direção de Escola, Coordenação de creche, Pré-escola ou Recriação será de acordo com os seguintes critérios:

a) Para Direção de escola Básica a gratificação será de 40%(quarenta por cento) sobre o vencimento.

b) Para Direção de Escola reunida e Grupo escolar a gratificação será de 30% (trinta por cento) sobre o vencimento.

c) Para a coordenação de creche e gratificação será de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento.

d) Para a coordenação de Pré- escola ou Recriação a gratificação será de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento.

Parágrafo único: O ocupante de qualquer das funções dispostas neste artigo perceberá a gratificação correspondente enquanto permanece na função.

Art.40) A gratificação ao Grupo Docente será feita de acordo com os seguintes critérios.

a) O professor de classe I,II,III e IV receberá 10% (dez por cento) de regência, quando estiver atuando em sala de aula em Escola de 1º grau, Pré-escola, Creche ou Recriação;

b) O professor de classe I, II, III e IV que estiver atuando de 1ª a 4ª série, Pré-escola, creche ou recriança receberá 10% (dez por cento) referente à horas-atividade;

c) O professor II, III e IV atuante ou 5ª e 8ª série fará jus ao gozo de 10% (dez por cento) de horas atividades sobre a sua carga horária, devendo permanecer no estabelecimento neste horário;

d) O professor com dedicação a alfabetização (1ª série) terá gratificação de 7% (sete por cento) sobre seus vencimentos, respeitadas suas gratificações de regência e horas - atividades.

e) O professor I, II, III e IV receberá 5% (cinco por cento) de gratificação sobre seus vencimentos globais, a cada 40 (quarenta) horas de aperfeiçoamento, cumulativos ou não, a serem cumpridos todos em fevereiro de cada ano, até o limite de 100% (cem por cento).

f) O professor I, II, III e IV atuante em Escola multisseriada receberá 10% (dez por cento) de gratificação sobre seus vencimentos respeitadas suas gratificações de regência e horas-atividade;

g) O professor I, II, III e IV atuante em Escola Itinerante receberá 15% (quinze por cento) de gratificação sobre seus vencimentos respeitadas suas gratificações de regência e horas-atividades.

§1º) A gratificação pelo exercício da função de auxiliar de Direção e Secretária corresponderá a 40% (quarenta por cento) da gratificação de Diretor.

§2º) O membro do magistério que não possui habilitação específica para o seu cargo e possui Licenciatura na área de Educação, terá direito a gratificação de 10% (dez por cento) se possui Licenciatura curta e 20% (vinte por cento) se possuir Licenciatura Plena, sobre o vencimento do professor habilitado.

§3º) Todas as gratificações de que trata este artigo incidirão individualmente sobre o vencimento do profissional.

§4º) a gratificação prevista na alínea "e" deste artigo somente será concedida nos seguintes casos:

I - Referente a cursos, seminários, e similares registrados, pela Secretaria Municipal de Educação, Secretaria de Estado e Educação, Ministério da Educação, e instituições de nível superior;

II - Desde que haja prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal e Educação.

Art.41) O Diretor de Escola, Coordenador de creche, Pré-escola e Recriação serão designados por Portaria do Executivo Municipal sendo conseqüentemente todos os cargos de confiança do Executivo, exonerados "ad nutum".

§1º) As demais funções gratificadas, com exceção daquelas constantes no Artigo 41 do presente. Estatuto, serão de atribuição da Secretaria de Educação, que efetuará a nomeação através de Portaria.

§2º) Para fazer jus a Função gratificada, serão exigidos 08 (oito), 06 (seis) e 04 (quatro) horas de serviço no estabelecimento, corresponde a 40 (quarenta), 30 (trinta) e 20 (vinte) horas semanais de atividade efetiva.

Capítulo V

Das Disposições Gerais

Art.42) Os grupos de categorias funcionais previstos nesta Lei

serão implantados gradativamente, levando-se em consideração:

- I - Disponibilidade de recursos humanos habilitados;
- II - A existência de recursos orçamentários para fazer frente às despesas.

Art.43) Serão extintos a partir da aposentadoria, demissão ou morte de seus titulares, complementaristas, ginasianos, salvo os Professores substitutos.

Art.44) O Executivo fixará por Decreto, anualmente em Janeiro de acordo com as necessidades de ensino, o quadro numérico do magistério Municipal.

Art.45) As Secretarias de Educação e administração elaborarão a reclassificação, do magistério, municipal na forma desta lei, que será homologada por Decreto.

Art.46) Os cursos de aperfeiçoamento contarão pontos nos exames de seleção para admissão, bem como para promoção, contratação, remoção e transferência.

Art.47) As escolas terão direito à auxiliar de direção e Secretária obedecendo os seguintes critérios:

- a) de 100 a 200 alunos- 01 auxiliar de Direção em expediente integral.
- b) de 200 a 350 alunos-01 auxiliar de Direção em expediente integral e 01 Secretária em expediente parcial;
- c) com mais de 350 alunos - 01 auxiliar de Direção e 01 Secretária, ambos em expediente integral.

Art.48) Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 1994, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei Municipal nº 1.008/86.

Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre/SC, 13 de abril e 1994.
THEREZINHA FOITTE
Presidente da Câmara Municipal
De Vereadores

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria aos treze dias do mês de abril de 1994.

JOSÉ ARILDO ARBIGAUS
1º Secretário da Câmara Municipal
de Vereadores

Lei Nº 1.913 de 12 de Abril de 1994

LEI Nº 1.913

AUTORIZA O SUBSÍDIO NA AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.912 de 12 de Abril de 1994

LEI Nº 1.912

AUTORIZA DOAÇÃO DE 500 TIJOLOS 6 FUROS.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.911 de 12 de Abril de 1994

LEI Nº 1.911

AUTORIZA DOAÇÃO DE 1 M³ DE MADEIRA PARA PESSOA CARENTE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.910 de 12 de Abril de 1994

LEI Nº 1.910

DÁ ISENÇÃO DE IPTU AO SENHOR OSVALDIR RENATO DUVOISIN.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.909 de 12 de Abril de 1994

LEI Nº 1.909 DE 12 DE ABRIL DE 1994

CRIA ESCOLA DE ENSINO ESPECIAL E
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.

EU, LEOPOLDO GROSSKOPF, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais a mim são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Criar Escola de Ensino Especial, a ser instalada junto à APAE de Campo Alegre.

Art. 2º) A Escola mencionada no artigo anterior recebe a denominação de "Escola de Ensino Especial Wilson José Liebl".

Art. 3º) A Escola mencionada no artigo 1º fica declarada de utilidade Pública Municipal.

Art. 4º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 12 de Abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de Abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.908 de 12 de Abril de 1994

LEI Nº 1.908 DE 12 DE ABRIL DE 1994

REVOGA O ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL

Nº 1.796/93, DE 24/08/93, E DÁ OUTRAS CONSIDERAÇÕES.

EU, LEOPOLDO GROSSKOPF, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais a mim são conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica revogado o artigo 2º da Lei Municipal nº 1.796/93, de 24 de Agosto de 1993.

Art. 2º) O artigo 1º desta Lei Municipal nº 1.796/93, de 24 de Agosto de 1993, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º) Fica declarada de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Alegre, entidade sem fins lucrativos, com sede à Rua Dr. Getúlio Vargas, centro, Campo Alegre/SC".

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 12 de Abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta Secretaria aos doze dias do mês de Abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.907 de 12 de Abril de 1994

LEI Nº 1.907

ALTERA NÚMERO DE VAGAS DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC, E ESTABELECE NÍVEL DE VENCIMENTO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 12 de abril de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos doze dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.906 de 06 de Abril de 1994

LEI Nº 1.906

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 1.105 DE 13 DE JANEIRO DE 1988.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 06 de abril de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos seis dias do mês de abril de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.905 de 06 de Abril de 1994

LEI Nº 1.905 DE 06 DE ABRIL DE 1994

AUTORIZA A FIRMAR TERMO ADITIVO COM A CASAN.

LEOPOLDO GROSSKOPF, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a Firmar Termo Aditivo nº 003/94 do Convênio com a Cia. Catarinense de Água e Saneamento Convênio nº 150/79.

Art. 2º) O convênio a que se refere o artigo anterior desta lei, destina-se a implantação de Água e Esgotamento Sanitário Unifamiliar das localidades de Fragosos e Bateias de Baixo, neste Município de Campo Alegre/SC.

Art. 3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º) Revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 06 de Abril de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta secretaria aos seis dias do mês de Abril de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.904 de 29 de Março de 1994

LEI Nº 1.904

DÁ NOME AO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DE CAMPO ALEGRE-SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.903 de 29 de Março de 1994

LEI Nº 1.903

CONCEDE ISENÇÃO DO IPTU, TSU E TAXAS DE EXPEDIENTES, NO EXERCÍCIO DE 1994, PARA APOSENTADOS E PENCIONISTAS. LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.902 de 29 de Março de 1994

LEI Nº 1.902

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL AO CLUBE DE IDOSO SAGRADA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.901 de 29 de Março de 1994

LEI Nº 1.901 DE 29 DE MARÇO DE 1994

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA "BRASPOL" REPRESENTAÇÃO CENTRAL DA COMUNIDADE BRASILEIRA POLONESA NO BRASIL.

EU, LEOPOLDO GROSSKOPF, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais a mim conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica declarada de utilidade pública a "BRASPOL - Representação da Comunidade Brasileira Polonesa no Brasil", estabelecida à Rua Rufino Blaszkowsky, s/nº na localidade de Bateias de Baixo, neste Município, registrada na secretaria da receita federal

sob nº 81.910.911/0009-05.

Art. 2º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 29 de Março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta secretaria aos vinte e nove dias do mês de Março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.900 de 29 de Março de 1994

LEI Nº 1.900 DE 29 DE MARÇO DE 1994

CRIA O NÚCLEO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DA BRASPOL REPRESENTAÇÃO CENTRAL DA COMUNIDADE BRASILEIRA POLONESA NO BRASIL.

EU, LEOPOLDO GROSSKOPF, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais a mim conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar o "Núcleo Municipal de Campo Alegre da BRASPOL - Representação Central da Comunidade Brasileira Polonesa no Brasil".

Art. 2º) A Entidade acima mencionada sem fins lucrativos com sede a Rua Rufino Blaszkowsky, s/nº na localidade de Bateias de Baixo neste Município.

Art. 3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 29 de Março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente lei nesta secretaria aos vinte e nove dias do mês de Março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.899 de 25 de Março de 1994

LEI Nº 1.899

AUTORIZA PAGAMENTO DE DESPESAS QUANDO DOS FESTEJOS DO ANIVERSÁRIO DESTA MUNICÍPIO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de março de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.898 de 25 de Março de 1994

LEI Nº 1.898

CONCEDE SUBVENÇÃO SOCIAL Á FECAMPO FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE CAMPO ALEGRE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 25 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e cinco dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.897 de 22 de Março de 1994

LEI Nº 1.897

AUTORIZA O PAGAMENTO DE COMBUSTÍVEL UTILIZADO NA CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A FEBRE AFTOSA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.896 de 22 de Março de 1994

LEI Nº 1.896

AUTORIZA A REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM FESTEJOS DO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.895 de 15 de Março de 1994

LEI Nº 1.895

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TELHAS DE AMIANTO PARA PESSOAS CARENTES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.894 de 15 de Março de 1994

LEI Nº 1.894

AUTORIZA A DOAÇÃO DE MADEIRA EM TABUAS PARA PESSOAS CARENTES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.893 de 15 de Março de 1994

LEI Nº 1.893

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TELHAS DE AMIANTO PARA PESSOAS CARENTES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.892 de 15 de Março de 1994

LEI Nº 1.892

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TELHAS DE AMIANTO PARA PESSOAS CARENTES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.891 de 15 de Março de 1994

LEI Nº 1.891

AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA PESSOAS CARENTES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.890 de 15 de Março de 1994

LEI Nº 1.890

AUTORIZA A DOAÇÃO DE 5.00 M³ DE BRITA PARA A IGREJA CATÓLICA DE LAGEADO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.889 de 15 de Março de 1994

LEI Nº 1.889 DE 15 DE MARÇO DE 1994

AUTORIZA DOAÇÃO DE ÁREA DE TERRA.

LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar imóvel de sua propriedade, localizado á Rua: Cel. Raymundo Munhoz, esquina com a Rua Veríssimo de Souza Freitas, com área de 410,07 m², construído com uma casa mista com área de 81,05 m², e matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul sob nº 17.804 do livro nº 2, em favor do Sr. Antonio Alfredo dos Santos.

Art.2º) As despesas com a transmissão do imóvel correrão por conta da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 15 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria aos quinze dias do mês de março de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.888 de 15 de Março de 1994

LEI Nº 1.888

PRESTA AUXÍLIO A ESTUDANTE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 15 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quinze dias do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.887 de 01 de Março de 1994

LEI Nº 1.887

ABRE CRÉDITO ESPECIAL.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 01 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.886 de 01 de Março de 1994

LEI Nº 1.886

HOMOLOGA CONVÊNIO Nº 94/000300 COM A LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 01 de março de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria ao primeiro dia do mês de março de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.885 de 22 de Fevereiro de 1994

LEI Nº 1.885

AUTORIZA AUXÍLIO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de fevereiro de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.884 de 22 de Fevereiro de 1994

LEI Nº 1.884

AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAL PARA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO HABITACIONAL BELA VISTA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de fevereiro de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.883 de 22 de Fevereiro de 1994

LEI Nº 1.883

AUTORIZA A DOAÇÃO DE TROFEUS PARA O RURAL CLUBE DE CAMPO ALEGRE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de fevereiro de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.882 de 22 de Fevereiro de 1994

LEI Nº 1.882

AUTORIZA O PAGAMENTO DE CONSULTA MÉDICA E MEDICAMENTOS.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 22 de fevereiro de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.881 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.881

AUTORIZA HOMOLOGAR O DECRETO Nº 1.559 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.880 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.880

DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA A ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.879 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.879

AUTORIZA HOMOLOGAR DECRETO Nº 1.558 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1993.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.878 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.878

AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS COM REFEIÇÕES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.877 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.877

AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA PESSOAS CORRENTES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.876 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.876

HOMOLOGA TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 159/91, COM A SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.875 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.875

AUTORIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS MÉDICAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.874 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.874

AUTORIZA O PAGAMENTO DE REFEIÇÕES PARA POLICIAIS E COMBUSTÍVEL PARA RONDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.873 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.873 DE 26 DE JANEIRO DE 1994

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 2º.

DA LEI MUNICIPAL Nº 1.859.

LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) O Artigo 3º da Lei Municipal nº 1.859 de 23 de dezembro de 1993, passará a ter a seguinte redação.

Art.2º) São considerados áreas públicas de propriedade da Municipalidade, constante do levantamento planimétrico em anexo.

I - Arruamento com área de 12.405,82 m²

II - Lotes nº 46/47 correspondente á 1.728,41 m²

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.872 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.872

REAJUSTA OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS E INATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.871 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.871

AUTORIZA O RESSARCIMENTO DE DESPESAS COM TRANSPORTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.870 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.870

HOMOLOGA CONVÊNIO COM DETER.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.869 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.869

AUTORIZA A CONTABILIZAR DESPESAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.868 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.868

AUTORIZA DESPESAS COM PUBLICIDADE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.867 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.867

HOMOLOGA CONVÊNIO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC, E COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA - "VIDAL RAMOS LTDA - COOPESA".

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.866 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.866

AUTORIZA SUBSIDIAR PAGAMENTO DE PRÓTESE MECÂNICA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.865 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.865

AUTORIZA DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.864 de 26 de Janeiro de 1994

LEI Nº 1.864

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM A CELESC.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de janeiro de 1994.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de janeiro de 1994

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.863 de 23 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.863

ALTERA A REDAÇÃO DO ANEXO XI DA LEI MUNICIPAL Nº 1.529 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1991, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.673 DE 20 DE JANEIRO DE 1993, E DÁ OUTRAS DISPOSIÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1993

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.862 de 23 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.862

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 1994.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1993

LEOPOLDO S. NIEMEYER.

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.861 de 23 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.861

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.860 de 23 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.860

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.859 de 23 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.859

ALTERA REDAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.769.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de dezembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.857 de 17 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.857

APROVA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE E A FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.856 de 17 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.856

ALTERA A REDAÇÃO DOS ARTIGOS 2º, 3º, 4º E 6º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.668 DE 30 DE DEZEMBRO DE 1992.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de dezembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.855 de 14 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.855

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.854 de 14 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.854

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.853 de 14 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.853 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1993

APROVA PROJETO DE DESMEMBRAMENTO DE TERRENO DE PROPRIEDADE DE H. CARLOS SCHNEIDER S/A. COMÉRCIO E INDÚSTRIA.
LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica aprovado o Projeto de desmembramento de um terreno, de propriedade de H. Carlos Schneider S/A. Comércio e Indústria, situado à Estrada Mangueira Velha, neste Município, com Matrícula nº 16.243, do livro nº 02, do Cartório de Registro de Imóvel de São Bento do Sul, SC, com área total de 263.319,72 m²,

de acordo com o memorial descrito constante do Anexo I.

Art. 2º) Do imóvel acima descrito fica destinado uma área de 26.331,97m² para o Município de Campo Alegre/SC.

Art.3º) A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.852 de 14 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.852

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RENOVAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM DR. FERNANDO MALLON.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.851 de 14 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.851

ALTERA O ADICIONAL DE AUXILIAR LEGISLATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de dezembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de dezembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.850 de 30 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.850

AUTORIZA CANCELAR DÍVIDA ATIVA REFERENTE IMPOSTOS E TAXAS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 30 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.847 de 23 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.847

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.846 de 23 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.846

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.845 de 14 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.845

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.844 de 23 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.844

AUTORIZA PAGAMENTO DE REFEIÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.843 de 14 de Dezembro de 1993

LEI Nº 1.843

AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO AO SR. CARLOS EURIDES NASCIMENTO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.842 de 23 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.842

AUTORIZA PAGAMENTO COM SOM.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.841 de 23 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.841

AUTORIZA PAGAMENTO DE REFEIÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.840 de 23 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.840

AUTORIZA A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DO SR. LAURINDO MAY COMO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL JUNTO AO INSS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 23 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.839 de 18 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.839

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL Á INDUSTRIA DE MÓVEIS E ESQUADRIAS BELA ALINAÇA LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.838 de 18 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.838

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL Á ESTOFADOS MOSELA LTDA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.837 de 18 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.837

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL "A ARMABEL ARMÁRIOS EMBUTIDOS LTDA".

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.836 de 18 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.836 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1993

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL À ROGER'S ARTE EM MADEIRA.

LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar Imóvel de sua propriedade, localizado no Parque Industrial de Campo Alegre, situado a Rodovia SC-301, neste Município para a Empresa ROGER'S ARTE EM MADEIRA, COM ÁREA DE 4.389,84 m² (quatro mil e trezentos e oitenta e nove metros e oitenta e quatro décimos quadrados).

Art.2º) Revoga-se a Lei Municipal nº 1.064 de 17 de agosto de 1987, e demais disposições em contrário.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.835 de 18 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.835 DE 18 DE NOVEMBRO DE 1993

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL NO PARQUE INDUSTRIAL À ERVATEIRA CORRÊA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar Imóvel de sua propriedade, localizado no Parque Industrial de Campo Alegre, situado a Rodovia SC-301, neste Município para a Empresa ERVATEIRA CORRÊA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, com a área de 11.049,77 m² (onze mil e quatrocentos e nove metros e setenta e sete décimos quadrados).

Art.2º) Revoga-se a Lei Municipal nº 1.646 de 24 de novembro de 1992, e demais disposições em contrário.

Art.3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC, 18 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei, nesta secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.834 de 18 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.834

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA. LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.833 de 18 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.833

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA. LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 18 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.831 de 04 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.831

ABRE CRÉDITO ESPECIAL. LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 04 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.830 de 04 de Novembro de 1993

LEI Nº 1.830

CANCELA DÍVIDA ATIVA. LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 04 de novembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatro dias do mês de novembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.829 de 26 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.829

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM REFEIÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.828 de 26 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.828

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 26 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.827 de 26 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.827 DE 26 DE OUTUBRO DE 1993

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE FRAGOSOS.

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º) Fica declarada de utilidade Pública a Associação de moradores de Fragosos, registrada no Cartório de Registro Civil e anexas sob nº302, as fls.98, e verso do livro nº2 de Registro de Sociedades Cívis e na Secretaria da Receita Federal CGC sob o nº 73.443.905/0001-00.

Art. 2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 26 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta secretaria aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.826 de 19 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.826

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.825 de 19 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.825

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM DOAÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 19 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezoito dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.824 de 05 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.824

AUTORIZA ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.823 de 05 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.823 DE 05 DE OUTUBRO DE 1993

CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÕES E URBANISMO

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais a mim conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica criado o Conselho Municipal de Habitação e Urbanismo, vinculado à Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC, visando a orientação da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e fiscalização da aplicação do Plano Diretor.

Art. 2º) Ao conselho compete:

I - Identificar tendências e sugerir prioridades para o desenvolvimento de ações a investimentos através do Executivo, nas áreas de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

II - Apreciar, anualmente, os planos do Executivo Municipal, objetivando o cumprimento da execução da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

III - Sugerir ao Executivo municipal a instituição de estímulos para iniciativa de relevante interesse, e restrições àquelas consideradas indesejáveis com os objetivos da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação;

IV - Orientar e fiscalizar os atos do Poder Público Municipal no cumprimento da política de desenvolvimento Urbano e Habitação;

V - Encaminhar sugestões ao Executivo Municipal sobre propostas de modificações de diretrizes e da Legislação tendo em vista a observância e frequência dos problemas relacionados ao cumprimento das mesmas, no sentido de tornar mais eficaz a sua aplicação;

IV - Acompanhar junto a Administração Municipal, a permanente atuação dos órgãos voltados especificamente ao Planejamento do Desenvolvimento Urbano e Habitacional.

Art. 3º) O Conselho Municipal de Habitação e Urbanismo será composto pelos membros abaixo nominados:

Carlos Eduardo Volente - Presidente.

Rafael Koenthoop.

Júlio Nóbrega.

Geraldo Carlos Grosskopf.

Mário Kormann.

Fernando Mallon.

Eugênio João Herbst.

Valdir Reichert.

Nédia Maria Scheffer.

Nivaldo Bordignon.

Sandra Regina Lepeck.

Art. 4º) Caberá a Prefeitura Municipal de Campo Alegre, proporcionar a infra-estrutura ao funcionamento do Conselho Municipal de Habitação e Urbanismo.

Art. 5º) O detalhamento da organização e funcionamento do Conselho Municipal de Habitação e Urbanismo constará do Regulamento a ser aprovado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 6º) A função dos membros do Conselho será exercida sem ônus para os cofres Públicos Municipais, sendo considerada como relevante serviço prestado ao Município.

Art. 7º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 05 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.822 de 05 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.822

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE MONDAÍ.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.821 de 05 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.821

AUTORIZA FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de outubro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.820 de 05 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.820 DE 05 DE OUTUBRO DE 1993

DÁ DENOMINAÇÃO DE RUAS.

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais a mim conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a dar denominação as Ruas citadas abaixo, localizadas no Distrito de Bateias de Baixo no Município de Campo Alegre - SC.

Rua 1 - Prof. Rufino Blaszkowsky

Rua 2 - José Pius Schindler

Rua 3 - José Endler

Rua 4 - Julia Pazda

Rua 5 - Estanislau Milchevski

Rua 6 - João Stall

Rua 7 - Otto Rudnick

Rua 8 - Francisco Narlock

Rua 9 - Estanislau Ossovski

Rua 10 - Rodolfo Heiden

Rua 11 - José Ossovski

Rua 12 - João Odia

Rua 13 - Henrique Fuckner

Rua 14 - Aloísio Milchevski

Rua 15 - Blondina Tabbert

Rua 16 - Adão Zeszotko

Rua 17 - Antonio Milchevski

Rua 18 - Aleixo Pazda

Rua 19 - Alice Lemos
Rua 20 - Bernardo Stominsky
Rua 21 - Elízio Vicenzi
Rua 22 - Jacob Kmiech
Rua 23 - José Wollner
Rua 24 - Alexandre Telma
Rua 25 - Emília Ionk
Rua 26 - Jacob Augustin
Rua 27 - Pedro Sorminski
Rua 28 - José Hornick
Rua 29 - Paulo Hornick
Rua 30 - Francisco Augustin
Rua 31 - Jacob Odia

Art. 2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º) Revogadas as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 05 de outubro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.819 de 05 de Outubro de 1993

LEI Nº 1.819
AUTORIZA A CONTRATAR PROFESSOR DE MÚSICA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 05 de outubro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos cinco dias do mês de outubro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.818 de 29 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.818
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 29 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e nove dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.817 de 28 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.817
AUTORIZA CONTRATAR AUXILIAR ADMINISTRATIVO PARA SER-
VIÇOS TEMPORÁRIOS.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 28 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.816 de 28 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.816
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE AR-
RECADAÇÃO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 28 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e oito dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.815 de 21 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.815 DE 21 DE SETEMBRO DE 1993
ATUALIZA O ANEXO II, CONSTANTES NA LEI Nº 1.529, REFE-
RENTE AO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMPO ALEGRE.
LEOPOLDO GROSSKOPF, Prefeito Municipal de Campo Alegre, no
uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a
todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de
Vereadores, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º) Fica atualizado o anexo II constante na Lei nº 1529/91
em seu artigo 48.

Art. 2º) O anexo atualizado servirá para atualização do quadro de
pessoal da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, para realização
de concurso para as devidas vagas.

Art. 3º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação e
publicação, com efeitos a partir de 01/07/93, revogadas as dispo-
sições em contrário.

Campo Alegre/SC, 21 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei, na Secretaria em vinte e um
dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

ANEXO II

Cargo	Vaga
Administrador	1
Advogado	1
Agrônomo	1
Assistente Administrativo	1
Assistente Social	1
Agente Administrativo I	3
Agente Administrativo II	6
Almoxarife	1
Analista de Sistemas	1
Atendente de Enfermagem	6
Atendente de Enfermagem II	1
Auxiliar de Enfermagem I	7
Auxiliar de Enfermagem II	1
Auxiliar Administrativo I	45
Auxiliar Administrativo II	1
Auxiliar de Berçário	10
Auxiliar de Serviços Gerais I	28
Auxiliar de Serviços Gerais II	1
Auxiliar de Bibliotecária	1
Auxiliar de Cozinha	1
Auxiliar de Topógrafo I	1
Auxiliar de Topógrafo II	1
Bibliotecária	1
Bioquímico	1
Borracheiro	1
Calceteiro	1
Carpinteiro I	1
Carpinteiro II	1
Cozinheira	1
Copeira	1
Contador	1
Desenhista	1
Economista	1
Eletricista I	1
Eletricista II	1
Engenheiro Civil	1
Enfermeiro	1
Farmacêutico	1
Fisioterapeuta	1
Fiscal de Obras I	1
Fiscal de Obras II	1
Fiscal de Tributos I	1
Fiscal de Tributos II	1
Fiscal de Postura I	1
Fiscal de Postura II	1
Médico I	1
Médico II	4
Mecânico I	1
Mecânico II	1
Motorista I	16
Motorista II	2

Nutricionista	1
Odontólogo	5
Orientador Pedagógico	1
Operador de Máquina I	1
Operador de Máquina II	1
Pedreiro I	1
Pedreiro II	2
Professor Música I	5
Professor Música II	1
Professor I - 1º Grau	39
Professor II - 2º Grau - Magistério	26
Professor III - Superior Lei nº 1.818 de 29 de setembro de 1993 licenciatura	2
Professor IV Licença. Plena	6
Psicólogo	1
Recepcionista	1
Servente	1
Supervisor Educacional	1
Soldador	1
Veterinário	1
Técnico em Contabilidade	1
Técnico em Contabilidade II	1
Técnico em Agrimensura I	1
Técnico em Agrimensura II	1
Técnico em Enfermagem I	1
Técnico em Enfermagem II	1
Telefonista I	1
Telefonista II	1
Tesoureiro	1
Tratorista I	2
Tratorista II	6
Vigia I	4
Vigia II	2

Campo Alegre/SC, 21 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei, na Secretaria em vinte e um dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.814 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.814

AUTORIZA EFETUAR PAGAMENTO AO JORNAL EVOLUÇÃO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.813 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.813

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.767 DE 08 DE JULHO DE 1993.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.812 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.812

REAJUSTA OS VENCIMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.811 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.811

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR ÁREA DE TERRA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.810 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.810

ALTERA REDAÇÃO DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 1.446/91 DE 17 DE ABRIL DE 1991.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.809 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.809

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FUNCIONÁRIA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.808 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.808

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR SERVIÇOS DO MÉDICO Dr. IVAL LUIZ AMARAL DE SOUZA LIMA.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.807 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.807

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM DOAÇÕES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.806 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.806

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO DO ORÇAMENTO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.805 de 14 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.805

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR MÉDICO VETERINÁRIO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 14 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos quatorze dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.804 de 08 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.804

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DESPESAS COM DOAÇÕES.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.803 de 08 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.803

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 11 DA LEI MUNICIPAL Nº 1.399 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1990.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.802 de 08 de Setembro de 1993

LEI Nº 1.802

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O PERÍODO DE 1993 Á 1996.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 08 de setembro de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos oito dias do mês de setembro de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.801 de 31 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.801

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de agosto de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.800 de 31 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.800

ESTABELECE VALORES DE DIÁRIAS PARA PREFEITO, VICE-PREFEITO, VEREADORES, SECRETÁRIOS E DEMAIS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de agosto de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.799 de 31 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.799

ABRE CRÉDITO ESPECIAL.
LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 31 de agosto de 1993.
LEOPOLDO GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER
Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.798 de 31 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.798

AUTORIZA A CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 31 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos trinta e um dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.797 de 24 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.797 DE 24 DE AGOSTO DE 1993

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ASSOCIAÇÃO DE PAIS".
E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE.

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais a mim conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica Declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE WILSON JOSÉ LIEBL", entidade sem fins lucrativos, com sede a Av. Dr. Getúlio Vargas, Centro em Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de Agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.796 de 24 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.796 DE 24 DE AGOSTO DE 1993

CRIA A "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE", E DÁ DENOMINAÇÃO.

Eu, Leopoldo Grosskopf, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais a mim conferidas, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º) Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CAMPO ALEGRE".

Art.2º) Dá denominação à "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS". WILSON JOSÉ LIEBL.

Art.3º) Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogam-se as disposições em contrário.

Campo Alegre/SC, 24 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.795 de 24 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.795

ESTABELECE VALORES DE DIÁRIAS PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC, E DA CÂMARA MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.794 de 24 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.794

ESTABELECE VALORES DE DIÁRIAS PARA OS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE/SC, E DA CÂMARA MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.793 de 24 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.793

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ALIENAR VEÍCULO PÚBLICO MUNICIPAL.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 24 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos vinte e quatro dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.792 de 17 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.792

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RENOVAR CONTRATO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.791 de 17 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.791

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RENOVAR CONTRATO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.790 de 17 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.790

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RENOVAR CONTRATO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.789 de 17 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.789

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RENOVAR CONTRATO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre, 17 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.788 de 17 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.788

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RENOVAR CONTRATO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.787 de 17 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.787

AUTORIZA CONCESSÃO DE CONTRIBUIÇÕES CORRENTES.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 17 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Lei Nº 1.786 de 10 de Agosto de 1993

LEI Nº 1.786

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A RENOVAR CONTRATO.

LEI OBSOLETA.

Campo Alegre/SC, 10 de agosto de 1993.

LEOPOLDO GROSSKOPF

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei nesta Secretaria aos dez dias do mês de agosto de 1993.

LEOPOLDO S. NIEMEYER

Chefe de Gabinete

Campos Novos

PREFEITURA

Despacho Decisório de Anulação de Processo Licitatório Nº 174/13- Pregão Presencial Nº 63/13

DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 174/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2013

Considerando a supremacia da administração pública na condução dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância;
Considerando a Decisão nº 3143/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no processo nº ELC-13/00792784;
DETERMINO:

A ANULAÇÃO do Processo Licitatório nº 174/2013 - PREGÃO Nº 63/2013, cujo objeto é a contratação de serviço de consultoria para realização de estudos sobre a folha de pagamento do Município de Campos Novos com a finalidade de identificar contribuições que foram e/ou estão sendo recolhidas indevidamente.

Encaminhe-se a Comissão Permanente de Pregão para publicação e providências.

Ao fim, arquite-se.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

Canoinhas

PREFEITURA

Publicação da Inexigibilidade de Licitação Nº FMS 03/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º FMS 30/2014

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 03/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratado: HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (CNPJ: 83.192.096/0001-64).

Objeto: Contratação do hospital para prestação de serviços referente à estrutura hospitalar incluída todas as despesas, exceto sobre os valores de honorários médicos devidos para a execução dos serviços médicos na modalidade de sobreaviso nas especialidades de ortopedia, neurocirurgia, cirurgia geral, anestesia, pediatria, clínica médica.

Valor: R\$ 325.000,00 (trezentos e vinte e cinco mil reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação da Dispensa de Licitação Nº 08/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º 119/2014

Dispensa de Licitação n.º 08/2014

O Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.384/0001-80 sito à Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro comunica contratação através de Dispensa de Licitação. Artigo 24, IV, da Lei 8.666/93.

Objeto: Dispensa de Licitação para contratação emergencial para concessão dos serviços públicos de exploração, controle e manutenção do estacionamento rotativo de veículos das vias e logradouros públicos do Município de Canoinhas.

Fornecedor: SERTTEL LTDA (CNPJ 24.144.040/0001-75).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito

Publicação do Comunicado Resposta Recurso da Tomada de Preços Nº PMC 13/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

COMUNICADO RESPOSTA RECURSO

RESULTADO DO JULGAMENTO DO RECURSO, protocolado pela empresa J. LUMA CONSTRUTORA LTDA - ME.

Recurso acolhido e dado provimento.

Protocolo n.º 4833 de 20/08/2014.

Processo de licitação n.º PMC 121/2014 na modalidade de Tomada de Preços n.º PMC 13/2014.

O teor da resposta da comissão está disposição dos interessados no site www.pmc.sc.gov.br na pasta do referido processo.

PAULO CESAR SAFANELLI

Presidente da Comissão de Licitação

**PUBLICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº FMS 04/2014**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS

Processo Licitatório n.º FMS 39/2014

Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 04/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob n.º 11.206.680/0001-10 sito à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação através de Inexigibilidade de Licitação. Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratada: CLINICA MEDICA HJ LTDA (CNPJ: 76.839.588/0001-33).

Objeto: Contratação de empresa especializada para: Atendimento com internamento e tratamento de crianças e adolescentes (ambos os sexos) dependentes químicos.

Valor: R\$ 18.400,00 (Dezoito mil e quatrocentos reais).

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito/Presidente do Fundo

**Publicação do Edital de Pregão Presencial Nº FMAS
06/2014**

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMAS 09/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMAS 06/2014

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 11.455.005/0001-25, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 03/10/2014, às 10h05min, a licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE ENCONTROS PARA DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE CAPACITAÇÃO DOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR DO CRAS E DO CREAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL. Recebimento de propostas até as 10h00min do dia 03/10/2014. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito/Presidente do Fundo

Publicação do Pregão Presencial Nº FMS 22/2014

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 37//2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 22/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/10/2014, às 14h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO FORD TRANSIT 2.4 PUMA PLACA MKF 1239. Recebimento das propostas até às 14h00min do dia 07/10/2014. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria

Prefeito /Presidente do fundo.

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 15/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 1/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 6028 - AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA									
3	17045	BATERIA 150 AH							
48	4280	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO DIANTEIRA PARA CAMINHÕES FORDC2422		UN	40,000	0,0000	689,0000	27.560,00	Venceu
49	4281	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO DIANTEIRA PARA CAMINHÕES FORDC.1722		UN	16,000	0,0000	219,0000	3.504,00	Venceu
50	4282	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO DIANT. CAMINHÃO VW23.210		UN	16,000	0,0000	219,0000	3.504,00	Venceu
51	4283	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO DIANT. PARA CAMINHÕES VW 16.170B.T		UN	16,000	0,0000	219,0000	3.504,00	Venceu
55	4287	AMORTECEDOR4 DE SUSPENSÃO TRAS.PARA CAMINHOS FORD CARGO2422		UN	16,000	0,0000	219,0000	3.504,00	Venceu
56	4288	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO TRASEIRA PARA CAMI.FORD CARGO1722		UN	16,000	0,0000	219,0000	3.504,00	Venceu
57	4289	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO TRAS.PARA CAMINHOS VW 23.210		UN	16,000	0,0000	219,0000	3.504,00	Venceu
58	4290	AMORTECEDOR DE SUSP. TRAS.PARA CAMINHOS VW 16.170 B.T		UN	16,000	0,0000	219,0000	3.504,00	Venceu
59	4291	AMORTECEDOR DE SUSP. TRAS.P/CAMINHÕES M.B.1618		UN	16,000	0,0000	219,0000	3.504,00	Venceu
154	4389	CILINDRO AUXILIAR DA EMBREAGEM P/AMB.FIAT DUCATO 2.8 ANO2006		UN	1,000	0,0000	427,0000	427,00	Venceu
155	4390	CILINDRO MESTRE DA EMBREAGEM PARA A AMB.FIAT DUCATO 2.8		UN	1,000	0,0000	427,0000	427,00	Venceu
157	4392	KIT COXIM DO SUPORTE DO MOTOR PARA AMB.FIAT DUCATO2.8.		UN	1,000	0,0000	439,0000	439,00	Venceu
162	4397	PIVÔ DA SUSPENSÃO DIANT. P/AMB.FIAT DUCATO 2.8 ANO2006 ARO 16	JOG		4,000	0,0000	167,0000	668,00	Venceu
206	4440	DISCO DE FREIO DIANT. P/ AMB.FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006- ARO16	UN		4,000	0,0000	159,0000	636,00	Venceu
250	4515	PASTILHAS DE FREIO TRAS.P/AMB.IVECO, ANO 2004-ARO16	JOG		2,000	0,0000	194,0000	388,00	Venceu
251	4517	DISCO DE FREIO P/AMB.IVECO, ANO2004-ARO16	UN		2,000	0,0000	219,0000	438,00	Venceu
297	4573	JOGO DE PASTILHA DE FREIO TRAS.P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO	UN		2,000	0,0000	189,0000	378,00	Venceu
433	4709	AMORTECEDOR TRAS.P/AMB. FORD TRANSIT, ANO 2011	UN		4,000	0,0000	341,0000	1.364,00	Venceu
447	4723	PIVO SUSPENSÃO P/ ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17, ANO2012	UN		4,000	0,0000	289,0000	1.156,00	Venceu
449	4725	PIVO TIRANT SUSP. INFERIOR P/ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17,	UN		2,000	0,0000	569,0000	1.138,00	Venceu
489	4765	FUSIVEL LÂMINA 10 AH P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		50,000	0,0000	0,5900	29,50	Venceu
490	4766	FUSIVEL LÂMINA 15 AH P/OIBUS VOLARE ANO 2012	UN		50,000	0,0000	0,5900	29,50	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014									
Fornecedor: 6028 - AUTO MECANICA E PECAS LEO LTDA									
Licitação: 15/2014 - CC			Data da Homologação:						
491	4767	FUSÍVEL LÂMINA 20 AH P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		50,000	0,0000	0,5900	29,50	Venceu
492	4768	FUSÍVEL LÂMINA 25 A P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		50,000	0,0000	0,5900	29,50	Venceu
526	4802	SINALEIRA TRAS. RÉ P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		6,000	0,0000	85,0000	510,00	Venceu
527	4803	SINALEIRA TRAS. FREIO/POSIÇÃO P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		6,000	0,0000	86,0000	516,00	Venceu
528	4804	SIRENE RÉ P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		8,000	0,0000	64,0000	512,00	Venceu
542	4818	ALTERNADOR 12V P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	UN		3,000	0,0000	709,0000	2.127,00	Venceu
543	4819	AMORTECEDOR DIANT. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		6,000	0,0000	161,0000	966,00	Venceu
561	4837	BUZINA 24V P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		2,000	0,0000	103,0000	206,00	Venceu
602	4877	INTERRUPTOR LUZ DE RÉ P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		4,000	0,0000	75,0000	300,00	Venceu
622	4898	MOTOR PARTIDA 24V/4KW 10 DENTES P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 201	UN		4,000	0,0000	1.449,0000	5.796,00	Venceu
633	4909	RELÉ 24 V P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		8,000	0,0000	36,0000	288,00	Venceu
634	4910	RELÉ DO PISCA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		4,000	0,0000	56,0000	224,00	Venceu
635	4911	RELÉ TEMPORIZADOR LIMPADOR 24V P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UN		4,000	0,0000	62,0000	248,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					466,000			78.366,00	
Nr. do Processo: 104/2014									
Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
Licitação: 15/2014 - CC			Data da Homologação:						
7	4241	QUILOS DE ELETRODO 46	Esab	KG	50,000	0,0000	28,0000	1.400,00	Venceu
20	4253	CRUZETAS PARA ERGUER CAÇAMBA CAMINHÃO FORD CARGO 2422	Spicer/Nakata	UN	23,000	0,0000	96,0000	2.208,00	Venceu
21	4254	CRUZETAS PARA ERGUER CAÇAMBA PARA CAMINHÃO FORD CARGO 1722	Spicer/Nakata	UN	23,000	0,0000	96,0000	2.208,00	Venceu
22	4255	CRUZETAS PARA ERGUER CAÇAMBA CAMINHÃO VW 23.210	Spicer/Nakata	UN	23,000	0,0000	96,0000	2.208,00	Venceu
34	4266	TAMBORES DE FREIO PARA OS CAMINHÕES FORD CARGO 2422	Frumm/Batista	UN	22,000	0,0000	560,0000	12.320,00	Venceu
35	4267	TAMBORES DE FREIO PARA OS CAMINHÕES FORD CARGO 1722	Frumm/Batista	UN	22,000	0,0000	560,0000	12.320,00	Venceu
36	4268	TAMBORES DE FREIO PARA OS CAMINHÕES VW23.210	Frumm/Batista	UN	22,000	0,0000	560,0000	12.320,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 3/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação: Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
37	4269	TAMBORES DE FREIO PARA OS CAMINHÕES VW 16.170 B.T	Fruhn/Batista	UN	22,000	0,0000	560,0000	12.320,00	Venceu
38	4270	TAMBORES DE FREIO PARA CAMINHOS M.B 1618	Fruhn/Batista	UN	22,000	0,0000	520,0000	11.440,00	Venceu
41	4273	CONJUNTO COMP EMBUCHAMENTO PARA OS CAMINHOS FORD CARGO 2422	Butuen/Original	CJ	10,000	0,0000	520,0000	5.200,00	Venceu
42	4274	CONJUNTO COMP EMBUCHAMENTO PARA OS CAMINHOS FORD CARGO 1722	Butuen/Original	CJ	10,000	0,0000	520,0000	5.200,00	Venceu
43	4275	CONJUNTO COMPLETO EMBUCHAMENTO PARA OS CAMINHOS VW 23.210	Butuen/Original	CJ	10,000	0,0000	520,0000	5.200,00	Venceu
44	4276	CONJUNTO COMPLETO EMBUCHAMENTO PARA CAMINHOS VW 16170 BT	Butuen/Original	CJ	10,000	0,0000	520,0000	5.200,00	Venceu
45	4277	CONJUNTO COMPLETO EMBUCHAMENTO PARA O CAMINHÃO M.B 1618	Butuen/Original	CJ	10,000	0,0000	520,0000	5.200,00	Venceu
67	4299	CONJUNTO DE EMBREAGEM PARA OS CAMINHOS M.B. 1113.	Luck/Sachs	CJ	6,000	0,0000	1.100,0000	6.600,00	Venceu
78	4310	PINO DO JUMELO PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 2422	Udex/Original	UN	14,000	0,0000	34,0000	476,00	Venceu
79	4311	PINO DO JUMELO PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 1722	Udex/Original	UN	14,000	0,0000	34,0000	476,00	Venceu
80	4312	PINO DO JUMELO PARA O CAMINHÃO VW23.210	Udex/Original	UN	14,000	0,0000	34,0000	476,00	Venceu
81	4140	PINO DO JUMELO PARA O CAMINHÃO VW 16.170 B.T.	Udex/Original	UN	14,000	0,0000	34,0000	476,00	Venceu
82	4313	PINO DO JUMELO PARA O CAMINHÃO M.B. 1618	Udex/Original	UN	14,000	0,0000	34,0000	476,00	Venceu
83	4314	PINO DO JUMELO PARA O CAMINHÃO M.B. 1113	Udex/Original	UN	14,000	0,0000	34,0000	476,00	Venceu
84	4315	PINO DO JUMELO PARA O C AMINHÃO M.B. AXOR 2644S	Udex/Original	UN	14,000	0,0000	34,0000	476,00	Venceu
85	4316	PINO DO JUMELO PARA O CAMINHÃO M.B. AXOR 1933S	Udex/Original	UN	14,000	0,0000	34,0000	476,00	Venceu
86	3715	BALANÇA DO TRUCK PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 2422	Suspensis/Origina	UN	14,000	0,0000	325,0000	4.550,00	Venceu
101	4329	COXINS DA GABINE NA PARTE DIANT. P. O CAMINHÃO M.B.AXOR2644S	Rei/Original	UN	15,000	0,0000	58,0000	870,00	Venceu
102	4330	COXINS DA GABINE NA PARTE DIANTEIRA P. O CAMINHÃO M.B.1933S	Rei/Original	UN	15,000	0,0000	58,0000	870,00	Venceu
107	4335	COXINS DA GABINE NA PARTE TRAS.COM PINO P/ CAMI.M.B. 1618	Rei/Original	UN	15,000	0,0000	76,0000	1.140,00	Venceu
108	4336	COXINS DA GABINE NA PARTE TRASEIRA COM PINO CAMINHÃO MB.1113	Rei/Original	UN	15,000	0,0000	76,0000	1.140,00	Venceu
109	4337	COXINS DA GABINE NA PARTE TRAS COM PINO PARA O CAMI.M.B.AXOR	Rei/Original	UN	15,000	0,0000	76,0000	1.140,00	Venceu
110	4338	COXINS DA GABINE NA PARTE TRAS.COM PINO. P/ CAMINH MB AXOR 1	Rei/Original	UN	15,000	0,0000	76,0000	1.140,00	Venceu
149	3758	COIFA DA CAIXA DE CAMBIO PARA A AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8.	Original	UN	4,000	0,0000	78,0000	312,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 4/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
150	4385	HOMOCINÉTICA DO EIXO P/AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8, ANO2006-A	Cofap/Original	UN	4,000	0,0000	375,0000	1.500,00	Venceu
152	4387	BIELETA DA SUSPENSÃO DIANTEIRA P/AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8	Axios/Original	UN	4,000	0,0000	50,0000	200,00	Venceu
153	4388	KIT BUCHAS DA BANDEJA DE SUSPENSÃO P/AMBULFIAT DUCATO 2.8.	Axios/Original	UN	2,000	0,0000	330,0000	660,00	Venceu
156	4391	KIT DE CORREIAS DO MOTOR P/AMB.FIAT DUCATO 2.8 2006/ARO16	Goodyer	UN	2,000	0,0000	112,0000	224,00	Venceu
158	4393	DISCO DE FREIO DIANTEIRO PARA AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8	Bosch/Varga	UN	4,000	0,0000	175,0000	700,00	Venceu
159	4394	DISCO DE FREIO TRAS.P/AMB.FIAT DUCATO2.8ANO2006 ARO16	Bosch/Varga	UN	4,000	0,0000	175,0000	700,00	Venceu
160	4395	PASTILHA DE FREIO DIAT.PARA AMB.FIAT DUCATO2.8 ANO 2006-	Fras-Le/Original	JOG	2,000	0,0000	210,0000	420,00	Venceu
161	4396	PASTILHA DE FREIO TRAS.P/AMB.FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006	Fras-Le/Original	JOG	2,000	0,0000	200,0000	400,00	Venceu
163	4398	REPARO DA PINÇA DO FREIO P/AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8	Varga/Original	UN	4,000	0,0000	76,0000	304,00	Venceu
164	4399	TERMINAL DE DIREÇÃO PARA A AMB.FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006	Spicer/Original	UN	4,000	0,0000	110,0000	440,00	Venceu
167	4402	CORREIA DENTADA DO MOTOR PARA AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8	Goodyer	UN	2,000	0,0000	175,0000	350,00	Venceu
168	4403	ROLAMENTO ESTICADOR DA CORREIA DENTADA PARA AMB.FIAT	Dayco/Original	UN	4,000	0,0000	118,0000	472,00	Venceu
170	4405	VARETA DE SOLDA OXIGENIO P/AMBUL. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006-	Esab	UN	20,000	0,0000	0,9000	18,00	Venceu
171	4406	VARETA DE SOLDA OXIGENIO PARA AMB FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006	Esab	UN	20,000	0,0000	3,9000	78,00	Venceu
172	4407	ELETRODOS SOLDA N 48-4MM	Esab	KG	30,000	0,0000	34,0000	1.020,00	Venceu
173	4408	KIT COIFA DE RODAS PARA A AMB FIAT DUCATO 2.8 ANO2006	Original	UN	2,000	0,0000	148,0000	296,00	Venceu
174	4409	KIT DE BUCHAS DE MOLAS P/AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006	Axios/Original	UN	2,000	0,0000	780,0000	1.560,00	Venceu
175	4410	FECHADURA P/AMB FIAT DUCATO 2.8 ANO2006 (PORTA DIANTEIRA/ LA	Original	UN	1,000	0,0000	790,0000	790,00	Venceu
176	4411	FECHADURA PARA A AMB.FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 (PORTA DIANTEI	Original	UN	2,000	0,0000	790,0000	1.580,00	Venceu
177	4412	FECHADURA P/AMBULFIAT DUCATO 2.8, ANO 2006 (COMPART. CARGA/	Original	UN	1,000	0,0000	480,0000	480,00	Venceu
178	4413	FECHADURA P/AMB FIAT DUCATO 2.8 ANO2006	Original	UN	1,000	0,0000	480,0000	480,00	Venceu
179	4414	ROLAMENTO DO AMORTECEDOR PARA A AMBULFIAT DUCATO2.8	Timken/Original	UN	4,000	0,0000	54,0000	216,00	Venceu
180	4415	AMORTECEDOR DA SUSP. DIANT. DA AMB.FIAT DUCADO 2.8 ANO 2006	Cofap/Monroe	UN	4,000	0,0000	480,0000	1.920,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 5/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação: Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
181	4416	AMORTECEDOR DA SUSP. TRAS. DA AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO	Cofap/Monroe	UN	4,000	0,0000	360,0000	1,440,00	Venceu
182	4417	MOLAS DA SUSPENSÃO DIANT. DA AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO	Original	UN	4,000	0,0000	249,0000	996,00	Venceu
183	4418	MOLAS DA SUSP. TRASE. DA AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO 16	Original	UN	4,000	0,0000	249,0000	996,00	Venceu
184	4419	SAPATA DE FREIO P/AMB. FIAT DUCATO 2.8, ANO 2006 ARO 16	Fras-Le/Original	UN	2,000	0,0000	290,0000	580,00	Venceu
185	4420	KIT CONTRA PINO PARA A AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8, ANO 2006	Rex/Original	UN	2,000	0,0000	10,5000	21,00	Venceu
186	3790	KIT COXIM DO SUPORTE DE CAMBIO PARA A AMBULANCIA FIAT DUCATO	Rel/Original	CJ	1,000	0,0000	295,0000	295,00	Venceu
187	4421	KIT COXIM DO SUPORTE DE MOTOR P/AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006	Rel/Original	UN	1,000	0,0000	640,0000	640,00	Venceu
188	4422	KIT DE CABOS DE FREIO P/AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO 16	Fania/Original	UN	1,000	0,0000	370,0000	370,00	Venceu
189	4423	BUCHA DO GARFO DA EMBREAGEM P/AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006	Original	UN	2,000	0,0000	48,0000	96,00	Venceu
190	4424	GARFO DA EMBREAGEM P/AMBULAN. FIAT DUCATO 2.8, ANO 2006 -	Original	UN	1,000	0,0000	495,0000	495,00	Venceu
191	4425	HASTE TRANSMISSOR P/AMB. FIAT DUCATO 2.8, ANO 2006 ARO 16	Original	UN	1,000	0,0000	110,0000	110,00	Venceu
192	4426	RETENTOR DO DIFERENCIAL DO LADO ESQ. P/AMB. FIAT DUCATO 2.8	Sabó/Original	UN	1,000	0,0000	148,0000	148,00	Venceu
193	4427	RETENTOR DO DIFERENCIAL DO LAD. DTO P/AMB. FIAT DUCATO 2.8	Sabó/Original	UN	1,000	0,0000	295,0000	295,00	Venceu
194	4428	SEMI EIXO DE LAD. ESQ. COMP. PARA AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006	Original	UN	1,000	0,0000	2,850,0000	2,850,00	Venceu
196	4430	KIT TRAVA DE ROLAMENTO DA RODA P/ AMB. FIAT DUCATO 2.8, ANO	Original	UN	2,000	0,0000	18,0000	36,00	Venceu
204	4438	RETENTOR EIXO PILOTO P/ AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8, ANO 2006	Original	UN	2,000	0,0000	480,0000	960,00	Venceu
207	4441	DISCO DE FREIO TRAS. P/ AMB. FIAT DUCATO 2.8, ANO 2006 ARO 16	Bosch/Varga	UN	4,000	0,0000	185,0000	740,00	Venceu
208	4442	TRIZETA PARA AMBULÂNCIA. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO 16	Original	UN	4,000	0,0000	160,0000	640,00	Venceu
209	4443	KIT HOMOCINETICA P/A AMB. FIAT DUCATO A.8 ANO 2006 ARO 16	Original	UN	4,000	0,0000	45,0000	180,00	Venceu
210	4444	BIELETA ESTAB. P/AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO 16	Original	UN	4,000	0,0000	48,0000	192,00	Venceu
211	4445	BUCHA SUSP. DIANT. P/AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO 16	Original	UN	4,000	0,0000	50,0000	200,00	Venceu
212	4446	REPARO SAPATA DE FREIO P/AMB. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO 1	Original	UN	4,000	0,0000	110,0000	440,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 6/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
213	4447	KIT CABO TRAMBULADOR P/ AMBUL. FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO1	Original	UN	2,000	0,0000	1.190,0000	2.380,00	Venceu
214	4448	DISCO DE FREIO PARA AMB. PEUGEOT BOXER, ANO 2009- ARO 16	Bosch/Varga	UN	4,000	0,0000	160,0000	640,00	Venceu
216	4450	KIT JOGO DE PASTILHA DE FREIO DIANT. P/AMBULANCIA PEUGEOT BOX	Fras-Le/Original	UN	2,000	0,0000	195,0000	390,00	Venceu
217	4451	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO DIANT. PARA A AMB. PEUGEOT BOXER, ANO	Cofap/Monroe	UN	4,000	0,0000	490,0000	1.960,00	Venceu
218	4452	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO TRASEIRA PARA A AMBUL. PEUGEOT BOXER	Cofap/Monroe	UN	4,000	0,0000	440,0000	1.760,00	Venceu
219	4453	UNIDADE DE BUCHA INFERIOR DA SUSPENSÃO PARA A AMBULANCIA PEU	Axios/Original	UN	2,000	0,0000	74,0000	148,00	Venceu
220	4454	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM P/ AMB. PEUGOT BOXER, ANO 2009	Varga/Original	UN	1,000	0,0000	426,0000	426,00	Venceu
221	4455	CILINDRO MESTRE DE EMBREAGEM P/AMB. PEUGEOT BOXER, ANO 2009	Varga/Original	UN	1,000	0,0000	410,0000	410,00	Venceu
222	4456	CORREIA DO COMANDO DO MOTOR DA AMBULANCIA PEUGEOT BOXER COM	Goodyer	UN	2,000	0,0000	180,0000	360,00	Venceu
223	4457	ROLAMENTO 6006 PARA A AMBULANCIA PEUGEOT BOER ANO 2009 ARO	Skf/Timken	UN	2,000	0,0000	31,0000	62,00	Venceu
224	4458	ROLAMENTO ESTICADOR DA CORREIA P/ AMB. PEUGEOT BOXER, ANO2009	Skf/Timken	UN	4,000	0,0000	134,0000	536,00	Venceu
228	4462	COLETOR DE ESCAPAMENTO PARA AMBULANCIA PEUGEOT BOXER, ANO 20	Original	UN	1,000	0,0000	780,0000	780,00	Venceu
231	4489	ROLAMENTO DO ESTICADOR DA CORREIA DENTADA P/AMB. IVECO, ANO	Skf/Timken	UN	2,000	0,0000	148,0000	296,00	Venceu
232	4490	MOLA DE SUSPENSÃO DIANTEIRA P/AMB. IVECO, ANO 2004-ARO16,	Original	UN	2,000	0,0000	295,0000	590,00	Venceu
233	4491	MOLA DE SUSPENSÃO TRAS. P/AMB. IVECO, ANO 2004- ARO16	Original	UN	2,000	0,0000	304,0000	608,00	Venceu
234	4492	BIELETA DA SUSPENSÃO DIANT. P/AMB. IVECO, ANO 2004-ARO16	Original	UN	2,000	0,0000	49,0000	98,00	Venceu
235	4493	AMORTECEDOR DA SUSP. DIANT. PARA AMBUL. IVECO, ANO2004 ARO 16	Cofap/Monroe	UN	2,000	0,0000	328,0000	656,00	Venceu
236	4494	AMORTECEDOR DA SUSPENSÃO TRAS. P/AMBULANCIA IVECO, ANO 2004-	Cofap/Monroe	UN	2,000	0,0000	460,0000	920,00	Venceu
237	4495	SAPATA DE FREIO P/AMB. IVECO, ANO 2004-ARO16	Fras-Le/Original	UN	2,000	0,0000	498,0000	996,00	Venceu
238	4496	KIT DE ROLAMENTO DAS RODAS DIANT. PARA A AMB. IVECO, ANO 2004-	Skf/Timken	UN	2,000	0,0000	980,0000	1.960,00	Venceu
240	4498	KIT DE CONTRA PINO P/AMB. IVECO, ANO 2004-ARO16	Rex/Original	UN	2,000	0,0000	9,0000	18,00	Venceu
241	4505	FECHADURA P/AMB. IVECO, ANO 2004-PORTA DIANT/LADO ESQUERDO	Original	UN	1,000	0,0000	490,0000	490,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 7/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação: Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
242	4506	FECHADURA P/AMB.IVECO, ANO 2004-PORTA DIANT./LADO DIREITO	Original	UN	1,000	0,0000	495,0000	495,00	Venceu
244	4508	FECHADURA P/AMB. IVECO, ANO 2004-COMPARTIMENTO DE CARGA/PORT	Original	UN	1,000	0,0000	390,0000	390,00	Venceu
245	4509	KIT DE COXIM E SUPORTE DO MOTOR P/ AMB.IVECO, ANO 2004-ARO16	Rel/Original	UN	1,000	0,0000	520,0000	520,00	Venceu
246	4510	KIT DE COXIM E SUPORTE DO CAMBIO P/AMB.IVECO, ANO 2004-ARO16	Rel/Original	UN	1,000	0,0000	310,0000	310,00	Venceu
247	4512	CILINDRO MESTRE DA EMBREAGEM P/AMB. IVECO.ANO 2004-ARO16	Bosch/Skf/Orig	UN	1,000	0,0000	410,0000	410,00	Venceu
248	4513	CILINDRO AUXILIAR DA EMBREAGEM P/A AMB.IVECO, ANO 2004-ARO16	Bosch/Skf/Orig	UN	1,000	0,0000	415,0000	415,00	Venceu
249	4514	KIT DE COXIM DOS SUPORTES DO MOTOR P/AMB.IVECO, ANO2004	Rel/Original	UN	1,000	0,0000	430,0000	430,00	Venceu
253	4519	KIT REPARO DO PATIM DE FREIO P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR	Varga/Original	UN	2,000	0,0000	32,0000	64,00	Venceu
254	4520	TAMBOR DE FREIO P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR MMM 150 CV, ANO2005	Fruhn/Original	UN	2,000	0,0000	384,0000	768,00	Venceu
256	4522	LONAS DE FREIO COM REBITE P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR MMM 150	Fras-Le	UN	4,000	0,0000	134,0000	536,00	Venceu
261	4527	SELANTE DE VEDAÇÃO P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOT MMM 150CV,	Mwm/Original	UN	4,000	0,0000	28,0000	112,00	Venceu
264	4530	TERMINAL DO CAMBIO P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR MMM 150 AV, ANO	Sabo/Original	UN	2,000	0,0000	62,0000	124,00	Venceu
269	4537	CILINDRO MESTRE DA EMBREAGEM P/VAN PEUGEOT BOXER 330-M	Bosch/Varga	UN	1,000	0,0000	410,0000	410,00	Venceu
270	4540	JOGO DE PASTILHAS DE FREIO TRAS. P/VAN PEUGEOT BOXER 330M	Fras-Le/Original	UN	2,000	0,0000	165,0000	330,00	Venceu
271	4541	JOGO DE PASTILHA DE FREIO DIANT. PARA VAN PEUGEOT BOXER 330M	Fras-Le/Original	UN	2,000	0,0000	195,0000	390,00	Venceu
272	4544	ROLAMENTO 6006 P/VAN PEUGEOT BOXER 330 M 2.3 JTD, ANO 2010	Skf/Timken	UN	2,000	0,0000	32,0000	64,00	Venceu
275	4547	DISCO DE FREIO P/VAN PEUGEOT BOXER 330M 2.3 JTD ARO 16	Bosch/Varga	UN	4,000	0,0000	145,0000	580,00	Venceu
277	4549	CORREIA ALTERNADOR P/VAN PEUGEOT BOXER 330 M 2.3 JTD,	Goodyer	UN	4,000	0,0000	72,0000	288,00	Venceu
278	4550	CORREIA AR COND. P/A VAN PEUGEOT BOXER 330M 2.3 JTD, ANO	Goodyer	UN	2,000	0,0000	94,0000	188,00	Venceu
280	4554	TERMINAL DE DIREÇÃO P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO, ANO2009	Spicer/Ttw	UN	4,000	0,0000	110,0000	440,00	Venceu
282	4556	KIT DE ROLAMENTO DAS RODAS DIANT.P/MICRO ONIB. FIAT DUCATO,	Skf/Timken	UN	1,000	0,0000	1,420,0000	1,420,00	Venceu
284	4558	CILINDRO AUXILIAR DA EMBREAGEM P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO,	Bosch/Varga	UN	1,000	0,0000	428,0000	428,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 8/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
285	4559	CILINDRO MESTRE DA EMBREAGEM P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO,	Bosch/Varga	UN	1,000	0,0000	412,0000	412,00	Venceu
286	4561	KIT DE CABOS DE FREIO P/MICRO-ONIBUS FIAT DUCATO ANO2009	Fania/Original	UN	1,000	0,0000	326,0000	326,00	Venceu
287	4562	KIT DE COXIM DO SUPORTE DE CAMBIO P/ MICRO-ONIBUS FIAT DUCAT	Rei/Original	UN	1,000	0,0000	262,0000	262,00	Venceu
288	4563	KIT DE COXIM DO SUPORTE DE MOTOR P/MICRO ONIB. FIAT DUCATO	Rei/Original	UN	2,000	0,0000	448,0000	896,00	Venceu
289	4564	FECHADURAS P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO, ANO 2009-PORTA DIANT	Original	UN	1,000	0,0000	385,0000	385,00	Venceu
291	4567	RETENTOR DO DIFERENCIAL DO LADO DTO P/O MICRO-ONIBUS FIAT	Sabó	UN	1,000	0,0000	174,0000	174,00	Venceu
295	4571	BUCHA DO GARFO DE EMBREAGEM PARA O MICRO ONIBUS FIAT DUCATO	Original	UN	2,000	0,0000	52,0000	104,00	Venceu
296	4572	CORREIA DENTADA DO MOTOR P/MICRO-ONIBUS FIAT DUCATO, 2009	Goodyer	UN	2,000	0,0000	146,0000	292,00	Venceu
298	4574	KIT DE BUCHAS DA BANDEJA DE SUSP. P/ MICRO ONIBUS FIAT DUCAT	Axios/Original	UN	1,000	0,0000	310,0000	310,00	Venceu
301	4577	KIT DE CONTRA PINO P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO, ANO2009	Rex/Original	UN	2,000	0,0000	8,6000	17,20	Venceu
302	4578	KIT DE CORREIAS DO MOTOR P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO	Goodyer	UN	1,000	0,0000	94,0000	94,00	Venceu
303	4579	KIT DE EMBREAGEM COMPLETO P/O MICRO ONIBUS FIAT DUCATO	Luck/Valeo/Orig	UN	1,000	0,0000	1,490,0000	1,490,00	Venceu
305	4581	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO DIANT.P/ MICRO ONIBUS	Cofap/Monroe	UN	4,000	0,0000	485,0000	1,940,00	Venceu
307	4583	DISCO DE FREIO P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO ANO 2009 ARO 15	Eaton/Orig	UN	4,000	0,0000	154,0000	616,00	Venceu
310	4586	ROLAMENTO ESTICADOR DA CORREIA DENTADA P/MICRO ONIBUS	Skf/Timken	UN	4,000	0,0000	118,0000	472,00	Venceu
312	4588	REPARO PINÇA DE FREIO P/ MICRO ONIBUS FIAT DUCATO ANO 2009	Varga/Original	UN	6,000	0,0000	79,0000	474,00	Venceu
313	4589	BIELETA ESTABILIZADOR P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO ANO 2009	Axios/Orig	UN	4,000	0,0000	58,0000	232,00	Venceu
314	4590	KIT DE EMBREAGEM COMPLETO P/ONIBUS VW 17210 ANO 2003 ARO20	Luck/Eaton	UN	1,000	0,0000	1,980,0000	1,980,00	Venceu
315	4591	KIT DE REPARO DO PATIM DE FREIO P/ONIBUS VW 17210 ANO 2003	Original	UN	2,000	0,0000	31,0000	62,00	Venceu
328	4604	SELANTE DE VEDAÇÃO P/ONIBUS VW 17210, ANO 2003 ARO 20	Mwm	UN	4,000	0,0000	18,5000	74,00	Venceu
331	4607	CILINDRO DE RODA DO FREIO P/ ONIBUS VW 17210, 2003 ARO 20	Varga	UN	2,000	0,0000	190,0000	380,00	Venceu
332	4608	VÁLVULA TERTMOSTÁTICA P/ONIBUS VW 17210, ANO 2003 ARO 20	Wahler	UN	1,000	0,0000	148,0000	148,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 9/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
333	4609	KIT DE MANGUEIRAS DO MOTOR VW 17210 ANO 2003 ARO 20	Ipab/Orig	UN	1,000	0,0000	634,0000	634,00	Venceu
334	4610	KIT DE CORREIAS DO MOTOR P/ONIBUS VW 17210 ANO 2003, ARO 20	Goodyer	UN	1,000	0,0000	216,0000	216,00	Venceu
335	4611	CILINDRO MESTRE DO FREIO P/ ONIBUS VW 17210 ANO 2003 ARO 20	Bosch/Skf	UN	1,000	0,0000	385,0000	385,00	Venceu
337	4613	SELANTE DE VEDAÇÃO P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO 22,5	Mwm	UN	4,000	0,0000	18,5000	74,00	Venceu
338	4614	ROLAMENTO DE RODA TRAS. EXT. P/ONIBU VW 17210, 2002 ARO 22,5	Skf/Timken	UN	4,000	0,0000	174,0000	696,00	Venceu
345	4621	KIT DO REPARO DO PATIM DE FREIO P/ ONIBUS VW 17210 ANO 2002	Varga/Original	UN	2,000	0,0000	30,0000	60,00	Venceu
348	4624	BORRACHA CARDAN P/ONIBUS VW 17210 ANO 2002, ARO 22,5	Rei	UN	3,000	0,0000	136,0000	408,00	Venceu
349	4625	VALVULA TERMOSTÁTICA P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO 22,5	Wahler	UN	1,000	0,0000	148,0000	148,00	Venceu
350	4626	KIT DE PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS P/ ONIBUS VW 17210, ANO	Ciser/Fey	UN	1,000	0,0000	136,0000	136,00	Venceu
352	4628	KIT DE MANGUEIRAS DO MOTOR P/ ONIBUS VW 17210 ANO 20021 ARO	Ipab/Original	UN	1,000	0,0000	640,0000	640,00	Venceu
355	4631	KIT DE EMBREAGEM COMP. P/ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO 22,5	Luck/Eaton/Orig	UN	1,000	0,0000	1,980,0000	1,980,00	Venceu
357	4633	KIT DE CORREIAS DO MOTOR P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO	Goodyer	UN	1,000	0,0000	160,0000	160,00	Venceu
359	4635	CILINDRO MESTRE DO FREIO P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO	Bosch/Varga	UN	1,000	0,0000	385,0000	385,00	Venceu
361	4637	KIT DE EMBREAGEM COMPLETA P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	Eaton/Sachs/Orig	UN	1,000	0,0000	1,390,0000	1,390,00	Venceu
365	4641	BORRACHA DO CARDAN P/CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV 2010	Rei	UN	2,000	0,0000	117,0000	234,00	Venceu
369	4645	TAMBOR DE FREIO P/CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV, 2010 ARO	Fruhn	UN	2,000	0,0000	428,0000	856,00	Venceu
375	4651	KIT DE CORREIAS DO MOTOR P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	Goodyer	UN	1,000	0,0000	210,0000	210,00	Venceu
376	4652	KIT DE MANGUEIRAS DO MOTOR P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115	Ipab/Orig	UN	1,000	0,0000	680,0000	680,00	Venceu
380	4656	SELANTE DE VEDAÇÃO P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV 2010	Mwm	UN	4,000	0,0000	18,5000	74,00	Venceu
382	4658	BUCHA BARRA ESTABILIZADORA P/CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	Axios/Original	UN	4,000	0,0000	4,9000	19,60	Venceu
383	4659	BUCHA ESTABILIZADORA P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	Axios/Original	UN	4,000	0,0000	5,8000	23,20	Venceu
385	4661	GRAXA P/ ROLAMENTO GMA2/MP2 PARA O CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA	Petrobras	UN	4,000	0,0000	19,5000	78,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 10/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
388	4664	SELANTE DE VEDAÇÃO PARA ONIBUS MERCEDES BENZ 1722 ANO 2010	Mwm	UN	4,000	0,0000	18,5000	74,00	Venceu
396	4672	KIT DE REPARO DO PATIM DE FREIO P/ONIBUS MERCEDES BENZ 1722	Original	UN	2,000	0,0000	29,0000	58,00	Venceu
397	4673	KIT DE CABOS DE FREIO, VELOCIMETRO E ACCELERADOR P/ONIBUS ME	Fania	UN	1,000	0,0000	214,0000	214,00	Venceu
398	4674	LONAS DE FREIO COM REBITES P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722 ANO	Fras-Le/Lonaflex	JOG	2,000	0,0000	219,0000	438,00	Venceu
404	4680	KIT DE MANGUEIRAS DO MOTOR P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722	Ipab/Original	UN	1,000	0,0000	670,0000	670,00	Venceu
405	4681	KIT DE GRAMPOS DE MOLAS DO MOLEJO PARA ONIBUS MERCEDES BENZ	Ciser/Fey	UN	1,000	0,0000	248,0000	248,00	Venceu
408	4684	KIT DE CORREIAS DO MOTOR P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722	Goodyer	UN	1,000	0,0000	225,0000	225,00	Venceu
418	4694	FECHADURA P/ MICRO ONIBUS FIAT DUCATO, ANO 2009 PORTA DIANT	Original	UN	1,000	0,0000	439,0000	439,00	Venceu
419	4695	FECHADURAS P/ MICRO-ONIBUS FIAT DUCATO, ANO 2009-COMPARTIMEN	Original	UN	1,000	0,0000	430,0000	430,00	Venceu
420	4696	FECHADURAS P/ MICRO-ONIBUS FIAT DUCATO, ANO 2009 COMPARTIMEN	Original	UN	1,000	0,0000	428,0000	428,00	Venceu
422	4698	DISCO DE FREIO P/AMB. FORD TRANSIT, ANO 2011	Fremax/Original	UN	4,000	0,0000	154,0000	616,00	Venceu
423	4699	PASTILHA DE FREIO DIANT.P/AMB.FORD TRANSIT ANO 2011	Fras-Le	UN	4,000	0,0000	167,0000	668,00	Venceu
425	4701	PASTILHA DE FREIO TRAS.P/AMB. FORD TRANSIT, ANO 2011	Fras-Le	UN	4,000	0,0000	152,0000	608,00	Venceu
426	4702	FLUIDO DE FREIO DOT 4 P/AMBUL FORD TRANSIT ANO 2011	Varga	UN	4,000	0,0000	17,0000	68,00	Venceu
430	4706	PINO P/AMB.FORD TRANSIT,ANO 2011	Original	UN	5,000	0,0000	274,0000	1.370,00	Venceu
431	4707	SUORTE P/AMBU FORD TRANSIT, ANO 2011	Original	UN	8,000	0,0000	429,0000	3.432,00	Venceu
432	4708	AMORTECEDOR DIANT.P/AMB.FORD TRANSIT, ANO 2011	Cofap/Monroe	UN	4,000	0,0000	436,0000	1.744,00	Venceu
434	4710	JUNTA HOMOCINETICA P/AMB.FORD TRANSIT, ANO2011	Spicer/Original	UN	4,000	0,0000	846,0000	3.384,00	Venceu
436	4712	KIT DE ROLAMENTO RODA TRASEIRA P/AMBULANCIA FORD TRANSIT.	Skf/Timken	UN	4,000	0,0000	754,0000	3.016,00	Venceu
437	4713	FECHADURA PORTA LADO DTO P/AMB. FORD TRANSIT ANO 20141	Original	UN	2,000	0,0000	1.740,0000	3.480,00	Venceu
442	4718	DISCO DE FREIO DIANT. P/ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17, 2012	Fremax/Original	UN	4,000	0,0000	285,0000	1.140,00	Venceu
443	4719	DISCO DE FREIO TRAS.P/ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17, ANO 2012	Fremax/Original	UN	4,000	0,0000	294,0000	1.176,00	Venceu
451	4727	ABRACADEIRA PLÁSTICA 390 MM P/ONIBUS VOLARE V8, 2012	Ostram	UN	100,000	0,0000	0,5000	50,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 11/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
452	4728	BARRA DE DIREÇÃO P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Nakata/Trw	UN	100,000	0,0000	684,0000	68.400,00	Venceu
454	4730	BARRA TRANSMISSÃO LIMP. P/BRISA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Nakata/Trw	UN	6,000	0,0000	110,0000	660,00	Venceu
455	4731	BATENTE DO EIXO P/ONIBUS VOLARE V8, 2012	Nakata/Trw	UN	12,000	0,0000	41,0000	492,00	Venceu
456	4732	BORRACHA DE AMORTECEDOR P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	Rei	UN	40,000	0,0000	9,5000	380,00	Venceu
458	4734	BRAÇADEIRA T 50 R P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Osram	UN	200,000	0,0000	0,9000	180,00	Venceu
459	4735	BRAÇO PROTETOR MOTORISTA P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	6,000	0,0000	164,0000	984,00	Venceu
463	4739	BUCHA AMORTECEDOR BORRACHA 9P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Axios/Original	UN	80,000	0,0000	15,5000	1.240,00	Venceu
466	4742	CAPA-PEDAL FREIO E EMBREAGEM P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	12,000	0,0000	12,4000	148,80	Venceu
468	4744	CILINDRO IGNIÇÃO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	6,000	0,0000	62,5000	375,00	Venceu
470	4746	CJ CITA DO SILENCIOSO P/ONIBUS VOLARE V8, 2012	Original	UN	6,000	0,0000	91,5000	549,00	Venceu
476	4752	COMUTADOR IGNIÇÃO P/ONIBUS VOLARE V8, 2012	Original	UN	6,000	0,0000	68,5000	411,00	Venceu
477	4753	CJ INDICADOR IREÇÃO P/ONIBUS VOLARE V8, 2012	Original	UN	6,000	0,0000	87,0000	522,00	Venceu
481	4757	CUBO DE RODA TRAS. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Fruun	UN	4,000	0,0000	435,0000	1.740,00	Venceu
482	4758	DIFUSOR DE AR P/ONIBUS VOLAREV8, ANO 2012	Original	UN	20,000	0,0000	48,0000	960,00	Venceu
483	4759	EIXO DOS SATÉLITES PARA ONIBUS VOLARE V8, 2012	Original	UN	4,000	0,0000	150,0000	600,00	Venceu
484	4760	EIXO LOMPADOR LE PARA ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	6,000	0,0000	110,0000	660,00	Venceu
493	4769	GARFO ACIONAMENTO EMBREAGEM P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	154,0000	616,00	Venceu
495	4771	INDICADOR DIREÇÃO P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	6,000	0,0000	86,5000	519,00	Venceu
499	4775	MOLDURA PAINEL P/ONIBUS VOLARE V8 , ANO 2012	Original	UN	10,000	0,0000	91,0000	910,00	Venceu
501	4777	ÓLEO ATF P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Petrobras	UN	20,000	0,0000	14,5000	290,00	Venceu
511	4787	PLANETÁRIO P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	6,000	0,0000	198,0000	1.188,00	Venceu
514	4790	RELE TEMPORIZADOR P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	Original	UN	6,000	0,0000	68,0000	408,00	Venceu
517	4793	RETROVISOR EXTERNO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO2012	Original	UN	12,000	0,0000	97,0000	1.164,00	Venceu
524	4800	SATELITE P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	6,000	0,0000	128,0000	768,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 12/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
525	4801	SENSOR NÍVEL DE ÁGUA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	8,000	0,0000	139,0000	1.112,00	Venceu
529	4805	SUPORTE BARRA ESTABILIZADORA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Rei	UN	4,000	0,0000	152,0000	608,00	Venceu
530	4806	SUPORTE DO AMORTECEDOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Rei	UN	6,000	0,0000	135,0000	810,00	Venceu
534	4810	TUNO AMORTECEDOR TRAS. P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	40,000	0,0000	11,0000	440,00	Venceu
535	4811	TUBO EMBREAGEM P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	3,000	0,0000	140,0000	420,00	Venceu
536	4812	TUBO MAIOR AMORTECEDOR DIANT. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	40,000	0,0000	40,0000	1.600,00	Venceu
537	4813	TUBO METÁLICO AMORTECEDOR DIANT. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	40,000	0,0000	25,0000	1.000,00	Venceu
538	4814	VEDADOR DE ÓLEO DO VELOCÍMETRO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	12,000	0,0000	39,5000	474,00	Venceu
539	4815	VIDRO LATERAL P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	5,000	0,0000	46,0000	230,00	Venceu
541	4817	ACELERADOR ELETRÔNICO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	3,000	0,0000	314,0000	942,00	Venceu
544	4820	AMORTECEDOR TRAS. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Cofap/Monroe	UN	6,000	0,0000	136,0000	816,00	Venceu
550	4826	ARTICULAÇÃO ESFÉRICA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	8,000	0,0000	38,0000	304,00	Venceu
552	4828	BARRA TRANSVERSAL P/ONIBUS OLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	710,0000	2.840,00	Venceu
555	4831	BOIA DO TANQUE P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	236,0000	944,00	Venceu
559	4835	BUCHA PONTA DE EIXO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Axios	UN	8,000	0,0000	120,0000	960,00	Venceu
562	4838	CABO ACELERADOR C/SENSOR DE FREIO P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2	Fania	UN	4,000	0,0000	239,0000	956,00	Venceu
563	4839	CABO ENGATE MARCHAS P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Fania	UN	6,000	0,0000	458,0000	2.748,00	Venceu
567	4843	CENTRAL ELÉTRICA MODULAR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	2,000	0,0000	710,0000	1.420,00	Venceu
570	4846	CJ ACIONADOR EMBREAGEM P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	CJ	2,000	0,0000	648,0000	1.296,00	Venceu
571	4847	CJ COXIM TRAS. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Spicer	UN	4,000	0,0000	76,0000	304,00	Venceu
575	4851	CJ FREIO MOTOR P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	Varga	CJ	4,000	0,0000	875,0000	3.500,00	Venceu
578	4854	CJ PATIM MONTADO P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	Boech	CJ	8,000	0,0000	132,0000	1.056,00	Venceu
579	4855	CJ SUPORTE JUMELO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Rei	CJ	4,000	0,0000	294,0000	1.176,00	Venceu
580	4856	CJ SUPORTE DE MOLA TRAS.P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Rei	CJ	8,000	0,0000	290,0000	2.320,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 13/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação: Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
581	4857	CJ TIRANTE BARRA ESTABILIZADORA DIREITA P/ ONIBUS VOLARE V8,	Original	CJ	4,000	0,0000	139,0000	556,00	Venceu
582	4858	CJ TIRANTE BARRA ESTABILIZADORA ESQUERDA P/ONIBUS VOLARE V8	Original	UN	4,000	0,0000	185,0000	740,00	Venceu
585	4860	CLUSTER 24V 40 MTCO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	1.440,0000	5.760,00	Venceu
586	4861	CORREIA DO ALTERNADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Goodyer	UN	4,000	0,0000	74,0000	296,00	Venceu
593	4869	DISTANCIADOR DO AMORTECEDOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	26,0000	104,00	Venceu
594	4870	ELEMENTO FILTRANTE P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Tec-Fil	UN	8,000	0,0000	85,0000	680,00	Venceu
598	4946	FUNDO DO FILTRO DE AR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Tec-Fil	UN	4,000	0,0000	146,0000	584,00	Venceu
601	4876	INDICADOR MANUTENÇÃO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	46,0000	184,00	Venceu
603	4879	INTERRUPTOR PEDAL EMBREAGEM P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	46,0000	184,00	Venceu
604	4880	JTA TPA FRONTAL 4.10/4.1 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	74,0000	296,00	Venceu
605	4881	JUNTA DE FORMA P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	8,000	0,0000	10,0000	80,00	Venceu
606	4882	JUNTA DO CABEÇOTE 1.4 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	8,000	0,0000	32,0000	256,00	Venceu
608	4884	KIT DE LONAS P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Fras-Le	UN	4,000	0,0000	135,0000	540,00	Venceu
610	4886	MANGUEIRA TURBO RADIADOR AFTERCOOLER P/ONIBUS VOLARE V8 ANO	Ipab/Original	UN	4,000	0,0000	290,0000	1.160,00	Venceu
616	4892	MANGUEIRA UNIÃO ENTRADA DE AR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Ipab/Original	UN	4,000	0,0000	69,0000	276,00	Venceu
619	4895	MOLA DE SUSTENTAÇÃO 325 HD P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Marchetti	UN	8,000	0,0000	20,0000	160,00	Venceu
625	4901	PINO MESTRE P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Ciser	UN	4,000	0,0000	438,0000	1.752,00	Venceu
627	4903	PORCA DO PINHÃO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	24,0000	96,00	Venceu
628	4904	PORCA FIX ROLAMENTOS P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	14,0000	56,00	Venceu
629	4905	PROTETOR DE PÓ DA EMBREAGEM P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	30,0000	120,00	Venceu
632	4908	REFIL FILTRO SECADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Tec-Fil	UN	4,000	0,0000	275,0000	1.100,00	Venceu
636	4912	REPARO COMPLETO SERVO FREIO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	164,0000	656,00	Venceu
639	4915	RETENTOR TRAS.MWM SERIE 10 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Sabó	UN	44,000	0,0000	67,0000	2.948,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 14/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 6236 - RETIFICA MOTOCAR LTDA									
642	4918	ROLETE ENCOSTO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	85,0000	340,00	Venceu
644	4920	SENSOR TEMPERATURA DA ÁGUA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	174,0000	696,00	Venceu
645	4921	SEPARADOR MOLA TRAS.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	16,000	0,0000	6,3000	100,80	Venceu
650	4926	SUPORTE RADIADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	22,0000	88,00	Venceu
651	4927	SUPORTE DO FILTRO DE AR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	80,0000	320,00	Venceu
653	4929	SUPORTE BARRA ESTAB.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	98,0000	392,00	Venceu
655	4931	SUPORTE SILENCIADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	56,0000	224,00	Venceu
659	4935	TUBO- MOLA TRASEIRA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	16,000	0,0000	6,3000	100,80	Venceu
660	4936	TURBO ALIMENTADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Blagio/Mahle	UN	4,000	0,0000	2,647,0000	10,588,00	Venceu
661	4937	VÁLVULA 4 VIAS P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Knorr	UN	4,000	0,0000	419,0000	1,676,00	Venceu
663	4939	VÁLVULA FREIO DE SERVIÇO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Knorr	UN	4,000	0,0000	465,0000	1,860,00	Venceu
664	4940	VÁLVULA PNEUMÁTICA 5-2 VIAS P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Knorr	UN	6,000	0,0000	180,0000	1,080,00	Venceu
666	4942	VEDADOR DE ÓLEO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	19,0000	76,00	Venceu
668	4944	VENTILADOR VISCOSO P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Modéfer	UN	4,000	0,0000	985,0000	3,940,00	Venceu
669	4945	FLANGE SAÍDA DIFERENCIAL P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	Original	UN	4,000	0,0000	220,0000	880,00	Venceu
697	111040428	MOLEJO COMPLETO DA DIANTEIRA FORD CARGO 2428 EE	Marchetti	JOG	12,000	0,0000	990,0000	11,880,00	Venceu
698	111040429	UNIDADE DE BUCHA SUPERIOR DA SUSPENSÃO PARA A AMBULANCIA	Axios/Rex	UN	4,000	0,0000	90,0000	360,00	Venceu
701	111040432	UNIDADE DE BUCHA DA BANDEJA INFERIOR DA SUSPENSÃO PARA A AMB	Axios/Rex	UN	8,000	0,0000	92,0000	736,00	Venceu
703	111040435	UNIDADE DE TERMINAL DE DIREÇÃO PARA A AMBULANCIA PEUGEOT BOX	Nakata/Trw	UN	4,000	0,0000	80,0000	320,00	Venceu
704	111040436	CORREIA DO AR CONDICIONADO/MOTOR PARA AMBULANCIA PEUGEOT BOX	Goodyer	UN	2,000	0,0000	70,0000	140,00	Venceu
706	111040438	CATALISADOR DO ESCAPAMENTO DA AMBULANCIA PEUGEOT BOXER, ANO	Original	UN	1,000	0,0000	450,0000	450,00	Venceu
708	111040440	SILENCIOSO FINAL DO ESCAPAMENTO PARA AMBULANCIA PEUGEOT BOXE	Original	UN	1,000	0,0000	130,0000	130,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->							2,118,000	381,443,40	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 15/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA. Data da Homologação:									
4	4238	1° MOLA DO MOLEJO TRASEIRO, COM 1,54 M DE COMP. 9 CM DE LARG	MARCHETTI	UN	13,000	0,0000	259,0000	3.367,00	Venceu
5	4239	1° MOLA DO MOLEJO TRASEIRO, PARA CAMINHÃO FORD CARGO 1722	MARCHETTI	UN	13,000	0,0000	259,0000	3.367,00	Venceu
6	4240	1° MOLA DO MOLEJO TRASEIRO, PARA CAMINHÃO VW23210	MARCHETTI	UN	13,000	0,0000	259,0000	3.367,00	Venceu
8	4242	PINOS DE CENTRO FORD CARGO 2422	FEY	UN	15,000	0,0000	4,9900	74,85	Venceu
9	15029	PINOS DE CENTRO FORD CARGO 1722	FEY	UN	15,000	0,0000	4,9900	74,85	Venceu
10	4243	UNIDADES DE PINOS DE CENTRO, COM 12 MM X 8 POLEGADAS. DO CAM	FEY	UN	15,000	0,0000	4,9900	74,85	Venceu
11	4244	TERMINAIS DE DIREÇÃO DA BARRA COMPRIDA PARA CAMINH FG 2422	DELAROSA	UN	13,000	0,0000	99,0000	1.287,00	Venceu
12	4245	TERMINAIS DE DIREÇÃO DA BARRA COMP. PARA CAMINH FG 1722	DELAROSA	UN	13,000	0,0000	99,0000	1.287,00	Venceu
13	4246	TERMINAIS DE DIREÇÃO DA BARRA COMP. PARA CAMINHÃO VW23210	DELAROSA	UN	13,000	0,0000	99,0000	1.287,00	Venceu
16	4249	CRUZETAS DO CARDAN PARA CAMINHÃO FORD CARGO 2422	STAHL	UN	10,000	0,0000	109,0000	1.090,00	Venceu
17	4250	CRUZETAS DO CARDAN PARA CAMINHÃO FORD CARGO 1722	STAHL	UN	10,000	0,0000	109,0000	1.090,00	Venceu
18	4251	CRUZETAS DO CARDAN PARA CAMINHÃO VW 23210	STAHL	UN	10,000	0,0000	109,0000	1.090,00	Venceu
19	4252	CRUZETAS DO CARDAN PARA CAMINHÃO MB 1618	STAHL	UN	10,000	0,0000	109,0000	1.090,00	Venceu
23	4256	CABOS PARA ERGUER CAÇAMBA PARA CAMINHÕES FORD CARGO 2422	STAHL	UN	20,000	0,0000	98,0000	1.960,00	Venceu
24	4257	CABOS PARA ERGUER CAÇAMBA CAMINHÕES FORD CARGO 1722	CABOVEL	UN	20,000	0,0000	67,0000	1.340,00	Venceu
25	4258	LONAS DE FREIO COM REBITES PARA CAMINHÃO FORD CARGO 2422	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	129,0000	1.548,00	Venceu
26	4259	JOGO DE LONAS DE FREIO COM REBITES PARA OS CAMINHÕES FG1722	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	129,0000	1.548,00	Venceu
27	4260	JOGOS DE LONAS DE FREIO COM REBITES PARA O CAMINHÃO VW 23210	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	129,0000	1.548,00	Venceu
28	4261	JOGOS DE LONAS DE FREIO COM REBITES PARA CAMINHÃO M.B.1618	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	122,0000	1.464,00	Venceu
29	4262	JOGO DE ROLAMENTO DOS CUBOS DO TRUCK (MARCA SUSPENSIS)	GIR	JOG	76,000	0,0000	319,0000	24.244,00	Venceu
30	4263	JOGO DE ROLAMENTO DOS CUBOS DO TRUCK (MARCA SUSPENSIS FG1722)	GIR	JOG	76,000	0,0000	320,0000	24.320,00	Venceu
52	4284	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO DIANTEIRA PARA CAMINHÕES M.B.1618	MONROE	UN	16,000	0,0000	179,0000	2.864,00	Venceu
66	4298	CONJUNTO EMBREAGEM PARA OS CAMINHÕES M.B.1618	LUK	CJ	6,000	0,0000	1.821,0000	10.926,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 16/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
70	4302	PINO DE MOLA DIANTEIRO PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 2422	RIVERTEC	UN	24,000	0,0000	25,0000	600,00	Venceu
71	4303	PINO DE MOLA DIANTEIRO PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 1722	RIVERTEC	UN	24,000	0,0000	25,0000	600,00	Venceu
72	4304	PINO DE MOLA DIANTEIRA PARA O CAMINHÃO VW 23.210	RIVERTEC	UN	24,000	0,0000	25,0000	600,00	Venceu
73	4305	PINO DE MOLA DIANT. PARA CAMINHÃO VW 16.170 BT	RIVERTEC	UN	24,000	0,0000	25,0000	600,00	Venceu
74	4306	PINO DE MOLA DIANTEIRO PARA O CAMINHÃO M.B.1618	RIVERTEC	UN	24,000	0,0000	9,9900	239,76	Venceu
75	4307	PINO DE MOLA DIANTEIRA PARA O CAMINHÃO M.B.1113	RIVERTEC	UN	24,000	0,0000	9,9900	239,76	Venceu
76	4308	PINO DE MOLA DIANTEIRO PARA OS CAMINHÕES M.B. AXOR 2644S	RIVERTEC	UN	24,000	0,0000	19,0000	456,00	Venceu
77	4309	PINO DE MOLA DIANTEIRO PARA O CAMINHÃO M.B. AXOR 1933S	RIVERTEC	UN	24,000	0,0000	19,0000	456,00	Venceu
87	4317	BALANÇA DO TRUCK PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 1722	GIJON	UN	14,000	0,0000	190,0000	2.660,00	Venceu
88	4318	BALANÇA DO TRUCK PARA O CAMINHÃO VW 23.210	GIJON	UN	14,000	0,0000	190,0000	2.660,00	Venceu
89	4319	BALANÇA DO TRUCK PARA O CAMINHÃO VW 16.170 B.T.	GIJON	UN	14,000	0,0000	190,0000	2.660,00	Venceu
90	4320	BALANÇA DO TRUCK PARA O CAMINHÃO M.B. AXOR 2644S	GIJON	UN	14,000	0,0000	190,0000	2.660,00	Venceu
91	4321	BALANÇA DO TRUCK PARA O CAMINHÃO M.B. AXOR 1933S	GIJON	UN	14,000	0,0000	190,0000	2.660,00	Venceu
92	3716	BUCHA DO TIRANTE PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 2422	IABV	UN	49,000	0,0000	79,0000	3.871,00	Venceu
93	4147	BUCHA DO TIRANTE PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 1722	IABV	UN	49,000	0,0000	79,0000	3.871,00	Venceu
94	4322	BUCHA DO TIRANTE PARA O CAMINHÃO VW 23.210	IABV	UN	49,000	0,0000	79,0000	3.871,00	Venceu
95	4323	COXINS DA GABINE NA PARTE DIANTEIRA P O CAMINHÃO F.G.2422	IABV	UN	15,000	0,0000	39,0000	585,00	Venceu
96	4324	COXINS DA GABINE NA PARTE DIANTEIRA PARA O CAMINHÃO F.G.1722	IABV	UN	15,000	0,0000	39,0000	585,00	Venceu
97	4325	COXINS DA GABINE NA PARTE DIANTEIRA PARA O CAMINHÃO VW 23210	IABV	UN	15,000	0,0000	39,0000	585,00	Venceu
98	4326	COXINS DA GABINE NA PARTE DIANTEIRA PARA O CAMINHÃO VW 16170	IABV	UN	15,000	0,0000	39,0000	585,00	Venceu
99	4327	COXINS DA GABINE NA PARTE DIANTEIRA PARA O CAMINHÃO M.B.1618	IABV	UN	15,000	0,0000	49,0000	735,00	Venceu
100	4328	COXINS DA GABINE NA PARTE DIANTEIRA PARA O CAMINHÃO M.B.1113	IABV	UN	15,000	0,0000	38,0000	570,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 17/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
103	4331	COXINS DA GABINE NA PARTE TRASEIRA COM PINO P/CAMINH.FC2422	IABV	UN	15,000	0,0000	49,0000	735,00	Venceu
104	4332	COXINS DA GABINE NA PARTE TRAS. COM PINO PARA O CAM. FC1722	IABV	UN	15,000	0,0000	49,0000	735,00	Venceu
105	4333	COXINS DA GABINE NA PARTE TRAS. COM PINO P.CAMI. VW 23.210	IABV	UN	15,000	0,0000	49,0000	735,00	Venceu
106	4334	COXINS DA GABINE NA PARTE TRAS.COM PINO.CAMIN. VW 16.170 B.T	IABV	UN	15,000	0,0000	49,0000	735,00	Venceu
111	4339	VISCOSA PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 2422	MODEFER	UN	20,000	0,0000	699,0000	13.980,00	Venceu
112	4340	VISCOSA PARA O CAMINHÃO FORD CARGO 1722	MODEFER	UN	20,000	0,0000	699,0000	13.980,00	Venceu
113	4341	RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA OS CAMIN FORD CARGO 2422	GONEL	UN	10,000	0,0000	109,9900	1.099,90	Venceu
114	4342	RESERVATÓRIO DE ÁGUA P/CAM.FORD CARGO 2422	GONEL	UN	10,000	0,0000	109,9900	1.099,90	Venceu
115	4343	RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA OS CAMINHÕES VW 23.210	GONEL	UN	10,000	0,0000	109,9900	1.099,90	Venceu
116	4344	RESERVATÓRIO DE ÁGUA PARA OS XCAMINHÕES VW 16.170 B.T	GONEL	UN	10,000	0,0000	109,9900	1.099,90	Venceu
117	4345	MOLA DAS CUICAS PARA OS CAMINHÕES FORD CARGO 2422	BRAKEMATIC	UN	30,000	0,0000	34,0000	1.020,00	Venceu
118	4346	MOLA DAS CUICAS PARA OS CAMINHÕES FORD CARGO 1722	BRAKEMATIC	UN	30,000	0,0000	34,0000	1.020,00	Venceu
119	4347	MOLA DAS CUICAS P/CAMINHÃO VW 23.210	BRAKEMATIC	UN	30,000	0,0000	34,0000	1.020,00	Venceu
120	4348	MOLA DAS CUICAS PARA OS CAMINHÕES VW 16.170B.T	BRAKEMATIC	UN	30,000	0,0000	34,0000	1.020,00	Venceu
121	4350	JOGO C 02 DIAFRAGMA DAS CUICAS P OS CAMINHÕES FORD CAR 2422	MA BORRACHAS	JOG	30,000	0,0000	21,9900	659,70	Venceu
122	4349	JOGO C02 DE DIAFRAGMA DAS CUICAS P OS CAMINHÕES FORD 1722	MA BORRACHAS	JOG	30,000	0,0000	21,0000	630,00	Venceu
123	4351	JOGO COM 02 DIAFRAGMA DAS CUICAS PARA OS CAMINHÕES VW 23.21	MA BORRACHAS	JOG	30,000	0,0000	21,0000	630,00	Venceu
124	4352	JOGO COM 02 DE DIAFRAGMA DAS CUICAS PARA OS CAMINHÕES VW 1	MA BORRACHAS	JOG	30,000	0,0000	21,0000	630,00	Venceu
125	4353	TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL P/ CAMINHÕES FORD CARGO2422	CLICK	UN	10,000	0,0000	39,0000	390,00	Venceu
126	4170	TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL PARA CAMINHÃO FORD CARGO 1722	CLICK	UN	10,000	0,0000	39,0000	390,00	Venceu
127	4354	TAMPA DO TANQUE DE COMB.PARA OS CAMINHÕES VW 23210	CLICK	UN	10,000	0,0000	39,0000	390,00	Venceu
128	4355	TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL P/CAMINHÕES VW 16.170 B.T	CLICK	UN	10,000	0,0000	39,0000	390,00	Venceu
129	4356	TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL P/CAMIN.M.B. 1618	CLICK	UN	10,000	0,0000	39,0000	390,00	Venceu
130	4357	TAMPA DO TANQUE DE COMB.PARA OS CAMINHÕES M.B 1113	CLICK	UN	10,000	0,0000	39,0000	390,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 18/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação: Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
131	4358	TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTIVEL P/CAMI.M.B.AXOR2644S	CLICK	UN	10,000	0,0000	39,0000	390,00	Venceu
133	4360	GRAMPO DE MOLA DIANT.P/CAM.FORD CARGO 2422	FEY	UN	14,000	0,0000	23,0000	322,00	Venceu
134	4361	GRAMPO DE MOLA DIANT.P/CAM.FORD CARGO 1722	FEY	UN	14,000	0,0000	23,0000	322,00	Venceu
135	4362	GRAMPO DE MOLA DIANT. PARA OS CAMIN.VW 23.210	FEY	UN	14,000	0,0000	23,0000	322,00	Venceu
136	4363	GRAMPO DE MOLA DIANT.PARA CAMIN.VW 16.170B.T.	FEY	UN	14,000	0,0000	23,0000	322,00	Venceu
137	4364	GRAMPO DE MOLA DIANTE.P/CAMI. M.B. 16.18	FEY	UN	14,000	0,0000	18,0000	252,00	Venceu
138	4365	GRAMPO DE MOLA DIANT.P/CAMI.MB.1113	FEY	UN	14,000	0,0000	18,0000	252,00	Venceu
139	4366	GRAMPO DE MOLA DIANT.P/CAMINHÕES M.B.AXOR 2644S	FEY	UN	14,000	0,0000	27,0000	378,00	Venceu
140	4367	GRAMPO DE MOLA DIANT.P/CAMI.M.B AXOR 1933S	FEY	UN	14,000	0,0000	27,0000	378,00	Venceu
141	4368	RETENORES DOS CUBOS PARA CAMINHÃO FORD CARGO 2422	SABO	UN	25,000	0,0000	27,9900	699,75	Venceu
142	4369	RETENORES DOS CUBOS PARA CAMINHÃO FORD CARGO 1722	SABO	UN	25,000	0,0000	27,9900	699,75	Venceu
143	4370	RETENORES DOS CUBOS PARA CAMINHÕES VW 23.210	SABO	UN	25,000	0,0000	27,9900	699,75	Venceu
144	4371	RETENORES DOS CUBOS P/ CAMINHÃO V.W 16.170 B.T	SABO	UN	25,000	0,0000	27,9900	699,75	Venceu
145	4372	RETENORES DOS CUBOS P/CAMINH.M.B. 1618	SABO	UN	25,000	0,0000	22,0000	550,00	Venceu
146	4373	RETENORES DOS CUBOS P/CAMINHÕES M.B. 1113	SABO	UN	25,000	0,0000	19,0000	475,00	Venceu
166	4401	KIT ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA (UMA RODA)PARA AMB.FIAT DUCA	SKF	UN	1,000	0,0000	599,0000	599,00	Venceu
255	4521	CRUZETA DO CARDAN P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR WMM 150 CV, ANO	STAHL	UN	4,000	0,0000	50,0000	200,00	Venceu
257	4523	RETENTOR DA RODA DIANT. PARA O ONIBUS VOLARE W8 MOTOR WMM	SABO	UN	4,000	0,0000	13,0000	52,00	Venceu
259	4525	TRAVA ARANHA DO CUBO P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR WMM 150 AV.	RIVERTEC	UN	4,000	0,0000	6,0000	24,00	Venceu
260	4526	TERMINAL DE DIREÇÃO P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR WMM 150 CV	DELAROSA	UN	4,000	0,0000	108,0000	432,00	Venceu
283	4557	JOGO DE PASTILHAS DE FREIO DIANT.P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO	FRASLE	UN	2,000	0,0000	189,9900	379,98	Venceu
299	4575	KIT DE BUCHAS DE MOLAS P/MICROONIBUS FIAT DUCATO 2009 ARO 15	SAMPEL	UN	1,000	0,0000	299,9900	299,99	Venceu
300	4576	KIT DE COIFA DE RODAS P/MICRO-ONIBUS FIAT DUCATO, ANO 2009	KITSBOR	UN	1,000	0,0000	90,0000	90,00	Venceu
304	4580	SAPATA DE FREIO P/ O MICRO-ONIBUS FIAT DUCATO, ANO 2009 ARO	FRASLE	UN	2,000	0,0000	179,9900	359,98	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 19/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
306	4582	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO TRAS. P/MICRO-ONIBUS FIAT DUCATO	MONROE	UN	4,000	0,0000	319,9900	1.279,96	Venceu
317	4593	BORRACHA DO CARDAN P/O ONIBUS VW 17210, ANO 2003 ARO20	REI	UN	2,000	0,0000	130,0000	260,00	Venceu
318	4594	CRUZETA DO CARDAN P/ ONIBUS VW 17210, ANO2003 ARO 20	STAHL	UN	4,000	0,0000	115,0000	460,00	Venceu
319	4595	KIT DE MOLAS DOS MOLEJOS P/ ONIBUS VW 17210, 2003 ARO 20	MARCHETTI	UN	1,000	0,0000	1.599,9900	1.599,99	Venceu
320	4596	KIT DE BUCHAS E PINOS DE MOLA P/ ONIBUS VW 17210, ANO2003	RIVERTEC	UN	2,000	0,0000	285,0000	570,00	Venceu
321	4597	KIT DE GRAMPOS DAS MOLAS DOS MOLEJOS P/ONIBUS VW 17210	AESA	UN	1,000	0,0000	260,0000	260,00	Venceu
323	4599	RETENTOR DA RODA DINTEIRA P/ONIBUS VW 17210, ANO2003-ARO20	SABO	UN	4,000	0,0000	27,0000	108,00	Venceu
325	4601	KIT DE ENGRAXADEIRAS P/ONIBUS VW 17210 2003, ARO 20	F CONFUORTO	UN	1,000	0,0000	35,0000	35,00	Venceu
326	4602	TRAVA ARANHA DO CUBO P/ ONIBUS VW 17210, 2003 ARO 20	RIVERTEC	UN	4,000	0,0000	8,0000	32,00	Venceu
327	4603	KIT DO TERMINAL DE DIREÇÃO P/O ONIBUS VW 17210, ANO 2003	DRIVEWAY	UN	3,000	0,0000	220,0000	660,00	Venceu
329	4605	ROLAMENTO DA RODA TRAS. EXTERNA P/ONIBUS VW 17210,2003	TIMKEN	UN	4,000	0,0000	180,0000	720,00	Venceu
330	4606	TERMINAL DO CAMBIO P/ONIBUS VW 17210, ANO2003 ARO 20	NAKATA	UN	2,000	0,0000	30,0000	60,00	Venceu
336	4612	TRAVA ARANHA DO CUBO P/ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO 22,5	RIVERTEC	UN	4,000	0,0000	8,0000	32,00	Venceu
340	4616	RETENTOR DE RODA DIANT. P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO 22,5	SABO	UN	4,000	0,0000	27,0000	108,00	Venceu
341	4617	CRUZETA DO CARDAN P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO 22,5	MECPAR	UN	4,000	0,0000	140,0000	560,00	Venceu
342	4618	TERMINAL DO CAMBIO P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO 22,5	NAKATA	UN	2,000	0,0000	30,0000	60,00	Venceu
344	4620	KIT DO TERMINAL DE DIREÇÃO P/ ONIBUS VW 17210, 2002 ARO 22,5	DRIVEWAY	UN	2,000	0,0000	220,0000	440,00	Venceu
351	4627	KIT D MOLAS DO MOLEJO P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO 22,5	MARCHETTI	UN	1,000	0,0000	1.800,0000	1.800,00	Venceu
353	4629	KIT DE GRAMPOS DAS MOLAS DO MOLEJO P/ O ONIBUS VW 17210,	AESA	UN	1,000	0,0000	260,0000	260,00	Venceu
354	4630	KIT DE ENGRAXADEIRA P/ ONIBUS VW 17210 ANO 2002-ARO 22,5	F CONFUORTO	UN	1,000	0,0000	35,0000	35,00	Venceu
356	4632	KIT DE CILINDRO DA EMBREAGEM P/ ONIBUS VW 17210, ANO2002 ARO	VARGA	UN	1,000	0,0000	300,0000	300,00	Venceu
358	4634	KIT DE BUCHAS E PINOS DE MOLAS P/O ONIBUS VW 17210 ANO 2002	RIVERTEC	UN	1,000	0,0000	285,0000	285,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 20/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
360	4636	KIT DE BUCHAS E PINOS DE MOLAS P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA	REI	UN	1,000	0,0000	350,0000	350,00	Venceu
362	4638	KIT DE ENGRAXADEIRAS P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	F CONFUORTO	UN	1,000	0,0000	32,0000	32,00	Venceu
363	4639	KIT DE GRAMPOS DE MOLAS DO MOLEJO P/ CAMINHÃO AGRAL 8500	AESA	UN	1,000	0,0000	160,0000	160,00	Venceu
364	4640	KIT DE MOLAS DO MOLEJO P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	MARCHETTI	UN	1,000	0,0000	900,0000	900,00	Venceu
366	4642	LONAS DO FREIO COM REBITE P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	FRASLE	UN	2,000	0,0000	150,0000	300,00	Venceu
367	4643	KIT DO REPARO DO PATIM DE FREIO P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA	FMASTER	UN	2,000	0,0000	32,0000	64,00	Venceu
368	4644	KIT DO TERMINAL DE DIREÇÃO P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	DRIVEWAY	UN	2,000	0,0000	400,0000	800,00	Venceu
370	4646	CRUZETA DO CARDAN P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV, 2010	MECPAR	UN	4,000	0,0000	100,0000	400,00	Venceu
371	4647	RETENTOR DA RODA DIANT. PARA CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	SABO	UN	4,000	0,0000	9,0000	36,00	Venceu
372	4648	RETENTOR DA RODA TRASEIRA P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	SABO	UN	4,000	0,0000	15,0000	60,00	Venceu
373	4649	TRAVA ARANHA DO CUBO P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV, 2010	RIVERTEC	UN	4,000	0,0000	4,0000	16,00	Venceu
374	4650	CILINDRO MESTRE DO FREIO P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	VARGA	UN	1,000	0,0000	250,0000	250,00	Venceu
377	4653	VALVULA TERMOSTATICA P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	VDO	UN	1,000	0,0000	120,0000	120,00	Venceu
378	4654	CILINDRO DE RODA DO FREIO P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV	CONTROIL	UN	2,000	0,0000	130,0000	260,00	Venceu
379	4655	ROLAMENTO DE RODA TRAS. EXTERNA P/ CAMINHÃO AGRAL 8500	TIMKEN	UN	4,000	0,0000	70,0000	280,00	Venceu
384	4660	EMBUCHAMENTO DIREÇÃO P/ CAMINHÃO AGRAL 8500 TCA 115 CV, 2010	BUTUEM	UN	2,000	0,0000	199,0000	398,00	Venceu
387	4663	TRAVA ARANHA DO CUBO P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722 ANO 2010 AR	RIVERTEC	UN	4,000	0,0000	8,0000	32,00	Venceu
390	4666	RETENTOR DERODA TRASEIRA P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722	SABO	UN	4,000	0,0000	31,0000	124,00	Venceu
391	4667	RETENTOR DE RODA DIANTY. P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722 ANO 201	SABO	UN	4,000	0,0000	27,0000	108,00	Venceu
392	4668	CRUZETA DO CARDAN P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722 ANO 2010 ARO	MECPAR	UN	4,000	0,0000	160,0000	640,00	Venceu
393	4669	TERMINAL DO CAMBIO P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 17232 ANO 2010	NAKATA	UN	2,000	0,0000	35,0000	70,00	Venceu
399	4675	CILINDRO DE RODA DO FREIO P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722	BRAKEMATIC	UN	2,000	0,0000	180,0000	360,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 21/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
401	4677	VÁLVULA TERMOSTÁTICA P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722 ANO 2010	VDO	UN	1,000	0,0000	70,0000	70,00	Venceu
403	4679	KIT DE MOLAS DO MOLEJO P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722,	MARCHETTI	UN	1,000	0,0000	1,800,0000	1,800,00	Venceu
406	4682	KIT DE ENGRAXADEIRAS P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722, ANO 2010	F CONFUORTO	UN	1,000	0,0000	35,0000	35,00	Venceu
407	4683	KIT DE EMBREAGEM COMPLETO P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722	SACHS	UN	1,000	0,0000	1,950,0000	1,950,00	Venceu
409	4685	MERCEDES BENZ 1722	RIVERTEC	UN	1,000	0,0000	260,0000	260,00	Venceu
411	4687	LÂMINA 09 FUROS COM ESPESURA DE 3/4 PARA MOTONIVELADORA	METISA	UN	20,000	0,0000	364,5000	7,290,00	Venceu
412	4688	LÂMINA 09 FUROS COM ESPESURA DE 3/4 P/ MOTONIVELADORA MODEL	METISA	UN	20,000	0,0000	364,5000	7,290,00	Venceu
413	4689	LÂMINA 08 FUROS COM ESPESURA DE 3/4 P/MOTONIVELADORA MODELO	METISA	UN	20,000	0,0000	312,0000	6,240,00	Venceu
414	4690	LÂMINA 08 FUROS COM ESPESURA DE 3/4 P/ MOTONIVELADORA MODE	METISA	UN	20,000	0,0000	312,0000	6,240,00	Venceu
415	4691	LÂMINA 09 FUROS ESPES.3/4 P/ MOTONIVEL. MODELO DRESSER 205	METISA	UN	20,000	0,0000	364,5000	7,290,00	Venceu
424	4700	DISCO DE FREIO TRAS. P/AMB. FORD TRANSIT ANO 2011	FRAMAX	UN	4,000	0,0000	140,0000	560,00	Venceu
428	4704	RETENTOR EIXO TRAS. P/AMBUL. FORD TRANSIT, ANO 2011	SABO	UN	4,000	0,0000	25,0000	100,00	Venceu
429	4705	ADESIVO ELIMINA JUNTAS P/AMB. FORD TRANSIT ANO 2011	ORBI	UN	4,000	0,0000	18,0000	72,00	Venceu
435	4711	ROLAMENTO RODA DIANT. P/AMB. FORD TRANSIT, ANO 2011	IMA	UN	4,000	0,0000	400,0000	1,600,00	Venceu
439	4715	PIVO SUSPENSÃO PARA AMBUL. FORD TRANSIT ANO 2011	VIEMAR	UN	4,000	0,0000	153,0000	612,00	Venceu
440	4716	PASTILHA FREIO DIANT. P/ ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17,	FRASLE	UN	2,000	0,0000	303,0000	606,00	Venceu
441	4717	PASTILHA FREIO TRAS. P/ONIBUS IVECO CITYCLASS 70 C17	FRASLE	UN	2,000	0,0000	232,0000	464,00	Venceu
445	4721	AMORTECEDOR DIANT. P/ ONIBUS IVVECO CITYCLASS 70C17, ANO 2012	MONROE	UN	4,000	0,0000	240,0000	960,00	Venceu
446	4722	AMORTECEDOR TRAS. P/ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17, ANO 2012	MONROE	UN	4,000	0,0000	260,0000	1,040,00	Venceu
460	4736	BUCHA OLHAL DO TIRANTE P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	IABV	UN	24,000	0,0000	8,0000	192,00	Venceu
461	4737	BUCHA-BARRA ESTAB. TRAS. PARA ONIBUS VOARE V8, ANO 2012	IABV	UN	20,000	0,0000	7,0000	140,00	Venceu
462	4738	BUCHA BARRA ESTB. DIANT. P/ONIBUS VOLARE V8, 2012	IABV	UN	24,000	0,0000	6,9900	167,76	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 22/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
464	4740	BUCHA DO JUMELO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	IABV	UN	30,000	0,0000	21,9900	659,70	Venceu
465	4741	BUCHA METÁLICA DAS MOLAS P/ ONIBUS VOLARE V8, 2012	IABV	UN	12,000	0,0000	12,9900	155,88	Venceu
469	4745	CILINDRO MESTRE DA EMBREAGEM P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VARGA	UN	6,000	0,0000	119,9900	719,94	Venceu
473	4749	CJ TERMINAL DIREITO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	DRIVEWAY	UN	6,000	0,0000	119,9900	719,94	Venceu
474	4750	COLA SILICONE ULTRA NEGRA 50G P/ ONIBUS VOLARE V8, 2012	3M	UN	40,000	0,0000	8,9900	359,60	Venceu
479	4755	COXIM DO RADIADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	REI	UN	12,000	0,0000	12,1000	145,20	Venceu
480	4756	COXIM SUPORTE DO RADIADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	REI	UN	4,000	0,0000	8,9900	35,96	Venceu
485	4761	ELEMENTO PRINCIPAL 6007001743 P/ONIBU VOLARE V8 ANO 2012	TECFIL	UN	6,000	0,0000	85,5000	513,00	Venceu
486	4762	ELEMENTO SECUNDÁRIO 6007001744 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	TECFIL	UN	6,000	0,0000	68,9900	413,94	Venceu
487	4763	ESPIGAO TRAS P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FEY	UN	10,000	0,0000	7,9900	79,90	Venceu
488	4764	FAROL DIANT. LD/LE P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	ORGUS	UN	12,000	0,0000	249,9900	2.999,88	Venceu
494	4770	GRAMPO MOLA DIANT. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	AESA	UN	12,000	0,0000	14,9900	179,88	Venceu
496	4772	JUMELO DIANT. PARA ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	RIVERTEC	UN	12,000	0,0000	47,9900	575,88	Venceu
497	4773	MANCAL COMPLETO DA EMBREAGEM P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FAG	UN	3,000	0,0000	349,9900	1.049,97	Venceu
500	4776	ÓLEO LUBRIFICANTE 85W/140 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	LUBRAX	UN	200,000	0,0000	14,3500	2.870,00	Venceu
502	4778	ÓLEO DE FREIO P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	VARGA	UN	50,000	0,0000	11,9900	599,50	Venceu
503	4779	ÓLEO 15W40 MOTOR TURBO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	LUBRAX	UN	400,000	0,0000	11,4900	4.596,00	Venceu
504	4780	ÓLEO TGF 80W -90 2 PARA ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	LUBRAX	UN	60,000	0,0000	19,0000	1.140,00	Venceu
505	4781	PALHETA LIMPADOR PARABRISA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	DYNA	UN	12,000	0,0000	59,9900	719,88	Venceu
508	4784	PARAFUSO MAIOR FIXAÇÃO DA MOLA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FEY	UN	20,000	0,0000	5,9900	119,80	Venceu
509	4785	PARAFUSO MENOR FIXAÇÃO DA MOLA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FEY	UN	20,000	0,0000	5,4900	109,80	Venceu
510	4786	PARAFUSO RODA TRASEIRA M18X1,5 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	ZM	UN	12,000	0,0000	19,9900	239,88	Venceu
512	4788	PORCA DA RODA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	ZM	UN	48,000	0,0000	3,9900	191,52	Venceu
513	4789	REBITE P/ LONA JF-1954 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	DIBOR	UN	500,000	0,0000	0,1000	50,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 23/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
515	4791	RETENTOR CUBO DIANT.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	SABO	UN	20,000	0,0000	8,9900	179,80	Venceu
516	4792	RETENTOR DO PINHÃO PARA ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	SABO	UN	6,000	0,0000	22,9900	137,94	Venceu
519	4795	RODA 7.50X17.5 PRATA 6 FUIROS P/ONIBUS VOLARE V8, ANO2012	ROBERGE	UN	6,000	0,0000	435,0000	2.610,00	Venceu
520	4796	ROLAMENTO 25522/25590 P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FAG	UN	6,000	0,0000	59,0000	354,00	Venceu
521	4797	ROLAMENTO 3982/3920 PARA ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	TINKEM	UN	6,000	0,0000	109,0000	654,00	Venceu
522	4798	ROLAMENTO DO PINHÃO TRAS. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	TINKEM	UN	6,000	0,0000	185,0000	1.110,00	Venceu
523	4799	ROLAMENTO 89410/89448 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	TINKEM	UN	3,000	0,0000	85,0000	255,00	Venceu
531	4807	SUPORTE JUELO COMPLETO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	RIVERTEC	UN	6,000	0,0000	220,0000	1.320,00	Venceu
532	4808	TAMPA DO TENQUE P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	CLICK	UN	6,000	0,0000	39,0000	234,00	Venceu
533	4809	TERMINAL ESQUERDO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	DRIVEWAY	UN	6,000	0,0000	112,0000	672,00	Venceu
546	4822	FILTRO 215390 940/18 P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	TECFIL	UN	8,000	0,0000	29,9900	239,92	Venceu
548	4824	AMORTECEDOR DIANT. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO2012	COFAP	UN	4,000	0,0000	170,0000	680,00	Venceu
549	4825	AMORTECEDOR TRAS. P/ONIBUS.VOLARE V8, ANO 2012	COFAP	UN	4,000	0,0000	149,9900	599,96	Venceu
553	4829	BBA D-ÁGUA MWM SERIE 10 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MAXI	UN	4,000	0,0000	159,9900	639,96	Venceu
557	4833	BUCHA DO JUELO TRAS.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	IABV	UN	20,000	0,0000	22,9900	459,80	Venceu
558	4834	BUCHA DO JUELO DIANT. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO2012	REI	UN	16,000	0,0000	21,9900	351,84	Venceu
560	4836	BUCHA ROSCADA DO JUELO TRAS.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	RIVERTEC	UN	6,000	0,0000	14,9900	89,94	Venceu
564	4840	CÂMARA FREIO DIANT.P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	BRAKEMATIC	UN	4,000	0,0000	159,9900	639,96	Venceu
565	4841	CÂMARA SERV ESTACIONÁRIO P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	BRAKEMATIC	UN	4,000	0,0000	518,0000	2.072,00	Venceu
568	4844	CILINDRO ACIONAMENTO FREIO MOTOR P/ONIBUS VOLARE V8,	LNG	UN	4,000	0,0000	120,0000	480,00	Venceu
569	4845	CILINDRO AUX.EMBREGEM P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VARGA	UN	4,000	0,0000	180,0000	720,00	Venceu
573	4849	CJ FEIXE DE MOA TRAS.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MARCHETTI	CJ	4,000	0,0000	900,0000	3.600,00	Venceu
576	4852	CJ JUELO TRAS.P/ONIBUS OLARE V8, ANO 2012	RIVERTEC	CJ	4,000	0,0000	199,0000	796,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 24/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
577	4853	CJ LUVA CARDAN P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MECPAR	CJ	4,000	0,0000	192,0000	768,00	Venceu
587	4862	CRUZETA-1480 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MECPAR	UN	8,000	0,0000	84,9900	679,92	Venceu
590	4865	DIAFRAGMA 16 POL.P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	MA BORRACHAS	UN	4,000	0,0000	17,9900	71,96	Venceu
591	4866	DIAFRAGAMA 24 POL.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO2012	MA BORRACHAS	UN	4,000	0,0000	14,9900	59,96	Venceu
595	4871	ESPIGÃO DO PINO CENTRAL DIANT.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FEY	UN	8,000	0,0000	9,9900	79,92	Venceu
596	4872	FEIXE DE MOLAS P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MARCHETTI	UN	4,000	0,0000	799,0000	3.196,00	Venceu
597	4873	FILTRO DE AR P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	TECFIL	UN	8,000	0,0000	59,0000	472,00	Venceu
599	4874	GRAMPO DA MOLA TRAS.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	AESA	UN	8,000	0,0000	24,9900	199,92	Venceu
600	4875	GRAMPO DE MOLA DIANT.P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	AESA	UN	8,000	0,0000	19,0000	152,00	Venceu
607	4883	JUNTA DO CARTER X-10 P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	UNIVERSAL	UN	4,000	0,0000	59,0000	236,00	Venceu
609	4885	LÂMINA 01 DAS MOLAS DIANTEIRAS P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	AESA	UN	2,000	0,0000	445,0000	890,00	Venceu
611	4887	MANGUEIRA CÂMARA FREIO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	LUCIFLEX	UN	4,000	0,0000	34,9900	139,96	Venceu
618	4894	MOLA 2 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	AESA	UN	4,000	0,0000	349,0000	1.396,00	Venceu
620	4896	MOLA MESTRA N°6 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	AESA	UN	4,000	0,0000	439,0000	1.756,00	Venceu
621	4897	MOLA RETORNO FREIO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	DEMISMOL	UN	8,000	0,0000	17,9900	143,92	Venceu
623	4899	PARAFUSO MOLA TRAS. P/MOLA TRAS. P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FEY	UN	16,000	0,0000	7,9900	127,84	Venceu
624	4900	PARAFUSO RODA DIANT M18X1 P/ONIBUS VOLARE 8, ANO 2012	FEY	UN	30,000	0,0000	8,9900	269,70	Venceu
637	4913	REPARO VÁLVULA SERVIÇO P/ONIBUS VOLARTE V8, ANO 2012	QUINELATO	UN	4,000	0,0000	110,0000	440,00	Venceu
641	4917	ROLAMENTO VIGA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FAG	UN	8,000	0,0000	79,0000	632,00	Venceu
643	4919	SEMEIXO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MAXGEAR	UN	4,000	0,0000	549,0000	2.196,00	Venceu
647	4924	SILENCIOSO ESCAPAMENTO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FADO	UN	4,000	0,0000	599,0000	2.396,00	Venceu
649	4925	SUPORTE DIANT DA MOLA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	RIVERTEC	UN	4,000	0,0000	199,0000	796,00	Venceu
657	4933	TAMPA VASO EXPANSÃO 7PSI P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	CLICK	UN	4,000	0,0000	15,9900	63,96	Venceu
658	4934	TERMINAL ESFÉRICO -AS 13 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	ROCHESTER	UN	4,000	0,0000	18,0000	72,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 25/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descota(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 7442 - GAPSKI & CIA. LTDA.									
662	4938	VÁLVULA DESCARGA RÁPIDA P/ ONIBUS VOLARE V8. ANO 2012	LNG	UN	4,000	0,0000	34,9900	139,96	Venceu
671	11040402	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO TRASEIRO/TRUCK FORD 1722	SABO	UN	25,000	0,0000	12,9900	324,75	Venceu
673	11040404	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO TRASEIRO/TRUCK VW 16.170 B.T.	SABO	UN	25,000	0,0000	12,9900	324,75	Venceu
674	11040405	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO TRASEIRO/TRUCK CAMINHÃO M.B.1618	SABO	UN	25,000	0,0000	21,9900	549,75	Venceu
675	11040406	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO TRASEIRO/TRUCK M.B. 1113.	SABO	UN	25,000	0,0000	18,9900	474,75	Venceu
682	111040413	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO PARA M.B. 1113.	ARCA	UN	25,000	0,0000	14,9900	374,75	Venceu
685	111040416	JOGO DE LONAS DE FREIO COM REBITES PARA OS CAMINHÕES FORD CA	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	134,9900	1.619,88	Venceu
686	111040417	JOGO DE LONAS DE FREIO COM REBITES (02 CUBOS DIANTEIRA) PARA	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	179,0000	2.148,00	Venceu
687	111040418	JOGO DE LONAS DE FREIO COM REBITES (02 CUBOS DIANTEIRA) 2321	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	179,0000	2.148,00	Venceu
688	111040419	JOGO DE LONAS DE FREIO COM REBITES (02 CUBOS DIANTEIRA)	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	119,0000	1.428,00	Venceu
689	111040420	JOGO DE LONAS DE FREIO COM REBITES (02 CUBOS TRASEIRA/TRAÇÃO	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	134,0000	1.608,00	Venceu
690	111040421	JOGO DE LONAS DE FREIO COM REBITES 02 CUBOS TRASEIRA/TRAÇÃO	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	134,0000	1.608,00	Venceu
691	111040422	JOGO DE LONAS DE FREIO C REBITES (02 CUBOS TRASEIRA/TRAÇÃO	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	134,0000	1.608,00	Venceu
692	111040423	JOGO DE LONAS DE FREIO C REBITES 02 CUBOS TRASEIRA TRACÃO	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	129,0000	1.548,00	Venceu
693	111040424	JOGO DE LONAS DE FREIO C REBITES 02 CUBOS TRASEIRA TRUCK	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	134,0000	1.608,00	Venceu
694	111040425	JOGO DE LONAS D FREIO C REBITES 02 CUBOS TRASEIRA TRUCK	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	134,0000	1.608,00	Venceu
695	111040426	JOGO DE LONAS DE FREIO C REBITES 02 CUBOS TRASEIRA/TRUCK	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	134,0000	1.608,00	Venceu
696	111040427	JOGO LONAS DE FREIO C REBITES (02 CUBOS TRASEIRA/TRUCK)	THERMOID	JOG	12,000	0,0000	129,0000	1.548,00	Venceu
700	111040431	UNIDADE DE PIVO INFERIOR DA SUSPENSÃO PARA A AMBULANCIA PEUG	VIEMAR	UN	2,000	0,0000	74,0000	148,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->							4.058,000	314.590,85	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 26/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16266 - THAMAGI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA									
1	4236	CORREIA DO VENTILADOR DOS CAMINHÕES FORD CARGO 2422	GOODYEAR	UN	20,000	0,0000	71,9000	1.438,00	Venceu
2	4237	CORREIA DO VENTILADOR DOS CAMINHÕES FORD CARGO 1722	GOODYEAR	UN	20,000	0,0000	71,9000	1.438,00	Venceu
14	4247	HÉLICES DE 8 PÁS P/CAMINHÃO FORD CARGO 2422	WGS	UN	15,000	0,0000	648,9000	9.733,50	Venceu
15	4248	HÉLICES DE 8 PÁS PARA CAMINHÃO FORD CARGO 1722	WGS	UN	15,000	0,0000	648,9000	9.733,50	Venceu
31	4264	JOGO DE MOLA DOS PATINS PARA OS CAMINHÕES FORD CARGO 2422	CARLON	JOG	100,000	0,0000	38,0000	3.800,00	Venceu
32	4265	JOGO DE MOLA DOS PATINS PARA OS CAMINHÕES FORD CARGO 1722	CARLON	JOG	100,000	0,0000	38,0000	3.800,00	Venceu
33	4071	JOGO DE MOLA DOS PATINS PARA O CAMINHÃO VW 23.210	CARLON	JOG	100,000	0,0000	38,0000	3.800,00	Venceu
39	4271	TAMBORES DE FREIO PARA OS CAMINHÕES M.B AXOR 2644S	TOMÉ	UN	22,000	0,0000	610,0000	13.420,00	Venceu
40	4272	TAMBORES DE FREIO PARA OS CAMINHÕES M.B. AXOR 1933S	TOMÉ	UN	22,000	0,0000	610,0000	13.420,00	Venceu
46	4278	CONJUNTO COMPLE EMBUCHAMENTO PARA OS CAMINHÕES M.B. AXOR 2644S	NAKATA	CJ	10,000	0,0000	564,0000	5.640,00	Venceu
47	4279	CONJUNTO COMPLE EMBUCHAMENTO PARA CAMINHÕES M.B. AXOR 1933S.	NAKATA	CJ	10,000	0,0000	564,0000	5.640,00	Venceu
53	4285	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO DIANT. PARA CAMINHÃO MB AXOR 2644S	COFFAP	UN	16,000	0,0000	222,0000	3.552,00	Venceu
54	4286	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO DIANTEIRA P/ CAM. MB.AXOR 1933S	COFFAP	UN	16,000	0,0000	224,0000	3.584,00	Venceu
60	4292	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO TRAS P/CAMINHÕES M.B. AXOR 2644S	COFFAP	UN	16,000	0,0000	224,0000	3.584,00	Venceu
61	4293	AMORTECEDOR DE SUSPENSÃO TRAS. P/CAMINHÕES M.B AXOR 2644S	COFFAP	UN	16,000	0,0000	224,0000	3.584,00	Venceu
62	4294	CONJUNTO EMBREAGEM COM MORINGA PARA CAMINHÕES FORD CARG 2422	SACHS	CJ	15,000	0,0000	2.125,0000	31.875,00	Venceu
63	4295	CONJUNTO EMBREAGEM COM MORINGA P/ CAMINHÕES FORD CARGO 1722	SACHS	CJ	15,000	0,0000	2.125,0000	31.875,00	Venceu
64	4296	CONJUNTO EMBREAGEM PARA OS CAMINHÕES VW 23.210	SACHS	CJ	6,000	0,0000	2.584,0000	15.504,00	Venceu
65	4297	CONJUNTO EMBREAGEM PARA OS CAMINHÕES VW	SACHS	CJ	6,000	0,0000	2.584,0000	15.504,00	Venceu
68	4300	CONJUNTO DE EMBREAGEM PARA OS CAMINHÕES M.B. AXOR 2644S	SACHS	UN	6,000	0,0000	2.584,0000	15.504,00	Venceu
69	4301	CONJUNTO DE EMBREAGEM PARA OS CAMINHÕES M.B. AXOR 1933S.	SACHS	CJ	6,000	0,0000	2.584,0000	15.504,00	Venceu
132	4359	TAMPA DO TANQUE DE COMBUSTÍVEL P/CAM.M.B AXOR 1933S	TEKNIK	UN	10,000	0,0000	53,0000	530,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 27/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16266 - THAMAGI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA									
147	4374	RETENTORES DOS CUBOS P/CAMINHÃO M.B.AXOR2644S	WILLERSON	UN	25,000	0,0000	30,0000	750,00	Venceu
148	4375	RETENTORES DOS CUBOS P/CAM M.B. AOR 1933S	WILLERSON	UN	25,000	0,0000	30,0000	750,00	Venceu
151	4386	KIT DE EMBREAGEM COMP.AMBULANCIA FIAT DUCATO 2.8.ANO 2006-	SACHS	UN	2,000	0,0000	1.100,0000	2.200,00	Venceu
165	4400	KIT DE ROLAMENTO DE RODA DIANT.(UMA RODA) PARA A AMBULÂNCIA	MAR	UN	2,000	0,0000	1.865,0000	3.730,00	Venceu
169	4404	ANTICORROSIVO DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO DO MOTOR PARA AMBU	WURTH	UN	6,000	0,0000	13,0000	78,00	Venceu
195	4429	SEMI EIO DO LADO DTO COMP.P/AMB.FIAT DUCATO 2.8 ARO 16	REX	UN	1,000	0,0000	2.984,8300	2.984,83	Venceu
197	4431	ENGRANAGEM 5° P/AMB.FIAT DUCATO 2.8, ANO 2006- ARO 16	REX	UN	2,000	0,0000	538,9300	1.077,86	Venceu
198	4432	RETENTOR VIRABREQUIM PARA A AMB.FIAT DUCATO 2.8 ANO2006-ARO1	ARCA	UN	2,000	0,0000	142,3100	284,62	Venceu
199	4433	LUVA ENGATE 5° PARA A AMB.FIAT DUCATO 2.8, ANO 2006 ARO 16	REX	UN	2,000	0,0000	525,9000	1.051,80	Venceu
200	4434	ANEL SINCROINIZADA 3° E 4° PARA A AMBULÂNCIA FIAT DUCATO 2.8 A	CENTRINEL	UN	2,000	0,0000	625,3900	1.250,78	Venceu
201	4435	ANEL SINCROINIZADO 1° E 2° P/AMB.FIAT DUCATO 2.8. ANO2006 ARO	CENTRINEL	UN	2,000	0,0000	862,2000	1.724,40	Venceu
202	4436	RETENTOR CAMBIO P/AMBULÂNCIA FIAT DUCATO 2.8. ANO 2006	WILLERSON	UN	2,000	0,0000	212,2000	424,40	Venceu
203	4437	GARFO CAMBIO P/AMBULÂNCIA FIAT DUCATO 2.8 ANO 2006 ARO 16	NAKATA	UN	2,000	0,0000	293,4500	586,90	Venceu
205	4439	ENGRANAGEM 3° PARA AMB.FIAT DUCATO 2.8, ANO 2006 ARO 16	REX	UN	2,000	0,0000	608,6500	1.217,30	Venceu
215	4449	KIT JOGO DE PASTILHA DE FREIO TRAS.P/AMB. PEUGEOT BOXER, ANO	FLEX	UN	2,000	0,0000	172,0800	344,16	Venceu
225	4459	ROLAMENTO DA RODA P/AMB. PEUGEOT BOXER, ANO 2009 ARO 16	MAR	UN	4,000	0,0000	423,9000	1.695,60	Venceu
226	4460	MANGUEIRA SAIDA DE ÁGUA DO RADIADOR DA AMBULANCIA PEUGEOT BO	LAGUS	UN	1,000	0,0000	113,0000	113,00	Venceu
227	4461	ADITIVO ANTICORROSIVO PARA A AMB. PEUGEOT BOXER, ANO 2009 AR	WURTH	UN	4,000	0,0000	21,0000	84,00	Venceu
229	4463	VALVULA TERMOSTATIVA P/AMBULANCIA PEUGEOT BOXER, ANO 2009	MTE THOMPSON	UN	2,000	0,0000	562,0000	1.124,00	Venceu
230	4488	ANTICORROSIVO DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO DO MOTOR P/AMB.IVECO	WURTH	UN	6,000	0,0000	15,9000	95,40	Venceu
239	4497	KIT DE EMBREAGEM COMPLETO P/AMB. IVECO, ANO 2004-ARO 16	SACHS	UN	1,000	0,0000	1.530,0000	1.530,00	Venceu
243	4507	FECHADURA P/AMB.IVECO, ANO 2004-COMP.DE CARGA/PORTA LATERAL	UNIFEC	UN	1,000	0,0000	465,0000	465,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 28/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16266 - THAMAGI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA									
252	4518	KIT DE EMBREAGEM COMPLETO P/ ONIBUS VOLARE W8 MOTOR MMM 150	SACHS	UN	1,000	0,0000	1.420,0000	1.420,00	Venceu
258	4524	RETENTOR DA RODA TRAS. P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR MMM 150CV,	WILLERSON	UN	4,000	0,0000	58,0000	232,00	Venceu
262	4528	ROLAMENTO DA RODA DIANT. P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR MMM 150 CV	MAR	UN	4,000	0,0000	148,0000	592,00	Venceu
263	4529	ROLAMENTO DA RODA TRAS. EXT. P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR MMM	MAR	UN	4,000	0,0000	148,0000	592,00	Venceu
265	4531	CILINDRO DA RODA DE FREIO P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR MMM 150CV	CONTROIL	UN	2,000	0,0000	180,0000	360,00	Venceu
266	4532	VÁLVULA TERMOSTÁTICA P/ONIBU VOLARE W8 MOTOR MMM 150 CV,	MTE THOMPSON	UN	1,000	0,0000	115,0000	115,00	Venceu
267	4535	CILINDRO MESTRE DO FREIO P/ONIBUS VOLARE W8 MOTOR MMM 150 CV	CONTROIL	UN	1,000	0,0000	395,0000	395,00	Venceu
268	4536	CILINDRO AUXILIAR DA EMBREAGEM P/VAN PEUGEOT BOXER 330-M	CONTROIL	UN	1,000	0,0000	398,0000	398,00	Venceu
273	4545	AMORTECEDOR DA SUSP. DIANTEIRA P/VAN PEUGEOT BOXER 330 M 2.3	COFFAP	UN	4,000	0,0000	285,0000	1.140,00	Venceu
274	4546	AMORTECEDOR DA SUSPENSÃO TRAS. P/VN PEUGEOT BOXER 330 M	COFFAP	UN	4,000	0,0000	285,0000	1.140,00	Venceu
276	4548	ROLAMENTO ESTICADOR DA CORREIA P/VAN PEUGEOT BOXER 330 M	MAR	UN	4,000	0,0000	120,0000	480,00	Venceu
279	4551	CORREIA DENT. UNID.DE ROLAMENTO ESTICADOR DA CORREIA P/VAN	GOODYEAR	UN	4,000	0,0000	200,0000	800,00	Venceu
281	4555	PIVÔ DA SUSP. DIANT. PARA O MICRO-ONIBUS FIAT DUCATO,	NAKATA	UN	4,000	0,0000	70,0000	280,00	Venceu
290	4566	KIT DE ROLAMENTO DAS RODAS TRAS.P/O MICRO-ONIBUS FIAT DUCATO	MAR	UN	1,000	0,0000	985,4000	985,40	Venceu
292	4568	RETENTOR DO DIFERENCIAL DO LADO ESQ.P/MICRO ONIBUS FIAT DUCA	WILLERSON	UN	1,000	0,0000	124,0000	124,00	Venceu
293	4569	SEMI EIXO DO LADO DTO COMP. P/ MICRO ONIBUS FIAT DUCATO, ANO	REX	UN	2,000	0,0000	448,6000	897,20	Venceu
294	4570	SEMI EIXO DO LADO ESQUERDO COMPLETO P/MICRO ONIBUS FIAT DUCA	REX	UN	2,000	0,0000	426,2300	852,46	Venceu
308	4584	HOMOCINETICA DO EIXO P/MICRO ONIBUS FIAT DUCATO, 2009 ARO15	DREK	UN	4,000	0,0000	381,0000	1.524,00	Venceu
309	4585	MOLAS DE SUSPENSÃO P/MICROONIBUS FIAT DUCATO, 2009 ARO15	FAMA	UN	4,000	0,0000	251,0000	1.004,00	Venceu
311	4587	ANTICORROSIVO DO SISTEMA DE ARREFECIMENTO DO MOTOR P/MICRO	WURTH	UN	6,000	0,0000	14,9000	89,40	Venceu
316	4592	TAMBORE DE FREIO P/ ONIBUS VW17210, ANO 2003 ARO20	TOMÉ	UN	3,000	0,0000	520,0000	1.560,00	Venceu
322	4598	LONAS DE FREIO COM REBITE P/ONIBUS VW 17210, ANO 2003-ARO20	FLEX	JOG	2,000	0,0000	242,0000	484,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 29/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descota(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação:									
Fornecedor: 16266 - THAMAGI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA									
324	4600	RETENTOR DA RODA TRAS. P/ ONIBUS VW 17210, 2003, ARO 20	WILLERSON	UN	4,000	0,0000	32,0000	128,00	Venceu
339	4615	ROLAMENTO DE RODA TRAS P/ ONIBUS 17210, ANO 2002	WILLERSON	UN	4,000	0,0000	32,0000	128,00	Venceu
343	4619	TAMBOR DE FREIO P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002 ARO 22,5	TOMÉ	UN	2,000	0,0000	580,0000	1.160,00	Venceu
346	4622	LONAS DE FREIO COM REBITE P/ ONIBUS VW 17210 ANO 2002	FLEX	UN	2,000	0,0000	241,9000	483,80	Venceu
347	4623	CILINDRO DE RODA DE FREIO P/ ONIBUS VW 17210, ANO 2002	CONTROIL	UN	2,000	0,0000	210,0000	420,00	Venceu
381	4657	AMORTECEDOR DIANT. PARA CAMINHÃO AGRALE 8500 TCA 115 CV,	COFFAP	UN	4,000	0,0000	130,0000	520,00	Venceu
386	4662	KIT DE SUPORTES DO MOPTOR P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722 ANO 2	RAVEL	UN	1,000	0,0000	480,0000	480,00	Venceu
389	4665	ROLAMENTO DE RODA TRASEIRA EXTERNA P/ ONIBUS MERCEDES BENS	MAR	UN	4,000	0,0000	184,0000	736,00	Venceu
394	4670	TAMBOR DE FREIO PARA ONIBUS MERCEDES BENZ 1722 ANO 2010	TOMÉ	UN	2,000	0,0000	521,0000	1.042,00	Venceu
395	4671	KIT DO TERMINALÇ DE DIREÇÃO P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722 ANO	NAKATA	UN	2,000	0,0000	680,0000	1.360,00	Venceu
400	4676	BORRACHA CARDAN P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722, ANO 2010	VIPAL	UN	2,000	0,0000	130,0000	260,00	Venceu
402	4678	PARAFUSOS, PORCAS E ARRUELAS P/ ONIBUS MERCEDES BENZ 1722	BUZETTI	UN	10,000	0,0000	142,0000	1.420,00	Venceu
410	4686	CILINDRO MESTRE DO FREIO PARA O ONIBUS MERCEDES BENZ 1722,	CONTROIL	UN	1,000	0,0000	400,0000	400,00	Venceu
416	4692	BICO INJETOR P/CAMINHÃO FORD CARGO 2428 E, ANO 2009	BOSCH	UN	48,000	0,0000	1.420,0000	68.160,00	Venceu
417	4693	VALVULA REGULADORA DE PRESSÃO (INJEÇÃO) P/ CAMINHÃO FORD CAR	BOSCH	UN	8,000	0,0000	600,0000	4.800,00	Venceu
421	4697	BICO INJETOR P/CAMINHÃO FORD CARGO 2422, ANO 2006	BOSCH	UN	48,000	0,0000	1.520,0000	72.960,00	Venceu
427	4703	CAVALETE DE FREIO P/ AMBULÂNCIA FORD TRANSIT ANO 2011	CONTROIL	UN	4,000	0,0000	1.485,0000	5.940,00	Venceu
438	4714	FECHADURA PORTA LADO ESQUERDO P/AMB. FORD TRANSIT, ANO2011	ZARNETA	UN	2,000	0,0000	1.590,0000	3.180,00	Venceu
444	4720	ROLAMENTO RODA DIANT P/ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17, 2012	MAR	UN	2,000	0,0000	610,0000	1.220,00	Venceu
448	4724	PIVO TIRANTE SUSP. SUPERIOR P/ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17,	NAKATA	UN	2,000	0,0000	646,0000	1.292,00	Venceu
450	4726	TERMINAL DIREÇÃO P/ONIBUS IVECO CITYCLASS 70C17, ANO 2012	NAKATA	UN	2,000	0,0000	390,0000	780,00	Venceu
453	4729	BARRA ESTABILIZADORA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	KSD	UN	4,000	0,0000	680,0000	2.720,00	Venceu

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 30/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação: Fornecedor: 16266 - THAMAGI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA									
457	4733	BORRACHA PARABRISA P/ONIBUS VOLARE V8, 2012	MA BORRACHAS	UN	5,000	0,0000	230,0000	1.150,00	Venceu
467	4743	CHAVE COLUNA DE DIREÇÃO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	ZARNETA	UN	4,000	0,0000	341,0000	1.364,00	Venceu
471	4747	CJ COLUNA DE DIREÇÃO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MTCA	UN	3,000	0,0000	708,0000	2.124,00	Venceu
472	4748	CJ FILTRO DO AR 12M² P/ONIBUS VOLARE V8, 2012	FIROL	UN	4,000	0,0000	565,3000	2.261,20	Venceu
475	4751	COLUNA DE DIREÇÃO-CARDAN P/ONIBUS VOLARE V8, 2012	MTCA	UN	6,000	0,0000	614,3900	3.686,34	Venceu
478	4754	COROA E PINHÃO 4,10:1 10X P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MERITOR	UN	3,000	0,0000	1.610,0000	4.830,00	Venceu
498	4774	MANCAL COMPLETO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	SACHS	UN	6,000	0,0000	265,0000	1.590,00	Venceu
506	4782	PARABRISA VOLARE C/ITINERÁRIO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VITROL	UN	3,000	0,0000	1.130,0000	3.390,00	Venceu
507	4783	PARACHOQUE DIANT P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	ZARNETA	UN	4,000	0,0000	1.180,0000	4.720,00	Venceu
518	4794	REVESTIMENTO EXT DIANT P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	NORONHA	UN	4,000	0,0000	1.650,0000	6.600,00	Venceu
540	4816	VIDRO TRAS. P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VITROL	UN	2,000	0,0000	684,0000	1.368,00	Venceu
545	4821	ANTICORROSIVO CONCENTRADO P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	WURTH	UN	40,000	0,0000	30,0000	1.200,00	Venceu
547	4823	ALTERNADOR 24V P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	VAPSA	UN	4,000	0,0000	1.480,0000	5.920,00	Venceu
551	4827	BARRA ESTAB.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	KSD	UN	4,000	0,0000	760,0000	3.040,00	Venceu
554	4830	BICO INJETOR 9430084749 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	BOSCH	UN	8,000	0,0000	101,0000	808,00	Venceu
556	4832	BOMBA ALIMENTADORA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	BOSCH	UN	4,000	0,0000	264,2500	1.057,00	Venceu
566	4842	CARDAN P/ ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	ALBERTO	UN	4,000	0,0000	1.320,0000	5.280,00	Venceu
572	4848	CJ CUBO DE RODA DIANT.P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	KSD	CJ	4,000	0,0000	472,0000	1.888,00	Venceu
574	4850	CJ FILTRO COMB P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	FIROL	CJ	2,000	0,0000	205,0000	410,00	Venceu
583	4859	CJ TUBO ESCAPE P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	ZARNETA	CJ	2,000	0,0000	332,1600	664,32	Venceu
584	4878	CJ VASO DE COMP.P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	MTE	CJ	4,000	0,0000	182,0000	728,00	Venceu
588	4863	DEFLETOR DO RADIADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	LIDER	UN	1,000	0,0000	385,0000	385,00	Venceu
589	4864	DEFLETOR DE GRAXA P/ONIBUS VOLARE V8 ANO 2012	KSD	UN	4,000	0,0000	52,0000	208,00	Venceu
592	4868	DISCO DE EMBREAGEM 325WG/TZ PARA ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	SACHS	UN	4,000	0,0000	523,0000	2.092,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 31/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC Data da Homologação: Fornecedor: 16266 - THAMAGI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA									
612	4888	MANGUEIRA FILTRO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VIPAL	UN	2,000	0,0000	92,0000	184,00	Venceu
613	4889	MANGUEIRA INFERIOR AFTERCOOLER P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VIPAL	UN	4,000	0,0000	253,0000	1.012,00	Venceu
614	4890	MANGUEIRA RADIADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VIPAL	UN	4,000	0,0000	90,0000	360,00	Venceu
615	4891	MANGUEIRA SUPERIOR RADIADOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VIPAL	UN	4,000	0,0000	64,2000	256,80	Venceu
617	4893	MANGUEIRA VASO EXPANSÃO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VIPAL	UN	4,000	0,0000	62,1200	248,48	Venceu
626	4902	PLATÔ EMBREAGEM P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	SACHS	UN	4,000	0,0000	541,0000	2.164,00	Venceu
630	4906	RADIADOR AFTERCOOLER P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VISCONDE	UN	4,000	0,0000	1.120,0000	4.480,00	Venceu
631	4907	RADIADOR DE ÁGUA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VISCONDE	UN	4,000	0,0000	1.642,0000	6.568,00	Venceu
638	4914	RETENTOR 82,5X 114,3X12,7 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	WILLERSON	UN	8,000	0,0000	63,0000	504,00	Venceu
640	4916	ROLAMENTO DE EMBREAGEM P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MAR	UN	4,000	0,0000	195,0000	780,00	Venceu
646	4922	SERPENTINA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	KSD	UN	4,000	0,0000	348,9500	1.395,80	Venceu
648	4923	SOLENOIDE FREIO MOTOR 24V P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	VAPSA	UN	4,000	0,0000	248,0000	992,00	Venceu
652	4928	SUPORTE AMORTECEDOR W8 P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	KSD	UN	4,000	0,0000	195,3800	781,52	Venceu
654	4930	SUPORTE DIANT.MOTOR P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	RAVEL	UN	4,000	0,0000	193,0000	772,00	Venceu
656	4932	TAMBOR FREIO P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	TOMÉ	UN	6,000	0,0000	310,0000	1.860,00	Venceu
665	4941	VÁLVULA TERMOSTÁTICA P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	MTE	UN	4,000	0,0000	100,2600	401,04	Venceu
667	4943	VEDADOR PINO MESTRE P/ONIBUS VOLARE V8, ANO 2012	WILLERSON	UN	4,000	0,0000	181,0000	724,00	Venceu
670	11040401	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO TRASEIRO/TRUCK FORD 2422	VARGA	UN	25,000	0,0000	28,6000	715,00	Venceu
672	11040403	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO TRASEIRO/TRUCK VW 23.210	ARCA	UN	25,000	0,0000	25,3000	632,50	Venceu
676	111040407	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO TRASEIRO/TRUCK AXOR 2644S.	ARCA	UN	25,000	0,0000	28,6000	715,00	Venceu
677	111040408	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO PARA FORD CARGO 2422	ARCA	UN	25,000	0,0000	22,4000	560,00	Venceu
678	111040409	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO PARA FORD CARGO 1722.	ARCA	UN	25,000	0,0000	22,4000	560,00	Venceu
679	111040410	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO PARA VW 23.210.	ARCA	UN	25,000	0,0000	22,4000	560,00	Venceu

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 32/32

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 104/2014 Licitação: 15/2014 - CC									
Fornecedor: 16266 - THAMAGI PEÇAS E SERVIÇOS LTDA									
			Data da Homologação:						
680	111040411	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO PARA VW 16.170 BT	ARCA	UN	25,000	0,0000	22,4000	560,00	Venceu
681	111040412	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO PARA M.B. 1618.	ARCA	UN	25,000	0,0000	22,4000	560,00	Venceu
683	111040414	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO AXOR 2644S.	ARCA	UN	25,000	0,0000	22,4000	560,00	Venceu
684	111040415	UNIDADE DE RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO PARA AXOR 1933S.	ARCA	UN	25,000	0,0000	22,4000	560,00	Venceu
699	111040430	UNIDADE DE PIVO SUPERIOR DA SUSPENSÃO PARA A AMBULANCIA PEUG	KSD	UN	2,000	0,0000	75,0000	150,00	Venceu
702	111040434	UNIDADE DE BUCHA DA BANDEJA SUPERIOR DA SUSPENSÃO AMBULANCIA	KSD	UN	8,000	0,0000	92,0000	736,00	Venceu
705	111040437	MANGUEIRA RETORNO DE ÁGUA DO RADIADOR DA AMBULANCIA PEUGEOT	VIPAL	UN	1,000	0,0000	100,0000	100,00	Venceu
707	111040439	SILENCIOSO INTERMEDIÁRIO DO ESCAPAMENTO DA AMBULANCIA PEUGEO	KSD	UN	1,000	0,0000	130,0000	130,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			508.425,31	

Canoinhas, 19 de Setembro de 2014.

Capinzal

PREFEITURA

FMAS Processo Licitatório Nº 0021/2014 - Pregão Presencial Nº 0014/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0021/2014

Pregão Presencial Nº 0014/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para Aquisição de gás de cozinha para manutenção das atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. Com Recursos Federais do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 14:00 horas, para abertura da Seção às 14:05 horas do dia 01/10/2014.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

No endereço do Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0xx49) 3555-8716 e 3555-8739, **FAX Nº** (0xx49) 3555-8740.

Capinzal, 22 de setembro de 2014.

ELISÂNGELA BAGNOLIN

Diretora de Compras e Licitações

FMS CONTRATO 0105/2014

Contrato Nº.: 0105/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada....: MARINA MONETA DANTE - ME

Valor : 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência : Início: 17/09/2014 Término: 17/12/2014

Processo Licitatório Nº 0045/2014

Licitação : Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº.: 0003/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para procedimentos de esterilização de cães e gatos no município de Capinzal, a fim de reduzir a super população, a falta de lar e a incidência de doenças nestes animais.

FUNREBOM Processo Licitatório Nº 0008/2014 - Pregão Presencial Nº 0003/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0008/2014

Pregão Presencial Nº 0003/2014

OBJETO: Aquisição de peças genuínas (com a devida comprovação da origem com nota fiscal) e serviços pra conserto da Viatra Auto Resgate 2008/2008, Placa MES 3863, Chassi 93XP-NK7408C841431, usada pelo Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal - SC, com Recursos Próprios - FUNREBOM.

Observação:

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 09:00 horas, para abertura às 09:05 horas do dia 01/10/2014.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, Rua Carmello Zocolli, 155.

No sítio: www.capinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (0XX49)3555-8719, **FAX Nº** (0XX49)3555-8744

Capinzal, 22 de setembro de 2014.

Elisangela Bagnolin

Diretora de Compras e Licitações

Catanduvas

PREFEITURA

Decreto Nº 2.010, de 12 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 2.010, de 12 de setembro de 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103, c/c alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal; art. 2º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e art. 182, § 3º, art. 30, e art. 5º, XXIV, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que nos últimos anos ocorreu significativa expansão do Perímetro Urbano da cidade de Catanduvas-SC, em especial a partir do Bairro Cidade Jardim, com a instituição dos Loteamentos Vila Bortolândia; Cidade Jardim II (Loteamento Cardozo); e Loteamento Ivo Covolan. Que, além disso, há um projeto do Município em conjunto com o Ministério da Educação denominado Espaço Educativo, com a instituição de uma "Escola em Tempo Integral", prevendo uma área edificada de 2.945,00m² naquela mesma Zona Urbana.

CONSIDERANDO, que nos Loteamentos se intensificam prédios residenciais e comerciais, aumentando dia a dia o fluxo de pessoas e veículos;

CONSIDERANDO, que em face da existência de áreas urbanas ainda não loteadas, bem como de empresas no lado Sul da Rua José Cardoso da Silva, não há acesso dos moradores de tais loteamentos, diretamente à Rodovia SC-355, situação que os obriga a percorrer longo trajeto de contorno até chegar à mencionada Rodovia;

CONSIDERANDO, que, por outro viés, a Rua Padre Luiz Gardinal, consubstancia-se na via mais apropriada para o acesso dos Loteamentos à Rodovia SC-355; ao Distrito Industrial I; ao Centro da cidade de Catanduvas-SC; bem como a Água Doce, melhorando substancialmente a mobilidade urbana naquele local;

CONSIDERANDO, que a Rua Padre Luiz Gardinal, dentro do projeto do Loteamento Cidade Jardim II, se estende somente até as quadras 166 e 173, findando na chácara urbana denominada "Granja Claudia", imóvel matriculado sob nº 3.631 do CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas, sendo que no seu traçado, ainda percorre área constante da Matrícula nº 2.372, pertencente a Nelsi Barichello, e Gleba 01, área constante da Matrícula nº 2.415, pertencente a Obiratan Carlos Bortolon, ou a quem de direito, estas também registradas no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC;

CONSIDERANDO, que toda a extensão da Rua Padre Luiz Gardinal, que passa pelas chácaras acima descritas, até a Rodovia SC-355, já se encontra aberta "de fato", sem a participação da Administração Pública Municipal, e vem sendo utilizada normalmente por todos os cidadãos que lá trafegam;

CONSIDERANDO, que diante da situação acima descortinada, facilitar a mobilidade urbana, e a implantação de obras de infraestrutura, outra solução não há senão em promover-se a expropriação das áreas, e que compete ao Município, de acordo com o previsto na alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal, promover a desapropriação;

CONSIDERANDO, que em procedimento administrativo prévio, restou indicado objetivamente: a) a adequação e a necessidade das áreas a serem desapropriadas para a satisfação da necessidade coletiva de Catanduvas-SC, para ordenar e possibilitar obras de infraestrutura no referido prolongamento da Rua; b) que, em face da inexistência do apossamento e conduta positiva da Administração Pública, não há indenização a ser paga (STJ - Agravo Regimental no Recurso Especial - AgRg no REsp 1367002 MG 2012/0229552-0, publicado em 28/06/2013); e c) os encargos a que deve satisfazer e os recursos econômico-financeiros de que dispõe o Município;

CONSIDERANDO, a existência de situação fática configurando causa jurídica hábil a acarretar a expropriação do bem, como a elencada na letra "i" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como a existência da necessidade, adequação e proporcionalidade;

CONSIDERANDO, a não existência de outra solução dotada de menor lesividade, tanto ao interesse do expropriado, tanto quanto aos interesses públicos municipais;

CONSIDERANDO, a existência de autorização orçamentária constante do Orçamento Municipal do exercício de 2013, cumprindo assim com as determinações constantes do art. 167, I e II da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO, finalmente, que através dos Decretos Municipais nº 2011 e 2012, que estabelecem a desapropriação dos demais trechos do prolongamento da Rua, bem como a natureza constitutiva do presente ato,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a ser efetivada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por ser necessário à mobilização urbana e obras de infraestrutura, parte da área do imóvel situada no prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, nesta cidade de Catanduvas-SC, assim descrito: "Um terreno com área irregular localizado no prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, nesta cidade de Catanduvas-SC, com área superficial de 303,67m² (trezentos e três, vírgula sessenta e sete metros quadrados), com topografia média-plana e as seguintes medidas topográficas e confrontações: "Partindo do marco PTO-P-0013 com coordenadas geográficas, latitude 27º03'45.24151" S e longitude 51º38'56.88067" W, situado na confrontação com Leonardo Sestilio Bortolon, Claudia Edina Bortolon e Clari Salete Bortolon, matrícula 3.631; deste, segue, confrontando com Leonardo Sestilio Bortolon, Claudia Edina Bortolon e Clari Salete Bortolon, matrícula 3.631 com o azimute de 106º10'55" e a distância de 26.01 m até o marco PTO-P-0011; deste, segue, confrontando com Nelsi Barichello e Ivone Martins Barichello, matrícula 2.372 com o azimute de 214º13'53" e a distância de 14.72 m até o marco PTO-P-0022; deste, segue, confrontando com Nelsi Barichello e Ivone Martins Barichello, matrícula 2.372 com o azimute de 286º09'15" e a distância de 17.34 m até o marco PTO-P-0012; deste, segue, confrontando com a Rua Padre Luiz Gardinal com o azimute de 359º52'00" e a distância de 14.59 m até o marco PTO-P-0013; ponto inicial da descrição deste perímetro", imóvel devidamente registrado e matriculado sob nº 3.631 no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC, propriedade de Cláudia Edina Bortolon, Leonardo Sestilio Bortolon e Clari Salete Bortolon.

Art. 2º De acordo com o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, justifica-se a dimensão da área a ser desapropriada, pela necessidade de abranger toda a área relativa ao prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, no limite do imóvel.

Art. 3º Em face de a área ora desapropriada já integrar o sistema viário urbano do município, como acima consta, resta dispensada a EMISSÃO PROVISÓRIA do MUNICÍPIO na posse do imóvel descrito no art. 1º, de acordo com o disposto no art. 7º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a proceder e promover os atos subsequentes ao presente decreto expropriatório, destinados à formalização da desapropriação propriamente dita, convocando-se o proprietário do imóvel a ser expropriado para, no processo administrativo, norteados das garantias constitucionais, em que poderão ser discutidos temas pertinentes, dirimir eventuais pontos controvertidos, notadamente, a tentativa de formalização de acordo com a dispensa de indenização.

Art. 5º Fica afetada como bem de uso comum do povo, a área desapropriada, à manutenção do prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, na extensão até encontrar a Rodovia SC-355.

Art. 6º As despesas decorrentes do cumprimento da presente medida, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

15.451 Infraestrutura Urbana

15.451.0046 SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA

15.451.0046.1.0037000 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS

Art. 7º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 12 de setembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Decreto Nº 2.011, de 12 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 2.011, de 12 de setembro de 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103, c/c alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal; art. 2º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e art. 182, § 3º, art. 30, e art. 5º, XXIV, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que nos últimos anos ocorreu significativa expansão do Perímetro Urbano da cidade de Catanduvas-SC, em especial a partir do Bairro Cidade Jardim, com a instituição dos Loteamentos Vila Bortolândia; Cidade Jardim II (Loteamento Cardozo); e Loteamento Ivo Covolan. Que, além disso, há um projeto do Município em conjunto com o Ministério da Educação denominado Espaço Educativo, com a instituição de uma "Escola em Tempo Integral", prevendo uma área edificada de 2.945,00m² naquela zona urbana.

CONSIDERANDO, que nos Loteamentos se intensificam prédios residenciais e comerciais, aumentando dia a dia o fluxo de pessoas e veículos;

CONSIDERANDO, que em face da existência de áreas urbanas ainda não loteadas, bem como de empresas no lado Sul da Rua

José Cardoso da Silva, não há acesso dos moradores de tais loteamentos, diretamente à Rodovia SC-355, situação que os obriga a percorrer longo trajeto de contorno até chegar à mencionada Rodovia;

CONSIDERANDO, que, por outro viés, a Rua Padre Luiz Gardinal, consubstancia-se na via mais apropriada para o acesso dos Loteamentos à Rodovia SC-355, ao Distrito Industrial I, ao Centro da cidade de Catanduvas-SC, bem como a Água Doce, melhorando substancialmente a mobilidade urbana naquele local;

CONSIDERANDO, que a Rua Padre Luiz Gardinal, dentro do projeto do Loteamento Cidade Jardim II, se estende somente até as quadras 166 e 173, findando na chácara urbana denominada "Granja Claudia", imóvel matriculado sob nº 3.631 do CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas, sendo que no seu traçado, ainda percorre área constante da Matrícula nº 2.372, pertencente a Nelsi Barichello, e Gleba 01, área constante da Matrícula nº 2.415, pertencente a Obiratan Carlos Bortolon, ou a quem de direito, estas também registradas no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC;

CONSIDERANDO, que toda a extensão da Rua Padre Luiz Gardinal, que passa pelas chácaras acima descritas já se encontra aberta "de fato", sem a participação da Administração Pública Municipal, e vem sendo utilizada normalmente por todos os cidadãos que lá trafegam;

CONSIDERANDO, que diante da situação acima descortinada, facilitar a mobilidade urbana, e a implantação de obras de infraestrutura, outra solução não há senão em promover-se a expropriação das áreas, e que compete ao Município, de acordo com o previsto na alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal, promover a desapropriação;

CONSIDERANDO, que em procedimento administrativo prévio, restou indicado objetivamente: a) a adequação e a necessidade das áreas a serem desapropriadas para a satisfação da necessidade coletiva de Catanduvas-SC, para ordenar e possibilitar obras de infraestrutura no referido prolongamento da Rua; b) que, em face da inexistência do apossamento e conduta positiva da Administração Pública, não há indenização a ser paga (STJ - Agravo Regimental no Recurso Especial - AgRg no REsp 1367002 MG 2012/0229552-0, publicado em 28/06/2013); e c) os encargos a que deve satisfazer e os recursos econômico-financeiros de que dispõe o Município;

CONSIDERANDO, a existência de situação fática configurando causa jurídica hábil a acarretar a expropriação do bem, como a elencada na letra "i" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como a existência da necessidade, adequação e proporcionalidade;

CONSIDERANDO, a não existência de outra solução dotada de menor lesividade, tanto ao interesse do expropriado, tanto quanto aos interesses públicos municipais;

CONSIDERANDO, a existência de autorização orçamentária constante do Orçamento Municipal do exercício de 2013, cumprindo assim com as determinações constante do art. 167, I e II da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO, finalmente, que através dos Decretos Municipais nº 2010 e 2012, que estabelecem a desapropriação dos demais trechos do prolongamento da Rua, e a natureza constitutiva do presente ato,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de

desapropriação, a ser efetivada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por ser necessário à mobilização urbana e obras de infraestrutura, parte da área do imóvel situada no prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, nesta cidade de Catanduvas-SC, assim descrito: "Um terreno com área irregular localizado no prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, nesta cidade de Catanduvas-SC, com área superficial de 829,32m² (oitocentos e vinte e nove vírgula trinta e dois metros quadrados), com topografia média-plana e as seguintes medidas topográficas e confrontações: "Partindo do marco 1, situado na confrontação com a ELIDE GIUSTINA BORTOLON (PROJEÇÃO DA RUA PADRE LUIZ GARDINAL); deste segue rua, confrontando com a ELIDE GIUSTINA BORTOLON (PROJEÇÃO DA RUA PADRE LUIZ GARDINAL) com o azimute de 34°25'54" e a distância de 14.74 m até o marco 2; deste, segue linha seca, confrontando com o LOTE 04 REMANESCENTE MATRÍCULA 2.372 (NELSI BARICHELO E IVONE MARTINS BARICHELO) com o azimute de 106°11'11" e a distância de 59.24 m até o marco 4, deste segue linha seca, confrontando com o imóvel de OBIRATAN CARLOS BORTOLON (PROJEÇÃO DA RUA PADRE LUIZ GARDINAL) com o azimute de 214°25'54" e a distância de 14.74 m até o marco 5; deste, segue linha seca, confrontando com o LOTE 04 REMANESCENTE MATRÍCULA 2.372 (NELSI BARICHELO E IVONE MARTINS BARICHELO) com o azimute de 286°11'11" e a distância de 59.24 m até o marco 1; ponto inicial da descrição deste perímetro", imóvel devidamente registrado e matriculado sob nº 2.372 no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC, propriedade de Nelsi Barichello e Ivone Martins Barichello.

Art. 2º De acordo com o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, justifica-se a dimensão da área a ser desapropriada, pela necessidade de abranger toda a área relativa ao prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, no limite do imóvel.

Art. 3º Em face de a área ora desapropriada já integrar o sistema viário urbano do município, como acima consta, resta dispensada a EMISSÃO PROVISÓRIA do MUNICÍPIO na posse do imóvel descrito no art. 1º, de acordo com o disposto no art. 7º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a proceder e promover os atos subsequentes ao presente decreto expropriatório, destinados à formalização da desapropriação propriamente dita, convocando-se o proprietário do imóvel a ser expropriado para, no processo administrativo, norteador das garantias constitucionais, em que poderão ser discutidos temas pertinentes, dirimir eventuais pontos controvertidos, notadamente, a tentativa de formalização de acordo com a dispensa de indenização.

Art. 5º Fica afetada como bem de uso comum do povo, a área desapropriada, à manutenção do prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal.

Art. 6º As despesas decorrentes do cumprimento da presente medida, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

15.451 Infraestrutura Urbana

15.451.0046 SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA

15.451.0046.1.0037000 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS

Art. 7º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 12 de setembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Decreto Nº 2.012, de 12 de Setembro de 2014

DECRETO Nº 2.012, de 12 de setembro de 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso VII do art. 103, c/c alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal; art. 2º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941; e art. 182, § 3º, art. 30, e art. 5º, XXIV, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO, que nos últimos anos ocorreu significativa expansão do Perímetro Urbano da cidade de Catanduvas-SC, em especial a partir do Bairro Cidade Jardim, com a instituição dos Loteamentos Vila Bortolândia; Cidade Jardim II (Loteamento Cardozo); e Loteamento Ivo Covolan. Que, além disso, há um projeto do Município em conjunto com o Ministério da Educação denominado Espaço Educativo, com a instituição de uma "Escola em Tempo Integral", prevendo uma área edificada de 2.945,00m² naquela zona urbana.

CONSIDERANDO, que nos Loteamentos se intensificam prédios residenciais e comerciais, aumentando dia a dia o fluxo de pessoas e veículos;

CONSIDERANDO, que em face da existência de áreas urbanas ainda não loteadas, bem como de empresas no lado Sul da Rua José Cardoso da Silva, não há acesso dos moradores de tais loteamentos, diretamente à Rodovia SC-355, situação que os obriga a percorrer longo trajeto de contorno até chegar à mencionada Rodovia;

CONSIDERANDO, que, por outro viés, a Rua Padre Luiz Gardinal, consubstancia-se na via mais apropriada para o acesso dos Loteamentos à Rodovia SC-355, ao Distrito Industrial I, ao Centro da cidade de Catanduvas-SC, bem como a Água Doce, melhorando substancialmente a mobilidade urbana naquele local;

CONSIDERANDO, que a Rua Padre Luiz Gardinal, dentro do projeto do Loteamento Cidade Jardim II, se estende somente até as quadras 166 e 173, findando na chácara urbana denominada "Granja Claudia", imóvel matriculado sob nº 3.631 do CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas, sendo que no seu traçado, ainda percorre área constante da Matrícula nº 2.372, pertencente a Nelsi Barichello, e Gleba 01, área constante da Matrícula nº 2.415, pertencente a Obiratan Carlos Bortolon, ou a quem de direito, estas também registradas no CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC;

CONSIDERANDO, que toda a extensão da Rua Padre Luiz Gardinal, que passa pelas chácaras acima descritas já se encontra aberta "de fato", sem a participação da Administração Pública Municipal, e vem sendo utilizada normalmente por todos os cidadãos que lá trafegam;

CONSIDERANDO, que diante da situação acima descortinada, facilitar a mobilidade urbana, e a implantação de obras de infraestrutura, outra solução não há senão em promover-se a expropriação

das áreas, e que compete ao Município, de acordo com o previsto na alínea "f" do inciso I do art. 8º da Lei Orgânica Municipal, promover a desapropriação;

CONSIDERANDO, que em procedimento administrativo prévio, restou indicado objetivamente: a) a adequação e a necessidade das áreas a serem desapropriadas para a satisfação da necessidade coletiva de Catanduvas-SC, para ordenar e possibilitar obras de infraestrutura no referido prolongamento da Rua; b) que, em face da inexistência do apossamento e conduta positiva da Administração Pública, não há indenização a ser paga (STJ - Agravo Regimental no Recurso Especial - AgRg no REsp 1367002 MG 2012/0229552-0, publicado em 28/06/2013); e c) os encargos a que deve satisfazer e os recursos econômico-financeiros de que dispõe o Município;

CONSIDERANDO, a existência de situação fática configurando causa jurídica hábil a acarretar a expropriação do bem, como a elencada na letra "i" do art. 5º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como a existência da necessidade, adequação e proporcionalidade;

CONSIDERANDO, a não existência de outra solução dotada de menor lesividade, tanto ao interesse do expropriado, tanto quanto aos interesses públicos municipais;

CONSIDERANDO, a existência de autorização orçamentária constante do Orçamento Municipal do exercício de 2013, cumprindo assim com as determinações constante do art. 167, I e II da Constituição Federal; e

CONSIDERANDO, finalmente, que através dos Decretos Municipais nº 2010 e 2011, que estabelecem a desapropriação dos demais trechos do prolongamento da Rua, bem como a natureza constitutiva do presente ato,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, a ser efetivada pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, por ser necessário à mobilização urbana e obras de infraestrutura, parte da área do imóvel situada no prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, nesta cidade de Catanduvas-SC, assim descrito: "Um terreno com área irregular localizado no prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, nesta cidade de Catanduvas-SC, com área superficial de 986,82m² (novecentos e oitenta e seis, vírgula oitenta e dois metros quadrados), com topografia média-plana e as seguintes medidas topográficas e confrontações: "Partindo do marco 0=PP com coordenadas geográficas, latitude 27º03'45.93446" S e longitude 51º38'54.26383" W, situado com a área remanescente de Obiratan Carlos Bortolon, matrícula 2.415; deste, segue, confrontando com a área remanescente de Obiratan Carlos Bortolon, matrícula 2.415 com o azimute 106º10'55" e a distância de 66.27 m até o marco 1; deste, segue, confrontando com a Rua Padre Luiz Gardinal com o azimute de 181º15'18" e a distância de 14.49 m até o marco 2; deste segue, confrontando com a área remanescente de área remanescente de Obiratan Carlos Bortolon, matrícula 2.415, com o azimute de 286º10'55" e a distância de 74,71 m até o marco 3; deste, segue, confrontando com a Rua Padre Luiz Gardinal com o azimute de 34º45'22" e a distância de 14.77 m até o marco 0=PP - ponto inicial da descrição deste perímetro", imóvel devidamente registrado e matriculado sob nº 2.415 do CRI - Cartório de Registro de Imóveis de Catanduvas-SC, propriedade de Obiratan Carlos Bortolon.

Art. 2º De acordo com o disposto no art. 4º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, justifica-se a dimensão da área a ser desapropriada, pela necessidade de abranger toda a área relativa ao prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal, no limite do imóvel.

Art. 3º Em face de a área ora desapropriada já integrar o sistema viário urbano do município, como acima consta, resta dispensada a EMISSÃO PROVISÓRIA do MUNICÍPIO na posse do imóvel descrito no art. 1º, de acordo com o disposto no art. 7º do Decreto-lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a proceder e promover os atos subsequentes ao presente decreto expropriatório, destinados à formalização da desapropriação propriamente dita, convocando-se o proprietário do imóvel a ser expropriado para, no processo administrativo, norteados das garantias constitucionais, em que poderão ser discutidos temas pertinentes, dirimir eventuais pontos controvertidos, notadamente, a tentativa de formalização de acordo com a dispensa de indenização.

Art. 5º Fica afetada como bem de uso comum do povo, a área desapropriada, à manutenção do prolongamento da Rua Padre Luiz Gardinal.

Art. 6º As despesas decorrentes do cumprimento da presente medida, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

06 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

15.451 Infraestrutura Urbana

15.451.0046 SERVIÇOS URBANOS E DE UTILIDADE PÚBLICA

15.451.0046.1.0037000 PAVIMENTAÇÃO DE RUAS ESTRADAS E PASSEIOS

Art. 7º Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvas(SC), 12 de setembro de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

CLAUDINEI ANTONIO SELLA

Secretário de Administração e Finanças

Registrado e Publicado nesta data.

Contrato Administrativo de Implantação E Locação de Software

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE SOFTWARE.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

OBJETO: I. A locação de SISTEMA de informática, denominado SISTEMA DE CONTROLE INTERNO;

II. A prestação de serviços técnicos especializados de adequação, instalação e treinamento operacional do SISTEMA locado, conforme cronograma, ou de comum acordo entre as partes.

VIGÊNCIA: A partir da assinatura do mesmo, e expirará em 31 de dezembro deste exercício financeiro, podendo ser aditivado por mais 12 meses, quantas vezes necessárias e legais.

VALOR: I. Pela manutenção do SISTEMA DE CONTROLE INTERNO, o município pagará o valor de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais) Sendo 3 Parcelas de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais) mensais, mais R\$ 4.420,00 (quatro mil quatrocentos e vinte reais), correspondentes a implantação Configuração e Treinamento para o Exercício de 2014. As mensalidades são vencíveis sempre no dia 10 do mês imediatamente posterior ao de referência. A implantação vencerá no ato da mesma após emissão de nota fiscal.

II. As despesas de deslocamento. será cobrado o valor de R\$ 0,75

(setenta e cinco centavos) o km Rodado Mais R\$ 50 (cinquenta reais) a hora Técnica de trabalho, quando se tratar de problemas não relacionados as obrigações da contratada disposto na cláusula décima.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 03 Administração Geral
Atividade: MANUT. ATIVIDADES SERCET. ADMINIST. FINANÇAS
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas
DATA DE ASSINATURA: 15 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeito Municipal

Caxambu do Sul

PREFEITURA

Decreto 132/2014

DECRETO Nº 132/2014

Dispõe sobre os procedimentos fiscais relativos às obrigações tributárias municipais do Município de Caxambu do Sul-SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do art. 71, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o disposto na legislação tributária municipal e nos artigos 194 e 196 da Lei nº. 5172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional - CTN);

CONSIDERANDO a necessidade da padronização de procedimentos de fiscalização a serem observados nas ações fiscais desempenhadas pelos Fiscais de Tributos do Município;

DECRETA:

Seção I

Da Ação Fiscal

Art. 1º - A ação fiscal tem por objetivo a verificação do cumprimento das obrigações tributárias por parte do sujeito passivo, relativas aos tributos municipais, podendo resultar em constituição de crédito tributário com aplicação de multas punitivas, se for o caso.

Parágrafo Único - A instauração de ação fiscal suspenderá o direito do sujeito passivo à exclusão da responsabilidade por infração, por meio de denúncia espontânea, relativamente aos tributos fiscalizados.

Seção II

Da competência e do Procedimento

Subseção I

Da competência para os procedimentos fiscais

Art. 2º - A competência para realização dos procedimentos fiscais de diligência e de auditoria fiscal, relativos aos tributos municipais, bem como para o lançamento de crédito tributário, via auto de infração e notificação fiscal, é privativa do Fiscal de Tributos.

Art. 3º - O agente fiscal, com o fim de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos sujeitos passivos, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos dos tributos municipais, poderá:

I - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros fiscais e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de obrigações tributárias;

II - fazer diligências, levantamentos e plantões nos locais ou estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou serviços que constituam matéria impositiva;

III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

IV - intimar o contribuinte ou responsável para comparecer às repartições da Prefeitura;

V - requisitar o auxílio da força policial para levar a efeito as apreensões, inspeções e interdições fiscais.

Subseção II

Da Notificação Preliminar

Art. 4º - Haverá Notificação Preliminar, como procedimento que antecede a instauração do processo administrativo fiscal, a fim de oportunizar ao contribuinte a regularização no prazo de 15 (quinze) dias, de alguma pendência junto ao fisco municipal, ficando ciente o mesmo que diante da não regularização da pendência, estará sujeito à abertura de ação fiscal.

Art. 5º - O contribuinte tomará ciência da notificação preliminar expedida pelo Município das seguintes formas:

I - através da intimação pessoal, a dar-se por meio de servidor público com atribuições tributárias;

II - via correio;

Art. 6º - Verificada a omissão não dolosa de pagamento de tributo ou descumprimento de obrigação acessória, ou qualquer infração à legislação tributária, de que possa resultar em prejuízo a receita, será expedida contra o contribuinte notificação preliminar para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize a situação pendente ou, querendo, apresente defesa.

§ 1º A Notificação Preliminar deve informar as penalidades cabíveis após a abertura da Ação Fiscal, caso não ocorra à regularização.

§ 2º O prazo do caput poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, a juízo do fiscal de tributos, quando requerido pelo contribuinte.

Art. 7º - Não caberá notificação preliminar, devendo o sujeito passivo ser imediatamente autuado:

I - quando for encontrado no exercício de atividade tributável sem o prévio cadastro municipal;

II - quando houver provas de tentativa de eximir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo;

III - quando for manifesto o ânimo de sonegar;

IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar;

Art. 8º - Constatando o fiscal de tributos, desde logo, outras condutas dolosas do sujeito passivo, iniciará o processo de fiscalização tributária.

Subseção III

Dos Procedimentos Fiscais

Art. 9º - Para os fins deste Decreto, entende-se por procedimento fiscal:

I - DE FISCALIZAÇÃO - as ações que objetivam a verificação do cumprimento das obrigações tributárias por parte do sujeito passivo, relativas aos tributos municipais, podendo resultar em constituição de crédito tributário ou em apreensão de livros e documentos de qualquer espécie, inclusive os armazenados em meio magnético ou em qualquer outro tipo de mídia, materiais, livros ou assemelhados encontrados em situação irregular ou que constituam prova de infração à legislação;

II - DE DILIGÊNCIA - as ações, internas ou externas, destinadas a coletar informações ou outros elementos de interesse da administração tributária, inclusive para atender exigência de instrução processual; verificar o cumprimento de obrigações tributárias acessórias; e orientar o sujeito passivo para o correto cumprimento das obrigações tributárias.

§ 1º - A diligência poderá resultar em lavratura de auto de infração e notificação fiscal por descumprimento de obrigação tributária acessória.

§ 2º - Após a diligência, havendo necessidade de constituição de crédito tributário, deverá o procedimento ser encerrado e emitido novo Termo de Início de Procedimento Fiscal, para a realização do procedimento fiscal de que trata o inciso I deste artigo.

§ 3º - Além dos procedimentos fiscais estabelecidos neste artigo, os sujeitos passivos poderão ser intimados, no interesse da administração tributária, a apresentar informações sobre bens, negócios ou atividades próprios ou de terceiros, na forma do artigo 14 deste Decreto.

§ 4º - O Procedimento Fiscal de Diligência, quando relativo ao ISSQN, não homologa o imposto declarado e recolhido pelo sujeito passivo, referente ao período verificado.

Art. 10 - Os procedimentos fiscais terão os seguintes prazos para sua conclusão:

I - até 60 (sessenta) dias, nos casos de fiscalização;

II - até 30 (trinta) dias, nos casos de diligência.

§ 1º - Os prazos de que trata este artigo poderão ser prorrogados uma única vez pelo fiscal de tributos.

§ 2º - O Secretário de Administração, Finanças e Planejamento

poderá prorrogar os prazos para conclusão dos procedimentos fiscais mais duas vezes.

§ 3º - Cada prorrogação observará os prazos máximos estabelecidos neste artigo.

Seção III

Dos Documentos Relativos aos Procedimentos Fiscais

Subseção I

Do Termo de Início de Procedimento Fiscal

Art. 11 - O Termo de Início de Procedimento Fiscal - TIPF, que será emitido pelo fiscal de tributos, é o documento pelo qual o contribuinte fica cientificado do procedimento fiscal a ser realizado e intimado a apresentar os livros e documentos necessários à realização do referido procedimento.

Art. 12 - O Termo de Início de Procedimento Fiscal conterá:

I - os dados identificadores do sujeito passivo;

II - a natureza do procedimento fiscal a ser executado e as obrigações tributárias ou informações a serem verificadas;

III - o período a ser fiscalizado;

IV - o prazo para a realização do procedimento fiscal, o qual será contado a partir da data de ciência do sujeito passivo;

V - a relação de livros, documentos, arquivos físicos e/ou digitais necessários à realização do procedimento fiscal, bem como, o prazo para entrega destes, se necessário;

VI - o nome e a matrícula do fiscal responsável pelo procedimento fiscal;

VII - o campo para ciência do sujeito passivo, bem como para identificação da pessoa signatária.

VIII - a legislação pertinente aos atos administrativos praticados, e especificamente quando houver aplicação de multas pecuniárias e prazos para recursos.

Subseção II

Do Termo de Prorrogação de Procedimento Fiscal

Art. 13 - O Termo de Prorrogação de Procedimento Fiscal - TPPF é o documento pelo qual se dá ciência ao sujeito passivo da prorrogação do prazo para a realização do procedimento fiscal, e conterá:

I - a qualificação do sujeito passivo;

II - o prazo de prorrogação;

III - nome e matrícula do fiscal responsável pelo procedimento fiscal;

IV - o campo para ciência do sujeito passivo, bem como para identificação da pessoa signatária.

§ 1º - O TPPF deverá ser lavrado em duas vias, antes de expirar o prazo para conclusão do procedimento fiscal, sendo uma entregue ao sujeito passivo.

§ 2º - A contagem do prazo de prorrogação terá início após a data inicialmente prevista para a conclusão do procedimento fiscal.

Subseção III

Do Termo de Intimação

Art. 14 - O Termo de Intimação - TI é o documento utilizado pela administração tributária para intimar o sujeito passivo a regularizar pendência decorrente de descumprimento de obrigação tributária a apresentar documentos e/ou informações complementares à realização do procedimento fiscal, bem como a fornecer informações de que disponha com relação aos bens, negócios ou atividades próprios ou de terceiros.

§ 1º - O Termo de Intimação será emitido pelo fiscal de tributos, em procedimento fiscal, para solicitar documentação adicional ou complementar à requerida inicialmente.

§ 2º - O Termo de Intimação conterá:

I - a qualificação do sujeito passivo;

II - a descrição clara do que está sendo exigido;

III - o prazo e o local para o cumprimento da exigência;

IV - a menção ao dispositivo legal sancionador, no caso do descumprimento da exigência;

V - a identificação e a assinatura da autoridade responsável pela

sua emissão;

VI - campo para a assinatura e a identificação do sujeito passivo.

VII - a legislação pertinente aos atos administrativos praticados, e especificamente quando houver aplicação de multas pecuniárias e prazos para recursos.

Subseção IV

Do Termo de Apreensão

Art. 15 - O Termo de Apreensão - TA é o documento utilizado para formalizar a apreensão de livros, documentos, papéis e arquivos físicos ou digitais do sujeito passivo que constituam prova de infração à legislação tributária.

§ 1º - O TA será lavrado pelos agentes fiscais no curso dos procedimentos de diligência e de fiscalização.

§ 2º - O TA conterá, no mínimo, os seguintes requisitos:

I - os dados identificadores do sujeito passivo destinatário da ação fiscal;

II - a data e a hora da emissão;

III - o tipo do procedimento fiscal executado;

IV - o motivo da apreensão;

V - a relação da documentação apreendida;

VI - o nome, a matrícula e a assinatura do fiscal responsável pelo procedimento fiscal;

VII - campo para ciência do sujeito passivo.

§ 3º - No curso do procedimento fiscal poderão ser emitidos tantos TA's quantos forem necessários.

§ 4º - Da lavratura do TA será dada ciência ao sujeito passivo no prazo de até 07 (sete) dias corridos.

Subseção V

Do Termo de Juntada

Art. 16 - O Termo de Juntada - TJ é o documento que atesta a juntada do Aviso de Recebimento (AR) dos documentos relativos ao procedimento fiscal, remetidos ao sujeito passivo por via postal ou de qualquer outro documento que seja útil ao processo, a critério do fiscal.

Subseção VI

Do Auto de Infração e Notificação Fiscal

Art. 17 - O Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF é o documento que tem por finalidade lançar o crédito tributário, exigir o recolhimento do tributo e aplicar a penalidade cabível, ou apenas exigir a penalidade imposta, em razão do descumprimento de obrigações tributárias.

Parágrafo Único - Ao sujeito passivo facultar-se-á o direito de apresentar defesa, conforme legislação vigente.

Art. 18 - No lançamento do crédito tributário, por meio do AINF, o fiscal deverá observar os seguintes passos:

I - Determinar o tipo da infração à legislação que foi cometida;

II - Identificar o dispositivo legal infringido;

III - Identificar o dispositivo legal da penalidade aplicável;

IV - Identificar o sujeito passivo responsável pela prática do ato;

V - Calcular o montante do tributo devido e da penalidade aplicável;

VI - Elaborar o AINF, fazendo constar todos os elementos acima;

VII - Notificar o sujeito passivo, através da entrega deste AINF, do lançamento realizado.

Subseção VII

Do Termo de Encerramento de Procedimento Fiscal

Art. 19 - A conclusão dos trabalhos de Fiscalização ou Diligência será formalizada e cientificada ao sujeito passivo por meio da lavratura de Termo de Encerramento de Procedimento Fiscal - TEPF, e conterá:

I - a qualificação do sujeito passivo;

II - a data da ciência do Termo de Início de Procedimento Fiscal;

III - o período fiscalizado;

IV - os livros, documentos e arquivos examinados e que serviram de base para lançamento, se for o caso;

V - descrição clara e sucinta dos fatos apurados no procedimento fiscal;

VI - o número, valor e o motivo da lavratura do AINF em decorrência do procedimento fiscal, se forem o caso;

VII - a data do término do procedimento fiscal;

VIII - nome e matrícula do fiscal responsável pelo procedimento fiscal;

IX - o campo para ciência do sujeito passivo, bem como para identificação da pessoa signatária.

X - a legislação pertinente aos atos administrativos praticados, e especificamente quando houver aplicação de multas pecuniárias e prazos para recursos.

§ 1º - Inexistindo qualquer irregularidade por parte do sujeito passivo deverá constar expressamente no TEPF tal circunstância, observado que o levantamento fiscal poderá ser renovado sempre que sejam apurados dados não considerados quando de sua elaboração.

§ 2º - No caso de cancelamento de Procedimento Fiscal por decurso do prazo previsto no art. 10 deste Decreto, o fiscal lavrará o TEPF descrevendo os motivos desse cancelamento.

§ 3º - Emitido o TEPF o fiscal de tributos terá o prazo de até 20 (vinte) dias para dar ciência ao sujeito passivo, respeitados os prazos estabelecidos no artigo 10 deste Decreto.

§ 4º - Desconsideram-se os prazos a que se refere o § 3º deste artigo, se a ciência for realizada por via postal ou por edital.

§ 5º - O prazo a que se refere o § 3º deste artigo será desconsiderado, se houver impedimento de realização da ciência pessoal ao sujeito passivo.

§6º - Caso não seja possível à localização do sujeito passivo para ciência do início da ação fiscal, o agente fiscal deverá emitir o Termo de Encerramento do Procedimento Fiscal, relatando no mesmo as diligências realizadas.

Subseção VIII

Das Disposições Gerais sobre Documentos Relativos aos Procedimentos Fiscais

Art. 20 - Os termos mencionados neste Decreto deverão conter a assinatura do agente fiscal responsável pela sua emissão, bem como sua qualificação.

Parágrafo Único - Após a extinção do procedimento fiscal nos termos do art. 23 deste Decreto, o fiscal deverá compor o processo com os termos emitidos, os AINF's lavrados e demais documentos reunidos durante o procedimento fiscal, enviando-o ao Secretário de Administração, Finanças e Planejamento para dar ciência e ordenar o arquivamento.

Seção IV

Da Ciência do Sujeito Passivo

Art. 21 - O sujeito passivo será considerado regularmente cientificado dos termos mencionado neste Decreto e da lavratura do auto de infração e notificação fiscal - AINF:

I - pessoalmente, com o colhimento da assinatura do sujeito passivo, mandatário ou preposto.

II - pelo correio, através de carta com aviso de recebimento (AR), com prova de recebimento pelo sujeito passivo, seu mandatário ou preposto;

III - por edital, publicado na imprensa oficial do município e afixado no mural público;

§ 1º - Para os fins de prova estabelecidos nos incisos I e II, considera-se mandatário ou preposto o contador, o locatário, o síndico ou empregado de condomínio, o empregado ou qualquer pessoa legalmente capaz que resida ou trabalhe no endereço do estabelecimento ou domicílio do sujeito passivo.

§ 2º - O recebimento da AINF será comprovado pela assinatura do sujeito passivo, mandatário ou preposto, na via do documento que se destinar ao Fisco, quando esta for feita na forma dos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 3º - Na hipótese do inciso III do caput deste artigo, o edital será publicado uma única vez no Diário Oficial do Município e afixado

no mural público do município.

§ 4º - A assinatura no termo de encerramento ou auto de infração e notificação fiscal não importa em confissão de culpa ou de dívida, nem a sua falta ou recusa, em nulidade do lançamento, sendo que esta circunstância deverá ser mencionada pelo responsável pela notificação.

§ 5º - Recebido o auto de infração, o sujeito passivo terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, para realizar o pagamento ou, querendo, apresentar defesa.

§ 6º - Findo o prazo sem que seja efetuado o pagamento ou apresentada defesa pelo sujeito passivo, será o débito inscrito em Dívida Ativa para cobrança na forma da legislação pertinente.

Art. 22 - Considera-se notificado o sujeito passivo:

I - na data da ciência, se realizada por servidor fazendário;

II - na data da juntada do aviso de recebimento (A.R.) ao processo administrativo tributário, se por via postal;

III - em 30 (trinta) dias, contados da publicação, se por edital.

Seção V

Da Extinção do Procedimento Fiscal

Art. 23 - O procedimento fiscal se extingue pela sua conclusão, registrada em TEPF, conforme art. 19 deste Decreto.

§ 1º - Findo um dos prazos que refere o art. 10 deste Decreto, sem que o procedimento fiscal tenha sido prorrogado, ficará a ação fiscal suspensa até que seja emitido o respectivo TPF e dada ciência ao sujeito passivo.

§ 2º - A suspensão do procedimento de fiscalização impede que o agente fiscal pratique quaisquer atos relacionados à ação fiscal durante esse período.

§ 3º - Decorrido 30 sem nova emissão do TPF o procedimento fiscal será considerado extinto.

Seção VI

Dos Prazos

Art. 24 - Os prazos a que se refere este Decreto serão contínuos, excluindo-se da sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo Único - Os prazos só iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, e serão contados a partir da data de ciência.

Art. 25 - O sujeito passivo terá o prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data da ciência dos Termos de Início de Fiscalização ou de Intimação, para a entrega da informação e/ou da documentação solicitada pela autoridade fazendária.

§ 1º - O sujeito passivo poderá apresentar justificativa, por escrito, dentro do prazo fixado no TPF ou TI para a entrega da documentação, com os motivos do não atendimento à notificação, sendo que, a critério do agente fiscal, poderá ser concedido novo prazo de até 15 dias para apresentação da referida documentação.

§ 2º - Caso o sujeito passivo não entregue a documentação solicitada, no prazo estabelecido, e não solicite a prorrogação do prazo para a apresentação da mesma, o agente fiscal deverá lavrar AINF por embargo à fiscalização.

§ 3º - A resistência do sujeito passivo em apresentar a documentação solicitada nos procedimentos fiscais poderá resultar em impetração de representação judicial para exibição de documentos.

§ 4º - Na hipótese da ocorrência do disposto no § 3º deste artigo, sempre que possível, deverá ser procedida à cobrança do imposto por meio de arbitramento da base de cálculo.

Seção VII

Da Constituição de Créditos Tributários

Art. 26 - A formalização da constituição dos créditos tributários proveniente de um procedimento fiscal e suas modificações serão realizadas por meio do Auto de Infração e Notificação Fiscal - AINF.

§ 1º - O AINF tem a função de homologar e lançar créditos tributários apurados em procedimentos fiscais.

§ 2º - A Notificação de Lançamento de Débito constante dentro do AINF é o ato pelo qual se dá ciência ao sujeito passivo da

constituição de crédito tributário.

§ 3º - O lançamento de crédito tributário, com ou sem aplicação de penalidade, independe da realização de procedimento fiscal externo.

§ 4º - Os AINF's poderão ser preparados, a critério do Fisco, por procedimento manual, mecânico ou eletrônico, desde que atendam os requisitos estabelecidos no artigo 18 deste Decreto.

§ 5º - Verificada infração à legislação tributária por ME ou EPP optante pelo Simples Nacional, deverá ser lavrado Auto de Infração e Notificação Fiscal (AINF), emitido por meio do SEFISC, conforme preceitua a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, artigo 33, §§ 3º e 4º, e Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, artigos 79 a 81.

Art. 27 - O lançamento tributário via AINF somente poderá ser realizado pelo Fiscal de Tributos do município, devidamente designado para este fim.

Seção VIII

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 28 - As ações fiscais relativas aos optantes pelo Simples Nacional também serão registradas no Sistema Único de Fiscalização, Lançamento e Contencioso (SEFISC), disponibilizado no Portal do Simples Nacional.

Art. 29 - Na análise do cumprimento das obrigações acessórias o agente fiscal deverá verificar, no mínimo, o seguinte:

I - Se os dados cadastrais estão atualizados;

II - Se as notas fiscais utilizadas pelo contribuinte estão autorizadas pelo Fisco;

III - Se está sendo emitida nota fiscal de serviço para todo serviço prestado;

IV - Se estão sendo escriturados os livros fiscais obrigatórios, se for o caso;

V - Se estão sendo cumpridas as demais obrigações acessórias previstas na legislação.

Art. 30 - Caso o contribuinte não tenha emitido nota fiscal de serviço ou se a quantidade emitida demonstre ser incompatível com a atividade ou com o porte da empresa, o agente fiscal deverá analisar nos registros e controles das operações realizadas se há outros valores passíveis de enquadramento como receita tributável pelo ISSQN.

Art. 31 - A base de cálculo será arbitrada quando tenha sido insatisfatória a análise nos registros contábeis, a documentação apresentada não mereça fé ou o contribuinte não tenha fornecido a documentação solicitada.

Parágrafo único - quando a base de cálculo for arbitrada o fiscal deverá fazer constar nos autos a descrição do estudo efetuado para o arbitramento.

Art. 32 - Os documentos previstos neste Decreto serão impressos em 02 (duas) vias, com a seguinte destinação:

I - 1ª via - processo administrativo fiscal;

II - 2ª via - sujeito passivo.

Art. 33 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul - SC, 18 de Setembro de 2014.

VILMAR FOPPA

Prefeito Municipal

Extrato Aditivo 03/2014 - Fabricio

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL	
Aditivo 03	/ Contrato nº 18/2012.
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada..:	FABRÍCIO LUCAS ZAMADEI.
Objeto :	REAJUSTE CONTRATUAL.
Valor :	R\$ 2.139,90 (dois mil cento e trinta e nove reais e noventa centavos).
CAXAMBU DO SUL, 18 de Setembro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO ADITIVO 04/2014 - FABRICIO

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL	
Aditivo 04	/ Contrato nº 36/2011
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada..:	FABRÍCIO LUCAS ZAMADEI.
Objeto :	REAJUSTE CONTRATUAL.
Valor :	R\$ 3.618,91 (três mil seiscentos e dezoito reais e noventa e um centavos).
CAXAMBU DO SUL, 18 de Setembro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

EXTRATO ADITIVO 03/2014- MARINA

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL	
EXTRATO ADITIVO CONTRATUAL	
Aditivo 03	/ Contrato nº 15/2012
Contratante.:	MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL
Contratada..:	MARINA PIZZI.
Objeto :	REAJUSTE CONTRATUAL.
Valor :	R\$ 2.004,65 (dois mil quatro reais e sessenta e cinco centavos) mensais.
CAXAMBU DO SUL, 18 de Setembro de 2014.	
VILMAR FOPPA	
PREFEITO MUNICIPAL	

Chapadão do Lageado**PREFEITURA****Portaria Nº 370 de 19.09.2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
PORTARIA Nº 370/2014

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, a Assessora Jurídica CHARLIANE MICHELS, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 09 de setembro de 2014, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2013/2014, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de setembro de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

Editais de Audiência Pública 2º Quadrimestre de 2014

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA ☐ AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, POR INTERMÉDIO DESTE, EM CONSONÂNCIA AO QUE DISPÕE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, CONVIDA A SOCIEDADE ORGANIZADA E AOS HABITANTES DO MUNICÍPIO PARA A AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE SERÁ REALIZADA DIA 29 DE SETEMBRO DE 2014, AS 18:00 HORAS, NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE COCAL DO SUL, NA QUAL SERÁ DEMONSTRADO E AVALIADO O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2014.

COCAL DO SUL, 16 DE SETEMBRO DE 2014.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

RGF 2º Quadrimestre 2014

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.666.227,37	0,00
Pessoal Ativo	20.026.572,36	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	639.655,01	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	590.927,65	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	590.927,65	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	20.075.299,72	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	20.075.299,72	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	39.278.268,12	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	51,11	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	21.210.264,78	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	20.149.751,55	
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 48,6%	19.089.238,31	
FONTE:		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

COCAL DO SUL, 16/09/2014

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.257.597,50	1.357.297,86	2.699.788,91	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.257.597,50	1.357.297,86	2.699.788,91	0,00
Interna	1.257.597,50	1.357.297,86	2.699.788,91	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.303.561,21	5.058.612,71	5.202.972,67	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.909.029,12	6.360.483,03	6.234.001,50	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	178.079,04	176.635,96	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	605.467,91	1.479.949,36	1.207.664,79	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.045.963,71	-3.701.314,85	-2.503.183,76	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	36.010.072,12	37.917.155,53	39.278.268,12	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,49%	3,58%	6,87%	
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-2,90%	-9,76%	-6,37%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	43.212.086,54	45.500.586,64	47.133.921,74	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	38.890.877,89	40.950.527,97	42.420.529,57	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	1.257.597,50	1.357.297,86	2.699.788,91	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	262.602,79	259.248,95	1.289.979,08	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	262.602,79	259.248,95	1.289.979,08	0,00
Previdenciárias	262.602,79	259.248,95	255.895,11	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	1.034.083,97	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	994.994,71	903.048,91	811.103,11	0,00
Interna	994.994,71	903.048,91	811.103,11	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	195.000,00	598.706,72	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	35.947,03	89.145,78	105.117,52	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	269.900,00	4.804.777,43	4.421.214,50	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

Continuação 2/2

REGIME PREVIDENCIÁRIO				
<u>DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

COCAL DO SUL, 16/09/2014

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

FONTE:

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2014

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	36.010.072,12	37.917.155,53	39.278.268,12	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	7.922.215,87	8.341.774,22	8.641.218,99	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	7.129.994,28	7.507.596,79	7.777.097,09	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

COCAL DO SUL , 16/09/2014

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	403.706,72	598.706,72
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	403.706,72	598.706,72
Interna	403.706,72	598.706,72
Abertura de Crédito	403.706,72	598.706,72
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	39.278.268,12	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	598.706,72	1,52
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	6.284.522,90	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	5.656.070,61	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	2.749.478,77	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	598.706,72	1,52

FONTE:

COCAL DO SUL , 16/09/2014

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2014

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 7

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	20.075.299,72	51,11
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	21.210.264,78	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	20.149.751,55	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.503.183,76	-6,37
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	47.133.921,74	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	8.641.218,99	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	598.706,72	1,52
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	6.284.522,90	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	2.749.478,77	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	3.034.527,62	0,00

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/09/2014

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027129/0

RREO 4º BIMESTRE 2014

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	48.258.300,00	48.258.300,00	8.767.365,84	18,17	22.823.981,66	47,30	25.434.318,34
RECEITAS CORRENTES	45.530.300,00	45.530.300,00	6.548.083,61	14,38	20.153.114,76	44,26	25.377.185,24
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.277.000,00	5.277.000,00	863.477,65	16,36	2.358.673,60	44,70	2.918.326,40
IMPOSTOS	3.640.000,00	3.640.000,00	703.217,79	19,32	1.866.925,43	51,29	1.773.074,57
TAXAS	1.377.000,00	1.377.000,00	122.708,19	8,91	447.714,28	32,51	929.285,72
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	260.000,00	260.000,00	37.551,67	14,44	44.033,89	16,94	215.966,11
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	600.000,00	600.000,00	89.830,26	14,97	227.790,47	37,97	372.209,53
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	600.000,00	600.000,00	89.830,26	14,97	227.790,47	37,97	372.209,53
RECEITA PATRIMONIAL	141.400,00	141.400,00	76.631,29	54,19	174.029,01	123,08	-32.629,01
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	141.400,00	141.400,00	76.631,29	54,19	174.029,01	123,08	-32.629,01
RECEITA AGROPECUÁRIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Outras Receitas Agropecuárias	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	3.734.300,00	3.734.300,00	502.441,44	13,45	1.423.426,01	38,12	2.310.873,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.641.000,00	34.641.000,00	4.945.923,14	14,28	15.641.452,24	45,15	18.999.547,76
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	33.655.000,00	33.655.000,00	4.894.953,74	14,54	15.520.208,44	46,12	18.134.791,56
Transf. de Instituições Privadas	18.000,00	18.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.000,00
Transf. de Pessoas	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
Transf. de Conv.	964.000,00	964.000,00	50.969,40	5,29	121.243,80	12,58	842.756,20
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.056.600,00	1.056.600,00	69.779,83	6,60	327.743,43	31,02	728.856,57
Multas e Juros de Mora	193.800,00	193.800,00	21.130,03	10,90	79.191,20	40,86	114.608,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	138.000,00	138.000,00	2.487,13	1,80	5.392,28	3,91	132.607,72
RECEITA DA DIVIDATIVA	554.800,00	554.800,00	41.610,55	7,50	231.965,59	41,81	322.834,41
RECEITAS DIVERSAS	170.000,00	170.000,00	4.552,12	2,68	11.194,36	6,58	158.805,64
RECEITAS DE CAPITAL	2.728.000,00	2.728.000,00	2.219.282,23	81,35	2.670.866,90	97,91	57.133,10
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.200.000,00	1.200.000,00	138.500,33	11,54	333.500,33	27,79	866.499,67
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.200.000,00	1.200.000,00	138.500,33	11,54	333.500,33	27,79	866.499,67
ALIENAÇÃO DE BENS	194.000,00	194.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	194.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	124.000,00	124.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	124.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.334.000,00	1.334.000,00	2.080.781,90	155,98	2.337.366,57	175,21	-1.003.366,57
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.334.000,00	1.334.000,00	2.080.781,90	155,98	2.337.366,57	175,21	-1.003.366,57
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	48.258.300,00	48.258.300,00	8.767.365,84	18,17	22.823.981,66	47,30	25.434.318,34

Continua 1/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	48.258.300,00	48.258.300,00	8.767.365,84	18,17	22.823.981,66	25.434.318,34
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	48.258.300,00	48.258.300,00	8.767.365,84	18,17	22.823.981,66	25.434.318,34
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.692.800,84	—	—	649.362,99	—
Superávit Financeiro	—	1.692.800,84	—	—	649.362,99	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	48.258.300,00	7.035.633,84	55.293.933,84	6.928.556,28	23.071.175,82	7.579.255,35	18.917.097,46	36.376.836,38
DESPESAS CORRENTES	39.636.900,00	1.022.472,96	40.659.372,96	5.336.743,04	19.495.276,03	5.893.608,17	16.150.685,87	24.508.687,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	22.880.000,00	137.360,99	23.017.360,99	3.214.875,07	10.680.456,59	3.391.750,52	10.115.526,13	12.901.834,86
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	198.000,00	0,00	198.000,00	15.485,21	48.308,46	15.485,21	48.308,46	149.691,54
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.558.900,00	885.111,97	17.444.011,97	2.106.382,76	8.766.510,98	2.486.372,44	5.986.851,28	11.457.160,69
DESPESAS DE CAPITAL	8.566.400,00	6.013.160,88	14.579.560,88	1.591.813,24	3.575.899,79	1.685.647,18	2.766.411,59	11.813.149,29
INVESTIMENTOS	7.826.400,00	6.013.160,88	13.839.560,88	1.507.905,91	3.395.854,36	1.600.901,39	2.586.366,16	11.253.194,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	740.000,00	0,00	740.000,00	83.907,33	180.045,43	84.745,79	180.045,43	559.954,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	48.258.300,00	7.035.633,84	55.293.933,84	6.928.556,28	23.071.175,82	7.579.255,35	18.917.097,46	36.376.836,38

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2014/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	48.258.300,00	7.035.633,84	55.293.933,84	6.928.556,28	23.071.175,82	7.579.255,35	18.917.097,46	36.376.836,38
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	3.906.884,20	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	48.258.300,00	7.035.633,84	55.293.933,84	6.928.556,28	23.071.175,82	7.579.255,35	22.823.981,66	36.376.836,38

FONTE:

COCAL DO SUL , 16/09/2014

ADEMIR MAGAGNIN LAÉRCIO DE COSTA
Prefeito Municipal Técnico Contábil CRC-SC 027129/

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	48.258.300,00	56.668.740,98	8.175.504,45	31.246.680,27	7.908.368,31	26.825.465,77	100,00	47,34
Ação Legislativa	1.500.000,00	1.500.000,00	23.282,16	1.032.970,84	174.313,11	660.130,85	2,46	44,01
Administração	1.500.000,00	1.500.000,00	23.282,16	1.032.970,84	174.313,11	660.130,85	2,46	44,01
Administração Geral	3.180.000,00	3.260.000,00	515.670,39	2.462.137,72	604.775,26	2.196.667,20	8,19	67,38
Defesa Civil	3.155.000,00	3.235.000,00	515.670,39	2.461.733,32	604.775,26	2.196.262,80	8,19	67,89
	25.000,00	25.000,00	0,00	404,40	0,00	404,40	0,00	1,62
Segurança Pública	233.600,00	435.422,50	119.112,11	173.776,48	17.915,49	63.793,70	0,24	14,65
Policimento	173.600,00	375.422,50	116.861,16	162.578,53	13.042,76	53.103,43	0,20	14,14
Defesa Civil	60.000,00	60.000,00	2.250,95	11.197,95	4.872,73	10.690,27	0,04	17,82
Assistência Social	2.396.000,00	2.899.483,00	265.424,04	1.595.594,62	324.031,28	1.068.180,40	3,98	36,84
Assistência ao Portador de Deficiência	10.800,00	18.674,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	285.000,00	290.647,00	32.074,67	115.354,76	32.654,67	111.100,67	0,41	38,23
Assistência Comunitária	1.900.200,00	2.390.162,00	233.349,37	1.480.239,86	291.376,61	957.079,73	3,57	40,04
Habitação Urbana	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde	12.298.400,00	13.244.830,00	1.656.346,24	6.991.690,26	1.797.478,64	6.433.777,93	23,98	48,58
Atenção Básica	10.183.200,00	10.903.014,00	1.224.072,01	5.648.390,01	1.366.037,75	5.162.284,45	19,24	47,35
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.941.000,00	2.085.616,00	387.949,17	1.192.416,65	381.220,36	1.140.252,28	4,25	54,67
Vigilância Sanitária	174.200,00	145.200,00	21.528,04	78.867,67	20.321,46	75.083,67	0,28	51,71
Vigilância Epidemiológica	0,00	111.000,00	22.797,02	72.015,93	29.899,07	56.157,53	0,21	50,59
Trabalho	260.000,00	260.000,00	1.600,00	13.215,00	2.863,50	6.522,12	0,02	2,51
Fomento ao Trabalho	260.000,00	260.000,00	1.600,00	13.215,00	2.863,50	6.522,12	0,02	2,51
Educação	12.751.600,00	14.161.470,84	2.985.838,97	8.379.727,01	2.136.869,12	7.058.962,02	26,31	49,85
Alimentação e Nutrição	842.000,00	842.000,00	155.415,70	609.353,35	173.058,63	597.069,56	2,23	70,91
Ensino Fundamental	7.954.600,00	9.364.470,84	2.321.853,19	5.966.822,69	1.449.373,57	4.714.092,05	17,57	50,34
Ensino Médio	150.000,00	150.000,00	26.366,47	78.879,99	23.253,18	75.766,70	0,28	50,51
Ensino Superior	90.000,00	90.000,00	0,00	80.000,00	8.600,00	45.000,00	0,17	50,00
Educação Infantil	3.715.000,00	3.715.000,00	482.203,61	1.644.670,98	482.583,74	1.627.033,71	6,07	43,80
Cultura	330.000,00	490.000,00	119.014,99	211.933,02	29.193,42	89.940,11	0,34	18,36
Difusão Cultural	270.000,00	430.000,00	115.344,29	168.459,57	17.770,30	51.700,80	0,19	12,02
Turismo	60.000,00	60.000,00	3.670,70	43.473,45	11.423,12	38.239,31	0,14	63,73

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)									
Urbanismo	48.258.300,00	56.668.740,98	8.175.504,45	31.246.680,27	7.908.368,31	26.825.465,77	100,00	47,34	29.843.275,21
Infra-Estrutura Urbana	7.786.400,00	11.580.142,02	1.318.481,75	5.356.946,18	1.647.154,73	4.903.564,49	18,28	42,34	6.676.577,53
Saneamento	3.959.300,00	4.428.892,62	502.302,11	2.301.252,60	488.629,15	1.818.639,90	6,78	41,06	2.610.252,72
Saneamento Básico Urbano	3.959.300,00	4.428.892,62	502.302,11	2.301.252,60	488.629,15	1.818.639,90	6,78	41,06	2.610.252,72
Gestão Ambiental	360.000,00	421.000,00	46.950,17	188.150,02	46.112,49	176.218,86	0,66	41,86	244.781,14
Preservação e Conservação Ambiental	360.000,00	421.000,00	46.950,17	188.150,02	46.112,49	176.218,86	0,66	41,86	244.781,14
Agricultura	890.000,00	1.352.500,00	120.629,99	857.013,87	125.858,00	828.258,59	3,09	61,24	524.241,41
Abastecimento	890.000,00	1.352.500,00	120.629,99	857.013,87	125.858,00	828.258,59	3,09	61,24	524.241,41
Comércio e Serviços	40.000,00	40.000,00	0,00	14.127,10	600,00	13.327,10	0,05	33,32	26.672.900,00
Turismo	40.000,00	40.000,00	0,00	14.127,10	600,00	13.327,10	0,05	33,32	26.672.900,00
Desporto e Lazer	660.000,00	982.000,00	294.400,95	683.115,19	250.367,30	587.124,25	2,19	59,79	394.875,75
Desporto Comunitário	660.000,00	982.000,00	294.400,95	683.115,19	250.367,30	587.124,25	2,19	59,79	394.875,75
Encargos Especiais	1.558.000,00	1.558.000,00	206.450,58	985.030,36	262.206,82	920.358,25	3,43	59,07	637.641,75
Outros Encargos Especiais	1.558.000,00	1.558.000,00	206.450,58	985.030,36	262.206,82	920.358,25	3,43	59,07	637.641,75
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	55.000,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	55.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	48.258.300,00	56.668.740,98	8.175.504,45	31.246.680,27	7.908.368,31	26.825.465,77	100,00	47,34	29.843.275,21

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/09/2014

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA

Técnico Contábil CRC-SC 027129/1

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É representada neste demonstrativo por constar no orçamento.

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	4.118.600,00	4.118.600,00	588.731,88	2.609.240,39	63,35
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.168.600,00	1.168.600,00	110.567,74	920.593,40	78,78
1.1.1- IPTU	800.000,00	800.000,00	67.455,66	764.112,75	95,51
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	10.800,00	10.800,00	1.248,71	2.301,03	21,31
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	274.800,00	274.800,00	29.140,02	110.197,60	40,10
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	83.000,00	83.000,00	12.723,35	43.982,02	52,99
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	300.000,00	300.000,00	113.068,85	305.502,03	101,83
1.2.1- ITBI	300.000,00	300.000,00	113.068,85	305.502,03	101,83
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.110.000,00	2.110.000,00	261.756,83	977.947,19	46,35
1.3.1- ISS	2.000.000,00	2.000.000,00	248.766,21	928.632,69	46,43
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	1.499,18	7.580,61	75,81
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	60.000,00	60.000,00	7.852,55	31.128,95	51,88
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	3.638,89	12.602,53	31,51
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	(1.997,59)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	540.000,00	540.000,00	103.338,46	405.197,77	75,04
1.4.1- IRRF	540.000,00	540.000,00	103.338,46	405.197,77	75,04
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	26.234.000,00	26.234.000,00	3.623.767,24	15.588.668,41	59,42
2.1- Cota-Parte FPM	10.514.000,00	10.514.000,00	1.362.587,81	6.428.809,42	61,15
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.514.000,00	10.514.000,00	1.362.587,81	6.428.809,42	61,15
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	13.500.000,00	13.500.000,00	1.911.329,89	7.912.436,31	58,61
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	100.000,00	100.000,00	8.641,18	30.244,13	30,24
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	300.000,00	300.000,00	31.812,31	121.508,89	40,50
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	69,98	276,92	1,38
2.6- Cota-Parte IPVA	1.800.000,00	1.800.000,00	309.326,07	1.095.392,74	60,86
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	30.352.600,00	30.352.600,00	4.212.499,12	18.197.908,80	59,96
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	638.600,00	638.600,00	110.484,12	464.580,64	72,75
5.1- Transferências do Salário-Educação	608.000,00	608.000,00	101.791,87	437.955,74	72,03
5.2- Transferências Diretas - PDDE	12.000,00	12.000,00	0,00	620,00	5,17
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	18.600,00	18.600,00	8.692,25	26.004,90	139,81
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	230.000,00	230.000,00	173.432,28	318.732,28	138,58
6.1- Transferências de Convênios	230.000,00	230.000,00	173.432,28	318.732,28	138,58
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	912.000,00	912.000,00	40.913,14	350.010,00	38,38
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.980.600,00	1.980.600,00	324.829,54	1.133.322,92	57,22
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	5.341.000,00	5.341.000,00	724.685,78	3.118.523,75	58,39
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.300.000,00	2.300.000,00	272.517,50	1.285.761,66	55,90
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	2.620.000,00	2.620.000,00	382.265,79	1.582.486,53	60,40
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	20.000,00	20.000,00	1.728,22	6.048,77	30,24
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	60.000,00	60.000,00	6.362,48	24.301,77	40,50
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	1.000,00	1.000,00	13,99	55,36	5,54
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	340.000,00	340.000,00	61.797,80	219.869,66	64,67
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	6.200.000,00	6.200.000,00	955.205,60	3.989.325,96	64,34
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	6.200.000,00	6.200.000,00	955.205,60	3.989.325,96	64,34
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	859.000,00	859.000,00	230.519,82	870.802,21	101,37
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.800.000,00	5.800.000,00	988.562,42	3.370.873,91	58,12
13.1- Com Educação Infantil	3.300.000,00	3.300.000,00	473.153,38	1.573.957,47	47,70
13.2- Com Ensino Fundamental	2.500.000,00	2.500.000,00	515.409,04	1.796.916,44	71,88
14- OUTRAS DESPESAS	417.000,00	487.320,84	77.197,72	377.845,04	77,54
14.1- Com Educação Infantil	90.000,00	90.000,00	9.430,36	53.076,24	58,97
14.2- Com Ensino Fundamental	327.000,00	397.320,84	67.767,36	324.768,80	81,74
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	6.217.000,00	6.287.320,84	1.065.760,14	3.748.718,95	59,62
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					3.748.718,95
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					84,50
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					9,47
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					6,03
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	7.588.150,00	7.588.150,00	1.053.124,78	4.549.477,20	59,96
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.555.000,00	3.555.000,00	482.583,74	1.627.033,71	45,77
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.242.000,00	7.442.320,84	1.142.872,22	4.073.766,55	54,74
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.827.000,00	2.897.320,84	583.176,40	2.121.685,24	73,23
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.415.000,00	4.545.000,00	559.695,82	1.952.081,31	42,95
25- ENSINO MÉDIO	150.000,00	150.000,00	23.253,18	75.766,70	50,51
26- ENSINO SUPERIOR	90.000,00	90.000,00	8.600,00	45.000,00	50,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.037.000,00	11.237.320,84	1.657.309,14	5.821.566,96	51,81
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					870.802,21
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					35.320,84
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					906.123,05
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					4.794.677,21
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,35

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	614.800,00	824.800,00	152.997,90	434.036,00	52,62
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.099.800,00	2.099.350,00	326.562,08	803.359,06	38,27
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.714.600,00	2.924.150,00	479.559,98	1.237.395,06	42,32
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.751.600,00	14.161.470,84	2.136.869,12	7.058.962,02	49,85

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		35.320,84	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		3.989.325,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		3.740.355,46	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		3.740.355,46	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		284.291,34	0,00

COCAL DO SUL, 16/09/2014

ADEMIR MAGAGNIN	LAÉRCIO DE COSTA
Prefeito Municipal	Técnico Contábil CRC-SC 027129/

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 35.320,84, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de COCAL DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	48.258.300,00	
Previsão Atualizada		—	48.258.300,00	
Receitas Realizadas		6.850.073,12	29.674.054,78	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	923.936,41	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	48.258.300,00	
Créditos Adicionais		—	8.410.440,98	
Dotação Atualizada		—	56.668.740,98	
Despesas Empenhadas		8.175.504,45	31.246.680,27	
Despesas Liquidadas		7.908.368,31	26.825.465,77	
Superavit Orçamentário		—	2.848.589,01	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		8.175.504,45	31.246.680,27	
Despesas Liquidadas		7.908.368,31	26.825.465,77	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			39.278.268,12	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		917.598,34	-2.307.412,42	-251,46
Resultado Primário		1.619.620,84	2.318.410,78	143,15
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	269.900,00	74.900,00	195.000,00	0,00
EXECUTIVO	269.900,00	74.900,00	195.000,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	605.467,91	0,00	547.403,72	58.064,19
EXECUTIVO	605.467,91	0,00	547.403,72	58.064,19
TOTAL:	875.367,91	74.900,00	742.403,72	58.064,19
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		4.794.677,21	25%	26,35
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.370.873,91	60%	84,50
Liquidadas		3.370.873,91		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		598.706,72	601.293,28	
Despesa de Capital Líquida		4.038.898,43	11.415.971,59	

Continua 1/2

Município de COCAL DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	194.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			8.739,21	260,79
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		4.036.314,89	15,00	22,18
Liquidadas		4.036.314,89		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2013 A AGOSTO/2014

RECEITAS CORRENTES (I)	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Set/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	Mai/2014	Jun/2014	Jul/2014	Ago/2014	TOTAL (ULT. 12 MES.)
3.323.433,67	3.293.477,05	3.596.416,56	4.130.752,81	3.780.089,89	3.598.842,69	3.316.865,54	4.487.938,96	4.024.991,40	3.326.764,25	3.435.358,05	3.573.416,78	43.899.349,65	50.821.300,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	240.210,33	217.391,60	201.371,71	303.550,17	261.286,58	270.063,96	254.506,51	709.338,90	547.743,35	315.735,30	348.877,69	304.743,27	3.974.818,37
I.P.T.U.	8.999,69	1.812,86	2.453,16	5.074,72	582,17	0,00	375.939,85	264.294,27	65.840,80	34.814,24	32.478,22	762.287,98	800.000,00
I.R.R.F.	42.629,40	47.893,68	45.100,74	88.336,52	72.440,04	35.140,78	51.861,91	42.866,57	43.861,73	55.698,28	56.873,25	629.160,11	540.000,00
I.S.S.	104.708,37	116.573,69	103.183,84	133.684,99	117.867,82	106.276,90	115.668,88	119.193,84	111.925,66	129.573,19	119.193,02	1.384.433,38	2.000.000,00
I.T.B.I.	34.956,67	7.028,39	17.212,56	22.002,05	29.595,08	54.055,53	18.791,94	36.862,89	34.202,62	17.678,59	75.732,84	37.091,90	300.000,00
Outras Receitas Tributárias	48.916,20	44.083,08	33.421,41	54.448,89	40.801,47	74.800,37	77.585,76	138.300,71	95.667,89	64.591,97	51.864,17	794.019,84	1.587.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.391,72	39.567,48	34.433,53	70.320,58	0,00	35.237,32	67.453,63	47.672,60	42.157,66	40.428,04	43.027,18	485.960,00	600.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	18.392,96	21.934,19	19.789,31	26.328,45	17.702,94	23.877,27	25.235,99	30.181,52	37.659,41	38.971,88	45.715,53	344.440,81	141.400,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	224.092,20	240.856,82	229.378,28	272.360,14	190.777,34	229.791,33	259.206,21	241.209,69	269.784,48	232.656,96	253.323,32	248.431,06	2.862.868,83
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.741.646,21	2.707.206,04	2.998.895,22	3.372.614,00	3.215.948,67	2.983.056,74	2.680.595,00	3.395.124,62	3.087.877,09	2.663.718,09	2.687.874,37	2.900.207,54	35.443.733,59
Cota-Parte do FPM	587.797,15	587.806,17	817.626,44	843.322,78	991.385,62	1.058.654,83	627.988,82	716.743,51	955.148,85	718.299,98	615.211,05	747.376,76	9.265.381,96
Cota-Parte do I.C.M.S.	995.657,02	968.016,24	1.077.140,45	1.073.536,12	1.034.977,47	988.244,26	1.003.996,88	975.944,55	994.884,91	1.003.056,35	933.339,08	977.990,81	12.026.786,14
Cota-Parte do IPVA	145.695,75	157.368,81	100.828,85	74.392,41	81.906,18	100.188,20	137.352,89	150.803,89	158.759,47	157.056,04	155.013,66	153.312,41	1.573.679,56
Cota-Parte do ITR	3.370,23	2.091,17	61,42	37,08	110,91	35,18	42,00	0,00	18,85	0,00	6,41	63,57	20.000,00
Outras Transferências Correntes	501.757,08	494.166,54	443.731,46	823.459,11	555.553,70	299.860,81	428.583,86	1.050.803,28	432.050,78	269.316,25	501.796,60	507.310,47	6.308.491,94
Transferências da LC 61/1989	10.617,33	14.929,79	16.561,02	17.700,15	16.350,16	13.842,45	13.525,86	14.719,56	16.009,93	15.248,62	15.665,09	16.147,22	181.317,18
Transferências da LC 87/1996	4.399,99	4.399,99	4.399,99	4.399,99	4.320,59	4.320,59	0,00	4.320,59	4.320,59	4.320,59	4.320,59	4.320,59	100.000,00
Transferências do FUNDEB	492.350,66	478.427,33	538.945,59	535.766,36	531.344,04	517.910,42	478.074,89	481.889,24	526.683,71	498.418,26	461.519,89	493.685,71	6.034.415,90
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	68.700,25	68.520,92	112.547,51	85.619,47	94.374,36	56.816,07	53.082,57	53.890,60	34.255,47	35.524,36	59.136,10	37.758,37	1.056.600,00
DEDUÇÕES (II)	349.675,99	347.026,75	403.307,83	403.047,21	425.809,92	433.056,90	356.591,12	372.717,99	426.329,58	378.342,46	344.910,94	379.774,84	4.621.581,53
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	349.675,99	347.026,75	403.307,83	403.047,21	425.809,92	433.056,90	356.591,12	372.717,99	426.329,58	378.342,46	344.910,94	379.774,84	4.621.581,53
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.973.757,68	2.946.450,30	3.193.108,73	3.727.745,60	3.354.279,97	3.165.785,79	2.960.294,42	4.124.880,97	3.898.661,82	2.949.421,79	3.090.447,11	3.193.643,94	45.480.300,00

FONTE:

COCAL DO SUL, 16/09/2014

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito MunicipalLAÉRCIO DE COSTA
Técnico Contábil CRC-SC 027/129/0

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
				Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.257.597,50	2.518.395,00	2.699.788,91
DEDUÇÕES (II)	2.303.561,21	6.256.052,67	5.202.972,67
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.909.029,12	7.711.242,01	6.234.001,50
Demais Haveres Financeiros	0,00	181.881,01	176.635,96
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	605.467,91	1.637.070,35	1.207.664,79
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.045.963,71	-3.737.657,67	-2.503.183,76
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	994.994,71	1.927.322,64	1.845.187,08
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.040.958,42	-5.664.980,31	-4.348.370,84

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2014 (C - A)
VALOR	1.316.609,47	-2.307.412,42

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	917.598,34

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	45.388.900,00	6.200.124,16	26.179.209,91	23.066.508,91
Receita Tributária	5.277.000,00	653.620,96	3.012.294,56	2.514.365,03
I.P.T.U.	800.000,00	67.290,46	763.947,55	693.357,29
I.S.S.	2.000.000,00	248.766,21	926.282,59	799.000,46
I.T.B.I.	300.000,00	112.824,74	303.717,39	157.679,45
I.R.R.F.	540.000,00	103.338,46	405.197,77	312.432,50
Outras Receitas Tributárias	1.637.000,00	121.401,09	613.149,26	551.895,33
Receita de Contribuição	600.000,00	83.456,22	311.246,69	245.263,30
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	600.000,00	83.456,22	311.246,69	245.263,30
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	141.400,00	83.966,89	257.995,90	102.532,36
(-) Aplicações Financeiras	141.400,00	83.966,89	257.995,90	102.532,36
Transferências Correntes	34.641.000,00	4.863.396,13	20.504.848,37	18.199.718,15
F.P.M.	8.214.000,00	1.090.070,31	5.143.047,76	4.717.762,50
I.C.M.S.	10.880.000,00	1.529.064,10	6.329.949,78	5.900.631,29
Convênios	964.000,00	50.252,40	171.496,20	165.919,70
Outras Transferências Correntes	14.583.000,00	2.194.009,32	8.860.354,63	7.415.404,66
Demais Receitas Correntes	4.870.900,00	599.650,85	2.350.820,29	2.107.162,43
Dívida Ativa	554.800,00	58.485,43	290.451,02	288.837,54
Diversas Receitas Correntes	4.316.100,00	541.165,42	2.060.369,27	1.818.324,89
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.728.000,00	565.982,07	3.236.848,97	1.025.683,25
Operações de Crédito (III)	1.200.000,00	265.206,39	598.706,72	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	194.000,00	0,00	0,00	276.742,50
Transferências de Capital	1.334.000,00	300.775,68	2.638.142,25	748.940,75
Convênios	1.334.000,00	300.775,68	2.638.142,25	748.940,75
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.334.000,00	300.775,68	2.638.142,25	748.940,75
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	46.722.900,00	6.500.899,84	28.817.352,16	23.815.449,66
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	41.158.870,96	6.635.881,47	22.786.567,34	18.797.249,62
Pessoal e Encargos Sociais	23.426.360,99	4.002.704,73	14.118.230,86	12.699.618,84
Juros e Encargos da Dívida (IX)	118.000,00	14.358,02	62.666,48	80.660,21
Outras Despesas Correntes	17.614.509,97	2.618.818,72	8.605.670,00	6.016.970,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	41.040.870,96	6.621.523,45	22.723.900,86	18.716.589,41
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	15.454.870,02	1.272.486,84	4.038.898,43	1.735.621,73
Investimentos	14.914.870,02	1.188.674,36	3.775.040,52	1.612.505,90
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	540.000,00	83.812,48	263.857,91	123.115,83
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	14.914.870,02	1.188.674,36	3.775.040,52	1.612.505,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	55.000,00	-	-	-

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	55.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	56.010.740,98	7.810.197,81	26.498.941,38	20.329.095,31
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-9.287.840,98	-1.309.297,97	2.318.410,78	3.486.354,35
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	923.936,41	0,00
Superávit Financeiro	-	-	923.936,41	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				1.619.620,84

FONTE:

COCAL DO SUL , 16/09/2014

Município de COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	323.240,46	282.227,45	547.403,72	-	58.064,19	-	269.900,00	195.000,00	195.000,00	74.900,00	-
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	323.240,46	282.227,45	547.403,72	0,00	58.064,19	0,00	269.900,00	195.000,00	195.000,00	74.900,00	0,00
Fundo municipal de Assistência Social	0,00	600,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	43.406,67	43.406,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	4.791,00	4.791,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.ADM.PLANEJ.FAZE FINANÇAS PUBLICAS	88.312,51	45.327,90	118.963,91	0,00	14.676,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.DES. ECON.MEIO AMBIENTE TUR.COMUNICA	0,00	371,67	371,67	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEC.OBRAS VIARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSPSER.I	131.190,42	136.985,85	259.759,04	0,00	8.397,23	0,00	269.900,00	195.000,00	195.000,00	74.900,00	0,00
SECRETARIA DE AÇAO SOCIAL E DA FAMILIA	0,00	2.059,07	2.059,07	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENT	9.767,30	3.760,61	12.022,39	0,00	1.505,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER I	93.970,23	44.944,68	105.429,97	0,00	33.484,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	323.240,46	282.227,45	547.403,72	0,00	58.064,19	0,00	269.900,00	195.000,00	195.000,00	74.900,00	0,00

FONTE:

SAMAE**Pregão Presencial 23/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09:00 horas do dia 08 de Outubro de 2014, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM nº 23/2014, para aquisição de tubulações e conexões de PVC, para uso em redes e ramais de água e esgoto. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 09:00 horas do dia 08 de Outubro de 2014. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 - Bairro Jardim Bela Vista - Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site: www.samaecocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul-SC, 19 de Setembro de 2014.
Carla Cristina Possamai Della.
Diretora do SAMAE

Concórdia**PREFEITURA****Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 08/2014 - Fmec**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2014 - FMEC

Objeto: contratação de empresa para a aquisição de colchões para atender as necessidades da delegação de atletas e dirigentes da FMEC, quando em viagens de participação em eventos esportivos, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital. Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 08/10/2014. Abertura: dia 09/10/2014, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 19 de setembro de 2014.
VILMAR ANTÔNIO BENTZ
Superintendente da FMEC

Aviso de Licitação Modalidade Pregão Presencial Nº 114/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2014- PMC

Objeto: Contratação de empresa para realizar evento em homenagem aos concordienses que contribuíram para os 80 anos do Município, incluindo coquetel, decoração do local e sonorização, nos dias 15 e 16 de outubro de 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 03/10/2014. Abertura: dia 06/10/2014 às 10h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 19 de setembro de 2014
LAURI GARBOSSA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Cidadania e Habitação

Extrato 1º TA Contrato Nº 298/2014 -PMC

Contrato Nº : 298/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 83/2014

Objeto : Aquisição de equipamentos de informática e matérias para escritório, novos, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? deste edital.

Vigência : Início: 15/09/2014 Término: 12/08/2017

Assinatura : 15/09/2014

Valor R\$: 3.714,00 (Três Mil e Setecentos e Quatorze Reais)

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905235000000.01000001

Dotação : 6 - 02.001.1001.344905242000000.01000001

Dotação : 20 - 04.001.1002.344905235000000.01000001

Dotação : 20 - 04.001.1002.344905242000000.01000001

Dotação : 34 - 05.001.1003.344905235000000.01000001

Dotação : 34 - 05.001.1003.344905242000000.01000001

Dotação : 41 - 06.001.2012.344905235000000.01010000

Dotação : 83 - 07.001.1008.344905235000000.01000001

Dotação : 83 - 07.001.1008.344905242000000.01000001

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905235000000.01000001

Dotação : 115 - 08.001.2027.344905242000000.01000001

Dotação : 145 - 09.002.2605.344905235000000.01000001

Dotação : 146 - 10.001.1012.344905242000000.01000001

Dotação : 168 - 11.001.1013.344905235000000.01000001

Dotação : 270 - 17.001.1451.344905235000000.01000001

Dotação : 287 - 18.001.1501.344905235000000.01000001

Dotação : 339 - 15.001.2201.344905235000000.03520000

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 38/2014

O Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação torna público que ratificou o ato da Senhora Noeli Woloszym Brum de Oliveira, Diretora de Assistência Social, que Dispensou a Licitação, nos termos do Inciso V, do Artigo 24, homologada em 19 de setembro de 2014, para aquisição de equipamentos de informática, novos, visando atender as necessidades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, em favor da empresa ZYON TECNOLOGIA LTDA ME, no valor total de R\$1.850,00 (um mil, oitocentos e cinquenta reais) e CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP, no valor total de R\$ 3.328,31 (três mil, trezentos e vinte e oito reais e trinta e um centavos).

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 258/2014 -PMC

Contrato Nº : 258/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ESTRUTURAL COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 23/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de construção civil, em regime de empreitada por preço global (material e mão de obra) para reforma do Quiosque no Largo Rio Branco, entre a Rua do Comércio e Rua Anita Garibaldi, no Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos A e B deste edital.

Vigência : Início: 03/09/2014 Término: 02/10/2014

Assinatura : 03/09/2014

Valor R\$: 1.342,94 (Um Mil, Trezentos e Quarenta e Dois Reais e Noventa e Quatro Centavos)

Dotação : 161 - 10.001.2039.344905107000000.01000001

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 231/2014 -PMC

Contrato Nº : 231/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ENGASTE PROJETOS, CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 4/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para adequação e complementação da obra no Bairro Imigrantes, do novo Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, neste Município, de acordo com o Projeto Básico e Memorial Descritivo.

Vigência : Início: 15/09/2014 Término: 08/12/2014

Assinatura : 15/09/2014

Valor R\$: 26.993,00 (Vinte e Seis Mil e Novecentos e Noventa e Três Reais)

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905192000000.03010000

Dotação : 359 - 06.004.1007.344905198000000.03010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 224/2014 -PMC

Contrato Nº : 224/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : OLIVEIRA TERRAPLANAGENS LTDA ME

Licitação : Dispensa para Obras e Serviços de Engenharia 3/2014

Objeto : Prestação de serviço de execução de muros de contenção em pedras argamassadas, em diversos pontos do município de acordo com Memorial Descritivo.

Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 01/06/2015

Assinatura : 08/09/2014

Valor R\$: 13.104,00 (Treze Mil e Cento e Quatro Reais)

Dotação : 42 - 06.002.1004.344905198000000.01580000

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 180/2014 -PMC

Contrato Nº : 180/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 12/2014

Objeto : Contratação de empresa do ramo de instalações elétricas em regime de empreitada por preço Global (material e mão de obra) para reforma elétrica do GEM Maria Siqueira, conforme especificações constantes nos anexos ?A? e ?B? do edital.

Vigência : Início: 03/09/2014 Término: 08/10/2014

Assinatura : 03/09/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 42 - 06.002.1004.344905107000000.01580000

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRENCIA Nº 12/2014 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 12/2014 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares e compactáveis gerados dentro dos limites do perímetro urbano do Município de Concórdia, e nas sedes de seus Distritos, até o Aterro Sanitário Municipal, de acordo com o projeto básico, constante no anexo "D" do Edital.

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 23/10/2014.

Abertura: dia 23/10/2014, às 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 19 de setembro de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Extrato do Contrato de Concessão Nº 11/2014 -PMC

Contrato Nº : 11 CONCESSÃO/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE CAMARGO LTDA-ME

Licitação : Concorrência para Concessão 2/2014

Objeto : Seleção de empresa para a outorga de permissão de uso das instalações das salas nº 2 e 5 do Quiosque Largo Rio Branco, neste Município.

Vigência : Início: 01/10/2014 Término: 30/09/2018

Assinatura : 08/09/2014

Valor R\$: 910,00 (Novecentos e Dez Reais)

EXTRATO 6º TA CONTRATO Nº 310/2009 -PMC

Contrato Nº : 310/2009/2009

Aditivo Nº : 6 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 24/2009

Objeto : SERVICOS DE VARRICAO DE VIAS, LOGRADOUROS E PRACAS PUBLICAS, NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO.

Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 21/11/2014

Assinatura : 08/09/2014

Valor R\$: 55.808,00 (Cinquenta e Cinco Mil e Oitocentos e Oito Reais)

Dotação : 119 - 08.001.2029.333903928000000.01000001

Dotação : 121 - 08.001.2030.333903928000000.01000001

CÂMARA MUNICIPAL

Portaria 22/2014

PORTARIA Nº 22, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o servidor WILLIAM AMPESE entrar em gozo das férias.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Autorizar o servidor WILLIAM AMPESE - Assessor Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo, entrar em gozo das férias, de 22 a 27 de setembro de 2014, referente aos dias não gozados por absoluta necessidade do serviço, no período das férias regulamentares conforme Portaria nº 8, de 24 de janeiro de 2014.

Concórdia, 18 de setembro de 2014.

Arlan Guliani

Presidente em exercício

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Decreto N. 424/2014

DECRETO Nº424 /2014, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. IDINEI SALLES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de setembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 425/2014

DECRETO Nº425 /2014, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014
"CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. SIDYANE ZAMIANI, ocupante do cargo de Assistente de Serviços de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de setembro de 2014
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Decreto N. 426/2014

DECRETO Nº426 /2014, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Servidor municipal Sr. EDIMAR DOS PASSOS ocupante do cargo de Secretário Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/04/2014 a 31/03/2015, que serão gozadas no período de 29/09/2014 a 08/10/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de setembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de setembro de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EDIMAR DOS PASSOS

Ciente em: ____/____/2014

Decreto N. 427/2014

DECRETO Nº427 /2014, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. ANA PAULA BIESSEK ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 11/02/2013 a 10/02/2014, que serão gozadas no período de 22/09/2014 a 21/10/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de setembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de setembro de 2014.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ANA PAULA BIESSEK

Ciente em: ____/____/2014

Lei Nº 1124/2014 - " Classifica Como Zona Residencial Mista A Área Que Compreende O Loteamento Mirante do Trevo"

LEI Nº 1124/2014

"CLASSIFICA COMO ZONA RESIDENCIAL MISTA A ÁREA QUE COMPREENDE O LOTEAMENTO MIRANTE DO TREVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica classificada como Zona Residencial Mista (ZRM), para fins de planejamento e estruturação, a área que compreende o Loteamento Mirante do Trevo, situado no município de Cordilheira Alta/SC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 18 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

DECRETO N. 429/2014

DECRETO Nº429 /2014, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. DIVA CORREA FIGUEIRÓ ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 02/02/2013 a 01/02/2014, que serão gozadas no período de 22/10/2014 a 20/11/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de setembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DIVA CORREA FIGUEIRÓ

Ciente em: ____/____/2014

Decreto N. 430/2014

DECRETO Nº430 /2014, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. ADRIANA BORMAN ARNDT ocupante do cargo de Assistente Técnico de Secretaria, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 30/06/2014, que serão gozadas no período de 29/09/2014 a 13/10/2014.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de setembro de 2014.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA BORMAN ARNDT

Ciente em: ____/____/2014

Decreto N. 431/2014

DECRETO Nº 431/2014, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no inciso IV do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica demitido a pedido a partir do dia 01 de outubro de 2014, o Sr. ELÉCSON MARTINS, na função de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no Orçamento Municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 19 de setembro de 2014.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 15/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 15/2014

Contratado: NET-DONIL INFORMATICA E MATERIASI ELÉTRICOS LTDA.
C.P.F.:10.349.258/0001-51
Modalidade:
Numero da Licitação: Numero do Processo: 183/2014
Numero do Contrato: 15/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E DEMAIS MATERIAIS PARA VIGILÂNCIA ELETRÔNICA DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DA SAÚDE, MUSEU ANTÔNIO GRANEMANN DE SOUZA, CEI BERNARDO BERNECK E PAÇO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL E PLANTA COM LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS.

Data da Assinatura: 07/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/08/2014
Vigência: 07/08/2014 A 07/08/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:3.726,85
Forma de Pagamento: CFME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 216/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 216/2014

Contratado: ALDOIR GOBETTI DE OLIVEIRA ME
CNPJ: 15.428.171/0001-93
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 21/2014 Numero do Processo: 21/2014
Numero do Contrato: 216/2014
Fundamento Legal:

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO DA COBERTURA E REFORMAS DIVERSAS COM PINTURA TOTAL DO GINÁSIO DE ESPORTES DO NÚCLEO MUNICIPAL LEONIZA CARVALHO AGOSTINI, CONFORME ANEXO 1 E MEMORIAL DESCRITIVO EM NEXO

Data da Assinatura: 08/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/08/2014

Vigência: 08/08/2014 A 08/10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 0,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 217/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 217/2014

Contratado: RESTAURANTE HIKARI LTDA - ME
CNPJ:00.156.902/0001-11
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 49/2014 Numero do Processo: 49/2014
Numero do Contrato: 217/2014
Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM HOTEL E REFEIÇÕES DESTINADAS AOS PARTICIPANTES DO 5º SEMINARIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - DIREITO À DIVERSIDADE, QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 18 A 22 DE AGOSTO DE 2014, CONFORME LEI 8.666/93, ARTIGO 24, INCISO V E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 11/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/08/2014
Vigência: 11/08/2014 A 30/09/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 21,250
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 218/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitibanos - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 218/2014

Contratado: TORTADO HOTELTDA - ME
CNPJ:80.498.793/0001-50
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 49/2014 Numero do Processo: 49/2014
Numero do Contrato: 218/2014
Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HOSPEDAGEM EM HOTEL E REFEIÇÕES DESTINADAS AOS PARTICIPANTES DO 5º SEMINARIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA - DIREITO À DIVERSIDADE, QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 18 A 22 DE AGOSTO DE 2014, CONFORME LEI 8.666/93, ARTIGO 24,

INCISO V E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 11/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 11/08/2014
Vigência: 11/08/2014 A 30/09/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 14.625
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 213/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 213/2014

Contratado: LUIZ EDUARDO BOUDAKIAN
CNPJ: 12.075.546/0001-90
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 48/2014 Numero do Processo: 48/2014
Numero do Contrato: 213/2014
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRA DO RS. LUIZ EDUARDO BOUDAKIAN, NOS DIAS 18 A 22/08/2014, NO 5º SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA- 'DIREITO A DIVERSIDADE', NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 07/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/08/2014
Vigência: 07/08/2014 A 08/09/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.000,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 131/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 131/2014

Contratado: CENTRAL SERVIÇOS FUNERARIOS LTDA ME
CNPJ: 15.312.918/0001-43
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 23/2014 Numero do Processo: 23/2014
Numero do Contrato: 131/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE 10 SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTINADOS A INDIVÍDUOS OU FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA,

IDENTIFICADOS NO CAD ÚNICO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 08/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 08/08/2014
Vigência: 08/08/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 5.850,00
Forma de Pagamento: CFE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 139/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 139/2014

Contratado: EMANUEL AGUAR RAFAELI
C.P.F.: 069.758.229-99
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 25/2014 Numero do Processo: 25/2014
Numero do Contrato: 139/2014
Fundamento Legal:

Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE OFICINEIRO NA MODALIDADE DE :MUSICALIZAÇÃO: VIOLÃO, CONFORME CREDENCIAMENTO 001-2014, PARA SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS PELO PERÍODO DE: 25/08/2014

Data da Assinatura: 19/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/08/2014
Vigência: 19/08/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.728,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 208/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 208/2014

Contratado: CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 02.952.689/0001-80
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 46/2014 Numero do Processo: 46/2014
Numero do Contrato: 208/2014
Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PREÇAS E SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO MECÂNICA DO VEÍCULO MICRO-ONIBUS EM USO NO TRANSPORTE ESCOLAR, PLACA MKW 6146, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO IV, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 01/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 01/08/2014
Vigência: 01/08/2014 A 01/10/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.837,84
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 209/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 209/2014

Contratado: PREVINE DEDETIZADORA LTDA
CNPJ: 09.217.261/0001-10
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 41/2014 Numero do Processo: 41/2014
Numero do Contrato: 209/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 04/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 04/08/2014
Vigência: 04/08/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 26.300,00
Forma de Pagamento: CFME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 210/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 210/2014

Contratado: DIMEP COM. ASSIST. TÉCNICA LTDA
CNPJ: 09.095.664/0001-56
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 36/2014 Numero do Processo: 36/2014
Numero do Contrato: 210/2014

Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE RELOGIO PONTO TIPO BIOMETRICO, PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NUCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO,CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 05/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 05/08/2014
Vigência: 05/08/2014 A 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 47.520,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 212/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 212/2014

Contratado: CINTIA MARA JONER MEI
CNPJ: 19.243.728/0001-72
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 47/2014 Numero do Processo: 47/2014
Numero do Contrato: 212/2014
Fundamento Legal:

Objeto:INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PALESTRA MOTIVACIONAL NO DIA 12 DE AGOSTO, MINISTRADA PELO SR. VILSON CECHETTI, DIRECIONADA AOS ALUNOS 7º, 8º E 9º ANOS DO ENSINO MÉDIO, NA FORMA DO ARTIGO 25, INCISO II, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 07/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/08/2014
Vigência: 07/08/2014 A 08/09/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.8000,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 215/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 215/2014

Contratado: COMERCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17.476.071/0001-68

Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 44/2013 Numero do Processo: 44/2013
Numero do Contrato: 215/2014
Fundamento Legal:

Objeto:REFORMA DO PRÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL E CULTURA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 07/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 07/08/2014
Vigência: 07/08/2014 A 08/09/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 47.520,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 221/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 221/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ: 85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 45/2013 Numero do Processo: 45/2013
Numero do Contrato: 221/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA TROCA DE OLEO E FILTRO NO VEICULO ONIBUS PLACA MLE 0428, DE USO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS, E CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Data da Assinatura: 18/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 18/08/2014
Vigência: 18/08/2014 A 17/10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 655,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 222/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 222/2014

Contratado:CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
CNPJ: 02.952.689/0001-80
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P / COMPRAS E SERVIÇOS

Numero da Licitação: 51/2014 Numero do Processo: 51/2014
Numero do Contrato: 222/2014
Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO E TROCA DE OLEO DOS 30.000 KM DO MICRO ONIBUS PLACA MKJ 0699, DE USO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CONFORME ART .24, INCISO XVII, DA LEI Nº8.666/93, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 19/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 19/08/2014
Vigência: 19/08/2014 A 17/10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 1.269,59
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 225/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 225/2014

Contratado:COMÉRCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17.476.071/0001-68
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV.ENGENHARIA
Numero da Licitação: 63/2013 Numero do Processo: 63/2013
Numero do Contrato: 225/2014
Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO E TROCA DE OLEO DOS 30.000 KM DO MICRO ONIBUS PLACA MKJ 0699, DE USO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CONFORME ART .24, INCISO XVII, DA LEI Nº8.666/93, E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Data da Assinatura: 28/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 28/08/2014
Vigência: 28/08/2014 A 28/11/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor: 0,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 226/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE EDUCAÇÃO DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 226/2014

Contratado: E J C CAMINHÕES E ACESSÓRIOS LTDA
CNPJ: 12.246.167/0001-16
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 53/2013 Número do Processo: 53/2013
Número do Contrato: 226/2014
Fundamento Legal:

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA REVISÃO MECÂNICA DOS 30.000 KM DO VEÍCULO MICRO ONIBUS PLACA MLF 4187, DE USO DO TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93

Data da Assinatura: 28/08/2014
Data da Publicação no Diário Oficial: 28/08/2014
Vigência: 28/08/2014 A 26/09/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 689,59
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E ENF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 526/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 526/2014

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA
CNPJ: 00.456.856/0001-67
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ COMPRAS E SERVIÇOS
Número da Licitação: 69/2011 Número do Processo: 69/2011
Número do Contrato ou aditivo: 526/2014
Fundamento Legal:

Objeto: TERMO ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 3.171,00 TENDO EM VISTA O REAJUSTE DO ÍNDICE IGP-M NO PERCENTUAL DE 5,3265%, REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA FORNECIMENTO, MEDIANTE LOCAÇÃO DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA.

Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 3.171,20
Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 527/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 527/2014

Contratado: NETDONIL INFORMÁTICA E MATERIAS LETRICAS LTDA ME
CNPJ: 10.349.258/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 19/2014 Número do Processo: 19/2014
Número do Contrato ou aditivo: 527/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, JUNTA MILITAR, CARTERIA DE TRABALHO, PROCON, SECRETARIA DA AGRICULTURA, POLÍCIA CIVIL, MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS E SECRETARIA DE OBRAS, PLANEJAMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E SECRETARIA DE ESPORTES, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 786,67
Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 528/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 528/2014

Contratado: POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA ME
CNPJ: 14.292.313/0001-75
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Número da Licitação: 180/2014 Número do Processo: 180/2014
Número do Contrato ou aditivo: 528/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS DESTINADOS À ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA, 2º BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Número:
Gestão/Número:
Número do Empenho:
Valor: 87,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 529/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 529/2014

Contratado:AUTO POSTO CIDADE CURITIBANOS LTDA.
CNPJ:03.268.180/0001-85
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 52/2014 Numero do Processo: 52/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 529/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S10 PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2014, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2.471,00
Forma de Pagamento: CONFORME ABASTECIMENTO E APRESENTAÇÃO NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 530/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 530/2014

Contratado:AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ:05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/2014 Numero do Processo: 292/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 530/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS; ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS : CREAM, ABRIGO TEMPORARIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS; HORTO FLORESTAL, CEMITERIO, LIMPEZA PUBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENARIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 04/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:163,10
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 531/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 531/2014

Contratado:RECAPADORA ROCHEMBACH LTDA
CNPJ:81.327.868/0001-00
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 20/2014 Numero do Processo: 20/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 531/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES, CÂMARAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CÂMBAGEM, CONSERVATO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLÍCIA CIVIL E POLÍCIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Vigência: 07/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:152,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 532/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 532/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA
CNPJ:85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 315/2013 Numero do Processo: 315/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 532/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MÃO DE OBRA ELÉTRICA E MECÂNICA DOS VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E PESADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLÍCIA CIVIL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 07/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:

Valor:1.152,00
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO SERVIÇO E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 533/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 533/2014

Contratado:NET-DONIL INFORMATICA E MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA.
CNPJ:10.349.258/0001-51
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 183/2013 Numero do Processo: 183/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 533/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE CÂMERAS E DEMAIS MATERIAIS PARA VIGILANCIA ELETRONICA DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, SECRETARIA DE SAUDE, MUSEU ANTONIO GRANEMANN DE SOUZA, CEL BERNARDO BERNECK E PAÇO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL E PLANTA COM LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

Vigência: 07/08/2014 a 07/08/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:48.200,00
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E APRESENTAÇÃO DE NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 534/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 534/2014

Contratado:ILLO MOVEIS LTDA
CNPJ:85.159.093/0001-54
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO P/COMPRAS E SERVIÇOS.
Numero da Licitação: 0/0 Numero do Processo:
Numero do Contrato ou aditivo: 534/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO DE LAUDO DE AVALIAÇÃO DE UMA ÁREA DE TERRAS URBANA COM 91000M2, MATRÍCULA 2475, DE PROPRIEDADE PARTICULAR DE INTERESES DO MUNICIPIO PARA POSSIVEL AQUISIÇÃO

Vigência: 08/08/2014 a 08/09/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:

Valor:1800,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 535/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 535/2014

Contratado:CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA
CNPJ:08.888.040/0009-80
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 20/2014 Numero do Processo: 20/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 535/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE PNEUS PROTETORES, CÂMARAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE BALANCEAMENTO, GEOMETRIA, RECAPAGEM, RECAUCHUTAGEM, VULCANIZAÇÃO, CÂMBIO, CONSERV. DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2ºBB, DE CURITIBANOS, POLICIA CIVIL E POLICIA MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 08/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:4.660,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 536/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 536/2014

Contratado:DA CAPITAL TOUR LOCAÇÃO LTDA ME
CNPJ:07.0540.755/0001-28
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 7/2014 Numero do Processo: 7/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 536/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ATLETAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER PARA PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES PROMOVIDAS PELA FESPORTE E TRANSPORTE PARA ATIVIDADES DA ADMINSITRAÇÃO, DURANTE O ANO DE 2014,CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Vigência: 08/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:

Numero do Empenho:
Valor:680,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 537/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 537/2014

Contratado:FERNANDO FAGUNDES ME
CNPJ:19.276.809/001-79
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 154/2014 Numero do Processo: 154/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 537/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$ 710,15 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE DE LIMPEZA PELO PERÍODO DE 14 A 20 DE JULHO E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS PELO PERÍODO DE 17 A 20 DE JULHO, CONFORME MEMORANDO E JUSTIFICAVA DA CCO EM ANEXO.

Vigência: 08/08/2014 a 29/08/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:710,15
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 538/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 538/2014

Contratado:LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ:04.492.725/0001-03
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 12/2014 Numero do Processo: 12/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 538/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - CONCRETO BETUMINOSO (CBUQ) DA RUA PAULO DE ASSIS MENDES, TIPO PAVIMENTAÇÃO, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 11/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 539/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 539/2014

Contratado:COR E ARTE COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA
CNPJ:05.758.684/0001-09
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 292/2014 Numero do Processo: 292/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 539/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA MANUTENÇÃO DAS SECRETARIAS, ADMINISTRAÇÃO, OBRAS, MEIO AMBIENTE, ESPORTE, ESPORTES, EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL, PLANEJAMENTO, PARA POLÍCIA MILITAR E PARA PROGRAMAS: CREAS, ABRIGO TEMPORÁRIO, CASA DE PROTEÇÃO, PARA DEPARTAMENTOS:HORTO FLORESTAL,CEMITERIO, LIMPEZA PÚBLICA, AEROPORTO, TERMINAL URBANO, PRAÇA CENTENÁRIO, RODOVIARIA, CADASTRO ÚNICO.

Vigência: 11/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:98,55
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 540/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 540/2014

Contratado:MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
CNPJ:78.879.318/0002-25
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 12/2014 Numero do Processo: 12/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 540/2014
Fundamento Legal:

Objeto:DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A REVISÃO DE 1.000 HORAS DA MOTONIVELADORA GD 555/3, ANO 2013 EM USO NO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS, NA FORMA DO ARTIGO 24, INCISO XVII DA LEI 8.666/93, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 12/08/2014 a 13/10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:5.680,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 541/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 541/2014

Contratado: COMERCIO DE MAT DE CONSTRUÇÕES E EMPREITEIRA DE OB
CNPJ: 17.476.071/0001-68
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 132/2014 Numero do Processo: 132/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 541/2014
Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 13/08/2014 a 13/09/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 542/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 542/2014

Contratado: DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMATICA LTDA ME
CNPJ: 07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 301/2014 Numero do Processo: 301/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 542/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADO ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E CULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO 1 DESTA EDITAL.

Vigência: 14/08/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 19,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 543/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 543/2014

Contratado: LB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA- ME
CNPJ: 04.492.725/0001-03
Modalidade: CONCORRENCIA P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 51/2014 Numero do Processo: 51/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 543/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS COMPREENDIDO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E CONCRETO BATUMINOSO E QUENTE (CBUQ) DA RUA ARTHUR LENSER, RUA WALDELINO C. SAMPAIO, RUA FREI GASPAR, RUA FREI JUSTINO GIRARDI, RUA CAPITÃO ANTONIO JOSÉ PEREIRA, RUA CARLOS GOETTEN E SERVIDÃO Nº16 RUA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, RUA PAULO DE ASSIS MENDES, E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA RUA LEOPOLDO ARRUDA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NOS MEMORIAIS DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Vigência: 14/08/2014 a 14 /10/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor: 0,00

Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 544/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 544/2014

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
CNPJ: 06.099.082/0001-50
Modalidade: CONCORRENCIA P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 301/2014 Numero do Processo: 301/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 544/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS COMPREENDIDO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E CONCRETO BATUMINOSO E QUENTE (CBUQ) DA RUA ARTHUR LENSER, RUA WALDELINO C. SAMPAIO, RUA FREI GASPAR, RUA FREI JUSTINO GIRARDI, RUA CAPITÃO ANTONIO JOSÉ PEREIRA, RUA CARLOS GOETTEN E SERVIDÃO Nº16 RUA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, RUA PAULO DE ASSIS MENDES, E PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA RUA LEOPOLDO ARRUDA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NOS MEMORIAIS DESCRITIVO E DEMAIS CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Vigência: 14/08/2014 a 14 /10/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 545/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 545/2014

Contratado: DINAMICA COM. SUPR PARA INFORMATICA LTDA ME
CNPJ:07.072.908/0001-50
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 301/2014 Numero do Processo: 301/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 545/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO PARA READEQUAÇÃO DE VALOR DE MAIS R\$ 523,24, REFERENTE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DESTINADO ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER E SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Vigência: 14/08/2014 a 31/12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:523,24
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 546/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 546/2014

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ:05.919.156/0001-94
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 294/2014 Numero do Processo: 294/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 546/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS ÀS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA DE SAÚDE, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AGRICULTURA E SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL .

Vigência: 15/08/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:748,80
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 547/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 547/2014

Contratado: CONSTRUTORA MACIEL LTDA
CNPJ:05.533.384/0001-21
Modalidade: CONCORRENCIA P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 270/2014 Numero do Processo: 270/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 547/2014
Fundamento Legal:

Objeto:CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS METÁLICOS DO TIPO E PILARES EM ESTRUTURA METÁLICA, E FLOREIRAS E BANCOS DO TIPO CONCRETO ARMADO, TIJOLOS MACIÇOS E MADEIRA, NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL EM ANEXO.

Vigência: 15/08/2014 a 15 /09/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 548/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 548/2014

Contratado: DALLASIL FABRI. DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA EPP
CNPJ:02.402.629/0001-93
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 270/2013 Numero do Processo: 270/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 548/2014
Fundamento Legal:

Objeto:CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS METÁLICOS DO TIPO TRELIÇAS E PILARES EM ESTRUTURA METÁLICA, E FLOREIRAS E BANCOS DO TIPO CONCRETO ARMADO, TIJOLOS MACIÇOS E MADEIRA, NA AVENIDA SALOMÃO CARNEIRO DE ALMEIDA, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 18/08/2014 a 18 /09/2014

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 549/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 549/2014

Contratado: CONSBRITA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA
CNPJ:06.099.082/0001-50
Modalidade: TOMADA DE PREÇO P/OBRAS E SERV. ENGENHARIA
Numero da Licitação: 158/2014 Numero do Processo: 158/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 549/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - CONQUERO BETUMINOSO USINADO A QUENTE TIPO RECAPAMENTO DA RUA GAL.ILYDIO RÔMULO COLÔNIA, PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA- CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO PAVIMENTAÇÃO DA AV. FIORANTE ORTIGARI, E PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA - CONCRETO BETUMINOSO A QUENTE TIPO PAVIMENTAÇÃO DA RUA OLIVEIRA PIRES, CONFORME CONTRATAÇÃO E REPASSE N 762974/2011 FIRMADO ENTRE A MINSTERIO DAS CIDADES/CAIXA E A PREFEITURA MUNICIPAL E CURITIBANOS E DESCRIÇÃO DETALHADA NO MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Vigência: 18/08/2014 a 18 /11/2014

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:0,00
Forma de Pagamento:

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 550/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 550/2014

Contratado: COMERCIAL DIRLEI LTDA EPP
CNPJ:76.868.975/0001-06
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 174/2014 Numero do Processo: 174/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 550/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE MAIS R\$ 1.444,48, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA AS COMPETIÇÕES REALIZADAS PARA A SECRETARIA DE ESPORTES, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.

Vigência: 18/08/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:1,444,64
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 552/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 552/2014

Contratado: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - 23
CNPJ:34.028.316/0028-23
Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO/COMPRAS E SERVIÇOS
Numero da Licitação: 05/2013 Numero do Processo: 05/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 552/2014
Fundamento Legal:

Objeto:ADITIVO DE MAIS R\$ 28.350,00, REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELA ECT PARA A ENTREGA DE CORRESPONDÊNCIAS COM AR PARA CONVENIO DE TRANSITO E CONTRATO COM O CIASC, COM RECURSOS POLICIA CIVIL, MILITAR E CONVENIO TRANSITO.

Vigência: 25/08/2014 a 31 /01/2018

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:28.350,00
Forma de Pagamento: MENSALMENTE CFME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 553/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 553/2014

Contratado: E TAMUSSINO E CIA LTDA
CNPJ:33.100.082/0003-67
Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Numero da Licitação: 222/2014 Numero do Processo: 22/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 553/2014
Fundamento Legal:

Objeto:INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BATERIA E SERVIÇO TÉCNICO DE AFERIÇÃO PARA DESFRIBILADOR EXTERNO EM USO NO 2º BBM DE CURITIBANOS, NA FORMA DO ARTIGO 25,INCISO I, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

Vigência: 25/08/2014 a 25 /10/2014

Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:2,820,50
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 555/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 555/2014

Contratado: COBEL CARROCERIAS LTDA-ME
CNPJ:83.235.713/0001-61
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 152/2014 Numero do Processo: 152/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 555/2014
Fundamento Legal:

Objeto:PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO PARA DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL REFERENTE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E FUNREBOM, REFERENTE AOS EXERCÍCIOS FINANCEIRO DE 2012 E 2013, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 26/08/2014 a 26 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:464,75
Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E APRESENTAÇÃO NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 556/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 556/2014

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ:61.198.164/0001 -60
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 45/2014 Numero do Processo: 45/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 556/2014
Fundamento Legal:

Objeto:TERMO ADITIVO DE VALOR DE MAIS R\$948,24 PARA SEGURO TOATL DO VEÍCULO FORD/CARGO 8162, PLACA QUE 2105,DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E OBRAS, PELO PERÍODO DE 27/08/2014 A 21/03/2015, COM FRANQUIA NORMAL.

Vigência: 27/08/2014 a 21 /03/2015
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:948,24
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 557/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 557/2014

Contratado: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO E IN
CNPJ:00.748.569/0001-30
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 28/2014 Numero do Processo: 28/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 557/2014
Fundamento Legal:

Objeto:AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE EXPEDIENTE DESTINADO AS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL

Vigência: 28/08/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:706,50
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 558/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 558/2014

Contratado: AUTO MECANICA LTDA
CNPJ:83.750.703/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 315/2013 Numero do Processo: 315/2013
Numero do Contrato ou aditivo: 558/2014
Fundamento Legal:

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MAO DE OBRA ELÉTRICA E MECANICA DOS VEICULOS LEVES, ÉDIOS E PESADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO, SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, CORPO DE BOMBEIRO MILITAR, POLICIA MILITAR, POLICIA CIVIL, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA,

CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 28/08/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:6.000,00

Forma de Pagamento: CONFORME PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 559/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 559/2014

Contratado: CASA GLOBAL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

CNPJ:08.273.827/0001-80

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 56/2014 Numero do Processo: 56/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 559/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E HIDRAULICOS, PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS, VICINAIS, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE SAUDE, HABITAÇÃO, ASSISTENCIA SOCIAL, POLICIA CIVIL, POLICIA MILITAR, CORPO DE BOMBEIROS E CONTRUÇÃO DE BANHEIROS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE REFORMA CIDADÃ, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/08/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:62,55

Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 560/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 560/2014

Contratado: PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-ME

CNPJ:08.932.456/0001-00

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 100/2014 Numero do Processo: 100/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 560/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS,

CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/08/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:694,40

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 561/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 561/2014

Contratado: SANDRI COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS

CNPJ:05.911.411/0001-52

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 100/2014 Numero do Processo: 100/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 561/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PUBLICA DO MUNICIPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/08/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:

Numero do Empenho:

Valor:602,00

Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 562/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

CNPJ: 83.754.044/0001-34

Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura

C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 562/2014

Contratado: TELEAR TECNOL. ELETRO ELETRON. CONST. CIVIL LTDA.

CNPJ:91.690.479/0001-90

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Numero da Licitação: 209/2014 Numero do Processo: 209/2014

Numero do Contrato ou aditivo: 562/2014

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELETRICO PARA MANUTENÇÃO DO AEROPORTO MUNICIPAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/08/2014 a 31 /12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:6.134,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 563/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 563/2014

Contratado: AUTO MECANICA LTDA.
CNPJ:83.750.703/0001-64
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 216/2014 Numero do Processo: 216/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 563/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO DA VIATURA PALIO WEEKEND PLACA MLV 2959 PREFIXO 12-4041, PEÇAS PARA MANUNTEÇÃO DA VIATURA PALIO WEEKEND PLACA MLL 3067 PREFIXO 12.44836, E HORAS DE MÃO DE OBRA DE CHAPEAÇÃO E PINTURA PARA VEICULOS LEVES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/08/2014 a 29 /10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:4.000,00
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 564/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 564/2014

Contratado:DA CAZ AUTO PEÇAS LTDA.
CNPJ:85.349.579/0001-55
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 216/2014 Numero do Processo: 216/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 564/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE PINTURA PARA MANUTENÇÃO DA VIATURA PALIO WEEKEND PLACA MLV 2959 PREFIXO 12-4041, PEÇAS PARA MANUNTEÇÃO DA VIATURA PALIO WEEKEND PLACA MLL 3067 PREFIXO 12.44836, E HORAS DE MÃO DE OBRA DE CHAPEAÇÃO E PINTURA PARA VEICULOS LEVES, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/08/2014 a 29 /10/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:

Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:6.068,40
Forma de Pagamento: À VISTA

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 565/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 565/2014

Contratado:QUARK ENGENHARIA LTDA- ME.
CNPJ:12.496.490/0001-48
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 212/2014 Numero do Processo: 212/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 565/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS E REATORES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA SUBSTITUIÇÃO NA ILUMINAÇÃO PUBLICA NOS BAIRROS SÃO JOSÉ, SANTO ANTÔNIO, SÃO FRANCISCO E SÃO LUIZ, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/08/2014 a 31 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:98.988,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E NF

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 566/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS
CNPJ: 83.754.044/0001-34
Rua Coronel Vidal Ramos, 860 Mês/Ano da Assinatura
C.E.P.: 89520-000 - Curitiba - SC AGOSTO/2014

Resumo dos Instrumentos de Termo Contrato 566/2014

Contratado:UNIFORMES GERAIS LTDA
CNPJ:02.777.319/0001-53
Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
Numero da Licitação: 213/2014 Numero do Processo: 213/2014
Numero do Contrato ou aditivo: 566/2014
Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS POLICIAIS DA UNIDADE MILITAR DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Vigência: 29/08/2014 a 29 /12/2014
Programa de Trabalho:
Unidade Gestora/Numero:
Gestão/Numero:
Numero do Empenho:
Valor:3.240,00
Forma de Pagamento: CONFORME ENTREGA E APRESENTAÇÃO DE NF

Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 56/2014

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2014

O Fundo Municipal de Educação de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE SENFEÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DAS UNIDADES DOS NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, CONFORMA ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 06/10/2014. A partir das 16:00 horas do dia 06/10/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 19 de Setembro de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do FundoDiego Sebem Wordell
Pregoeiro**Editais de Pregão Presencial Para Registro de Preços Nº 242/2014**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 242/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE PALANQUES PARA USO NO CEMITÉRIO MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS, DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 07/10/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 07/10/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 19 de Setembro de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito MunicipalDiego Sebem Wordell
Pregoeiro**Forquilha****PREFEITURA****Extrato de Contrato FMS Nº. 81/2014**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 81/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 46.345,10 (quarenta e seis mil trezentos e quarenta e cinco reais e dez centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32); 1701.2058.3390 (51), 1701.2057.3390 (48); 1701.2062.3390 (67).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 23/ FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 28 de agosto de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal**PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2014 - PMF - ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 38/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 05/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS LIMPEZA E CONSUMO GERAL PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS, a fim de atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Forquilha, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 13/03/2015

3ª Publicação.

Pregão Presencial Nº 36/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 06/2014

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 36/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 06/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO MATERIAIS LIMPEZA E CONSUMO GERAL PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS DIVERSAS SECRETARIAS, a fim de atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Forquilha, pelo

período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 12/03/2015
3ª Publicação.

Extrato de Contrato FMS Nº. 90/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 90/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GOLD COMPUTADORES LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto, a aquisição imediata de 60 tablets, para uso das Agentes Comunitárias de Saúde do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 26.664,00 (vinte e seis mil seiscentos e sessenta e quatro reais).

VIGÊNCIA - 380 (trezentos e oitenta), dias contado a partir da data de assinatura, (correspondente ao prazo de entrega + prazo de garantia do produto), podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente. - 13/09/2015.

DOTAÇÃO - 1701.2061.4490 (88).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 26/FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 29 de agosto de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 92/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 92/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GOLD COMPUTADORES LTDA

OBJETO - O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e equipamentos diversos, através de empresas do ramo pertinente, para utilização da Secretaria de Saúde do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.593,00 (mil quinhentos e noventa e três reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 09/10/2015.

DOTAÇÃO - 1701.2051.4490 (29), 1701.2057.4490 (49), 1701.2064.4490 (75), 1701.2061.4490 (88).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 172/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 09 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 199/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 199/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - GOLD COMPUTADORES LTDA

OBJETO - O presente Instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição de mobiliário e

equipamentos diversos, através de empresas do ramo pertinente, para utilização nas diversas Secretarias do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 5.245,00 (cinco mil duzentos e quarenta e cinco reais).

VIGÊNCIA - O prazo de vigência do presente contrato é de 395 (trezentos e noventa e cinco) dias corridos (prazo de entrega + prazo da garantia) contados a partir da data de sua assinatura. - 09/10/2015.

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (29), 0501.2015.4490 (78), 1301.2020.3390 (193), 1301.2020.4490 (195), 1301.2021.3390 (198), 1301.2021.4490 (200), 1301.2020.3390 (238), 1301.2020.4490 (244).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 172/PMF/2014

DATA DA ASSINATURA - 09 de setembro de 2014.

JOSÉ RICARDO JUNKES

Prefeito Municipal em Exercício

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 05/2014

PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 05/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Antonio Praxedes Machado - Bairro Vila Lourdes.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO	VALOR
Edevar Leandro	26175	01.03.013.0831.001	1.650,75
Lucinei Henrique	26176	01.03.013.0845.001	1.650,75

Forquilha, 19 de setembro de 2014.

Ademir Brandielle Pedro

Secretário de Administração e Finanças

Contribuição de Melhoria Nº 02/2014

PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Esperança - Bairro Vila Lourdes.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO	VALOR
Antonio Manenti	18142	01.03.013.0722.001	1.552,08

Forquilha, 19 de setembro de 2014.

Ademir Brandielle Pedro

Secretário de Administração e Finanças

Contribuição de Melhoria Nº 05/2014

PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 05/2014 que versa sobre a pavimentação da Rua Francisco Plaskiewicz - Bairro Vila Lourdes.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO	VALOR
Márcia Milene Machado	16552	01.03.013.0712.001	1.144,20
Márcia Milene Machado	16682	01.03.013.0654.001	4.355,54
Jocilon Coelho	2877	01.03.013.0717.001	1.348,55
Genesio Palskievicz	16683	01.03.013.0711.001	1.785,10
Genesio Palskievicz	17124	01.03.013.0711.002	1.776,78
Genesio Palskievicz	17125	01.03.013.0711.003	793,66

Forquilha, 10 de setembro de 2014.
Ademir Brandielle Pedro
Secretário de Administração e Finanças

Contribuição de Melhoria Que Versa Sobre A Pavimentação da Rua 1º de Maio - Bairro Saturno/Vila Franca.

PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA que versa sobre a pavimentação da Rua 1º de Maio - Bairro Saturno/Vila Franca.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO	VALOR
Ageu Sinfroonio Alano	10218	01.04.013.0344.001	1.403,29
Antonio Aldrin Casagrande	10271	01.04.019.0082.001	1.524,91
	10272	01.04.019.0095.001	1.532,34
	10273	01.04.019.0109.001	1.548,53
Aparicio Antonio Martins	10135	01.04.009.0361.001	1.926,78
Claudemir Alves	10114	01.04.008.0454.001	1.448,00
Confer - Const. Fernandes Ltda	10383	01.04.024.0054.001	1.311,61
	10384	01.04.024.0068.001	1.333,79
	10112	01.04.008.0399.001	1.317,89
	10195	01.04.012.0283.001	1.318,41
	10196	01.04.012.0296.001	1.317,04
	10197	01.04.012.0310.001	1.318,08
	10198	01.04.012.0353.001	1.595,19
	10103	01.04.008.0277.001	1.447,42
	10104	01.04.008.0291.001	1.316,52
	10105	01.04.008.0304.001	1.316,49
Cristiano Santana Santos	10106	01.04.008.0318.001	1.316,95
	10278	01.04.019.0204.001	1.369,31
	18187	01.04.027.0080.001	1.202,81
Edevaldo dos Santos	26210	01.04.016.0283.001	1.316,95
Ezequiel Antunes Fernandes	26212	01.04.016.0310.001	1.316,95
Ind. De Feldspato Brasileira	10192	01.04.012.0242.001	1.323,29

Isaque Rogerio da Silva Ramos	18133	01.04.026.0150.001	1.448,60
Jair Antonio de Almeida	10134	01.04.009.0312.001	1.307,74
Janice Marcelino Motta	10299	01.04.020.0078.001	1.537,13
José Luiz Delfino	10255	01.04.015.0276.001	1.316,95
Juanival Rodrigues Gomes	10213	01.04.013.0249.001	953,57
Lília Tomaz da Silva	18190	01.04.027.0120.001	1.202,81
Luiz Carlos Custodio	26229	01.04.013.0303.001	953,57
Manoel Roberto Correa	10382	01.04.024.0041.001	1.324,65
Marciano da Costa Campana	10407	01.04.025.0108.001	1.303,26
Miguel Machado	18107	01.04.026.0081.001	1.317,69
Mineração N.S. do Carmo	10301	01.04.020.0133.001	1.329,43
Moacyr Barbieri	10113	01.04.008.0412.001	1.316,46
Paulo Roberto Zanette	10362	01.04.023.0041.001	1.317,14
Silvana Romão Pinheiro	18184	01.04.027.0039.001	1.866,52
Tania Mara Camilo Gonçalves	10298	01.04.0200065.001	1.535,67
Valdecir de Moliner	10267	01.04.019.0027.001	1.339,96
Vanderlei Candido	26266	01.04.013.0314.001	1.036,00
Vilson Broca	10274	01.04.019.0122.001	1.518,14
Volnei Menegali	10297	01.04.020.0051.001	1.537,31
Volnei Menegali	10365	01.04.023.0081.001	1.316,26
Volnei Menegali	10266	01.04.018.0122.001	1.320,86
Walter Neuhaus	10211	01.04.013.0222.001	1.448,46
Zacaron Ind. Alimenticia Ltda	10367	01.04.023.0108.001	1.317,14

Forquilha, 10 de setembro de 2014.
Ademir Brandielle Pedro
Secretário de Administração e Finanças

Notificação de Lançamento da Contribuição de Melhoria Que Versa Sobre A Pavimentação da Rua Nilton Guinzani - Bairro Vila Lourdes. Lei Nº 1.947 de 30/12/2013

PUBLICAÇÃO LEGAL

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na LEI Nº 1.947 DE 30/12/2013, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que se encontram em local incerto e não sabido e/ou recusaram-se a assinar o recebimento do presente NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA que versa sobre a pavimentação da Rua Nilton Guinzani - Bairro Vila Lourdes.

CONTRIBUINTE	CAD	INSCRIÇÃO	VALOR
Mara Rosane Azevedo da Silva	18150	01.03.013.0718.001	1.758,26
Jocilon Coelho	2877	01.03.013.0717.001	2.072,18
Andre Correa	18072	01.03.013.0719.001	1.767,05

Forquilha, 10 de setembro de 2014.
Ademir Brandielle Pedro
Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

Aviso do Pregão Presencial Nº 0119/2014-PMF Rp 0064

Aviso de Pregão Presencial Nº 0119/2014 - PMF
Registro de Preços Nº 0064/2014 - PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições em contratações futuras de areia média para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (FMS, SANEFRAI e FME) durante o período de outubro de 2014 a março de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 03.10.2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 18 de setembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0246/2014

DECRETO Nº 0246, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2219 de 19 de fevereiro de 2014.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento da Prefeitura Municipal de Fraiburgo para o exercício de 2014 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

06.00 - Secretaria de Finanças		
06.01 - Secretaria de Finanças		
04.123.0004.2.011 - Manutenção da Secretaria de Finanças		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (274)	R\$	10.000,00
11.00 - Secretaria de Ação Social		
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0020.2.046 - Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social		
3.3.90.00 - Aplicações Diretas 0.3.0200 (300)	R\$	20.000,00
Total	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superavit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2013, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

FRAIBURGO, 19 DE SETEMBRO DE 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Garopaba

PREFEITURA

Aviso de Licitação Pe078/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 078/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de ração para animais que se encontram sobre os cuidados do Departamento de Bem Estar Animal da Secretária de Saúde deste Município. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 14h00min do dia 03/10/2014. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 03/10/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 19 de setembro de 2014.
Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pe081/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 081/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo para aquisição de veículos para o Corpo de Bombeiros Militar de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 15h00min do dia 03/10/2014. A sessão pública será realizada a partir das 15h10min do dia 03/10/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 22 de setembro de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE083/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 083/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo para contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de postes de concreto de uso do setor da COSIP da Secretária

de Infra Estrutura e Serviços urbanos de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site www.cidadecompras.com.br até as 17h00min do dia 03/10/2014. A sessão pública será realizada a partir das 17h10min do dia 03/10/2014, no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba, 22 de setembro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

LEI Nº 1.834, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.834, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 655, DE 24 DE AGOSTO DE 1999 E dá outras providências.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O cargo de Fisioterapeuta, dos Quadros I - Efetivos e III - Função e Habilitação, da Lei Municipal n.º 655/99, passa a vigorar com remuneração de R\$ 2.600,00 (dois mil seiscentos reais).

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Lei Nº 1.835, de 19 de Setembro de 2014

LEI Nº 1.835, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A GUARDA, O DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS, REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO, BEM COMO SOBRE O SERVIÇO DE REMOÇÃO DE VEÍCULOS EM DECORRÊNCIA DE INFRAÇÃO A LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO NAS VIAS PÚBLICAS DESTA MUNICÍPIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Garopaba responsável pela remoção, guarda depósito e venda de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, por infração à legislação de trânsito, nas vias públicas abertas a livre circulação deste Município.

§ 1º A responsabilidade pela remoção, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação, poderá ser transferida a terceiros interessados que vencerem procedimento licitatório, realizado para esta finalidade.

§ 2º A exploração deste serviço, poderá ser realizado diretamente ou delegado, através de procedimento licitatório específico exclusivamente a pessoa jurídica de direito privado.

§ 3º Caso a exploração deste serviço seja realizada por terceiro, o

contratado deverá cumprir as seguintes exigências:

I - ter local apropriado na área urbana do Município, com devido "habite-se", cercado, iluminado, e que ofereça um serviço de segurança e recepção 24 horas por dia, a fim de atender tanto os agentes de autoridades de trânsito, assim definidos na legislação de trânsito, quanto público em geral, bem como zelar pela total segurança dos veículos do qual passa a ser depositário fiel;

II - ter área coberta que proporcione o abrigo de no mínimo 20 (vinte) automóveis e 20 (vinte) motocicletas;

III - receber todo e qualquer veículo, assim classificados no art. 96 da Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997 (Código de trânsito Brasileiro - CTB), quando devidamente apreendidos, removidos, ou retirados de circulação pelos Agentes da Autoridade de Trânsito, exceto aqueles de tração animal;

IV - cobrar pela permanência do veículo no depósito o valor máximo, previsto na tabela, anexo a esta Lei;

V - receber e liberar os veículos somente para seus proprietários e unicamente com autorização da autoridade de trânsito responsável pelo

CITRAN, sediada no Município, ou por pessoa por esta designada, uma vez atendidas as exigências da legislação de trânsito;

VI - possuir livro de registro diário do qual deve constar, no mínimo:

a) identificação dos veículos recebidos;

b) nome, endereço e identificação do proprietário ou condutor;

c) data e hora de recebimento;

d) nome e identidade do agente de trânsito responsável pela medida

Administrativa;

e) data e saída do veículo.

§ 1º O explorador desta atividade, sujeitar-se a vistoria semestral realizada pelo Diretor do Departamento Municipal de Trânsito do Município de Garopaba - DEMUTRAN, Comandante da Polícia Militar no Município, Chefe da CITRAN ou por qualquer pessoa, por uma dessas autoridades designada, a fim de verificar o cumprimento dos dispositivos desta Lei.

§ 2º O não cumprimento de quaisquer dos dispositivos desta Lei sujeitará o referido explorador a sanções que poderão variar de uma multa no valor de até 440 UFIRs, a perda do contrato, através de rescisão unilateral do contrato por parte do Município, sem o pagamento de nenhuma espécie de indenização por parte deste e sem o prejuízo de outras medidas previstas em Lei.

Art. 2º O disposto nos incisos II à V do artigo anterior, aplica-se ao Município, no caso de exploração direta;

Art. 3º Para fins de cumprimento da legislação de trânsito, o serviço de remoção de veículo ao depósito de que trata esta Lei, deverá ser feito por pessoa jurídica de direito privado, vencedor do procedimento licitatório contratado junto ao órgão designado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, que fixará os requisitos necessários para a operação e outras condições de funcionamento.

§ 1º O preço a ser cobrado pelo serviço de remoção de veículos é o constante da tabela apresentada pelo vencedor do procedimento licitatório.

§ 2º A operação do serviço de remoção de veículos obedecerá a um sistema que possibilite o acionamento da empresa contratada, pelo órgão de trânsito solicitante, na medida em que for havendo demanda por esse serviço.

Art. 4º Após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, os veículos apreendidos ou removidos por seus proprietários, serão levados à hasta pública pelo Poder Público Municipal, deduzindo-se do valor arrecadado os débitos referentes a multas, tributos, encargos legais e débitos com o estacionamento e o restante, se houver, depositado à conta do ex-proprietário, na forma do art. 328, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Parágrafo Único - Não sendo o valor arrecadado suficiente para a

quitação dos débitos, o excedente será lançado em dívida ativa do Município para cobrança judicial.

Art. 5º O Poder Executivo Municipal, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação desta Lei, regulamentará a contratação e a operação das empresas prestadoras de serviço de remoção de veículos.

Art. 6º A tabela de que trata o artigo 1º desta Lei, será anualmente reajustado pelo INPC ou outro que venha a substituí-lo, acrescido pelo artigo 9º da Lei nº 1.808, de 22 de maio de 2014.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

ANEXO I

ÍTEM	SERVIÇOS	VALOR
1	Permanência de veículo em depósito por período de até 3 (três) dias	50,00
2	Permanência de motos em depósito por dia excedente ao previsto no item 1	20,00
3	Permanência de veículo de passeio em depósito por dia excedente ao previsto no item 1	25,00
4	Permanência de ônibus e caminhões em depósito por dia excedente ao previsto no item 1	80,00
5	Remoção de veículo até 10 km	120,00
6	Remoção de veículo, por km rodado acima de 10 km, adicionado ao valor previsto no item 5	5,00

LEI Nº 1.836, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 1.836, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 1.730/2013, QUE "Estabelece o pagamento de diárias, no âmbito do Poder Executivo, fixa valores e dá outras providências".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 10º da Lei Municipal n. 1.730, de 08/05/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10. O pagamento de diária será efetivado com base na seguinte tabela:

CARGOS	NO ESTADO	PARANÁ/ RIO GRANDE DO SUL	DEMAIS ESTADOS
PREFEITO	180,00	512,00	512,00
Vice-Prefeito	180,00	512,00	512,00
Agentes Políticos e Equiparados	120,00	350,00	400,00
Diretores e Coordenadores	120,00	350,00	400,00
Demais Cargos e Conselheiros Tutelares	100,00	200,00	350,00

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de Setembro de 2014.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Lei Nº 1.837, de 19 de Setembro de 2014

LEI Nº 1.837, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, com a finalidade de integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito, organizando-se na forma exigida pela lei 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro) e Resoluções do CONTRAN;

Parágrafo único: São órgãos do Sistema Municipal de Trânsito:

I - Órgão Executivo Rodoviário Municipal de Trânsito, em conformidade ao previsto no Art. 21 da lei 9.503/97 (CTB);

II - Órgão Executivo de Trânsito, conforme previsto no Art. 24 da lei 9.503/97 (CTB);

III - Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI), em conformidade ao previsto pelo Art. 16 da lei 9.503/97 (CTB);

IV - Fundo Municipal de Trânsito (FMT);

V - Comissão Municipal de Trânsito (CMT).

Art. 2º Fica criado o Departamento Municipal de Trânsito, doravante reconhecido com a sigla DEMUTRAN, como órgão e entidade executivo de trânsito e órgão executivo rodoviário, em nível municipal, tendo suas competências definidas nos Art. 21 e 24 do Código de Trânsito Brasileiro e Resoluções do CONTRAN.

§ 1º O DEMUTRAN, dentro da estrutura organizacional do Município, é órgão do Poder Executivo, incluído no item orçamentário próprio, denominado Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

§ 2º Para estudos de engenharia de tráfego e elaboração de projetos, o DEMUTRAN utilizará do quadro técnico da Secretaria Municipal de Infra-estrutura, da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial e Meio Ambiente e demais instituições vinculadas à Prefeitura Municipal de Garopaba, que disponham serviços de engenharia civil e ou viária.

Art. 3º Fica criada a Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, que funcionará junto ao DEMUTRAN, como órgão colegiado responsável pelos julgamentos dos recursos interpostos contra as penalidades por eles imposta.

§ 1º A competência da JARI, está disposta no Código de Trânsito Brasileiro e terá regimento próprio, criado através de Decreto do Poder

Executivo Municipal, observado o disposto no artigo 12, inciso VI, da Lei 9.503/97, e, Resolução 357/10 do CONTRAN.

§ 2º A JARI será composta pelos seguintes membros:

I - 1(um) representante titular e 01(um) suplente do órgão que impôs a penalidade;

II - 1 (um) representante titular e 01(um) suplente indicado pela entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito

III - 1 (um) representante titular e 01 (um) suplente com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio

IV - 1 (um) secretário para secretariar as reuniões da JARI

§ 3º O mandato dos membros da JARI terá duração de 02 (dois) anos, permitida recondução.

§ 4º Cada membro da Junta Administrativo de Recursos de infrações - JARI fará jus a uma remuneração por reunião, a título de JETON, correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo nacional, limitado a realização de até 06 (seis) reuniões durante o ano.

Art. 4º Os conceitos e definições estabelecidos para os efeitos desta Lei são os constantes do Anexo I, do Código de Trânsito Brasileiro, bem como das resoluções dos órgãos de deliberações de trânsito.

Art. 5º O DEMUTRAN possui a seguinte composição:

I - Diretoria;

II - Coordenadoria de Trânsito;

III - Coordenadoria de Educação de Trânsito;

IV - Comissão Municipal de Trânsito.

§ 1º O Diretor, os demais integrantes do DEMUTRAN e membros da Comissão Municipal de Trânsito, serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

§ 2º A Comissão Municipal de Trânsito não possuirá função deliberativa, sendo órgão consultivo e de assessoramento do DEMUTRAN, tendo seu funcionamento regulamentado por regimento interno oficializado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º O Diretor do DEMUTRAN é a Autoridade de Trânsito, subordinado ao Secretário de Infra-Estrutura, sendo o cargo criado em comissão, de livre nomeação e exoneração.

Parágrafo Único - Autoridade de Trânsito, segundo define o Código de Trânsito Brasileiro, é o dirigente do órgão ou entidade executivo integrante do Sistema Nacional de Trânsito ou pessoa por ele expressamente credenciada.

Art. 7º Para o cumprimento das finalidades a que se destina, o DEMUTRAN tem a seguinte composição orgânica e estrutural:

I - Diretamente ligado ao Gabinete do Secretário de Infra-Estrutura:

a) Fundo Municipal de Trânsito (FMT);

b) Junta Administrativa de Recursos de Infrações (JARI);

c) Coordenadoria de Trânsito;

d) Coordenadoria de Educação de Trânsito;

e) Comissão Municipal de Trânsito (CMT).

Parágrafo Único - O Fundo Municipal de Trânsito será criado através de Lei Municipal própria, conforme dispõe o Código de Trânsito e Resoluções concernentes.

Art. 8º Para sua operacionalização o DEMUTRAN firmará convênio para o apoio das seguintes situações:

I - Serviços de Informática e Sistematização, sistematizando a emissão de autos, notificações, arrecadações e estatística;

II - Serviços de Operacional Técnica, para pinturas, sinalizações, pequenas obras e semaforicas, etc;

III - Serviços de Atendimento ao Público, informações, protocolo, recebimentos de recursos, solicitações, sugestões do público, e para registro, emplacamento, licenciamento e autorização para dirigir veículos de propulsão humana ou tração animal;

IV - Serviços de Educação de Trânsito, planejar, projetar e implantar programas e ações Educacionais na área de Trânsito;

§ 1º O Coordenador Administrativo de Trânsito, assessora o Diretor do DEMUTRAN, interligando-se diretamente na funcionalidade e operacionalidade das seções, sendo o cargo criado em comissão, de livre nomeação e exoneração.

§ 2º O Coordenador de Educação de Trânsito, em conjunto com o Diretor do DEMUTRAN, será responsável pela implantação do

programa de educação de trânsito nas escolas, bem como demais ações para a sociedade.

§ 3º Os serviços deste dispositivo, terão pormenorizados, seus procedimentos e tarefas em regimento interno do DEMUTRAN, devidamente aprovado pelo Prefeito Municipal e Secretário Municipal de Infra estrutura

§ 4º Poderá o Município firmar convênio com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, objetivando a fiscalização e cumprimento das normas estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, através dos seus agentes de trânsito.

Art. 9º Compete ao DEMUTRAN, como órgão executivo de trânsito urbano e rodoviário do Município, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e animais e promover o desenvolvimento da circulação e da segurança de ciclistas;

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre acidentes de trânsito e suas causas;

V - estabelecer, em conjunto com órgão de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, leis concernentes e devidas resoluções, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII - aplicar as penalidades de advertência e multa, por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, bem como em leis concernentes e resoluções dos órgãos de trânsito, dentro de sua competência;

VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotações dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - fiscalizar, aplicar penalidades e arrecadar multas referentes ao contido no Art. 95 e parágrafos do Código de Trânsito Brasileiro, referente a obras e eventos que possam perturbar ou interromper a livre circulação;

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI - arrecadar valores provenientes da estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas, através de talonário próprio recolhido aos cofres públicos;

XII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escolta e transporte de carga indivisível;

XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência;

XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI - planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de propulsão humana e tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações;

XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;

XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob a coordenação do respectivo CETRAN;

XX - apoiar órgãos específicos fiscalizadores do nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos por veículos automotores ou pela sua carga;

XXI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;

XXII - sistematizar, normatizar e estabelecer procedimentos para imposição, notificação e arrecadação das multas;

XXIII - gerir e administrar o Fundo Municipal de Trânsito, através da Secretaria de Infra-Estrutura, aplicando sua receita conforme determina o artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro;

XXIV - sistematizar, normatizar e estabelecer procedimentos para registro e licenciamento de veículos à propulsão humana e tração animal;

XXV - regulamentar as operações de carga e descarga;

XXVI - regulamentar e estruturar o transporte individual e coletivo de passageiros e do transporte escolar, conforme legislação vigente;

XXVII - informar o CONTRAN sobre o cumprimento das exigências definidas nos parágrafos 1º e 2º, do Art. 333, do Código de Trânsito Brasileiro;

XXVIII - estabelecer, através de Lei, o Regimento Interno da JARI, estatuído pelo Código de Trânsito Brasileiro e Portarias concernentes;

§ 1º O DEMUTRAN, sempre que necessário, dentro da realidade local, em obediência a legislação de trânsito, emitirá Resoluções Municipais de Trânsito.

Art. 10º O Poder Público Municipal, através do DEMUTRAN, poderá celebrar convênio delegando atividades previstas nesta Lei, com vista à maior eficiência, segurança para os usuários da via, bem como, interligação aos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, para rapidez no processamento, notificações e recolhimento às multas.

Art. 11º As multas deverão ser recolhidas aos cofres públicos municipais em conta especificada do FMT e as despesas serão realizadas através dessas receitas, geridas pela Secretaria de Infra-Estrutura, de acordo com a inteligência do artigo 320 do Código de Trânsito Brasileiro;

Art. 12º Compete ao Diretor do DEMUTRAN, como autoridade de trânsito, na esfera das competências estabelecidas no Código de Trânsito Brasileiro, leis e resoluções concernentes:

I - zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito, com atenção ao disposto no artigo anterior.

II - julgar nos termos do Art. 281 do Código de Trânsito Brasileiro, a consistência dos autos de infrações de competência do Município, aplicando penalidades ou o que determina o parágrafo único do citado Art., respeitando-se o amplo direito à defesa prévia;

III - registrar e licenciar veículos de propulsão humana e animal;

IV - expedir autorização para dirigir veículo à propulsão humana e animal;

V - providenciar depósito do valor devido, constante do parágrafo único do Art. 320 e Resolução CONTRAN 335/09, ao Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (FUNSET);

VI - permitir a realização de provas ou competições desportivas, inclusive seus ensaios, em via aberta a circulação, mediante prévia solicitação, satisfeitas as exigências de autorização da confederação esportiva, caução, fiança seguro e custos arbitrados;

VII - aprovar previamente, projetos de sinalização de vias pavimentadas, em logradouros, loteamentos, condomínios, mediante o recolhimento das taxas previstas;

VIII - autorizar a abertura de via pavimentada ao trânsito, após sinalização vertical e horizontal, cumprindo-se o inciso anterior;

IX - salvo casos de emergência, informar por meios de comunicação social, com quarenta e oito horas de antecedência, de qualquer interdição de via, indicando-se os caminhos alternativos;

X - propor ao Prefeito Municipal, a realização de convênios mencionados e necessários à execução desta Lei;

Art. 13º O agente de Trânsito, por força do convênio com a Secretaria do Estado de Segurança Pública, terá as seguintes atribuições:

I - lavrar auto de infração de competência do Município, conforme dispõe o Código de Trânsito Brasileiro, leis e resoluções concernentes;

II - adotar as medidas administrativas de sua competência;

III - zelar pelos talonários de autos de infração de trânsito municipais, como impresso e documento público, e equipamentos tecnológicos sendo responsável pela sua guarda;

IV - entregar os autos confeccionados no prazo determinado pelo DEMUTRAN, inclusive, os anulados e inutilizados por qualquer razão; e

V - manter-se atualizado, das normas, resoluções, e diretrizes de trânsito.

Parágrafo Único - A partir de sua nomeação ou designação, a Autoridade de Trânsito, entra no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito, nos termos do inciso VI, do Art. 24 do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 14º O DEMUTRAN expedirá resoluções para melhor estruturação do trânsito, na esfera municipal.

Art. 15º Nas vias internas pertencentes a condomínios constituídos por unidades autônomas, e loteamentos a serem implantados e em fase de implantação e ou regularização, a competência para a implantação e sinalização regulamentadora deverá ser o órgão executivo de trânsito, ficando à custa para o condomínio particular, após aprovação dos projetos pelo DEMUTRAN.

Parágrafo Único - Faculta-se ao condomínio ou loteamento, requerer ao DEMUTRAN, para que elabore projeto e promova à respectiva implantação do disposto no caput deste artigo desde que arquem com o custo da obra e serviços, depositando previamente ao FMT, o valor orçado.

Art. 16º Os condomínios referidos no artigo anterior, situados em Garopaba, deverão apresentar projetos de sinalização ao DEMUTRAN, até 90 (noventa) dias da aprovação e publicação da presente Lei, e implantá-lo nos 60 (sessenta) dias subsequentes à aprovação do projeto.

Art. 17º A Semana Nacional de Trânsito será comemorada anualmente, no período compreendido entre 18 e 25 de setembro, conforme dispõe o art. 326, do Código de Trânsito Brasileiro.

Parágrafo Único - A Coordenação Educacional de Trânsito terá suporte pedagógico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 18º Aprovada e sancionada a presente Lei, o Poder Executivo Municipal em 30 (trinta) dias nomeará os membros do DEMUTRAN, adotando providências para sua organização e funcionamento.

Art. 19º As despesas decorrentes com a aplicação desta Lei, correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementadas, se necessário.

Art. 20º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente, a Lei 1.808 de 22 de maio de 2014.

Art. 21º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 19 de Setembro de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 22/09/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva**PREFEITURA****Republicação Portaria Nº 420/2014**

PORTARIA Nº 420, de 12 de setembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 045/09 DE 15/10/09 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1o. Demitir, por extinção do contrato de trabalho por tempo determinado, JOYCE DELANE DE MELO, do cargo de Professora Nível I, admitido através da Portaria nº. 184/2014, de 01 de abril de 2014.

ART. 2o. Esta Portaria entra em vigor a contar de 12 de Setembro de 2014.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar**PREFEITURA****Decreto Nº 6.086, de 18 de Setembro de 2014**

DECRETO Nº 6.086, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

cria COMISSÃO ESPECIAL PARA APROVAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES DE INICIATIVA PRIVADA - CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014 - QUE TEM POR OBJETO O PROCEDIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE, PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E ESTUDOS QUE CONTEMPLAM, A PARTIR DA CONCEPÇÃO DO PROJETO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO REALIZADO PELO MUNICÍPIO E A PARTIR DA REALIDADE LOCAL, CENÁRIOS TÉCNICOS, JURÍDICOS, ECONÔMICOS E FINANCEIROS PARA A UNIVERSALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DE GESTÃO COMERCIAL DESSES SERVIÇOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de aprovação das manifestações de iniciativa privada, referente à chamada pública nº 01/2014, que tem por objeto o procedimento de solicitação de manifestação de interesse, para apresentação de propostas e estudos que contemplem, a partir da concepção do projeto de esgotamento sanitário realizado pelo município e a partir da realidade local, cenários técnicos, jurídicos, econômicos e financeiros para a universalização e modernização dos sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de gestão comercial desses serviços, sendo composta pelos seguintes membros:

- I - Mara Lucy Ascoli - SAMAE;
- II - Fernanda Gelatti - SAMAE;
- III - Soly Waltrick Antunes Filho - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;
- IV - Gercio Issao Kussunoki - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;
- V - Gilberto Rodrigo Goedert - Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento;
- VI - Jeferson Debus - Secretaria de Administração e Finanças;
- VII - José Carlos Schramm - Procuradoria Geral do Município;
- VIII - Sabrina Hostins Gamba - Secretaria de Transportes e Obras;
- IX - Mariana Andresa Bernardi - Secretaria de Transportes e Obras.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº 6.085, de 15 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 6.085, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.

EXONERA O SERVIDOR EMERSON MAURICIO COSTODIO BARTH, DO CARGO DE DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado o servidor EMERSON MAURICIO COSTO-DIO BARTH, ocupante do cargo de Diretor de Fiscalização, a partir de 14/09/2014, nomeado pelo Decreto nº 3.201/2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14/09/2014.

Gaspar, 15 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

LEI Nº 3.604, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

LEI Nº 3.604, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.

ALTERA REMUNERAÇÃO DE CARGO SOB REGIME DE EMPREGO PÚBLICO QUE MENCIONA.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a remuneração do emprego público de Agente Comunitário de Saúde para R\$ 1.014,00 (um mil e quatorze reais), constante no Anexo I da Lei Municipal nº 2.789/2006 e Anexo I da Lei Municipal nº 2.786/2006.

Art. 2º Fica revogado o artigo 1º da Lei Municipal nº 3.413, de 23 de março de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 17 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Republicação Lei 3.603/2014.

LEI Nº 3.603, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O orçamento do Município de Gaspar para o exercício de 2015 será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Municipal de acordo com o Plano Plurianual 2014/2017;

II - a estrutura dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições sobre dívida pública municipal;

V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 2º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2015 são aquelas definidas nos Anexos I, II e III desta Lei (art. 4º, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), desdobradas nas seguintes tabelas:

I - ANEXO I - Anexo de Metas Fiscais:

a) Demonstrativo das Metas Anuais;

b) Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais nos Três Exercícios Anteriores;

c) Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

d) Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a Alienação de Ativos;

e) Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e

f) Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

g) Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

II - ANEXO II - Anexo de Metas Físicas priorizadas para o exercício de 2015:

a) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção do Legislativo;

b) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Programa Vereador Mirim;

c) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Aquisição da Sede Própria da Câmara Municipal;

d) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Gestão do Gabinete e Políticas Públicas;

e) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Manutenção da Diretoria de Comunicação;

f) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Administração e Finanças;

g) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Secretaria de Administração e Finanças;

h) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Procuradoria do Município;

i) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão Área da Cultura;

j) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação Infantil;

k) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão de Educação de Ensino Fundamental;

l) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio;

m) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Fundo Municipal de Saúde;

n) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Gestão do Fundo Municipal de Saúde;

o) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão na Área de Desenvolvimento Social;

p) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Centro Educativo Maria Hendricks;

q) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do Fundo Municipal de Assistência Social;

r) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;

s) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente;

t) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para o Apoio ao Desenvolvimento Agrícola;

u) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Secretaria de Transportes e Obras;

v) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Diretoria de Trânsito - DITRAN;

w) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar;

x) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Polícia Civil;

y) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar;

z) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Construção, Manutenção e Melhorias na Infra-Estrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento;

aa) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de unidades habitacionais;

bb) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu;

cc) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão da Fundação Municipal de Esportes;

dd) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência da Fundação Municipal de Esportes;

ee) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Gestão do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto; e

ff) Demonstrativo das Metas Físicas Priorizadas para a Reserva de Contingência do SAMAE;

III - ANEXO III - Anexo de Riscos Fiscais:

a) Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º Os recursos estimados na lei orçamentária para 2015 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos I, II e III desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para 2015, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

§ 3º O anexo de prioridades e metas conterà, no que couber, o disposto no § 2º do artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 4º, § 1º, da LRF).

§ 4º O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento da saúde.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 3º O orçamento para o exercício financeiro de 2015 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional do Município.

Parágrafo único. As eventuais alterações e modificações da estrutura da Administração Direta e Indireta, realizadas até a aprovação do orçamento, serão consideradas quando da elaboração deste.

Art. 4º Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata o inciso VI, do art. 167 da Constituição Federal, serão identificadas por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º A Lei Orçamentária para 2015 evidenciará as receitas e as despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aquelas vinculadas a Fundos, Fundação e Autarquia, desdobradas as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com a Portaria Interministerial nº. 163/2001 e a Portaria 633/2006 do Ministério da Fazenda e demais alterações posteriores, na forma dos seguintes Anexos:

I - demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas (Anexo I da Lei 4.320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

II - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

III - resumo geral natureza da despesa (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IV - programa de trabalho (Anexo VI da Lei 4.320/64 e Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

V - programa de trabalho de governo - demonstrativo de funções, subfunções e por projetos e atividades (Anexo VII da Lei 4.320/64 e Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VI - demonstrativo da despesa por funções e subfunções conforme o vínculo com os recursos (Anexo VIII da Lei 4.320/64 e Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

VII - demonstrativo da despesa por órgãos e funções (Anexo IX da Lei 4.320/64 e Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 08/85);

VIII - demonstrativo da despesa até modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária (Anexo II da Lei 4.320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN Nº. 8/85);

IX - demonstrativo da evolução da receita realizada dos três últimos exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projetada para dois exercícios seguintes conforme disposto no artigo 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - demonstrativo da evolução da despesa realizada até modalidade de aplicação dos dois últimos exercícios, da fixada para o exercício de 2014 e para o exercício de 2015;

XI - demonstrativo dos riscos fiscais considerados para 2015 (art. 5º, III, da LRF);

XII - demonstrativo da apuração do resultado primário e nominal para o exercício de 2015, art. 4º, §1º e art. 9º da LRF.

Parágrafo único. Os orçamentos dos Fundos, Fundação e Autarquia que acompanham o Orçamento Geral do Município evidenciarão

suas receitas e despesas conforme disposto no "caput" deste artigo.

Art. 6º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, previsão para 2014 2015, 2016 e 2017, com justificativa da estimativa para 2015, acompanhado de metodologia e memória de cálculo (art. 12, da LRF);

II - quadro demonstrativo da evolução da despesa em nível de função e subfunção, dos exercícios de 2011, 2012 e 2013, fixadas para 2014 e 2015;

III - quadro demonstrativo da dívida fundada, saldo em 31/12/2013, desembolso do principal e acessórios nos exercícios de 2014, 2015, 2016 e 2017;

IV - justificativa sobre as estimativas de renúncia de receita para o exercício de 2015;

V - demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

VI - demonstrativo do aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

VII - demonstrativo da aplicação das receitas de alienações e de operações de crédito se for o caso.

CAPÍTULO IV DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º O orçamento para o exercício de 2015 obedecerá ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo o Poder Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundação e Autarquia (art. 1º, § 1º e art. 4º, I, "a", da LRF).

Art. 8º Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2015 deverão observar as alterações da legislação tributária, variação do índice de preços, incentivos fiscais autorizados, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios, e qualquer outro fator relevante.

Art. 9º Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, o Poder Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas abaixo (art. 9º da LRF):

I - eliminação de despesas com horas extras, observadas as situações previstas nesta Lei;

II - redução de investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 10. A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá no exercício de 2015, a 10% (dez por cento) da RCL (Receita Corrente Líquida) apurada no exercício de 2014.

Art. 11. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo III

desta Lei (art. 4º, § 3º, da LRF).

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência, do excesso de arrecadação, da redução de despesas discricionárias e do superávit financeiro do exercício de 2014.

§ 2º Sendo esses recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 12. O orçamento para o exercício de 2015, de cada uma das Unidades Gestoras, poderá contemplar recursos para a reserva de contingência, limitados a até 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender aos passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo III desta Lei (art. 5º, III, "d", da LRF).

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e à manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor.

Art. 13. Os investimentos com duração superior a doze meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º, da LRF).

Art. 14. O Executivo Municipal deverá elaborar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para suas unidades gestoras (art. 8º da LRF).

Art. 15. O Poder Executivo poderá firmar convênios com outras esferas de governo, entidades particulares ou públicas, visando o desenvolvimento do programa de governo, bem como obras e serviços de competência do Município ou não.

Art. 16. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa (art. 8º, § único, da LRF).

§ 1º Os recursos vinculados, oriundos de convênios e operações de crédito, não serão considerados na apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Os recursos de Convênios, Operações de Crédito, Contratos de Repasse a Fundo Perdido, Emendas Parlamentares e Termos de Responsabilidade firmados com a União e o Estado não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, servirão como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar, através de Decreto do Executivo e abertura de crédito especial, através de lei.

Art. 17. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2015, são as constantes do Anexo I, Tabela 7, desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I, da LRF).

Art. 18. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades beneficiará somente aquelas de caráter educativo, cultural, de saúde, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica (art. 4º, I, "f" da LRF).

§ 1º Não se aplica o disposto neste artigo às contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas às quais o Município for associado.

§ 2º As entidades beneficiadas com recursos do Município deverão prestar contas dos valores recebidos no prazo de sessenta dias, contados da data do repasse, ficando impedidas de receberem novos recursos enquanto não atendido o disposto neste parágrafo.

Art. 19. Para efeito do disposto no artigo 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de ação governamental nova cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não exceda ao valor, para bens e serviços, dos limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do artigo 24 da Lei 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º, da LRF).

Art. 20. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 21. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 22. A previsão das receitas e a fixação das despesas serão avaliadas para o exercício de 2015 a preços estimados de dezembro de 2014.

Parágrafo único. Na fixação do orçamento para o exercício financeiro de 2015 será destinado ao Poder Legislativo o percentual de até 6% (seis por cento) da receita direta do orçamento da Prefeitura do Município de Gaspar, ou seja, do orçamento da Administração Direta.

Art. 23. A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada programa, projeto, atividade ou operação especial, poderá ser feita por decreto do Prefeito Municipal (art. 167, VI, da CF).

Parágrafo único. Sempre que expedido decreto para detalhamento de saldos de dotações de despesa, ou para seu remanejamento, dentro de cada programa, projeto ou atividade, cópia deverá ser enviada à Câmara de Vereadores.

Art. 24. Durante a execução orçamentária de 2015, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos ou atividades no orçamento das Unidades Gestoras, na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício, constantes do Anexo II desta Lei e alterações posteriores.

Art. 25. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 26. A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais será considerada por fonte de recurso.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 27. Obedecidos aos limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2015, destinadas a financiar despesas de capital previstas no orçamento, com exceção das operações afetas ao Programa de Modernização da Administração Tributária (PMAT) e ao Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), que poderão destinar-se

também ao financiamento de despesas correntes.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 28. O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens diretamente ou através de convênios e, por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 169, parágrafo 1º, II, da CF).

§ 1º A revisão geral e anual à remuneração dos servidores e subsídios será concedida pelo índice de inflação oficialmente divulgado e acumulado nos últimos doze meses à concessão da revisão.

§ 2º Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento.

Art. 29. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo obedecerá aos limites prudenciais de 51,30% (cinquenta e um vírgula trinta por cento) e 5,70% (cinco vírgula setenta por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

Art. 30. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 22, parágrafo único, V, da LRF).

Art. 31. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (arts. 19 e 20 da LRF):

I - eliminação das despesas com horas extras;

II - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32. Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Gaspar ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33. A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34. O Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei para reformulação da legislação tributária, podendo conceder benefícios fiscais, isenção e remissão tributária aos contribuintes, devendo, nesses casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estimativa do seu impacto, e atender ao disposto no artigo 14 da LRF.

Art. 35. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 14, § 3º, da LRF).

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. O Executivo Municipal enviará até o dia 30 de setembro de 2014 a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e devolverá para sanção até o dia 30 de novembro de 2014.

§ 1º As emendas à Lei do Orçamento, depois de aprovadas, serão encaminhadas ao Executivo Municipal para processamento e envio dos relatórios respectivos ao Legislativo para propiciar a preparação da redação final.

§ 2º Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2015, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício anterior, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender aos riscos fiscais previstos.

Art. 37. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 38. A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas de forma a demonstrar o custo de cada ação.

Art. 39. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 41. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 12 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito

Anexo II - Manutenção do Legislativo

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Folha de Pagamento e Encargos Sociais	Servidores Ativos, Inativos, Bolsistas e Vereadores	Servidores	45
Manutenção das Atividades em Geral	Sessões	Unidades	60

Aquisição e locação de softwares	Unidades	Unidades	15
Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Unidades	75
Realização de Concurso Público.	Unidades	Unidades	1
Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal	Unidades	Unidades	25
Publicidade do Legislativo	Unidades	Contratos	6

Anexo II - Programa Vereador Mirim

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manutenção do programa Vereador Mirim.	Sessões	Sessões	20
Despesas com Processo Eleitoral do Programa Vereador Mirim	Alunos	Alunos	5.000

Anexo II - Aquisição/Construção da Sede Própria

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Aquisição/Construção de Imóvel	Área	M²	4.500
Aquisição de Materiais Permanentes	Unidades	Unidades	1.000

Anexo II - Gestão do Gabinete e Políticas Públicas

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas (GEMADS e PROCON)	Secretaria	Unidade	1
Manutenção da Defesa Civil	Defesa Civil	Unidade	1
Manutenção da Superintendência do Belchior	Superintendência	Unidade	1
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos e Material Permanente	Unidade	10

Anexo II - Manutenção da Diretoria de Comunicação

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manutenção da Comunicação	Imprensa	Unidade	1
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos Material Permanente	Unidade	8

Anexo II - Gestão da Secretaria de Administração e Finanças

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Modernização Administrativa e Fiscal	Administração	Unidade	1
Manutenção da Secretaria Administração e Finanças	Secretaria	Unidade	1
Encargos Especiais	Encargos	Unidade	10
Aquisição, Reforma e Construção da Sede	Sede	Unidade	1
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamentos e Material Permanente	Unidade	50

Anexo II - Reserva de Contingência

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Anexo II - Gestão do Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Aquisição de Veículos	Veículo	Unidade	1
Aquisição de Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Unidade	30
Apoio a Segurança Pública	Corpo de Bombeiros	Unidade	1
Construção da Sede	Sede	Unidade	1

Anexo II - Gestão Área da Cultura

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Eventos Culturais	Eventos	Quantidade	15
Manutenção do Centro Cultural Museu, Biblioteca e Casa das Oficinas	Manutenção	Cultura	1
Construção sede própria Biblioteca Municipal	Construção	Unidade	1
Reforma e Ampliação da Casa das Oficinas Culturais	Construção	Unidade	1
Biblioteca Itinerante	Alunos	Número	5000
Festival Escolar Regional de Dança	Eventos	Festival	1

Anexo II - Gestão de Educação Infantil

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Construção, Ampliação e Reforma de CDI e Salas Multifuncionais	Área	M²	1.100
Manutenção da Educação Infantil	Alunos	Número	2.900
Merenda Escolar	Alunos	Número	2.900
Aquisição de Material Permanente	Equipamentos e Material Permanente	Unidade	100
Aquisição de Imóveis	Terreno	Unidade	1

Anexo II - Gestão de Educação de Ensino Fundamental

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Construção, Ampliação e Reforma da SEMED, Escolas, Quadras Esportivas e Laboratórios e Salas Multifuncionais	Área	M²	1.500
Manutenção da Educação Fundamental	Alunos	Número	4.200
Transporte Escolar	Alunos	Número	1.050
Merenda Escolar	Alunos	Número	4.200
Aquisição de Equipamento e Material Permanente	Unidade	Unidade	150
Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	1

Projetos Pedagógicos	Projeto	Unidade	2
----------------------	---------	---------	---

Anexo II - Gestão da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manutenção das ações da Secretaria	Manutenção	Unidade	1
Incentivo Econômico a Empresas	Empresas	Unidade	3
Incentivo a economia solidária/cooperativas/incubadoras	Empresas	Unidade	4
Participação em Feiras e Eventos	Feiras	Unidade	5
Construção de Centro de Eventos/Pórtico	Centro de Eventos	Unidade	1
Aquisição de equipamentos e materiais permanentes	Equipamentos	Unidade	10
Manutenção Sábado na Praça	Edições	Unidade	5
Festival de Inverno	Edições	Unidade	1
Gaspar Natal em Festa	Edições	Unidade	1
Semana Aniversário Município	Edições	Unidade	1
Projeto Gaspar Cidade Rio	Projeto	Etapa	1

Anexo II - Gestão da Secretaria de Transportes e Obras

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	Lâmpadas Iluminação Pública	Unidades	13.000
Manutenção da Secretaria de Obras	Secretaria	Secretaria	1
Construção de Vias Públicas	Ruas	Rua	1
Pavimentação de Ruas	Ruas Pavimentadas	M²	25.607
Aquisição de Veículos	Veículos	Unidades	2
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente e Máquinas	Máquinas e Equipamentos	Unidades	11
Construção/Ampliação ou reforma do Imóvel da Secretaria	Edificação	M²	500
Dragagem e Desassoreamento de Cursos de Água	Desassoreamento de Valas	M	3.304

Anexo II - Gestão do DITRAN

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Desapropriação/Aquisição de Imóveis	Imóvel	Unidade	1
Implantação de Ciclovias	Área	Km	9
Implantação de Faixas Elevadas	Área	M²	600
Manutenção do Sistema de Monitoramento urbano	Sistema	Unidade	1
Manutenção da DITRAN	Diretoria de Trânsito	Unidade	1
Aquisição de Veículos da DITRAN	Veículos	Unidade	1
Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes	Equipamento Material Permanente	Unidade	5

Anexo II - Gestão do DITRAN

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Reforma e Ampliação da Sede da DITRAN	Imóvel	Imóvel	1
Manutenção de Área Azul	Área Azul	Unidade	1
Educação para o Trânsito	Cursos	Unidade	12

Anexo II - Gestão da Polícia Civil

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Aquisição Veículos	Veículos	Unidade	2
Aquisição Material Permanente	Equipamento e Material Permanente	Unidade	30
Manutenção Polícia Civil	Sede	Unidade	1
Construir e Equipar Nova Sede	Área	M²	1900

Anexo II - Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Aquisição Veículos/Motos-Trânsito PM	Veículo	Unidade	4
Aquisição Equipamentos/Materiais Permanente Trânsito PM	Equipamento e Material Permanente	Unidade	13
Manutenções da Polícia Militar Trânsito PM	Trânsito	Unidade	1
Projeto/Obras e Reformas Trânsito PM	Obras	Unidade	1
Aquisição Equipamentos/Materiais Permanente Radiopatrulha	Equipamento e Material Permanente	Unidade	7
Projeto/Obras e Reformas Radiopatrulha	Obras	Unidade	1
Manutenção do Quartel e Serviços de Radiopatrulha	Radiopatrulha	Unidade	1

Anexo II - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manutenção das ações da Secretaria	Secretaria	Secretaria	1
Aquisição de veículos	Veículo	Unidade	2
Qualificação e Pavimentação de Vias e Corredores	Ruas pavimentadas	M²	50.000
Urbanização de Assentamento Precário Jardim Primavera	Assentamento	Unidade	1
Construção de Pontos de ônibus	Pontos de ônibus	Unidade	10
Execução de Trabalhos Socioambiental	Trabalho	Unidade	1
Infraestrutura de Loteamentos	Loteamentos	Unidade	1
Serviços de Contenção de Encostas	Encostas	Unidade	1

Anexo II - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Instalação de Sistema de Esgoto Sanitário	Sistema	Unidade	1
Melhoria em sistema de Abastecimento de água	Obra	Unidade	1
Construção, Reforma e Ampliação de Terminais Rodoviários Urbanos	Terminais Rodoviários	Unidade	1
Conservação e manutenção do sistema de transporte coletivo	Transporte coletivo	Unidade	1
Implantação de ciclovias, bicicletários, pistas de caminhada e calçadas	Ciclovias	M²	8
Implantação de sistemas de drenagem pluvial e escoamentos de águas superficiais	Drenagem	Bairros	1

Anexo II - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Programa de regularização de assentamentos informais e cadastro imobiliário	Assentamento	Unidade	1
Implantação de equipamentos urbanos e melhorias em vias existentes	Implantação de infraestrutura	Unidade	1
Contratação de projetos técnicos	Projetos	Unidade	20
Revisão e complementação do plano diretor, e Geoprocessamento	Plano	Unidade	1
Aquisição de terrenos e desapropriações	Terreno	Unidade	5
Educação ambiental, paisagismo e arborização, urbanização de espaços públicos e proteção de encostas e áreas verdes	Plano	Unidade	3
Aquisição de equipamentos de informática, software, móveis e materiais permanentes	Equipamentos	Unidade	10

Anexo II - Construção, Manutenção e Melhorias na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Anel viário e via interbairros	Extensão	Km	2
Vigilância eletrônica e segurança pública e de espaços públicos.	Projeto	Unidade	2

Anexo II - Construção de Unidades Habitacionais

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Construção de Unidades Habitacionais e Locação Social.	Moradias	Unidade	101

Anexo II - Construção de Nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Obras de Infraestrutura do anel viário com Construção de nova Ponte sobre o Rio Itajaí-Açu	Ponte	Unidade	1

Anexo II - Gestão da Procuradoria do Município

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manutenção da Procuradoria Geral	Manutenção	Unidade	1
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente	Equipamento Material Permanente	Unidade	6
Aquisição de Veículo	Veículo	Unidade	1

Anexo II - Apoio ao Desenvolvimento Agrícola

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	Unidade	15
Aquisição de Veículos	Veículos	Unidade	2
Manutenção das Atividades Agrícolas	Secretaria	Unidade	1
Construção de Pontilhões	Pontes	Unidade	1
Eventos de Desenvolvimento e Fomento à Agricultura Familiar	Projeto	Unidade	7

Anexo II - Gestão do SAMAE

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manutenção da estrutura administrativa da autarquia	Autarquia	Unidade	1
Construções de Reservatórios	Reservatório	Unidade	1
Aquisição de Veículos	Veículo	Unidade	3
Coleta de Lixo	Resíduo	Tonelada	16.000
Ampliação/ Manutenção da rede de água e esgoto	Extensão	Km	350
Aquisição de Imóvel e Construção da Sede	Terreno	Unidade	1
Manutenção da frota de veículos e equipamentos	Veículos/ Equipamentos	Unidade	42
Aquisição de Bombas, equipamentos e mobília em geral	Equipamentos	Unidade	3
Esgoto Sanitário	Residências	Residências	2.000
Consórcio Público AGIR	Consórcio	Consórcio	1

Anexo II - Reserva de Contingência

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Anexo II - Gestão do Fundo Municipal de Saúde

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Equipar o Centro de Especialidades em Saúde - Policlínica	Centro de Especialidades	Unidade	303
Ampliar, Manter e Equipar as Ações de Atenção Básica	Promoção a Saúde	Municípios	62.618
Construção e Reforma das Unidades de Saúde	Unidades de Saúde	Unidade	3
Ampliar, Manter e Equipar os programas de Vigilância em Saúde	Promoção a Saúde	Municípios	62.618
Ampliar, Implementar, Manter e Equipar o CAPS e CAPS AD	Redução de Danos e Promoção a Saúde	Municípios	20.000
Convênio Hospital Nossa Senhora Perpétuo Socorro	Atendimento dos Municípios	Hospital	1
Ampliar, Manter e Equipar o Programa as Ações de Média e Alta Complexidade	Promoção a Saúde	Municípios	62.618
Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Precoriza a NOAS/SUS	Promoção a Saúde	Municípios	62.618

Anexo II - Gestão do Fundo Municipal de Saúde

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Ampliar a Frota de Veículos do Fundo Municipal de Saúde	Veículo	Unidade	1
Ampliar, Manter, Equipar o Fundo Municipal de Saúde	Gestão em Saúde	Unidade	1

Anexo II - Reserva de Contingência

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Anexo II - Gestão do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Criar e Manter Programas, projetos, serviços e ações com Entidades	Convênios	Projeto, programas e ações	5
Manutenção do Fundo de Atendimento da Criança e do Adolescente - FIA	Projeto	Unidade	1

Anexo II - Reserva de Contingência

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Anexo II - Gestão da Fundação Municipal de Esporte de Gaspar

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manutenção e Criação de Projetos de Rendimento	Modalidades	Unidade	8
Construção, ampliação e reforma de espaços esportivos	Áreas Esportivas	Unidade	6

Manutenção da Fundação M. Esportes, Ginásios, Programas e Eventos	Esporte	Unidade	1
Aquisição de Equip. Material Permanente/Equip. Academia Popular	Equipamento Permanente	Unidade	22

Anexo II - Reserva de Contingência

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

Anexo II - Gestão na Área de Desenvolvimento Social

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Manter Ações de Desenvolvimento Social	Ações	Secretaria	1
Manter Proteção Social Básica	Fortalecimento de Vínculos	Serviços	1
Manter Proteção Social Especial - Média Complexidade	Atendimento de Famílias com Direitos Violados	Serviços	1
Manter Proteção Social Especial - Alta Complexidade	Acolhimento	Serviços	1
Aquisição de Material Permanente	Material Permanente	Peças	30
Aquisição de Veículo	Material Permanente	Veículo	1
Manter BPC - Benefício de Prestação Continuada	Ação	Projeto	1
Convênios com Entidades	Convênios	Entidades	4

Anexo II - Gestão na Área de Desenvolvimento Social

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Construção da Sede da SDS - Secretaria de Desenvolvimento Social	Sede	Construção	1
Construção e Implantação de CRAS	Área	Construção	1
Equipar o Centro de Convivência do Idoso	Equipamentos e Material Permanente	Peças	30
Gestão de IGD - Índice de Gestão Descentralizada	Bolsa Família	Programa	1
Gestão de Benefícios Eventuais	Benefícios	Programa	1
Garantir o Funcionamento dos Serviços de Fortalecimento de Vínculos (Proteção Básica, Média e Alta Complexidade)	Famílias	Projeto	1
Garantir Adequação do Centro Educativo para Crianças e Adolescentes, de acordo com a Lei de Acessibilidade Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2.000	Área	Unidade	1

Anexo II - Gestão Centro Educativo Maria Hendricks

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Garantir Funcionamento, Manutenção e Equipamentos para Centro Educativo	Manutenção	Unidade	1
Adquirir Equipamentos	Material Permanente	Peças	20
Garantir Proteção Social Especial de Média Complexidade	Proteção Social	Programa	1
Desenvolver Programas de Segurança Alimentar e Nutricional	Alimentação Saudável	Projeto	1
Construir Quadra Poliesportiva	Área	Quadra	1

Anexo II - Reserva de Contingência

DESCRIÇÃO DA AÇÃO	PRODUTO	UNIDADE MEDIDA	META 2015
Reserva de Contingência	Reserva de Contingência	Unidade	1

MUNICÍPIO DE GASPAR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO III - TABELA I - ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO DOS RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2015

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Arrecadação realizada a menor que a prevista no orçamento, Situações de calamidade pública que precisem de ações emergenciais e demandas judiciais	3.500.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	200.000,00
		Abertura de créditos adicionais a partir da redução de dotação de despesas discricionárias e Limitação de empenho	3.300.000,00
TOTAL	3.500.000,00	TOTAL	3.500.000,00

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA I - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	2015		
	Valor Corrente(a)	Valor Constante	%PIB(A/PIB)x100
Receita Total	254.000.000	239.622.642	0,147
Receitas Primárias(I)	213.416.813	201.336.616	0,124
Despesa Total	254.000.000	239.622.642	0,147
Despesas Primárias(II)	251.804.912	237.551.804	0,146
Resultado Primário(I-II)	-38.388.100	-36.215.189	-0,022
Resultado Nominal	-33.900.636	-31.981.732	-0,020
Dívida Publica Consolidada	41.548.661	39.196.850	0,024
Dívida Consolidada Líquida	31.948.661	30.140.246	0,019

MUNICÍPIO DE GASPAR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - TABELA I - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	2015		
	Valor Corrente(a)	Valor Constante	%PIB(A/PIB)x100
Receita Total	212.500.000	190.207.662	0,118
Receitas Primárias(I)	200.057.920	179.070.820	0,111
Despesa Total	212.500.000	190.207.662	0,118
Despesas Primárias(II)	210.261.043	188.203.583	0,117
Resultado Primário(I-II)	-10.203.122	-9.132.762	-0,006
Resultado Nominal	-7.500.771	-6.713.902	-0,004
Dívida Publica Consolidada	49.606.232	44.402.284	0,028
Dívida Consolidada Líquida	39.449.432	35.310.984	0,022

MUNICÍPIO DE GASPAR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - TABELA I - DEMONSTRATIVO I - METAS ANUAIS
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	2017		
	Valor Corrente(a)	Valor Constante	%PIB(A/PIB)x100
Receita Total	220.000.000	185.591.362	0,117
Receitas Primárias(I)	207.408.954	174.969.591	0,110
Despesa Total	220.000.000	185.591.362	0,117
Despesas Primárias(II)	219.645.497	185.292.304	0,116
Resultado Primário(I-II)	-12.236.543	-10.322.712	-0,006
Resultado Nominal	-9.023.417	-7.612.129	-0,005
Dívida Publica Consolidada	59.310.155	50.033.874	0,031
Dívida Consolidada Líquida	48.472.849	40.891.555	0,026

MUNICÍPIO DE GASPAR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES		
	2012	2013	%
Receita Total	123.326.042	148.823.748	20,68
Receitas Primárias(I)	120.428.298	147.068.486	22,12
Despesa Total	131.099.243	143.545.434	9,49
Despesas Primárias(II)	129.927.294	142.372.591	9,58
Resultado Primário(I-II)	-9.498.996	4.695.895	-149,44
Resultado Nominal	8.794.497	-6.198.410	-170,48
Dívida Publica Consolidada	4.145.679	3.120.077	-24,74
Dívida Consolidada Líquida	-11.737.598	-18.026.720	53,58

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES		
	2013	2014	%
Receita Total	148.823.748	240.000.000	61,26
Receitas Primárias(I)	147.068.486	199.501.087	35,65
Despesa Total	143.545.434	240.000.000	67,19
Despesas Primárias(II)	142.372.591	237.804.912	67,03
Resultado Primário(I-II)	4.695.895	-38.303.825	-915,69
Resultado Nominal	-6.198.410	-34.400.636	454,99
Dívida Publica Consolidada	3.120.077	36.705.896	1076,44
Dívida Consolidada Líquida	-18.026.720	27.605.896	-253,14

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES		
	2014	2015	%
Receita Total	240.000.000	254.000.000	5,83
Receitas Primárias(I)	199.501.087	213.416.813	6,98
Despesa Total	240.000.000	254.000.000	5,83
Despesas Primárias(II)	237.804.912	251.804.912	5,89
Resultado Primário(I-II)	-38.303.825	-38.388.100	0,22
Resultado Nominal	-34.400.636	-33.900.636	-1,45
Dívida Publica Consolidada	36.705.896	41.548.661	13,19
Dívida Consolidada Líquida	27.605.896	31.948.661	15,53

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES		
	2015	2016	%
Receita Total	254.000.000	212.500.000	-16,34
Receitas Primárias(I)	213.416.813	200.057.920	-6,26
Despesa Total	254.000.000	212.500.000	-16,34
Despesas Primárias(II)	251.804.912	210.261.043	-16,50
Resultado Primário(I-II)	-38.388.100	-10.203.122	-73,42

Resultado Nominal	-33.900.636	-7.500.771	-77,87
Dívida Publica Consolidada	41.548.661	49.606.232	19,39
Dívida Consolidada Líquida	31.948.661	39.449.432	23,48

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CORRENTES		
	2016	2017	%
Receita Total	212.500.000	220.000.000	3,53
Receitas Primárias(I)	200.057.920	207.408.954	3,67
Despesa Total	212.500.000	220.000.000	3,53
Despesas Primárias(II)	210.261.043	219.645.497	4,46
Resultado Primário(I-II)	-10.203.122	-12.236.543	19,93
Resultado Nominal	-7.500.771	-9.023.417	20,30
Dívida Publica Consolidada	49.606.232	59.310.155	19,56
Dívida Consolidada Líquida	39.449.432	48.472.849	22,87

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CONSTANTES		
	2012	2013	%
Receita Total	138.643.137	158.497.292	14,32
Receitas Primárias(I)	135.385.493	156.627.938	15,69
Despesa Total	147.381.769	152.875.887	3,73
Despesas Primárias(II)	146.064.264	151.626.810	3,81
Resultado Primário(I-II)	-10.678.771	5.001.128	-146,83
Resultado Nominal	9.886.774	-6.601.307	-166,77
Dívida Publica Consolidada	4.660.572	3.322.883	-28,70
Dívida Consolidada Líquida	-13.195.408	-19.198.457	45,49

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CONSTANTES		
	2013	2014	%
Receita Total	158.497.292	240.000.000	51,42
Receitas Primárias(I)	156.627.938	199.501.087	27,37
Despesa Total	152.875.887	240.000.000	56,99
Despesas Primárias(II)	151.626.810	237.804.912	56,84
Resultado Primário(I-II)	5.001.128	-38.303.825	-865,90
Resultado Nominal	-6.601.307	-34.400.636	421,12
Dívida Publica Consolidada	3.322.883	36.705.896	1004,64
Dívida Consolidada Líquida	-19.198.457	27.605.896	-243,79

**MUNICÍPIO DE GASPAR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015**

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CONSTANTES		
	2014	2015	%
Receita Total	240.000.000	239.622.642	-0,16
Receitas Primárias(I)	199.501.087	201.336.616	0,92
Despesa Total	240.000.000	239.622.642	-0,16
Despesas Primárias(II)	237.804.912	237.551.804	-0,11
Resultado Primário(I-II)	-38.303.825	-36.215.189	-5,45
Resultado Nominal	-34.400.636	-31.981.732	-7,03
Dívida Publica Consolidada	36.705.896	39.196.850	6,79
Dívida Consolidada Líquida	27.605.896	30.140.246	9,18

**MUNICÍPIO DE GASPAR LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015**

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CONSTANTES		
	2015	2016	%
Receita Total	239.622.642	190.207.662	-20,62
Receitas Primárias(I)	201.336.616	179.070.820	-11,06
Despesa Total	239.622.642	190.207.662	-20,62
Despesas Primárias(II)	237.551.804	188.203.583	-20,77
Resultado Primário(I-II)	-36.215.189	-9.132.762	-74,78
Resultado Nominal	-31.981.732	-6.713.902	-79,01
Dívida Publica Consolidada	39.196.850	44.402.284	13,28
Dívida Consolidada Líquida	30.140.246	35.310.984	17,16

**MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA III - DEMONSTRATIVO III
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS
TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015**

ESPECIFICAÇÕES	VALORES A PREÇOS CONSTANTES		
	2016	2017	%
Receita Total	190.207.662	185.591.362	-2,43
Receitas Primárias(I)	179.070.820	174.969.591	-2,29
Despesa Total	190.207.662	185.591.362	-2,43
Despesas Primárias(II)	188.203.583	185.292.304	-1,55
Resultado Primário(I-II)	-9.132.762	-10.322.712	13,03
Resultado Nominal	-6.713.902	-7.612.129	13,38
Dívida Publica Consolidada	44.402.284	50.033.874	12,68
Dívida Consolidada Líquida	35.310.984	40.891.555	15,80

**MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA II - DEMONSTRATIVO II
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍ-
CIO ANTERIOR
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015**

ESPECIFICA- ÇÕES	METAS PRE- VISTAS EM 2013	% PIB	2013	% PIB	VARIACÃO	
					Valor	%
Receita Total	283.466.000	0,163	148.823.748	0,085	134.642.251	0,077
Receitas Primárias(I)	258.388.574	0,148	147.068.485	0,084	111.320.088	0,064
Despesa Total	283.466.000	0,163	143.545.433	0,082	139.920.566	0,080
Despesas Primárias(II)	282.054.264	0,162	142.372.591	0,082	139.681.672	0,080
Resultado Primário(I-II)	-23.665.690	-0,014	4.695.894	0,003	-28.361.584	-0,016
Resultado Nominal	-20.769.022	-0,012	-6.198.410	-0,004	-14.570.611	-0,008
Dívida Publica Consolida- da	25.806.282	0,015	3.120.077	0,002	22.686.204	0,013
Dívida Consolidada Líquida	23.406.282	0,013	-18.026.720	-0,010	41.433.002	0,024

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA IV - DEMONSTRATIVO IV
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2013	%	2012	%	2011	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	98.399.365,18	100	82.135.821,63	100	81.139.041,46	100
TOTAL	98.399.365,18	100	82.135.821,63	100	81.139.041,46	100

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA V - DEMONSTRATIVO V
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

RECEITAS REALIZADAS	2013 (a)	2012 (b)	2011(c)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)				
Alienação de Bens Móveis	108.021,91	129,00	94.176,89	
DESPESAS EXECUTADAS	2013 (d)	2012 (e)	2011(f)	
APLICAÇÃO DE RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)				
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	156,27	100.005,73	
Investimentos				
SALDO FINANCEIRO	2013 (g)=((Ia- IIId)+IIIh)	2012 (h)=((Ib-IIe)+IIIi)	(i)=(Ic-IIf)	
VALOR(III)	108.301,76	279,85	307,12	
EVENTOS	Valor Previsto para 2015			
Aumento Permanente da Receita	4.200.000,00			
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)				
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00			
Margem Bruta (III) = (I+II)	4.200.000,00			
Saldo Utilizado da Margem Bruta(IV)	2.700.000,00			
Novas DOCC	2.700.000,00			
Margem Líquida de Expansão de DOCC(V) = (III-IV)	1.500.000,00			

MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO I - TABELA VI - DEMONSTRATIVO VI
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015
MUNICÍPIO DE GASPAR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO I - TABELA VII - DEMONSTRATIVO VII
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
ANEXO DE METAS FISCAIS 2015

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES /PROGRA- MAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2015	2016	2017	
IPTU	Mata Nativa	Art. 177,§3º	40.000,00	45.000,00	45.000,00	Valores previstos no orçamento da receita, dispensado compen- sação art. 14, I da LRF
IPTU	Aposentados	Art. 173	85.000,00	90.000,00	90.000,00	
IPTU	Área Rural	Art. 171	160.000,00	175.000,00	175.000,00	
IPTU	Remissão	Art. 75	55.000,00	60.000,00	60.000,00	
IPTU	Desconto 15%	Art. 178, §1º	675.000,00	725.000,00	775.000,00	
Créditos Inscritos em Dívida Ativa	Programa de Recupe- ração Fiscal	Art.58 da Lei 101/2000	750.000,00	0,00	0,00	
IPTU/ISS	Incentivo Fiscal	Lei 2.944/2007	125.000,00	125.000,00	125.000,00	
TOTAL			1.890.000,00	1.220.000,00	1.270.000,00	

REPUBLICAÇÃO LEI 3.602/2014.

LEI Nº 3.602, DE 08 DE SETEMBRO DE 2014.

Altera anexos da Lei nº 3.525, de 19 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Gaspar para o Quadriênio 2014-2017.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alterados os anexos I e II, da Lei nº 3.525, de 19 de agosto de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Gaspar para o Quadriênio 2014-2017, modificando as seguintes planilhas de ações por programas:

I - Gestão do Corpo de Bombeiros Militar de Gaspar;
II - Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro; e
III - Gestão do Ditrán.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar - SC, em 08 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

Código do Programa	0016		
Descrição do Programa	Gestão do Corpo de Bombeiro Militar de Gaspar		
Objetivo: Salvar vidas, combater incêndios e atendimento pré-hospitalar			
Diretriz: Parceria do Poder Executivo Municipal nas ações da corporação, dando suporte através dos recursos provenientes do convênio e estabelecer parcerias com entidades Públicas e Estaduais além das entidades civis organizadas			
Órgão: Secretaria de Administração e Finanças			
Público Alvo: Comunidade Gasparense			
Anexo I Valores Monetários			
Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINAN- CIAMEN- TO
100303	Aquisição de Veículos	100.000,00	Fiscal
100071	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	823.000,00	Fiscal
200080	Apoio à Segurança Pública	823.000,00	Fiscal
100073	Construção da Sede	119.000,00	Fiscal

Código do Programa	0021	
Descrição do Programa	Apoio ao Desenvolvimento Agrícola e Pesqueiro	
Objetivo: Capacitar o setor agrícola e pesqueiro		
Diretriz: Aplicações dos recursos para a manutenção da agricultura e piscicultura do Município		
Órgão: Secretaria de Agricultura		
Público Alvo:Agricultores e Piscicultores do Município de Gaspar		
Anexo I Valores Monetários		

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINAN- CIAMEN- TO
100133	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente	789.708,40	Fiscal
100131	Aquisição de Veículos	200.000,00	Fiscal
200104	Manutenção das Atividades Agrícolas	9.194.782,00	Fiscal
100135	Construção de Pontilhões	120.000,00	Fiscal
100137	Construção /Aquisição Sede da Secretaria	800.000,00	Fiscal
200106	Eventos de Desenvolvimento e Fomento à Agricultura Familiar	180.000,00	Fiscal

Código do Programa	0015	
Descrição do Programa	Gestão do Ditrán	
Objetivo:Humanizar o trânsito de Gaspar - SC		
Diretriz: Conscientização e envolvimento da sociedade nessas ações e participação dos governos Federal, Estadual no financiamento de ações como pavimentação de ruas, aquisição de equipamentos, etc.		
Órgão:Secretaria de Transportes e Obras		
Público Alvo:Todas as vias Públicas e escolas do Município		
Anexo I Valores Monetários		

Código da Ação	Descrição da Ação	Valor R\$	FINAN- CIAMEN- TO
100059	Desapropriação/Aquisição de Imóvel	200.000,00	Fiscal
100061	Implantação de Ciclovias	100.000,00	Fiscal
200076	Implantação de Faixas Elevadas	100.000,00	Fiscal
200200	Manutenção de Sistema de Monitoramento Urbano	260.000,00	Fiscal
200078	Manutenção da DITRAN	11.729.200,00	Fiscal
100063	Aquisição de Veículos	349.000,00	Fiscal
100065	Aquisição de Equipamento e Material Permanente	224.000,00	Fiscal
100147	Manutenção da Área Azul	354.000,00	Fiscal
100067	Educação para o Trânsito	441.000,00	Fiscal
100069	Reforma e Ampliação da Sede	60.000,00	Fiscal

Código do Programa :
Descrição do Programa : APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PESQUEIRO
Anexo II Metas Físicas
Tipo da Código Descrição da Ação Produto Unidade Meta
Ação da Ação Medida Global
0001 1.0.0.1.3.3
Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Material Permanente
Máquinas, Equipamentos e Material Permanente Unidade 6 0
0001 1.0.0.1.3.1 Aquisição de veículos Veículos unidade 4
0002 2.0.0.1.0.4 Manutenção das atividades agrícolas secretaria unidade 1
0001 1.0.0.1.3.5 Construção de Pontilhões Pontes Unidade 4
0001 1.0.0.1.3.7

Construção/Aquisição da Sede da Secretaria
de Agricultura secretaria m2 300m2

0002 2.0.0.1.0.6

Eventos de Desenvolvimento e Fomento à
Agricultura Familiar Projeto Unidade 2 0

Código do Programa :

Descrição do

Programa : Gestao do Ditrان

Anexo II Metas Físicas

Tipo da Código Descrição da Ação Produto Unidade Meta

Ação da Ação Medida Global

0001 1.0.0.0.5.9

Desapropriação/Aquisição de

Imóveis Imóvel Unidade 4

0001 1.0.0.0.6.1 Implantação de Ciclovias Área km 36,5

0002 2.0.0.0.7.6 Implantação de Faixas Elevadas Área M² 600

0002 2.0.0.2.0.0

Manutenção de Sistema de

Monitoramento Urbano

Sistema

Monitoramento unidade 1

0002 2.0.0.0.7.8 Manutenção da DITRAN

Diretoria de

Trânsito unidade 1

0001 1.0.0.0.6.3 Aquisição de Veículos da DITRAN Veículos Uni-
dade 6

0001 1.0.0.0.6.5

Aquisição de Equipamentos e

Materiais Permanente

Equipamento

Material

Permanente Unidade 20

0001 1.0.0.0.6.9

Reforma e Ampliação da Sede do

DITRAN Imóvel Unidade 1

0002 1.0.0.1.4.7 Manutenção de Área Azul Área Azul Unidade 1

0001 1.0.0.0.6.7 Educação para o Trânsito Cursos Unidade 48

Código do Programa : 0.0.1.6

Tipo da Código Descrição da Ação Produto Unidade Meta

Ação da Ação Medida Global

0001 1.0.0.3.0.3 Aquisição de Veículos Veículo Unidade 1

0002 2.0.0.0.8.0 Apoio a Segurança Pública Corpo de Bombeiros
Unidade 1

0001 1.0.0.0.7.3 Construção da Sede Sede Unidade 1

Anexo II Metas Físicas

GESTÃO DO CORPO DE BOMBEIRO Descrição do Programa : MI-
LITAR DE GASPAR

Equipamento Material

Permanente

Unidade

Aquisição de Equipamento e Material

Permanente

0001 1.0.0.0.7.1

120

Portaria RH 81/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 81/2014

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) LUCIMARA FURLAM, ocupante do cargo efetivo de Professora , lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 10/02/2003 a 09/02/2008, devendo folgar a partir de 22/09/2014 a 20/12/2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 19 de setembro de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000

-Fone/Fax (0**47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Extrato da Ata de Registro de Preços 123/2014

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2014
Ata de Registro de Preços nº 123/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
PREGÃO PRESENCIAL nº 058/2014
CONTRATANTE: PREFEITURA DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
CONTRATADO: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Eventual contratação de empresa especializada em serviços de limpeza, manutenção e demais serviços correlatos das áreas externas das escolas das redes de ensino infantil e fundamental do município de Governador Celso Ramos/SC.

Governador Celso Ramos, 01 de Setembro de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO 12/2014

Extrato do Termo de Rescisão do Contrato nº 12/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO REFERENTE AO CONTRATO Nº 12/2014.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: O presente termo de rescisão amigável do contrato nº 12/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para execução de serviços de engenharia para limpeza externa das escolas de educação infantil e ensino fundamental do município de Governador Celso Ramos/SC, celebrado em 12/02/2014.

Governador Celso Ramos, 01 de Setembro de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Supressão ao Contrato 06/2014

Extrato do Primeiro Termo Aditivo de Supressão ao Contrato nº 06/2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO REFERENTE AO CONTRATO Nº 06/2014.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos.
CONTRATADO: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem como objeto a supressão de 50% (cinquenta por cento) do valor do contrato firmado entre as partes em 03/02/2014, nos termos previstos em sua Clausula Oitava.

Governador Celso Ramos, 28 de Agosto de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

Grão Pará

PREFEITURA

Portaria N 271-2014-CMDCA

PORTARIA N. 271/2014
DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal n. 1.954/2014, 06 de maio de 2014,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear os membros integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, para o período de 15 de setembro de 2014 a 15 de setembro de 2016, ficando assim constituído:

I - REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Representantes da Associação Grãoparaense de Desenvolvimento Social - AGRADES
Titular: SÔNIA MARIA BRUNING ASCARIF
Suplente: ADÉLIA BUSSOLO ALBERTON

Representantes do Lions Clube Grão-Pará
Titular: MARILÉIA KESTREING ASTE PICKLER
Suplente: MARLI NIEHUES DACORÉGIO

Representantes das Associações de Pais e Professores - APPs
Titular: ALEÇANDRA JUNKES SCHMIDT
Suplente: VANDERLENE BALLMANN HEINZEN

Representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais -STR
Titular: SÉRGIO LEANDRO ASCARI
Suplente: ALBERTINA VOLPATO BELTRAME

II - REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS

Representantes da Secretaria Municipal da Educação e Cultura
Titular: JANE BONIN
Suplente: MARILEI MORGAN VERONEZI BRATTI

Representantes da Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento
Titular: DENIZE REDIVO BUSSOLO
Suplente: DENÍSIA ALBERTON DEMAY

Representantes da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda
Titular: ROSILDA PERIN BÖGER
Suplente: GREICY DE OLIVEIRA PEDROSO

Representantes da Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social
Titular: ROSIANE GIL STEINBACK
Suplente: MERI TERESINHA KÜELKAMP SCHLICKMANN

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
15 de setembro de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em 15 de setembro de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 48-2012 (A.MENDES)

SÉTIMO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 48/2012, DATADO DE 13 DE MARÇO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA RODOVIA MUNICIPAL GPA 385 (SÃO JOÃO) COM DIREÇÃO À LOCALIDADE DE RIO CACHOEIRINHAS, NA DIVISA COM O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, NO TOTAL DE 1.473,45M DE EXTENSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, KM 10, Pouso Alto, Gravatá/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 00.993.058/0001-83, representada, neste ato, pelo Senhor José de Assis Corrêa, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 851.540.919-49, Carteira de Identidade n. 5/R-2.536.023, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 48/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 08 (oito) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 32 (trinta e dois) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 13 de março de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 10 de setembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

JOSÉ DE ASSIS CORRÊA
Sócio Administrador da Empresa
Contratada

T E S T E M U N H A S

8º Termo Aditivo ao Contrato 48-2012- Vigencia- (A. Mendes)

OITAVO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 48/2012, DATADO DE 13 DE MARÇO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, VISANDO À A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA RODOVIA MUNICIPAL GPA 385 (SÃO JOÃO) COM DIREÇÃO À LOCALIDADE DE RIO CACHOEIRINHAS, NA DIVISA COM O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO NORTE, NO TOTAL DE 1.473,45M DE EXTENSÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa A. MENDES TERRAPLANAGEM CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA, estabelecida na Rodovia SC 438, KM 10, Pouso Alto, Gravatá/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o n. 00.993.058/0001-83, representada, neste ato, pelo Senhor JOSÉ DE ASSIS CORRÊA, brasileiro, casado, Sócio Administrador, CNPF n. 851.540.919-49, Carteira de Identidade n. 5/R-2.536.023, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 48/2012 no que diz respeito à alteração do prazo para vigência contratual, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar, a partir desta data, por 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato n. 48/2012, assinado em 13 março de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 12 setembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

JOSÉ DE ASSIS CORRÊA
Sócio Administrador da Empresa
Contratada

T E S T E M U N H A S

14º Termo Aditivo ao Contrato N 70-2012 (Cons. Espaço Ideal)

DÉCIMO QUARTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 70/2012, DATADO DE 06 DE JULHO DE 2012, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DO GINÁSIO DE ESPORTES DO DISTRITO DE AIURÊ, GRÃO-PARÁ/SC, COM A ÁREA TOTAL DE 1.000,00M2 (UM MIL METROS QUADRADOS)

O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, Santa Catarina, CEP 88890-000, neste ato, representado pelo Senhor AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal, portador do CPF n. 436.051.849-87,

doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA ESPAÇO IDEAL LTDA, estabelecida na Rua Professor Pedro Michels, 998, Térreo, Bairro INSS, Município de Braço do Norte/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 15.074.566/0001-35, representada, neste ato, por sua Sócia Administradora, Sra. ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM, portadora da Cédula de Identidade RG n. 1.732.913 e inscrita no CPF sob o n. 505.861.659-91, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 70/2012, no que diz respeito à alteração do prazo para execução da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Prorrogar por 06 (seis) meses o prazo para execução da obra, totalizando, assim, 32 (trinta e dois) meses o prazo global que a CONTRATADA dispõe para finalização da obra, contados do recebimento da Ordem de Serviço, que ocorreu em 06 de julho de 2012.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 04 de setembro de 2014.

CONTRATANTE
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CONTRATADA
ROSIMERI DE SOUZA ROHDEN SERAFIM
Sócia Administradora Empresa Contratada

TESTEMUNHAS

AUDIÊNCIA PÚBLICA 2º QUADRIMESTRE DE 2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Prefeito Municipal de Grão-Pará, AMILTON ASCARI, e a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, da Câmara Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Art. 166, Inciso II, da Constituição Federal, e Art. 123, da Lei Orgânica Municipal, no intuito de dar cumprimento ao disposto no Art. 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, vêm, através deste, CONVOCAR a população em geral, para acompanhar a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre, do Orçamento do Município de Grão-Pará, referente ao exercício de 2014.

A referida Audiência Pública será realizada às 14:00 horas, do dia 29 de setembro de 2014, no Gabinete do Prefeito, da Prefeitura Municipal de Grão-Pará, situada na Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC.

Grão-Pará/ SC, 19 de setembro de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

VANILTON DE SOUZA MULLER
Presidente da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento

ADEMIR BONETTI
Vice - Presidente da Comissão Permanente de Finanças e

Orçamento

ROSANA DE OLIVEIRA SOUZA
Secretária da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento

COMUNICADO LOA 2015

C O M U N I C A D O

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, em cumprimento com o disposto no Artigo 48, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101/2001 - Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal nº 1359/2005, COMUNICA, às entidades civis e organizadas e à população em geral, que realizará AUDIÊNCIA PÚBLICA, às 14h, do dia 13 de outubro de 2014, no Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará, com o objetivo de definir metas da Administração Municipal, relacionadas a investimentos e geração de despesas, para a inclusão na LOA - Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2015. Por este ato, ficam, as entidades civis e organizadas do Município, notificadas a indicarem representantes até o dia 06 de outubro de 2014.

Grão-Pará/ SC, 19 de setembro de 2014.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GRÃO PARÁ

4º Termo Aditivo ao Contrato N 25-2013 (Construtora Dandolini)

QUARTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 25/2013, DATADO DE 16 DE DEZEMBRO DE 2013, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, POR MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO, E A EMPRESA CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA - EPP, VISANDO À CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - UBS DE AIURÉ.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, por meio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANEAMENTO, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e a empresa CONSTRUTORA DANDOLINI LTDA - EPP, estabelecida na Avenida Monsenhor Frederico Tombrock, nº 815, Centro, São Ludgero-SC, CEP 88.730-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 04.357.863/0001-71, representada, neste ato, por seu Sócio Administrador, Sr. CLAUDIO DANDOLINI, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG n. 6/R 2.157.917 e inscrito no CPF sob o n. 651.514.109-20, resolvem, na melhor forma de direito, aditar o Contrato n. 25/2013, considerando a necessidade de alteração quantitativa e qualitativa da obra, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula V - DO PREÇO GLOBAL, conforme descrito a seguir:

a) o valor do referido contrato será aditado em R\$ 6.424,88 (seis mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e oito centavos), passando o valor global da obra de R\$ 169.807,20 (Cento e sessenta e nove mil, oitocentos e sete reais e vinte centavos), para

R\$ 176.232,08 (cento e setenta e seis mil duzentos e trinta e dois reais e oito centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor aditado é referente de cotas entre os extremantes do imóvel em questão, originando uma cota mais alta em seu extremante direto, gerando a necessidade de se executar uma cortina de contenção para continuidade e qualidade da referida obra.

§ 1º. As alterações referidas foram verificadas e aprovadas pelo Engenheiro Fiscal das Obras e também Secretario e Planejamento Municipal, Sr Helio Alberton Junior, CREA 105.700-5, que atestou que tais incrementos se fazem necessários para a garantia da boa qualidade das obras objeto do presente aditivo, conforme Parecer de Engenharia em anexo.

§ 2º. O presente Aditivo Contratual teve sua legalidade constatada pelo Assessor Jurídico do Município de Grão-Pará, Sr. Clayton Bianco, OAB/SC 15.174, conforme Parecer Jurídico em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas ao Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 09 de setembro de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

CLAUDIO DANDOLINI
Sócio Administrador da Empresa
Contratada

TESTEMUNHAS

Guaramirim

PREFEITURA

Aviso de Licitação Nº95/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 95/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E OPERACIONAL REORGANIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVOS, CADASTRAL E LEGAIS, LIGADAS À ÁREA DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, PARA PROMOVER UMA REFORMULAÇÃO COMPLETA NO FLUXOGRAMA DE SERVIÇOS OFERTADOS AO CIDADÃO, MAIS PRECISAMENTE NAQUELES PRESTADOS NA ÁREA ADMINISTRATIVA, INCLUSIVE COM AJUSTES NAS ROTINAS DE TRABALHO DO SISTEMA DE GESTÃO MUNICIPAL
Entrega dos Envelopes: 03/10/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 03/10/2014 às 09:00h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247
GUARAMIRIM (SC), 19/09/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 371/2014

DECRETO 371/2014.

Abre crédito suplementar no valor de até R\$ 70.000,00.

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de até R\$ 70.000,00 (cento e vinte mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao esporte amador
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (23.333,33)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de esportes

3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (23.333,33)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de estadios, campos e ginasios esportiv
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (23.333,34)

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos valores abaixo relacionados:

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2081	Apoio ao esporte amador
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (23.333,33)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2083	Escolinhas de esportes
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (23.333,33)
18	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
18.001.0027	DESPORTO E LAZER
18.001.0027.0812	DESPORTO COMUNITARIO
18.001.0027.0812.0015	Esporte é Vida
18.001.0027.0812.0015.2099	Manutencao de estadios, campos e ginasios esportiv
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (23.333,34)

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 16 de setembro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Publicado no DOM/SC, edição nº ____, em __/__/2014.

Extrato do Contrato Nº 51/2014- PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO 051/2014 - PMG

Processo de licitação: 96/2014 - PMG
Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS EM VIRTUDE DO CONVÊNIO FIRMADO COM A DEFESA CIVIL, QUE VISA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE VIAS, REMOÇÃO DE ENTULHOS, VISTORIA NAS ÁREAS AFETADAS E RECUPERAÇÃO DE VIAS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratado: Renato Tomelin EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 81.866.980/0001-01, com sede na rua Gustavo Rubin, s/nº, Centro, Guaramirim-SC.

Valor do Contrato: R\$ 83.647,00 (oitenta e três mil seiscentos e quarenta e sete reais)

Data da Assinatura: 08/09/2014 Vigência: 30/12/2012

GUARAMIRIM (SC), 16/09/2014.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE SAÚDE
EXTRATO DO CONTRATO 052/2014 - PMG

Processo de licitação: 96/2014 - PMG
Modalidade: Dispensa de licitação

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE HORAS MÁQUINAS EM VIRTUDE DO CONVÊNIO FIRMADO COM A DEFESA CIVIL, QUE VISA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DE LIMPEZA DE VIAS, REMOÇÃO DE ENTULHOS, VISTORIA NAS ÁREAS AFETADAS E RECUPERAÇÃO DE VIAS.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina. Contratado: PARISI TRANSPORTES E TERRAPLENAGEM LTDA., com endereço na rua Germano Wagner, nº 184, Centenário, Jaraguá do Sul-SC, inscrito no CNPJ sob o nº 80.443.427/0001-01.

Valor do Contrato: R\$ 121.170,00 (cento e vinte e um mil cento e setenta reais)

Data da Assinatura: 08/09/2014 Vigência: 30/12/2012

GUARAMIRIM (SC), 16/09/2014.

LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato - Pref PL 52

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 52/2014 - Tomada de Preço Nº. 05/2014
Objeto: Contratação de empresa para Construção de Quadra Esportiva Escolar, conforme Projeto Padrão para Quadra Poliesportiva com Vestuários (980,40 m²) na Rua Jose Seibt, esquina com a Rua Afonso Dinon, Bairro Sulina, município de Guarujá do Sul, em execução ao Termo de Compromisso PAC 208663/2014 - FNDE/MEC.

Habilitação e Proposta: 08/10/2014 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Local: Prefeitura Municipal - Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 18 de setembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,
Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 1040/2014

PORTARIA Nº 1040/2014

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe faculta a Legislação Pertinente, e tendo em vista o que consta no processo de Aposentadoria,

RESOLVE,

Transformar o Benefício de Aposentadoria por Invalidez Permanente, concedido através da Portaria nº. 261 de 01.04.2000, à servidora inativa Sebastiana Jurema Martins, matrícula de aposentada sob o nº 2019, em Pensão por Morte aos Dependentes, sem paridade, a Herculano Martins (esposo), titular do benefício, com fulcro no artigo 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal e nos artigos 46 a 52 da Lei Complementar nº 179/2005; a pensão será equivalente ao valor global do último provento percebido em vida, a partir da data do óbito ocorrido em 10 de setembro de 2014.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), em 18 de setembro de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito

PORTARIA Nº 1041/2014

PORTARIA Nº 1041/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 18 de setembro de 2014, da servidora ZULEICA BATH DASSI (Matr. 972), ocupante do Cargo de Provisão em Efetivo de Médico, Nível - 10, Referência "E", 10 horas semanais, anexo V da LC Nº 280/2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1042/2014

PORTARIA Nº 1042/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora RENI CAMARA (Matr. 82), ocupante do Cargo de Provisão Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "E", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 19 de setembro de 2014 a 30 de setembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 18 de Setembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO Nº 94 MARIZANE BOTEAL

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora MARIZANE BOTEAL, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 028.948.469-17, aprovada no (94º) nonagésimo quarto lugar, do concurso público de que trata o Edital nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal 3.039/2012 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apanhar a Relação de Documentos e manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á à medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se junto a Secretaria de Saúde de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 19 de Setembro de 2014

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____
MARIZANE BOTEAL

CONVOCAÇÃO Nº 96 FRANCIELE CRISTINA FERREIRA

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora FRANCIELE CRISTINA FERREIRA, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 058.620.619-16, aprovada no (96º) nonagésimo sexto lugar, do concurso público de que trata o Edital nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal 3.039/2012 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apanhar a Relação de Documentos e manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á à medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se junto a Secretaria de Saúde de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 19 de Setembro de 2014

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____
FRANCIELE CRISTINA FERREIRA

CONVOCAÇÃO Nº 100 JERUSA LISBOA DE MATTOS

Convocação

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Art. 1º Convocar a Senhora JERUSA LISBOA DE MATTOS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob o nº 078.864.759-84, aprovada no (100º) centésimo lugar, do concurso público de que trata o Edital nº 001/2012, homologado pelo Decreto Municipal 3.039/2012 para o Cargo de Agente de Serviços Gerais, 40 horas semanais.

Art. 2º O convocado terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir da convocação, para dirigir-se ao Departamento de Pessoal da Prefeitura, sito a rua Nereu Ramos nº 389, Centro, Herval D'Oeste para apanhar a Relação de Documentos e manifestar-se sobre a vaga.

Art. 3º A posse dos aprovados, ora convocados, realizar-se-á à medida que os requisitos básicos para investidura ao cargo sejam cumpridos. Os candidatos, após a liberação do Departamento Pessoal, deverão apresentar-se junto a Secretaria de Saúde de Herval d'Oeste.

§ 1º - O não atendimento a esta a convocação, acarretará na desclassificação do candidato.

Prefeitura Municipal de Herval D'Oeste em 19 de Setembro de 2014

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ciente em ____/____/____
JERUSA LISBOA DE MATTOS

Ibiam**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo 011/14**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2014.

(APROVA AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM)

ADENIR ROMANATTO, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o REGIMENTO INTERNO e a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do exercício de 2012, da Prefeitura Municipal de Ibiam-SC, observadas as ressalvas apontadas pelo parecer do Tribunal de Contas do Estado

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação,

Ibiam(SC), 09 de setembro de 2014.

ADENIR ROMANATTO
PRESIDENTE

Registrado e publicado o presente decreto legislativo nesta secretaria aos nove dias do mês de setembro de dois mil e quatorze.

ELISA MARIA GHENO TREVISOL
SECRETARIADA CÂMARA**Imbituba****PREFEITURA****Portaria PMI/DGP Nº 429/2014**

PORTARIA PMI/DGP Nº 429, de 12 de setembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ADILCELENE SOUZA DE CASTRO SOARES, Auxiliar de Serviços - 40h, inscrita no CPF sob o n.º 055.550.779-39, admitida em 02 de junho de 2008, contrato nº 4452, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	01/10/2014 a 29/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de setembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/DGP Nº 430/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 430, de 12 de setembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor CECÍLIO MANOEL TOMAZ, Operador de Máquinas - 40h, inscrito no CPF sob o n.º 096.064.169-68, admitido em 22 de março de 1996, contrato nº 78, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2006 a 2011	01/10/2014 a 29/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de setembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PORTARIA PMI/SEFAZ Nº 003, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

PORTARIA PMI/SEFAZ Nº 003, de 18 de Setembro de 2014.
Dispõe sobre a instauração de Sindicância, designação de sindicantes e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 4.422 de 03 de julho de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º INSTAURAR, de acordo com o artigo 2º, da Lei Complementar nº 4.422, de 03 de julho de 2014, Sindicância destinada a apurar possíveis irregularidades na conduta da Servidora Maria Eliete Marques no atendimento ao público junto ao setor de tributação, desta secretaria.

Art. 2º DESIGNAR, nos termos da LC nº 4.422, de 03 de julho de 2014, os seguintes servidores para compor a Comissão de Sindicância:

- I - Euclides Oliveira Porto, matrícula nº 5089, Advogado, lotado na Procuradoria Geral do Município, que presidirá;
- II - Eduardo Cristiano Moraes, Auditor Fiscal, matrícula nº 5451, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda; e
- III - Luciane Falleiro Muradas, matrícula nº 5575, Auditora Fiscal, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º O prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis na forma da Lei.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 18 de Setembro de 2014.
Ivan Vítório
Secretária Municipal da Fazenda

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha
Controlador Geral do Município

Portaria PMI/DGP Nº 431/2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 431, de 12 de setembro de 2014.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora HELENA DE CARVALHO, Professora III - 20h, inscrita no CPF sob o n.º 578.457.869-34, admitida em 16 de junho de 1986, contrato nº 183, referente ao quinquênio devido, conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2007 a 2012	15/09/2014 a 14/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 15 de setembro de 2014, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 12 de setembro de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Zeli Pires
Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

PUBLICAÇÃO DE REVOGAÇÃO DE CONCORRÊNCIA 01/2013 (SANEAMENTO)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

O Município de Imbituba através do Fundo Municipal de Saneamento, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que fica REVOGADO o Edital de Concorrência 01/2013, atendendo ao disposto no Inciso IX, art. 38 da Lei 8.666/93.

Imbituba, 19 de setembro de 2014.
Eduardo dos Passos Nunes
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N. 2.093 de 19 de Setembro de 2.014

ABRE CRÉDITOS SUPLEMENTARES POR CONTA DE ANULAÇÕES TOTAIS E PARCIAIS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO VALOR DE R\$ 405.758,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II c/c ao § 2º do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.746 de 18 de setembro de 2.014,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I. Código reduzido 12, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 41.758,00.

II. Código reduzido 33, Projeto 2.061 - Gestão das Políticas e Ações do Transporte Rodoviário Municipal, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 100.000,00.

III. Código reduzido 53, Projeto 2.049 - Apoio as Ações do Ensino de Graduação, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 20.000,00.

IV. Código reduzido 63, Projeto 2.043 - Gestão das Políticas e Ações da Cultura, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 25.000,00.

V. Código reduzido 67, Projeto 2.060 - Gestão das Políticas e Ações do Desporto e Lazer Comunitário, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 38.000,00.

VI. Código reduzido 74, Projeto 2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 30.000,00.

VII. Código reduzido 85, Projeto 2.095 - Assistência Social Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 30.000,00.

VIII. Código reduzido 105, Projeto 2.063 - Gestão das Políticas e Ações de Desenvolvimento Urbano, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 25.000,00.

IX. Código reduzido 98, Projeto 2.065 - Gestão dos Recursos e Projetos de Iluminação Pública, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 10.000,00.

X. Código reduzido 100, Projeto 2.065 - Gestão dos Recursos e

Projetos de Iluminação Pública, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 6.000,00.

XI. Código reduzido 5, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 30.000,00.

XII. Código reduzido 24, Projeto 2.029 - Gestão das Ações de Média e Alta Complexidade Hospitalar e Ambulatorial, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 50.000,00.

TOTAL GERALR\$ 405.758,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta das anulações totais ou parciais das seguintes dotações orçamentárias:

I. Código reduzido 3, Projeto 2.007 - Ações de Parcerias para o Fortalecimento do Municipalismo, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 2 - GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL, Unidade 1 - Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito, no valor de R\$ 4.394,00.

II. Código reduzido 17, Projeto 0.000 - Amortização e Encargos da Dívida Contratual, elemento 32900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 30.000,00.

III. Código reduzido 28, Projeto 2.010 - Ações de Parcerias Ambientais - Consórcio Lambari, elemento 44710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 4 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 1.257,50.

IV. Código reduzido 25, Projeto 2.055 - Gestão das Políticas de Meio Ambiente, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 4 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 5.000,00.

V. Código reduzido 29, Projeto 2.056 - Gestão das Ações de Preservação e Utilização de Recursos Hídricos, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 4 - SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 26.302,00.

VI. Código reduzido 31, Projeto 1.033 - Infra-Estrutura para o Trânsito de Pessoas e Mercadorias, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 40.000,00.

VII. Código reduzido 62, Projeto 1.027 - Estruturação e Modernização das Ações da Cultura, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 2 - Departamento Municipal de Cultura, no valor de R\$ 8.052,00.

VIII. Código reduzido 65, Projeto 1.029 - Estruturaração e Modernização do Desporto Amador, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 40.752,50.

IX. Código reduzido 68, Projeto 2.019 - Ações de Parceria com Entidades Desportivas e Comunitárias, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 3 - Departamento Municipal de Esportes, no valor de R\$ 5.000,00.

X. Código reduzido 75, Projeto 1.024 - Estruturação e Modernização das Ações da Agropecuária, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$

15.000,00.

XI. Código reduzido 77, Projeto 2.014 - Ações de Parceria com Associações de Agricultores, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 18.000,00.

XII. Código reduzido 81, Projeto 1.046 - Estruturação e Modernização da Assistência Social, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 30.000,00.

XIII. Código reduzido 93, Projeto 1.054 - Implantação de Sistemas de Saneamento Básico, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 13 - FUNDO DE SANEAMENTO BÁSICO, Unidade 1 - Fundo de Saneamento Básico, no valor de R\$ 10.000,00.

XIV. Código reduzido 94, Projeto 2.094 - Gestão das Ações de Saneamento Básico, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 13 - FUNDO DE SANEAMENTO BÁSICO, Unidade 1 - Fundo de Saneamento Básico, no valor de R\$ 5.000,00.

XV. Código reduzido 108, Projeto 1.045 - Fortalecimento do Parque Industrial, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 10.000,00.

XVI. Código reduzido 95, Projeto 2.058 - Ações de Parcerias do Convênio da Radiopatrulha, elemento 33500000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 7.000,00.

XVII. Código reduzido 101, Projeto 2.093 - Regularização, manutenção e expansão de cemitérios municipais., elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 80.000,00.

XVIII. Código reduzido 102, Projeto 2.093 - Regularização, manutenção e expansão de cemitérios municipais., elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 70.000,00.

TOTAL GERALR\$ 405.758,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 19 de setembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 19 de setembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Lei N.º 1.810/2014

Lei nº 1.810/2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes desse Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, até o limite de R\$ 129.000,00 (Cento e vinte e nove mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.036 - Manutenção do Programa Saúde Bucal		
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0251 (41)	Aplicações Diretas	R\$ 125.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0251 (43)	Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
T O T A L		R\$ 129.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos por conta da anulação das dotações a seguir especificadas, do Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, no limite de R\$ 129.000,00 (Cento e vinte e nove mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0251 (08)	Aplicações Diretas	R\$ 129.000,00
T O T A L		R\$ 129.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de setembro de 2014.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 2.670/2014

Decreto nº 2.670/2014

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº 1810 de 18 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Município de Irineópolis, no exercício corrente, a dotação a seguir

especificadas, no montante de R\$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.031 - Manutenção de Ações e Serviços Públicos em Saúde		
3.3.90.00.00.00.00.00.0	Aplicações Diretas	R\$ 54.000,00
0.01.0251 (08)		
T O T A L		R\$ 54.000,00

Art. 2º - Por conta da anulação previstas no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificadas que tem previsão de despesa no exercício do valor atribuído.

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
04.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.036 - Manutenção do Programa Saúde Bucal		
3.1.90.00.00.00.00.00.0	Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
0.01.0251 (41)		
3.3.90.00.00.00.00.00.0	Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00
0.01.0251 (43)		
T O T A L		R\$ 54.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 18 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 60/2014
CONCORRÊNCIA N.º 02/2014

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 18 de novembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Concorrência Permissão, com critério de adjudicação Maior Oferta de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a Seleção e contratação de pessoa jurídica para exploração comercial a título precário, através de permissão de uso, da GUARDA, DEPÓSITO E A VENDA DE VEÍCULOS REMOVIDOS, APREENDIDOS E RETIRADOS DE CIRCULAÇÃO NAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Aprovado pela Lei nº 1787/2014 de 16 de abril de 2014. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 18 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL Nº 59/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2014

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de outubro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço Global, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA TÉCNICA/ADMINISTRATIVA/CONTÁBIL PARA: REALIZAÇÃO DE ESTUDOS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS COM A FINALIDADE DE IDENTIFICAR CONTRIBUIÇÕES CUJA INCIDÊNCIA FORAM E ESTÃO SENDO INDEVIDAS, EXCLUSIVAMENTE NO QUE TANGE AO RAT A FIM DE PROMOVER AÇÕES ADMINISTRATIVAS COM O OBJETIVO DE RECUPERAR EVENTUAIS CRÉDITOS, INCLUINDO A APRESENTAÇÃO DO LEVANTAMENTO MENSAL DO CNAE PREPONDERANTE DOS ÚLTIMOS 60 (SESSENTA) MESES, PROCEDER IN LOCO A RETIFICAÇÃO E REENVIO DAS GEFIP'S QUE VIEREM A TER ALTERAÇÕES", O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111 e 3625-1144, no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 19 de setembro de 2014.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itaiópolis

PREFEITURA

Extrato do Decreto Nº 1449/2014 - PR Nº 53/2014

Dispõe sobre a revogação dos itens: 1, 2 e 3, referente ao Processo Licitatório nº 65/2014, Pregão Presencial nº 53/2014. A íntegra do Decreto encontra-se afixado no Mural da Prefeitura e no Site www.itaiopolis.sc.gov.br.

Itaiópolis, 17/09/2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

Aviso de Licitação Nº 34/2014

Processo Licitatório nº 34/2014, Pregão Presencial nº 20/2014; Objeto: Contratação de pessoas jurídicas para prestação de Serviços de Exames de Ultrassonografia, Tomografia Computadorizada e Ressonância Magnética, aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do Município de Itaiópolis. Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 06 de outubro de 2014; Abertura dos Envelopes: as 14:15 horas do dia 06 de outubro de 2014, na Secretaria Municipal de Saúde; O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Fundo Municipal de Saúde, Av. Tancredo Neves, 234 de 2ª a 6ª das 08:00 às 12:00 e das 13:30 à 17:00 horas ou no site; www.itaiopolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 1787.

Itaiópolis, 19/09/2014.
Gervásio Uhlmann
Prefeito Municipal.

RESULTADO DA LICITAÇÃO Nº 11/2014

FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL SANTO ANTONIO DE ITAIO-
POLIS/SC

Pregão Presencial nº 05/2014. Contratação de Serviços especializados em segurança do trabalho para elaboração do Projeto de PPCI (Plano de Prevenção e Combate à incêndio) no Prédio da Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC, atendendo as determinações da Lei Nº 16157 de 07/11/2013, na sua forma completa ou simplificada, de acordo com o uso/ocupação, a classificação e a atividade desenvolvida na edificação. Empresa vencedora: Construtora San Remo Ltda - ME. Valor R\$ 24.950,00.

Itaiópolis, 19/09/2014,
Liandra Teresinha Koppe
Administradora Hospitalar.

Itapiranga

PREFEITURA

Portaria Nº 229/2014

Portaria nº 229 de 18 de setembro de 2014

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 39/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Promover sindicância em relação a fatos ocorridos na Estratégia de Saúde da Família Centro, sendo que a paciente Edinéia Sinata Camargo procurou atendimento médico, acarretando supostas irregularidades em relação ao atendimento dispensado a paciente.

Art. 2º - Ficam nomeados os servidores municipais Lisnei Mara Wesendonck Carati matrícula 14383/02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fisioterapeuta, Luisandro Marcos Lermen matrícula nº 14102/03, ocupante do cargo de provimento efetivo de Farmacêutico Bioquímico e Samira de Freitas Bolsi matrícula nº 14707/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, para compor a Comissão de Sindicância prevista nos Artigos 148 e seguintes da Lei Complementar nº 39 de 12 de junho de 2011, os quais deverão concluir o referido processo no prazo de trinta dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga SC, 18 de setembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Publicada no Diário oficial dos Municípios - DOM

Ivair Paulo Tavares
Diretor de Recursos Humanos

Itapoá

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2279/2014 - ALTERA DECRETO MUNICIPAL Nº 91/1997 - PRÉ-ESCOLA PALHACINHO FELIZ.

DECRETO MUNICIPAL NO2279/2014

Data: 17 de setembro de 2014.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 91/1997 QUE CRIA ESCOLA MUNICIPAL.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e considerando Of. CIRC. 348/2014/SME/ITAPOÁ/SC, de 15 de setembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Fica alterada a ementa do Decreto Municipal nº 91/1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CRIA A PRÉ-ESCOLA PALHACINHO FELIZ".

Art. 2º Fica alterado o art. 1º do Decreto Municipal nº 91/1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criada a Pré-Escola "Palhacinho Feliz", situada na Rua Caracaxá, 339 - Itapema do Norte - Itapoá/SC".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Decreto Municipal Nº 2280/2014 - Altera Decreto Municipal Nº 94/1997 - Pré-Escola Gente Feliz.

DECRETO MUNICIPAL NO2280/2014

Data: 17 de setembro de 2014.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 94/1997 QUE CRIA ESCOLA MUNICIPAL.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais e considerando Of. CIRC. 348/2014/SME/ITAPOÁ/SC, de 15 de setembro de 2014,

DECRETA

Art.1º Fica alterada a ementa do Decreto Municipal nº 94/1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"CRIA A PRÉ-ESCOLA GENTE FELIZ"

Art. 2º Fica alterado o art. 1º do Decreto Municipal nº 94/1997, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica criada a Pré-Escola "Gente Feliz", situada na Rua México, 404 - Centro - Itapoá/SC".

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 17 de setembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Ata do Pregão Presencial Nº 60/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 113/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 19/09/2014, a partir das 09:30 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAÍCK DUTRA POHL e JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, nomeados pelo DECRETO Nº 2192/2014 para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 60/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS PARA EVENTOS A FIM DE ATENDER AO EVENTO TURÍSTICO 7º ITALAMA/2014, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)	Representantes (Credenciados)
BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME	ANTONIO CARLOS ALVES BOSSO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preço da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Proposta	Vlr Negociado
1	BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME	13.000,00	12.000,00
2	BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME	3.000,00	2.800,00

Encerrados os lances verbais, verificou-se em apenso a proposta apresentada, a documentação referente a Responsabilidade Técnica exigida no item 13.1 do edital como condição de contratação apenas para o item 1 - Locação de tenda. Tendo em vista que o edital concedia o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a apresentação da respectiva documentação após a empresa ter sido declarada vencedora, a Pregoeira e equipe de apoio indagaram o licitante quanto ao motivo pelo qual o mesmo adiantou a apresentação desta. O licitante manifestou-se informando que teve o intuito de adiantar o processo demonstrando que a empresa cumpre todos os requisitos exigidos. Contudo, ao proceder com a análise da documentação de responsabilidade técnica apresentada, observou-se que a respectiva empresa não atende ao item 13.1.3 ao apresentar o responsável técnico Engenheiro Mecânico, descumpriu o edital que exige os seguintes responsáveis técnicos: Engenheiro Civil ou Arquiteto. Desta forma, a Pregoeira e equipe de apoio, prezando pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório e com o intuito de garantir a segurança técnica do

equipamento contratado, considerou a empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME INABILITADA para o item 1 - Locação de tenda. Na sequência, visto que para o item 2 - Locação de jogos de mesas e cadeiras, não houve nada que desabonasse a proposta da licitante, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada no item 2. Verificando vencedora, portanto a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME	2.800,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão no item relacionado. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas no item relacionado; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura. Ciente o licitante do resultado supra, fica o mesmo notificado e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores. Sem mais para o momento a sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão às 11h00min.

Itapoá, 19/09/2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio	
ISABELA RAICIK DUTRA POHL	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA

Representantes:	BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME ANTONIO CARLOS ALVES BOSSO
-----------------	--

DECRETO MUNICIPAL Nº 2259/2014 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE APOIO AO ÓRGÃO DE RECURSOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº2259/2014

Data: 22 de agosto de 2014.

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE APOIO AO ÓRGÃO DE RECURSOS HUMANOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica alterada a composição da Comissão Permanente de Apoio ao Órgão de Recursos Humanos, constituída nos termos do Decreto Municipal nº 220/2002, conforme segue:

- Valério Pacheco
- Isabela R. Dutra Pohl

- Fernanda Cristina Rosa

Art. 2º A Comissão exercerá as atividades previstas nas Leis Municipais nº 076/01 e nº 155/03.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga o Decreto Municipal nº 1863/2013.

Itapoá (SC), 22 de agosto de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

Edital de Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. Rafael Laske, convida todos os munícipes para participarem da Audiência Pública de demonstração da avaliação das Metas Fiscais do Município de Joaçaba referente ao 2º Quadrimestre de 2014, conforme estabelece artigo 9º, §4º da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que acontecerá no dia 30 de setembro de 2014, às 17:00 horas, nas dependências da Câmara de Vereadores de Joaçaba, à Avenida XV de Novembro, nº 378.

Joaçaba, 19 de setembro de 2014.
Rafael Laske
Prefeito

DECRETO Nº 4.638 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.638 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 128.600,97 (cento e vinte e oito mil, seiscentos reais e noventa e sete centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Joaçaba:

Órgão: 19 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

Proj./Atividade: 1.008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS - FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0202.0 - R\$ 103.762,61

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.0089.0 - R\$ 24.838,36

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 18 de setembro de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato PP 49/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 68/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2014/PMJ

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos, carrinhos de bebê e cadeiras de alimentação, destinados ao Centro de Educação Infantil Rita Costenaro Petry. Forma de Julgamento: Menor preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h, do dia 06/10/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 06/10/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 16 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO

Secretário de Educação

HOMOLOGAÇÃO PL 66/2014 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 66/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 66/2014/PMJ,

- Modalidade: PP 47/2014/PMJ.

Objeto: a contratação de pessoas físicas e/ou jurídicas para o fornecimento de material pético, com volume total estimado de 1.700 m³ (mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

VENCEDORES:

LUIZ CARDOZO DA SILVA

VALOR R\$ 4.301,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 19 de setembro de 2014.

Jorge Ronaldo Pohl

Secretario de Desenvolvimento Agrícola, indústria, Comércio, Turismo e Inovação

CONTRATO 203/2014 PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 203/2014/PMJ

PL 66/2014/PMJ - PP 47/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: LUIZ CARDOSO DA SILVA

OBJETO: o fornecimento pelo(a) CONTRATADO(A), de material pético, com volume total estimado de 1.700 m³ (hum mil e setecentos metros cúbicos), destinado ao cascalhamento das estradas do interior do Município de Joaçaba.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 4.301,00(quatro mil e trezentos

e um reais),
VIGÊNCIA: 05 (cinco) anos, a contar da data deste instrumento.
DATA DE ASSINATURA: 19/09/2014

JORGE RONALDO POHL
Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 09/2014 - PMJ

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 09/2014 - PMJ
CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC),
CONVENIADO: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA - PMSC

OBJETO: MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO MOTORIZADO, EXECUTANDO RONDAS PERIÓDICAS E ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS NO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DE GUARNIÇÕES DE RADIOPATROLHA DA POLÍCIA MILITAR.
R\$ 1.200 (MIL E DUZENTOS) MENSAIS DO EXERCÍCIO EM CURSO.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PROJ/ ATIV. 2.038 MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO RÁDIO PATROLHA
MODALIDADE APLICAÇÃO: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000

O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PRESENTE CONVÊNIO É DE CINCO ANOS.

JOAÇABA-SC, 21 DE JULHO DE 2014.
RAFAEL LASKE
PREFEITO

VALDEMIR CABRAL
CEL PM COMANDANTE GERAL DA PMSC

NOTA PL 17/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOACABA CNPJ: 10.594.533/0001-00 AV. XV DE NOVENBRO, 223 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 12/2014 - PR Processo Administrativo: 17/2014 Processo de Licitação: 17/2014 Data do Processo: 02/07/2014
<u>Objeto:</u> Registro de Preços para a contratação eventual e futura de transporte, com veículo tipo van, para pacientes da Secretaria Municipal de Saúde e dos programas mantidos pelo Fundo Municipal de Saúde, em tratamento fora do domicílio.	
<p style="text-align: center;"><u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 4 / 2014</u></p> <p><u>Motivo:</u> Acata-se o sugerido na ata 30/2014 (sequência 4), nos termos abaixo, para determinar a anulação do presente certame. Declarar que não houve ilegalidades no supracitado processo licitatório; Que o edital está de acordo com o solicitado e com a legislação vigente; Constatar que houve equívoco no julgamento da documentação apresentada pelas proponentes, ao não ser verificado se estes atendiam ao item 6.2 do edital, sendo posteriormente feita tal constatação; Verificar que, até o momento, o poder público não restou prejudicado. Sendo assim, considerando o princ autotutela, sugere a anulação.</p> <p style="text-align: center;">Joaçaba, 19 de Setembro de 2014</p> <p style="text-align: center;">----- RAFAEL LASKE - PREFEITO MUNICIPAL</p>	

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**Homologação Pp34/2014 SIMAE**

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2014 - PR Processo Administrativo: 45/2014 Processo de Licitação: 45/2014 Data do Processo: 18/08/2014
Folha: 1/2	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 45/2014
b) Licitação Nr.: 34/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/09/2014
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE PEÇAS E EQUIPAMENTOS DE PROCESSO DA ETA, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

					(em Reais R\$)	
g) Fornecedores e Itens Vencedores:					Unid.	Total do Item
					Qtdade	Preço Unitário
					Desclo (%)	
<u>HEXIS CIENTIFICA S/A - (6312)</u>						
5	SENSOR DO ANALISADOR DE CLORO RESIDUAL DE PROCESSO, MODELO CL17, MARCA HACH. - Marca: HACH	PÇ	1,00	0,0000	88,00	88,00
6	ELETRODO DE PH MODELO PC1R1A, PARA ANALISADOR PH/ORP, MODELO P53 DA MARCA GLI, COM NO MINIMO 3 METROS DE CABO. - Marca: RYTON	PÇ	1,00	0,0000	960,00	960,00
7	CONTATO CENTRAL DO SUPORTE DE PILHAS DO POCKET II, MARCA HACH - Marca: HACH	PÇ	2,00	0,0000	12,00	24,00
8	CONTATO LATERAL DE PILHA PARA EQUIPAMENTO POCKET II, HACH - Marca: HACH	PÇ	4,00	0,0000	12,00	48,00
9	GABINETE INFERIOR PARA EQUIPAMENTO POCKET II, MARCA HACH - Marca: HACH	PÇ	2,00	0,0000	46,00	92,00
10	TECLADO SUPERIOR DO EQUIPAMENTO TURBIDÍMETRO 2100P, MARCA HACH - Marca: HACH	PÇ	1,00	0,0000	492,00	492,00
11	TECLADO SUPERIOR DO EQUIPAMENTO TURBIDÍMETRO 2100Q, MARCA HACH - Marca: HACH	PÇ	1,00	0,0000	180,00	180,00
Total do Fornecedor:						1.884,00
<u>PRO ANÁLISE QUÍMICA E DIAGNÓSTICA LTDA - (6665)</u>						
12	MICROPIPETADOR MONOCANAL COM CAPACIDADE DE PIPETAGEM VARIÁVEL DE 0,5 A 5,0ML CONTENDO: - DIVISÃO MÍNIMA DE 0,005ML; - INEXATIDÃO MÁXIMA DE 0,6% PARA O VOLUME MÁXIMO DE MEDIÇÃO; - IMPRECISÃO MÁXIMA DE 0,2% PARA O VOLUME MÁXIMO DE MEDIÇÃO; - COMANDO DE PIPETAGEM MECÂNICO; - BOTÃO DE FÁCIL AJUSTE DO VOLUME A SE-R PIPETADO; - EMBOLO RESISTENTE À CORROSÃO E ATAQUES QUÍMICOS - BOTÃO EXPULSOR DE PONTEIRAS; O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR NO MÍNIMO: - CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA ACURACIDADE E PRECISÃO; - SUPORTE PARA ESTANTE, PLACA DE IDENTIFICAÇÃO POR CORES E MANUAM DE INSTRUÇÕES; - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES DE PONTEIRAS DE PIPETAGEM EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, AUTOCLAVÁVEIS, COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 0,5 A 5,0ML; - 01 MANUAL DO EQUIPAMENTO; - GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. - Marca: BRAND	PÇ	1,00	0,0000	758,55	758,55

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 34/2014 - PR
CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 45/2014 Processo de Licitação: 45/2014 Data do Processo: 18/08/2014
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PRO ANALISE QUIMICA E DIAGNOSTICA LTDA - (6665)

13 MICROPIPETADOR MONOCANAL COM CAPACIDADE DE PIPETAGEM VARIÁVEL DE 1,0 A 10,0ML CONTENDO: DIVISÃO MÍNIMA DE 0,01ML; INEXATIDÃO MÁXIMA DE 0,6% PARA O VOLUME MÁXIMO DE MEDIÇÃO; IMPRECISÃO MÁXIMA DE 0,2% PARA O VOLUME MÁXIMO DE MEDIÇÃO; COMANDO DE PIPETAGEM MECÂNICO; BOTÃO DE FÁCIL AJUSTE DO VOLUME A SER PIPETADO; EMBOLO RESISTENTE A CORROSÃO E ATAQUES QUÍMICOS; BOTÃO EXPULSOR DE PONTEIRAS; O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR NO MÍNIMO: - CERTIFICADO DE CONFORMIDADE PARA ACURACIDADE E PRECISÃO; - SUPORTE PARA Estante, PLACA DE IDENTIFICAÇÃO POR CORES E MANUAL DE INSTRUÇÕES; - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES DE PONTEIRAS DE PIPETAGEM EM POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, AUTOCALVÁVEIS, COM CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO DE 1,0 A 10,0ML; - 01 MANUAL DO EQUIPAMENTO; - GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. - Marca: BRAND	PÇ	1,00	0,0000	758,55	758,55
14 CONTROLADOR ELETRÔNICO (AUXILIAR) DE PIPETAGEM COM FUNCIONAMENTO A BATERIA E QUE POSSIBILITE O SEU FUNCIONAMENTO MESMO QUANDO CONECTADO AO CARREGADOR DE BATERIAS COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: - POSSUIR DOIS BOTÕES DE PIPETAGEM, UM PARA ASPIRAÇÃO E OUTRO PARA DISPENSAÇÃO DO LÍQUIDO; - VELOCIDADE VARIÁVEL DE ASPIRAÇÃO OU DISPENSAÇÃO. BOTÃO PARA AJUSTE DA VELOCIDADE DO MOTOR; - VELOCIDADE DE PIPETAGEM DE ATÉ 50ML EM MENOS DE 10 SEGUNDOS; - CONTROLE DE AJUSTE DE VELOCIDADE POSSIBILITANDO MAIOR SENSIBILIDADE NO TRABALHO COM PEQUENOS VOLUMES; - ALERTA DE BATERIA FRACA POR MEIO DE LED INDICADOR - BOTÃO PARA SELEÇÃO DE DISPENSAÇÃO POR GRAVIDADE OU POR MOTOR. - DURAÇÃO DA BATERIA DE NO MÍNIMO 7 HORAS - ADAPTÁVEL A PIPETAS DE 0,1 A 100 ML O EQUIPAMENTO DEVERÁ ACOMPANHAR NO MÍNIMO: - 01 BATERIA DE NIMH 2,4 V / 700 MAH; - 02 FILTRO MEMBRANA DE 0,2 MICRA PARA EVITAR CONTAMINAÇÃO DO EQUIPAMENTO; - 02 ADAPTADORES DE SILICONE COM VÁLVULA ANTI-RETORNO PARA ENCAIXE DAS PIPETAS; - 01 SUPORTE DE PAREDE PARA O EQUIPAMENTO; - 01 CARREGADOR DE BATERIAS COM ENTRADA DE 220V; - 01 MANUAL DO EQUIPAMENTO; - GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. - Marca: BRAND	PÇ	1,00	0,0000	1.759,00	1.759,00
15 ADAPTADOR DE SILICONE COM VÁLVULA ANTI RETORNO PARA ENCAIXE DAS PIPETAS PARA CONTROLADOR ELETRÔNICO DE PIPETAGEM MODELO ACCUJET-PRO, MARCA BRAND. - Marca: BRAND	PÇ	2,00	0,0000	152,43	304,86
Total do Fornecedor:				3.580,96	
Total Geral:				5.464,96	

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00.00 (18), 2.061.4.4.90.00.00.00.00.00 (19)

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages**PREFEITURA****PP 40-2014 SMS Rerratificado****AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PP 40-2014 SMS - RERRATIFICADO

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes de Enfermagem

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 02/10/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 269.699,13

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus. Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 19 de setembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****Resolução CMDCA Nº 04/2014**

RESOLUÇÃO CMDCA Nº04/2014

Dispõe sobre o aumento de carga horária das Conselheiras Tutelares.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições estabelecidas na lei municipal nº1. 378/06 e deliberação dos membros do CMDCA presentes em reunião extraordinária realizada no dia 04 de agosto de 2014;

Considerando a declaração de desistência do cargo de conselheira tutelar, protocolado junto ao CMDCA, no dia 30 de julho de 2014, por Tatiani da Silva;

Considerando a chamada para ocupação de cargo de conselheiro tutelar aos suplentes, respeitando a ordem de classificação da eleição de 25 de julho de 2012, e a declaração de desistência à ocupação de cargo de conselheiro tutelar assinado pelos mesmos, após o recebimento da chamada;

Considerando a deficiência na escala de trabalho, por consequência de haver apenas quatro conselheiras em atuação tendo cada uma a jornada de trabalho de 20 horas semanais;

RESOLVE

Art. 1º - Em caráter excepcional, no período de 01 de agosto de 2014 à 9 de janeiro de 2016, aumentar a carga horária das conselheiras tutelares em 7 horas semanais, totalizando assim carga horária de 27 horas semanais.

Foi APROVADA A RESOLUÇÃO - CMDCA, Nº04/2014, que entrará em vigor assim que publicada no Diário Oficial do Município.

Lauro Muller, 04 de agosto de 2014

Suzamara Vieira

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05/2014

RESOLUÇÃO CMDCA Nº05/2014

Cria Comissão Intersetorial destinada à Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LAURO MULLER, no uso de suas atribuições estabelecidas, respectivamente, nos artigos 227 da Constituição Federal e na Lei Federal nº. 12.594/12 que instituiu o SINASE, Resolve:

Art. 1º Criar Comissão Intersetorial destinada à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 2º Conforme previsto no artigo 8º da Lei Federal nº. 12.594/12, a Comissão Intersetorial será composta pelos seguintes representantes:

a) Jesiane Vieira Borges representante do Conselho Tutelar do Município;

b) Suzamara Vieira, representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

c) Juliana Leandro Ramos Benedet e Tânia Junkes Floriano, representantes da Secretaria de Assistência Social;

d) Rodrigo Moraes Kruehl, representante do CRAS do Município;

e) Juliana Zanin Piuco, representante da Secretaria Municipal de Educação;

f) Bruna Briguentte, representante da Secretaria Municipal de Saúde;

g) Eliandro Giongo, representante do Setor de Cultura;

Parágrafo único. Poderão ser convidados a participar das atividades de discussão e elaboração do Plano Municipal o membro do Ministério Público, o Juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca e quaisquer outros representantes de órgãos públicos e/ou cidadãos que tenham relação com o objeto da presente Resolução e ou possam auxiliar e contribuir com informações imprescindíveis à elaboração do Plano Municipal.

Art. 3º Compete à Comissão Intersetorial elaborar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, devendo para tanto:

a) Promover, de acordo com o artigo 7º, § 2º da Lei Federal nº. 12.594/12, conjuntamente com o CMDCA, a elaboração de diagnóstico da situação municipal referente à situação dos adolescentes em conflito com a lei;

b) Estimular a participação de todos os agentes do Sistema de Garantia de Direitos na discussão, elaboração e implementação do Plano Municipal;

c) Submeter ao CMDCA o diagnóstico, propostas, relatórios e conclusões da Comissão Intersetorial visando à aprovação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo;

d) Realizar o acompanhamento e a avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo aprovado e as ações necessárias para sua devida implementação;

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lauro Muller, 15 de setembro de 2014

Suzamara Vieira

Presidente do CMDCA

Lebon Régis

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 35/2014 - Processo Licitatório Nº 53/2014

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2014

O Município de Lebon Régis através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que se realizará licitação na Modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço por Lote. Objeto: Ata de Registro de Preços para aquisição futura e eventual de serviços de recapagem e vulcanização de pneus, de acordo com as especificações e condições do edital. Recebimento da documentação e das propostas até 09h do dia 02/10/2014. Reunião pública para abertura das propostas comerciais a partir das 09h10min do dia 02/10/2014. Obtenção do Edital e maiores Informações: www.lebonregis.sc.gov.br ou licitacoes@lebonregis.sc.gov.br ou (49) 3247-0188.

Lebon Régis, 19 de Setembro de 2014.

Thacyana Canalle

Pregoeira.

PORTARIA Nº 415/2014 - HMMSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0415/2014 de 15 de Setembro de 2014.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, a servidora, ROSELI PAES DE MELO, ocupante do cargo de SERVENTE, Licença Prêmio relativo ao período aquisitivo de 02/06/2012 a 31/05/2013 e período de gozo de 13/09/2014 a 30/09/2014.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 15 de Setembro de 2014.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

RREO_4º_BIMESTRE_2014

Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO	
			No Bimestre	%	Até o bimestre	%	(a-c)
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	21.445.240,00	21.445.240,00	3.493.936,37	16,29	16.621.442,26	77,51	4.823.797,74
Receitas Correntes	21.372.040,00	21.372.040,00	3.436.621,41	16,08	14.299.812,21	66,91	7.072.227,79
Receita Tributária	710.100,00	710.100,00	230.079,79	32,40	510.423,33	71,88	199.676,67
Impostos	566.000,00	566.000,00	194.442,41	34,35	347.030,56	61,31	218.969,44
Taxas	94.100,00	94.100,00	35.637,38	37,87	163.392,77	173,64	-69.292,77
Contribuição de Melhoria	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Receitas de Contribuições	220.000,00	220.000,00	3.919,81	1,78	93.513,78	42,51	126.486,22
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	220.000,00	220.000,00	3.919,81	1,78	93.513,78	42,51	126.486,22
Receita Patrimonial	119.510,00	119.510,00	66.383,91	55,55	193.884,42	162,23	-74.374,42
Recetas de Valores Mobiliários	119.510,00	119.510,00	66.383,91	55,55	193.884,42	162,23	-74.374,42
Transferências Correntes	20.191.430,00	20.191.430,00	3.096.907,42	15,34	13.348.475,67	66,11	6.842.954,33
Transferências Intergovernamentais	19.924.490,00	19.924.490,00	2.936.533,80	14,74	12.624.024,96	63,36	7.300.465,04
Transferências de Convênios	266.940,00	266.940,00	160.373,62	60,08	724.450,71	271,39	-457.510,71
Outras Receitas Correntes	131.000,00	131.000,00	39.330,48	30,02	153.515,01	117,19	-22.515,01
Multas e Juros de Mora	29.000,00	29.000,00	4.203,59	14,50	41.462,48	142,97	-12.462,48
Indenizações e Restituições	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Receta da Dívida Ativa	48.000,00	48.000,00	16.694,56	34,78	57.820,01	120,46	-9.820,01
Receitas Diversas	53.000,00	53.000,00	18.432,33	34,78	54.232,52	102,33	-1.232,52
Receitas de Capital	73.200,00	73.200,00	57.314,96	78,30	2.321.630,05	3.171,63	-2.248.430,05
Operações de Crédito	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00
Operações de Crédito Internas	30,00	30,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30,00
Alienação de Bens	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	298.380,00	4.973,00	-292.380,00
Alienação de Bens Móveis	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	298.380,00	4.973,00	-292.380,00
Transferências de Capital	67.170,00	67.170,00	57.314,96	85,33	2.023.250,05	3.012,13	-1.956.080,05
Transferências Intergovernamentais	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	357.800,00	542,12	-291.800,00
Transferências de Convênios	1.170,00	1.170,00	57.314,96	4.898,71	1.665.450,05	142.346,1	-1.664.280,05

Continua 1 / 4



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)						Continuação
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)						R\$ 1,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	21.445.240,00	21.445.240,00	3.493.936,37	16,29	16.621.442,26	4.823.797,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)						
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	21.445.240,00	21.445.240,00	3.493.936,37	16,29	16.621.442,26	77,51
DÉFICIT (VI)					0,00	
TOTAL (VII) = (V + VI)	21.445.240,00	21.445.240,00	3.493.936,37	16,29	16.621.442,26	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES/Utilizados para créditos adicionais						
Superavit Financeiro					764.632,83	
Reabertura de créditos adicionais					764.632,83	
					0,00	

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%	
(f)=(d+e)									
DESPESAS (EXCETO INTRA-OR) (VIII)	21.445.240,00	4.562.823,54	26.008.063,54	3.934.802,38	15.241.968,08	3.609.675,81	13.473.643,73	51,81	12.534.419,81
Despesas Correntes	20.154.730,00	532.630,83	20.687.360,83	3.055.187,07	12.884.111,80	3.076.086,10	12.197.261,89	58,96	8.490.098,94
Pessoal e Encargos Sociais	10.273.870,00	-22.017,17	10.251.852,83	1.690.799,83	7.122.507,77	1.696.971,85	7.100.047,64	69,26	3.151.805,19
Juros e Encargos da Dívida	275.600,00	-50.000,00	225.600,00	10.461,11	122.228,59	8.579,12	118.812,23	52,67	106.787,77

Continua 2 / 4



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)											Continuação
											R\$ 1,00
Outras Despesas Corrente		9.605.260,00	604.648,00	10.209.908,00	1.353.926,13	5.639.375,44	1.370.535,13	4.978.402,02	48,76	5.231.505,98	
Despesas de Capital		1.280.510,00	4.030.192,71	5.310.702,71	879.615,31	2.357.856,28	533.589,71	1.276.381,84	24,03	4.034.320,87	
Investimentos		966.420,00	3.980.192,71	4.946.612,71	843.845,77	2.037.135,56	511.118,55	970.660,30	19,62	3.975.952,41	
Amortização da Dívida		314.090,00	50.000,00	364.090,00	35.769,54	320.720,72	22.471,16	305.721,54	83,97	58.368,46	
RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	0,00	10.000,00	-----	-----	-----	-----	-----	10.000,00	
RESERVA DE CONTINGENCIA		10.000,00	0,00	10.000,00	-----	-----	-----	-----	-----	10.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMEN.) (IX)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL DESPESAS (X)=(VIII + IX)		21.445.240,00	4.562.823,54	26.008.063,54	3.934.802,38	15.241.968,08	3.609.675,81	13.473.643,73	51,81	12.534.419,81	
Amortização Dívida/Refinanciam. (XI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Interna		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida Externa		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)		21.445.240,00	4.562.823,54	26.008.063,54	3.934.802,38	15.241.968,08	3.609.675,81	13.473.643,73	51,81	12.534.419,81	
SUPERÁVIT (XIII)		-----	-----	-----	-----	-----	-----	3.147.798,53	-----	-----	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)		21.445.240,00	4.562.823,54	26.008.063,54	3.934.802,38	15.241.968,08	3.609.675,81	16.621.442,26	-----	-----	

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA			SALDO	
				No Bimestre	%	Até o bimestre	%	(a-c)
			(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
RECEITAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3 / 4



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação
R\$ 1,00

RREO - ANEXO 01 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0030) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 11/09/2014
Hora de emissão: 10:04

LUDOVINO LABAS PREFEITO MUNICIPAL	ADAIR DA SILVA MATOS TÉCNICO CONTÁBIL CRC/SC 16.115/0-7	CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI SECRETÁRIA ADM. E FINANÇAS	SERGIO INHAIA CONTROLADOR INTERNO
--------------------------------------	---	--	--------------------------------------



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(b/total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM.) (1)	21.445.240,00	26.008.063,54	3.934.802,38	15.241.968,08	3.609.675,81	13.473.643,73	100,00	51,81	12.534.419,81
LEGISLATIVA	1.000.000,00	1.000.000,00	1.078,59	415.590,40	1.078,59	415.590,40	3,08	41,56	584.409,60
Ação Legislativa	1.000.000,00	1.000.000,00	1.078,59	415.590,40	1.078,59	415.590,40	3,08	41,56	584.409,60
ADMINISTRAÇÃO	1.369.220,00	1.670.220,00	298.253,19	1.470.408,63	302.975,73	1.418.959,45	10,53	84,96	251.260,55
Planejamento e Orçamento	78.020,00	114.020,00	37.200,00	46.874,94	8.000,00	15.010,94	0,11	13,17	99.009,06
Administração Geral	1.291.200,00	1.556.200,00	261.053,19	1.423.533,69	294.975,73	1.403.948,51	10,42	90,22	152.251,49
SEGURANÇA PÚBLICA	96.000,00	222.648,00	299,00	6.299,00	299,00	6.299,00	0,05	2,83	216.349,00
Policimento	96.000,00	96.000,00	299,00	6.299,00	299,00	6.299,00	0,05	6,56	89.701,00
Defesa Civil	0,00	126.648,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	126.648,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.065.000,00	1.065.000,00	129.044,84	533.293,38	153.702,85	466.168,39	3,46	43,77	598.831,61
Assistência Ao Idoso	23.000,00	23.000,00	0,00	65,00	0,00	65,00	0,00	0,28	22.935,00
Assistência Ao Portador De Deficiência	17.000,00	17.000,00	0,00	17.000,00	6.960,00	6.960,00	0,05	40,94	10.040,00
Assistência à Criança e Ao Adolescente	224.000,00	224.000,00	8.827,42	84.966,86	17.512,13	57.341,95	0,43	25,60	166.658,05
Assistência Comunitária	801.000,00	801.000,00	120.217,42	431.263,52	129.230,72	401.801,44	2,98	50,16	399.198,56
SAÚDE	5.384.160,00	5.899.160,00	954.686,04	3.848.047,06	908.081,42	3.589.100,70	26,64	60,84	2.310.059,30
Atenção Básica	3.698.150,00	4.213.150,00	689.328,96	2.777.380,93	632.260,38	2.526.253,46	18,75	59,96	1.686.896,54
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.686.010,00	1.686.010,00	265.357,08	1.070.666,13	275.821,04	1.062.847,24	7,89	63,04	623.162,76
EDUCAÇÃO	9.249.980,00	10.102.462,83	1.785.953,64	6.040.423,48	1.464.137,17	5.079.311,54	37,70	50,28	5.023.151,29
Alimentação e Nutrição	182.860,00	182.860,00	5.045,09	165.825,52	22.665,07	149.851,49	1,11	81,95	33.008,51
Ensino Fundamental	8.663.210,00	9.515.692,83	1.741.841,99	5.697.933,93	1.394.660,59	4.783.322,01	35,50	50,27	4.732.370,82
Ensino Superior	36.000,00	36.000,00	650,00	3.120,00	910,00	3.120,00	0,02	8,67	32.880,00
Educação Infantil	341.100,00	341.100,00	37.967,12	168.095,70	45.901,51	138.019,15	1,02	40,46	203.080,85
Educação De Jovens e Adultos	16.800,00	16.800,00	449,44	5.448,33	0,00	4.998,89	0,04	29,76	11.801,11
Educação Especial	10.010,00	10.010,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.010,00
CULTURA	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Difusão Cultural	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00

Continua 1 / 3



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										Continuação
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	
			(a)	No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)	% (b/a)	
									(a-b)	
URBANISMO		983.080,00	2.700.080,00	169.324,17	657.358,95	190.683,60	573.293,09	4,25	21,23	
Infra-estrutura Urbana		413.060,00	1.913.060,00	4.487,83	131.346,29	55.216,68	128.098,94	0,95	6,70	
Serviços Urbanos		570.020,00	787.020,00	164.836,34	526.012,66	135.466,92	445.194,15	3,30	56,57	
HABITAÇÃO		20.020,00	69.018,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Habitação Urbana		20.020,00	69.018,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
GESTÃO AMBIENTAL		76.020,00	76.020,00	3.262,13	15.774,60	609,73	12.929,96	0,10	17,01	
Preservação e Conservação Ambiental		76.020,00	76.020,00	3.262,13	15.774,60	609,73	12.929,96	0,10	17,01	
AGRICULTURA		430.060,00	675.060,00	71.039,51	268.704,61	60.543,41	253.910,43	1,88	37,61	
Extensão Rural		430.060,00	675.060,00	71.039,51	268.704,61	60.543,41	253.910,43	1,88	37,61	
INDÚSTRIA		199.000,00	199.000,00	46.459,77	118.837,45	61.180,44	106.515,87	0,79	53,53	
Promoção Industrial		199.000,00	199.000,00	46.459,77	118.837,45	61.180,44	106.515,87	0,79	53,53	
COMÉRCIO E SERVIÇOS		14.000,00	14.000,00	10.979,15	10.979,15	2.455,95	2.455,95	0,02	17,54	
Turismo		14.000,00	14.000,00	10.979,15	10.979,15	2.455,95	2.455,95	0,02	17,54	
TRANSPORTE		594.010,00	1.255.903,75	266.081,50	1.086.037,97	356.872,10	877.356,15	6,51	69,86	
Transporte Rodoviário		594.010,00	1.255.903,75	266.081,50	1.086.037,97	356.872,10	877.356,15	6,51	69,86	
DESPORTO E LAZER		213.000,00	287.800,00	104.038,63	160.241,59	27.933,97	80.198,55	0,60	27,87	
Desporto Comunitário		152.990,00	227.790,00	104.038,63	153.513,09	27.933,97	73.470,05	0,55	32,25	
Lazer		60.010,00	60.010,00	0,00	6.728,50	0,00	6.728,50	0,05	11,21	
ENCARGOS ESPECIAIS		739.690,00	759.690,00	94.302,22	609.969,81	79.121,85	591.554,25	4,39	77,87	
Outros Encargos Especiais		739.690,00	759.690,00	94.302,22	609.969,81	79.121,85	591.554,25	4,39	77,87	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Reserva De Contingência		10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)		21.445.240,00	26.008.063,54	3.934.802,38	15.241.968,08	3.609.675,81	13.473.643,73	100,00	51,81	

Continuação

Continua 2 / 3



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00
Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b/total b) (b)	%	

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0030) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 11/09/2014
Hora de emissão: 10:09

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO

Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses

	Setembro/2013	Outubro/2013	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014
RECEITAS CORRENTES (I)	1.738.271,26	1.738.772,98	1.893.080,66	3.201.304,68	2.544.498,70	2.036.279,36	1.743.292,45
Receitas tributárias	27.056,89	38.392,07	47.865,67	304.218,67	26.884,83	58.781,86	71.875,89
IPTU	7.642,71	7.170,48	1.009,55	1.679,63	173,99	65,42	20,81
ISS	6.439,29	9.048,29	10.038,59	28.149,98	16.607,80	18.844,48	21.171,89
ITBI	5.274,56	10.931,06	23.087,50	28.041,64	3.099,35	3.947,89	2.339,89
IRRF	890,00	67,01	1.631,01	225.249,44	0,00	0,00	0,00
Outras receitas tributárias	6.810,33	11.175,23	12.099,02	21.097,98	7.003,69	35.924,07	48.343,30
Receita de contribuições	567,06	30.560,26	1.449,94	31.890,04	17.628,71	16.720,10	16.868,68
Receita Patrimonial	11.500,73	13.786,77	14.735,49	13.805,57	19.622,03	17.132,48	21.641,66
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.663.506,12	1.633.461,32	1.802.034,94	2.827.752,27	2.464.411,06	1.917.019,10	1.614.862,17
Cota-Parte FPM	470.237,72	470.244,94	654.101,18	986.788,44	793.108,49	846.923,86	502.391,05
Cota-Parte do ICMS	338.629,68	329.228,86	361.541,92	360.008,80	353.287,36	336.042,97	340.908,51
Cota-Parte do IPV A	37.226,57	34.186,42	27.985,15	19.467,59	22.127,64	35.534,55	43.504,56
Cota-Parte do ITR	10.548,05	55.382,41	6.582,24	3.506,63	3.405,42	903,60	28,93
Transferências da LC 87/1996	1.496,46	1.496,46	1.496,46	1.496,46	1.492,20	1.492,20	0,00
Transferências da LC 61/1989	4.749,93	5.077,71	5.632,50	6.019,93	5.646,84	4.780,76	4.671,40
Transferências do FUNDEB	443.971,44	431.416,20	485.627,18	483.121,11	528.460,97	516.644,32	476.906,01
Outras Transferências correntes	356.646,27	306.428,32	259.068,31	967.343,31	756.882,14	174.696,84	246.451,71
Outras receitas correntes	35.640,46	22.572,56	26.994,62	23.638,13	15.952,07	26.625,82	18.044,05
DEDUÇÕES (II)	172.577,46	179.123,16	211.467,70	213.031,35	235.813,37	245.135,41	178.300,68
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de receita para formação do FUNDEB	172.577,46	179.123,16	211.467,70	213.031,35	235.813,37	245.135,41	178.300,68
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.565.693,80	1.559.649,82	1.681.612,96	2.988.273,33	2.308.685,33	1.791.143,95	1.564.991,77

Continua 1 / 3



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

ESPECIFICAÇÃO		Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses						Previsão atualizada 2014
		Abril/2014	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)								
Receitas tributárias								
IPTU								
ISS								
ITBI								
IRRF								
Outras receitas tributárias								
Receita de contribuições								
Receita Patrimonial								
Receita Agropecuária								
Receita Industrial								
Receita de Serviços								
Transferências Correntes								
Cota-Parte FPM								
Cota-Parte do ICMS								
Cota-Parte do IPVA								
Cota-Parte do ITR								
Transferências da LC 87/1996								
Transferências da LC 61/1989								
Transferências do FUNDEB								
Outras Transferências correntes								
Outras receitas correntes								
DEDUÇÕES (II)								
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor								
Compensação Finan. Entre Regimes Previd.								
Dedução de receita para formação do FUNDEB								
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)								

Continuação

R\$ 1,00

Continua 2 / 3

Continua 2 / 3



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Setembro/2013 a Agosto/2014

Continuação
R\$ 1,00

Nota: Não devem ser consideradas, para fins de apuração da Receita Corrente Líquida, as Receitas Intraorçamentárias.

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0030) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 11/09/2014
Hora de emissão: 10:39

LUDOVINO LABAS PREFEITO MUNICIPAL	ADAIR DA SILVA MATTOS TÉCNICO CONTÁBIL CRC/SC 16.115/0-7	CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI SECRETARIA ADM. E FINANÇAS	SERGIO INHAIA CONTROLADOR INTERNO
--------------------------------------	--	--	--------------------------------------



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 07 (LRF, Art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇ) (I)	1.822,37	491.974,01	470.311,84	1.268,63	22.215,91	25.214,21	1.174.308,45	1.084.940,48	1.084.865,43	16.060,42	98.596,81
EXECUTIVO											
Município de Lebon Régis	1.109,85	283.613,68	266.676,93	1.268,63	16.777,97	23.726,63	1.116.021,40	1.027.635,57	1.027.562,51	16.060,42	96.125,10
Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis	0,00	61.307,95	60.518,35	0,00	789,60	0,00	556,81	528,31	526,32	0,00	30,49
Fundo Municipal de Assistência Social de Lebon Régis	0,00	30.962,50	30.962,40	0,00	0,10	0,00	18.982,21	18.982,21	18.982,21	0,00	0,00
Fundo Municipal da Criança e Adolescente de Lebon Régis	0,00	865,00	865,00	0,00	0,00	0,00	93,42	93,42	93,42	0,00	0,00
Fundo Municipal de Saúde de Lebon Régis	712,52	115.224,88	111.289,16	0,00	4.648,24	1.487,58	38.654,61	37.700,97	37.700,97	0,00	2.441,22
LEGISLATIVO											
Câmara Municipal de Vereadores de Lebon Régis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENT) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I +II)	1.822,37	491.974,01	470.311,84	1.268,63	22.215,91	25.214,21	1.174.308,45	1.084.940,48	1.084.865,43	16.060,42	98.596,81

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0030) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 11/09/2014
Hora de emissão: 11:10

Continua 1 / 2



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO

2 / 2



Município de LEBON RÉGIS - SC

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO A AGOSTO

RREO - ANEXO VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (C)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.740.903,75	1.453.491,73	1.386.941,45
DEDUÇÕES (II)	3.062.088,97	5.470.397,53	5.338.610,95
Disponibilidade de Caixa bruta	3.549.001,65	5.956.059,67	5.800.937,75
Demais Haveres Financeiros	11.909,27	11.191,41	24.546,74
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	498.821,95	496.853,55	486.873,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.321.185,22	-4.016.905,80	-3.951.669,50
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.321.185,22	-4.016.905,80	-3.951.669,50

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C-B)	Até o Bimestre (C-A)
VALOR	65.236,30	-2.630.484,28

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-1.063.549,23
--	----------------------

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 30 Jun 2014 (B)	Em 31 Ago 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

LEBON REGIS, 11/09/2014

 LUDUVINO LABAS
 PREFEITO MUNICIPAL

 CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

 ADAIR DA SILVA MATTOS
 CONTABILISTA - CRC/SC 016.115/O-7

 SERGIO INHAIA
 CONTROLADOR INTERNO



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.252.530,00	3.370.237,50	14.105.927,79	12.579.806,37
Receitas tributárias	710.100,00	230.079,79	510.423,33	422.122,49
IPTU	150.000,00	116.992,35	117.280,71	145.305,00
ISS	215.000,00	36.730,90	152.371,01	80.541,67
ITBI	70.000,00	37.853,14	67.763,92	28.234,00
IRRF	130.000,00	2.866,02	2.866,02	45.580,75
Outras Receitas Tributárias	145.100,00	35.637,38	170.141,67	122.461,07
Receitas de Contribuições	220.000,00	3.919,81	93.513,78	167.671,96
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Contribuições	220.000,00	3.919,81	93.513,78	167.671,96
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita patrimonial	119.510,00	66.383,91	193.884,42	62.384,57
(-) Aplicações Financeiras	119.510,00	66.383,91	193.884,42	62.384,57
Transferências Correntes	20.191.430,00	3.096.907,42	13.348.475,67	11.812.955,58
FPM	6.860.000,00	872.056,25	4.114.438,20	3.584.454,77
ICMS	3.200.000,00	522.399,81	2.157.368,15	1.974.414,86
Convênios	266.940,00	160.373,62	724.450,71	210.452,90
Outras Transferências Correntes	9.864.490,00	1.542.077,74	6.352.218,61	6.043.633,05
Demais Receitas Correntes	131.000,00	39.330,48	153.515,01	177.056,34
Dívida Ativa	48.000,00	16.694,56	57.820,01	74.607,42
Diversas Receitas Correntes	83.000,00	22.635,92	95.695,00	102.448,92
RECEITAS DE CAPITAL (II)	73.200,00	57.314,96	2.321.630,05	304.786,00
Operações de Crédito (III)	30,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	6.000,00	0,00	298.380,00	0,00
Transferências de Capital	67.170,00	57.314,96	2.023.250,05	304.786,00
Convênios	1.170,00	57.314,96	1.665.450,05	101.386,00
Outras Transferências de Capital	66.000,00	0,00	357.800,00	203.400,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II-III-IV-V)	67.170,00	57.314,96	2.023.250,05	304.786,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I+VI)	21.319.700,00	3.427.552,46	16.129.177,84	12.884.592,37

Continua 1 / 2



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Agosto 2014/Bimestre Julho-Agosto

Continuação

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	20.687.360,83	3.076.086,10	12.197.261,89	11.114.740,53
Pessoal e Encargos Sociais	10.251.852,83	1.696.971,85	7.100.047,64	6.307.380,19
Juros e Encargos da Dívida (IX)	225.600,00	8.579,12	118.812,23	238.868,36
Outras despesas Correntes	10.209.908,00	1.370.535,13	4.978.402,02	4.568.491,98
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII-IX)	20.461.760,83	3.067.506,98	12.078.449,66	10.875.872,17
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.310.702,71	533.589,71	1.276.381,84	1.401.803,52
Investimentos	4.946.612,71	511.118,55	970.660,30	1.084.503,68
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	-----	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)	-----	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	-----	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	364.090,00	22.471,16	305.721,54	317.299,84
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI-XII-XIII-XIV)	4.946.612,71	511.118,55	970.660,30	1.084.503,68
Reserva de Contingência (XVI)	10.000,00	-----	-----	-----
Reserva do RPPS (XVII)	0,00	-----	-----	-----
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X+XV+XVI+XVII)	25.418.373,54	3.578.625,53	13.049.109,96	11.960.375,85
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII-XVIII)	-4.098.673,54	-151.073,07	3.080.067,88	924.216,52
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-----	-----	764.632,83 D	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL

VALOR CORRENTE

Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência

464.150,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0030) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 11/09/2014
Hora de emissão: 11:05

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON REGIS - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014 / BIMESTRE JULHO A AGOSTO

RREO - ANEXO X (Lei nº9.394/1996, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	643.000,00	643.000,00	213.285,01	442.366,87	68,80
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	218.000,00	218.000,00	131.860,61	207.736,62	95,29
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	150.000,00	150.000,00	116.992,35	117.280,71	78,19
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	179,63	12.781,41	100,00
Dívida Ativa do IPTU	48.000,00	48.000,00	14.599,88	54.583,09	113,71
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	20.000,00	20.000,00	88,75	23.091,41	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	70.000,00	70.000,00	37.853,14	67.763,92	96,81
Imposto sobre Transmissão <i>Inter Vivos</i> – ITBI	70.000,00	70.000,00	37.853,14	67.763,92	96,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	224.000,00	224.000,00	37.193,93	153.512,01	68,53
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	215.000,00	215.000,00	36.730,90	152.371,01	70,87
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	9.000,00	9.000,00	74,97	549,24	0,00
Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	388,06	591,76	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	131.000,00	131.000,00	6.377,33	13.354,32	10,19
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	131.000,00	131.000,00	2.866,02	9.614,92	7,34
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	0,00	0,00	3.511,31	3.739,40	0,00
Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.347.000,00	13.347.000,00	1.863.980,95	8.274.899,80	62,00
2.1- Cota-Parte FPM	8.200.000,00	8.200.000,00	1.090.070,26	5.143.047,52	62,72
2.1.1- Cota-Parte FPM - Parcela referente art. 159, alínea d	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	652.999,57	2.696.709,38	67,42
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	200.000,00	200.000,00	2.984,40	10.445,40	5,22
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	10.995,27	41.985,67	69,98
2.5- Cota-Parte ITR	90.000,00	90.000,00	864,05	6.075,77	6,75
2.6- Cota-Parte IPVA	480.000,00	480.000,00	106.067,40	361.030,03	75,21
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8- Cota-Parte IPI - Exportação União	17.000,00	17.000,00	0,00	15.606,03	0,00
3- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS (1 + 2)	13.990.000,00	13.990.000,00	2.077.265,96	8.717.266,67	62,31
OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO					
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
4- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	1.000,00	1.000,00	204,87	831,04	0,00
5- TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	814.700,00	814.700,00	159.404,04	769.123,80	94,41
5.1- Transferências do Salário-Educação	550.000,00	550.000,00	100.266,64	380.837,76	69,24
5.2- Outras Transferências do FNDE	260.690,00	260.690,00	50.434,52	356.094,45	136,60
5.3- Aplicações Financeiras dos Recursos do FNDE	4.010,00	4.010,00	8.702,88	32.191,59	802,78
6- TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS DESTINADAS A PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	200.020,00	200.020,00	11.997,61	60.691,83	30,34
6.1- Transferências de Convênios	200.020,00	200.020,00	11.997,61	60.691,83	30,34
6.2- Aplicações Financeiras dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO DESTINADA À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS DESTINADAS AO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.014.720,00	1.014.720,00	171.401,65	829.815,63	81,78

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.609.400,00	2.609.400,00	372.795,75	1.651.857,12	63,30
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.1)	1.640.000,00	1.640.000,00	218.014,01	1.028.609,32	62,72
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.2)	800.000,00	800.000,00	130.599,76	539.341,23	67,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.3)	40.000,00	40.000,00	596,88	2.089,08	5,22
10.6- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (16,66% de 2.4)	3.400,00	3.400,00	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.5)	18.000,00	18.000,00	172,79	1.215,08	6,75
10.7- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.6)	96.000,00	96.000,00	21.213,27	72.205,33	75,21
10.7- Cota-Parte IPI - Exportação União Destinada ao FUNDEB – (6,66% de 2.8)	12.000,00	12.000,00	2.199,04	8.397,08	69,98
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.402.000,00	5.402.000,00	957.215,22	4.001.787,07	74,08
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.400.000,00	5.400.000,00	951.514,85	3.976.634,16	73,64
11.2- Complementação do Estado ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.000,00	2.000,00	5.700,37	25.152,91	0,90
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	2.792.600,00	2.792.600,00	578.719,10	2.324.777,04	83,31

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS			
			DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	%(g) = ((e+f)/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)		
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.781.000,00	3.681.982,83	685.922,02	2.607.260,62	0,00	70,81
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	3.781.000,00	3.681.982,83	685.922,02	2.607.260,62	0,00	70,81
14- OUTRAS DESPESAS	1.621.000,00	1.821.000,00	267.629,53	1.041.001,61	146.642,17	65,22
14.1- Com Educação Infantil	100.000,00	100.000,00	4.950,36	31.800,05	487,59	32,29
14.2- Com Ensino Fundamental	1.521.000,00	1.721.000,00	262.679,17	1.009.201,56	146.154,58	67,13
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.402.000,00	5.502.982,83	953.551,55	3.648.262,23	146.642,17	68,96
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO						VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISP. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						0,00
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						982,83
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (13 - 18 / 11) x 100						65,56
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE						VALOR
20- RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2012 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						982,83
21- DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2013						0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS
--	----------	----------	---------------------

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	INICIAL	ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(c) = (b/a)x100	
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ¹	3.497.500,00	3.497.500,00	519.316,49	2.179.316,67	62,31	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	No Bimestre	Até o Bimestre (e)	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	% (g) = ((e+f)/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	267.000,00	267.000,00	25.748,41	85.153,49	10.298,96	35,75
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	100.000,00	100.000,00	4.950,36	31.800,05	0,00	31,80
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	167.000,00	167.000,00	20.798,05	53.353,44	10.298,96	38,12
24- ENSINO FUNDAMENTAL	7.730.890,00	7.831.872,83	1.227.462,65	4.183.190,80	213.765,12	56,14
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	5.302.000,00	5.402.982,83	948.601,19	3.616.462,18	146.154,58	69,64
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.428.890,00	2.428.890,00	278.861,46	566.728,62	67.610,54	26,12
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	36.000,00	36.000,00	910,00	3.120,00	65,00	0,00
27- ENSINO DE JOVENS E ADULTOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	192.860,00	192.860,00	22.665,07	149.851,49	15.974,03	85,98
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	8.231.750,00	8.332.732,83	1.276.786,13	4.421.315,78	240.103,11	55,94
DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					2.324.777,04	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					0,00	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE (50)					25.152,91	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB					982,83	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					0,00	
36- CANCELAMENTO NO EXERCÍCIO DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO (46)					17.329,05	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES / ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					2.368.241,83	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23 + 24) - (37)					1.903.222,46	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO* [(38) / (3)] x 100%					21,83	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre	INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% (g) = ((e+f)/d)x100
		(d)		(e)	(f)	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	551.000,00	551.000,00	83.719,69	351.699,40	51.401,57	73,16
42- RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- OUTROS RECURSOS DESTINADOS À EDUCAÇÃO	467.230,00	1.218.730,00	103.631,35	306.296,36	669.317,75	80,05
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À MDE (40 + 41 + 42 + 43)	1.018.230,00	1.769.730,00	187.351,04	657.995,76	720.719,32	77,91
45- TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (29 + 44)	9.249.980,00	10.102.462,83	1.464.137,17	5.079.311,54	960.822,43	65,62
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE			CANCELADO EM 2012		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	0,00			0,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB					VALOR	
47- SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013					632.764,38	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE					3.976.634,16	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					4.041.281,57	
49.1- PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE DO EXERCÍCIO					3.501.184,34	
49.2- PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE DE RESTOS					540.097,23	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE					25.152,91	
51- (=) SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO ATUAL					593.269,88	

FONTE:

¹ Caput do artigo 212 da CF/1988² Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.³ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

LEBON RÉGIS, 11/09/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretária de Adm. e FinançasADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. ContabilidadeSERGIO INHAIA
Controlador Interno



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: 6.o Bimestre/2014

RREO - ANEXO 09 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	30,00	0,00		30,00
DESPESAS	Dotação Atualizada (d)	DESPESAS EXECUTADAS² Até o bimestre		Saldo não executado (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADADAS (e)	Inscritas em restos a pagar não processados (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.778.303,75	846.851,18	952.429,02	2.979.023,55
(-) Incentivos Fiscais a contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida (II)	4.778.303,75	846.851,18	952.429,02	2.979.023,55
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a-d)	(b)-(e+f)		(c-g)
	-4.778.273,75	-1.799.280,20		-2.978.993,55

Notas:

¹ <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.13.0023) LRF 2014 (04.00.13.0000)

Unidade Responsável: Município de Lebon Régis

Data de emissão: 30/07/2014

Hora de emissão: 10:18

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Mês de referência: 6o. Bimestre/2014

RREO - Anexo 11 (LRF, Art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITAS DE CAPITAL - Alienação de ativos(I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de bens imóveis	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime próprio de previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(Ib)-(IIe+II f)	SALDO ATUAL (j) = (IIIh+IIIi)
VALOR(III)	68.345,94	0,00	68.345,94

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0030) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 11/09/2014
Hora de emissão: 15:30

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



Município de LEBON RÉGIS-SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA
 DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO A AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	13.645.000,00	13.645.000,00	8.717.266,67	63,89
Impostos	566.000,00	566.000,00	347.030,56	61,31
Imposto s/ Propriedade Predial e Territorial Urbana	150.000,00	150.000,00	117.280,71	78,19
Imposto s/ Transm. Inter Vivos de Bens Imóveis e Direitos	70.000,00	70.000,00	67.763,92	96,81
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	215.000,00	215.000,00	152.371,01	70,87
Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	131.000,00	131.000,00	9.614,92	7,34
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa	77.000,00	77.000,00	95.336,31	123,81
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	9.000,00	9.000,00	13.330,65	148,12
Dívida Ativa dos Impostos	48.000,00	48.000,00	55.174,85	114,95
Multas, Juros de Mora, Atual. e Outros Encargos da Dívida Ativa dos Impostos	20.000,00	20.000,00	26.830,81	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	13.002.000,00	13.002.000,00	8.274.899,80	63,64
Da União	8.462.000,00	8.462.000,00	5.175.174,72	61,16
Cota - Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.200.000,00	8.200.000,00	5.143.047,52	62,72
Cota - Parte do Imp. s/ a Propriedade Territorial Rural	45.000,00	45.000,00	6.075,77	13,50
Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - LC 87/96	200.000,00	200.000,00	10.445,40	5,22
Outras Transferências da União	17.000,00	17.000,00	15.606,03	91,80
Do Estado	4.540.000,00	4.540.000,00	3.099.725,08	68,28
Cota - Parte do ICMS	4.000.000,00	4.000.000,00	2.696.709,38	67,42
Cota - Parte do IPVA	480.000,00	480.000,00	361.030,03	75,21
Cota - Parte do IPI s/ Exportação	60.000,00	60.000,00	41.985,67	69,98
Outras Transferências do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS (II)	2.609.100,00	2.609.100,00	448.846,64	17,20
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	7.800.540,00	7.800.540,00	9.107.186,07	116,75
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.609.400,00	-2.609.400,00	-1.651.857,12	63,30
TOTAL	21.445.240,00	21.445.240,00	16.621.442,26	77,51

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (e)	% ((d+e)/c)
DESPESAS CORRENTES	5.054.640,00	5.054.640,00	3.311.110,61	148.781,36	68,45
Pessoal e Encargos Sociais	2.517.170,00	2.529.170,00	1.845.183,13	4.400,00	73,13
Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	2.527.470,00	2.515.470,00	1.465.927,48	144.381,36	64,02
DESPESAS DE CAPITAL	329.520,00	844.520,00	277.990,09	110.165,00	45,96
Investimentos	319.520,00	834.520,00	277.990,09	110.165,00	46,51
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	5.384.160,00	5.899.160,00	3.589.100,70	258.946,36	65,23

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			Até o Bimestre (f)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/despesas com saúde)
DESPESAS COM SAÚDE (V) = (IV)	5.384.160,00	5.899.160,00	3.589.100,70	258.946,36	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	2.613.010,00	3.093.810,00	1.470.883,60	167.758,79	42,58
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.613.010,00	3.093.810,00	1.470.883,60	167.758,79	42,58
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	2.771.150,00	2.805.350,00	2.118.217,10	91.187,57	57,42

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS À SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2014 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII)	40.699,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL < % => [(VI - VII f) / II]CONSTITUCIONAIS	24,30
---	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		
			LIQUIDADAS Até o Semestre (g)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	% ((h+i)/Total(h+i))
Atenção Básica	3.698.150,00	4.213.150,00	2.526.253,46	251.127,47	72,18
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.686.010,00	1.686.010,00	1.062.847,24	7.818,89	27,82
TOTAL	5.384.160,00	5.899.160,00	3.589.100,70	258.946,36	100,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

LEBON RÉGIS, 11/09/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Administração e FinançasADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. ContabilidadeSERGIO INHAIA
Controlador Interno

Anexo XVI - Saúde 2014



Município de Lebon Régis - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Mês de referência: 4.º Bimestre/2014

RREO – ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2013 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)							
		No bimestre	Até o bimestre (b)								
TOTAL DE ATIVOS											
Direitos Futuros											
Ativos Contabilizados na SPE											
Contrapartida para Provisões de PPP											
TOTAL DE PASSIVOS(I)											
Obrigações Não Relacionadas a Serviços											
Contrapartida para Ativos da SPE											
Provisões de PPP											
GARANTIAS DE PPP(II)											
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III) = (I-II)											
PASSIVOS CONTINGENTES											
Contraprestações Futuras											
Riscos Não Provisionados											
Outros Passivos Contingentes											
ATIVOS CONTINGENTES											
Serviços Futuros											
Outros Ativos Contingentes											
DESPESAS DE PPP	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Do Ente Federado(IV)											
Das Estadais Não-dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											

Continua 1 / 2



ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Mês de referência: 4.º Bimestre/2014

[illegible]

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0030) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 11/09/2014
Hora de emissão: 15:36



Município de LEBON RÉRIS - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO A AGOSTO

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre		Até o Bimestre	
RECEITAS					
Previsão Inicial		-		21.445.240,00	
Previsão Atualizada		-		21.445.240,00	
Receitas Realizadas		3.493.936,37		16.621.442,26	
Déficit Orçamentário		-		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		-		764.632,83	
DESPESAS					
Dotação Inicial		-		21.445.240,00	
Créditos Adicionais		-		4.562.823,54	
Dotação Atualizada		-		26.008.063,54	
Despesas Empenhadas		3.934.802,38		15.241.968,08	
Despesas Liquidadas		3.609.675,81		13.473.643,73	
Inscritas em Restos a Pagar não Processados		-		1.768.324,35	
Superávit Orçamentário		-		3.147.798,53	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		No Bimestre		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		3.934.802,38		15.241.968,08	
Despesas Liquidadas		3.609.675,81		13.473.643,73	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida				22.095.042,12	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO	Resultado Apurado Até o Bimestre	% em Relação à Meta	
		(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal		-1.063.549,23	-2.630.484,28	247,33	
Resultado Primário		464.150,00	3.080.067,88	663,59	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		493.796,38	1.268,63	470.311,84	22.215,91
Poder Executivo		493.796,38	1.268,63	470.311,84	22.215,91
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		1.199.522,66	16.060,42	1.084.865,43	98.596,81
Poder Executivo		1.199.522,66	16.060,42	1.084.865,43	98.596,81
TOTAL		1.693.319,04	17.329,05	1.555.177,27	120.812,72
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.903.222,46	25	21,83	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.607.260,62	60	65,56	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo não realizado	
Receita de Operação de Crédito		0,00		30,00	
Despesa de Capital Líquida		846.851,18		2.979.023,55	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2014	2021	2031	2046
Regime Geral de Previdência Social					
Receitas Previdenciárias (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor Apurado Até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		298.380,00		-293.380,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00		3.500,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		2.118.217,10	15	24,30	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL (%)		0,00			

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

LEBON RÉGIS, 11/09/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

ADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria de Administração e Finanças

SERGIO INHAIA
Controlador Interno

RGF_2º_QUADRIMESTRE_2014



Município de Lebon Régis - SC

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Outros períodos - Setembro/2013 a Agosto/2014

RGF - ANEXO 01 (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Set/2013 a Ago/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.932.127,20	-17,98
Pessoal ativo	9.725.114,07	-17,98
Pessoal inativo e pensionistas	207.013,13	0,00
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por demissão e incentivos a demissão voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com recursos vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	9.932.127,20	-17,98
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		9.932.109,22
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		22.095.042,12
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		44,95
LIMITE MÁXIMO (INCISOS I,II E III, ART. 20 DA LRF) - 54%		11.931.322,74
LIMITE PRUDENCIAL (PARAG. ÚNICO, ART 22 DA LRF) - 51,30%		11.334.756,61
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 90%		10.738.190,47

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0040) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 17/09/2014
Hora de emissão: 17:03

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTÁBIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.740.903,75	1.538.880,25	1.386.941,45	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.137.056,70	951.518,72	843.444,66	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	472.512,55	462.830,23	422.367,09	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamentos com a União	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias (INSS)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	131.334,50	124.531,30	121.129,70	0,00
DEDUÇÕES (II)¹	3.062.088,97	3.714.483,65	5.338.610,95	0,00
Ativo Disponível	3.549.001,65	4.167.052,84	5.800.937,75	0,00
Haveres Financeiros	11.909,27	-126,58	24.546,74	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	498.821,95	452.442,61	486.873,54	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios anteriores a 5.5.2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL)=(I - II)	-1.321.185,22	-2.175.603,40	-3.951.669,50	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.436.854,18	21.660.773,85	22.095.042,12	0,00
% da DC sobre a RCL	8,52	7,10	6,28	0,00
% da DCL sobre a RCL	-6,46	-10,04	-17,88	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: <%>	24.524.225,02	25.992.928,62	26.514.050,54	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2013		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV=V+VI+VII+VIII)	1.137.056,70	951.518,72	843.444,66	0,00
Dívida PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas (VI)	90.423,88	51.550,90	34.029,12	0,00
De Tributos	3.866,47	3.866,47	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	86.557,41	47.684,43	34.029,12	0,00
Previdenciárias (INSS)	86.557,41	47.684,43	34.029,12	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida com Instituição Financeira (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	1.046.632,82	899.967,82	809.415,54	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	70.667,09	228.964,76	411.505,34	0,00
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.199.522,66	1.062.853,27	98.596,81	0,00
ANTECIPAÇÃO DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada – DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Nota:

LEBON REGIS, 11/09/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

ADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria Adm. e Finanças

SERGIO INHAIA
Controlador Interno



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014			
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre	
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	1.740.903,75	1.538.881,25	1.386.941,45	0,00	
Dívida Mobiliária	0,00	1,00	0,00	0,00	
Dívida Contratual	1.137.056,70	951.518,72	843.444,66	0,00	
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	472.512,55	462.830,23	422.367,09	0,00	
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00	
Parcelamentos com a União	0,00	0,00	0,00	0,00	
De Tributos Federais	0,00	0,00	0,00	0,00	
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Previdenciárias (INSS)	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	131.334,50	124.531,30	121.129,70	0,00	
DEDUÇÕES (II)¹	3.062.088,97	3.714.483,65	5.338.610,95	0,00	
Ativo Disponível	3.549.001,65	4.167.052,84	5.800.937,75	0,00	
Haveres Financeiros	11.909,27	-126,58	24.546,74	0,00	
(-) Restos a Pagar Processados	498.821,95	452.442,61	486.873,54	0,00	
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00	
Precatórios anteriores a 5.5.2000	0,00	0,00	0,00	0,00	
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00	
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL)=(I - II)	-1.321.185,22	-2.175.602,40	-3.951.669,50	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.436.854,18	21.660.773,85	22.095.042,12	0,00	
% da DCL sobre a RCL	8,52	7,10	6,28	0,00	
% da DCL sobre a RCL	-6,46	-10,04	-17,88	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL: < % >	24.524.225,02	25.992.928,62	26.514.050,54	0,00	

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada – DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Nota:

TRAJETÓRIA DE AJUSTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA EM CADA EXERCÍCIO FINANCEIRO

Exercício Financeiro	2001			2002			2003			2004		
	3º Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	DCL	Excedente²	Redutor	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	-1,77	0,00	0,00	-1,35	-2,10	-3,03	6,22	2,23	1,94	4,06	4,84	8,51
% Limite de Endividamento	120,00			120,00			120,00			120,00		
Exercício Financeiro	2005			2006			2007			2008		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	3,78	3,00	0,96	0,89	-0,05	2,29	-1,84	-3,07	0,17	-3,83	-4,87	-1,51
% Limite de Endividamento	120,00			120,00			12,00			120,00		
Exercício Financeiro	2009			2010			2011			2012		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	-1,55	-0,48	-0,90	-0,16	-3,69	-1,05	-7,83	-14,71	-6,65	-11,17	-6,94	-1,40
% Limite de Endividamento	120,00			120,00			120,00			120,00		
Exercício Financeiro	2013			2014			2015			2016		
	Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre			Quadrimestre		
	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º	1º	2º	3º
% da DCL sobre a RCL	-6,13	-2,04	-6,46	-10,04	-17,88							
% Limite de Endividamento	120,00			120,00			120,00			120,00		

² O excedente em relação ao limite apurado ao final do exercício de 2001 deverá ser reduzido, no mínimo, à proporção de 1/15 (um quinze avo) a cada exercício financeiro. O valor da redução anual, 1/15 (um quinze avo) do excedente é apresentado na coluna Redutor.

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Nota:

LEBON REGIS, 11/09/2014

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria Adm. e Finanças

ADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

SERGIO INHAIA
Controlador Interno



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

R\$ 1,00

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
AVAIS (I)				
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
FIANÇAS (II)				
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS GARANTIAS (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	20.436.854,18	21.660.773,85	22.095.042,12	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	4.496.107,92	4.765.370,25	4.860.909,27	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	4.046.497,13	4.288.833,22	4.374.818,34	0,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2014		
		Até o 1.º Quadrimestre	Até o 2.º Quadrimestre	Até o 3.º Quadrimestre
AVAIS (I)				
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
FIANÇAS (II)				
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Nota:

LEBON REGIS, 11/09/2012

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria Adm. e Finanças

ADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

SERGIO INHAIA
Controlador Interno



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV		R\$ 1,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO		
	No quadrimestre	Até o quadrimestre	
SULEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	
Internas	0,00	0,00	
Externa	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	
Internas	0,00	0,00	
Abertura de Crédito	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Derivadas de PPP	0,00	0,00	
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	
Antecipação de Receita	0,00	0,00	
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Demais Antecipação de Receita	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	
Externas	0,00	0,00	
Abertura de Crédito	0,00	0,00	
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	
Derivadas de PPP	0,00	0,00	
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	
Antecipação de Receita	0,00	0,00	
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00	
Demais Antecipação de Receita	0,00	0,00	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	
NÃO SULEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	
De Tributos	0,00	0,00	
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	
Previdenciárias	0,00	0,00	
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	
Do FGTS	0,00	0,00	
Melhorias da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	
Outras Operações de Crédito Não Sujetas ao Limite	0,00	0,00	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.095.042,12	-	
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00	
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00	
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (IV) = (I + II)	0,00	0,00	
% das OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS - 16%	3.535.206,74	16,00	
LIMITE DE ALERTA (Inciso III § 1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	3.181.686,07	14,40	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTARIA	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	1.546.652,95	7,00	
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + II)	0,00	0,00	

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Nota:

LEBON REGIS, 11/09/2012

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria Adm. e Finanças

ADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

SERGIO INHALA
Controlador Interno



Município de Lebon Régis - SC

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: 2o. Quadrimestre/2014

RGF - ANEXO 05 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	107.220,00 D	0,00	107.220,00 D
Royalties de Petróleo	22.751,04 D	91,40 C	22.659,64 D
Royalties de Petróleo	3.517,44 C	0,00	3.517,44 C
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	36.706,30 D	0,00	36.706,30 D
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS(I)	163.159,90 D	91,40 C	163.068,50 D
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	1.740.601,53 D	62.191,35 C	1.678.410,18 D
Recursos Ordinários	141.841,43 C	310.266,42 C	452.107,85 C
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	634.613,49 C	0,00	634.613,49 C
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	113.077,75 D	0,00	113.077,75 D
Transferências do FUNDEB/FUNDEF (apli remun profis Magist efetivo exer Educ	185.765,45 C	174.338,62 C	360.104,07 C
Transferências do FUNDEB/FUNDEF (aplicação em outras despesas Educação	840.438,66 D	84.777,44 C	755.661,22 D
Salário Educação	132.808,93 D	11.944,98 C	120.863,95 D
Precatórios	681,26 D	0,00	681,26 D
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	49.522,77 C	30.198,98 C	79.721,75 C
Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	423,29 D	0,00	423,29 D
Fundo Especial do Petróleo	73.881,28 C	0,00	73.881,28 C
Fundo Especial do Petróleo	2.992,19 C	1.078,58 C	4.070,77 C
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	1.484,39 D	0,00	1.484,39 D
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	34.540,62 C	0,00	34.540,62 C
Transferências do FUNDEB/FUNDEF (apli remun profis Magist efetivo exer Educ	64.977,61 C	0,00	64.977,61 C
Transferências de Convênios - Educação	377.883,33 C	1.063,55 C	378.946,88 C
Transferências de Convênios - Educação	30.137,52 D	382,78 D	30.520,30 D
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	617.458,00 D	16.458,45 C	600.999,55 D
Programa Educação de Jovens e Adultos - PEJA	9.312,00 D	0,00	9.312,00 D
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	68.182,28 C	0,00	68.182,28 C
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados á educação/saúde)	2.393.611,05 D	6.702,79 C	2.386.908,26 D
Convênio Trânsito - Militar	5.324,86 D	0,00	5.324,86 D
Convênio Trânsito - Prefeitura	15.901,32 D	367,11 C	15.534,21 D
Convênio Trânsito - Civil	11.771,78 D	97,90 C	11.673,88 D
Alienações de Bens destinados a Outros Programas	234.050,00 D	0,00	234.050,00 D
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE	36.688,16 C	6.300,00 C	42.988,16 C
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados á educação/saúde)	12.980,77 C	686,40 C	13.667,17 C
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	14.950,00 D	0,00	14.950,00 D
Operações de Crédito Internas - Outros Programas	14.950,00 C	0,00	14.950,00 C
Recursos Ordinários	44.821,86 C	654,51 C	45.476,37 C

Continua 1 / 2



Município de Lebon Régis - SC

PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: 2o. Quadrimestre/2014

			<i>Continuação</i>
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	30.737,20 C	0,00	30.737,20 C
Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	34.200,00 D	0,00	34.200,00 D
Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	22.450,00 D	0,00	22.450,00 D
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS(II)	4.444.303,90 D	706.744,30 C	3.737.559,60 D
TOTAL(III) = (I+II)	4.607.463,80 D	706.835,70 C	3.900.628,10 D
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema Pública-COP (04.00.15.0040) LRF 2014 (04.00.15.0000)
Unidade Responsável: Município de Lebon Régis
Data de emissão: 18/09/2014
Hora de emissão: 15:32

LUDOVINO LABAS
PREFEITO MUNICIPAL

ADAIR DA SILVA MATTOS
TÉCNICO CONTABIL
CRC/SC 16.115/0-7

CLEUZA M. R. TOMACHEUSKI
SECRETARIA ADM. E FINANÇAS

SERGIO INHAIA
CONTROLADOR INTERNO



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014

LRF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR					
	Inscritos Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados		Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício)	Empenhos Não Liquidados Cancelados Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
Alienação	0,00	510,00	0,00	0,00	22.450,00	0,00
Alienação de Bens Destinados a Outros Programas	0,00	0,00	0,00	18.950,00	34.200,00	0,00
Apoio a Pessoa Idosa – API	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Farmacêutica Básica	1,66	31.084,25	122,07	21.083,43	0,00	0,00
Atenção Básica	2.506,89	30.326,84	443,84	124.766,77	0,00	0,00
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas – Outros Programas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. De Convênios do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transf. De Recursos do FNAS	0,10	8.965,92	0,00	18.283,05	0,00	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da	0,00	6.300,00	16.458,45	624.350,00	580.769,84	0,00
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	789,60	18.925,08	30,49	7.818,89	0,00	0,00
Programa Nacional de Apoio a Criança – PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	0,00	3.791,74	0,00	386,99	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	423,29	0,00
Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Educação de Jovens e Adultos – PEJA	0,00	0,00	0,00	0,00	9.312,00	0,00
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	0,00	25.099,80	5.099,18	26.834,67	(10.485,05)	0,00
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	0,00	0,00	0,00	18.065,00	2.165,68	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Imposto e de Transferências de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário Educação	0,00	10.641,11	0,79	51.336,57	132.888,53	0,00
Transferências de Convênios – Assistência Social	0,00	0,00	0,00	1.877,92	0,00	0,00
Transferências de Convênios – Educação	0,00	0,00	6.671,79	0,00	(347.745,81)	0,00
Transferências de Convênios – Outros	701,27	686,40	1,52	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – Saúde	584,64	0,00	572,30	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios – (Outros)	0,00	6.000,00	0,00	273.485,20	2.380.630,28	0,00
Transferências de Convênios Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF – outras fontes	0,00	24.685,12	52.324,73	146.642,17	845.525,31	0,00
Transferências do FUNDEB/FUNDEF – remuneração do magi	0,00	64.670,07	0,00	0,00	(236.267,17)	0,00
Vigilância em Saúde	0,00	0,00	0,00	2.030,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	4.584,16	231.686,33	81.725,16	1.335.910,66	3.413.866,90	0,00
Alienação	0,00	0,00	0,00	36.350,00	234.050,00	0,00
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	1.484,39	0,00
Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	34.118,81	0,00
Convênio – Transito – Prefeitura	0,00	0,00	0,00	0,00	15.901,32	0,00
Convênio – Transito – Civil	0,00	0,00	97,90	0,00	11.771,78	0,00
Convênio – Transito – Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	5.324,66	0,00
Convênio – Transito – Prefeitura	0,00	27.874,01	367,11	72.237,57	0,00	0,00
Fundo Especial do Petróleo	0,00	0,00	1.078,58	14.745,34	(57.639,87)	0,00
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	681,26	0,00
Programas de Atenção a Criança – PAC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Imposto e de Transferências de Impostos	3.558,54	38.057,19	50,00	93.883,53	1.709.386,38	0,00
Receitas de Imposto e de Transferências de Impostos	1.555,05	0,00	1.303,01	0,00	(655.497,62)	0,00
Recursos Ordinários	12.518,16	167.040,10	13.975,05	215.197,25	(105.984,41)	0,00
RECURSOS ORDINARIOS – ORÇAMENTO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	17.631,75	232.971,30	16.871,65	432.413,69	1.193.596,70	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	22.215,91	464.657,63	98.596,81	1.768.324,35	4.607.463,60	0,00

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

Nota:

LEBON REGIS, 11/09/2012

LUDOVINO LABAS
Prefeito MunicipalCLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria Adm. e FinançasADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. ContabilidadeSERGIO INHAIA
Controlador Interno



MUNICÍPIO DE LEBON REGIS - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO / 2014

LRF, art. 54 - Anexo VIII

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 Últimos Meses	9.932.108,22	44,95
Limite Legal (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	11.931.322,74	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	11.334.756,61	51,30
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.951.669,50	-17,88
Limite Definido por Resolução do Senado Federal 120%	26.514.050,54	120,00
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.860.909,27	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	3.535.206,74	16,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.546.652,95	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	1.866.921,16	4.607.463,60

FONTE: Secretaria Municipal de Finanças

LUDOVINO LABAS
Prefeito Municipal

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI
Secretaria Adm. e Finanças

ADAIR DA SILVA MATTOS
CRC/SC 16.115/0-7 Tec. Contabilidade

SERGIO INHAIA
Controlador Interno

Luzerna

PREFEITURA

Portaria 122/14

PORTARIA Nº 122/14 de 18 de setembro de 2014.

"PRORROGA LICENÇA GESTAÇÃO CONCEDIDA À SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERMSANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com Lei nº 11.770 de 09 de setembro de 2008, que estabeleceu a prorrogação de 60 (sessenta) dias no tempo de duração da licença maternidade prevista no inciso XVIII do art.7º da Constituição Federal, elevando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias o prazo deste benefício e com supedâneo ainda no art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009,

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR, nos termos do art.2º da Lei Complementar nº 081 de 11 de agosto de 2009, por mais 60 (sessenta) dias a licença gestação da servidora JAQUELINE BRESSAN DA SILVA, Professora II, Classe "A", 20 horas semanais, a partir de 19 de setembro de 2014.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19 de setembro de 2014.

Luzerna(SC), 18 de setembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0115/2014 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0006/2014 - REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0115/2014 - PML

Concorrência Pública nº 0006/2014 - PML

O MUNICIPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a concessão para a exploração do serviço público de remoção e guarda de veículos apreendidos por infrações previstas no Código de Trânsito Brasileiro no Município de Luzerna/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 22 de outubro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO: às 09h10min do dia 22 de outubro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br.

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 18/09/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 18/09/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		206.181,75
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.160,07
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	2.160,07
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.296,04
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	864,03
4.2.4.7.1.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	204.021,68
4.2.4.7.1.02.00.00.00	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	204.021,68
4.2.4.7.1.02.00.01.00	Convênio PAR - Construção da Escola	204.021,68

Mafra

PREFEITURA

Resolução 001/2014 RESOLUÇÃO 001/2014.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições e com fundamento no art. 29º do Decreto nº 3.739, de 22 de Abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - As empresas, sediadas no Município de Mafra, relacionadas no Anexo I desta RESOLUÇÃO, são responsáveis pela retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, junto ao contribuinte prestador do serviço, e também por seu recolhimento à Administração Pública Municipal.

Art. 2º - A retenção de que trata a presente Resolução deverá iniciar-se a partir da data de sua publicação.

Art. 3º - O recolhimento de que trata esta Resolução deve ser realizado até o dia 15(quinze) do mês seguinte ao da prestação do serviço tomado, conforme art. 28 do Decreto nº 3.739/2014.

Art. 4º - O tomador responsável pela retenção e recolhimento do ISSQN que não o reter na fonte ficará responsável solidariamente, junto com o contribuinte prestador do serviço pelo pagamento integral do tributo, inclusive as multas e acréscimos legais, conforme Código Tributário Municipal.

Art. 5º - Ficam as empresas relacionadas no anexo I desta Resolução obrigadas a exigir o Registro Auxiliar de Nota Fiscal de Serviço - RANFS - dos prestadores de serviço localizados fora do Município de Mafra, conforme art. 32 do Decreto nº 3.739/2014.

Art. 6º - As empresas relacionadas no anexo I desta Resolução que não exigirem o RANFS de seus prestadores de serviços ficam sujeitas às penalidades previstas no Código Tributário Municipal, caso haja reincidência.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mafra, 19 de setembro de 2014
BEATRIZ V. GROSSI GONÇALVES
Secretária Municipal da Fazenda e Planejamento

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

ANEXO I

Empresas eleitas como Substitutas Tributárias do ISSQN no Município de Mafra/SC.

Razão Social	CNPJ
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA	83.052.191/0039-35
SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA	03.777.341/0107-14
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL	03.774.688/0018-01
PLASSMA-PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MAFRA	11.821.325/0001-51
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PLANALTO NORTE	83.244.954/0001-77
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE MAFRA	82.745.255/0001-31

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RÁDIO CIDADANIA FM 87.9	02.459.266/0001-22
ASSOCIAÇÃO TERAPEUTIA NOVO AMANHECER	05.510.658/0001-67
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.491.693/0001-16
CIDASC - COMPANHIA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA	83.807.586/0001-28
Prefeitura DO MUNICÍPIO de Mafra	83.102.509/0001-72
Mafra Câmara de Vereadores	83.493.692/0001-84
Fundo de Melhoria do Corpo de Bombeiros	14.186.135/0001-06
Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina	06.096.391/0001-76
Fundo de Melhoria da Polícia Militar SC	13.925.994/0001-07
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO - UNC/MAFRA	83.395.921/0001-28
FUNDAÇÃO JOÃO XXIII	85.131.829/0001-86
Assoc. de Caridade São Vicente de Paulo	85.131.993/0001-93
SELUMA SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA DE MAFRA LTDA	05.666.925/0001-90
COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN	82.508.433/0014-31
CELESC DISTRIBUIÇÃO SA	08.336.783/0001-90
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA - DNIT - DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	04.892.707/0001-00
EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS	34.028.316/2032-17
ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE MAFRA	83.743.369/0001-11
ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE DOS EMPREGADOS DA CELESC	-
MATERNIDADE D. CATARINA KUSS	83.888.206/0015-2
INSTITUTO PREVIDÊNCIA MUNICÍPIO DE MAFRA IPMM	97.457.071/0001-50
25ª SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	05.653.136/0001-14
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO - MAFRA	26.989.715/0029-03
9ª DELEGACIA REGIONAL DE MAFRA	15.211.786/0001-63
28ª CIRCUNSCRIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA, COMARCA DE MAFRA - SC	-
INSTITUTO NACIONAL SEGURO SOCIAL - INSS	-
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	-
SRTE/SC - DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE SANTA CATARINA	37.115.367/0029-61
AGÊNCIA REGIONAL EM MAFRA	-
COMERCIO DE VEICULOS E MOTOS PSCHIEDT LTDA	83.851.311/0001-91
CONWIVE VEICULOS LTDA	04.847.609/0001-51
COPELUMA COMÉRCIO DE PEÇAS E MANUTENÇÃO DE VEICULOS LTDA - ME	11.179.537/0001-87
DICAVE GARTNER DISTRIBUIDORA CATARINENSE DE VEICULOS LTDA	83.740.456/0010-06
DISTRIBUIDORA RIO MAFRENSE DE VEICULOS S/A	85.131.704/0001-56
DISTRIBUIDORA RIO MAFRENSE DE VEICULOS S/A	85.131.701/0003-18
MAFRA VEICULOS LTDA	85.128.965/0001-17
MARTINS VEICULOS LTDA	05.350.877/0001-26
RICETTI VEICULOS LTDA	75.495.630/0001-83

KONRAD CURITIBA COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA	08.482.610/0002-61
DISTRIBUIDORA RIO MAFRENSE DE VEICULOS	85.131.704/0001-56
DISTRIBUIDORA RIO MAFRENSE DE VEICULOS S/A	85.131.704/0003-18
COMERCIAL MALLON LTDA	82.745.738/0001-42
VEICULOS MALLON LTDA	81.648.115/0005-12
DIMAS COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA	83.262.923/0011-10
MAXICAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	79.420.873/0001-03
MOLASUL POSTO DE MOLAS E MEC. DIESEL LTDA	02.734.357/0001-29
SUPERAUTO MOTOR LTDA	72.291.468/0002-81
SUPERAUTO SC DISTRIBUIDORA LTDA	17.895.893/0001-83
KONRAD CURITIBA COMERCIO DE CAMINHÕES LTDA	08.482.610/0002-61
RETIFICA GUIMORVAN LTDA	11.888.325/0001-79
RETIVEL RETIFICA DE MOTORES LTDA - ME	15.132.361/0001-69
BREITKOPF CAMINHÕES LTDA	82.713.843/0001-42
SOCIEDADE CONCORDIA VILANOVENSE	79.358.073/0001-00
CLUBE MILIONARIOS DA BOLA	01.977.058/0001-52
CLUBE ATLETICO OPERARIO DE MAFRA	12.196.015/0001-56
CENTRO DE EVENTOS RAIZES DA TRADIÇÃO LTDA - ME	10.214.126/0001-12
SOCIEDADE PROT. OPER. MAFRENSE ZEPELIN	85.134.419/0001-99
CLUBE RECREATIVO TRADIC. CARROÇA VELHA	81.142.937/0001-01
AFONSO ALVES DE SOUZA JUNIOR - ME	83.792.903/0001-80
ASSOCIAÇÃO ATLETICA BANCO DO BRASIL	85.134.450/0001-20
SANTA HELENA CLUBE DE CAMPO	85.134.278/0001-04
LC RESTAURANTE E CHOPERIA LTDA ME	00.198.140/0001-16
CLUBE ECOLÓGICO CANFOREIRA	00.476.372/0001-99
PARQUE AQUATICO AGUAS DOURADAS LTDA - ME	02.339.825/0001-60
AUGUSTINHO HABLE & CIA LTDA	02.754.256/0001-10
ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CULTURA MAFRENSE - AACM	08.024.830/0001-60
ASSOCIAÇÃO DE PRESTADORES ASSISTENCIAL TECNICA NOVO RUMO	81.142.853/0001-60
ASSOCIAÇÃO DO GRUPO DE AMIGOS DO TRANSPORTE ESCLAR DE RIOMAFRA - AGATER	13.461.705/0001-58
ASSOCIAÇÃO DOS MEDICOS DA UNIMED SECC MAFRA	02.148.343/0001-23
ASSOCIAÇÃO FRATERNIDADE FEMININA CORAÇÃO SOLIDÁRIO	04.776.755/0001-33
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES FISICOS DE MAFRA	01.174.197/0001-93
ASSOCIAÇÃO ALIANÇA ASSESSORIA FINANCEIRA DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	07.556.856/0002-78
ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE PROFESSORA GEORGETE	79.368.858/0001-63
ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE MAFRA	82.745.225/0001-31
ASSOCIAÇÃO LUIZINHO FUTSAL	12.803.291/0001-35
ASSOCIAÇÃO CARLOS ERNI SCHNADEIDER - ACESC	95.951.281/0001-74
ASSOCIAÇÃO MAFRENSE DOS DEFICIENTES VISUAIS - AMADV	07.447.145/0001-84

ASSOCIAÇÃO TERAPEUTICA NOVO AMANHECER - ATENA	05.510.658/0001-67
ASSOCIAÇÃO RIOMAFRENSE DO AMOR EXIGENTE - AMAE	05.094.581/0001-91
CLUBE ATLETICO OPERARIO DE MAFRA	12.196.015/0001-46
EDSON JOSE GUENTER	85.281.338/0002-04
WALDEMAR JOÃO BRANDALISE	79.503.884/0001-57
AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	75.796.706/0003-72
AVANTE SUPERMERCADO LTDA	78.863.230/0001-71
D' VILLA SUPERMERCADO LTDA	83.492.827/0001-97
MIG SUPERMERCADOS LTDA	85.244.168/0009-52
MIG SUPERMERCADOS LTDA	85.244.168/0005-29
MIG SUPERMERCADOS LTDA	85.244.168/0001-03
MIG SUPERMERCADOS LTDA	85.244.168/0011-77
MIG SUPERMERCADOS LTDA	85.244.168/0014-10
ABI BELEM & CIA LTDA	82.745.886/0001-67
BELEM AGRO INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA	09.219.630/0001-26
SUPERMERCADO ESCALA	-
WILLNER PLUS LTDA	04.217.643/0001-42
COMÉRCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS WILLNER LTDA	82.876.434/0001-14
AGROCOMERCIAL AFUBRA	74.072.513/0034-02
AGROCOMERCIAL AFUBRA	74.072.513/0017-01
LOJAS COLOMBO S/A	89.848.543/0252-42
LOJAS BERLANDA LTDA	00.101.532/0021-69
Magazine Luiza S/A	47.960.950/0410-73
Lojas Salfer S/A	84.683.432/0069-22
Mercadomoveis Ltda	77.500.049/0107-96
KILAUAMA COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA - ME	07.046.256/0001-89
SCHUMANN MOVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	21.588.160/0072-67
SCHUMANN MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA	21.588.160/0078-52
LOJAS QUERO QUERO	86.418.264/0286-53
COMÉRCIO E INDÚSTRIA BREITHAUP T S/A	84.429.810/0011-20
COMÉRCIO E INDÚSTRIA BREITHAUP T S/A	84.429.810/0012-00
COMÉRCIO E INDÚSTRIA SCHADECK S/A	85.378.503/0001-58
BANCO BRADESCO SA	60.746.948/0362-22
BANCO DO BRASIL SA	00.000.000/5957-99
BANCO DO BRASIL SA	00.000.000/0206-21
BANCO ITAÚ S/A	60.701.190/0714-60
HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO	01.701.201/0144-81
COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO NORTE CAT. SICOOB/CREDINORTE	81.011.686/0001-18
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	00.360.305/0878-03
AGRICOLADEC MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	19.972.273/0001-26
FRITZ MOVEIS LTDA	79.809.455/0001-02
MADEIREIRA CASSIAS LTDA	85.130.151/0001-17
MADEIREIRA TRES ESTADOS LTDA (MATRIZ)	82.745.332/0001-60
MADEIREIRA TRES ESTADOS LTDA (FILIAL)	82.745.332/0006-74
CURTUME BANNACH LTDA	05.196.606/0001-68
MOINHO CATARINENSE S.A	85.129.518/0001-82
MOINHO MAFRENSE IND E COMERCIO LTDA	82.746.611/0001-48
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL ALFA	83.305.235/0119-00

INSUAGRO AGROINDUSTRIAL S/A	75.892.067/0001-87
COOPERATIVA AGROP REG PEQ PRODUTO-RES	05.513.750/0001-80
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA	83.573.212/0098-18
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA	83.573.212/0097-37
COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCORDIA	83.573.212/0096-56
SOUZA CRUZ S/A	33.009.911/0263-67
COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE MAFRA E RIONEGRO	03.950.528/0003-81
RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA	45.989.050/0005-05
REFLORESTA EMPREENDIMENTOS LTDA	05.467.802/0001-20
IDIMEX DO BRASIL IND E COM DE MOVEIS LTDA	00.373.125/0001-67
FRILUX IND E COM DE REFRIGERACAO LTDA EPP	05.730.111/0001-77
Madeira EK Ltda	75.025.734/0001-24
RENOVA FLORESTA LTDA	04.882.166/0013-73
RENOVA FLORESTA LTDA	04.882.166/00012-92
RENOVA FLORESTA LTDA	04.882.166/0014-54
AGROPECUARIA MAFRA S/A	75.275.511/0001-15
FERRAGENS NEGRAO COMERCIAL LTDA	76.639.285/0004-10
ELETROBOX MONTAGENS ELETRICAS LTDA	83.436.998/0001-07
CASAGRANDE REVESTIMENTOS CERAMICOS S/A	83.143.636/0001-10
C.W.RITZMANN AGROFLORESTAL S/A	85.128.999/0001-01
Clínica de Fisioterapia São Camilo S/C	81.143.018/0001-44
Clínica de Fraturas São Camilo S/C	01.273.035/0001-67
Clínica de Olhos Lorenzi Ltda	07.752.888/0001-68
Clínica Médica Geheim Liebe Ltda	07.423.630/0001-18
Clínica Médica Sian Ltda	08.880.283/0001-15
Clínica Neurológica de Mafra Ltda	10.830.618/0001-32
Clínica Reitmeyer Ltda	05.869.675/0001-95
Riolab Laboratório de Análises Clínicas Ltda	03.210.120/0002-92
LABORATÓRIO DE PROTESE DENTARIA DITRICH LTDA- ME	07.414.136/0001-97
CLINILAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	75.279.521/0001-29
CLINILAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA	75.279.521/0002-00
LABORATÓRIO ANACLIN LTDA	81.142.994/0001-82
LABORATÓRIO BIOC DO BRASIL LTDA ME	08.909.439/0001-43
CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM RIOMAFRA LTDA	01.227.801/0001-57
LABORATÓRI DE CITOP. E ANAT. PAT. ANNA-LAB LTDA	40.426.900/0004-62
RIO MAFRA COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA	78.637.030.0001-09
NEIMANN E SILVA LTDA	08.055.125/0001-20
VIACAO ELO LTDA EPP	79.267.860/0001-46
VIACAO SANTA CLARA LTDA	80.858.053/0001-87
Autopista Planalto Sul S.A	09.325.109/0001-73
Susin Hotel Ltda	02.111.303/0001-07
Alyss Express Hotel Ltda	08.911.433/0001-00
Della Hotelaria Ltda	08.215.601/0001-23

MINUZZI & MIORANZA SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM LTDA	09.398.446/0001-90
HOTEIS MIANJOWI LTA - ME	80.647.092/0001-35
All América Latina Logística Malha Sul	01.258.944/0042-02
SOCIEDADE EDUCACIONAL EXCELÊNCIA LTDA	12.035.159/0001-20
CEREALISTA BANNACK LTDA - ME	82.963.794/0001-53
CONDUTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MALHAS LTDA	04.302.276/0001-85
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CALHAS VILA NOVA LTDA	82.094.327/0001-34
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E COMERCIAL ROSANA	20.228.343/0001-15
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E COMERCIAL NOVO MILÊNIO	08.008.056/0001-02
CONDOMÍNIO COMERCIAL CENTRAL PARK	09.308.113/0001-23
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E COMERCIAL MARIANA	06.122.530/0001-99
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PLANALTO	17.332.470/0001-55
condomínio comercial e residencial planalto norte	01.439.338/0001-07
condomínio edifício hugo werner	07.585.910/0001-07
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E COMERCIAL 'ARAUCARIA'	11.483.891/0001-09
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E COMERCIAL 'DONA LUIZA'	14.712.404/0001-12
CONDOMÍNIO EDIFÍCIO TORRE DO SOL	01.580.874/0001-28
CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO JOAO VITOR	08.985.933/0001-97
CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PEROLA	08.844.587/0001-27
CONDOMÍNIO EDIFÍCIO RICHMOND	02.594.220/0001-16
CONDOMÍNIO JARIM AMERCIA FASE I	07.196.365/0001-82
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL E COMERCIAL 'G.B.JUNIOR'	10.728.788/0001-00
LAVORO ADMINISTRAÇÃO DE BENS E PARTICIPAÇÕES LTDA	16.611.828/0001-16
agropecuária mafra s/a	75.275.511/0001-15
artsoli móveis ltda	09.253.961/0001-82
bandag do brasil ltda	48.775.266/0004-85
brasil telecom s/a	76.535.764/0322-66
brenda indústria e comércio de móveis ltda	03.430.612/0001-02
cv produtos alimentícios ltda	04.792.762/0001-29
CVB TELECON LTDA - ME	19.409.170/0001-52
cereagro s/a	75.892.067/0001-87
colo indústria e comércio de artigos de madeira ltda	75.335.810/0001-06
farmácia nathane ltda	82.886.425/0001-04
franco e bachot indústria e comércio de móveis ltda	72.285.844/0001-37
madecolo indústria e comércio de madeiras ltda	81.850.653/0001-61
mademafra madeiras ltda	79.931.341/0001-30
móveis wil fama s.a	95.762.852/0001-22
oficina mecânica agrícar ltda epp	79.482.121/0001-77
oficina mecânica agrícar ltda epp	79.482.121/0003-39
oficina mecânica agrícar ltda epp	79.482.121/0002-58
rigesa celulose papel e embalagem ltda	45.989.050/0005-05
riomafra comércio de combustíveis ltda	78.637.030/0001-09
sindicato dos SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS de mafra	79.368.635/0001-04

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	82.746.546/0001-50
SINDICATO RURAL DE MAFRA	82.746.926/0001-95
sociedade mafrense de engenharia	76.555.762/0001-16
auto posto mengarda ltda	03.213.895/0001-30
big safra ltda	04.834.285/0005-40
brenda indústria e comércio de móveis ltda	03.430.612/0001-02
cmo eletro eletrônica ltda	05.686.507/0001-64
comercial de ferragens milium ltda	83.240.333/0019-44
krambeck joalheria e óptica ltda	01.552.283/0001-47
macrofertil indústria e comércio de fertilizantes ltda	76.082.320/0016-86
tranorte sistemas mecanizados ltda	04.308.019/0001-50
valfertil máquinas agrícolas ltda	03.233.069/0001-53
VALFERTIL MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA	03.233.069/0003-15
susin comércio de combustíveis ltda	80.696.487/0001-28
vidraçaria linde ltda	83.743.138/0001-08
VIDRAÇARIA LINDE LTDA	73.743.138/0004-50
GRAMS COMÉRCIO DE MÁQUINA E REPRESENTAÇÕES LTDA	82.160.169/0001-73
CENTRO DE TRATAMENTO DE DOENÇAS RENAIIS JOINVILLE	78.836.855/0003-06
BRIDGESTONE DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	57.497.539/0016-00
COMERCIAL ELAINE DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	80.478.993/001-40
COMPENSADOS RIAMAR LTDA	05.580.570/0001-11
APAS ASSOCIAÇÃO PROFESSORES ALUNOS E SITICOM	06.353.431/0001-18
FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA FUPESC - PRESÍDIO REGIONAL	01.577.780/0001-08
VIVO S.A-ERB-MAFRA BULIGAO REP TX	02.449.992/0017-21

LEI MUNICIPAL Nº. 4044

LEI MUNICIPAL Nº. 4044

DE 28 DE AGOSTO DE 2014.

CRIA NO MUNICÍPIO DE MAFRA O SISTEMA DE MARCAÇÃO DE CONSULTA VIA TELEFONE E INTERNET.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Todos os Municípios usuários do sistema público de saúde no âmbito do Município de Mafra poderão realizar a marcação de consulta por telefone ou através da internet, para todas as unidades de saúde do Município de Mafra.

Parágrafo único. Unidade de Saúde é o estabelecimento compreendido como Unidade Básica de Saúde, Centro de Saúde ou Posto do Programa Saúde da Família.

Art. 2º Para receber o atendimento o paciente deverá estar devidamente cadastrado junto à Secretaria Municipal de Saúde, sendo que o cadastramento pode se dar também através dos mesmos meios disponibilizados para marcação da consulta.

Art. 3º Para receber o atendimento agendado por telefone ou internet, o paciente deverá apresentar, na ocasião da consulta, a sua Carteira de Identidade ou o Cartão do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 4º As Unidades de Saúde e a Prefeitura Municipal de Mafra

deverão afixar em local visível à população e divulgar o conteúdo desta Lei, bem como o telefone e o endereço eletrônico para a realização da marcação das consultas.

Art. 5º Esta lei deverá ser regulamentada por decreto municipal em um prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Mafra, 28 de agosto de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços Nº 153/2014

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de livros destinados a Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 03/10/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 19 de setembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze Fabiano Maurício Kalil

Prefeito Municipal

Pregoeiro Municipal

LEI MUNICIPAL Nº4042

LEI MUNICIPAL Nº. 4042

DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL A 'ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE MAFRA' E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Roberto Agenor Scholze, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública Municipal, a 'Associação Empresarial de Mafra', entidade sem fins lucrativos, com sede e foro neste município.

Art. 2º Á entidade declarada, ficam-lhe assegurados todos os direitos previstos em Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 2.459, de 30 de novembro de 2.000.

Mafra, 10 de setembro de 2014.

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

Autorização de Funcionamento - Cei

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

NUMERO	DATA	RELATOR
01	22/08/2014	SUZANA GARCIA DA ROCHA
INTERESSADO	ASSUNTO	
Secretaria Municipal de Educação de Maracajá	Autorização de funcionamento das Instituições públicas de Educação Infantil	

I - RELATÓRIO

Atualmente o município conta com uma instituição exclusivamente de atendimento de educação infantil, duas instituições de Educação Básica que realiza o atendimento de crianças do pré-escolar e Ensino Fundamental e uma Unidade de Ensino que atende apenas o Ensino Fundamental.

O município há anos, conta com essas instituições que atende a clientela de 0 a 6 anos, funcionando conforme ocorria desde administrações anteriores. A atual administração continuou o funcionamento, exatamente como sempre ocorreu no município, ou seja, sem a realização de um processo de autorização das instituições supracitadas, ligadas ao Sistema Municipal de Educação. Com as legislações atualizadas no ano de 2013, como o Sistema Municipal de Educação a nova lei do Conselho Municipal de Educação, Resolução de Educação Infantil e devido também construção do novo Centro de Educação Infantil, o município torna público a necessidade de autorização de funcionamento para a devida regularização.

Diversos esforços foram envidados para que todos os documentos norteadores da educação e segurança fossem apresentados para este conselho, no entanto até o momento não foi possível atualizar a proposta pedagógica das instituições e como também não foi possível realizar a vistoria conclusiva do corpo de bombeiro.

Para fins de regularizar toda a situação de documentos, as autoridades competentes comprometem-se a finalizar os documentos ainda no ano de 2014, levando em consideração toda a legislação vigente, como também finalizar o processo de autorização do corpo de bombeiros, sendo este faltando apenas a última vistoria.

Os demais documentos solicitados todos encontram-se conformidade com a legislação.

II - VOTO DO RELATOR

Em vista do exposto, propõe-se a aprovação deste Parecer e Autorizar o Funcionamento do Centro de Educação Infantil Margareth Maria Thomasi Rocha, a ressalva de apresentação da documentação completa em 01 de março de 2015.

As demais instituições que ofertam educação infantil e Ensino Fundamental a autorização de funcionamento se dará com a aprovação da resolução de Ensino Fundamental prevista para o término do segundo semestre de 2014

III - DECISÃO DO CONSELHO

O Conselho Municipal de Educação aprova por unanimidade o voto do Relator.

Maracajá, em 22 de Agosto de 2014.

Lucio Vânio Moraes

Presidente do Conselho Municipal de Educação

Maravilha

PREFEITURA

Decreto Nº 112/2014

DECRETO Nº 112, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Revoga o Decreto nº 70, de 11 de junho de 2014 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO:

A solicitação dos proprietários do Lote Urbano nº (7), da Quadra nº (9), objeto da Matrícula 10.906, do Ofício de Registro de Imóveis desta Comarca, Vanderlei José Giusti e Claudemir Luiz Giusti.

A descoberta de que uma residência vizinha encontra-se edificada sobre parte do referido imóvel, caracterizando invasão de divisa.

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente REVOGADO o Decreto nº 70, de 11 de junho de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 19 de setembro de 2014.

SANDRO DONATI

Registrado e publicado na data supra.

Prefeito em Exercício

ELIANE F. S. BEDUSCHI

Sec. Planej. Adm e Fazenda

Meleiro**PREFEITURA****Extrato Contratual Nº. 111/2014**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 111/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: ELIS ANGELA SIMONI DAL TOE
Objeto: Prestação de Serviço de assessoria técnica referente a elaboração de editais e processos licitatórios, a serem prestados ao município por um período de 04 (quatro) meses.
Valor: R\$ 4.120,00
Vigência: Início: 01/09/2014 Término: 31/12/2014.
Data da assinatura: 01 de setembro de 2014.

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 101/2014
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: INGÁ VEÍCULOS LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (um) CAMINHÃO NOVO 0 km CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL.
Valor: R\$ 316.500,00
Vigência: Início: 02/07/2014 Término: 31/12/2014.
Data da assinatura: 02 de julho de 2014.

PORTARIA N.º 348/2014

PORTARIA n.º 348/2014
TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora AMARFELINA MOTA DA BOIT, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, conforme atestado médico, por um período de até 15 (quinze) dias.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/09/2014.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 19 de Setembro de 2014.
JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA
Secret. Adm. e Finanças

Monte Carlo**PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 84/2014**

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 84/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2014
REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de SERVIÇOS DE ARBITRAGEM para jogos de futebol de salão e campo, handebol, basquetebol e voleibol.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 12:00 horas do dia 07/outubro/2014; ABERTURA: às 14:00 horas do dia 07/outubro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

- a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.
- HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.
- b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,
- c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br
- d) e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 17 de setembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Concorrência Publica 101/2014

Município de Morro da Fumaça. Edital de CONCORRENCIA PUBLICA 101/2014. Objeto: CONCESSÃO DE SERVIÇO DE REMOÇÃO E GUARDA DE VEÍCULOS APREENDIDOS POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, conforme anexo. Data: 22/10/2014 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.

Michel Antônio Maccari
Secretário de Finanças.

Navegantes

PREFEITURA

Lei Complementar 217 Altera Lc 55

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 217 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 55 DE 22 DE JULHO DE 2008

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º O artigo 268 da lei complementar da lei n.º 55 de 22 de julho de 2008 fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

“Art. 268 São considerados empreendimentos de impacto:

I - as edificações destinadas aos usos industriais, comerciais e de serviços com a área construída superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados);

II - estabelecimentos de uso educacional com a área construída igual ou superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

III - as edificações destinadas a atividade de terminal logístico e/ou armazém de cargas, construídas através de galpões pré-fabricados ou tecnologia equivalente, com a área construída superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados), situadas em locais onde a ocupação residencial corresponde a mais de 20% da área de influência do empreendimento;

IV - as edificações destinadas a atividade de terminal logístico e/ou armazém de cargas, construídas através de galpões pré-fabricados ou tecnologia equivalente, com a área construída superior a 30.000 m² (trinta mil metros quadrados) situadas em qualquer local do município;

V - os empreendimentos habitacionais e hoteleiros com área construída superior a 25.000 m² (vinte e cinco mil metros quadrados) ou 200 (duzentas) unidades habitacionais;

VI - loteamentos com geração superior a 500 (quinhentos) lotes por gleba;

VII - ginásios esportivos ou estádios com área construída superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

VIII - autódromos, kartódromos ou motódromos ao ar livre com qualquer área de terreno ou, se fechados, com a área construída superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados);

IX - estacionamento com a área construída superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados);

X - estabelecimentos hospitalares com a área construída superior a 10.000 m² (dez mil metros quadrados) e estabelecimentos de uso veterinário, vigilância epidemiológica e centro de zoonoses com área superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados);

XI - casas de espetáculo, boates, danceterias e congêneres com a área construída superior a 1.000 m² (mil metros quadrados);

XII - clubes com área construída superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) ou área útil de terreno superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados);

XIII - centros de convenções e pavilhões de feiras e eventos com área construída superior a 20.000 m² (vinte mil metros quadrados);

XIV - igrejas e templos com área destinada para a realização de

cerimônia religiosa com mais de 3.000 m² (três mil metros quadrados);

§ 1º Os empreendimentos que tiveram Alvará de Construção emitido anteriormente à data de 22/7/2008 não terão as respectivas áreas construídas computadas para fins de enquadramento nos empreendimentos de impacto, com exceção de eventuais áreas cujo Alvará foi emitido após a referida data.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

§ 2º Os empreendimentos construídos após a data de 22/7/2008, que na implantação não se enquadraram em empreendimentos de impacto, e que estão em funcionamento há pelo menos dois anos, e desde que não possuam registro de não atendimento aos padrões de incomodidade, cuja ampliação ultrapassar em menos de 20% (vinte por cento) do limite de enquadramento, estarão isentos de apresentação de estudo de impacto.

§ 3º Os empreendimentos que na sua implantação elaboraram o EIV, e cuja ampliação representa até 30% (trinta por cento) da obra, originalmente aprovada, estarão isentos de apresentação de novo estudo de impacto.

§ 4º Os empreendimentos consolidados construídos antes da data de 22/7/2008 sem o devido Alvará de Construção, e desde que não possuam registro de não atendimento aos padrões de incomodidade, estarão isentos de apresentação de estudo de impacto quando da sua regularização, com exceção de eventuais áreas construídas ou a construir após a referida data, as quais estarão sujeitas ao enquadramento."

Art. 2º O artigo 269 da lei complementar n.º 55 de 22 de julho de 2008 fica alterado, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 269 Entre outros, são considerados empreendimentos de impacto as seguintes atividades, independentemente da área construída:

- I - shopping center;
- II - Estação de Tratamento de Efluentes;
- III - Ferry-Boat;
- IV - portos;
- V - aterro sanitário;
- VI - cemitérios e crematórios;
- VII - presídios;
- VIII - depósitos de containers;
- IX - atividades de extração mineral;
- X - atividades que envolvam o uso de material radioativo.

Parágrafo Único: Estações de rádio-base seguirão legislação específica."

Art. 3º Esta lei complementar entrará em vigor na data da sua publicação, permanecendo inalteradas as demais disposições da lei complementar n.º 55 de 22 de julho de 2014.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei Complementar 218 Altera Lc 7 Chegadas Em Atraso

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 218 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014
ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR N.º 7 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2003 - ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º O artigo 52 da lei complementar n.º 7 de 11 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52.. O servidor público perderá a remuneração do dia e repouso semanal subsequente se não comparecer ao serviço, salvo por motivo justificado.

§1º O comparecimento depois do horário inicial do expediente e/ou a saída antes do horário final serão computados como 1 (um) dia de falta a cada somatório de 5 (cinco) ocorrências no mês."

§ 2º As chegadas atrasadas ou saídas antecipadas, que não somarem 5 ocorrências no mês, ou que não representem novo somatório de 5 ocorrências para fins de penalização na forma do § 1º serão descontadas proporcionalmente ao período não trabalhado.

Art. 2º O parágrafo 5º do art. 80 da lei complementar n.º 7 de 11 de novembro de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 80 ...

§ 1º ...

§ 2º ...

§ 3º...

§ 4º ...

§ 5º É vedado compensar, dos dias de férias a que o servidor tem direito, qualquer falta injustificada ao serviço."

.....

Art. 4º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei Complementar 219 Institui Comtur E Fundo Turismo

LEI COMPLEMENTAR Nº 219 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014
INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR - E
CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais.
FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR -, órgão consultivo de orientação, planejamento, deliberação e coordenação do Turismo Municipal.

Art. 2º A Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura elaborará o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo, e suas disposições serão aprovadas e instituídas através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 3º Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR -, que tem por objetivo criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações do Turismo coordenadas por um conselho deliberativo formado pelo COMTUR.

Art. 4º Serão recursos do FUMTUR, para concretização das despesas, os constantes de dotação orçamentária própria.

Parágrafo Único: O Poder Executivo Municipal fixará, anualmente, por meio de Decreto, o valor destinado ao incentivo ao Turismo.

Art. 5º Constituem outros recursos financeiros do Fundo:

- I - as contribuições, subvenções e auxílios de órgãos da Administração Direta e Indireta, Federal, Estadual e Municipal;
- II - as receitas oriundas de convênios, acordos e contratos celebrados entre o Município e Instituições Públicas e Privadas cuja execução seja de competência da Secretaria de Turismo;
- III - as doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas ou de Organismos Públicos Nacionais e Estrangeiros;
- IV - os rendimentos provenientes de aplicação financeira de recursos do próprio fundo;
- V - patrocínios e apoios de pessoas jurídicas nacionais e estrangeiras destinadas a promoções, eventos, campanhas publicitárias e projetos especiais do âmbito da Secretaria Municipal de Turismo;
- VI - outras receitas especificamente destinadas ao Fundo.

Art. 6º A Administração do Fundo Municipal de Turismo caberá ao Secretário de Turismo, Esporte e Cultura, sob orientação, controle e deliberação do Conselho Municipal de Turismo.

Parágrafo Único: O ordenador das despesas do FUMTUR será o Secretário de Turismo, Esporte e Cultura.

Art. 7º As disponibilidades financeiras do FUMTUR serão aplicadas conforme as deliberações do COMTUR e mediante expressa autorização do Secretário de Turismo, Esporte e Cultura, nas seguintes finalidades:

- I - Nos programas de promoção, proteção e recuperação turística, desenvolvidos ou coordenados pela Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura;
- II - Na promoção e financiamento de pesquisas de desenvolvimento turístico municipal;
- III - Nos programas de treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;
- IV - No custeio parcial ou total de despesas de viagens, desde que comprovada a sua destinação exclusiva para o desenvolvimento turístico;
- V - Nos trabalhos de publicidade, comunicação e divulgação de

matérias relativas ao turismo municipal, em âmbito local, estadual, nacional e internacional;

- VI - Na aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo para os serviços da Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura, bem como na manutenção e conservação de instalações;
- VII - No custeio de alimentação e hospedagem de artistas, grupos especiais de jornalistas e agentes de viagens nacionais e estrangeiros durante eventos realizados no Município, visando à divulgação da cidade;
- VIII - No custeio de eventos, promoções, shows, equipamentos técnicos e eletrônicos, bem como da infraestrutura necessária para a sua realização.
- IX - Na implantação do Plano Municipal de Turismo.

Art. 8º A administração dos recursos do Fundo será exercida pelo Secretário de Turismo, Esporte e Cultura, na qualidade de ordenador de despesas, de acordo com as deliberações do COMTUR, a quem compete:

- I - Delegar competência para a prática de atos concernentes às atividades específicas do Fundo;
- II - Fixar diretrizes operacionais do FUMTUR;
- III - Baixar normas e instruções disciplinares para a aplicação dos recursos do FUMTUR mediante projetos técnicos e estudos dos mesmos;
- IV - Autorizar previamente a execução do orçamento ou aplicação dos recursos do FUMTUR mediante projetos técnicos e estudos dos mesmos;
- V - Propor alterações na promoção financeira durante a execução dos mesmos;
- VI - Firmar acordos, contratos, convênios ou outros atos indispensáveis à consecução do Fundo;
- VII - Propor alteração nesta lei;
- VIII - Fiscalizar a arrecadação ou recolhimento dos recursos financeiros, bem como a emissão de empenhos, liquidações de contas e pagamentos das despesas do Fundo;
- IX - Exercer outras atribuições relacionadas com a supervisão e a administração do FUMTUR.

Art. 9º Compete ao COMTUR:

- I - Elaborar e submeter, para aprovação, a proposta orçamentária do FUMTUR e a sua programação financeira;
- II - Estudar e analisar relatórios de prestação de contas dos recursos do FUMTUR;
- III - Participar da formulação da política econômico-financeira do Fundo;
- IV - Deliberar acerca da execução orçamentária do Fundo;
- V - Organizar e manter atualizados coletâneas de Leis, Decretos e outros documentos do interesse do Fundo;
- VI - Desenvolver outras atividades relacionadas com a administração financeira do Fundo.

Art. 10 Compete à Secretaria Municipal de Finanças:

- I - Manter o controle escritural, da execução financeira e orçamentária dos recursos do FUMTUR, bem como de suas aplicações financeiras, nos termos das resoluções do COMTUR;
- II - Liberar os recursos específicos para os programas de Turismo, conforme deliberações do COMTUR;
- III - Realizar periodicamente ou sempre que solicitada as prestações de contas dos recursos do FUMTUR ao COMTUR;

Art. 11 O Secretário de Turismo, Esporte e Cultura fica autorizado a baixar os atos complementares necessários ao fiel cumprimento e aplicação imediata da presente lei.

Art. 12 Os casos omissos nesta Lei poderão ser regulamentados através de Decreto.

Art. 13 Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação revogando-se a lei nº 1239 de 3 de junho de 1998 e a lei complementar nº 171 de 19 de março de 2013 e a alínea "f" do inciso IV do art. 2º da lei complementar nº 62 de 1º/4/2009.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2921 DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2921 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014
DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DA RECICLAGEM DE NAVEGANTES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para os fins previstos em lei, a Associação dos Agentes da Reciclagem de Navegantes, associação civil de direito privado sem fins lucrativos ou econômicos de duração indeterminada, com autonomia administrativa e financeira, inscrita no CNPJ sob o número 06.308.885/0001-77, localizada na Rua Moacir Alfredo Bento s/nº, no Bairro São Paulo, em Navegantes.

Art. 2º A referida entidade tem como objetivos: incentivar, organizar e sistematizar as atividades dos catadores de materiais recicláveis; comercializar os materiais recicláveis, visando a agregar valor à venda; proporcionar oportunidades de trabalho de pesquisa, ensino e extensão, promovendo intercâmbio de conhecimento entre associados, entidades públicas e privadas; qualificar os catadores de materiais recicláveis para o exercício desta atividade econômica; desenvolver ações de solidariedade entre os associados; obter, de forma direta, nas instituições públicas ou privadas, a título de empréstimo ou financiamento; organizar núcleos comunitários de coleta e reciclagem; organizar e administrar centros de coleta; desenvolver novos modelos experimentais; desenvolver estudos e pesquisas; desenvolver o voluntariado; organizar centro de profissionalização com ênfase aos jovens em situação de vulnerabilidade social; organizar programas de assessoria, assistência e gestão de programas ambientais para o poder público e privado; integrar atividade social com programas de reciclagem; possibilitar a realização de estágios; desenvolver programas de gestão de aterros privados e públicos com reaproveitamento para a geração de energia alternativa; desenvolver atividades de defesa ambiental; representar e defender os interesses dos associados que congrega

em âmbito administrativo, judicial ou extrajudicial; participar de projetos e programas de economia solidária em âmbito municipal, estadual e nacional.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2920 Altera Leis 2590 E 1019 Conselho Direitos Criança E Adolescente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio nº 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2920 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014
ALTERA A REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 2590, DE 4 DE ABRIL DE 2012, AO ARTIGO 24 DA LEI Nº 1019 DE 2 DE SETEMBRO DE 1993

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º A redação do artigo 24 da lei nº 1019 de 2 de setembro de 1993, dada pela lei nº 2590 de 4 de abril de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 - O mandato do Conselheiro Tutelar será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução (art. 132 da lei nº 8069/90)."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI 2922 INSTITUI O PROGRAMA RUA DO LAZER

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2922 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014
INSTITUI, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, O PROGRAMA "RUA DO LAZER", AUTORIZANDO-SE O FECHAMENTO DE VIAS PÚBLICAS PARA A SUA UTILIZAÇÃO PELA POPULAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º Fica instituído, no âmbito do município de Navegantes, o programa "Rua do Lazer", destinado ao fechamento de vias públicas nos dias de domingo e feriados para atividades esportivas, de lazer, culturais e recreativas, visando a atender à integração das famílias com a sociedade.

Art. 2.º As "Ruas do Lazer" funcionarão aos domingos e feriados, das 9 h às 17 h.

Art. 3.º Os locais onde se instalarão as "Ruas do Lazer" serão interditados com a utilização de cavaletes de sinalização colocados em suas extremidades, sendo, os mesmos, devidamente preparados para este fim.

§ 1.º Para fins desta lei, incumbe à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, através do órgão de trânsito, o fechamento das vias públicas e a manutenção da segurança nos locais de funcionamento do Programa.

§ 2.º Em datas especiais, o período mencionado no artigo anterior poderá ser ampliado.

§ 3.º Será permitido o acesso de veículos automotores somente para moradores.

Art. 4.º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Lei 2923 Dispõe Sobre A Obrigatoriedade de Afixar Aviso Sobre Crimes Praticados Contra A Criança E O Adolescente

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 - Centro - Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 - Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI N.º 2923 DE 18 DE SETEMBRO DE 2014
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, HOTÉIS, MOTÉIS, POUSADAS, CASAS NOTURNAS E SIMILARES, DE AFIXAR AVISO - EM LOCAL VISÍVEL - SOBRE OS CRIMES PRATICADOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS PENAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º Fica obrigatório aos estabelecimentos comerciais, hotéis, motéis, pousadas, casas noturnas e similares, afixar aviso em local visível sobre os crimes praticados contra crianças e adolescentes, bem como as penalidades previstas.

§ 1.º São considerados crimes contra crianças e adolescentes os diversos tipos de violência sexual: abuso; violência ou violação sexual; exploração sexual comercial; tráfico de crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial, em rede ou não; turismo sexual; pornografia; pedofilia pela Internet.

§ 2.º O abuso sexual/estupro são tidos como crimes sem fins lucrativos, relacionais ou interpessoais.

Art. 2.º Os estabelecimentos comerciais, hotéis, motéis, casas noturnas e similares deverão exibir, na sua recepção, em local visível, adesivo de 29,70 cm x 42,00 cm (A3), contendo os seguintes dizeres: "Submeter criança e adolescente à prostituição ou à exploração sexual é crime."

Art. 3.º O descumprimento desta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa.

§ 1.º O valor da multa será fixado através de Decreto do Poder Executivo municipal.

§ 2.º O valor arrecadado em multas será revertido em campanha de conscientização.

Art. 4.º O poder público municipal, através das suas Secretarias, ficará responsável pela implantação e pela fiscalização do cumprimento da presente lei.

Art. 5.º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE SETEMBRO DE 2014.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Prefeitura de Navegantes/SC Contrato Nº 234/2014

Prefeitura de Navegantes/SC

Contrato nº 234/2014

Contratante. : Prefeitura Municipal de Navegantes

Contratado.: HARMONY CENTRO TERAPÊUTICO

Objeto: Inexigibilidade de licitação visando a contratação emergencial da empresa Harmony Centro Terapêutico Ltda, para internação do adolescente B.M.O, a fim de dar cumprimento á determinação judicial oriunda do processo judicial nos autos 0006047-13.2012.8.24.0135.

Navegantes, 19 de setembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito

II ATA - PREGÃO Nº 177/2014 PMN - REABERTURA DE LANCES ITEM 7

Prefeitura Municipal de Navegantes

II ATA - Pregão nº 177/2014 PMN - reabertura de lances item 7 REABERTO O CERTAME CONFORME PUBLICADO ANTERIORMENTE COM A PRESENÇA DA EMPRESA SUL AR E AGUA (REPRESENTADA PELO SR. MAURICIO ALBERTO GUBER) DEVIDAMENTE CREDENCIADA, QUANTO O REPRESENTANTE DA EMPRESA CE MACEDO O MESMO NÃO ESTAVA PRESENTE, A PRESENTE REUNIÃO CONFORME PUBLICADO FOI NECESSÁRIA PARA REFAZER A ETAPA DE LANCE QUANTO AO ITEM 7 POIS A PRIMEIRA COLOCADA HAVIA PEDIDO SUA PRÓPRIA DESCLASSIFICAÇÃO E A SEGUNDA E TERCEIRA COLOCADAS NÃO PUDEAM DAR LANCE QUANDO DA PRIMEIRA SESSÃO. FEITAS AS PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES PASSOU-SE PARA A ETAPA DE LANCES REFERENTE O ITEM 7 SENDO QUE A EMPRESA SUL AR E AGUA DEU SEU LANCE NO VALOR DE R\$ 5.750,00, SENDO A MESMA A VENCEDORA, APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E CONSTATADO QUE A EMPRESA ATENDEU COM OS REQUISITOS DO EDITAL. NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS PASSA-SE O PROCESSO PARA A DEVIDA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO.

Pregoeiro e equipe de apoio,
Navegantes 19 de setembro de 2014

EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 236/2014 / 237/2014.

Extrato Contratual PMN 236/2014

Contrato Nº.: 236/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

Vigência : Início: 18/09/2014 Término:. 17/12/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto : Primeiro Termo aditivo de prazo ao Contrato nº 175/2014, referente à Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) da Servidão Silvestra da Silva Ferreira, Rua Maria Costa Ferreira - Bairro São Pedro, Rua Maria Gaya e Beco Ormilda Gaya da Silva - Centro, conforme Tomada de Preço nº 096/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Extrato Contratual PMN 237/2014

Contrato Nº.: 237/2014.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Belga Construções & Incorporações Ltda.

Vigência : Início: 18/09/2014 Término: 17/12/2014.

Licitação : Tomada de Preços nº 097/2014.

Recursos : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto : Primeiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 176/2014, referente à Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) do Beco Etelvina Fião Pivatto e Beco Crispim - Bairro Volta Grande e Rua Vereador Luiz Costa, Rua Vereador José João da Silva, Vereador José Inácio da Silva e Rua Venceslau Teodoro da Silva - Loteamento Dauer, Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 097/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Navegantes, 18 de setembro de 2014.

Nova Trento

PREFEITURA

Edital de Processo Seletivo Nº 09/2014

Edital de Processo Seletivo nº 09/2014

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento/SC, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.754 de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal Complementar nº 512, de 30 de Março de 2011, torna pública a necessidade de contratação temporária de profissionais para ocuparem os cargos do quadro de pessoal que compõe a ESTRUTURA ADMINISTRATIVA MUNICIPAL, pelo que publica o presente Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 07/2014, com inscrições abertas no período de 22 de setembro a 20 de outubro de 2014, no horário das 08h30min às 17h00min no prédio da prefeitura Municipal de Nova Trento, situada na Rua Santo Inácio, nº 126, Centro, Nova Trento/SC.

1- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.

1.1 O critério de seleção se dará com base na avaliação das notas obtidas nas provas.

1.2 Os atos relativos ao presente procedimento de seleção serão publicados no mural de avisos da Prefeitura e no site www.nova-trento.sc.gov.br, sem prejuízo de divulgação informativa prévia em jornais de circulação regional. O presente edital e seu resultado final do processo também serão publicados no DOM (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

1.3 O processo destina-se a seleção de profissionais para cargos constantes no quadro de pessoal que compõem a Estrutura Administrativa Municipal, pelo período determinado de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado o contrato a critério da administração municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

1.4 O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

2- DOS CARGOS, DAS VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E HABILITAÇÃO Profissional.

2.1 Os candidatos para os cargos objeto do presente edital concorrerão às vagas oferecidas, conforme quadros constantes do Anexo 03, que faz parte integrante deste edital.

3- DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições serão gratuitas e deverão ser feitas por meio de formulário próprio a ser preenchido pessoalmente pelo candidato, das 08h30min às 17h00min no prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Santo Inácio, Praça del Comune, 126 - Centro - Nova Trento/SC, no período de 22 de setembro a 20 de outubro de 2014.

3.2 O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento integral do presente edital e valerá como aceitação tácita das normas para inscrição.

3.3 No ato da inscrição o candidato deverá fornecer cópias dos documentos a seguir:

I - Carteira de Identidade;

II- Cartão do CPF;

III- Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

IV- Certificado de Reservista (masculino);

VII- Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

VIII- Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental;

IX- Diploma de Conclusão do Ensino Superior;

X- Diplomas/Certificados de Pós-Graduação: stricto sensu (doutorado), stricto sensu (mestrado), lato sensu ou especialização.

4- DO PROCESSO SELETIVO, DAS ETAPAS E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO.

4.1.1 A seleção dos candidatos no Processo Seletivo se efetivará mediante processo específico que se constituirá em prova objetiva e prova de títulos para os cargos de nível superior.

4.1.2 DA PROVA OBJETIVA: As provas objetivas se constituirão de questões de múltipla escolha, sendo calculada de acordo com a tabela abaixo:

a) Alfabetizado e/ou Ensino Fundamental incompleto - Para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais a prova objetiva conterá 20 questões com 05 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	05	0,4	2,0
Matemática	05	0,4	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	20	---	10,00

b) Ensino Fundamental Completo - Para os cargos de Auxiliar de Enfermagem ESF e Agente Comunitários de Saúde a prova escrita objetiva conterá 20 questões com 05 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	05	0,4	2,0
Matemática	05	0,4	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	20	---	10,00

c) Nível Médio Completo - Para o cargo de Técnico em Enfermagem HIC: a prova escrita objetiva conterá 20 questões com 5 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	05	0,4	2,0
Matemática	05	0,4	2,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	20	---	10,00

d) Nível Superior Completo - Para os cargos de Farmacêutico HIC e Enfermeiro (a) HIC (que requerem prova de títulos) a prova escrita objetiva conterá 20 questões com 5 alternativas cada, distribuídas conforme quadro abaixo:

Tipo de Prova	Quantidade Questões	Valor de Cada Questão	Total da Nota da Prova
Língua Portuguesa	05	0,2	1,0
Matemática	05	0,2	1,0
Conhecimentos Específicos	10	0,6	6,0
Total	20	---	8,00

4.1.3 As provas de Língua Portuguesa e Matemática visam aferir as noções básicas relacionadas diretamente com a escolaridade exigida;

4.1.4 As provas de Conhecimentos Específicos visam aferir os conhecimentos generalizados sobre as noções básicas relacionadas

com a formação específica relativa a cada cargo.

4.1.5 As provas serão constituídas de 20 questões objetivas, de múltipla escolha, com 5 alternativas cada de "A a E", sendo que, somente uma alternativa estará correta com relação ao enunciado da referida questão.

4.1.6 As provas objetivas serão realizadas por todos os candidatos inscritos, no dia 26 de outubro do presente ano, das 09h00min às 12h00min, na Escola de Ensino Fundamental Professor Francisco João Valle, na Rua Francisco Dalsenter, nº 36, Bairro Trinta Réis, no Município de Nova Trento/SC.

4.1.7 Na data prevista para a realização das provas, os candidatos deverão apresentar-se no mínimo 30 (trinta) minutos antes do horário determinado para o início das provas, munido de documento hábil de identificação (original) com foto e com a ficha de inscrição, e de pelo menos, uma caneta esferográfica, de cor azul ou preta.

4.1.8 Não serão admitidos no local de prova os candidatos que:

- Se apresentarem após o horário estabelecido para o início do exame

- Não se identificar nos termos descritos no item 4.1.7, sendo eliminados do certame.

- Também não será permitido o acesso ao local da prova com equipamento eletrônico (celular, pager, tablet, etc).

4.1.9 Serão considerados como documentos de identificação hábil: Cédula de Identidade (R.G.), a Carteira Nacional de Habilitação (modelo novo com foto) e carteira de trabalho.

4.1.10 Após a fase de recursos na data de 31 de outubro do corrente ano será publicada a classificação final, homologada pelo Prefeito Municipal.

4.2.1 DA PROVA DE TÍTULOS

4.2.1.1 Para os candidatos aos cargos de Nível Superior Completo, haverá PROVA DE TÍTULOS.

4.2.1.2 Todos os candidatos aos cargos de Nível Superior Completo deverão apresentar os títulos para concorrer a esta etapa.

4.2.1.3 A prova de títulos será realizada no ato da inscrição, de 22 de setembro a 20 de outubro de 2014.

4.2.2 DA PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS

4.2.2.1 A prova de títulos consistirá na valorização de títulos de formação profissional, obtidos até a data do encerramento das inscrições, que serão valorizados conforme o quadro abaixo:

	Títulos (concluídos)	Valor
a.	Certificado de pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área de atuação;	0,80
b.	Certificado de pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área de atuação;	0,70
c.	Certificado de pós-graduação lato sensu ou especialização (com carga horária mínima de 360 horas) na área de atuação - apenas um certificado;	0,50
	Total máximo de pontos	2,00

4.2.2.2 Somente será considerado válido 1 (um) título, quando apresentados 2 (dois) ou mais da mesma pontuação.

4.2.2.3 O (s) título (s) deverá (ão) ser apresentado(s) em cópia autenticada em serventia pública (cartório), ou apresentados no local cópia e original para serem conferidos e somente serão aceitos se concluídos até a data da inscrição.

4.2.2.4 Não serão aceitos declarações ou atestados de frequência.

4.2.2.5 Não serão pontuados títulos relativos a quaisquer serviços prestados, remunerados ou não, inclusive tempo de serviço público, privado ou estágios.

4.2.3 - DA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:

4.2.3.1 Os títulos serão entregues pelo próprio candidato no ato da inscrição, de 22 de setembro a 20 de outubro de 2014.

4.2.3.2 O candidato deverá apresentar uma fotocópia de cada título, bem como o título original, sendo que o encarregado do

recebimento dos mesmos deverá conferir cada cópia apresentada com o título original para autenticação ou poderá ser apresentado através de cópia autenticada em cartório, dispensando e a apresentação do título original.

4.2.3.3 Juntamente com os títulos, deverá ser apresentada relação dos mesmos, em formulário próprio, conforme modelo anexo 4 deste Edital, escolhidos e preenchido pelo próprio candidato; fica desde já claro que o inscricor não opinará sobre a escolha de títulos. Esta relação será preenchida em duas vias; destas, uma será devolvida ao candidato devidamente rubricada pelo encarregado pelo recebimento e a outra será encaminhada à Comissão do processo seletivo. Nesta relação deverão ser encaminhados apenas os títulos listados para entrega.

4.2.3.4 Os títulos devem ser apresentados na ordem em que estiver listado o anexo 4.

4.2.3.5 Cópias de títulos não serão aceitos sem autenticação ou sem a apresentação dos originais.

4.2.3.6 Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.

4.2.3.7 O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

4.2.3.8 Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do concurso.

4.2.3.9 Entregue a relação dos títulos não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação.

5- DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 A média final dos candidatos que se submeterem a prova de títulos será obtida pela soma dos pontos obtidos na prova escrita objetiva e a pontuação da prova de títulos, ou seja:

$NF = \{(PPE + PPT) / 2\}$, onde PPE é Pontos Prova Escrita e PPT é Pontos da prova de títulos.

5.2 A média final dos demais cargos será obtida pela nota da prova escrita objetiva.

5.3 Os candidatos classificados serão convocados obedecendo à ordem decrescente de pontos.

5.4 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

5.4.1. Se ocorrer empate na nota final, para efeito de desempate, serão utilizados, sucessivamente, os seguintes critérios legais:

a) considerada com maior idade, para os que se enquadrarem nessa condição (art. 27, parágrafo único, da Lei 10.741/2003, Lei do Idoso, quando um dos candidatos tiver 60 anos ou mais);

b) Maior idade;

c) obtiver maior número de pontos na prova escrita de conhecimentos específicos;

d) o que possuir maior número de dependentes;

e) Sorteio.

6- DA CONTRATAÇÃO

6.1 A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos, a serem conferidos no momento da contratação:

I- Classificação no Processo Seletivo;

II- Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados a data da contratação;

III- Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral;

IV- Estar em regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar se for o caso;

V- Escolaridade em conformidade com a habilitação exigida;

VI- Inscrição no PIS/PASEP;

VII- Declaração de acúmulo de cargos (a acumulação de cargos,

ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários, considerando-se o limite máximo de 60 horas mensais de serviços prestados em qualquer esfera da administração pública).

VIII- Não ter sido dispensado em Processo Seletivo anterior nos últimos 3 (três) anos por motivo de penalidade resultante de processo administrativo disciplinar, e/ou por abandono ao serviço sem justificativa, quando decorridos mais de três dias consecutivos ou cinco dias intercalados de ausência;

IX- Certidão de não ter antecedentes criminais, achando-se em pleno exercício de seus direitos civil e político, a ser comprovado no ato da inscrição através de certidão de antecedentes criminais, dos últimos 5 (cinco) anos, a ser expedido pelo Fórum.

6.2 O vínculo principal será objeto de contrato administrativo próprio, que conterá todas as condições para o exercício das funções.

7- DOS RECURSOS

7.1 Serão admitidos recursos nas seguintes fases:

I- Da classificação parcial;

7.2 O recurso da classificação parcial deverá ser protocolado na Prefeitura Municipal entre os dias 29 e 30 de outubro de 2014;

7.3 O candidato que desejar impetrar recurso deverá fazê-lo mediante requerimento individual, conforme anexo 05 deste Edital

7.4 O prazo para julgamento dos recursos pela Comissão do processo seletivo será de 2 (dois) dias úteis.

7.5 Os recursos somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e serão respondidos caso a caso, individualmente.

7.6 Os recursos serão respondidos caso a caso e encaminhados a Comissão Municipal que informará individualmente cada candidato sobre a decisão de seu recurso.

7.7 Se do exame de recursos resultarem anulação de questão ou item de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

7.8 No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

7.9 Julgados os recursos, o processo seletivo será homologado em definitivo pelo Prefeito Municipal.

8- DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 A validade do Processo Seletivo será de 06 (seis) meses ou até a realização do concurso público.

8.2 A aprovação no processo seletivo não gera o direito à admissão, mas esta, se houver, de acordo com a necessidade do Município, obedecerá à estrita ordem de classificação durante o prazo de validade ou eventual prorrogação, computadas as vagas existentes na data do Edital, as que decorrerem de vacância do cargo e as que vierem a ser criadas.

8.3 A chamada dos aprovados se dará na ordem de classificação pelos órgãos e meios oficiais de publicidade, sendo de 48 (quarenta e oito) horas o prazo para os chamados se apresentarem ao trabalho.

8.3.1 Fica desde já claro que é responsabilidade do candidato manter seus telefones e endereço atualizados junto a esta prefeitura, além de acompanhar os meios já definidos aqui para publicação de informações.

8.4 Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

8.5 A inscrição do candidato implicará no conhecimento destas instruções e compromisso já expresso na ficha de inscrição, de aceitar as condições do processo seletivo, nos termos em que se acharem estabelecidos, inclusive nos regulamentos editados e leis em vigor.

8.6 Caberá à Comissão de Processo Seletivo a análise de recursos, bem como deliberar sobre os casos omissos e ou situação peculiares.

8.7 Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista/SC para dirimir questões oriundas do presente Processo Seletivo.

8.8 Este Edital entra em vigor na data da sua publicação.

Nova Trento/SC, 18 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Anexo 01

Formulário de inscrição

Ficha de Inscrição		
Estado de Santa Catarina		
Município de Nova Trento		
Prefeitura Municipal de Nova Trento		
Inscrição para Processo Seletivo nº 09/2014/PMNT		
Número da Inscrição: _____ / (Campo preenchido pela Prefeitura)		
Nome do(a) Candidato(a):		
Cargo:		
Identidade (RG):	Data de Nasc: _____ / ____ / 19____	Sexo M () F ()
CPF nº	Título Eleitoral nº	
Estado Civil	E-mail:	
Endereço	Bairro	
Município	Estado	Fone:
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo. Responsabilizo-me pelas informações aqui prestadas, inclusive pela fidelidade das cópias dos documentos apresentados.		
Local e Data:		
Assinatura do Candidato		

Via Prefeitura

*

Ficha de Inscrição		
Estado de Santa Catarina		
Município de Nova Trento		
Prefeitura Municipal de Nova Trento		
Inscrição para Processo Seletivo nº 09/2014/PMNT		
Número da Inscrição: _____ / (Campo preenchido pela Prefeitura)		
Cargo:		
Nome do(a) Candidato(a):		
Local e Data:		
Assinatura do Candidato		

Via Candidato

Anexo 02

cronograma

Datas	Etapas
Em 18/09/2014	Publicação do Edital
De 22/09/2014 a 20/10/2014	Período para Inscrições
22/10/2014	Divulgação da Lista de Insritos
26/10/2014	Aplicação da Prova Objetiva
Em 28/10/2014	Divulgação da Classificação Parcial
29/10/2014 e 30/10/2014	Recurso da Classificação Parcial
Em 31/10/2014	Divulgação da classificação final e homologação

Anexo 03
Quadro de cargo e vagas

Cargo	Vagas	C/H	Habilitação Profissional	Atribuições	Vencimento	Insalubridade	Abono
Farmacêutico HIC	01	40h	Superior completo com Registro no Conselho	Desenvolver as atividades de gestão e infraestrutura de serviços farmacêuticos, preparo, distribuição, dispensação e controle de medicamentos e produtos para a saúde; Otimização da terapia medicamentosa; Informação sobre medicamentos e produtos para a saúde, ensino, educação permanente e pesquisa; montagem e implantação de novos métodos de análises, execução de análises clínicas, análises hematológicas e produtos dietéticos, produção de medicamentos e controle de qualidade.	R\$ 1.915,24	40%	R\$ 119,70
Agente Comunitária de Saúde ESF - UBS Claraíba	02	40h	Ensino Fundamental completo com experiência na área da saúde pública.	Desenvolver atividades técnicas de nível médio, de natureza operacional, abrangendo serviços referentes à realização de exames, manutenção e esterilização de equipamentos.	R\$ 724,00	-----	R\$ 143,63
Agente Comunitária de Saúde ESF - UBS Madre Paulina	01	40h	Ensino Fundamental completo com experiência na área da saúde pública.	Desenvolver atividades técnicas de nível médio, de natureza operacional, abrangendo serviços referentes à realização de exames, manutenção e esterilização de equipamentos.	R\$ 724,00	-----	R\$ 143,63
Agente Comunitária de Saúde ESF - UBS Aguti	01	40h	Ensino Fundamental completo com experiência na área da saúde pública.	Desenvolver atividades técnicas de nível médio, de natureza operacional, abrangendo serviços referentes à realização de exames, manutenção e esterilização de equipamentos.	R\$ 724,00	-----	R\$ 143,63
Auxiliar de Enfermagem ESF - UBS Madre Paulina	02	40h	Ensino Fundamental completo e Registro no Conselho	Desenvolver, com os ACS - Agentes Comunitários de Saúde, atividades de identificação das famílias de risco; contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos ACS no que se refere às visitas domiciliares; acompanhar as visitas domiciliares e consultas de enfermagem dos indivíduos expostos às situações de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde; executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas que compreendam os ciclos de vida, como gestação, criança, adolescente, adulto e idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infecto-contagiosas; exercer outras tarefas afins; participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos; realizar ações de educação em saúde nos grupos prioritários e as famílias em situação de risco.	R\$ 888,67	---	R\$ 119,70
Enfermeiro HIC	01	40h	Superior completo com Registro no Conselho	Coordenar e superintender todos os serviços de enfermagem da unidade; Distribuir os serviços aos técnicos em enfermagem e auxiliares, velando pelo fiel cumprimento das recomendações dos médicos; Determinar a escala de plantão do setor de enfermagem, para o atendimento a qualquer hora do dia e da noite, especialmente em casos de emergência; Responder administrativamente pela enfermagem da unidade; Sem prejuízo das funções de coordenação, desempenhar as atividades de técnicas de enfermagem; Desenvolver outras atividades inerentes ao cargo e que sejam relacionadas ao interesse público. Atribuições da Lei nº 503, de 16/03/2011.	R\$ 1.943,97	40%	R\$ 119,70

Estagiário - Informática	01	20h	Cursando o Nível Médio ou Ensino Superior, idade mínima 18 anos e Atestado de frequência.	Atuar prestando auxílio a área de Informática conhecendo toda a rotina para obter experiência e conhecimento da profissão.	R\$ 362,00	---	---
Técnico de Enfermagem HIC	02	40h	Ensino Médio Completo e Registro no Conselho	Receber e acomodar convenientemente os doentes recebidos pela portaria, nas enfermarias, quartos e apartamentos, conforme o caso; Lançar logo após a entrada do enfermo, os dados na ficha e paleta de enfermaria, bem como no competente livro registro; Acompanhar os médicos por ocasião das visitas, executando suas ordens e instruções, relativas aos cuidados e tratamento dos doentes a seu cargo; Zelar pela limpeza e higiene dos doentes, das enfermarias, dos quartos e apartamentos; Ministrar medicamentos e efetuar curativos sob ordens médicas; Desenvolver outras atividades inerentes ao cargo e que sejam relacionadas ao interesse público.	R\$ 871,44	40%	R\$ 119,70
Auxiliar de Serviços Gerais - HIC	(reserva técnica)	40h	Alfabetizado, com no mínimo a 4ª série do 1º grau completo e 6 meses de experiência em atividade similar.	Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações dos próprios da Prefeitura, ou serviços de copa, cozinha, merendeira, bar, preparos e distribuição de merendas escolar e serviços gerais de apoio administrativo.	R\$ 724,00	20%	R\$ 143,63

ANEXO 04

FORMULÁRIO PARA APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS
(PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO EM DUAS VIAS)

EDITAL 09/2014

DADOS DO CANDIDATO

Nome:

Número da Inscrição: Cargo:

Venho perante a Banca Examinadora da Prova de Títulos do Concurso 09/2014 do Município de Nova Trento/SC, requerer o recebimento dos títulos abaixo relacionados, acompanhados das respectivas cópias, devidamente autenticadas.

Estou ciente de que só serão pontuados os títulos que atenderem a todas as disposições e normas editalícias.

Tipo do título	Descrição do Título	Instituição Ministrante	Carga Horária	Data de Conclusão	Pontuação
a) Certificado de pós-graduação stricto sensu (doutorado) na área do respectivo cargo					
b) Certificado de pós-graduação stricto sensu (mestrado) na área do respectivo cargo					
c) Certificado de pós-graduação lato sensu ou especialização (360 horas) na área do respectivo cargo					
Total de Pontos					

(Local e data) _____, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do candidato

Data: ____/____/____ Assinatura do responsável pelo recebimento

Observação: Preencher em letra de forma ou digitar nos campos destinados ao candidato, em 02 (duas) vias, entregar no local da prova acompanhados dos títulos, conforme Edital. (*) Os títulos deverão ser numerados em sequência de acordo com esta planilha. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc...) deverá anexar cópia do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.

ANEXO 05
FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
EDITAL 09/2014

Nome do Candidato:	Tipo de Recurso:
	1 - Contra o edital
	2 - Contra indeferimento de inscrição
	3 - Contra Inscrição
	4 - Contra questão da prova
	5 - Contra o Gabarito preliminar
	6 - Contra a Pontuação Prova
	7 - Contra classificação preliminar
	8 - Outros
	1 - Deferido
2 - Indeferido	
N.º de Inscrição:	Cargo:
N.º da Questão:	Data:
Fundamentação:	

Local e data _____. ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

Decreto Nº 169/2014

DECRETO nº 169/2014

convoca os aprovados no processo seletivo 07/2014 que nomina para comparecimento e apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo Único do presente Decreto para comparecerem ao setor de Recursos Humanos, no dia 23 de setembro de 2014, munidos da documentação abaixo relacionada observados o grau de instrução dos respectivos cargos:

I - Cópia da Carteira de Identidade;

II - Cópia do CPF;

III - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

IV - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

V - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

VI - 01 (uma) foto 3/4

VII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

VIII - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral e com o Serviço Militar, se for o caso;

IX - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar, se for o caso;

X - Cópia dos Diplomas/Certificados dos cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de atuação, se for o caso (os que foram apresentados na hora da inscrição);

XI - Inscrição no PIS/PASEP;

XII - Declaração de não ter sido dispensado em processo seletivo anterior nos últimos 03 (três) anos, por motivos de penalidades resultantes de processo administrativo disciplinar, por abandono ao serviço sem justificativa;

XII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 19 de setembro de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Anexo Único

(Decreto nº 169/2014)

CARGO: Enfermeiro (ESF)

Classificação	Nome completo
03	Elisangela Gonçalves Ribeiro

PORTARIA Nº 818/2014

PORTARIA Nº 818/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 159/2014, NESELI ANGELA DA SILVA, matrícula nº 6474, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 10 de setembro de 2014 a 08 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora NESELI ANGELA DA SILVA, brasileira, convivente em união estável, residente e domiciliada na Rua Nelson Veneri, s/n, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF

nº 350.862.899-04, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 10 de setembro de 2014 a 08 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com

as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 10 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Neseli Angela da Silva
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 10 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 816/2014

PORTARIA Nº 816/ 2014

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR a Servidora Pública Municipal LORENA WISINTAINER, matrícula nº 6472, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Secretária Adjunta de Planejamento, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Planejamento e Serviços Urbanos, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir de 17 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 17 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 815/2014

PORTARIA Nº 815/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, JANAINA TAIS BARAUNA, matrícula nº 5559, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretária Adjunta de Planejamento, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Planejamento e Serviços Urbanos, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 16 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 814/2014

PORTARIA Nº 814/ 2014
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, ACT, LORENA WISINTAINER, matrícula nº 6172, atuante no cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Transporte, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 16 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 809/2014

PORTARIA Nº 809/ 2014
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 93 da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 727/2014, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ROQUE GONSALES MONTIBELLER, matrícula nº 927, concursado no cargo de Fiscal Sanitário, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 12 de setembro de 2014 a 11 de outubro de 2014, conforme resultado pericial datado de 15/09/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 16 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 16 de setembro de

2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 808/2014

PORTARIA Nº 808/ 2014
Concede Readaptação

O Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 59, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Readaptação à Servidora Pública Municipal IVONE SDRIGOTTI CECCATO, matrícula nº 31, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na E. E. F. Professor Francisco João Valle - Trinta Réis, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 90 (noventa) dias, a contar de 16 de setembro de 2014 a 14 de dezembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 15/09/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 16 de setembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e Publicada a presente Portaria em 16 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 807/2014

PORTARIA Nº 807/ 2014
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 160/2014, ANDERSON CARVALHO DOS SANTOS, matrícula nº 6469, para exercer o cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 15 de setembro de 2014 a 13 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor ANDERSON CARVALHO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Nilo Peçanha, nº 516, Ed. Otavio Coan Michel, Município de Criciúma, portador do CPF nº 053.322.209-52, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Enfermeiro, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.943,97 (um mil novecentos e quarenta e três reais e noventa e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 15 de setembro de 2014 a 13 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini Anderson Carvalho dos Santos
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 806/2014

PORTARIA Nº 806/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CF/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001 de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011 de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 160/2014, DIOGO MARCHI, matrícula nº 6470, para exercer o cargo de Agente de Endemias, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 15 de setembro de 2014 a 13 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de setembro de

2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e o Senhor DIOGO MARCHI, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 434, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 035.075.449-70, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Agente de Endemias, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 15 de setembro de 2014 a 13 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 15 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Diogo Marchi

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 15 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 805/2014

PORTARIA Nº 805/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, ANA CLAUDIA ALEXANDRE BRASIL, matrícula nº 5317, atuante no cargo de Enfermeiro (Vigilância Epidemiológica), com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 10 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 804/2014

PORTARIA Nº 804/ 2014

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, VIVIAN CRISTINA RONCAGLIO BRANDL, matrícula nº 6351, para exercer o cargo de Enfermeiro - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 10 de setembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 15 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 803/2014

PORTARIA Nº 803/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 159/2014, JOZELIA FOGAÇA FRANÇA, matrícula nº 6468, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 10 de setembro de 2014 a 08 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora JOZELIA FOGAÇA FRANÇA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 244, nº 78, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 076.344.859-18, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 10 de setembro de 2014 a 08 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 10 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini	Jozelia Fogaça França
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 10 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 802/2014

PORTARIA Nº 802/ 2014
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 159/2014, BIANCA BECKER TIETBOHL, matrícula nº 6467, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 10 de setembro de 2014 a 08 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 12 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora BIANCA BECKER TIETBOHL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Santo Inácio, nº 649, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 943.518.990-34, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 10 de setembro de 2014 a 08 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;
II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 10 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Bianca Becker Tietbohl

Prefeito Municipal

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 10 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 801/2014

PORTARIA Nº 801/ 2014

Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 178/2014, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, GIORGIA SGROTT, matrícula nº 6133, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Área IV), na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento, a contar de 12 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente (desdobramento de turma), bem como por motivo de excepcional interesse público consoante ao art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 12 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliada na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela lei municipal 2.103 de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147/2006 de 20/10/2006, a Senhora GIORGIA SGROTT, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alferes, nº 1746, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 052.227.009-33, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 20 (vinte) horas semanais (Educação Infantil - Área IV), na Creche Ciranda Cirandinha - Trinta Réis, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 733,06 (setecentos e trinta e três reais e seis centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação

e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 12 de setembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Giorgia Sgrott
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 12 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:
Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 800/2014

PORTARIA Nº 800/ 2014
Prorroga Portaria

O Secretário Municipal de Educação e Esportes do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013 de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o art. 142, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999, do Quadro de Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 176/201, que Admitiu em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2013, de 31/10/2013, ELIANA BATTISTI, matrícula nº 6131, para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental, Área II - Ciências), na E. E. F. Aguti, Município de Nova Trento, a contar de 11 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público consoante art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 11 de setembro de 2014.
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação e Esportes

Registrada e publicada a presente Portaria em 11 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas nº 190, bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754 de 03 de Maio de 2.001, alterada pela lei municipal 2.103 de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 147/2006 de 20/10/2006, a Senhora ELIANA BATTISTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Alto Pitanga, s/nº, Bairro Pitanga, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 081.743.799-16, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor Sem Habilitação, Referência A, com 15 (quinze) horas semanais (Ensino Fundamental, Área II - Ciências), na E. E. F. Aguti, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 549,78 (quinhentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 11 de setembro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 03 (três) horas diárias, totalizando 15 (quinze) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação e Esportes.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 11 de setembro de 2014.

Luiz Carlos Orsi

Secretário Municipal de Educação e Esportes

Eliana Battisti

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 11 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 799/2014

PORTARIA Nº 799/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocada conforme Decreto nº 158/2014, NEIVA TEREZINHA BAGNOLIN DE OLIVEIRA, matrícula nº 6466, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 08 de setembro de 2014 a 06 de março de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no art. 1º, I, da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 10 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de Maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de Dezembro de 2005, e a Senhora NEIVA TEREZINHA BAGNOLIN DE OLIVEIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Giacomo Dalri, s/n, Bairro Espreado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 004.477.129-00, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observando o disposto nas leis acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 833,13 (oitocentos e trinta e três reais e treze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 08 de setembro de 2014 a 06 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado a critério da Administração Municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas

semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 04 de agosto de 2014.

Gian Francesco Voltolini	Suzani de Lourdes Ribeiro
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 04 de agosto de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 798/2014

PORTARIA Nº 798/ 2014
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001 e Lei Complementar nº 512/2011, de 30/03/2011,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 07/2014, de 28/07/2014, Decreto de Convocação nº 160/2014, CRISTIANE PEREIRA TRINDADE, matrícula nº 6465, para exercer o cargo de Fisioterapeuta - NASF, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 10 de setembro de 2014 a 08 de março de 2015, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante no Art. 1º, item I da Lei Municipal nº 1.754/2001.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 10 de setembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 10 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88 e RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, a Senhora CRISTIANE PEREIRA TRINDADE, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua José Valentin Borgonovo, nº 24, Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 021.193.189-64, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Fisioterapeuta - NASF, com 30 (trinta) horas semanais, lotada na Unidade Sanitária Madre Paulina - Centro, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.556,14 (hum mil quinhentos e cinquenta e seis reais e quatorze centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 10 de setembro de 2014 a 08 de março de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado o contrato a critério da administração municipal até a realização do concurso público, desde que não exceda o prazo de 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I - por acordo entre as partes;
- II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;
- IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;
- V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 06 (seis) horas diárias, totalizando 30 (trinta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 10 de setembro 2014.

Gian Francesco Voltolini Cristiane Pereira Trindade
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 10 de setembro 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Portaria Nº 765/2014 "A"

PORTARIA Nº 765/ 2014 "A"
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido a Servidora Pública Municipal, JULIA CAROLINA VARGAS, matrícula nº 6168, para exercer o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Serviços de Saúde - CC 14, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Comissionado desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 30 de agosto de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de setembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de setembro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

Extrato do PL Nº 062/2014-Pregão Presencial Nº 030/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
Processo Licitatório Nº 062/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2014
Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada de Material de Consumo e Limpeza para manutenção do Centro Administrativo Municipal e do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS do Município de Novo Horizonte/SC, conforme quantitativos e especificações constantes do edital e seus anexos. Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 02/10/2014. O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, 01, nos dias úteis, das 8:00 h as 11:30 h e 13:30h as 17:30 h, ou pelo fone (49) 3362-0024 e pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br. Fundamentação legal: Lei 10.520/02, 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Novo Horizonte (SC) em 22 de Setembro de 2014.
ELI MARIOTT
Prefeito Municipal

Paial**PREFEITURA****Editais de Audiência Pública 01/2014**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS - PMGIRS/AMAUC.

O MUNICÍPIO DE PAIAL, Estado de Santa Catarina, juntamente com o Consórcio Lambari para atender ao dispositivo na Lei nº. 12.305 de 02 de agosto de 2010; convoca a comunidade em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE A META 03 - ASPECTOS GERAIS DO PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DO PMGIRS/AMAUC elaborado com base nos dados levantados através de oficinas e visitas in loco, dos municípios que compõem a região da AMAUC, a realizar-se no dia 08 de outubro de 2014, às 13h30min, no Município de Paial, na Câmara de Vereadores.

Paial, 19 de setembro de 2014.

Aldair Antonio Rigo

Prefeito Municipal

Palhoça**PREFEITURA****Resultado Pregão Presencial 171/2014**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 171/2014

A Pregoeira, torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 171/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na contratação de empresa para execução de serviços de recuperação da pavimentação com aterros de extensões de médio e grande porte, incluindo fornecimento de material, a ser utilizado em diversas ruas deste Município.

CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA:

MEGA COM DE PECAS E SERV AUTOMOTIVOS LTDA, CNPJ Nº 05.512.125/00001-14, venceu o item 01 no valor de R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais)

Palhoça, 19 de setembro de 2014.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira - Portaria 2365/2014

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 167-2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 167/2014

A Pregoeira, torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 167/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de materiais/equipamentos, de informática no Sistema registro de Preços, conforme especificações contidas nos anexos do edital convocatório.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

ZOOM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ N. 06.105.781/0001-65, venceu os itens 01, 07, 09, em seu menor preço, no valor total de R\$ 17.670,00, (dezessete mil, seiscentos e setenta reais);

MARCELO WEINRICH ME CNPJ N. 13.984.763/0001-66, venceu o item 02, em seu menor preço, no valor de R\$ 970,00, (novecentos e setenta reais);

WEIKAN TECNOLOGIA LTDA, CNPJ N 09.159.503/0001-89, , venceu os itens 03, 04, 05, 06, 08, em seu menor preço, no valor total de R\$ 16.805,00

(dezesseis mil, oitocentos e cinco reais).

Palhoça, 19 de setembro de 2014.

SHIRLEY REGINA DE FARIAS

Pregoeira - Portaria 2365/2014

Papanduva

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 113/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 113/2014.

Objeto: Aquisição e instalação de Pressurizador de Água Potável, tipo "Booster". Tipo: Menor Preço Unitário e Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 02 de outubro de 2014 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 02/10/2014 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 14:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 17 de setembro de 2014

Ilario Schulka

Diretor Presidente SAMAE

Passo de Torres

PREFEITURA

Comunicado 002/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

Secretaria de Administração e Finanças

Convite

Convidamos toda comunidade de Passo de Torres para participar da realização de AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL, referente ÀS metas fiscais do 2º quadrimestre de 2014 e discussão para a elaboração da IOA, a realizar-se nas dependências da Câmara Municipal no dia 25 de setembro as 17hs.

Administração municipal

Passos Maia**PREFEITURA****Processo Licitatório Nº 0052/2014**

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0052/2014
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N. 0032/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0052/2014, Modalidade de Pregão Presencial n. 0032/2014 - Objeto: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para aquisição de combustível álcool/etanol para a manutenção da frota do Município de Passos Maia - SC, conforme Anexo I do Edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas do dia 03 de outubro de 2014, iniciando-se a Sessão Pública às 14:15 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 19 de setembro de 2014.
IVANDRE BOCALON
Prefeito Municipal.

Penha**PREFEITURA****Termo de Rescisão**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Fica rescindido o Contrato de Estagiaria, firmado entre a Sra. ANA LUCIA DE SOUZA e esta PREFEITURA, em 10 de fevereiro de 2014, por interesse próprio, a contar desta data:

Penha/SC, 19 de setembro de 2014.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**Pregão Presencial Nº 03/2014**

CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA
AVISO DE LICITAÇÃO

A CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA informa a quem interessar que em conformidade com a Lei 8666/93 e alterações e demais normas legais, realizará em 03 de outubro de 2014, às 10:00 horas na sede da CÂMARA DE VEREADORES, Avenida Antonio Joaquim Tavares, nº 101, centro, na cidade de PENHA, CEP: 88385-000, na Sala das Comissões, processo licitatório nº 04/2014, modalidade Pregão Presencial nº 03/2014, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL (12 meses) cujo objeto é a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistemas de Gestão Pública, com acesso simultâneo para usuários da Câmara de Vereadores de Penha, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e serviços técnicos correlatos, descritos no Anexo I do Edital. O edital encontra-se no site www.camaradepenha.com.br ou na Secretaria desta Câmara, no endereço supra.

Penha, 19 de setembro de 2014.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014 PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2014

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2014

A Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA prevista no § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, A SER REALIZADA NO PLENÁRIO EXPEDIENTÁRIO TENENTE MILTON FONSECA, sito Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 101 - Centro - Penha, NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2014, SEXTA-FEIRA, A PARTIR DAS 10h30min (dez horas e trinta minutos), com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do segundo quadrimestre de 2014.

Penha, 19 de setembro de 2014.
ISAC HAMILTON DA COSTA
Relator

SÉRGIO DE MELLO
Membro

Peritiba

PREFEITURA

Leilão 04/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Leilão, do tipo Maior Lance, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Leilão 04/2014.

Dados do Processo Licitatório: Processo de Licitação 69/2014 - Leilão 04/2014, julgamento Maior Lance.

Objeto: Alienação de BENS DO PATRIMÔNIO CONSIDERADOS INSERVÍVEIS E DE RECUPERAÇÃO ANTIECONÔMICA, NO ESTADO EM QUE SE ENCONTRAM.

Da sessão do leilão: Os interessados deverão se fazer presentes na sala de reuniões, no Prédio do Centro Administrativo Municipal no dia 10 de Outubro de 2014, às 14h.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 19 de Setembro de 2014.

VALMOR PEDRO BACCA

Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

Edital Nº 03-2014

EDITAL Nº 03/2014

"Dispõe sobre a Publicidade da Audiência Pública para dar cumprimento ao quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e dá outras providências."

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PERITIBA - Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os munícipes que:

CONSIDERANDO, que esta municipalidade deverá cumprir o quanto determina o § 4º do Art. 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Nº 101/2000);

CONSIDERANDO, que a cada quadrimestre, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais.

RESOLVE:

Art. 1º Fica marcada para o dia 30 de setembro do corrente ano, audiência pública do 2º quadrimestre do ano de 2014.

§ 1º A audiência que trata o caput deste artigo será realizada na Sala de Sessões da Câmara Municipal, sito à Rua Frei Bonifácio, nesta cidade, às 19h45min.

§ 2º Ficam convidadas todas as autoridades deste município, bem

como todos os munícipes, para dar ciências do quanto determinado do § 4º, do Art. 9º da (LRF).

Art. 2º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Peritiba, 15 de setembro de 2014.

Gilberto Maciel

Presidente

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Portaria Nº 318, de 17 de Setembro de 2014

PORTARIA Nº 318, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014
APROVA PROJETO BÁSICO DE OBRA DE ENGENHARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o disposto no inciso I do § 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1º É aprovado o projeto básico para execução de obra de engenharia referente Construção de Passarela de acesso à Escola Centro Educacional Padre Trudo Plessers, na forma dos seguintes anexos:

I - ANEXO: Projeto: P. baixo - Prancha 1;

II - ANEXO: Projeto: P. baixo - Prancha 2;

III - ANEXO: Memorial Descritivo;

IV - ANEXO: Orçamento;

V - ANEXO: Cronograma Global;

VI - ANEXO: QCI - Quadro de Composição do Investimento;

VII - ANEXO: Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

Art. 2º Determinar à comissão de licitação que lance o edital competente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 17 de setembro de 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº.317, de 15 de Setembro de 2014.

PORTARIA Nº.317, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
CONCEDE GOZO DE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA NEILY CARMINATTI GOTTSSELIG OCUPANTE DO CARGO EFETIVO DE SERVENTE.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o que dispõe a constituição Federal, e ainda a lei complementar 016/92;

CONSIDERANDO o atestado médico emitido em 15 de Setembro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora NEILY CARMINATTI GOTTSSELIG, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE, licença para Tratamento de Saúde, pelo prazo de 60(sessenta)dias, compreendido entre os dias 15 de Setembro de 2014 à 13 de Novembro de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal, 15 de Setembro de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.071, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.071, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02	Poder Executivo
0203	Secretaria de Educação e Cultura
0203.12	Educação
0203.12.361	Ensino Fundamental
0203.12.361.1201	Desenvolvimento Educacional
0203.12.361.1201.2032	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
3390-0000	Aplicações Diretas
.....	R\$ 23.000,00
Fonte de Recursos 0158	

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$23.000,00 (Vinte e três mil reais) conforme abaixo discriminado;

02	Poder Executivo
0203	Secretaria de Educação e Cultura
0203.12	Educação
0203.12.361	Ensino Fundamental
0203.12.361.1201	Desenvolvimento Educacional
0203.12.361.1201.2032	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
4490-0000	Aplicações Diretas
.....	R\$ 23.000,00
Fonte de Recursos 0158	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE SETEMBRO DE 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 4.070, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.070, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.
DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAÇÃO E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere

o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.717 de 18 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica anulada a dotação do orçamento vigente no valor de R\$ 6.800,00 (Seis mil e oitocentos reais) da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto abaixo discriminado;

02 Poder Executivo
 0206 Secretaria de Transportes e Obras
 0206.26 Transporte
 0206.26.782 Transporte Rodoviário
 0206.26.782.2601 Estradas Vicinais
 0206.26.782.2601.2042 Manutenção Sec. Transportes e Obras
 4490-0000 Aplicações Diretas
 R\$ 6.800,00
 Fonte de Recursos 0100

Art. 2º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto, no valor de R\$ 6.800,00 (Seis mil e oitocentos reais) conforme abaixo discriminado;

02 Poder Executivo
 0206 Secretaria de Transportes e Obras
 0206.26 Transporte
 0206.26.782 Transporte Rodoviário
 0206.26.782.2601 Estradas Vicinais
 0206.26.782.2601.2042 Manutenção Sec. Transportes e Obras
 3390-0000 Aplicações Diretas
 R\$ 6.800,00
 Fonte de Recursos 0100

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 19 DE SETEMBRO DE 2014.
 EUZEBIO CALISTO VIECELI
 PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2014

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 04/2014

O Município de Pinheiro Preto, tendo em vista o disposto no artigo 6º da Lei complementar nº 115, de 22/06/04, torna público que fará realizar processo seletivo para admissão de agentes em caráter temporário, a fim de comporem o cadastro de reserva para o ano letivo de 2015 das seguintes funções:

- Área I: Professor Regente para Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).
- Área II: Profissional de Apoio: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).
- Área III: Professor Disciplina de Artes.
- Área IV: Professor Disciplina de Língua Estrangeira - Inglês.
- Área V: Professor para Sala AEE - Atendimento Educacional Especializado.
- Área VI: Atendente de Creche.

DO LOCAL E HORÁRIO DAS INSCRIÇÕES

A inscrição deverá ser realizada via internet no site www.pinheiro-preto.sc.gov.br, a partir do dia 13 de outubro de 2014, até o dia 29 de outubro de 2014 às 24:00 horas.

Maiores informações, bem como a obtenção de cópia completa do edital, através do fone 49-3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO - SC, 19 DE SETEMBRO DE 2014.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
 Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 260/2014

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 260/2014

OBJETO: O presente contrato tem por objeto, Referente aquisição de acervo literário cpm 300 livros para o Centro Educacional deste município.

LICITAÇÃO: modalidade Dispensa nº 161DL2014

EMPRESA CONTRATADA: MP COMÉRCIO ATACADISTA DE LIVROS LTDA ME

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ Valor total contratado: R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais)

DATA DO CONTRATO: 9 de Setembro de 2014.

PREFEITO

Euzebio Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

Decreto Nº 2.872 de 19 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 2.872 DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

“INSTITUI HORÁRIO ESPECIAL DE VERÃO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL.”

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 62, inciso III, e art. 74, inciso I, alínea “n”, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no § 1º do art. 37 da Lei Complementar nº 74, de 05 de dezembro de 2001.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído em regime excepcional o horário especial de verão ininterrupto de seis horas diárias nos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo Municipal, a partir de 18 de outubro de 2014 até 15 de fevereiro de 2015.

§ 1º No período previsto no caput deste artigo, o horário será das 7h às 13h.

§ 2º Em função do regime excepcional previsto no caput deste artigo, a hora-extra somente será devida após a oitava hora trabalhada e desde que previamente e expressamente autorizada, ficando como compensação, sem acréscimo adicional, o período laborado entre a sexta e a oitava hora.

Art. 2º Excetuam-se do horário previsto no art. 1º:

I - os Vigias, que observarão a escala de trabalho em vigência, já prevista para esta categoria de servidores.

II - o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que observará a escala de trabalho em vigência de acordo com a legislação do Ministério da Saúde.

III - as Unidades Escolares e Centros de Educação Infantil vinculadas à Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, que funcionarão no horário normal de trabalho.

Art. 3º A Secretaria de Saúde trabalhará para o atendimento ao turno previsto no art. 1º, de forma que não haja prejuízo ao atendimento e prestação de serviços nos seguintes horários estabelecidos:

- a) Policlínica: Aberta das 07h às 17h
- b) Estratégia de Saúde da Família e NASF e CAPS: 7h às 12h e das 13h às 15h ;
- c) Farmácia: Aberta das 07h às 17h;
- d) SEVISA e VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA: Aberta das 07h às 17h.

Art. 4º As unidades CRAS e CREAS da Secretaria de Cidadania e Desenvolvimento Social estarão abertas das 07h às 17h;

Art. 5º Os setores do SINE, MEI, Junta Militar e Carteira de Trabalho, Identidade e INCRA estarão abertos das 07h às 17h;

Art. 6º O GETRAN trabalhará das 07h às 19h;

Art. 7º Nas Unidades/Setores previstos nos artigos 3º ao 6º deste Decreto, onde o horário de funcionamento ultrapassa a jornada reduzida de seis horas diárias, deverá ser organizado escala de serviço dos servidores, de forma que não haja prejuízo ao

atendimento e prestação de serviços.

Art. 8º A Secretaria de Obras e Serviços Públicos e a Secretaria de Desenvolvimento Rural e do Meio Ambiente trabalharão das 06h às 12h;

Art. 9º O Conselho Tutelar trabalhará em horário normal;

Art. 10. Os servidores cedidos observarão a escala de trabalho vigente junto ao órgão ou entidade cessionária ou o horário proposto por esta.

Art. 11. O setor Administrativo da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora atenderá também no período vespertino em regime de plantão para atendimento as Unidades Escolares.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e produz seus efeitos a partir de 18/10/2014.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Pomerode, 19 de setembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Administrativo N.º 013/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 013/2014

Processo Administrativo n.º 021/2014.

Pregão Presencial n.º 011/2014.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: QUALITY A LABORATÓRIO DE PRÓTESE - EIRELI.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PROTÉTICO PARA CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE/SC, COM O OBJETIVO DE SUPRIR O FORNECIMENTO/CONFECÇÕES DE PRÓTESES TOTAIS SUPERIORES E INFERIORES, QUE VISA ATENDER A GRANDE DEMANDA POR ESTES SERVIÇOS NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, TAL CONTRATAÇÃO É NECESSÁRIA E SE JUSTIFICA DEVIDO À CARÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS TÉCNICOS E ESPECIALISTAS PARA EXECUÇÃO DESTES SERVIÇOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Valor Unitário - prótese: R\$197,00 (cento noventa e sete reais).

Valor total contratado: R\$47.280,00 (quarenta e sete mil e duzentos e oitenta reais).

Prazo de vigência: 12 meses - Término 31/08/2015.

Pomerode/SC, 26 de Agosto de 2014.

WALTRAUD HINKELDEY

Secretária Municipal de Saúde

Dispensa de Licitação N.º 001/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 001/2014

Processo Administrativo n.º 001/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE, através do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Contratado: ASSOCIAÇÃO PELO BEM ESTAR DA FAMÍLIA - ABEFAM.

Objeto: COOPERAÇÃO TÉCNICO-FINANCEIRA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO DE ATENDIMENTO A CRIANÇAS DE 0 (ZERO) A 17 (DEZESSETE) ANOS, DE AMBOS OS SEXOS, QUE POR ALGUM MOTIVO FORAM AFASTADAS DO CONVÍVIO FAMILIAR POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO FIRMADO EM 22 DE AGOSTO DE 2014.

Valor total contratado: R\$63.000,00 (sessenta e três mil reais).

Prazo de vigência: 31/12/2014.

Pomerode/SC, 19 de Setembro de 2014.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Ponte Serrada**PREFEITURA****Extrato 0029 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0029/2014- FMS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0021/2014- FMS

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL DE FORMA PARCELADA PARA USO JUNTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL.

Recebimento de Envelopes: até as 08:50MIN do dia 03/10/2014.

Abertura: às 09h00min horas do dia 03/10/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 19 de setembro de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

REVOGAÇÃO 088

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0088/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0039/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que após o prazo recursal a REVOGAÇÃO da licitação supracitada cujo objeto é: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL. Informações Complementares: demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 18 de Agosto de 2014.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

Modalidade de Licitação: Tomada de Preço - 004/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Tomada de Preço - 004/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço global;

Objeto: "Contratação de empresa para execução de pavimentação com paver e drenagem pluvial da Rua Adilson Carlos da Silva localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do Edital".

Recebimento das Propostas: Até as 14h00 do dia 03/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14h01min do dia 03/10/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 18 de setembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

DECRETO N. 1.263, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.263/2014

REGOVA DECRETO Nº 1.088/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 1.088, de 24 de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de maio de 2013.

Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de setembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

Porto União

PREFEITURA

Decreto Nº 539/2014

DECRETO Nº 539, de 19 de setembro de 2014.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.155, de 08 de julho de 2013 (LDO) e 4.200, de 02 de dezembro de 2013 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 1.024.000,00 (Um milhão e vinte e quatro mil reais):

ÓRGÃO ÓRGÃO	0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0203 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2003 - Manutenção Secretaria de Planejamento		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	05	100.000,00
ATIVIDADE	2004 - Manutenção DE-MUTRAN		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	08	8.000,00
UNIDADE	0204 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		
ATIVIDADE	2005 - Manutenção Secretaria de Administração		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	11	200.000,00
UNIDADE	0207 - SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		
ATIVIDADE	2065 - Manutenção do Terminal Rodoviário		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	36	10.000,00
ATIVIDADE	2028 - Manutenção Departamento de Urbanismo		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	48	220.000,00
ATIVIDADE	2021 - Manutenção Britadores, Fábrica de Tubos e Lajotas		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	71	14.000,00
UNIDADE	0208 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		

ATIVIDADE	2022 - Manutenção Secretaria Municipal de Agricultura		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	104	190.000,00
UNIDADE	0209 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ATIVIDADE	2026 - Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	111	200.000,00
UNIDADE	0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 - Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3191 - 100 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	131	32.000,00
UNIDADE	0212 - SEC. MUN. DESENV. ECON. SUST. MEIO AMB.		
ATIVIDADE	2079 - Manutenção Fundo do Meio Ambiente		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	152	50.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		1.024.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ÓRGÃO	0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0202 - GABINETE DO PREFEITO		
ATIVIDADE	2002 - Manutenção Gabinete do Prefeito		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	03	100.000,00
UNIDADE	0203 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO		
ATIVIDADE	2003 - Manutenção Secretaria de Planejamento		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	06	30.000,00
UNIDADE	0204 - SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E ESPORTE		
ATIVIDADE	2005 - Manutenção Secretaria de Administração		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	12	150.000,00
UNIDADE	0207 - SEC. MUN. TRANSP. OBRAS E SERVS. PÚBL.		

PROJETO	1013 - Instalação/Ampliação e Sinalização de Vias Urbanas		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	37	50.000,00
ATIVIDADE	2065 - Manutenção do Terminal Rodoviário		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	35	50.000,00
ATIVIDADE	2018 - Manutenção Serviços de Limpeza Pública		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	51	9.000,00
PROJETO	1025 - Implantação Poços Artesianos		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	64	9.000,00
PROJETO	1017 - Regularização Fundiária		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	99	18.000,00
UNIDADE	0209 - SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
ATIVIDADE	2026 - Manutenção Secretaria de Desenvolvimento Social		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	113	100.000,00
UNIDADE	0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
ATIVIDADE	2033 - Encargos Gerais da Administração		
MODALIDADE	3190 - 100 - Aplicações Diretas	130	300.000,00
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	133	50.000,00
ATIVIDADE	2089 - Manutenção Fundo Anti-Drogas		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	122	9.000,00
PROJETO	1041 - Melhoria da Transmissão Canais de Televisão		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	124	9.000,00
ATIVIDADE	0032 - Amortização e Encargos da Dívida		
MODALIDADE	3290 - 100 - Aplicações Diretas	126	100.000,00
UNIDADE	0211 - SEC. MUN. DE CULTURA E TURISMO		
ATIVIDADE	2085 - Manutenção Fundo Municipal de Turismo		

MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	148	10.000,00
UNIDADE	0212 - SEC. MUN. DESENV.ECON.SUST. E MEIO AMB.		
ATIVIDADE	2079 - Manutenção Fundo do Meio Ambiente		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	150	10.000,00
ATIVIDADE	2093 - Manutenção Sec. Desenv. Econ. Sust. e Meio Amb.		
MODALIDADE	3390 - 100 - Aplicações Diretas	154	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			1.024.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 19 de setembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

Pouso Redondo**PREFEITURA****Processo 032 2014 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº. 32/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2014

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que, até as 09:00 Horas do dia 02.10.2014, para Aquisição de Móveis sob medida, sendo, mesas e prateleiras, para uso na Farmácia do Fundo Municipal de Saúde do Município. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-1133.

Pouso Redondo, em 19 de Setembro de 2014.
Nair Goulart
Prefeita Municipal

Presidente Castello Branco**PREFEITURA****Extrato de Contrato Nº 122/2014**

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 122/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ARTEFATOS DE CIMENTO CONCÓRDIA LTDA EPP
OBJETO:	O presente contrato tem por objeto a aquisição de materiais para a construção de muretas de bloco de concreto para delimitação da divisão dos lotes no Conjunto Habitacional, situado na extensão da Avenida 17 de Fevereiro, perímetro urbano, Município de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR R\$:	R\$ 30.800,00 (trinta mil, com oitocentos reais).
VIGÊNCIA:	11/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 123/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 123/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	NEUSA DA SILVA FANTIN ME
OBJETO:	O presente Contrato tem por objetivo a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de arbitragem para o Campeonato Municipal de Bocha, edição 2014, na categoria adulto masculino do Município de Presidente Castello Branco (SC).
VALOR R\$:	R\$ 3.055,00 (três mil e cinquenta e cinco reais).
VIGÊNCIA:	12/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 124/2014

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 124/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GRUPO MOMENTOS PRODUÇÕES LTDA ME
OBJETO:	O presente contrato consiste na contratação do "GRUPO MOMENTOS PRODUÇÕES LTDA ME", para apresentação artística e animação musical durante o evento da Abertura Natalina 2014, a ser realizada no Município de Presidente Castello Branco/SC, em 14 de novembro de 2014.
VALOR R\$:	R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
VIGÊNCIA:	15/09/2014 a 31/12/2014.

Claudio Sartori
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 125/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Nr. 125/2014

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	MARLON HENRIQUE POYER
OBJETO:	O objeto do presente Contrato consiste na contratação de prestação de Serviços, por 24 horas semanais, destinados à coletas do programa de monitoramento dos poços de água subterrânea, com análise dos parâmetros de pH, sólidos totais, sólidos totais fixos, sólidos totais voláteis, cloretos, sulfetos, nitrogênio amoniacal e total, fósforo total, coliformes totais e fecais, cobre, zinco, chumbo, cádmio, mercúrio, ferro, níquel, cromo, cianetos, laudos das análises dos poços piezométricos e lagoas e renovação de licenças ambientais no exercício de 2014.
VALOR R\$:	R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).
VIGÊNCIA:	16/09/2014 a 31/12/2014.

Marisa Petkov Talini

Prefeita Municipal em Exercício

Processo Licitatório Nº 60/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 08 (oito) de outubro de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para TOMADA DE PREÇOS, cujo objeto é a contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para a execução (material e mão-de-obra) de um Abatedouro de Peixes, composto por área de produção em concreto pré-moldado e área administrativa em concreto armado, com área de 211,08 m², localizado em Linha Cabeceira Dois Irmãos, Condomínio Industrial, conforme projeto, especificações e quantitativos constantes no Anexo I do presente Edital, atendendo ao Convênio Nº 049/2011, Ministério da Pesca e Aquicultura. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Rio do Sul**PREFEITURA****Portaria N. 1024/RH**

PORTARIA N. 1024/RH

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 170, da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar ao servidor municipal LUIZ CARLOS MAURICIO DE SOUZA, matrícula n. 77259/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Pintor, a penalidade de Suspensão de 15 (quinze) dias, a partir de 22 de setembro de 2014, com fundamento ao disposto no Art. 172, inciso I, da Lei Complementar n. 207, de 28 de setembro de 2010, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 001/2014, que concluiu que o servidor transgrediu o Art. 157, incisos II, VII e IX e Art. 158, incisos II e XIX, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Que seja notificado o Departamento de Trânsito para implementar controle de estoque dos materiais e equipamentos da Divisão de Sinalização Viária, devendo permanecer no local somente os objetos da respectiva divisão.

Art. 3º Que seja notificada a Chefia imediata para que opere com mais rigor, não permitindo que sejam retirados materiais ou equipamentos utilizados na Divisão de Sinalização Viária para fins particulares.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

Termos Aditivos Contratos Administrativos Nº 003/2006 A 564/2012

16º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 03/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 31/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ALIRIO BELLEGANTE, portador(a) do CPF nº 382.792.239-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 03/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 03/2006, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ALIRIO BELLEGANTE

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .

Nome: . CPF: .

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 549/2012 firmado em 13/04/2012, com término previsto para 31/12/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ASTRID HOELTGEBAUM, portador(a) do CPF nº 890.004.049-91, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 549/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 549/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ASTRID HOELTGEBAUM

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .

Nome: . CPF: .

13º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 090/2011 firmado em 01/02/2011, com término previsto para 31/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085,

de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANIEL STREY, portador(a) do CPF nº 062.941.539-05, na qualidade de Contratado(a), celebram o 13º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 090/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 090/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANIEL STREY

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .

Nome: . CPF: .

16º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 003/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 31/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JAISON JORGE MORAES, portador(a) do CPF nº 006.123.139-80, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2006, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

JAISON JORGE MORAES
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .
Nome: . CPF: .

10º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 301/2010 firmado em 19/11/2010, com término previsto para 31/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JEFERSON DA SILVA RENGEL, portador(a) do CPF nº 003.834.689-30, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 301/2010, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 301/2010, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JEFERSON DA SILVA RENGEL
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .
Nome: . CPF: .

15º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 003/2006 firmado em 06/03/2006, com término previsto para 31/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA, portador(a) do CPF nº 472.684.250-15, na qualidade de Contratado(a), celebram o 15º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 003/2006, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 003/2006, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

JOAO ANTONIO ALMEIDA DA SILVA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .
Nome: . CPF: .

14º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 021/2009 firmado em 19/10/2009, com término previsto para 31/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) LIVIA REGINA KOESTER, portador(a) do CPF nº 025.863.629-77, na qualidade de Contratado(a), celebram o 14º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2009, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 021/2009, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

LIVIA REGINA KOESTER
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .
Nome: . CPF: .

16º Termo Aditivo ao Contrato

Administrativo nº 415 firmado em 14/05/2007, com término previsto para 31/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de

outro lado o(a) Sr.(a) NEI DELA JUSTINA, portador(a) do CPF nº 619.013.269-34, na qualidade de Contratado(a), celebram o 16º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 415, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 415, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

NEI DELA JUSTINA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .

Nome: . CPF: .

10º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011 firmado em 15/08/2011, com término previsto para 31/12/2013.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) PAULA PIEREZAN DOS SANTOS, portador(a) do CPF nº 031.768.189-39, na qualidade de Contratado(a), celebram o 10º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 291/2011, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 291/2011, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/12/2014.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

PAULA PIEREZAN DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .

Nome: . CPF: .

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 564/2012 firmado em 02/05/2012, com término previsto para 31/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TEREZINHA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA, portador(a) do CPF nº 764.139.779-49, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 564/2012, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 564/2012, iniciando-se a prorrogação em 01/08/2014 e encerrando-se em 31/07/2015.”

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 31 de julho de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

TEREZINHA MARIA SANTOS DE OLIVEIRA
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome: . CPF: .

Nome: . CPF: .

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 219/2014

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 22/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ROSANGELA LUCIA DA SILVA KLAUMANN portador(a) do CPF nº 009.903.811-02, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 219/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 219/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/08/2014 e encerrando-se em 18/09/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

ROSANGELA LUCIA DA SILVA KLAUMANN

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

Portaria N. 1023/RH

PORTARIA N. 1023/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 257 a 264, dos autos da Sindicância Administrativa n. 030/2013, instaurada pela Portaria n. 1397/RH de 22 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 29 de novembro de 2013 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 266 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 030/2013, instaurada para apuração da responsabilidade sobre abastecimentos de veículos integrantes da frota do Poder Executivo Municipal que foram cadastrados de forma duplicada no sistema de controle de combustíveis 3IA, em virtude da comprovação de que não houve pagamento duplicado e de que o equipamento responsável pelo controle dos abastecimentos dos veículos do Município de Rio do Sul apresentava defeito, o qual já foi corrigido.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 15 de setembro de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Lsos

PREGÃO PRESENCIAL 144/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 144/2014

OBJETO: Contratação de serviços de segurança durante o evento Kegelfest/2014. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 02/10/2014, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 02/10/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 19 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL 145/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 145/2014

OBJETO: Contratação de serviços de limpeza e conservação durante o evento Kegelfest/2014. Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 02/10/2014, às 08:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:00h do dia 02/10/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de licitações e no site www.riodosul.sc.gov.br.

Rio do Sul (SC), 19 de setembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 161/2014

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 161/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 08/08/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUSA APARECIDA CORREIA portador(a) do CPF nº 036.150.189-74, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 161/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 161/2014, iniciando-se a prorrogação em 09/08/2014 e encerrando-se em 19/12/2014.

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 08/08/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

DANUSA APARECIDA CORREIA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

2º E 4º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 317/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 317/2014 firmado em 04/02/2014, com término previsto para 01/07/2014.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. CARLOS ALBERTO LUITHARDT, na qualidade de Secretário de Administração Interino, com delegação de competência previsto na Portaria nº 0731/2014, de 24 de junho de 2014, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLISE HECK DE SOUZA portador(a) do CPF nº 043.815.499-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 317/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 317/2014, iniciando-se a prorrogação em 02/07/2014 e encerrando-se em 02/09/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 27/06/2014.

CARLOS ALBERTO LUITHARDT

Secretário de Administração Interino

MARLISE HECK DE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 317/2014 término previsto para 02/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) MARLISE HECK DE SOUZA portador(a) do CPF nº 043.815.499-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 317/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 317/2014, iniciando-se a prorrogação em 03/09/2014 e encerrando-se em 02/10/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/09/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

MARLISE HECK DE SOUZA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.

Nome:.

CPF:.

CPF:.

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO - MARCIO JUNIO PEREIRA DA SILVA

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul em exercício, Sr. Cariso Savio Giacomini, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "a", da Lei Complementar supra citada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) MARCIO JUNIO PEREIRA DA SILVA, nomeado (a) pela Portaria n. 0881/RH, de 14/08/2014, publicada no DOM na data de 15/08/2014, para exercer o cargo efetivo de TELEFONISTA, Nível C, 36 horas semanais, habilitado (a) pelo concurso público n. 002/2011.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 207, de 28/09/2010 e alterações posteriores.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supra citada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 16/09/2014.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 15 de setembro de 2014.

Assinatura do (a) Empossado (a)

CARISO SAVIO GIACOMINI
Prefeito Municipal em exercício

2º, 3º E 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2014

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 23/06/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE MACIEL DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 051.825.949-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 266/2014, iniciando-se a prorrogação em 24/06/2014 e encerrando-se em 22/08/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 23/06/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

TATIANE MACIEL DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 22/08/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de

janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE MACIEL DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 051.825.949-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 266/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/08/2014 e encerrando-se em 01/09/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22/08/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

TATIANE MACIEL DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014 firmado em 10/03/2014, com término previsto para 01/09/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) TATIANE MACIEL DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 051.825.949-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 266/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera as cláusulas primeira e segunda do Contrato Administrativo, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 266/2014, iniciando-se a prorrogação em 02/09/2014 e encerrando-se em 01/10/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 01/09/2014.

GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

TATIANE MACIEL DOS SANTOS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Lei Nº 958, de 16 de Setembro de 2014.

LEI Nº 958, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir por desapropriação amigável ou judicial uma área de terra que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Santa Rosa do Sul aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por desapropriação amigável ou judicial, uma área de terra rural, localizada na Estrada Geral do Caramujo na cidade de Santa Rosa do Sul-SC; com área ideal de 30.000,00m² (trinta mil metros quadrados), de propriedade de JOSÉ SOUZA DOS SANTOS, CPF nº 221.218.469-72, conforme matrícula nº 11.105, do Cartório de Registro de Imóveis de Sombrio, atualmente registrada no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, sob matrícula nº 662; cuja área objeto de Desapropriação possui as seguintes medidas e confrontações:

NORTE na extensão de 283,00 metros, confrontando-se com terras de Antonio Juvenal Valentim.

SUL na extensão de 57,66 metros, confrontando-se com terras do mesmo proprietário, ou seja, com José Souza dos Santos.

LESTE na extensão de 284,19 metros, confrontando-se com a Estrada Geral do Caramujo, de forma como mostra a planta topográfica.

OESTE na extensão de 173,00 metros, confrontando-se com terras de mesmo proprietário, ou seja, com José Souza dos Santos.

Outros detalhes podem ser visto na planta topográfica em anexo.

Art. 2º O imóvel que se refere o artigo anterior, destina-se à implantação da Estação de Tratamento de Esgoto- ETE.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de setembro de 2014.

Nelson Cardoso de Oliveira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Wilfried Hemmer
Secretário de Administração e Finanças

Resultado Proposta de Preços TP 80/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Resultado Proposta de Preços

Licitação nº 80/2014 - TP

Objeto: Contratação de empresa para prestação dos serviços cujo objeto é execução de pavimentação com lajota sextavada de concreto, com área de 3.167,10 m². -Drenagem pluvial, bocas de lobo, meio-fio, placas de sinalização e calçadas em concreto com rampa de acessibilidade na Rua Antonio Alberto Trajano na cidade de Santa Rosa do Sul/SC, onde tudo será executado conforme projetos arquitetônicos, plantas, memoriais descritivos, orçamentos discriminativos, e cronograma físico-financeiro.

VENCEDOR: Concretubos, Obras de Urbanização Ltda EPP

CNPJ: 07.323.544/0001-33

VALOR DA PROPOSTA: R\$ 318.253,50(Trezentos e dezoito mil, duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos).

Ficam os interessados intimados da presente decisão para, querendo, no prazo no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data desta publicação, interponem recurso, conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Joelson Farias Pereira
Presidente da CPL

São Bento do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação - Pregão Nº 273/2014

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 273/2014
MENOR PREÇO GLOBAL

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 14:00 horas do dia 06 de outubro 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO ELETRÔNICO DE VEÍCULOS, TRATORES E CAMINHÕES COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS A TÍTULO DE COMODATO, ABRANGENDO MONITORAMENTO VIA INTERNET, ACOMPANHAMENTO, LOCALIZAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO DE VEÍCULOS, POSICIONAMENTO POR SATÉLITE (GPS), ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO.

Os interessados poderão retirar o Edital completo no endereço www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao e obter maiores informações no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2014.
ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

MAURO SIQUEIRA RAMOS
Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 274/2014

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 274/2014
MAIOR OFERTA/MENOR TARIFA

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 08:30 horas do dia 24 de outubro de 2014, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA, PARA CONCESSÃO, PRECEDIDA DA EXECUÇÃO DE OBRAS CIVIS DE CONSTRUÇÃO, POR PARTE DA LICITANTE, DE CONSERVAÇÃO, DE MANUTENÇÃO, DE OPERAÇÃO, DE MONITORAMENTO E DE EXPLORAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, BEM COMO A OPERAÇÃO E EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE SERVIÇOS PÚBLICOS NAS ÁREAS DE SERVIÇO, REMUNERADAS PELA COBRANÇA DE TARIFAS DOS USUÁRIOS, DE ACORDO COM A LEI Nº 8.987, DE FEVEREIRO DE 1995 E SUAS ALTERAÇÕES E DA DOCUMENTAÇÃO ANEXA.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min às 17:00 horas ou no site www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 15 de setembro de 2014.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

IPRESBS

Portaria IPRESBS Nº 328/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 328/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 25/09/2014 a 02/12/2014, concedido ao servidor JAIR HENRIQUE RAMOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Rede de Água e Esgoto, lotado no Serviço Autônomo de Água e Esgoto, através da Portaria IPRESBS nº. 224/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 25/09/2014.

São Bento do Sul, 18/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 329/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 329/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 23/09/2014 a 06/11/2014, a servidora GISLAINE VARELA NUNES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 08/09/2014 a 22/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 23/09/2014.

São Bento do Sul, 18/09/2014.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 330/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 330/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 08/09/2014 a 07/10/2014, concedido a servidora DEYSE MARGARETH PEREIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 276/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08/09/2014.

São Bento do Sul, 18/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 331/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 331/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 10/09/2014 a 10/10/2014, concedido a servidora LUCIANE DUMS MODESKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 287/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/09/2014.

São Bento do Sul, 18/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 332/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 332/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 19/09/2014 a 26/09/2014, a servidora RITA DE CÁSSIA MARTINS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de

afastamento, referente ao período 04/09/2014 a 18/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 19/09/2014.

São Bento do Sul, 18/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 333/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 333/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 10/09/2014 a 05/12/2014, a servidora ANDREA KIESKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 26/08/2014 a 09/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 10/09/2014.

São Bento do Sul, 18/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 334/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 334/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/09/2014 a 07/11/2014, a servidora RUBIA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/09/2014 a 25/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/09/2014.

São Bento do Sul, 18/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 335/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 335/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 20/09/2014 a 20/10/2014, concedido à servidora NERIANY GUAREZI BEZ FONTANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 302/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 20/09/2014.

São Bento do Sul, 19/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 336/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 336/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 17/09/2014 a 27/11/2014, concedido a servidora ELIANE ROSENI LINZMEYER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 300/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 17/09/2014.

São Bento do Sul, 19/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 337/2014

PORTARIA IPRESBS Nº 337/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 16/09/2014 a 14/11/2014, a servidora REGICLER DRECHSLER PASZEUK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 01/09/2014 a 15/09/2014, compete ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16/09/2014.

São Bento do Sul, 19/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 338/2014

PORTARIA IPRESBS Nº. 338/2014

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 27/09/2014 a 31/12/2014, concedido ao servidor OCLAIR CARLOS SILVEIRA SOBRINHO ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 050/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 27/09/2014.

São Bento do Sul, 19/09/2014.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

Processo Licitatório FMS 030/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO FMS N. 030/2014
PREGÃO PRESENCIAL FMS N. 014/2014

O Pregoeiro Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 06 de outubro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO TIPO FURGÃO, TRANSFORMADO EM AMBULÂNCIA SEMI-UTI PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 15 de setembro de 2014.
Flávio Celeste Lorenzi
Pregoeiro Oficial.

DEC 1707 DE 12 09 14 UNIFICAÇÃO JORGE BRIZOLLA

DECRETO Nº 1707, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre unificação de lotes urbanos, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal; Lei Municipal nº 714, de 16 de junho de 1987; Decreto nº 474, de 12 de maio de 2010; Lei Municipal nº 1.647, de 07 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 1.663, de 17 de junho de 2011; Decreto nº 883, de 22 de novembro de 2011; e,
- Considerando o requerimento protocolado sob nº 1452/2014 e Processo nº 227/2014;
- Considerando parecer favorável emitido pela Área Técnica do Município;
DECRETA:

Art. 1º Ficam unificados os Lotes Urbanos nº 11 e 12 da Quadra nº 51, localizados na Rua XV de Novembro, esquina com a Rua João Bigolin, no Loteamento São Cristóvão, neste Município, com área de 560,00m² e 595,00m², respectivamente, constantes das Matrículas nº 8.975 e 8.976, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São Domingos, de propriedade de Jorge Antunes Brizolla, o qual passará a denominar-se conforme segue:

I - Lote Urbano nº 11 e 12 da Quadra nº 51, com área superficial de 1.155,00m²;

Art. 2º Faz parte integrante do presente Decreto o mapa, o memorial descritivo e a Anotação de Responsabilidade Técnica, respectivos, pareceres do Setor de Tributação e da Assessoria Jurídica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de setembro de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

DEC 1704 DE 10 09 14 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 1704, DE 10 DE SETEMBRO DE 2014.
Nomeia membros para compor o Conselho Municipal de Educação.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Municipal nº 1.135, de 12/05/99, e:

- Considerando o encerramento do mandato dos membros que fazem parte da atual composição do Conselho Municipal de Educação;

- Considerando a solicitação da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Educação, os seguintes membros:

I. Representante da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes: Iraci Inês Marmentini Walendorff;

II. Representante dos Professores Municipais, que atue de 1ª a 4ª série: Eva Leocádia Zarembski Bertozzo;

III. Representante dos Professores efetivos que atue na educação infantil: Rozani Fátima Ghidini;

IV. Representante das Associações de Pais e Professores (APP) do Sistema Municipal de Ensino: Nair Fátima Babinski Roell;

V. Representante do Ensino Superior: Crislene Mezzalira;

VI. Representante dos Diretores das Escolas Municipais: Ivanete Rodrigues Hennerich;

VII. Representante dos Diretores dos Estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino: Bruno Zanella;

VIII. Representante do Ensino Particular: Daniela Burin da Silva.

Parágrafo único. Os membros acima terão mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, sendo obrigatória a renovação de 50% (cinquenta por cento) de seus membros a cada 02 (dois) anos.

Art. 2º As atividades do Conselho Municipal de Educação, serão gratuitas e consideradas como serviços relevantes prestados ao Município.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 1105, de 11 de julho de 2012.

São Domingos (SC), 10 de setembro de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Processo Licitatório Prefe N. 109/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 109/2014
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS PREFE N. 035/2014

O Pregoeiro Oficial do Município de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 03 de outubro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para eventuais futuras AQUISIÇÕES DE MATERIAL GRÁFICO PARA TODAS AS SECRETARIAS, GABINETE DO PREFEITO E PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, SC. TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, Decreto Municipal 480/2010, Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013 e demais

normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail:

São Domingos, SC, 15 de setembro de 2014.
Flávio Celeste Lorenzi
Pregoeiro Oficial.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE 111/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 111/2014
TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 011/2014

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 08 de outubro de 2014, estará recebendo as propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE 20 (VINTE) HORAS DE SERVIÇO NA ORGANIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS PARA A EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES EM SÃO DOMINGOS, REFERENTE AO CONVÊNIO N. 788173/2013. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 15 de setembro de 2014.
ALCIMAR DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 110/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 110/2014
PREGÃO PRESENCIAL PREFE N. 036/2014

O Pregoeiro Oficial do Município TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 02 de outubro de 2014, estará recebendo as propostas dos interessados para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA: A) AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO; SERVIÇOS GRÁFICOS; DE DIVULGAÇÃO E MOBILIZAÇÃO; SONORIZAÇÃO; LOCAÇÃO DE ESPAÇO E FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO 6º SEMINÁRIO DAS MULHERES ORGANIZADAS, A SER REALIZADO NA DATA PROVÁVEL DE 08 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO (EXECUÇÃO PARCIAL DA META 3) E; B) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS (EXECUÇÃO DA META 1 DO PROJETO DE ESTRUTURAÇÃO DA COORDENADORIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES - CONVÊNIO N. 788173/2013). TUDO conforme especificado em seu Edital, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93, Lei n. 10.520/02; Decreto n. 5.504/05; Decreto Municipal n. 020/06, e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos deste Edital serão fornecidos pelo fone (049) 3443-0281 (Ramal 205) e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 15 de setembro de 2014.
FLÁVIO CELESTE LORENZI
PREGOEIRO OFICIAL DO MUNICÍPIO.

São João do Sul

PREFEITURA

Lei Nº. 1.729 de 16 de Setembro de 2014.

LEI Nº. 1.729 DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE ACOLHIMENTO FAMILIAR PROVISÓRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, DENOMINADO PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA".

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Acolhimento Familiar Provisório de Crianças e Adolescentes, denominado "Programa Família Acolhedora", como parte inerente da política de atendimento à criança e ao adolescente no Município de São João do Sul.

Art. 2º - O Programa será vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e tem por objetivos:

I - Garantir às crianças e adolescentes que necessitem de proteção, o acolhimento provisório por famílias de apoio, respeitando o seu direito à convivência em ambiente familiar e comunitário.

II - Oferecer apoio às famílias de origem, favorecendo a sua reestruturação para o retorno de seus filhos, sempre que possível.

III - Contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta. Parágrafo Único - A colocação em família substituta de que trata o inciso III se dará através das modalidades de tutela, guarda ou adoção e são de competência exclusiva do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Santa Rosa do Sul, com a cooperação de profissionais do Programa.

Art. 3º - O Programa Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes da cidade de São João do Sul que tenham seus direitos ameaçados ou violados (vítimas de violência sexual, física, psicológica, negligência, em situação de abandono e órfãos) e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art. 4º - O Programa ficará vinculado à Secretaria de Assistência Social do Município de São João do Sul, sendo parceiros:

I - Juizado e Promotoria da Infância e Juventude da Comarca de Santa Rosa do Sul;

II - Conselho Tutelar;

III - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV- Secretaria Municipal de Saúde;

V - Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º A criança ou adolescente cadastrado no Programa receberá:

I - Com absoluta prioridade, atendimento nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das políticas existentes;

II - Acompanhamento psicossocial e pedagógico pelo Programa Família Acolhedora;

III - Prioridade entre os processos que tramitam no Juizado da Infância e Juventude, primando pela provisoriedade do acolhimento;

IV- Estímulo à manutenção e/ou reformulação de vínculos afetivos com sua família de origem, nos casos em que houver possibilidade;

V- Permanência com seus irmãos na mesma família de apoio, sempre que possível.

Art. 6º - A inscrição das famílias interessadas em participar do Programa Família Acolhedora será gratuita, feita por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Programa, apresentando os documentos abaixo indicados:

I - Carteira de Identidade;

II - Certidão de Nascimento ou Casamento;

III - Comprovante de Residência;

IV - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.

Parágrafo Único - O pedido de inscrição poderá ser feito a qualquer integrante do Grupo de Trabalho do Programa, os quais deverão repassar a solicitação para a Equipe Técnica.

Art. 7º As famílias acolhedoras prestarão serviço de caráter voluntário e os requisitos para participar do Programa são:

I - pessoas maiores de 21 anos, sem restrição quanto ao sexo e estado civil;

II - declaração de não ter interesse em adoção;

III - concordância de todos os membros da família;

IV - residir no município de São João do Sul;

V - disponibilidade de tempo e interesse em oferecer proteção e amor às crianças e adolescentes;

VI - parecer psicossocial favorável.

Art. 8º - A seleção entre as famílias inscritas será feita através de Estudo Psicossocial, de responsabilidade da Equipe Técnica do Programa Família Acolhedora.

§ 1º - O Estudo Psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º - Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão no Programa, as famílias assinarão um Termo de Adesão ao Programa Família Acolhedora.

§ 3º - Em caso de desligamento do Programa, as famílias de apoio deverão fazer solicitação por escrito.

Art. 9º - As famílias cadastradas receberão acompanhamento e preparação contínua, sendo orientadas sobre os objetivos do programa, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças.

Parágrafo Único - A preparação das famílias cadastradas será feita através de:

I - Orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II - Participação nos encontros bimestrais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família de apoio e outras questões pertinentes;

III - Participação em cursos e eventos de formação.

Art. 10 - Compete à autoridade judiciária determinar o acolhimento familiar, encaminhando a criança ou adolescente para a inclusão no Programa Família Acolhedora.

§ 1º - Os profissionais do Programa Família Acolhedora, ou o membro do Conselho Tutelar efetuarão o contato com as famílias acolhedoras, observadas as características e necessidades da criança ou adolescente e as preferências expressas pela família acolhedora no processo de inscrição.

§ 2º - A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada, podendo durar de horas a meses. A duração máxima de referência será de 06 (seis) meses, podendo haver acolhimento mais prolongado, se criteriosamente avaliada a necessidade e determinado judicialmente. O compromisso é por resolver a situação de crise no mínimo tempo possível.

§ 3º - As famílias acolhedoras atenderão somente uma criança ou adolescente por vez, salvo se grupo de irmãos.

§ 4º - O encaminhamento da criança ou adolescente ocorrerá mediante "Termo de Guarda e Responsabilidade Concedido à Família Acolhedora", determinado em processo judicial.

§ 5º - O Conselho Tutelar poderá utilizar-se deste cadastro, desde que comunique a autoridade judiciária até o 2º dia útil imediato, identificando a criança ou o adolescente encaminhado.

§ 6º - A família acolhedora será previamente informada com relação a previsão de tempo do acolhimento da criança para a qual foi chamada a acolher.

Art. 11 - As famílias acolhedoras têm a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, responsabilizando-se pelo

que segue:

I - Todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais nos termos do artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Participar do processo de preparação, formação e acompanhamento;

III - Prestar informações sobre a situação da criança acolhida aos profissionais que estão acompanhando a situação;

IV - Contribuir na preparação da criança para futura colocação em família substituta ou retorno à família biológica, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Programa Famílias de Apoio;

V - Nos casos de inadaptação, a família procederá a desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados do menor acolhido até novo encaminhamento, o qual será determinado pela autoridade judiciária;

VI - A transferência para outra família deverá ser feita de maneira gradativa e com o devido acompanhamento.

Parágrafo Único - A obrigação de assistência material pela família de apoio se dará com base no subsídio financeiro oferecido pelo Programa.

Art. 12 - A coordenação do Programa Família Acolhedora estará a cargo de um profissional da Equipe Técnica que contará com irrestrito apoio dos demais profissionais e da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 13 - A Equipe Técnica prestará acompanhamento sistemático à família de apoio, à criança acolhida e à família de origem.

§ 1º - O acompanhamento às famílias de apoio acontecerá na forma que segue:

I - visitas domiciliares, nas quais os profissionais e família conversam informalmente sobre a situação da criança, sua evolução e o cotidiano na família, dificuldades no processo e outras questões pertinentes;

II - atendimento psicológico;

III - presença das famílias com a criança nos encontros de preparação e acompanhamento.

§ 2º - O acompanhamento à família de origem e o processo de reintegração familiar da criança será realizado pelos profissionais do Programa Família Acolhedora.

§ 3º - Nos casos em que a família já estiver incluída no Programa Famílias de Apoio Sócio Familiar (PASFA), o trabalho será realizado em parceria com os profissionais do referido Programa.

§ 4º - Os profissionais acompanharão as visitas entre criança/família de origem/família de apoio, a serem realizados em espaço físico neutro.

§ 5º - A participação da família de apoio nas visitas será decidido em conjunto com a família.

§ 6º - Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a equipe técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará quanto a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como, poderá ser solicitado a realização de laudo psicossocial com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 7º - Quando entender necessário, visando a agilidade do processo e a proteção da criança, a Equipe Técnica prestará informações ao Juizado sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

Art. 14 - O término do acolhimento familiar da criança ou adolescente se dará por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta, através das seguintes medidas:

I - Acompanhamento após a reintegração familiar visando a não reincidência do fato que provocou o afastamento da criança;

II - Acompanhamento psicossocial à família de apoio após o desligamento da criança, atento às suas necessidades;

III - Orientação e supervisão do processo de visitas entre a família acolhedora e a família que recebeu a criança;

IV - Envio de ofício ao Juizado da Infância e Juventude da Comarca

de Santa Rosa do Sul, comunicando quando o desligamento da família de origem do Programa.

§ 1º - Nos casos em que a criança acolhida for encaminhada em adoção deverá ser respeitado o Cadastro de Pretendentes à Adoção existente na Comarca e/ou do Estado.

§ 2º - O acompanhamento do processo de adaptação da criança na família substituta será realizado pelos profissionais do Judiciário, podendo haver parceria com os profissionais do Programa.

Art. 15 - O Programa Família Acolhedora será subsidiado através de recursos financeiros do Município de São João do Sul, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo para Infância e Adolescência - FIA.

Art. 16 - As famílias de apoio cadastradas no Programa Família Acolhedora, independente de sua condição econômica, têm a garantia do recebimento de subsídio financeiro, por criança em acolhimento, nos seguintes termos:

I - Nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 01 (um) mês, a família de apoio receberá subsídio em gêneros, de acordo com as necessidades da criança acolhida;

II - Nos acolhimentos superiores a 01 (um) mês, a família de apoio receberá subsídio financeiro no valor de 01 (um) salário mínimo mensal, para despesas com alimentação, higiene pessoal, lazer e material de consumo. Os gastos da criança com vestuário e outras necessidades eventuais serão de responsabilidade do Programa.

§ 1º - O subsídio financeiro será repassado através de depósito bancário em conta corrente ou poupança em nome da família de apoio.

§ 2º - O subsídio no valor de 01 (um) salário mínimo mensal por criança ou adolescente, repassado às famílias acolhedoras durante o período de acolhimento, será subsidiado pelo Município de São João do Sul, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, previsto na dotação orçamentária.

§ 4º - As crianças e as famílias serão encaminhadas para os serviços e recursos sociais da comunidade, tais como creche, escola, unidades de saúde, atividades recreativas de lazer e culturais, entidades sociais de apoio, etc.

§ 5º - A Secretaria Municipal de Assistência Social será a responsável pela administração dos recursos financeiros do Programa e pelo repasse dos subsídios fornecidos às famílias acolhedoras e, quando necessário, assistência material às famílias de origem.

§ 6º - O Assistente Social Judiciário receberá os encaminhamentos judiciais de crianças ou adolescentes para acolhimento provisório e fará contato com os profissionais do Programa e com o representante da Secretaria Municipal de Assistência Social, com vistas ao encaminhamento da situação.

Art. 17 - A equipe técnica do Programa Família Acolhedora será formada por profissionais de Serviço Social e Psicologia do quadro da Secretaria de Assistência Social do Município de São João do Sul, ou de entidade conveniada.

Art. 18 - Os trabalhos da equipe técnica do programa sempre serão desenvolvidos em equipe.

Art. 19 - A equipe técnica tem por finalidade:

I - Avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II - Acompanhar as famílias acolhedoras, famílias de origem e crianças durante o acolhimento;

III - Dar suporte à família acolhedora após a saída da criança;

IV - Acompanhar as crianças e famílias nos casos de reintegração familiar ou adoção.

Parágrafo Único - Outros profissionais poderão vir a fazer parte integrante da Equipe Técnica, de acordo com a necessidade do Programa.

Art. 20 - O Programa Famílias de Apoio contará com os seguintes recursos materiais:

I - Subsídio financeiro para as famílias acolhedoras e assistência material para as famílias de origem, nos termos do disposto no artigo 16, inciso I e II e parágrafos;

II - Capacitação para Equipe Técnica, preparação e formação das famílias de apoio;

III - Espaço físico para as reuniões;

IV - Espaço físico para atendimento pelos profissionais do Programa, de acordo com a necessidade de cada área profissional e equipamentos necessários;

V - Veículo disponibilizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 21 - A regulamentação da presente Lei será feita no prazo de 30 (trinta) dias pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, condicionada à aprovação do Juizado da Infância e da Juventude da Comarca de Santa Rosa do Sul e homologada pelo Poder Executivo através de Decreto.

Art. 22 - O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado pela Coordenação e equipe interdisciplinar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Parágrafo Único - Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e aos Conselhos Tutelares, acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, encaminhando ao Juiz da Infância e Juventude, relatório circunstanciado, sempre que observar irregularidades.

Art. 23 - Fica admitida no âmbito do Programa Família Acolhedora a figura da família extensa, assim entendida aquela formada por parentes próximos com os quais o assistido convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade, identificada como hipossuficiente.

§ 1º - Será considerada necessitada do benefício, para os fins deste artigo, a família extensa cuja renda per capita for igual ou inferior à meio (1/2) do salário mínimo, considerando para fins destes cálculos, os benefícios de transferência de renda recebidos pelo núcleo familiar.

§ 2º - À Família Extensa se aplicam as condicionantes e obrigações da família acolhedora, exceto quanto à exigência de residência no Município, admitindo-se, neste caso, a residência no Estado de Santa Catarina.

Art. 24 - A Assistência material prevista nesta Lei poderá excepcionalmente ser concedida à família de origem identificada como hipossuficiente que receber ordem judicial de reintegração de criança e adolescente, pelo período máximo de 03 (três) meses, sendo que os profissionais da Equipe Técnica farão a avaliação quanto a necessidade e duração de repasse do subsídio financeiro.

§ 1º - Será considerada necessitada do benefício, para os fins deste artigo, a família cuja renda per capita for igual ou inferior à meio (1/2) do salário mínimo, considerando para fins destes cálculos, os benefícios de transferência de renda recebidos pelo núcleo familiar.

§ 2º - Aplica-se, na hipótese deste artigo, todas as condicionantes da família acolhedora, no que couber.

Art. 25 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 16 de setembro de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e registrada nesta Secretaria aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze.

MARLI DA ROSA CARDOSO XAVIER
Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº126/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº126/2014

OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 126/2014, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 78 XII, DE ACORDO COM O ARTIGO 79, II, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE ATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E CONVENIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO PARA MINISTRAR AULAS DE PERCUSSÃO/MÚSICA COM INSTRUMENTOS, PARA ATENDIMENTO AO PROJETO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DEFINIDOS NO TERMO ORIGINAL.

CONTRATANTE: Município de São João do Sul.

CONTRATADO: RAMON JERONIMO TRAJANO

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 069/2014 - Dispensa de Licitação nº 021/2014 de 18/08/2014, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, XX de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 127/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO nº 127/2014

OBJETO: RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 127/2014, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 78 XII, DE ACORDO COM O ARTIGO 79, II, TODOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO DECORRENTE DE ATO SUPERVENIENTE DEVIDAMENTE COMPROVADO E CONVENIÊNCIA À ADMINISTRAÇÃO, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE OFICINEIRO PARA MINISTRAR OFICINA DE CANTO/CORAL, PARA ATENDIMENTO AO PROJETO DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DEFINIDOS NO TERMO ORIGINAL.

CONTRATANTE: Município de São João do Sul.

CONTRATADO: TATIANA DOS SANTOS FAUSTINO

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 068/2014 - Dispensa de Licitação nº 020/2014 de 18/08/2014, de acordo com Lei 8.666/93 e suas alterações.

São João do Sul, XX de agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

LICITAÇÃO Nº 076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

LICITAÇÃO Nº 076/2014

Modalidade - Pregão Presencial nº 031/2014

Objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ATERRO (AREIA OU ARGILA) COM TRANSPORTE (EM TODO TERRITÓRIO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO) A SER ADQUIRIDO DE ACORDO COM A CONVENIÊNCIA, CUJA FINALIDADE SERVIRÁ PARA ATENDER AS NECESSIDADES EM PÁTIOS DE ESCOLAS MUNICIPAIS, PRÉDIOS PÚBLICOS E UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA MUN. DE OBRAS PARA MANUTENÇÃO DE SUAS ATIVIDADES.. Os envelopes de Habilitação e Propostas: Poderão ser entregues até às 09h 45 min do dia 02/10/2014, com abertura dos envelopes prevista para as 10h do dia 02/10/2014. A entrega do Edital e demais

informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de São João do Sul, Avenida Nereu Ramos, nº 50 de segundas às sextas feiras das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, ou pelo e-mail licitacoes@saojoaodosul.sc.gov.br

São João do Sul - SC, em 19 de Agosto de 2014.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2014

OBJETO: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL SOCIETYCOM GRAMA SINTÉTICA, COM ÁREA DE 1.076M² NA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL CAETANO LUMERTZ NA LOCALIDADE DE VILA SANTA CATARINA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São João do Sul.

CONTRATADA: CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA ME

VIGÊNCIA: 18/09/2014 à 31/12/2014.

VALOR: R\$ 235.600,00 - Total.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº. 071/2014 - Tomada de Preços nº 003/2014 de 20/08/2014, de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 0501-12.361.0128.1030-4.4.90.51.98.00.00.00.0101; 0501-12.361.0128.1030-4.4.90.51.98.00.00.00.0101 4.4.90.51.98.00.00.00.0102.

São João do Sul - SC, 18 de Setembro de 2014

JOÃO RUBENS DOS SANTOS

Prefeitura Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA VALIDAÇÃO DO PROGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA VALIDAÇÃO DO PROGNÓSTICO DO PLANO MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Prefeito Municipal de São João do Sul convoca a população de São João do Sul para participar de audiência pública que se realizará no dia 22 de setembro de 2014, às 08:30h na sede da Câmara Municipal de Vereadores com o objetivo de discutir, analisar e aprovar o prognóstico do Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

São João do Sul, 15 de setembro de 2014

João Rubens dos Santos

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

Decreto Nº 3194/2014

DECRETO Nº 3.194/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
CLECI DA SILVA DUARTE	Auxiliar de Sala	40 horas	08/09/2014
MARCELA STEFANI DO AMARAL	Auxiliar de Sala	40 horas	08/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3195/2014

DECRETO Nº 3.195/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratada, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
SUANI APARECIDA MENDES OURIQUES	Professor - M	20 horas	08/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3196/2014

DECRETO Nº 3.196/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
ELIETE APARECIDA DOS SANTOS LOPES	Auxiliar de Sala	40 horas	10/09/2014
SAIONARA MAXIMIANO JOAO	Auxiliar de Ensino	30 horas	10/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 3197/2014

DECRETO Nº 3.197/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratada, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor

efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
LAISE MARQUES DE SOUZA SIL- VEIRA	Professor - H	40 horas aulas	11/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 3198/2014

DECRETO Nº 3.198/2014
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 001/2014, datado de 07/04/2014, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Fica contratada, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, a seguinte servidora.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
KARLA RENATA DIAS	Auxiliar de Ensino	20 horas	11/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 3199/2014

DECRETO Nº 3.199/2014
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
LUTIELE LEAL DA SILVA	Auxiliar de Ensino	30 horas	12/09/2014
MARIA JAQUELI- NE BIFF KLOCH	Professor - M	40 horas	12/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 3200/2014

DECRETO Nº 3.200/2014
DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 11/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratadas, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, as seguintes servidoras.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS- SÃO
Maria de Lourdes Gonçalves Gua- nabara	Professor - M	40 horas	15/09/2014
Maria de Lourdes Luz Borgonovo	Professor - M	20 horas	15/09/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15/09/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 3201/2014

DECRETO Nº 3.201/2014
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam dispensados, a pedido, os seguintes servidores, admitidos por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
Diogo Passig	Professor - M	10/09/2014
Sabrina Lucas de Freitas	Professor - M	10/09/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 3202/2014

DECRETO Nº 3.202/2014
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
VIVIANE APARECIDA ROSA	Auxiliar de Serviços Gerais	08/09/2014

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de setembro de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 012/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 012/2014 - Processo nº 237/2014 Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de materiais diversos para o movimento Outubro Rosa no Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 09h00min do dia 29 de setembro de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 09h30min do dia 29 de setembro de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

ERRATA AO CONTRATO/CT: Nº 203/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Errata ao Contrato/CT: nº 203/2014 - PR 027/2014 - Processo 121/2014 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretoria de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 19/09/2014, ONDE SE LÊ: "Contratado: DANIEL PEREIRA DE SOUZA - ME". LEIA-SE: "Contratado: E.J.C. CAMINHÕES E ACESSÓRIOS LTDA". Vera Suely de Andrade/ Diretora de Compras.

São José do Cedro

PREFEITURA

Decreto Nº. 185/2014 - Sf

DECRETO Nº. 185/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 89,77 (oitenta e nove reais e setenta e sete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"468" 3.3.30.93.00.00.1.0000 Indenizações e Restituições R\$ 89,77

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 89,77 (oitenta e nove reais e setenta e sete centavos), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
2.008 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
"60" 3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo R\$ 89,77

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de setembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 17 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 186/2014 - Sf

DECRETO Nº. 186/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
"245" 3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
2.045 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DOS ESPORTES
"243" 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de setembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 17 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Decreto Nº. 187/2014 - Sf

DECRETO Nº. 187/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - ABRIGO DOMICILIAR
"437" 3.3.90.39.00.00.3.0052 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 200,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), recursos de Outras Transferências de Recursos para o Fundo de Assistência Social, Fonte 3.0052, das verbas a seguir discriminadas:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - F.M.A.S
01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2.105 PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA - ABRIGO DOMICILIAR
"436" 3.3.90.30.00.00.3.0052 Material de Consumo R\$ 200,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de setembro de 2014.

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 17 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

Edital de Concurso Público Nº 01/2014

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

O Prefeito de São Jose do Cedro, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei 2020/93, Lei Complementar nº 001/2009, Lei nº 1490/89 e Lei nº 3265/2006 e demais dispositivos legais vigentes, torna público aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para contratação/admissão, de servidores para o quadro da administração direta do município, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual rege-se pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. Disposições preliminares

1.1.1. O presente Edital de Concurso Público é disciplinado pelo art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Lei 2020/93, Lei Complementar nº 001/2009, Lei nº 1490/89 e Lei nº 3265/2006 e demais legislação vigente.

1.1.2. O Concurso Público será regido por este edital, supervisionado pela Comissão de Acompanhamento do Concurso Público do Município de São Jose do Cedro - SC, e executado pela Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, nº 1628, São Miguel do Oeste - SC, fone-fax (49)3621-0795, endereço eletrônico www.ameosc.org.br

1.1.3. As respostas aos requerimentos, comunicados, resultados dos recursos, e demais publicações relativas ao Concurso Público serão publicados em documento afixado no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

1.1.4. A inscrição no Concurso Público implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste edital.

1.1.5. É de responsabilidade do candidato conhecer a legislação mencionada no subitem 1.1.1 do edital e demais determinações referentes ao Concurso Público para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo por ocasião da nomeação caso aprovado e convocado.

1.1.5.1 A legislação Municipal de que se refere o subitem 1.1.1 está à disposição dos candidatos no site: www.prefcedro.sc.gov.br

1.1.6. São condições para participação no presente CONCURSO PÚBLICO:

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português nos termos do artigo 12, I, II e §1º da CF/88.

b) Estar quite com as obrigações resultantes da legislação eleitoral, e, quando do sexo masculino, estar quite também, com as obrigações do serviço militar.

c) Ter conhecimento e concordar com todas as exigências contidas neste edital.

d) Possuir aptidão física e mental.

e) Possuir obrigatoriamente carteira nacional habilitação (CNH) CATEGORIA "C" para o cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS e CATEGORIA "D" para o cargo de MOTORISTA.

1.1.7. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA e PRÁTICA.

1.2 Cargos, vagas, carga horária, remuneração e habilitação:

1.2.1. As vagas destinam-se aos cargos a seguir delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento	Habilitação
Administrador de Cemitério	01	44h	1.248,72	Portador de certificado do ensino fundamental
Agente Administrativo	CR*	40h	1.762,02	Ensino médio completo e informática básica
Assistente Financeiro	01	40h	1.761,86	Ensino médio completo
Assistente Social	01	40h	2.941,36	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe
Assistente Técnico Pedagógico	01	40h	1.992,68	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe, se houver
Auxiliar Administrativo	01	40h	1.385,05	Ensino fundamental completo e Informática básica
Auxiliar de Dentista	CR*	40h	815,37	Ensino fundamental completo
Mecânico	CR*	44h	1.796,36	Alfabetizado, com conhecimento na área de atuação
Médico ESF	03	40h	16.555,67	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe
Monitor Creche	CR*	30h	888,94	Ensino médio completo
Monitor Social	01*	40h	1.025,45	Ensino médio completo
Motorista	CR*	44h	1.253,65	Alfabetizado, com conhecimento na área de atuação e carteira Nacional de Habilitação categoria "D".
Nutricionista	01	40h	3.463,34	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe

Operador de Equipamentos	CR*	44h	1.432,61	Alfabetizado, com conhecimento na área de atuação e carteira Nacional de Habilitação categoria "C".
Orientador Social	CR*	40h	1.025,45	Ensino médio completo
Psicólogo	01	40h	3.463,34	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe
Técnico em Enfermagem	CR*	40h	1.089,08	Certificado conclusão de 2º grau e do curso de técnico em enfermagem
Telefonista	CR*	40h	815,37	Ensino fundamental completo

*CR: Cadastro de Reserva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08h00min do dia 22/09/2014 às 23h59min do dia 22/10/2014.

2.2. Para inscrever-se o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.

b) Fazer o cadastro do candidato se for primeiro acesso, caso este já seja cadastrado somente realizar o login para inscrição.

c) Preencher integralmente o Requerimento de Inscrição, conferir atentamente os dados informados e enviá-los via internet, seguindo as instruções;

d) Imprimir uma cópia do Requerimento de Inscrição;

e) Imprimir o boleto Bancário referente à inscrição e efetuar o seu pagamento até as 23h59min do dia 23/10/2014.

2.2.1. Para os candidatos que não dispuserem de acesso à internet será disponibilizado equipamento com acesso à Internet na Prefeitura de São Jose do Cedro - SC, durante o período das inscrições, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

2.2.2. O atendimento aos candidatos é limitado à disponibilidade de pessoal e equipamentos, sendo que o candidato é o único responsável pelas informações prestadas e demais atos relativos à sua inscrição.

2.3. A Prefeitura de São Jose do Cedro - SC e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - AMEOSC não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por falhas de comunicação, congestionamento de linhas telefônicas ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitarem a transferência de dados, impressão de documentos ou pagamento da taxa de inscrição no prazo determinado.

2.4. O pagamento da inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento, com o respectivo código de barras, disponível no endereço eletrônico: www.ameosc.org.br

2.4.1. O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não se constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

2.4.2. A inscrição somente será confirmada mediante confirmação bancária da quitação do respectivo boleto de pagamento até a

data do respectivo vencimento.

2.5. Será cancelada a inscrição e anulados os atos decorrentes, do candidato que prestar declarações falsas, inexatas ou que não atender a todas as condições estabelecidas neste edital, mesmo que o candidato tenha sido aprovado e que o fato seja constatado posteriormente.

2.5.1. A inscrição não poderá ser feita pelo correio ou por meio de fac-símile.

2.5.2. Não será aceita inscrição condicional ou fora do prazo estabelecido.

2.6. Não serão aceitos pedidos de alterações de dados informados quando da inscrição, a não ser a comunicação de novo endereço que deverá ser feita junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro/SC quando da classificação e/ou chamamento para assumir o cargo.

2.7. O candidato poderá inscrever-se para apenas UM (01) cargo. Verificando-se mais de uma inscrição do mesmo candidato será considerada apenas a inscrição mais RECENTE.

2.8. O valor da taxa de inscrição será de:

ESCOLARIDADE	R\$
Nível Superior	100,00
Nível Médio	70,00
Nível Fundamental ou Alfabetizado	50,00

2.9. O valor referente ao pagamento da inscrição não será restituído, salvo em caso de cancelamento do CONCURSO PÚBLICO, qualquer que seja o motivo.

2.10. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário eletrônico, quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos, etc.).

2.10.1. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade, desde que solicitados no ato da inscrição, no formulário eletrônico de inscrição.

2.10.2. Os candidatos que solicitarem condições especiais serão comunicados através de aviso publicado nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br do deferimento ou não do pedido.

2.11.4. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá chegar ao local com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos e dirigir-se à Coordenação, com acompanhante, maior de idade, que ficará com a guarda e responsabilidade do lactente. Nos horários necessários a candidata será acompanhada por um fiscal até o local onde se encontra a criança, sendo que o tempo destinado à amamentação não será acrescido ao horário da prova da candidata.

3. DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

3.1. Este CONCURSO PÚBLICO reserva o percentual de 5% (cinco por cento) aos portadores de necessidades especiais, sendo desprezadas desse cálculo as vagas destinadas ao Cadastro de Reserva.

3.2.1. Durante o prazo de inscrição, candidato inscrito na condição de portador de necessidades especiais, deverá encaminhar ao Departamento de Recursos Humanos do Município de São Jose do Cedro, sito na Rua Jorge Lacerda nº 1049, centro, em horário de expediente da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, juntamente com os documentos originais para conferência, (ficarão retidas somente as cópias dos documentos, os originais serão devolvidos ao candidato após a conferência) laudo médico firmado por especialista na área, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, sendo que posteriormente, se aprovado no presente Processo Seletivo, deverá submeter-se à perícia do Médico do Trabalho designado pelo Município, que terá

decisão terminativa sobre a seu enquadramento como portador de necessidades especiais ou não e, sobre o grau de deficiência, que determinará estar ou não, o candidato, capacitado para o exercício do cargo.

3.2.2. A entrega dos documentos acima referidos também poderá ser feito por meio postal, através de Sedex a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de São Jose do Cedro, sito na Rua Jorge Lacerda nº 1049, centro de São Jose do Cedro/SC, através de cópia autenticada em cartório, com data máxima de postagem no dia 22/10/2014.

3.3 - A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito da vaga reservada aos candidatos em tais condições.

3.4 - As pessoas com deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

3.5 - O candidato a vaga de portador de necessidades especiais que no dia da prova necessitar de atendimento diferenciado em função de sua deficiência, deverá solicitar por escrito na data da inscrição.

4. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente após o encerramento das mesmas.

4.2. O ato de homologação das inscrições deferidas e a relação das inscrições indeferidas serão publicados em documento afixado no Mural Público Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

5. DAS PROVAS

5.1. Da Prova Objetiva

5.1.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

5.1.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 15/11/2014, as 09hrs, nas dependências do Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, Rua Nereu Ramos Nº 105, centro, São Jose Cedro - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

5.1.2.1. A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos ao local das provas será as 08hrs.

5.1.2.2. O fechamento dos portões será às 08h40min sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação.

5.1.2.3. Após o fechamento dos portões o candidato deverá dirigir-se imediatamente a sala de realização de provas, não sendo permitida a permanência do mesmo nos corredores, sendo que a Instituição executora do certame e o Município de São Jose do Cedro - SC não se responsabilizarão por atrasos na entrada para as salas de aplicação de provas, a qual deverá ocorrer 10 minutos antes do início das provas para instruções necessárias que serão repassados pelos fiscais.

5.1.2.4. Não será permitido o ingresso na sala de aplicação de provas após as 08h50min, sendo que das 08h50min até as 09 horas horário marcado para início das provas serão repassadas as instruções ao candidatos pelos fiscais de sala e pela comissão organizadora do concurso.

5.1.2.5. A prova objetiva terá início às 09 horas e término às 12 horas.

5.1.3. A relação de ensalamento será publicada após a homologação das inscrições nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

5.1.4. A prova objetiva será realizada em uma única etapa, terá a duração de 03 horas, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta e será composta de questões objetivas com quatro alternativas de resposta para cada uma delas, das quais somente UMA (01) será a correta e deverá ser assinalada conforme instruções que constarão no cartão resposta e na 1º página do

caderno de provas.

5.1.4.1. As questões da prova objetiva versarão sobre questões de conhecimentos específicos, português e matemática.

5.1.4.2. A prova objetiva será composta de 35 (trinta e cinco) questões.

5.1.4.3. Os conteúdos programáticos sobre os quais versarão as questões da prova objetiva estão publicados no Anexo II do presente edital.

5.2. DA PROVA OBJETIVA (Modalidade A) - Serão aplicadas provas de conhecimentos específicos, português e matemática conforme quadro abaixo para os cargos de MÉDICO, AUXILIAR DE DENTISTA, ORIENTADOR SOCIAL, MONITOR SOCIAL, TÉCNICO EM ENFERMAGEM, AGENTE ADMINISTRATIVO, AUXILIAR ADMINISTRATIVO, ADMINISTRADOR DE CEMITÉRIO, PSICÓLOGO, ASSISTENTE SOCIAL, NUTRICIONISTA, ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO, MONITOR DE CRECHE, ASSISTENTE FINANCEIRO e TELEFONISTA cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Provas	Nº. Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 Conhecimentos Específicos	20	0,35	7,00	4,00
2 Português	10	0,20	2,00	
3 Matemática	05	0,20	1,00	
TOTAL	35	-	10,00	-

5.2.1. Serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 (quatro pontos), no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de português, matemática e conhecimentos específicos), conforme quadro acima.

5.3. DA PROVA OBJETIVA e PRÁTICA (Modalidade B) - Serão aplicadas provas de Conhecimentos Específicos, Português, Matemática e Prova Prática para o cargo de MECÂNICO, OPERADOR DE EQUIPAMENTOS e MOTORISTA, conforme quadro abaixo, cujos conteúdos constam neste Edital (Anexo II):

Prova Objetiva	Nº Questões	Peso	Total de Pontos por Disciplina (Nota)	Nota Mínima do Conjunto Provas 1, 2 e 3.
1 Conhecimentos Específicos	20	0,16	3,20	2,00
2 Português	10	0,13	1,30	
3 Matemática	05	0,10	0,50	
TOTAL	35	-	5,00	-

Prova Prática	Total de Pontos (Nota)	Nota Mínima da Prova Prática
Prova Prática	5,00	2,00
TOTAL	5,00	-

5.3.1. Para os cargos acima descritos, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 2,00 (dois) no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Português e Matemática) e nota mínima de 2,00 (dois) pontos na prova prática, conforme tabelas acima.

5.4. Normas para a realização da PROVA OBJETIVA:

5.4.1. Os candidatos deverão comparecer no local designado para a realização da prova objetiva no horário e data estabelecidos pelo Edital, munidos de documento de identificação original (com fotografia) e do Comprovante de Inscrição, o não cumprimento deste item impedirá o acesso do candidato a sala de prova.

5.4.2. Será vedado o acesso ao portão de entrada do local de prova ao candidato que se apresentar após o horário determinado no item 5.1.2.2 (08h40min), mesmo que o início da prova tenha sido postergado por motivo de força maior.

5.4.3. Serão considerados documentos de identificação: carteira de identidade, carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação.

5.4.3.1. Caso o candidato não apresente, no dia de realização das provas, documento de identificação original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado o documento que ateste o registro da ocorrência (BOLETIM DE OCORRÊNCIA) em órgão policial, com data não superior a 30 dias da data da realização da prova do CONCURSO PÚBLICO.

5.4.3.2. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

5.4.4. Para a realização da prova objetiva o candidato receberá um caderno de questões, um cartão resposta e um cartão identificação.

5.4.4.1. O candidato deverá apor no Cartão de Identificação, em local próprio, seu nome legível, cargo/função pleiteado e assinatura, o qual será lacrado em envelope no final da prova.

5.4.4.2. O candidato deverá apor no Cartão Resposta as suas respostas por questão, PREENCHENDO POR COMPLETO O CAMPO QUE SE REFERE À QUESTÃO CORRETA, conforme a forma correta, exemplificada no cartão de identificação do candidato e na primeira folha do caderno de questões, para propiciar a correção com leitura ótica.

5.4.4.2. O Cartão Resposta não poderá conter assinatura do candidato, somente sua digital na parte de traz do cartão, a qual será coletada durante a realização da prova pelos fiscais de sala.

5.4.5. Antes de iniciar a resolução da prova o candidato deve conferir se o caderno de questões corresponde ao cargo do qual se inscreveu e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a resolução da prova, bem como enumerada e o candidato deve ler as instruções relacionadas à marcação das respostas.

5.4.6. O candidato deverá assinalar no cartão resposta o tipo de prova correspondente que lhe foi entregue. AS PROVAS DE CADA CARGO SERÃO IDENTIFICADAS PELOS NÚMEROS 1, 2, 3 e 4 E É DE RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO A MARCAÇÃO CORRETA, SENDO QUE A NÃO MARCAÇÃO CORRETA INVALIDARÁ O CARTÃO RESPOSTA.

5.4.7. As respostas das questões da prova objetiva deverão ser transcritas para o cartão de respostas, conforme as instruções constantes na capa do caderno de provas, devendo o candidato utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

5.4.8. O cartão-resposta não será substituído por erro do candidato.

5.4.9. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital, não sendo permitido que as marcações sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de que o candidato tenha solicitado condição especial para esse fim, que no caso, o candidato será acompanhado por fiscal designado pela Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO.

5.4.10. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no Cartão-Resposta.

5.4.11. Serão consideradas marcações incorretas e atribuída nota 0,00 (zero) à questão da prova objetiva que estiver em desacordo com este Edital e com o cartão-resposta, tais como: cuja resposta não coincida com o gabarito oficial; contenha dupla marcação,

marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não-preenchido integralmente, ou não estiver assinalada no cartão resposta.

5.4.12 A prova será corrigida unicamente pela marcação feita no cartão-resposta e não terão validade quaisquer anotações feitas no caderno de prova.

5.4.13. A correção do cartão resposta do candidato será realizada através do processo de leitura óptica, em SESSÃO PÚBLICA a ser realizada no AUDITÓRIO do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GIRASSOL - CEMEG, sito na Rua Nereu Ramos nº 105, centro de São Jose do Cedro - SC Centro, às 09hrs do dia 19/11/2014, com a projeção das notas em telão para que todos os presentes na sessão possam acompanhar a correção, bem como a identificação do candidato (Cartão de Identificação).

5.4.13.1. A sessão será filmada e todos os interessados terão acesso no local devendo assinar lista de presença constando o horário de entrada e saída.

5.4.14. Ao terminar a prova o candidato, obrigatoriamente, entregará ao fiscal da sala o cartão-resposta e o cartão identificação.

5.4.15. Só será permitido ao candidato entregar sua prova objetiva após transcorrido, no mínimo, 30 (trinta) minutos do seu início.

5.4.16. O candidato somente poderá ausentar-se temporariamente da sala de provas, durante sua realização, acompanhado de um fiscal.

5.4.17. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

5.4.18. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala, só poderão entregar o cartão resposta e o cartão identificação ao mesmo tempo.

5.4.18.1. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão apor no verso dos cartões respostas e cartões de identificação suas assinaturas.

5.4.18.2. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão anotar no verso do cartão de respostas eventuais questões deixadas em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.4.18.3. Os últimos 03 (três) candidatos juntamente com os fiscais de sala e pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO deverão invalidar o cartão resposta entregue em branco, apondo suas assinaturas no verso.

5.4.18.4. Posteriormente procederão ao preenchimento da Ata na qual constarão as ocorrências relativas à prova, tais como: candidatos faltantes, cartões respostas com questões deixadas em branco, cartões respostas deixados em branco e demais anotações que considerarem necessárias.

5.4.18.5. Após a realização das etapas anteriores, os fiscais de sala juntamente com os 03 (três) últimos candidatos e com pelo menos um membro da Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO, lacrarão os envelopes, nos quais estarão acondicionados os cartões resposta e cartões identificação, separadamente, bem como a assinatura destes envelopes, os quais serão deslacrados somente em sessão pública conforme data e horário descritos no cronograma.

5.4.19. No dia de realização das provas não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas, informações referentes ao conteúdo das provas.

5.4.20. O caderno de provas e os gabaritos preliminares serão publicados até as 18 horas do primeiro dia útil posterior ao dia da realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

5.4.21. O Município de São Jose do Cedro e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc, não assumem qualquer responsabilidade quanto ao transporte, alimentação e/ou alojamento dos candidatos, quando da realização das provas.

5.5. Normas para a realização da PROVA PRÁTICA:

5.5.1. Esta prova será aplicada aos candidatos à função de

MECÂNICO, OPERADOR DE EQUIPAMENTOS e MOTORISTA.

5.5.2. A prova prática será realizada no dia 15/11/2014, às 13 horas, tendo como local o Garagem de Máquinas da Secretaria de Transportes e Obras de São Jose do Cedro, localizada na Rua Padre Aurélio - Centro, de São Jose do Cedro (SC).

5.5.3. O candidato que não estiver presente no dia e horário determinado no item 5.5.2 para realização da prova prática será considerado desistente e, conseqüentemente, eliminado do CONCURSO PÚBLICO, sendo que a partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos ao Parque de Máquinas, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de São Jose do Cedro - SC não se responsabilizarão por atrasos.

5.5.4. Na prova prática, para a função de MECÂNICO, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios: seu desempenho na prática de Sistemas de Freios; Sistemas de direção e suspensão; Caixa de Câmbio; Embreagem; Sistema de aquecimento, combustão, eletricidade. Conhecimento e utilização adequada das ferramentas; Conhecimentos da norma de segurança; Explosão; Óleos e lubrificantes; Motor; Transmissão; Suspensão; Ignição; Peças de reposição; Sistemas de medidas utilizadas para as peças, roscas e parafusos; Conhecimentos básicos da função. Legislação de Trânsito. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,50 ponto), Muito Bom (0,40), Bom (0,30 ponto); Satisfatório (0,20 ponto), Regular (0,10 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

5.5.5. Na prova prática, para a função de MOTORISTA, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina ou veículo, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,50 pontos), Muito Bom (0,40 pontos); Bom (0,30 pontos); Satisfatório (0,20 pontos), Regular (0,10 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

5.5.6. Na prova prática, para a função de OPERADOR DE EQUIPAMENTOS, o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios: seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliado: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo (0,50 pontos), Muito Bom (0,40), Bom (0,30 ponto); Satisfatório (0,20 ponto), Regular (0,10 ponto) e Péssimo (0,00 ponto).

5.5.7. A nota da prova prática será atribuída pontuação/nota em escala de 0 (zero) a 5,00 (cinco).

5.5.8. Para efeitos de atribuição de notas, será eliminado o candidato que não obtiver no mínimo 2,00 pontos no total da prova prática.

5.5.9. Para a função que se exigir o emprego de veículos ou máquinas, pertencentes ou sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro (SC), poderá ser a critério da fiscalização, excluído o candidato que demonstrar não possuir a necessária capacidade de manejo.

5.5.10. Para a realização da Prova Prática o candidato deve apresentar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) Comprovante que originou a inscrição;
- b) Documento de Identificação original (conforme Item 5.4.1 deste edital);
- c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) categoria "C" e "D", na qual é habilitado para os cargos de motorista e operador de equipamentos.

5.5.11. O candidato que faltar estará automaticamente desclassificado.

5.5.12. A Comissão de Acompanhamento do CONCURSO PÚBLICO reserva-se o direito de, por razões de ordem técnica ou condições meteorológicas alterar a data e o local das provas práticas.

Ocorrendo qualquer alteração, os candidatos poderão ser avisados no dia da prova.

5.6. Materiais permitidos no local de prova:

5.6.1. O candidato pode ter no local de prova, unicamente:

- a) Documento de identificação;
- b) Comprovante de Inscrição;
- c) Caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta, de material transparente;
- d) Água acondicionada em vasilhame fabricado em material transparente sem qualquer etiqueta ou rótulo.

5.6.2. Recomenda-se ao candidato que não traga para o local de prova qualquer material não permitido. Se os trouxer, deve entregar todos os materiais, equipamentos e utensílios não autorizados aos fiscais da sala no momento de acesso a sala de provas.

5.6.3. O Município de São Jose do Cedro e a Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina - Ameosc não assumem qualquer responsabilidade pelo extravio de qualquer material trazido ao local de prova.

5.7. É vedado durante a realização das provas:

- a) Ingerir qualquer tipo de alimentos, exceto água;
- b) Fumar;
- c) Comunicar-se com outros candidatos;
- d) Consultar materiais (livros, revistas, apostilas, etc);
- e) Portar ou usar qualquer equipamento eletrônico, como telefone celular, tablet, notebook, bip, calculadora, máquina fotográfica, etc.

5.8. Poderá ser excluído do certame o candidato que:

- a) apresentar-se após o horário estabelecido, não se admitindo qualquer tolerância;
- b) apresentar-se em local diferente da convocação oficial;
- c) não comparecer às provas, seja qual for o motivo alegado;
- d) não apresentar documento que bem o identifique;
- e) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal;
- f) ausentar-se do local de provas antes de decorridos 30 (trinta) minutos do início das provas;
- g) ausentar-se da sala de provas levando Cartão Resposta e Cartão Identificação ou outros materiais não permitidos;
- h) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- i) lançar mão de meios ilícitos para a execução das provas;
- j) for surpreendido em comunicação com outras pessoas ou utilizando-se de livro, anotação, impresso, não permitido ou máquina calculadora ou similar;
- k) estiver fazendo uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, smartphone ou outros equipamentos similares), bem como protetores auriculares;
- l) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

5.8.1. Os aparelhos eletrônicos e pertences dos candidatos deverão ser acondicionados em sacos plásticos que serão lacrados pelos fiscais no momento do ingresso à sala de provas, e assim permanecer até a saída do candidato do local de prova.

6. DO EMPATE NA NOTA FINAL

6.1 - Ocorrendo empate no resultado final das provas, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que tiver:

6.2 - Com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o mais velho até o último dia de inscrição neste CONCURSO PÚBLICO na forma do dispositivo no parágrafo único de art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

6.3 - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos;

6.4 - Maior nota na prova Prática (Operador de equipamentos, Motorista e Mecânico);

6.5 - Maior número de acertos na prova de Português;

6.6 - Maior número de acertos na prova de Matemática;

6.7 - Maior Idade;

6.8 - Sorteio Público.

7. DOS GABARITOS: PROVISÓRIOS E DEFINITIVOS

7.1. O gabarito preliminar será divulgado até as 18 horas do primeiro dia útil após a realização das provas nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

7.2. Da publicação do gabarito definitivo não caberá qualquer outro tipo de revisão ou recurso administrativo.

8 - DOS RECURSOS

8.1 - É admitido recurso quanto a divergências:

- a) a não homologação ou indeferimento da inscrição;
- b) na formulação das questões da prova objetiva;
- c) no gabarito preliminar divulgado;
- d) ao resultado da divulgação da Classificação Preliminar do CONCURSO PÚBLICO, para cada cargo/função.

8.2 - Os recursos deverão ser interpostos conforme cronograma do edital (Anexo I).

8.3 - Somente será apreciado o recurso expresso em termos convenientes e que apontar a(s) circunstância(s) que o justifique.

8.4. Para a interposição dos mesmos o candidato deverá seguir os seguintes procedimentos:

- a) Acessar o endereço eletrônico: www.ameosc.org.br e clicar no link Concursos.
- b) Acessar a "Área do Candidato".
- c) Clicar em "recursos e requerimentos".
- d) Preencher online o formulário de recursos e enviá-lo via internet, seguindo as instruções nele contidas.

e) Os recursos interpostos a diferentes questões devem ser formulados em diferentes formulários, sendo, um formulário para cada questão. Caso o candidato apresentar recurso de mais de uma questão num mesmo formulário, será apreciado apenas o recurso da primeira questão apresentada no formulário.

8.4.1. O recurso/requerimento interposto fora do respectivo prazo ou em branco não serão conhecidos e os inconsistentes não serão providos.

8.4.2. - Se na análise dos recursos resultar anulação de questões, os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos do referido Cargo, independentemente de terem recorrido.

8.5 Os recursos que dizem respeito às provas e aos resultados dela decorrentes serão analisados e dado o parecer pelos profissionais responsáveis pela elaboração da questão do CONCURSO PÚBLICO.

8.5.1. Não serão aceitos pedidos ou recursos encaminhados por fax, correio eletrônico, ou qualquer outra forma diferente dos procedimentos especificados no edital.

8.5.2. O resultado do julgamento dos recursos será publicado conforme o cronograma deste edital, nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

8.5.3. Se houver alteração do gabarito provisório, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, os gabaritos dos candidatos do referido cargo serão corrigidos de acordo com as alterações efetuadas pela Comissão Organizadora da Ameosc.

8.5.4. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

8.5.5. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Organizadora da Ameosc é irrecorrível na esfera administrativa.

8.5.6. Se do julgamento dos recursos resultar na alteração do resultado final e respectiva classificação, novo decreto de resultado final será publicado.

9 - DO PROVIMENTO DO CARGO/FUNÇÃO

9.1. O provimento do cargo/função obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

9.3. Ficam advertidos os candidatos aprovados de que a nomeação e provimento no cargo/função só lhe serão deferida no caso de exibirem:

- a) cópia legível do Diploma ou Escolaridade exigida para a função;
- b) atestado de boa saúde física e mental, podendo, ainda, ser solicitado exames complementares, as expensas do candidato, a serem determinadas pelo Médico do Trabalho contratado pelo

Município;

c) alvará de folha corrida judicial, para efeitos criminais, fornecidos pelo Foro de residência do candidato;

d) declaração negativa de não acumulação de empregos/funções no serviço público, vedados em lei;

e) documento de Inscrição no órgão de Classe para os cargos de nível superior (para os cargos que assim exigir);

f) demais documentos solicitados pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, ou previsto em Legislação Municipal.

9.4. Os candidatos classificados e nomeados estarão regidos pelo Regime Jurídico Estatutário.

9.5. O candidato aprovado no certame obriga-se a manter atualizado seu endereço junto ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal São Jose do Cedro- SC.

9.6. O presente Concurso Público é válido pelo prazo de 02 (dois) anos contados da data da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, nos termos do artigo 37, III da CF/88.

9.7. Caso o candidato não possa assumir o cargo/função quando convocado ficará automaticamente desclassificado.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 - A aprovação no CONCURSO PÚBLICO não assegura ao candidato sua nomeação, mas apenas a expectativa de ser admitido segundo as vagas existentes ou necessidade futura, na ordem de classificação, ficando a nomeação condicionada às disposições pertinentes e à necessidade e conveniência da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro- SC.

10.2. As publicações sobre o CONCURSO PÚBLICO serão afixadas no Mural Público da Prefeitura de São Jose do Cedro - SC e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

10.3. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

10.4. Os casos não previstos no presente Edital, no que tange ao CONCURSO PÚBLICO em questão, serão resolvidos, conjuntamente, pela AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste, SC, e pela Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro - SC, conforme a legislação vigente.

10.5. O Prefeito do Município de São Jose do Cedro - SC poderá, antes da homologação, suspender, anular ou cancelar o CONCURSO PÚBLICO mediante casos especiais e fortuitos, não assistindo aos candidatos nenhum direito a reclamações.

10.6. O Foro para dirimir qualquer questão relacionada com o presente CONCURSO PÚBLICO é o da Comarca de São Jose do Cedro (SC).

10.7. Integram o presente Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I - Cronograma;

ANEXO II - Conteúdo Programático;

ANEXO III - Atribuições dos Cargos;

ANEXO IV - Portaria que nomeia a Comissão Organizadora Municipal;

ANEXO V - Portaria que nomeia a Comissão Organizadora da AMEOSC;

ANEXO VI - Decreto Regulamenta as Provas Práticas.

São Jose do Cedro (SC), 19 de Setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

Vistado na Forma de Lei

Edina G. T. Spironello

OAB/SC 21448

Assessora Jurídica Ameosc

ANEXO I
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014
CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	OBSERVAÇÕES
Publicação do Edital	19/09/2014	Em caso de impugnação do edital deverá ser feita por escrito, endereçada ao Prefeito do Município de São Jose do Cedro - SC, protocolada em horário de expediente da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro - SC.
Inscrições	22/09 a 22/10/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação das inscrições Deferidas e Indeferidas	28/10/2014	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prazo de recursos das inscrições Indeferidas	29 e 30/10/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Parecer dos recursos das inscrições indeferidas e Publicação da Homologação das inscrições	05/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br A partir das 17 horas
Publicação do ensalamento	10/11/2014	Pela internet nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br A partir das 17 horas
Prova Objetiva	15/11/2014	- A prova objetiva será realizada No CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GIRASSOL - CEMEG, na rua Nereu Ramos nº105, centro, Município de São Jose do Cedro (SC), - A abertura dos portões para o ingresso dos candidatos será a partir das 08hrs. - O fechamento dos portões será às 08h40min, sendo que a partir deste horário não será mais permitido a entrada de candidatos, sob qualquer alegação. - A prova terá início às 9hrs e término às 12horas.
Prova Prática	15/11/2014	- A prova prática do cargo de Mecânico, Operador de Equipamentos categoria "C" e Motorista categoria "D", e terá início às 13 horas. - O local de aplicação da Prova Prática será o na Garagem de Máquinas da Secretária de Transportes e Obras de São Jose do Cedro (Secretaria Municipal de Obras), Rua Padre Aurélio s/n - centro - São Jose do Cedro. - A partir das 13 horas não será mais permitido o acesso de candidatos a Garagem de Máquinas da secretária de Transportes e Obras, sob qualquer alegação. A Instituição executora do certame e o Município de São Jose do Cedro - SC não se responsabilizarão por atrasos.
Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva	17/11/2014	Até as 18 horas nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br
Prazo de recursos do Gabarito Preliminar	18 e 19/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br

Sessão Pública para correção dos cartões respostas e identificação dos candidatos por cargo.	19/11/2014	Às 09hrs, no CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GIRASSOL - CEMEG, na rua Nereu Ramos nº105, centro, Município de São Jose do Cedro (SC).
Publicação das Notas da Prova Prática	19/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação do Resultado Preliminar	20/11/2014	A relação da classificação preliminar por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro - SC.
Prazo de recurso referente a classificação preliminar	21 a 24/11/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br
Publicação do parecer dos recursos referente a Classificação preliminar e Gabarito Preliminar	15/12/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br www.prefcedro.sc.gov.br A partir das 17 horas
Divulgação do Gabarito Oficial /Final	17/12/2014	Pela internet no site: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br A partir das 17 horas
Publicação da classificação/Resultado Final	18/12/2014	A relação da classificação final por cargo será publicada nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br e também no Mural Público da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro - SC.

ANEXO II
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CARGOS NÍVEL SUPERIOR

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto frase ou palavra. Ortografia, divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia: classes de palavras. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, sintaxe de concordância verbal. Fonética, semântica, análise sintática, figuras de linguagem em geral. Emprego dos "porquês". Homônimos e parônimos. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Números fracionários e operações. Sistema de medidas decimais. Unidades de comprimento. Medidas de área. Medidas de Volume. Regra de três: simples e composta. Juros: simples e composto. Porcentagem. Equações de 1º e 2º Grau. Logaritmos. Probabilidade. Progressão aritmética. Progressão geométrica. Probabilidades. Análise combinatória. Funções lineares e quadráticas. Interpretação de gráficos. Geometria plana e espacial. Resolução de problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

MÉDICO:

SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/90); Conhecimentos inerentes ao programa ESF Estratégia de Saúde da Família. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Condições de saúde da população brasileira, Epidemiologia, fisiopatologia, diagnóstico, clínica, tratamento e prevenção das doenças cardiovasculares, insuficiência cardíaca, insuficiência coronariana,

arritmias cardíacas, doenças reumáticas, aneurismas de aortas, insuficiência arterial periférica, trombozes venosas, hipertensão arterial, choque; Agentes Anti-infecciosos, Quimioterápicos e anti-bióticos; Infecções do sistema nervoso central; Doenças causadas por fungos. Doenças causadas por vírus. Doenças causadas por helmintos e protozoários; Doenças das vias biliares. Doenças do esôfago. Doenças do estômago; Pulmonares: insuficiência respiratória aguda, bronquite aguda e crônica, asma, doença pulmonar obstrutiva crônica, Doenças pulmonares ambientais, pneumonia, tuberculose, tromboembolismo pulmonar, pneumopatia intersticial, Doenças das vias aéreas superiores; Renais: insuficiência renal aguda e crônica, glomerulonefrites, distúrbios hidroeletrólíticos e do sistema ácido/base, nefrolitíase, infecções urinárias; Metabólicas e do Sistema Endócrino: hipovitaminoses, desnutrição, diabetes melitus, hipotireoidismo, hipertireoidismo, doenças da hipófise e da adrenal; Hematológicas: osteoartrite, doença reumatóide juvenil, gota, lúpus eritematoso sistêmico, artrite infecciosa, doenças do colágeno; Neurológicas: coma, cefaléias, distúrbios convulsivos e epilepsias, acidentes vascular cerebral, meningites, neuropatias periféricas, encefalopatias; Psiquiátricas: alcoolismo, abstinência alcoólica, surtos psicóticos, pânico, depressão, Distúrbios neurovegetativos, neuroses; Neoplasias do sistema digestivo: gastrite e úlcera péptica, colecistopatias, diarreia aguda e crônica, pancreatites, hepatites, insuficiência hepática, parasitoses intestinais, doenças do intestino delgado e grosso, inflamatórias, doença diverticular do cólon, tumores no cólon; Infecciosas e transmissíveis: sarampo, varicela, rubéola, poliomielite, difteria, tétano, coqueluche, raiva, febre tifóide, hanseníase, doenças sexualmente transmissíveis, AIDS, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, leptospirose, malária, tracoma, estreptococcias, estafilococcias, doença meningocócica, infecções por anaeróbios, toxoplasmose, virose; Dermatológicas: escabiose, pediculose, dermatofitoses, eczema, dermatite de contato, onicomicoses, infecções bacterianas, Tumores de Pele; Imunológica: doença do soro, edema angioneurótico, urticária, anafilaxia; Ginecológicas: doença inflamatória pélvica, câncer ginecológico, leucorréia, câncer de mama, intercorrentes na gravidez; Distúrbios hemorrágicos; Saúde Pública: Noções Gerais de Epidemiologia; Noções Gerais de Vigilância Epidemiológica; Imunização; Estatísticas Vitais em Indicadores de Saúde; Saneamento Básico e Meio Ambiente. Todo Conteúdo Programático das Disciplinas do curso de medicina - Clínico Geral.

PSICÓLOGO:

Políticas de Saúde e saúde mental; atenção integral a saúde mental; desenvolvimento e psicopatologia; clínica ampliada: atendimento grupal, psicoterapia, acompanhamento terapêutico e reabilitação psicossocial; educação em saúde, organização da atenção e da assistência em saúde mental, atenção integral a família, criança e adolescente, em situação de vulnerabilidade, psicossocial. Desenvolvimento social na infância. O psicólogo escolar e a orientação sexual. A ação do psicólogo escolar diante da educação inclusiva. As dificuldades de aprendizagem e seus diversos determinantes. Processos psicológicos básicos do comportamento: percepção, motivação, emoção. Teorias da personalidade. A relação entre desenvolvimento e aprendizagem humanos. Categorias da Psicologia Social (linguagem, pensamento, consciência e identidade). O psicólogo e sua prática: na escola, nas organizações e na comunidade. Psicologia e processo grupal. Psicologia e ética. Ética profissional. Educação em Saúde. SUS - Princípios, diretrizes e normatização (Leis 8.080 e 8.142/90). Saúde, direito do cidadão e dever do Estado, na Constituição Federal, e na Lei Orgânica Municipal. Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde, CRAS e CREAS.

NUTRICIONISTA

Administração de serviços de alimentação: planejamento, organização, execução de cardápio e procedimentos desde compras, recepção, estocagem e distribuição de gêneros; saneamento e segurança na produção de alimentos; aspectos físicos; métodos de

conservação; técnica de higienização da área física; equipamentos e utensílios. Técnica Dietética: conceito, classificação e composição química. Características organolépticas, seleção, conservação, Pré-preparo, preparo e distribuição dos alimentos. Higiene dos alimentos, parâmetros e critérios para o controle higiênico-sanitário. Nutrição Normal: conceito de alimentação e nutrição, critério e avaliação de dietas normais e especiais. Leis da alimentação. Nutrientes: definição, propriedades, biodisponibilidade, função, digestão, absorção, metabolismo, fontes alimentares e interação. Nutrição materno-infantil: crescimento e desenvolvimento em toda faixa etária. Gestação e lactação, nutrição do lactente e da criança de baixo peso. Desnutrição na infância. Organização, planejamento e gerenciamento do Lactário e Banco de Leite Humano. Nutrição em Saúde Pública: noção de epidemiologia das doenças nutricionais, infecciosas, má nutrição proteico-calórica, anemias e carências nutricionais. Vigilância nutricional. Atividades de nutrição em programas integrados de saúde pública. Avaliação nutricional. Epidemiologia da desnutrição proteico-calórica. Avaliação dos estados nutricionais nas diferentes faixas etárias. Dietoterapia: princípios básicos e cuidados nutricionais nas enfermidades e na 3ª idade e atividades do nutricionista na EMTN. Modificação da dieta normal e padronização hospitalar. Nutrição enteral: indicação, técnica de administração, preparo e distribuição. Seleção e classificação das fórmulas enterais e infantis. Ética profissional. Legislação do Sistema Único de Saúde -SUS. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde - princípios e diretrizes; controle social. Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária. Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento. Planejamento e programação local de saúde. Distritos sanitários e enfoque estratégico. Conhecimentos Gerais sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

ASSISTENTE SOCIAL

O Serviço Social e o enfrentamento das expressões contemporâneas da questão social; O marco legal e institucional das políticas de Saúde e de Assistência Social após a Constituição Federal de 1988; Atuação profissional e o instrumento técnico-operativo do serviço Social nas áreas de saúde e de Assistência Social; Os segmentos de atenção e os programas, serviços e benefícios da Política de Assistência Social; A organização, gestão e funcionamento do Sistema Único de Saúde/SUS; Organização, princípios e diretrizes do Programa Saúde da Família/PSF, segundo o Ministério da Saúde. Estatuto da Criança e do Adolescente; Estatuto do Idoso. Estatuto das Pessoas com Deficiência, Ações voltadas para a qualidade de vida; Política de benefícios sociais; Objetivos do Serviço Social; Código de Ética Profissional do Assistente Social; Constituição Federal; Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), NOB SUAS e NOB RH, Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Lei 8.080.

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

Estatuto da Criança e Adolescente. Lei de Diretrizes e Base da Educação. Plano Nacional da Educação. Lei Orgânica Municipal. Técnicas de Planejamento Educacional. Literatura: Paulo Freire, Cagliari, Piaget, Vygotsky. Psicomotricidade. Lei do Sistema Municipal de Ensino. Projeto Político Pedagógico do Município. Processo Ensino Aprendizagem; Inclusão e Diversidade, Mídias na Educação, Ensino Fundamental de 09 anos; Educação escolar: políticas, estrutura e organização. Docência em formação - Saberes pedagógicos; dificuldades de aprendizagem; Planejamento escolar; Avaliação da aprendizagem escolar; Projeto Político Pedagógico da escola; Diretrizes da Educação Infantil;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CARGOS NÍVEL MÉDIO

I - PORTUGUÊS:

Compreensão e interpretação de texto. Ortografia, divisão silábica, pontuação, hífen, sinônimo, acentuação gráfica, crase. Morfologia:

classes de palavras. Classes gramaticais (substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição). Sintaxe de concordância nominal, numeral, verbo. Sintaxe de concordância verbal. Fonética, semântica, análise sintática, figuras de linguagem em geral. Emprego dos "porquês". Homônimos e parônimos. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Expressões algébricas - Fatoração. Produtos notáveis. Regra de três simples e composta. Juros simples. Razão e proporção. Porcentagem. Teoria dos conjuntos. Sistema métrico decimal. Geometria Plana e espacial. Relações trigonométricas do triângulo retângulo. Equações e Funções do 1º e do 2º graus. Sistemas de equações. Sequências Numéricas. Resolução de Problemas. Análise de gráficos. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE ADMINISTRATIVO

Lei Federal 4320/64 e Legislação complementar. Código Tributário Nacional e Municipal. Constituição Federal. Lei Federal 8666/93 e suas alterações. Lei nº 10.520/02 (pregão). Lei Complementar 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Direito Administrativo. Noções de Informática. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11.

MONITOR DE CRECHE

Constituição Federal, Lei Orgânica do Município. Princípios básicos da Administração Pública. Atos administrativos. Emenda Constitucional 19 e 20. Lei Federal nº 9.394/96 - LDB. Estatuto da Criança e do Adolescente. Qualidade de vida. Relacionamento humano. Meio ambiente. Ações sobre desenvolvimento da criança, os principais cuidados que deve se ter com as crianças e sua alimentação, pirâmide de alimentos. Higiene dos alimentos.

MONITOR SOCIAL

Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Matricialidade sociofamiliar e territorialização; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes (Resolução CNAS nº 109/2009); Juventude, adolescências; Políticas Públicas, adolescências e juventudes: a concretização do direito; O socioeducativo em questão: formas de potencializar a convivência e a participação; Constituição Federal de 1988: arts. 229 e 230; Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 04 de Janeiro de 1994): da finalidade, dos princípios e das diretrizes das ações governamentais; Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003); Conselho Nacional do Idoso (Decreto nº 5.109, de 17 de junho de 2004): da finalidade e da competência; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos (Resolução CNAS nº 109/2009); Plano de Ação para o Enfrentamento da violência contra a Pessoa Idosa; Reinserção da terceira idade no mercado de trabalho; Saúde do idoso; Sexualidade. Legislação Específica do Município: Lei Orgânica do Município.

ORIENTADOR SOCIAL

Conceitos gerais: ética, redução de danos, democracia, rede social, direitos sociais, seguridade social, cidadania, Educação em saúde, Proteção Social, violência social. Noções Básicas sobre as Relações Humanas. Os conselhos de direito: da criança e do adolescente, da saúde, da educação e da assistência social. A importância da participação popular na garantia dos direitos sociais. Fundamentos

éticos, legais, teóricos e metodológicos do trabalho com famílias. Dinâmica Familiar: noções básicas. A importância da família no convívio social e na proteção social da criança e do adolescente. Trabalho com grupos. A importância da rede socioassistencial, da busca ativa e trabalho em equipe. Legislação: Constituição Federal de 1988; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993; Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA/1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação; Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004; Política Nacional do Idoso - PNI/1994; Estatuto do Idoso; Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência/ 1989; Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem: Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e o decreto nº 6.629, de 4 de novembro de 2008.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Código de Ética em Enfermagem. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. Decreto nº 94.406, de 8 de junho de 1987. Central de material e esterilização. Procedimentos de enfermagem. Verificação de sinais vitais, oxigenoterapia e curativos. Biossegurança, Prevenção e Controle de Infecção Hospitalar. Administração de medicamentos. Coleta de materiais para exames. Atuação do técnico de enfermagem em situações de choque, parada cardíaca-respiratória. Assistência de Enfermagem no pré e pós operatório. Enfermagem em saúde pública. Política Nacional de Imunização. Controle de doenças transmissíveis, não transmissíveis e sexualmente transmissíveis. Atendimento aos pacientes com hipertensão arterial, diabetes, doenças cardiovasculares, obesidade, doença renal crônica, hanseníase, tuberculose, dengue e doenças de notificações compulsórias. Programa de assistência integrada à saúde da criança, mulher, homem, adolescente e idoso. Conduta ética dos profissionais da área de saúde. Princípios gerais de segurança no trabalho. Prevenção e causas dos acidentes do trabalho. Princípios de ergonomia no trabalho. Códigos e símbolos específicos de Saúde e Segurança no Trabalho.

ASSISTENTE FINANCEIRO

Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; Redigir instruções, ordens de serviços, cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, e atividades correlatas; Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão; Realizar registros em geral; Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos; Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; Secretariar autoridades de hierarquia superior, redigindo expedientes relacionados com as suas atividades; Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação; Fazer acompanhamento sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição, a organização de novos quadros de serviços, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação de cargos; Executar programas relacionados à arrecadação de recursos provenientes de convênios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS NÍVEL FUNDAMENTAL

I - PORTUGUÊS:

Gramática: encontros vocálicos e consonantais. Dígrafos. Classificação das sílabas. Sinais de pontuação. Sílabas tônicas. Divisão silábica. Acentuação. Frases. Substantivo (número, gênero e grau). Artigos. Adjetivos. Pronomes. Numeral e verbo. Preposição. Crase. Sujeito e predicado. Ortografia: grafia correta das palavras. As novas regras ortográficas fazem parte deste Edital.

II - MATEMÁTICA:

Operações fundamentais. Frações e Operações com frações. Regra de três simples. Juros simples. Razão e proporção. Unidades de comprimento, área e volume. Porcentagem. Geometria Plana. Sistema de equações. Resolução de Problemas. Raciocínio Lógico.

III - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ADMINISTRADOR DE CEMITÉRIO

Zelar pela manutenção das instalações do cemitério, mobiliários e equipamentos do órgão; executar trabalhos braçais; executar serviços auxiliares de limpeza, conservação, zeladoria; manter condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão; requisitar material necessário aos serviços; efetuar pequenos consertos necessários a conservação dos bens e instalações, providenciando, se for o caso a sua execução; receber e transmitir mensagens; executar serviços de jardinagem, compreendendo: sementeira, transplante de mudas, podas, preparação e conservação do solo principalmente do cemitério; capinar todas as áreas pertencentes ao cemitério; executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do cemitério; solicitar o material necessário à limpeza ao chefe hierárquico; desempenhar tarefas afins.

AUXILIAR DE DENTISTA

Recepção do Paciente: ficha clínica e organização de arquivo; Odontologia preventiva; Higiene dentária: Etiologia e controle de placa bacteriana; Cárie e doença periodontal; Prevenção de cárie e doença periodontal; Flúor: composição e aplicação; Cariostáticos e selantes oclusais; Levantamentos epidemiológicos: noções de vigilância e saúde; Materiais, equipamentos e instrumentais: manutenção e conservação; Materiais dentários: forradores e restauradores; Esterilização e desinfecção; e Noções de radiologia, odontopediatria, prótese, cirurgia, endodontia, dentística e anatomia bucal e dental. Lei orgânica do Município.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Rotinas de secretaria/escritório/setor administrativo: Arquivamento documental físico e eletrônico, técnicas de arquivamento documental; Protocolo de documentos. Agenda, organização de reuniões. Comunicação empresarial. Manuseio de tecnologias de escritório. Redação de comunicações internas, ofícios, atas, cartas, memorandos, certidões, declarações, sinopses. (Redação Oficial: Uso dos pronomes de tratamento. Linguagem de Comunicações Oficiais, padronização, impessoalidade, formalidade, concisão e objetividade. Ofício: etapas, forma de formatação e estrutura). Serviços e rotinas de protocolo, expedição e arquivo; classificação de documentos e correspondências; correspondência oficial; processos administrativos: formação, autuação e tramitação; gestão de material e controle de estoques e almoxarifado; organização administrativa dos serviços do Órgão Municipal: finalidades dos órgãos; qualidade no atendimento ao público; a imagem da instituição, a imagem profissional, sigilo e postura; Formas de tratamento - Decretos - Organograma - Poderes Legislativo e Executivo Municipal - Constituição Federal Art.º 6º a 11. Noções de Segurança da Informação.

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Legislação e Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnostico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Poluição.

MOTORISTA

Direção Defensiva. Primeiros Socorros. Cargas Perigosas. Placas de Sinalização. Equipamentos obrigatórios. Legislação e Código de Trânsito Brasileiro. Manutenção e reparos no veículo. Avarias sistema de aquecimento, freios, combustão, eletricidade. Controle quilometragem/combustíveis/ lubrificantes. Conservação e

limpeza do veículo. Condições adversas. Segurança. Instrumentos e Controle. Procedimento de operações. Verificações diárias. Manutenção periódica. Ajustes. Diagnostico de falhas. Engrenagens. Simbologia. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Poluição.

TELEFONISTA

Normas legais relacionados ao exercício profissional do(a) Telefonista. Comportamento Profissional do(a) Telefonista: descrição, sigilo, cortesia no atendimento e linguagem. Ética Profissional. O Código Nacional de Telecomunicações e Normas da ANATEL. Sistema de Telefonia: Central Privada de Comutação Telefônica (CPCT). Comunicação interna e externa por meio do telefone: recepção e transmissão de ligações telefônicas; ligações urbana e interurbana; operadoras, códigos e tipos de discagem. Noções de Informática.

MECÂNICO

Sistemas de freios. Sistemas de direção e suspensão. Caixa de Câmbio. Embreagem. Sistema de aquecimento, combustão, eletricidade. Conhecimento e utilização adequada das ferramentas; Conhecimentos da norma de segurança; Explosão; Óleos e lubrificantes; Motor; Transmissão; Suspensão; Ignição; Peças de reposição; Sistemas de medidas utilizadas para as peças, roscas e parafusos; Conhecimentos básicos da função. Código de Trânsito Brasileiro. Lei Orgânica do Município. Destinação do lixo, reciclagem. Cuidados que devemos ter com o meio ambiente. Preservação ambiental. Educação ambiental. Aquecimento global. Atmosfera. Poluição.

ANEXO III**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014****ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS****AGENTE ADMINISTRATIVO**

- Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas e contratos, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas;
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de concorrências verificadas nos registros em geral;
- Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão;
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral;
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
- Realizar registros em geral;
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades;
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- Sugerir métodos e processo de trabalho para simplificação, recebimento, classificação registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processo e papéis em geral;
- Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação;
- Acompanhar ou participar da elaboração de anteprojetos de leis e decretos;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Desempenhar outras funções afins;

ADMINISTRADOR DE CEMITÉRIO

- Exigir e arquivar os atestados de óbitos;
- Registrar as transladações e exumações, bem como os

sepultamentos, dos quais constarão nome, idade, sexo, causa morte, dia e hora do falecimento e o número do jazigo em que o corpo será sepultado;

- Determinar a abertura e fechamento das sepulturas;
- Controlar as concessões de sepulturas, cientificando os responsáveis acerca do vencimento ou revogação de seus direitos;
- Providenciar a limpeza dos passeios, realizar capina da vegetação, execução da jardinagem e retirada dos resíduos de coroas e flores secas;
- Intimar os responsáveis pelos sepulcros a realizarem as obras necessárias, tanto à manutenção da estética, quanto a evitar a ruína de construções e sepulturas; numerar os quadros e os locais destinados às sepulturas;
- Zelar pelas posturas estabelecidas e autuar os infratores;
- Assinar, pela Administração Pública, termos de concessão dos jazigos;
- Executar as tarefas correlatas que se fizerem necessárias.

ASSISTENTE SOCIAL

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades;
- Elaborar e participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário;
- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família;
- Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnósticos médicos e periciais;
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;
- Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se de aplicações sociais, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais;
- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população;
- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para a realização de atividades na área do Serviço Social;
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico a auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde;
- Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição;
- Desempenhar tarefas semelhantes.
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.

ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO

- Realizar as atividades de suporte pedagógico à docência, especialmente quanto às atividades voltadas para a administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional;
- Auxiliar na coordenação e elaboração da proposta pedagógica da escola e/ou da Secretaria Municipal de Educação;
- Administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da escola, tendo em vista o atingimento de seus objetivos pedagógicos.
- Assistir quanto aos meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento.
- Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e os rendimentos dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.
- Auxiliar no acompanhamento e orientação do processo de desenvolvimento dos estudantes, em colaboração com os docentes e as famílias.
- Assistir na elaboração de estudos, levantamentos qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou

rede de ensino ou da escola.

- Acompanhar e supervisionar o funcionamento das escolas, zelando pelo cumprimento da legislação e normas educacionais e pelo padrão de qualidade de ensino;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Realizar outras tarefas atinentes à função.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Executar serviços de datilografia e computação em geral;
- Atender usuários de biblioteca;
- Transcrever atos oficiais;
- Preencher formulários, fichas, cartões e outros;
- Codificar dados e documentos;
- Preparar índices e fichários, mantendo-os atualizados;
- Providenciar material de expediente;
- Confeccionar relatório de serviços diversos;
- Selecionar e arquivar documentos;
- Executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- Receber e registrar materiais destinados a exames de laboratório;
- Efetuar a entrega de resultados de exames e manter organizado seu arquivo de cópias;
- Atender postos de correio e suas atividades correlatas;
- Atender e transferir ligações telefônicas;
- Executar outras tarefas correlatas;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.

AUXILIAR DE DENTISTA

- Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados.
- Realizar procedimentos educativos e preventivos nos usuários para o atendimento clínico, como evidênciação de placa bacteriana, orientações à escovação com o uso de fio dental.
- Preparar o instrumental e materiais para uso (sugador, espelho, sonda e demais materiais necessários para o trabalho).
- Instrumentalizar o cirurgião dentista durante a realização de procedimentos clínicos.
- Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos.
- Agendar e orientar o paciente quanto ao retorno para manutenção do tratamento.
- Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de saúde da família no tocante à saúde bucal.
- Realizar procedimentos coletivos como escovação supervisionada, evidênciação de placa bacteriana e bochechos fluorados na Unidade Básica de Saúde da Família e espaços sociais identificados.
- Demais atividades inerentes ao cargo.

MÉDICO

- Prestar assistência integral aos indivíduos sob sua responsabilidade;
- Valorizar a relação médico-paciente e médico-família como parte de um processo terapêutico e de confiança;
- Oportunizar os contatos com indivíduos sadios ou doentes, visando abordar os aspectos preventivos e de educação sanitária;
- Empenhar-se em manter os usuários do sistema de saúde saudáveis e que venham as consultas;
- Executar ações básicas de vigilância epidemiológica e sanitária;
- Executar as ações de assistência nas áreas de atenção à criança, ao adolescente, à mulher, ao trabalhador, ao adulto e aos idosos, realizando também atendimentos de primeiros cuidados nas urgências e pequenas cirurgias ambulatoriais, entre outros;
- Participar do processo de programação e planejamento das ações e da organização do processo de trabalho das unidades de Saúde da Família;

- Realizar atendimento ambulatorial;
- Participar dos programas de atendimento às populações atingidas por calamidades públicas;
- Integrar-se com execução dos trabalhos de vacinação e saneamento;
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados;
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva;
- Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades de Saúde da Secretaria da Municipal de Saúde;
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado;
- Participar de eventos que visem seu aprimoramento técnico-científico e que atendem os interesses da Instituição;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior;
- Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local;
- Prestar à clientela assistência médica especializada, através de:
 - a) Diagnóstico tratamento e prevenção de moléstias;
 - b) Educação sanitária;
- Opinar a respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Desempenhar outras atividades afins;

MONITOR SOCIAL

- Recepção e oferta de informações às famílias usuárias do CRAS;
- Mediação dos processos em grupo, próprios dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, ofertados no CRAS - PAIF;
- Participação de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;
- Participação das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;

MONITOR DE CRECHE

- Participar na elaboração e cumprimento do Plano de Trabalho segundo o Plano Político Pedagógico da Escola;
- Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- Participar integralmente dos períodos dedicados a reuniões pedagógicas, a avaliações e ao aperfeiçoamento profissional;
- Participar integralmente das atividades do educandário;
- Participar efetivamente nas atividades de rotina;
- Colaborar nas atividades de articulação com as famílias e com a comunidade;
- Zelar pela qualidade da educação e pela imagem do estabelecimento de ensino;
- Zelar pelo patrimônio do estabelecimento;
- Desincumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da escola e do processo de ensino-aprendizagem;
- Auxiliar o Professor nas atividades de alimentação, cuidados especiais de limpeza e dedicação às crianças usuárias.

MOTORISTA

- Dirigir veículos oficiais, transportando pessoas, materiais e equipamentos;
- Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;

- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saídas e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Havendo necessidade do órgão, operar máquinas leves;
- Responsabilizar-se em comunicar o superior imediato, quando da necessidade de trocar óleo, lubrificante e outros componentes necessários para a manutenção de veículos;
- Transportar alunos com responsabilidade e domínio, preenchendo o itinerário de entrada e saída dos alunos no trajeto da viagem, respeitando colegas e funcionários;
- Auxiliar nos serviços de limpeza em vias públicas, logradouros, praças municipais e outros locais de competência do Poder Público;
- Executar outras tarefas afins.

NUTRICIONISTA

- Proceder ao planejamento, coordenação e supervisão de programas e/ou atribuições de nutrição nas áreas da saúde, educação e do trabalho, entre outros.
- Realizar análises de carências nutricionais/alimentares além do aproveitamento conveniente de recursos dietéticos;
- Proceder o controle de estoque, conservação e distribuição de alimentos;
- Contribuir no desenvolvimento de ações educativas, visando colaborar na aquisição de hábitos alimentares adequados da população.
- Participar da equipe multidisciplinar, auxiliando no planejamento, elaboração e execução de ações de vigilância epidemiológica, sanitária e de saúde do trabalhador.
- Zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de trabalho.
- Cumprir com o código de ética profissional; participar efetivamente da política de saúde do município, através de programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde.
- Planejar serviços e programas de nutrição nos campos hospitalares, de saúde pública, educação e outros similares.
- Organizar cardápios e elaborar dietas.
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.
- Desempenhar outras atividades afins.

OPERADOR DE EQUIPAMENTOS

- Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir e operar máquinas como: trator de pneus, rolo compactador, motoniveladoras, tratores, carregadeiras, retroescavadeiras, escavadeiras hidráulicas e similares;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento dos serviços executados;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Auxiliar nos serviços de limpeza em vias públicas, logradouros, praças municipais e outros locais de competência do Poder Público;
- Executar outras tarefas afins.
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo.

ORIENTADOR SOCIAL

- Realizar, sob orientação técnica dos profissionais do CRAS, e com a participação dos jovens, o planejamento de programas voltados para os jovens;
- Facilitar o processo de integração dos coletivos sob sua responsabilidade;
- Mediar os processos em grupo, fomentando a participação democrática dos jovens e sua organização;
- Desenvolver os conteúdos e atividades;
- Registrar a frequência diária dos jovens;
- Avaliar o desempenho dos jovens no Serviço Socioeducativo;
- Acompanhar o desenvolvimento de oficinas e atividades;
- Atuar como interlocutor do Serviço Socioeducativo junto às escolas dos jovens;
- Participar, juntamente com o técnico de referência do CRAS, de reuniões com as famílias dos jovens;
- Participar de reuniões sistemáticas e das capacitações;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;

PSICÓLOGO

- Assessorar, no âmbito de sua formação e atuação básica, a equipe administrativa;
- Realizar atendimento ambulatorial;
- Participar das atividades de apoio médico das Unidades Sanitárias e da Secretaria Municipal de Educação;
- Planejar, coordenar, controlar, avaliar e aplicar programas e projetos na área da Psicologia aplicada a indivíduos, grupos e comunidades;
- Elaborar e/ou participar de projetos de pesquisa, visando a implantação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário;
- Participar do desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família;
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde;
- Emitir pareceres e laudos, quando solicitado;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Desempenhar outras funções afins.

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- Desempenhar atividades técnicas de enfermagem em hospitais, clínicas e outros estabelecimentos de assistência médica, embarcações e domicílios;
- Atuar em cirurgia, terapia, puericultura, pediatria, psiquiatria, obstetrícia, saúde ocupacional e outras áreas;
- Prestar assistência ao paciente, atuando sob supervisão de enfermeiro;
- Desempenhar tarefas de instrumentação cirúrgica, posicionando de forma adequada o paciente e o instrumental, o qual passa ao cirurgião;
- Organizar ambiente de trabalho e dar continuidade aos plantões;
- Trabalhar em conformidade às boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;
- Realizar registros e elaboram relatórios técnicos;
- Comunicar-se com pacientes e familiares e com a equipe de saúde;
- Desenvolver, com os Agentes Comunitários de Saúde, atividades de identificação das famílias de risco;
- Contribuir, quando solicitado, com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde nas visitas domiciliares;
- Acompanhar as consultas de enfermagem dos indivíduos expostos às situações de risco, visando garantir uma melhor monitoria de suas condições de saúde;

- Executar, segundo sua qualificação profissional, os procedimentos de vigilância sanitária e epidemiológica nas áreas de atenção à criança, à mulher, ao adolescente, ao trabalhador e ao idoso, bem como no controle da tuberculose, hanseníase, doenças crônico-degenerativas e infectocontagiosas;
- Participar da discussão e organização do processo de trabalho da unidade de saúde;
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Executar demais atividades correlatas.

ASSISTENTE FINANCEIRO

- Prestar informações, esclarecimentos e orientações ao Contador Geral e ao Coordenador do Sistema de Controle Interno;
- Acompanhar a contabilidade, os processos e procedimentos adotados se reportando ao Contador Geral do Município e o Coordenador do Sistema de Controle Interno;
- Verificar os empenhos, o comprometimento orçamentário, as finanças, as ordens de serviços, liquidação, o controle de receitas e despesas, os limites de despesas com pessoal, sempre informando ao Contador Geral do Município, ao Coordenador do Sistema de Controle Interno e ao Secretário Municipal da Fazenda;
- Interpretar e orientar sobre as Resoluções do Tribunal de Contas do Estado;
- Manter diariamente os dados da Contabilidade do Município de forma atualizada em pronto atendimento;
- Preparar os dados informatizados do portal oficial do Município;
- Reportar-se diretamente ao Contador Geral e ao Coordenador do Sistema de Controle Interno do Município;
- Receber a destinação das atividades e executá-las com a devida pontualidade, cumprindo os prazos designados;

TELEFONISTA

- Operar centrais telefônicas, troncos e ramais;
- Orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas;
- Atender as chamadas internas e externas, localizando as pessoas quando solicitadas;
- Auxiliar nas ligações de telefone automático;
- Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;
- Manter registro de ligação a longa distância;
- Receber e transmitir mensagens pelo telefone;
- Comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos ramais e mesa;
- Fornecer dados para elaboração de expediente à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito, etc.;
- Propor normas de serviços e remodelação de equipamento;
- Executar tarefas semelhantes.

MECÂNICO

- Identificar os defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários;
- Orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto à técnica e processos de trabalho que necessitam de maior aperfeiçoamento;
- Executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustamento em motores de combustão e de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás carregadeiras e outros;
- Demonstrar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburadores, mangas de eixo de transmissão, bombas de água, de gasolina, caixa de mudança, freio, rolamentos, embreagem, retentor, radiador, válvula diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, maneiros, bielas e pistões;
- Desmontar, reparar e montar distribuidores;
- Desmontar, reparar, montar, justar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos,

comandos de válvula e buchas;

- Trocar óleo de veículos, lavagem e lubrificação de máquinas;
- Executar a retirada de vazamento do óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc;
- Executar serviços de emergência no sistema elétrico tais como: troca de chave, reles, instalações de faróis, recuperação chicotes danificados por curto circuito;
- Executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza de freios;
- Executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores e outros que exijam mão de obra mais especializados;
- Executar outras tarefas afins.
- Dirigir veículos oficiais, desde que, para o desempenho das funções e atribuições principais do cargo;
- Manter organizado, limpo e conservado os materiais e equipamentos, devidamente acondicionados e nos seus respectivos lugares na oficina mecânica.

ANEXO IV

PORTARIA DESIGNA COMISSÃO MUNICIPAL DE CONCURSO PÚBLICO

PORTARIA Nº 344/2014.

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições legais e de conformidade com os dispositivos da Lei Orgânica;

RESOLVE

Art. 1º - Designar: Fernando Júlio Will, João Aloisio Linck, Carine Kaiser Wolfart, Maristela Casagrande, Joana Anzolin, Maristela Balbinot e Susana Camicia, brasileiros, servidores públicos municipais, residentes e domiciliados no município, sob a presidência do primeiro, para comporem a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade o auxílio à Administração para organizar, coordenar, fiscalizar os atos do concurso, instaurado através do Edital nº 004/2014.

Art. 2º - Compete a Comissão: avaliar as inscrições dos candidatos, verificar quanto à publicidade dos atos, acompanhar e fiscalizar a realização das provas executadas pelos candidatos, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital 01/2014. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para a concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art. 3º - São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução do presente Ato correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas disposições em contrário.

São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
19 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito

ANEXO V

DECRETO DESIGNA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO DA AMEOSC

DECRETO Nº 5.565, DE 09 DE SETEMBRO DE 2014

"CRIA COMISSÃO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990, e a

Lei Municipal Nº. 3.605, de 31 de março de 2009,
DECRETA:

Art.1º. Fica designado: Jussara Reginatto, Udinara Vanusa Zanchettin e Edina Tremea Spironello, brasileiros, representantes da AMEOSC - Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, funcionários da Associação, compor a COMISSÃO MUNICIPAL DO CONCURSO PÚBLICO, que terá por objetivo e finalidade a elaboração das provas, instaurado através do Edital nº.001/2014.

Art.2º. Compete a Comissão: elaboração do Edital, elaboração do programa de provas, assessorar quando da realização das inscrições, elaboração das provas bem como aplicá-las, corrigi-las, efetuar as médias, considerar pontos e dar classificação final, coordenar, fiscalizar e acompanhar as provas realizadas pelos candidatos, emitir lista dos aprovados, encaminhando-a ao Prefeito Municipal para homologação, sempre de acordo com o contido no regulamento geral do Edital. A Comissão poderá ainda, requisitar recursos humanos, financeiros, materiais, equipamentos e instalações necessárias para concretização do objetivo, mediante a autorização do chefe do Executivo Municipal.

Art.3º. São impedidos de atuar como membros de quaisquer das comissões deste certame ou de ser responsáveis pela elaboração das provas objetivas, cônjuges, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de candidato cuja inscrição haja sido deferida.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução do presente Ato, correrão à conta do orçamento municipal vigente.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro,
Estado de Santa Catarina, 19 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

ANEXO VI

PORTARIA QUE REGULAMENTA A PROVA PRÁTICA DECRETO Nº5.564, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

"REGULAMENTA A PROVA PRÁTICA PARA AS FUNÇÕES DE MOTORISTA, OPERADOR DE EQUIPAMENTO E MECÂNICO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no Artigo 69, IX da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º As provas práticas do Concurso Público nº 01/2014, serão aplicadas pela AMEOSC, no dia 15 de novembro de 2014, logo após o término das provas objetivas, tendo como local de encontro a Garagem da Prefeitura Municipal, junto a Secretaria Municipal de Transportes e Obras, sito a Rua Padre Aurélio, nº 130, Centro, no Município de São José do Cedro (SC), para demonstração de habilidades práticas com equipamentos, veículos e ferramentas, quando proceder-se-á entre os candidatos classificados presentes, a ordem de início do teste prático, obedecido ao disposto no item 6 do referido Edital, sendo a mesma realizada para:

I - Operador de Equipamentos - o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução

da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular e Péssimo com os veículos conforme segue:

- Britador móvel, modelo BR6240, ano 2014, PM 15.403;
- Motoniveladora, Caterpillar, modelo 12K, ano 2014, PM 15.379;
- Escavadeira hidráulica, Doosan, modelo DX140, ano 2012;
- Trator agrícola de pneu Jhondier, modelo 4x4, 6110, ano 2011, PM13361;

II - Motorista - o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios seu desempenho na condução da máquina, sendo avaliados: habilidade/conhecimento (partida/paradas, equipamentos obrigatórios), postura, sinalização (regras de trânsito, de preferência, de mudança de direção, de percurso e de ultrapassagem), manobras (estacionar, frente e marcha a ré, na estrada), câmbio, aceleração, uso do freio (freio motor), retrovisor, direção defensiva, realização de tarefa solicitada. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular, e Péssimo com o veículo conforme segue:

- Ônibus escolar, Volkswagen, ano 2012, placa MKJ0457, PM14595;
- Caminhão, M.Benz, c/caçamba, modelo 2726, Placa MKI2553, ano 2011, modelo 2012, PM 14020;

III - Mecânico - o candidato será avaliado em 10 (dez) itens, tendo como critérios: seu desempenho na prática de Sistemas de Freios; Sistemas de direção e suspensão; Caixa de Câmbio; Embreagem; Sistema de aquecimento, combustão, eletricidade. Conhecimento e utilização adequada das ferramentas; Conhecimentos da norma de segurança; Explosão; Óleos e lubrificantes; Motor; Transmissão; Suspensão; Ignição; Peças de reposição; Sistemas de medidas utilizadas para as peças, roscas e parafusos; Conhecimentos básicos da função. Legislação de Trânsito. Os conceitos utilizados são: Ótimo, Muito Bom, Bom, Satisfatório, Regular e Péssimo. Provas a serem realizadas em caminhões e máquinas nos itens tais como:

- Diferencial;
- Bomba injetora;
- Cabeçotes;
- Caixa.

Parágrafo único - Em caso de mau tempo que inviabilize a sua realização, as provas serão realizadas em outra data previamente marcada e comunicada aos candidatos através da imprensa, rádio e no endereço eletrônico www.prefcedro.sc.gov.br e www.ameosc.org.br.

Art. 2º Fica convocado e designado o servidor público municipal, João Aloísio Linck para fiscalizar e acompanhar e dar suporte aos administradores na aplicação das provas práticas, no dia, hora e local fixados.

Art. 3º Somente os candidatos munidos de Carteira de Identidade, Ficha de Inscrição e Carteira Nacional de Habilitação terão acesso à prova prática.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 19 de setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito

O presente Decreto foi registrado e publicado em 19 de setembro de 2014.

Francielle Baú,
Diretora de Secretaria.

EXTRATO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

EXTRATO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2014

O Prefeito de São Jose do Cedro, Estado de Santa Catarina, Sr. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, no uso de suas atribuições legais e nos termos dos dispositivos da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei 2020/93, Lei Complementar nº 001/2009, Lei nº 1490/89 e Lei nº 3265/2006 e demais dispositivos legais vigentes, torna público aos interessados, que se acham abertas as inscrições para o Concurso Público destinado para contratação/admissão, de servidores para o quadro da administração direta do município, sob o Regime Estatutário, vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 o qual rege-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES, CARGOS, VAGAS E DADOS RELATIVOS

1.1. As provas serão realizadas nas modalidades OBJETIVA e PRÁTICA.

1.2. As vagas destinam-se aos cargos a seguir delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo a que pretendem concorrer, com as seguintes especificações:

Cargo	Nº Vagas	Carga Horária Semanal	Vencimento	Habilitação
Administrador de Cemitério	01	44h	1.248,72	Portador de certificado do ensino fundamental
Agente Administrativo	CR*	40h	1.762,02	Ensino médio completo e informática básica
Assistente Financeiro	01	40h	1.761,86	Ensino médio completo
Assistente Social	01	40h	2.941,36	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe
Assistente Técnico Pedagógico	01	40h	1.992,68	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe, se houver
Auxiliar Administrativo	01	40h	1.385,05	Ensino fundamental completo e Informática básica
Auxiliar de Dentista	CR*	40h	815,37	Ensino fundamental completo
Mecânico	CR*	44h	1.796,36	Alfabetizado, com conhecimento na área de atuação
Médico ESF	03	40h	16.555,67	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe
Monitor Creche	CR*	30h	888,94	Ensino médio completo
Monitor Social	01*	40h	1.025,45	Ensino médio completo
Motorista	CR*	44h	1.253,65	Alfabetizado, com conhecimento na área de atuação e carteira Nacional de Habilitação categoria "D".
Nutricionista	01	40h	3.463,34	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe

Operador de Equipamentos	CR*	44h	1.432,61	Alfabetizado, com conhecimento na área de atuação e carteira Nacional de Habilitação categoria "C".
Orientador Social	CR*	40h	1.025,45	Ensino médio completo
Psicólogo	01	40h	3.463,34	Ensino superior completo na área de atuação e registro no órgão de classe
Técnico em Enfermagem	CR*	40h	1.089,08	Certificado conclusão de 2º grau e do curso de técnico em enfermagem
Telefonista	CR*	40h	815,37	Ensino fundamental completo

*CR: Cadastro de Reserva

2. DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições para o CONCURSO PÚBLICO somente serão efetuadas pela INTERNET, no site www.ameosc.org.br no período das 08h00min do dia 22/09/2014 às 23h59min do dia 22/10/2014.

2.2. O valor da taxa de inscrição será de:

ESCOLARIDADE	R\$
Nível Superior	100,00
Nível Médio	70,00
Nível Fundamental ou Alfabetizado	50,00

3. DAS PROVAS

3.1. A prova objetiva será obrigatória a todos os candidatos independente do cargo que irão concorrer ou de qualquer outra condição.

3.2. A PROVA OBJETIVA será aplicada no dia 15/11/2014, às 09hrs, nas dependências do Centro Municipal de Educação Girassol - CEMEG, Rua Nereu Ramos Nº 105, centro, São Jose Cedro - SC. Em caso de alteração de local da prova este será publicado e divulgado no Mural Público Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro - SC, e nos endereços eletrônicos: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

3.3. A prova prática será realizada no dia 15/11/2014, às 13 horas, tendo como local o Garagem de Máquinas da Secretaria de Transportes e Obras de São Jose do Cedro, localizada na Rua Padre Aurélio - Centro, de São Jose do Cedro (SC).

4. A integra do edital estará disponível no mural público da Prefeitura Municipal de São Jose do Cedro - SC e nos sites: www.ameosc.org.br e www.prefcedro.sc.gov.br

São Jose do Cedro (SC), 19 de Setembro de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Decreto Nº 4.951, de 19 de Setembro de 2014.

DECRETO Nº 4.951, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Fixa o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, de parte da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 55, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor de locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges e de parte das dependências da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti, em virtude da realização de evento a ser promovido no dia 18 de outubro de 2014, das 06h às 23h:59min, pela empresa Enele Estofados e Móveis Ltda, inscrita no CNPJ nº 77.902.963/0001-05, da seguinte forma:

I - em R\$ 841,50 (oitocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos), correspondente a 9,35 (nove vírgula trinta e cinco) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal, para a locação do Teatro Professor Arno Ignácio Etges;

II - em R\$ 210,60 (duzentos e dez reais e sessenta centavos), correspondente a 2,34 (dois vírgula trinta e quatro) UFRM, para a locação da cozinha da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

III - em R\$ 168,30 (cento e sessenta e oito reais e trinta centavos), correspondente a 1,87 (um vírgula oitenta e sete) UFRM, para a locação do restaurante da Arena de Eventos Albano Luiz Menegatti;

Parágrafo único. O valor total da locação, de que trata os incisos I, II e III, será de R\$ 1.220,40 (um mil, duzentos e vinte reais e quarenta centavos), correspondente a 13,56 (treze vírgula cinquenta e seis) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

Art. 2º Demais condições especiais serão estabelecidas por instrumento contratual a ser firmado entre o Município de São Lourenço do Oeste e a empresa que promoverá o evento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de setembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 058/2014, DE 05 DE SETEMBRO DE 2014 - FMS.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2014.

Origem: Processo Licitatório nº 005/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: RUBIA PATRICIA PSCHIEDT DA SILVA - EPP, CNPJ nº 17.932.103/0001-91.

Objeto: Dilação do prazo de execução do Contrato nº 006/2014, de 27/02/2014, por 90 (noventa) dias, a fim de possibilitar a Contratada lapso suficiente para a conclusão da obra, eis que os serviços de terraplanagem, de responsabilidade do Contratante/Município, foram iniciados com atraso; bem como para que a Fiscalização do Município conclua a elaboração do projeto "as built".

Data de Assinatura: 05/09/2014.

Vigência: de 08/09/2014 a 08/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela contratante e Sinval Goetten da Silva - pela Contratada.

DECRETO Nº 4.952, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.952, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário, o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS	
11.01	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS	
08.244.4509.2.029 .3. 3.9.0.00.00.00.00.00.0 .1.0000	165	Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS	
11.01	SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS	
08.244.4509.2.029 3.1.9.0.00.00.00.00.00.0.1.0000	159	Aplicação Direta R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de setembro de 2014.
GERALDINO CARDOSO
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei Nº 903, de 15 de Setembro de 2014

LEI Nº 903, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

"Denomina Logradouro Público e dá outras providências".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada Rua das Hortências a via pública existente a 3,5 km (três vírgula cinco quilômetros) da sede de São Pedro de Alcântara, sentido Angelina, a direita na rodovia SC- 281, com 1.500m (mil e quinhentos metros) de extensão por 6m (seis metros) de largura.

Art. 2º - Fica autorizada a colocação de uma placa de identificação, com nome correto, nos padrões Municipais, no início do logradouro denominado no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 setembro de 2014.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 904, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 904, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

"Anula e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.077 - Func. e Manutenção da Coordenadoria de Obras R\$ 16.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 16.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 - Func. e Manutenção da Agricultura R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.13.392.0008.2.045 - Festividades Culturais R\$ 40.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.306.0004.2.020 - Aquisição e Distribuição de Merenda Ensino Infantil R\$ 8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.000,00

04.01.12.361.0004.2.015- Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 8.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.007- Aquisição de Equipamentos de Informática R\$ 10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.368.0004.2.018 - Projeto de Cursos Profissionalizantes e Pré-Vestibular R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.0008.2.047 - Func. e Manutenção do Turismo R\$ 5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06.01.13.392.0008.2.044 - Func. e Manutenção da Cultura R\$ 40.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 33.500,00
3.1.91.00.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.029 - Programa de Incentivo a Agricultura Orgânica R\$ 10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$10.000,00

05.02.8.243.2007.2039 - Manutenção de Programa R\$ 7.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 setembro de 2014.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

LEI Nº 905, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

LEI Nº 905, DE 15 DE SETEMBRO DE 2014

"Anula Crédito Especial e Suplementa Verbas no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 71.500,00 (Setenta e um mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.004 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças R\$ 33.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.0004.2.016- Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 38.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º desta Lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 71.500,00 (Setenta e um mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.1.009- Aquisição de um terreno para área Industrial R\$ 21.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas R\$ 21.500,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.0004.1.021 - Reforma do Ginásio de Esportes R\$ 30.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.072 - Aquisição de Veículo R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 16 setembro de 2014.

Jucélio Kremer
Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 074/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - 88125-000 www.

pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE

TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 074/2014

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora INGRID IZABELLE MAURICIO DE SOUSA E SILVA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 050.990.269-31, residente e domiciliada a Rua Adhemar da Silva, nº. 395 - Bairro Kobrasol - São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA I HORISTA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 16/09/2014, findando no dia do término da licença gestação da servidora titular Ana Rute da Silva Costa de Oliveira, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA - DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais - Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de quatorze (14) horas/aulas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as

partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de setembro de 2014.
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

INGRID IZABELLE MAURICIO DE SOUSA E SILVA
CONTRATADA

Testemunhas:

Decreto Nº138/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
DECRETO Nº138/2014

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA .

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº904/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.15.452.0010.2.077 - Func. e Manutenção da Coordenadoria De Obras R\$ 16.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 16.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 - Func. e Manutenção da Agricultura
R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.1.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.13.392.0008.2.045 - Festividades Culturais
R\$ 40.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 40.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.306.0004.2.020 - Aquisição e Distribuição de Merenda Ensino Infantil R\$ 8.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 8.000,00

04.01.12.361.0004.2.015- Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 8.500,00

3.3.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 8.500,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 82.500,00 (Oitenta e dois mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.007- Aquisição de Equipamentos de Informática R\$ 10.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.368.0004.2018 - Projeto de Cursos Profissionalizantes e Pré-Vestibular R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

06 - SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.02.23.695.0008.2.047 - Func. e Manutenção do Turismo
R\$5.000,00 3.3.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 5.000,00

06.01.13.392.0008.2.044 - Func. e Manutenção da Cultura
R\$ 40.500,00

3.1.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 33.500,00

3.1.91.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 4.000,00

4.4.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$ 3.000,00

10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.029 - Programa de Incentivo a Agricultura Orgânica R\$ 10.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$10.000,00

05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.243.2007.2039 - Manutenção de Programa
R\$7.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0000.0 - Aplicações Diretas
R\$7.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 16 de setembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER
PREFEITO MUNICIPAL

Decreto Nº139/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SE GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro

CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

DECRETO Nº139/2014

ANULA CRÉDITO ESPECIAL E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCANTARA .

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº905/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no total de R\$ 71.500,00 (Setenta e um mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificadas:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2.004 - Func. e Manutenção da Secretaria

De Administração e Finanças R\$ 33.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 33.000,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.12.365.0004.2.016- Funcionamento e Manutenção

da Educação Infantil R\$ 38.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 35.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 3.500,00

Art. 2º - Para atender o Artigo 1º deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a anular R\$ 71.500,00 (Setenta e um mil e quinhentos reais) nas dotações abaixo identificada:

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.1.009- Aquisição de um terreno

para área Industrial R\$ 21.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.1.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 21.500,00

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.01.27.812.0004.1.021 - Reforma do Ginásio de Esportes

R\$ 30.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 30.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.072 - Aquisição de Veículo

R\$ 20.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.000.0 - Aplicações Diretas

R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 16 de setembro de 2014.

JUCÉLIO KREMER

PREFEITO MUNICIPAL

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Trabalho Nº. 046/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº. 046/2014, CELEBRANDO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E A SENHORA FRANCIELLE SCHUTZ OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA AUXILIAR DE SALA.

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro - São Pedro de Alcântara/SC - Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora FRANCIELLE SCHUTZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 059.692.469-05, residente a Rua Ana Lohn Pering, s/nº, Boa Parada - São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2013, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da cláusula quarta do contrato de trabalho nº. 046/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Fica Prorrogado o prazo de vigência do contrato de trabalho nº. 046/2014 até o dia 12/12/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas constantes do contrato ficam ratificadas de acordo com o contrato original.

São Pedro de Alcântara, 16 de setembro de 2014.

MUNICÍPIO

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Portaria N.º 369/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 - Fone: 48-32770122 - R.222.

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 369/2014

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA VIRGINIA HELENA CEZÁRIO ELI.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

VIRGINIA HELENA CEZARIO ELI - AGENTE ADMINISTRATIVO

- LETRA C.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de setembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Portaria N.º 370/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - CEP: 88125-000 -
Fone: 48-32770122 - R.222
www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 370/2014

Admite em Caráter Temporário INGRID IZABELLE MAURICIO DE SOUSA E SILVA para o cargo de Professora I Horista.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, INGRID IZABELLE MAURICIO DE SOUSA E SILVA para o cargo de Professora I Horista, contrato de trabalho nº. 074/2014.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 16 de setembro de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2014.

Termo de Desistência Concurso Público Edital N.º 001/2010 Bruna Scarlett Alves

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.
TERMO DE DESISTÊNCIA
CONCURSO PÚBLICO EDITAL N.º 001/2010

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de 2014, BRUNA SCARLETT ALVES, por livre e espontânea vontade declarou para os devidos fins que DESISTIU da vaga para qual foi aprovada no Concurso Público Edital nº. 001/2010, da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de Agente Administrativa, classificação 05, conforme termo arquivado no Setor de Recursos Humanos do Município.

São Pedro de Alcântara/SC, 15 de setembro de 2014.

Schroeder

PREFEITURA

Extrato do Contrato N.º. 194/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 194/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 81/2014-PMS

Processo nº. 180/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE SCHROEDER - ACIAS, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.835.401/0001-61, estabelecida na Rua Blumenau, nº 242, Centro, no Município de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89275-000.

Objeto: Constitui o presente contrato a locação de espaços físicos, na Associação Empresarial de Schroeder - ACIAS, localizada no endereço: Rua Blumenau, nº 242, Centro, no Município de Schroeder/SC, para o período de 3 (três) meses, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Locação de espaços físicos, na Associação Empresarial de MÊS Schroeder - ACIAS, localizada no endereço: Rua Blumenau, 242-Centro, no Município de Schroeder/SC. Estes espaços compreendem: 1)O auditório no piso superior da sede, com capacidade de 170 pessoas sentadas na platéia, mesa de autoridades para 12 pessoas com ambiente sonorizado e climatizado,medindo aproximadamente 240m². 2) Sala no piso térreo para coquetéis e coffee break, com capacidade para 170 pessoas em pé ou treinamento e reuniões com capacidade para 50 pessoas sentadas, disponibilizando cadeiras universitárias, mesas de reuniões e ambiente climatizado, medindo aproximadamente 110m². Também estarão disponíveis as áreas dos banheiros, masculino e feminino,cozinha e estacionamento. Podendo estes espaços, serem utilizados no máximo até 3(três) vezes (dias) por mês, com aviso prévio de 30 dias ou com qualquer prazo a combinar, desde de que haja disponibilidade de uso destes espaços.	3	Mês	800,00	2.400,00
TOTAL R\$					2.400,00

Valor do contrato: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 19/09/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.045/2014

LEI No2.045/2014

DISPÕE SOBRE A RUA PROJETADA NA LOCALIDADE DO RIO HERN E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal, faz saber aos habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica projetada Rua na localidade do Rio Hern que se inicia na intercessão da Rua Cristiane Zerbin e vai até a intercessão da Rua Alberto Zanella, distante em suas extremidades em 160,00m (cento e sessenta metros) da Rua Presidente Costa e Silva, sendo que a mesma esta descrita na Cláusula 1º do Termo de Doação (doc. Anexo) firmado entre o Município de Schroeder e a empresa VIB Administradora de Bens Ltda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art.2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder (SC), 17 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

TERMO DE DOAÇÃO

DOADOR: VIB Administradora de Bens Ltda., inscrita sob CNPJ nº 11.226.314/0001-23, situada à Rua Rodolfo Aquilino Buzzi, nº 63, no Bairro Amizade, no município de Guaramirim, representada neste ato pelo Sr. William Beckert. IMJ Administradora de Bens Ltda. inscrita sob CNPJ nº 11.261.398/0001-36, situada à Rua José Teodoro Ribeiro, nº 1109, no Bairro Ilha da Figueira, no município de Jaraguá do Sul, representada neste ato pelo Sr. Ingo Jacobi.

DONATÁRIO: Prefeitura Municipal de Schroeder - SC, inscrita sob CNPJ nº 83.102.491/0001-09, situada à Rua Marechal Castelo Branco, nº 3.201, no Bairro Centro, no município de Schroeder, CEP: 89275-000, representada neste ato pelo Sr. Osvaldo Jurck.

As partes acima identificadas, têm entre si, justas e acertadas o presente Termo de Doação, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições descritas no presente Termo.

- DOS OBJETIVOS DO TERMO DE DOAÇÃO:

Cláusula 1º - O presente Termo tem como OBJETO, o bem imóvel/terreno de propriedade do DOADOR, possuindo as seguintes dimensões: a Rua projetada medindo frente com 142,65 metros, fundo em 142,65 metros, lado direito 7,00 metros, lado esquerdo 7,00 metros, perfazendo assim uma área total de 990,99 m²;
Cláusula 2º - Conforme Declaração expedida pela Prefeitura no dia 18 de julho de 2014 em

anexo, a mesma relata que a área de 990,99 m² a ser doada poderá ser descontada do total da Área de Utilidade Pública (A.U.P), quando da implantação do futuro loteamento em nome das referidas administradoras de bens, por tempo indeterminado;
Cláusula 3º - O presente Termo de Doação passa a vigorar entre partes a partir da assinatura;

Cláusula 4º - Este instrumento deve ser autenticado em tabelionato, de competência da região.

Parágrafo Único - Por estarem assim juntos, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

SCHROEDER - SC, 23 de JULHO de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

VIB ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.
CNPJ: 11.226.314/0001-23

IMJ ADMINISTRADORA DE BENS LTDA.
CNPJ: 11.261.398/0001-36

TESTEMUNHAS:
CPF: _____ CPF: _____

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

I ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 79/2014-PMS

PROCESSO Nº. 167/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a errata de data e exclusão de item referente ao Edital de Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 79/2014-PMS, tendo e vista a aquisição de pneus novos com câmara e protetor para retroescavadeira e carregadeira para suprir as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, ficando assim determinado:

Leia-se:

1.1- Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 - Habilitação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento, deverão ser entregues até a data e horários abaixo determinados, a saber:

a) Data: 09 de outubro de 2014
b) Local: Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Setor de Licitações, localizado no piso térreo da nova Sede da Prefeitura Municipal, sito à rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC.

c) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min
d) Abertura do processo: às 09h.

3.1.3- O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até dia 09 de outubro de 2014 às 08h45min, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-b.

Exclui-se:

VI - DA PROPOSTA COMERCIAL:

6. VI

[...]

6.1.11 Apresentar juntamente com a Proposta Comercial a comprovação que a marca cotada é registrada na ANIP (Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos).

Schroeder, 19 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5.725/2014, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 5.725/2014, de 19 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Loiva Schiavon Paulsen, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 19 de setembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

MAYKEL ROBERTO LAUBE
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:
TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

O Prefeito Municipal de Schroeder, Excelentíssimo Senhor Osvaldo Jurck e o Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças, Excelentíssimo Senhor Marcos Dellagiustina, convidam todos os interessados para participar da Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2014.

A audiência será realizada em conformidade ao Artigo 9º, §4 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Local: Câmara de Vereadores de Schroeder, Rua Timbó, 37, Centro, Schroeder, SC.

Data: 29 de setembro de 2014.

Horário: 17 horas.

Timbé do Sul

PREFEITURA

Extrato do Contrato 73/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 73/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Latina Construções Ltda EPP
Objeto: Execução das obras de pavimentação com lajotas da Rua Canudo Pelozatto, no Centro do município de Timbé do Sul.
Valor: R\$ 64.375,00 (sessenta e quatro mil, trezentos e setenta e cinco reais)
Vigência: 03 (três) meses a contar de 12/09/2014

Extrato do Contrato 74/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 74/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Supermercado Romão Ltda
Objeto: Aquisição parcelada de produtos de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Obras e Transportes e Secretaria de Assistência Social e Habitação.
Valor: R\$ 3.397,34 (três mil, trezentos e noventa e sete reais e trinta e quatro centavos) global estimado
Vigência: de 17/09/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 75/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

Termo de Contrato nº 75/2014
Contratante: Município de Timbé do Sul
Contratado: Mercado Irmãos Zilli Ltda ME
Objeto: Aquisição parcelada de produtos de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Obras e Transportes e Secretaria de Assistência Social e Habitação.
Valor: R\$ 3.823,70 (três mil, oitocentos e vinte e três reais e setenta centavos) global estimado
Vigência: de 17/09/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 76/2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbó do Sul

Termo de Contrato nº 76/2014

Contratante: Município de Timbó do Sul

Contratado: Acélio Baesso ME

Objeto: Aquisição parcelada de produtos de higiene e limpeza para manutenção da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria de Obras e Transportes e Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Valor: R\$ 10.551,10 (dez mil, quinhentos e cinquenta e um reais e dez centavos) global estimado

Vigência: de 17/09/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 23/2014_Fms

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbó do Sul
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Contrato nº 23/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Msystem Informática Ltda ME

Objeto: Aquisição parcelada de equipamentos de informática, material de consumo para computadores impressoras e prestação de serviços técnicos na área de informática para o Fundo Municipal de Saúde do município de Timbó do Sul/SC.

Valor: R\$ 43.700,00 (quarenta e três mil e setecentos reais) global estimado.

Vigência: de 12/09/2014 a 31/12/2014

Timbó**PREFEITURA****Aviso Pregão Presencial Nº 117 2014 PMT - Aquisição de Impressos Para A Festa do Imigrante**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE Pregão presencial Nº 117/2014

OBJETO: Aquisição de materiais impressos, que serão utilizados na divulgação controle da 24 Festa do Imigrante que acontecerá nos dias 10 a 12 de outubro de 2014. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 10h00min do dia 03 de outubro de 2014. ABERTURA: dia 03 de outubro de 2014 às 10h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 19/09/2014.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural

DECISÃO PREGOEIRO CLARO SA E OI MÓVEL SA - PREGÃO PRESENCIAL N.º 99 2014 PMT**DECISÃO**

O Município de Timbó lançou o Edital de Pregão Presencial nº. 99/2014 (contratação de empresa especializada em telecomunicações, para prestação de serviço de telefonia móvel), que após publicado foi objeto de impugnação tempestiva pelas empresas Oi Móvel S/A e Claro S/A, acerca das quais apresentamos o que segue:

I. A empresa Oi Móvel S/A menciona que o Edital traz em seus itens 1.2 e 3.6 informações divergentes, especificamente acerca da possibilidade de participação de consórcios, o que prejudicaria a sua proposta. Compulsando o Edital se constata que tal divergência se trata tão somente de um equívoco redacional, pois o interesse da municipalidade é permitir a participação de consórcios, tanto que fez tal ressalva de forma expressa no instrumento convocatório. Por se tratar de questão de ordem meramente formal, foi promovida a imediata publicação do Aviso de Errata, sanando em definitivo a dúvida objeto da impugnação.

II. A empresa Claro S/A menciona que: 1) A cotação conjunta para o VC1, VC2 e VC3 e a vedação da subcontratação violam os serviços de telecomunicações, pois outorgados separadamente (prestação e área), tanto que apenas encaminha ligações dos seus clientes para outros telefones locais, enquanto que as ligações de longa distância são realizadas por outras operadoras. Possível a subcontratação com base no art. 72 e art. 78, VI da Lei nº. 8.666/93 e entendimentos doutrinários, devendo ser incluída no edital; 2) O prazo de 5 dias assinatura do contrato seria diminuído, devendo ser, no mínimo, de 20 dias. Comparecer para assinar o contrato fere a razoabilidade e proporcionalidade; 3) A cobertura exigida (3G ou superior em no mínimo 350 cidades) não pode ser cumprida por todas as operadoras, pois somente a Vivo possui 3G, o que limita a participação da Impugnante e demais operadoras (frustrando o caráter competitivo), devendo o Edital ser retificado permitindo outras tecnologias; 4) Com relação ao gestor on-line não apresenta cotação na planilha de formação de preços, o que deveria ser incluído face ao custo para a sua implantação. A utilização do gestor online é exclusiva do gestor do contrato,

não cabendo a Contratada a responsabilidade pelo uso incorreto; 5) O processo de reorganização societária não pode culminar na rescisão unilateral do contrato, tal como definido na minuta; 6) De acordo com a Lei nº. 8.666/93 cabe ao licitante escolher entre a matriz e filial para participar do certame, portanto, a exigência de apresentar certidão negativa de débitos do Município de Timbó fere a legalidade e os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, devendo ser permitida a participação da operadora com documentos de sua matriz ou filial.

Decidimos pelo recebimento da impugnação, eis que apresentada tempestivamente.

Passamos a análise e fundamentação acerca das impugnações:

Considerando que os itens 1, 3 e 4 tratam de questões de ordem técnica e tendo em vista que o Projeto Básico/Termo de Referência que integram o Edital foi formulado por profissional da área (Lucélio Belletti, engenheiro eletricista, técnico eletro-eletrônico, CREA-SC43941-5, RN-250.166.760-3), a resposta aos mesmos será aquela apresentada por este último, conforme abaixo transcrito.

Item 1

“O edital deixa claro que é admitido a prestação do serviço LDN (VC2 e VC3) em regime de consórcio entre empresas “parceiras” de acordo com o estabelecido pela ANATEL. Desta forma a impugnante pode sim participar do certame pois tem a EMBRATEL como parceira estabelecida. Da mesma forma podemos citar como exemplos:

- Claro/Embratel (21)
- OI/Telemar (31 ou 14)
- Vivo/Telefônica (15)”

Item 3

“A exigência de cobertura em tecnologia 3G ou superior em questão é uma premissa da administração cabendo a licitante se adequar a tal. Não se sustenta a fato alegado que somente a operadora VIVO atende em 3G o Município de Timbó, pois na verdade a única das presentes e atuantes na cidade que não atende em 3G é a Claro e desta forma a concorrência se mantém garantida. Outro fato a se considerar é o da necessidade comprovada da administração de um serviço de comunicação de dados móvel de alta velocidade. Comprovação esta constante no próprio edital na solicitação estimada de 32 pacotes de dados para Smartphones e Minimodens. Ainda como argumento em defesa da manutenção da exigência editalícia pode-se citar que a administração municipal representada, neste processo pela sua maior instância, tem como dever buscar a melhoria de qualidade dos serviços oferecidos a sua comunidade. Deixar de exigir nos seus processos aquisitivos a cobertura 3G seria, de certa forma, ignorar as próprias reivindicações da comunidade deixando assim de pressionar as operadoras a melhorarem a qualidade dos serviços prestados, não só a administração, mas a toda a sociedade Timboense. A impugnante alega possuir a cobertura 3G em mais de 350 cidades do Brasil, o que é procedente porém, não possui esta cobertura na cidade de Timbó-SC, que é o local onde se concentrará a maioria absoluta da utilização do objeto deste edital.”

Item 4

“Neste item a impugnante alega não haver espaço na “planilha de formação de preços” para a cotação do serviço solicitado. Cabe um esclarecimento pois parece que a impugnante, na sua leitura do edital passou despercebida pela terceira linha de tal planilha, inclusive transcrita em parte no documento impugnatório. As Licitantes poderão sim, a seu critério cotar os custos para este serviço na planilha de formação de preços, anotando-os na terceira linha.

Quanto a expressão contida no item 9.12 transcrito: “disponibilizar sem custo”, esta se refere ao software de gerenciamento como um todo e não a assinatura do serviço de “gestor Web” de cada acesso.”

Acerca dos itens 2, 5 e 6 apresentamos a seguinte manifestação:

2) De acordo com o art. 81 da Lei nº. 8.66/93 (abaixo), a fixação do prazo para assinatura do instrumento contratual constitui ato discricionário da administração e o seu descumprimento acarreta violação das obrigações assumidas, senão vejamos:

“Art. 81. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.”

Além disso, “A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.” (art. 64 da Lei nº. 8.666/93)

Ademais, a municipalidade fez consignar claramente o referido prazo no instrumento convocatório, cumprindo assim com a disposição contida no inciso II do art. 40 da Lei nº. 8.666/93 (“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte: ... II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;”)

Não encontra fundamento, muito menos legal, a alegação de que o prazo definido pela municipalidade seria diminuto e que o comparecimento para assinatura do contrato fere a razoabilidade e proporcionalidade, motivo pelo qual mantém-se na íntegra tal condição.

5) Apesar da Impugnante entender que os processos de reorganização societária não poderiam culminar na rescisão unilateral do contrato, tal como definido na minuta, tal realidade encontra previsão no art. 78, XI da Lei nº 8.666/93 (Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato: ... XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;)

O referido dispositivo define que a rescisão ocorrerá apenas quando a alteração social ou a modificação da finalidade empresarial prejudiquem a execução do contrato.

Inexiste razão que motive a alteração ora pleiteada.

6) Com o devido respeito a idiosincrasia da empresa impugnante, a exigência constante do edital não é ilegal, e tem por propósito assegurar a correta contratação, pois a regularidade fiscal constitui condição à subscrição do contrato com a fazenda pública.

Ademais, o Edital é claro em relação às instruções para obtenção da referida CND Municipal, que é obtida on-line, em tempo real, sem burocracia e/ou presença de preposto ou qualquer outra formalidade, não se tratando, portanto, de uma exigência abusiva, devendo desta forma permanecer no instrumento convocatório.

Diante do todo exposto, com supedâneo na manifestação técnica

exarada pela assessoria técnica desta municipalidade, que aliada as demais razões de mérito supra discutidas apontam a inexistência de razões suficientes a anulação, revogação ou correção do certame, além do equívoco formal já corrigido, decidimos por conhecer das impugnações, eis que tempestiva, Deferindo parcialmente o pedido formulado pela empresa Oi Movel S/A, no sentido de corrigir o equívoco redacional constante do edital dissonante do termo de referência, mantendo-se, entretanto, o prazo já estabelecido tendo em vista tratar-se de evidente erro formal e não material do edital, e INDEFERIR os pedidos formulados na impugnação da empresa Claro S.A., mantendo-se o texto original do Edital.

Publique-se e intime-se

Timbó, 17 de setembro de 2014.
JEAN MESSIAS RODRIGUES VARGAS
Pregoeiro

Treze Tílias

PREFEITURA

Aviso de Licitação PP 13/2014 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 13/2014 FMS - PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: A presente licitação tem por objeto aquisição e instalação de móveis planejados, e demais equipamentos para mobiliar a nova estrutura da Unidade Básica de Saúde do Município de Treze Tílias, conforme a descrição dos itens (Anexo I) e Termo de Referência constante no (Anexo VI) deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a "proposta" e "documentação" será até as 09h00 min do dia 02/10/2014, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. O edital pode ser obtido no site www.trezetilias.sc.gov.br. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

AILTON JOSÉ DURLI
Gestor do Fundo

Tunápolis

PREFEITURA

Contrato Nº 61.2014

Contrato Nº 61/2014

Pelo presente instrumento de contrato em regime de empreitada global, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Exmo. Sr. ENOI SCHERER, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Tunápolis, SC, portador do CPF sob nº 656.321.769-91 doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa SCHROEDER ESQUADRIAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.620.098/0001-81, estabelecida na Rua Santa Maria, nº 40-Bairro Progresso, no Município de Tunápolis/SC representada neste ato pela Sra. Aline Schroeder, brasileira, casada, residente e domiciliado na cidade de Tunápolis, portadora do CPF nº 038.670.889-42 e doravante denominado CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato para CONSTRUÇÃO DE UMA COBERTURA DO PARQUE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 12/2014, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1 - Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o processo de licitação antes nominado, inclusive a proposta pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - O presente contrato tem por objeto a CONSTRUÇÃO DE UMA COBERTURA DO PARQUE DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO

3.1 - O prazo para a conclusão dos serviços será de 60 (SESSENTA) dias consecutivos a contar da expedição da Ordem de Serviço.

3.2 - Os serviços deverão ter início no prazo máximo de 03 (três) dias consecutivos após a emissão da Ordem de Serviço.

3.3 - Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser fornecidos pela Contratada. Os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo às especificações e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

3.4 - A execução da obra deverá ser rigorosamente de acordo com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste Edital, sendo que quaisquer alterações somente poderão ser realizadas se constarem de propostas por escrito e aprovada por esta Municipalidade.

3.5 - O Diário de Obras deverá ser constituído em duas vias, sendo a primeira destinada à fiscalização do Município e a segunda à empresa, cujo termo de abertura se dará no início das obras, devendo ser visado, na oportunidade, pelo responsável técnico da empresa contratada e pelo Engenheiro responsável do Município.

3.6 - A execução dos serviços deverá ser feita exclusivamente com funcionários da contratada, devidamente registrados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 - O preço total ajustado para a execução do objeto constante da cláusula segunda será de R\$ 29.829,58(Vinte nove mil oitocentos vinte nove reais e cinquenta e oito centavos)sendo custo com material é de R\$ 20.879,58(vinte mil oitocentos setenta e nove reais)e mão de obra de R\$ 8.950,00(oito mil novecentos e cinquenta reais).

4.2 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

4.3 - O pagamento e liquidação das notas fiscais, emitidas regularmente pela CONTRATADA, será feito através de crédito em conta, no banco indicado pela Contratada, CONFORME BOLETIM DE MEDIÇÃO.

4.3.1 - O pagamento será efetuado mediante o recebimento da nota fiscal e apresentação pela contratada dos seguintes documentos:

- 1ª Via do "Diário da Obra" devidamente assinado pelo fiscal do Município, do período correspondente.
- Cópia da GFIP mensal vinculada a matrícula da Obra, do mesmo período e o respectivo comprovante de recolhimento para o Regime Geral de Previdência Social;
- Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS do período.
- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal mediante Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional / Receita Federal do Brasil;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

4.4 - Não serão admitidos adiantamentos e, os pagamentos não realizados no prazo previsto, serão atualizados e compensados financeiramente conforme o disposto no art. 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a partir da data prevista para pagamento até a data do efetivo pagamento.

4.5 - Nos aspectos previdenciários, será ainda observado o que dispõe a legislação previdenciária vigente.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 - Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA SEXTA - DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

6.1 - O prazo para a conclusão da obra é 60 (sessenta) dias consecutivos a contar da expedição da ordem de serviço.

6.1.1 - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, da Lei 8.666 de 21/06/93.

6.2 - Os atrasos na execução da obra tanto nos prazos parciais, como nos prazos de início e conclusão, somente serão justificáveis quando decorrerem de casos fortuitos ou de força maior ou de fatos de responsabilidade desta Municipalidade e serão considerados quando forem anotados no Diário de Obras.

6.3 - Na ocorrência de tais fatos ou casos, os pedidos de prorrogação referentes aos prazos parciais serão encaminhados por escrito a esta Municipalidade um dia após o evento, enquanto os pedidos de prorrogação do prazo final deverão ser encaminhados, por escrito, 10 (dez) dias antes de findar o prazo final e, em ambos os casos com justificação circunstanciada, com documentos

comprobatórios, análise e justificativa da fiscalização.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

7.1 - As despesas decorrentes da execução do objeto do presente Edital correrão por conta do orçamento Municipal, na seguinte rubrica contábil, codificada sinteticamente sob os números: (50) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do exercício financeiro de 2014.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

8.1 - O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução da obra com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

8.2 - Efetuar o pagamento ajustado;

8.3 - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 - A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento de equipamento, materiais, mão de obra, assim como pelo cumprimento dos elementos técnicos recebidos, bem como quaisquer danos decorrentes da realização destes serviços, causados a esta Municipalidade ou a terceiros.

9.2 - A CONTRATADA obriga-se a cumprir todas as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de proteção individual a todos os que trabalharem, ou por qualquer motivo, permanecerem na obra.

9.3 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários, para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

9.4 - A CONTRATADA deverá providenciar, às suas custas, o fornecimento da placa indicativa da obra, bem como a aprovação pelos poderes competentes ou companhias concessionárias de serviços públicos, quando for o caso, de todos os componentes dos projetos.

9.6 - A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização da obra que serão feitas por técnicos desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

9.7 - A CONTRATADA deverá providenciar e entregar junto ao setor de Engenharia do município, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) da execução da obra de forma discriminada, e Licença Ambiental de Operação no prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos após emissão da Ordem de Serviço.

9.8 - A CONTRATADA deverá assumir integralmente a responsabilidade quanto aos encargos trabalhistas e sociais decorrentes da execução dos serviços.

9.9 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

9.10 - A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

9.11 - A CONTRATADA deverá Colocar e Manter a disposição, no canteiro de Obras, o "Diário da Obra".

9.12 - A CONTRATADA deverá responsabilizar-se civil e criminalmente, durante a execução das obras, pela segurança dos operários e demais pessoas que estiverem ou entrarem no canteiro de obras; deverá garantir, durante a execução das obras, a

continuidade e a segurança do tráfego; a proteção e a conservação dos serviços executados; e, sinalizar e manter a vigilância necessária à segurança do trânsito. Todas as frentes de serviço em obras ou não, deverão ser ostensivamente sinalizadas; inclusive cabendo à empresa contratada, a responsabilidade por qualquer dano causado a terceiros, no período compreendido desde o início da obra até a entrega definitiva da mesma.

9.13 A licitante contratada responderá pela solidez e segurança do objeto da presente licitação, durante o prazo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data da conclusão das mesmas, em conformidade com o artigo 618, do Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

10.1 - Este Contrato vincula-se ao Edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 12/2014, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada, com as alterações posteriores, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial do contrato o Município poderá aplicar as seguintes sanções, com base em processo administrativo e garantindo-se o direito do contraditório e da ampla defesa:

11.1.1 - Advertência, quando houver qualquer paralisação não autorizada ou quando houver descumprimento de qualquer cláusula do Contrato, e/ou nas faltas leves que não acarretem prejuízos de monta à execução do contrato, não eximindo o advertido das demais sanções ou multas;

11.1.2 - Multas de:

a) 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução parcial e;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato pela inexecução total.

11.1.3 - Suspensão, por até 2 (dois) anos, de participação em licitações do Município, no caso de inexecução parcial ou total do contrato, sendo aplicada segundo a gravidade e a inexecução decorrer de violação culposa da contratada;

11.1.4 - Declaração de Inidoneidade para participar de licitação e contratar com Órgãos Públicos, quando a inexecução do contrato decorrer de violação dolosa da contratada, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a sua reabilitação, na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - EVENTUAL ATRASO DO MUNICÍPIO

12.1 - Eventuais atrasos nos pagamentos serão remunerados utilizando-se os mesmos critérios que o Município utiliza para penalizar os atrasos nas suas receitas de parte dos contribuintes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando a mesma sobrestada, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

14.1 - A fiscalização da execução da obra será feita por esta Municipalidade, a qual caberá verificar se no seu desenvolvimento estão sendo cumpridos os termos de contrato, os projetos,

especificações e demais requisitos, bem como autorizar os pagamentos de faturas, substituição de materiais, alterações de projetos, solucionar problemas executivos, assim como participar de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços Contratados.

14.2 - A fiscalização atuará desde o início dos trabalhos até o recebimento definitivo da obra e será exercido no interesse exclusivo desta Municipalidade e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, por qualquer irregularidade.

14.3 - O documento hábil para a comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução da obra será o DIÁRIO DE OBRAS.

14.4 - Concluídos os serviços, se estiverem em perfeitas condições serão recebidos provisoriamente pela fiscalização e pelos responsáveis pelo seu acompanhamento, que lavrarão o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

14.5 - A Contratada fica obrigada a manter as obras e serviços por sua conta e risco, até ser lavrado o Termo de Recebimento Definitivo, em perfeitas condições de conservação e funcionamento.

14.6 - Decorridos trinta (30) dias do Termo de Recebimento Provisório, se os serviços de correção das anormalidades porventura verificados forem

executados e aceitos pela fiscalização, será lavrado o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO APROVADO E EMITIDO PELO SETOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS.

14.7 - Aceita a obra e serviços, a responsabilidade da Contratada pela qualidade, correção e segurança nos trabalhos, subsiste na forma da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS MEDIÇÕES

15.1 - A medição será obrigatoriamente assinada pelo engenheiro fiscal do município e pelo responsável técnico da Empresa contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

16.1 - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

16.1.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.1.2 - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

17.1 - A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Artigo 58 e Artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

17.2 - A inexecução e rescisão do Contrato processar-se-á considerando-se:

17.2.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão com as consequências contratuais e as previstas em lei.

17.2.2 - O Instrumento poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE, ou bilateralmente, atendida sempre a conveniência administrativa.

17.2.3 - Constituem motivos para rescisão do Contrato:

- a) O não cumprimento de Cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais,

especificações, projetos ou prazos;

c) A lentidão no seu cumprimento, levando a Administração a presumir a não conclusão da obra, nos prazos estipulados;

d) O atraso injustificado no início da obra;

e) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação a Administração;

f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto; a associação do Contratado com outrem; a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital ou contrato;

g) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução, assim como as de seus superiores;

h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução anotadas na forma do parágrafo 1º, do artigo 67, da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, atualizada.

i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do CONTRATADO;

k) A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do Contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;

m) A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

17.2.4 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17.2.5 - Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 77, da Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

18.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Tunápolis - SC., 11 DE SETEMBRO DE 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

SCHROEDER ESQUADRIAS LTDA EPP

Aline Schroeder
CONTRATADA

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

Vargeão

PREFEITURA

Extrato de Convênio Nº 009/2014

EXTRATO DE CONVÊNIO nº 009/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONVENIADA: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

OBJETO: Transferência financeira por parte da Conveniada a Conveniente, para a construção de cabeceiras para ponte de concreto a ser edificada sobre o Rio Ressaca, localizado na Linha Ressaca. VALOR: R\$ 15.385,64 (quinze mil trezentos e oitenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

AMPARO LEGAL: Lei Municipal de Vargeão nº 1.551/2014, Lei Municipal de Ponte Serrada nº 2.189/2014 e Convênio nº 009/2014.

Vargeão, SC, 19 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 072/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 072/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC

CONTRATADA: CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA

OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 072/2014 até 31/12/2014.

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 072/2014.

Vargeão, SC, 19 de setembro de 2014.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

Convite Audiencia Publica

CONVITE PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Melânia Aparecida Roman Meneghini, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, no uso de suas atribuições legais e em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - LRF, convida a todos os Municípios para participarem de Audiência Pública para alteração do Plano Plurianual - PPA 2014-2017, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015 e da Lei Orçamentária Anual - LOA 2015, a realizar-se em 26/09/2014, a partir das 09h00min, no Centro de Convivência Elvira Cazela Roman.

Vargem Bonita/SC, 19 de setembro de 2014.

Melania Aparecida Roman Meneghini

Prefeita Municipal

Videira

PREFEITURA

Extrato do Termo Aditivo N. 0173/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0173/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSELI DE OLIVEIRA DIAS DA MOTTA
CPF: 825.030.369-53
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de novembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0267/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0267/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: SÉRGIO ANTONIO OZELAMI
CPF: 848.897.809-04
VIGÊNCIA: de 18 de fevereiro de 2013 até 17 de fevereiro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Extrato do Termo Aditivo N. 0606/13

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0606/2013
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ELIZANGELA APARECIDA RIBEIRO
CPF: 038.574.499-42
OBJETO: Alteração do valor da remuneração e da justificativa de "R\$ 693,11 (seiscentos e noventa e três reais e onze centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade de funcionária que está grávida, até a data prevista da licença maternidade" para "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a contratação de funcionária até 31 de agosto de 2014, pois se encontra em licença maternidade, conforme portaria n. 0602/14 e mais 01 (um) mês, referente a estabilidade da funcionária até 5º (quinto) mês após o parto".
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2013 até 31 de agosto de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Decreto Nº 11.268/14

DECRETO Nº 11.268/14, DE 17 DE SETEMBRO DE 2014.
Nomeia Assessor de Serviços de Iluminação Pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LUIS HENRIQUE FREITAS MACHADO, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Serviços de Iluminação Pública, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 02 de setembro de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 11.265/14.

Videira, 17 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

DECRETO Nº 11.269/14

DECRETO Nº 11.269/14, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/2013 de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 772,74 (setecentos e setenta e dois reais e setenta e quatro centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 - Secretaria Municipal de Infraestrutura	
01 - Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
1.015 - Restauração de Pavimentação de Vias Urbanas	
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0061.000024 - Aplicações Diretas	772,74
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	772,74

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação no exercício de 2014, pelo recebimento do recurso de Operação de Crédito referente o Contrato de Empréstimo nº 352.560/2011 entre a Caixa Econômica Federal Programa Pro Transporte e o município de Videira, que tem por objeto a pavimentação com pedras irregulares no Bairro Rio das Pedras.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 18 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Portaria Nº 1285/14

PORTARIA nº 1.285/14

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 16.312/14;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do espaço do Largo da Estação Ferroviária, pela Universidade do Oeste de Santa Catarina - Campus Videira, no dia 20 de setembro do corrente ano, das 08h00min às 13h00min, a fim de realizar uma ação de conscientização sobre o meio ambiente de forma educacional com o Dia da Árvore.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer causalidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 18 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Edital de Homologação das Inscrições do Processo Seletivo Simplificado Originado Pelo Edital Nº 03, de 10 de Julho de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO ORIGINADO PELO EDITAL Nº 03, DE 10 DE JULHO DE 2014

Dispõe sobre a homologação das inscrições do Processo Seletivo Simplificado para contratação temporária de pessoal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de Videira.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o Edital nº 03, de 10 de julho de 2014, torna público, o relatório contendo a homologação final das inscrições do Processo Seletivo Simplificado para formação de cadastro de reserva e para provimento de cargos em caráter temporário do quadro de pessoal no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Videira:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições dos candidatos para o Processo Seletivo Simplificado para formação de cadastro de reserva e para provimento de cargos e vagas temporárias do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Videira, na forma do Anexo I, parte integrante deste Edital.

Art. 2º Ficam notificados os candidatos inscritos quanto aos locais e horários para aplicação das provas, como sendo:

I - Provas objetivas de conhecimentos, para todos os cargos, no dia 21 de setembro de 2014, com início às 8:00h, na Escola de Educação Básica Municipal Prefeito Paulo Fioravante Penso, sito à Rua Saul Brandalise, nº 1.656 - Bairro Dois Pinheiros, nesta cidade de Videira, na forma do item 6.3 do Edital de Abertura das Inscrições; e

II - Prova prática, para o cargo de Motorista I, no dia 21 de setembro de 2014, com início às 13h30min, nas dependências do Ginásio Municipal de Esportes Medalhão, sito à Av. Constantino Crestani, s/nº - Bairro Cidade Alta, nesta cidade, na forma dos itens 8.1 e 8.2 do mencionado Edital 03/2014.

Art. 3º Para ciência dos inscritos, fica estabelecida a seguinte disposição do ambiente destinado à aplicação das provas:

I - Distribuição dos cargos por salas, tendo por base o número de inscrição, de conformidade com o Anexo II, parte integrante deste Edital;

II - Distribuição dos candidatos por salas (ensalamento), com base no número de inscrição, na forma do Anexo III, parte integrante deste Edital.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Videira/SC, em 19 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

ANEXO I**RELATÓRIO DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS**

CARGO: BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	CPF
004	FABÍOLA BARBIERI	070.657.769-80
011	DAYANE FRANÇA	079.828.649-02
012	TALITA MARIA DA ROSA	078.008.769-00
018	CAMILA ZANOTTI	073.758.099-25
037	CAMILLE GOMES TORQUATTO	079.942.539-70
094	DANIELLE KOBRYN	054.199.249-00
101	DANIÉLA PEGORARO DAL BOSCO	046.578.771-19
102	THAIS CAMILA BRANDALISE BOGONI	015.785.929-09
111	LILIANE APARECIDA BOAVENTURA	059.187.109-22
172	LIDIANE STEDILLE	053.729.069-95
181	CATIANE PAPINI	059.747.279-32
182	RAQUEL ANTON	052.685.149-03
213	DANIEL SEMANN KIM	346.067.518-78
223	KATIANA FIORELLI	009.356.999-88
238	BIBIANA PAULA DAMBRÓS	023.411.099-69
239	SANDRA ZONTA	052.563.509-27
245	MAURICIO DAL BELLO	010.546.989-02
301	FRANCINI EVA FIORESE GHELLER	075.638.499-04
340	RUHAN GUILHERME FLORES	075.602.509-55
341	CAMILA GIROTTO	045.900.489-14
TOTAL DO CARGO: 20 CANDIDATOS		

CARGO: NUTRICIONISTA

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	CPF
009	TUANE CRISTINE SAVIAN	070.117.789-69
028	RAFAELA SCHINDLER	007.850.779-01
030	VANESSA BARBIERI	061.914.629-05
033	ROSANA CLAUDIA TORQUATTO KOLBERG	796.720.789-00
039	IZABELA ANSILIERO	089.609.589-48
040	MARINA WERNER	075.551.169-79
049	DAYANE FISCHER	081.237.789-37
055	FERNANDA PALOSCHI	073.016.999-56
065	TATIANE CRISTINA BIAVA	066.501.359-09
076	LENISE REGINA ZANCHET CAMILLOTTI	040.527.249-92
085	SARAJANE HELENA PAZIN	063.044.539-73
093	GISELI CERON	047.198.099-44
098	TAINÁ TESSARI	071.190.559-25
125	THAIS MARIANI BEE	061.093.769-30
126	LETÍCIA RAQUEL BOM	063.992.859-50
132	ALINE ZAMBONI	071.949.719-17
183	DAMIANE BRESCIANI RINALDI	063.748.199-26
189	ANA CLAUDIA LUNELLI MORO	044.548.919-74
198	JOANA DA ROCHA SCHREINER	066.037.569-94
222	MARIANA FERNANDES DOS SANTOS	085.291.159-96
226	DEISI CARELLI VANZ	065.747.739-70
315	KARINE SILVESTRIN	077.192.149-78
318	RAFAELA DALL ASTA	018.352.720-88

337	LAIZE SOUTHER CENDRON	072.734.349-14
TOTAL DO CARGO: 24 CANDIDATOS		

CARGO: TERAPEUTA OCUPACIONAL

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	CPF
010	CÍNTIA CAROLINE ORLANDINI CARDOSO	059.701.859-65
220	GISLAINE RISSI CARELLE	063.762.759-82
TOTAL DO CARGO: 02 CANDIDATOS		

CARGO: FISIOTERAPEUTA

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	CPF
100	JULIANA POSSENTI	056.547.979-21
106	CRISTINA BALEN	065.792.929-89
120	PÂMELA RAFAELA SOARES RIBAS	059.048.909-74
187	ISABEL FRASSON	018.707.820-38
197	ANDRESSA APARECIDA L DE SOUZA	078.027.359-12
205	MONALISA SCOLARO	009.469.449-46
214	TATIANE DENARDI DA SILVA	019.629.569-62
219	LUCAS GRANETTO	068.944.569-50
227	FERNANDA BELLE	060.166.469-89
229	RENATA MAGNANI FOGLIATTO	064.507.959-64
231	TALITA BARZOTTO	046.868.219-83
243	DAIANE HERCÍLIA SOTT	072.908.429-95
248	DENIZE TRINDADE	059.523.809-21
272	MARIANA HELENA DOS SANTOS	084.795.979-17
279	MIRIAN MUNCINELLI DE SOUZA	070.686.489-16
283	ALINE PEDROSO	070.120.749-30
284	CAMILA CORREA DOS ANJOS	008.592.539-02
293	VANESSA DALLAZEM MORESCO	059.949.729-75
312	JÉSSICA TONIN	077.688.209-08
317	KELLY BELON VALDAMERI	047.049.889-70
331	KEIZIAN ECKEL TATARA	088.286.299-59
336	REGIS OLIVEIRA BARETTA JUNQUEIRA DE CARVALHO	065.921.259-50
TOTAL DO CARGO: 22 CANDIDATOS		

CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	CPF
001	RAFAELA BUENO DE OLIVEIRA	058.799.729-09
007	VANESSA RIBEIRO SILVEIRA	061.104.929-57
020	FLÁVIO ROSA DOS SANTOS	005.261.419-05
034	ADRIANA APARECIDA GOMES	933.516.749-53
062	GREICY BRUSCHI CARINHATO	076.425.369-76
070	DILCE CENDRON STIRMA	753.551.599-15
080	JOSIENE FRANCISCA DA SILVA	039.598.874-85
083	FERNANDA CAMPAGNIN BATISTA	026.617.269-50
089	GEVERSON LUIZ RODRIGUES BATISTA	006.396.670-07
091	JULIANA CRISTINA PETRY	065.659.369-51
096	CRISTIANA APARECIDA SACHT	041.299.789-42

110	SIBELI APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA GRANDO	008.570.919-05
122	MARIANA MARILIA SAVIAN BRIDI	056.729.689-02
136	ALESSANDRA FATIMA LOPES	005.518.249-64
153	DEBORA JUSIMEIA VOLFE	043.822.599-67
165	CLOVIS BENETTI	006.742.009-50
168	FABIANA MARTINS VENTURA	060.577.239-88
174	LUCIANE RABUSKE	049.919.059-90
184	ANDREIA REGINA BOEIRA	003.800.369-40
185	ANA KOZAK	917.704.409-68
195	ELIANA SILVA DA SILVA	007.139.561-00
216	MARIA ELENA ARCONTI	006.874.599-07
247	MARCIO DIAS BARBOSA	945.964.410-49
252	IZABEL DE GOES	967.129.379-49
253	RAQUEL DE GOES	046.622.349-80
271	SIMONE ROSANGELA ALVES DE PAULA	944.591.429-53
274	JUCÉLIA FABRICIO DONATTI	794.011.209-00
278	SANDRA REGINA DOS SANTOS PRIMON	765.784.539-20
281	MARILENE MELO CORREA ZANCANELLI	846.028.059-49
339	JUSSARA RODRIGUES DE MORAES	006.336.859-50
TOTAL DO CARGO: 30 CANDIDATOS		

CARGO: MOTORISTA I

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	CPF
006	PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS	022.595.629-22
026	CHARLES GRIGOLO	081.501.169-58
036	FERNANDO IRINEU BERTO	076.441.639-13
038	ALEXANDRE DAVI ALVES CORREA	064.133.119-32
043	VALDOIR POSANSKI BRAMBILA	053.407.089-26
045	RAFAEL SOARES	949.631.509-72
046	IDINARTE JOÃO ALVES	760.728.789-20
048	DELMAR ANTONIO FARIAS	551.159.009-63
053	CRISTIANO MARTINS VENTURA	008.787.459-80
059	MOISES GIOVANI OLIVEIRA ALVES	005.389.539-85
060	GLAUCIO DE OLIVEIRA	049.723.719-94
066	ROBERTO NUNES DOS SANTOS	006.339.919-96
067	MARIZA WILMSEN	023.432.399-08
069	MARCIO OGLIARI	035.856.177-90
075	JUCINEIA PERETTI	051.947.839-81
084	DIEGO DE OLIVEIRA CARVALHO	062.327.299-78
088	LUCIANE LOCATELLI	017.795.949-50
092	DARCI PAULINO PADILHA ROBERTI	933.528.169-72
099	ADIEL GARCIA FARIAS	066.139.099-39
114	SILVIO CESAR ORSO	776.567.419-68
115	ALISON LUIZ SANTOS	094.974.519-70
119	ALEXANDRE TADEU MATTANA	067.635.339-85
131	SANDRA REGINA SOARES	533.483.209-25
133	LEONARDO ZANIN	060.543.309-77
134	RONALDO MELO SALVIANO	039.097.566-46
148	LEANDRO PEREIRA	053.420.799-50
149	RAFAEL CANALLI	057.868.759-38

155	LUCIMAR OGLIARI	086.389.769-09
156	MARCIO GERALDO DA SILVA	792.663.209-00
157	NELSON COLETT	039.924.539-10
163	ANDRE SPECART BOEIRA	068.022.169-73
164	ELUSA APARECIDA MACHADO	800.167.829-68
167	EMILIO ZIMMER DE SÁ	075.331.869-58
169	SILVIANI DAROL	066.698.209-09
170	LUCAS SASSO	404.296.912-97
176	JOEL ALVES DE OLIVEIRA	765.781.949-91
179	VALDAIR ALVES DE SOUZA	800.370.549-53
191	IZAÍAS GONÇALVES	006.749.499-43
194	JUVENTINO CORDEIRO	749.876.409-10
200	VALDECIR ALVES DE SOUZA	813.705.129-53
202	CLAUDEMIR MEIRA	963.723.039-49
203	JOSE FILADELFO FERREIRA	057.478.449-70
206	ANTONIO FERREIRA GONÇALVES	065.115.099-07
207	LEONARDO CORDEIRO	084.226.339-06
210	MARCOS JOSÉ DOMINGUES DE SOUZA	023.008.799-05
212	FRANCISCO EDIMAR BERGAMO	482.779.839-72
215	MAURICIO DA SILVA	055.188.489-43
232	ANDERSON DE LIMA	045.251.799-02
237	JULIANA APARECIDA MARTINS DA COSTA	041.492.639-06
241	MIGUEL CRISTIANO BARBOSA	071.959.129-57
246	CLAUDINEI FERMINO DOS SANTOS	016.412.459-48
254	VALDIR FOSCHIERA	831.483.539-00
256	DOUGLAS MICHELON CORREA DOS SANTOS	050.430.159-42
262	JEAN RENATO PASQUALIN	059.749.569-66
263	MARLEI TEREZINHA RIGO PERAZZOLI	001.144.679-00
273	CLAUDEMIR JOSÉ CASAGRANDE	590.319.059-68
277	BRUNO MANENTTI	072.009.889-01
282	ALEXANDRE DE COSTA MENEGUZZI	061.700.159-69
286	SIDEMAR ALESANDRO BORGES	040.775.659-01
287	MARCIO GIORGIO RAMOS	004.445.059-11
300	LEONARDO TIBES DOS SANTOS	053.548.049-06
302	HEBER WALBER RIBEIRO DOS SANTOS	005.748.119-90
316	AIRTO GONCALVES PADILHA	619.707.789-20
325	JÉSSICA APARECIDA STRAPAZZON	085.816.929-07
TOTAL DO CARGO: 64 CANDIDATOS		

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS INSCRITOS	CPF
008	TEREZINHA FLÁVIA FEITEN KLEIN	518.240.519-72
016	INGRIDY SOARES DA SILVA SIQUEIRA DE ASSUNÇÃO	105.182.579-24
025	DIRLEI ZUFFO	460.990.699-68
029	ALESSANDRA GOMES DE GOIS	057.139.599-61
032	DELAIZE TRINDADE	057.478.529-90
054	MARCIA DE MATTOS FONGARO	151.117.088-39
056	NEUSELI RODRIGUES DA CRUZ	712.953.649-72

057	MARCIA SILVEIRA DE AVILA	007.653.279-88
078	MARLENE SALETE DALLPOSSO	629.340.669-91
081	CENIRA PIRES	006.956.419-13
082	ROSANE ATT	060.476.289-58
086	SILVIA PRADO DA SILVA	005.655.119-39
103	MARIA INES SOARES	070.833.069-07
105	NEUZA APARECIDA SYCHOCKI	621.186.689-53
144	ROSANA EVA DE OLIVEIRA	877.061.051-72
175	GIZELAINA MARIA DE ANDRADE	023.497.069-31
178	ALESSANDRA SILVANA DIAS	047.477.829-07
186	ELIANE PASQUAL RODRIGUES	022.441.749-56
188	JUSSARA MENIN LOCATELLI	944.565.269-04
193	ADRIANA APARECIDA ROSA	794.257.479-20
209	JUCELIA ALMEIDA DE SOUZA	949.601.199-34
228	LUCIA PANATTA BROLESE	019.035.019-97
233	TAIOMARA CRISTINA ROSA POCERA	093.781.989-10
242	JULIANA CEZARIO GOMES DE MATTOS	030.036.991-30
249	MARIA IRENE RODRIGUES DA SILVA KOEHLER	539.153.729-00
258	ADRIANE LENICE DAL BOSCO	008.553.059-08
260	KRISLEY KOEHLER	072.527.759-92
264	FERNANDO PEREIRA DA SILVA	006.450.589-80
268	TATIANE APARECIDA BROLESE	086.534.659-36
269	DAYANE DEICKE	049.432.069-99
290	PATRICIA DA SILVA ANTONOVICZ	009.707.769-00
295	VANEZA QUADROS DE GOIS	041.147.599-13
297	JAINE COSTA	094.645.279-27
303	NOELI MARIA SCHULTZ	433.365.159-04
304	ANDRESSA SCHULTZ	088.147.739-71
313	GENTILA BRIGIDA SCUCIATO	478.914.919-68
320	SONIA MARIA PARANNA	642.641.819-68
323	MARLUCI PARANNA	067.073.499-37
324	PRISCILA LOPES CARDOSO	075.611.079-35
335	MONALISA CHAVES MARTINS	069.635.299-06
338	TEREZINHA LOPES CARDOZO	731.390.509-25
345	MARCELA SILVA RUFINO	122.385.717-44

TOTAL DO CARGO: 42 CANDIDATOS

TOTAL GERAL DE INSCRITOS: 204 CANDIDATOS

ANEXO II DISTRIBUIÇÃO DOS CARGOS POR SALAS

NÚMERO DA SALA	CARGOS	CANDIDATOS PELO Nº DE INSCRIÇÃO
1	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO	004 a 037
	NUTRICIONISTA	Todos

2	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	008 a 086
	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO	094 a 341
	TERAPEUTA OCUPACIONAL	Todos
3	MOTORISTA I	300 a 325
	FISIOTERAPEUTA	Todos
4	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Todos
5	MOTORISTA I	006 a 157
6	MOTORISTA I	163 a 287
7	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	103 a 345

ANEXO III DISTRIBUIÇÃO DOS CANDIDATOS POR SALAS (ENSALAMENTO)

SALA 1

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CARGOS
004	FABÍOLA BARBIERI	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
011	DAYANE FRANÇA	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
012	TALITA MARIA DA ROSA	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
018	CAMILA ZANOTTI	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
037	CAMILLE GOMES TORQUATTO	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
009	TUANE CRISTINE SAVIAN	NUTRICIONISTA
028	RAFAELA SCHINDLER	NUTRICIONISTA
030	VANESSA BARBIERI	NUTRICIONISTA
033	ROSANA CLAUDIA TORQUATTO KOLBERG	NUTRICIONISTA
039	IZABELA ANSILIERO	NUTRICIONISTA
040	MARINA WERNER	NUTRICIONISTA
049	DAYANE FISCHER	NUTRICIONISTA
055	FERNANDA PALOSCHI	NUTRICIONISTA
065	TATIANE CRISTINA BIAVA	NUTRICIONISTA
076	LENISE REGINA ZANCHET CAMILLOTTI	NUTRICIONISTA
085	SARAJANE HELENA PAZIN	NUTRICIONISTA
093	GISELI CERON	NUTRICIONISTA
098	TAINÁ TESSARI	NUTRICIONISTA
125	THAIS MARIANI BEE	NUTRICIONISTA
126	LETÍCIA RAQUEL BOM	NUTRICIONISTA
132	ALINE ZAMBONI	NUTRICIONISTA

183	DAMIANE BRESCIANI RINALDI	NUTRICIONISTA
189	ANA CLAUDIA LUNELLI MORO	NUTRICIONISTA
198	JOANA DA ROCHA SCHREINER	NUTRICIONISTA
222	MARIANA FERNANDES DOS SANTOS	NUTRICIONISTA
226	DEISI CARELLI VANZ	NUTRICIONISTA
315	KARINE SILVESTRIN	NUTRICIONISTA
318	RAFAELA DALL ASTA	NUTRICIONISTA
337	LAIZE SOUTHER CENDRON	NUTRICIONISTA
TOTAL DA SALA: 29 CANDIDATOS		

SALA 2

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CARGOS
008	TEREZINHA FLÁVIA FEITEN KLEIN	AUX. SERVIÇOS GERAIS
016	INGRIDY SOARES DA SILVA SIQUEIRA DE ASSUNÇÃO	AUX. SERVIÇOS GERAIS
025	DIRLEI ZUFFO	AUX. SERVIÇOS GERAIS
029	ALESSANDRA GOMES DE GOIS	AUX. SERVIÇOS GERAIS
032	DELAIZE TRINDADE	AUX. SERVIÇOS GERAIS
054	MARCIA DE MATTOS FONGARO	AUX. SERVIÇOS GERAIS
056	NEUSELI RODRIGUES DA CRUZ	AUX. SERVIÇOS GERAIS
057	MARCIA SILVEIRA DE AVILA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
078	MARLENE SALETE DALLPOSSO	AUX. SERVIÇOS GERAIS
081	CENIRA PIRES	AUX. SERVIÇOS GERAIS
082	ROSANE ATT	AUX. SERVIÇOS GERAIS
086	SILVIA PRADO DA SILVA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
094	DANIELLE KOBRYN	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
101	DANIÉLA PEGORARO DAL BOSCO	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
102	THAIS CAMILA BRANDALISE BOGONI	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
111	LILIANE APARECIDA BOAVENTURA	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
172	LIDIANE STEDILLE	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
181	CATIANE PAPINI	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
182	RAQUEL ANTON	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
213	DANIEL SEMANN KIM	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
223	KATIANA FIORELLI	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
238	BIBIANA PAULA DAMBRÓS	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
239	SANDRA ZONTA	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
245	MAURICIO DAL BELLO	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
301	FRANCINI EVA FIORESE GHELLER	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
340	RUHAN GUILHERME FLORES	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
341	CAMILA GIROTTO	BIOQUÍMICO FARMACÊUTICO
010	CÍNTIA CAROLINE ORLANDINI CARDOSO	TERAPEUTA OCUPACIONAL
220	GISLAINE RISSI CARELLE	TERAPEUTA OCUPACIONAL

TOTAL DA SALA: 29 CANDIDATOS

SALA 3

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CARGOS
300	LEONARDO TIBES DOS SANTOS	MOTORISTA I
302	HEBER WALBER RIBEIRO DOS SANTOS	MOTORISTA I
316	AIRTO GONCALVES PADILHA	MOTORISTA I
325	JÉSSICA APARECIDA STRAPAZZON	MOTORISTA I
100	JULIANA POSSENTI	FISIOTERAPEUTA
106	CRISTINA BALEN	FISIOTERAPEUTA
120	PÂMELA RAFAELA SOARES RIBAS	FISIOTERAPEUTA
187	ISABEL FRASSON	FISIOTERAPEUTA
197	ANDRESSA APARECIDA L DE SOUZA	FISIOTERAPEUTA
205	MONALISA SCOLARO	FISIOTERAPEUTA
214	TATIANE DENARDI DA SILVA	FISIOTERAPEUTA
219	LUCAS GRANETTO	FISIOTERAPEUTA
227	FERNANDA BELLE	FISIOTERAPEUTA
229	RENATA MAGNANI FOLGIATTO	FISIOTERAPEUTA
231	TALITA BARZOTTO	FISIOTERAPEUTA
243	DAIANE HERCÍLIA SOTT	FISIOTERAPEUTA
248	DENIZE TRINDADE	FISIOTERAPEUTA
272	MARIANA HELENA DOS SANTOS	FISIOTERAPEUTA
279	MIRIAN MUNCINELLI DE SOUZA	FISIOTERAPEUTA
283	ALINE PEDROSO	FISIOTERAPEUTA
284	CAMILA CORREA DOS ANJOS	FISIOTERAPEUTA
293	VANESSA DALLAZEM MORESCO	FISIOTERAPEUTA
312	JÉSSICA TONIN	FISIOTERAPEUTA
317	KELLY BELON VALDAMERI	FISIOTERAPEUTA
331	KEIZIAN ECKEL TATARA	FISIOTERAPEUTA
336	REGIS OLIVEIRA BARETTA JUNQUEIRA DE CARVALHO	FISIOTERAPEUTA
TOTAL DA SALA: 26 CANDIDATOS		

SALA 4

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CARGO
001	RAFAELA BUENO DE OLIVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
007	VANESSA RIBEIRO SILVEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
020	FLÁVIO ROSA DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
034	ADRIANA APARECIDA GOMES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
062	GREICY BRUSCHI CARINHATO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
070	DILCE CENDRON STIRMA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

080	JOSIENE FRANCISCA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
083	FERNANDA CAMPAGNIN BATISTA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
089	GEVERSON LUIZ RODRIGUES BATISTA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
091	JULIANA CRISTINA PETRY	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
096	CRISTIANA APARECIDA SACHT	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
110	SIBELI APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA GRANDO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
122	MARIANA MARILIA SAVIAN BRIDI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
136	ALESSANDRA FATIMA LOPES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
153	DEBORA JUSIMEIA VOLFE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
165	CLOVIS BENETTI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
168	FABIANA MARTINS VENTURA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
174	LUCIANE RABUSKE	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
184	ANDREIA REGINA BOEIRA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
185	ANA KOZAK	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
195	ELIANA SILVA DA SILVA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
216	MARIA ELENA ARCONTI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
247	MARCIO DIAS BARBOSA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
252	IZABEL DE GOES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
253	RAQUEL DE GOES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
271	SIMONE ROSANGELA ALVES DE PAULA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
274	JUCÉLIA FABRICIO DONATTI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
278	SANDRA REGINA DOS SANTOS PRIMON	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
281	MARILENE MELO CORREA ZANCANELLI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
339	JUSSARA RODRIGUES DE MORAES	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
TOTAL DA SALA: 30 CANDIDATOS		

SALA 5

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CARGO
006	PAULO ROBERTO DA SILVA CAMPOS	MOTORISTA I
026	CHARLES GRIGOLO	MOTORISTA I
036	FERNANDO IRINEU BERTO	MOTORISTA I
038	ALEXANDRE DAVI ALVES CORREA	MOTORISTA I
043	VALDOIR POSANSKI BRAMBILA	MOTORISTA I
045	RAFAEL SOARES	MOTORISTA I
046	IDINARTE JOÃO ALVES	MOTORISTA I
048	DELMAR ANTONIO FARIAS	MOTORISTA I
053	CRISTIANO MARTINS VENTURA	MOTORISTA I

059	MOISES GIOVANI OLIVEIRA ALVES	MOTORISTA I
060	GLAUCIO DE OLIVEIRA	MOTORISTA I
066	ROBERTO NUNES DOS SANTOS	MOTORISTA I
067	MARIZA WILMSEN	MOTORISTA I
069	MARCIO OGLIARI	MOTORISTA I
075	JUCINEIA PERETTI	MOTORISTA I
084	DIEGO DE OLIVEIRA CARVALHO	MOTORISTA I
088	LUCIANE LOCATELLI	MOTORISTA I
092	DARCI PAULINO PADILHA ROBERTI	MOTORISTA I
099	ADIEL GARCIA FARIAS	MOTORISTA I
114	SILVIO CESAR ORSO	MOTORISTA I
115	ALISON LUIZ SANTOS	MOTORISTA I
119	ALEXANDRE TADEU MATTANA	MOTORISTA I
131	SANDRA REGINA SOARES	MOTORISTA I
133	LEONARDO ZANIN	MOTORISTA I
134	RONALDO MELO SALVIANO	MOTORISTA I
148	LEANDRO PEREIRA	MOTORISTA I
149	RAFAEL CANALLI	MOTORISTA I
155	LUCIMAR OGLIARI	MOTORISTA I
156	MARCIO GERALDO DA SILVA	MOTORISTA I
157	NELSON COLETT	MOTORISTA I
TOTAL DA SALA: 30 CANDIDATOS		

SALA 6

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CARGO
163	ANDRE SPECART BOEIRA	MOTORISTA I
164	ELUSA APARECIDA MACHADO	MOTORISTA I
167	EMILIO ZIMMER DE SÁ	MOTORISTA I
169	SILVIANI DAROL	MOTORISTA I
170	LUCAS SASSO	MOTORISTA I
176	JOEL ALVES DE OLIVEIRA	MOTORISTA I
179	VALDAIR ALVES DE SOUZA	MOTORISTA I
191	IZAÍAS GONÇALVES	MOTORISTA I
194	JUVENTINO CORDEIRO	MOTORISTA I
200	VALDECIR ALVES DE SOUZA	MOTORISTA I
202	CLAUDEMIR MEIRA	MOTORISTA I
203	JOSE FILADELFO FERREIRA	MOTORISTA I
206	ANTONIO FERREIRA GONÇALVES	MOTORISTA I
207	LEONARDO CORDEIRO	MOTORISTA I
210	MARCOS JOSÉ DOMINGUES DE SOUZA	MOTORISTA I
212	FRANCISCO EDIMAR BERGAMO	MOTORISTA I
215	MAURICIO DA SILVA	MOTORISTA I
232	ANDERSON DE LIMA	MOTORISTA I
237	JULIANA APARECIDA MARTINS DA COSTA	MOTORISTA I
241	MIGUEL CRISTIANO BARBOSA	MOTORISTA I
246	CLAUDINEI FERMINO DOS SANTOS	MOTORISTA I
254	VALDIR FOSCHIERA	MOTORISTA I
256	DOUGLAS MICHELON CORREA DOS SANTOS	MOTORISTA I
262	JEAN RENATO PASQUALIN	MOTORISTA I
263	MARLEI TEREZINHA RIGO PERAZZOLI	MOTORISTA I

273	CLAUDEMIR JOSÉ CASAGRANDE	MOTORISTA I
277	BRUNO MANENTTI	MOTORISTA I
282	ALEXANDRE DE COSTA MENEGUZZI	MOTORISTA I
286	SIDEMAR ALESANDRO BORGES	MOTORISTA I
287	MARCIO GIORGIO RAMOS	MOTORISTA I
TOTAL DA SALA: 30 CANDIDATOS		

SALA 7

Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATOS	CARGO
103	MARIA INES SOARES	AUX. SERVIÇOS GERAIS
105	NEUZA APARECIDA SYCHOCKI	AUX. SERVIÇOS GERAIS
144	ROSANA EVA DE OLIVEIRA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
175	GIZELAINE MARIA DE ANDRADE	AUX. SERVIÇOS GERAIS
178	ALESSANDRA SILVANA DIAS	AUX. SERVIÇOS GERAIS
186	ELIANE PASQUAL RODRIGUES	AUX. SERVIÇOS GERAIS
188	JUSSARA MENIN LOCATELLI	AUX. SERVIÇOS GERAIS
193	ADRIANA APARECIDA ROSA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
209	JUCELIA ALMEIDA DE SOUZA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
228	LUCIA PANATTA BROLESE	AUX. SERVIÇOS GERAIS
233	TAIOMARA CRISTINA ROSA PO-CERA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
242	JULIANA CEZARIO GOMES DE MATTOS	AUX. SERVIÇOS GERAIS
249	MARIA IRENE RODRIGUES DA SILVA KOEHLER	AUX. SERVIÇOS GERAIS
258	ADRIANE LENICE DAL BOSCO	AUX. SERVIÇOS GERAIS
260	KRISLEY KOEHLER	AUX. SERVIÇOS GERAIS
264	FERNANDO PEREIRA DA SILVA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
268	TATIANE APARECIDA BROLESE	AUX. SERVIÇOS GERAIS
269	DAYANE DEICKE	AUX. SERVIÇOS GERAIS
290	PATRICIA DA SILVA ANTONOVICZ	AUX. SERVIÇOS GERAIS
295	VANEZA QUADROS DE GOIS	AUX. SERVIÇOS GERAIS
297	JAINE COSTA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
303	NOELI MARIA SCHULTZ	AUX. SERVIÇOS GERAIS
304	ANDRESSA SCHULTZ	AUX. SERVIÇOS GERAIS
313	GENTILA BRIGIDA SCUCIATO	AUX. SERVIÇOS GERAIS
320	SONIA MARIA PARANNA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
323	MARLUCI PARANNA	AUX. SERVIÇOS GERAIS
324	PRISCILA LOPES CARDOSO	AUX. SERVIÇOS GERAIS
335	MONALISA CHAVES MARTINS	AUX. SERVIÇOS GERAIS
338	TEREZINHA LOPES CARDOZO	AUX. SERVIÇOS GERAIS
345	MARCELA SILVA RUFINO	AUX. SERVIÇOS GERAIS
TOTAL DA SALA: 30 CANDIDATOS		

Publicado em 19 de setembro de 2014
SIGMA Assessoria e Consultoria

Pregão Presencial Nº 131/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 131/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, COM PEDIDOS PARCELA- DOS, DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO PARA SEREM INSTALADOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: ME- NOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELO- PES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 20/10//2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 18 de Setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 130/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATA- ÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER LOCAL (PISCINA E CANCHA DE BOLÃO) PARA PRÁTICA DE ATIVIDADES ESPOSITIVAS. PARA OS ORGÃO PARTICIPANTES DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL E FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CRE- DENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 02/10//2014. Aber- tura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 18 de Setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2014 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 02/2014-PMV. 1. REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE SERRA CIRCULAR ESQUADREJADEIRA PARA FABRICAÇÃO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MÓVEIS NAS UNIDADES ESCOLARES E NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO IN- FANTIL, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 18/09/2014 a partir das 08:00 h. ao dia 17/10/2014 às 13:59 h. Abertura das propostas: dia 17/10/2014, às 14:00 h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br e/ou www.cidadecompras.com.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do tele- fone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 18 de Setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 129/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRUPO FOCAL SEMAFÓRICO CONVENCIONAL, CONJUNTO ÓPTICO A LED VEICULAR, CONJUNTO ÓPTICO A LED PEDESTRES, PARA SEREM INSTALADOS NAS RUAS CENTRAIS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 16/10//2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de Setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 11.271/14

DECRETO N.º 11.271/14, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a regulamentação do Sistema Rotativo de Estacionamento em ruas, vias e logradouros públicos no Município de Videira, instituído pela Lei nº 931/01 e dá outras providências.

WILMAR CARELLI, Prefeito Municipal de Videira, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, IX e o art. 203 da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 24, X do Código de Trânsito Brasileiro, com as Resoluções nº 303 e 304 do CONTRAN, e de conformidade com as disposições legais vigentes;

DECRETA

Art. 1º O Sistema de Estacionamento Rotativo criado pela Lei nº 931/01, de 18 de outubro de 2001, reger-se-á pelas disposições contidas neste Decreto.

Parágrafo Único - Compreende-se como Estacionamento Rotativo a área de estacionamento rotativo identificadas mediante sinalização específica implantada nas ruas, vias e logradouros públicos, definidos neste Decreto, mediante a observância de determinadas condições e o pagamento de preço público estabelecido para sua ocupação.

Art. 2º O Estacionamento Rotativo será operado sob regime de concessão onerosa, mediante prévia licitação.

§1º A concessão do serviço de que trata este Decreto reger-se-á pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, e suas alterações, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, da Lei Municipal nº 931, de 18 de outubro de 2001, e suas alterações, pela presente regulamentação, pelo respectivo Edital de Concorrência Pública, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas do indispensável contrato.

§2º A concessão será outorgada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal e formalizada em conformidade com o art. 4º da

Lei Federal nº 8.987/95.

§3º O serviço concedido ficará sujeito à regulamentação e fiscalização do Poder Público, que poderá retomar sua execução quando a concessionária deixar de atender satisfatoriamente, aos fins ou às condições do contrato.

Art. 3º O prazo de concessão para a gestão das áreas de estacionamento rotativo de que trata o artigo anterior será de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual ou inferior período, em conformidade com os critérios no edital de licitação.

Art. 4º A utilização do estacionamento rotativo, somente será permitida por meio de cartão-horário, ou outro sistema que venha a ser adotado pelo Poder Executivo, e compreenderá períodos de 30 (trinta) minutos, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 2 (duas) horas, de 01 (uma) hora podendo ser prorrogado uma única vez e 02 (duas) horas, vedada a sua prorrogação.

§1º O cartão-horário de estacionamento, aprovado pelo Poder Executivo Municipal, conterá, obrigatoriamente:

I - a identificação da concessionária;

II - uma parte fixa, com preço e número de série de impressão;

III - campos com calendários:

a) ano;

b) meses - de janeiro a dezembro;

c) dias do mês - de 01 (um) a 31 (trinta e um).

IV - campos com horários:

a) horas - de 08:00h (oito horas) às 18:00h (dezoito horas), de 01 (uma) em 01 (uma) hora;

b) minutos - de 00 min. (zero minutos) a 55 min. (cinquenta e cinco minutos), de 05 (cinco) em 05 min. (cinco minutos).

V - citação da legislação que rege o sistema;

VI - a inscrição "SISTEMA DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO";

VII - endereço e telefone para informações e reclamações aos usuários;

VIII - orientações básicas de uso para os usuários.

§2º O modelo do cartão-horário poderá sofrer alterações com vistas ao seu aperfeiçoamento, sendo garantida, no entanto, a sua substituição pelo novo modelo em vigor, sem ônus para o usuário, o qual deverá ser identificado pelo nome completo e número de documento de identificação no ato da troca, por período nunca inferior a 30 (trinta) dias, contados a partir da implantação do novo modelo.

§3º A concessionária deverá, as suas expensas e por sua conta e risco, dispor de funcionários devidamente identificados e uniformizados, para certificar-se da correta utilização do cartão-horário.

§4º A empresa que venha a explorar o Sistema de Estacionamento Rotativo deverá destinar 01 (um(a)) orientador(a) para cada 50 (cinquenta) vagas nas vias de menor movimento, 01 (um(a)) orientador(a) pra cada 35 (trinta e cinco) vagas nas vias de maior movimento, e 02 (dois(uas)) supervisores(as) pra todas as vias.

§5º Os(as) orientadores(as) e supervisores(as) de que trata o parágrafo anterior deverão estar devidamente cadastrados pela empresa concessionária junto ao Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI.

Art. 5º A concessionária deverá, sem ônus para o Município, fornecer, instalar, conservar e substituir os equipamentos empregados no sistema e a sinalização viária regulamentadora do estacionamento, bem como realizar todas as obras que se fizerem necessárias à operação da concessão.

§1º Os locais designados para o funcionamento do estacionamento Rotativo deverão ser identificados com as placas de estacionamento regulamentado, definidas no Código de Trânsito Brasileiro, acrescidas das informações complementares relacionadas com as condições de estacionamento, colocadas em placas adicionais abaixo do sinal de regulamentação, ou a este incorporada, formando uma só placa, conforme normas e especificações do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

§2º Ao final do prazo da concessão todas as placas de regulamentação utilizadas na operação dos estacionamentos reverterão para o Poder Público, sem qualquer ônus ao erário.

Art. 6º O preço público pelo estacionamento nas áreas do Sistema de Estacionamento Rotativo será estabelecido por decreto, com base na proposta vencedora da concorrência para a concessão do serviço e somente poderá ser reajustada anualmente e de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou por outro índice definido pelo Poder Executivo.

Art. 7º A empresa concessionária que venha explorar o Sistema de Estacionamento Rotativo, destinará mensalmente ao Município, no mínimo 10% (dez por cento) do montante total arrecadado ou percentual a maior, conforme resultado em processo licitatório próprio.

§ 1º O Município repassará mensalmente o percentual de 10% (dez por cento) à entidade assistencial a ser definida pelo Poder Executivo Municipal.

§ 2º A entidade assistencial apresentará prestação de contas dos valores recebidos.

§ 3º Os novos repasses ficarão condicionados à aprovação, pela Municipalidade, das prestações de contas apresentadas.

Art. 8º A concessionária deverá prestar serviços adequados ao pleno atendimento aos usuários do sistema.

Art. 9º A utilização da vaga será feita mediante cartão-horário, de segunda a sexta-feira, das 08:30h (oito horas e trinta minutos) às 11:45h (onze horas e quarenta e cinco minutos) e das 13:30h (treze horas e trinta minutos) às 17:45h (dezesete horas e quarenta e cinco minutos) e nos sábados das 08:30h (oito horas e trinta minutos) às 11:45h (onze horas e quarenta e cinco minutos), exceto os casos de isenção previstos neste Decreto.

§1º Diante de alteração dos horários de prestação de serviços das atividades econômicas, especialmente as de caráter comercial, e por razões de conveniências administrativas, a critério do Poder Executivo, poderão ser modificados os períodos de estacionamento regulamentado.

§2º O estacionamento será isento de pagamento de preço público de segunda a sexta-feira, correspondente ao horário de almoço das 11:45h (onze horas e quarenta e cinco minutos) às 13:30h

(treze horas e trinta minutos), aos domingos e feriados em todo período; aos sábados das 11:45h (onze horas e quarenta e cinco minutos) às 24:00 (vinte e quatro horas); e nos demais dias da semana das 17:45h (dezesete horas e quarenta e cinco minutos) às 08:30h (oito horas e trinta minutos)

Art.10 As áreas do estacionamento rotativo controlado, terão as seguintes denominações:

I - Zona Azul - Destinada ao estacionamento de veículos de passageiros, veículos de carga de capacidade de até 10 toneladas e motocicletas, em região de alta demanda de utilização de vagas do sistema;

II - Zona Verde - Destinada ao estacionamento de veículos de passageiros, veículos de carga de capacidade de até 10 toneladas e motocicletas, em região periférica do sistema, com grande demanda de utilização de vagas do sistema.

Art. 11 São os seguintes os períodos máximos de estacionamento:

I - Zona Azul:

a) 30 (trinta) minutos contínuos, podendo ser prorrogado até o limite máximo de 2 (duas) horas;

b) 01:00 (uma) hora contínua, podendo ser prorrogada uma única vez, até o limite máximo de 2 (duas) horas;

c) 02:00 (duas) horas contínuas, vedada sua prorrogação, correspondendo ao uso de 01 (um) cartão de 02:00 (duas) horas.

II - Zona Verde: 01 (um) período contínuo, matutino ou vespertino, correspondendo ao uso de 1 (um) cartão de 01 (um) período.

Art. 12 As vias e logradouros públicos pertencentes ao Sistema de Estacionamento Rotativo controlado são as que se seguem:

Zona Azul

INDICAÇÃO	VIA/ LOGRADOURO	TRECHO
1-A	Rua Saul Brandalise	Da Avenida Dom Pedro II até o entroncamento com a Rua Veneriano dos Passos
2-A	Avenida Dom Pedro II	Da Rua Brasil até o nº 700 (entroncamento com a Rua Benjamin Grazziotin)
3-A	Rua Pedro Andreazza	Toda a Extensão
4-A	Rua Coronel Alberto Schmidt	Toda a Extensão
5-A	Rua XV de Novembro	Da Rua Bom Sucesso até o entroncamento com a Rua Marechal Floriano Peixoto
6-A	Rua Benjamin Grazziotin	Toda a Extensão
7-A	Rua Padre Anchieta	Da Rua Saul Brandalise até o entroncamento com a Rua Victor Meirelles
8-A	Rua Brasil	Da Avenida Dom Pedro II e até o entroncamento com a Rua Veneriano dos Passos
9-A	Rua Oswaldo Cruz	Da Rua Brasil até o nº 109
10-A	Avenida Antônio Nico Fávero	Da Praça Nereu Ramos até o entroncamento com a Travessa Nestor Fernandes
11-A	Rua Luiz Ferlin Sênior	Da Rua Saul Brandalise até o entroncamento com a Rua Veneriano dos Passos
12-A	Rua Santa Catarina	Toda a Extensão

13-A	Rua 7 de Setembro	Toda a Extensão
14-A	Rua Duque de Caxias	Toda a Extensão
15-A	Rua Bom Sucesso	Toda a Extensão
16-A	Rua Nicolau Cavan	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Ponte Cezar Carelli

Zona Verde

INDICAÇÃO	VIA/ LOGRADOURO	TRECHO
1-V	Rua Veneriano dos Passos	Toda a Extensão
2-V	Rua Marechal Floriano Peixoto	Da Rua XV de Novembro até o entroncamento com a Rua Bom Sucesso
3-V	Rua Brasil	Da Rua Veneriano dos Passos até o entroncamento com a Rua Coronel Fagundes
4-V	Rua Coronel Fagundes	Da Rua Brasil até o entroncamento com a Rua Dr. Arlindo de Mattos
5-V	Rua Bulcão Viana	Da Rua XV de Novembro até o entroncamento com a Rua Brasil Viana
6-V	Rua Lauro Muller	Toda a Extensão
7-V	Rua Alberto Zoller	Da Rua Lauro Muller até o nº 264 (entroncamento com a Avenida Manoel Roque)
8-V	Rua Luiz Ferlin Sênior	Da Rua Veneriano dos Passos até o entroncamento com a Rua Coronel Fagundes

§1º Até disposição em contrário fica dispensado o pagamento nas vagas rotativas, compreendidas pela Zona Verde.

§2º A critério da municipalidade, e atendendo as necessidades técnicas, conveniência e oportunidade para eficiência do Sistema, poderá o mesmo sofrer acréscimos ou supressões de vias, ruas e logradouros.

§3º As áreas de estacionamento deverão estar devidamente identificadas através de sinalização própria prevista no parágrafo primeiro do artigo 5º deste Decreto, as quais serão usufruídas mediante o pagamento de preço público, observadas as disposições deste regulamento.

§4 Para efeitos deste Decreto, considera-se como vias de maior movimento a Rua Saul Brandalise, Rua Pedro Andreazza e Rua XV de Novembro; as demais vias serão consideradas como de menor movimento.

Art. 13 Para a utilização do Estacionamento Rotativo deverão ser observadas as seguintes disposições:

I - o veículo deverá ser posicionado no sentido do fluxo, paralelo ao bordo da pista de rolamento, e junto à guia da calçada (meio-fio), respeitando os limites estabelecidos pela demarcação individual de vaga disposta através de sinalização horizontal específica, admitidas as exceções devidamente sinalizadas.

II - o veículo cujas dimensões excedam a demarcação viária estabelecida para uma vaga de estacionamento, pagará o correspondente ao número de vagas ocupadas.

III - O proprietário ou condutor deverá deixar o cartão-horário de estacionamento sobre o painel do veículo, ou em qualquer lugar visível, objetivando facilitar a ação da fiscalização.

IV - as motocicletas e similares deverão ser estacionadas nos locais especificadamente demarcados e sinalizados para tal finalidade e para este tipo exclusivo de veículo, ficando até disposição em contrário, dispensado o pagamento nas vagas rotativas.

§1º As motocicletas e similares estacionadas em local diverso daquele previamente estabelecido ficará obrigada ao pagamento do respectivo preço público correspondente a uma vaga normal de estacionamento regulamentado.

§2º A operação em área específica de carga e descarga está disciplinada na Lei Municipal nº 2.301/10, e suas alterações, e será regulamentada por intermédio de sinalização específica, mas será considerado estacionamento, estando sujeita aos ditames deste regulamento.

§3º Considera-se estacionamento a imobilização de veículos por tempo superior ao estritamente necessário para o embarque ou desembarque de passageiros.

§4 A permanência do condutor ou de outra pessoa no interior do veículo, não desobriga o uso do cartão-horário.

Art. 14 O tempo máximo de permanência na mesma vaga é de 02:00h (duas horas) contínuas, vedada a sua prorrogação.

Art. 15 Os cartões serão comercializados em postos de vendas, devidamente identificados, na administração da empresa concessionária, por orientadoras(res) e supervisoras(res) e demais órgãos, instituições e associações devidamente credenciadas pelo Poder Executivo.

Art. 16 As exigências de preço para estacionamento de veículos não acarretará, ao Município ou a concessionária do serviço, a obrigação de guardá-los e vigiá-los, nem responsabilidade por acidentes, roubos, furtos, ou danos de qualquer espécie que estes vierem a sofrer.

Art. 17 Não estão sujeitos ao pagamento do preço público pela utilização do Estacionamento Rotativo:

I - veículos oficiais da União, dos Estados e dos Municípios;

II - veículos militares, da Marinha, do exército e da Aeronáutica;

III - veículos do Corpo de Bombeiros;

IV - ambulâncias;

V - veículos das empresas públicas prestadoras de serviços essenciais quando em serviço;

VI - veículos licenciados como carro de aluguel (táxi) quando em serviço.

§1º Não gozam da isenção de pagamento de preço público as empresas terceirizadas prestadoras dos mesmos serviços.

§2º Para os efeitos deste artigo, são considerados veículos das empresas públicas prestadoras de serviços essenciais:

a) os destinados à manutenção e reparo de redes de energia elétrica, de água e esgotos, de telecomunicações e de comunicações telefônicas;

b) os que se destinam conservação, manutenção e sinalização viária, quando a serviço do Poder Executivo;

c) os destinados ao socorro mecânico de emergência nas vias abertas à circulação pública;

d) os veículos destinados ao serviço de escolta, quando registrados

em órgão competente para tal finalidade.

§3º O tempo de permanência dos veículos constantes do §2º, alíneas "a" à "d" poderão exceder as 2 (duas) horas regulamentadas, entretanto, sempre com autorização expressa do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI, salvo nos casos de emergência.

§4º O veículo licenciado como carro de aluguel (táxi) quando em serviço fica isento do uso do cartão-horário que trata este Decreto, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos, com pisca - alerta ligado, após o qual estará o usuário sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas no CTB.

§5º De frente às farmácias, hospitais e clínicas médicas poderá ser disponibilizada 01 (uma) vaga, a critério do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI e devidamente sinalizada onde o estacionamento será isento do uso do cartão-horário que trata este Decreto, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos, com pisca - alerta ligado, após o qual estará o usuário sujeito às penalidades e medidas administrativas previstas no CTB.

§6º De frente aos estabelecimentos de ensino regular haverá vagas exclusivamente destinadas para embarque e desembarque de estudantes, observando-se as mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

Art. 18 Fica assegurada a reserva de 2% (dois por cento) do total de vagas regulamentadas pelo Estacionamento Rotativo para os veículos que transportem pessoas portadoras de necessidades especiais.

§1º Para os efeitos do presente regulamento, considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se como o meio e de utilizá-lo.

§2º A sinalização e as especificações técnicas de desenho e traçado das vagas de estacionamento de que trata este artigo deverão estar em conformidade com a NBR 9050, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, assim como as normas contidas nos manuais de sinalização aprovadas pelas resoluções nºs 180, 236 e 304 do CONTRAN.

Art. 19 Fica assegurada a reserva de 5% (cinco por cento) das vagas no Estacionamento Rotativo, para os idosos a partir dos 60 (sessenta) anos, nos termos da Lei Federal nº 10.741, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Parágrafo Único - A reserva das vagas a que se refere o caput deste artigo objetiva única e exclusivamente a acessibilidade e deverão obedecer ao disposto na resolução nº 303 do CONTRAN.

Art. 20 A utilização das vagas especialmente destinadas para veículos que transportem pessoas portadoras de necessidades especiais ou para idosos, não isenta o usuário de respeitar as demais regras estatuídas neste regulamento para o estacionamento, em especial o pagamento do preço público correspondente, a observância do prazo máximo de permanência do veículo na vaga, e a utilização do cartão-horário.

Parágrafo Único - Caberá ao Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI o cadastramento dos que necessitarem de vagas para portadores de necessidades especiais, sob condição de laudo médico e determinando o prazo permanente ou temporário, e aos idosos, bem como para ambos com a carteira de identidade e a carteira nacional de habilitação, para emissão de credencial/licença, constante dos anexos I e II, cientificando a

necessidade de utilização da vaga do sistema de estacionamento rotativo.

Art. 21 Será considerado como irregularmente estacionado o veículo com:

I - a permanência do mesmo além do tempo máximo de estacionamento autorizado;

II - a utilização do mesmo cartão-horário por mais de uma vez;

III - a anotação a lápis ou de forma incorreta, ou com dados insuficientes a fiscalização;

IV - estacionamento sem o porte do cartão-horário;

V - utilização de cartão-horário rasurado;

VI - trocar o cartão-horário, depois de expirado o tempo regulamentar máximo de permanência na mesma vaga;

VII - estacionar em local demarcado por faixas amarelas ou fora do espaço delimitado para a vaga;

VIII - estacionar ou parar o veículo em desacordo com o Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

§1º Identificadas quaisquer irregularidades na utilização do estacionamento rotativo, serão aplicadas as infrações respectivas, conforme disposto no Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

§2º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, o infrator se sujeitará às penalidades e medidas administrativas estabelecidas no artigo 181, inciso XVII, do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, instituído pela Lei Federal nº 9.503/97.

§3º Será competente para lavrar o auto de infração de trânsito prevista no §1º deste artigo, o policial militar ou, ainda, pelo servidor civil, estatutário ou celetista devidamente designado pela autoridade de trânsito do Município.

§4º Para facilitar a fiscalização e a aplicação da multa prevista no §3º deste artigo, poderá a concessionária através de seus orientadoras(res) e supervisoras(res) e às suas expensas, afixar sobre o painel do veículo, documento de aviso e/ou lembrete de irregularidade, contendo impreterivelmente a data, a hora, os dados do veículo e de quem o preencheu.

§5º Os infratores ficarão sujeitos ainda às penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro e, inclusive, quando for o caso, a imobilização e remoção do veículo para o pátio ou depósito competente.

§6º O ônus da remoção recairá sobre o proprietário do veículo removido, ressalvados os casos fortuitos.

§7º Para aplicação e cobrança da multa prevista no §1º deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, com interveniência da Polícia Militar.

Art. 22 A receita decorrente da venda de cartões-horários de estacionamento, subtraídos os valores constantes do Art. 7º deste regulamento, será destinada a cobrir os custos operacionais da concessionária.

Art. 23 As atividades de implantação, planejamento, gerenciamento e fiscalização do serviço de que trata este Decreto, será exercida pela Secretaria Municipal de Planejamento, com a colaboração

ANEXO I
DECRETO Nº 11.271/14, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

**MODELO DE CREDENCIAL/LICENÇA PARA PORTADORES DE
NECESSIDADES ESPECIAIS**

Frente da Credencial/Licença

ESTACIONAMENTO		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO	
	ESTACIONAMENTO VAGA ESPECIAL CONFORME LEI FEDERAL Nº 10.098 (RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 304/2008)		
	Nº DO REGISTRO: XX/AAAA		
	DATA DE VALIDADE: DD/MM/AAAA		
	UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SANTA CATARINA MUNICÍPIO: VIDEIRA ÓRGÃO EXPEDIDOR: ÓRGÃO DE TRÂNSITO DE VIDEIRA – ORTRAVI		
ORTRAVI			

Verso da Credencial/Licença

NOME DO BENEFICIÁRIO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.
REGRAS DE UTILIZAÇÃO
Este documento tem validade em todo o território nacional, conforme Resolução CONTRAN nº 304/2008
1. A autorização concedida por meio deste cartão somente terá validade se o mesmo for apresentado no original e preencher as seguintes condições:
1.1. Estiver colocado sobre o painel do veículo, com frente voltada para cima;
1.2. For apresentado à autoridade de trânsito ou aos seus agentes, sempre que solicitado.
2. Este cartão de autorização poderá ser recolhido e o ato da autorização suspenso ou cassado, a qualquer tempo, a critério do órgão de trânsito, especialmente se verificada irregularidade em sua utilização, considerando-se como tal, dentre outros:
2.1. O empréstimo do cartão a terceiros;
2.2. O uso de cópia do cartão, efetuada por qualquer processo;
2.3. O porte do cartão com rasuras ou falsificado;
2.4. O uso do cartão em desacordo com as disposições nele contidas ou na legislação pertinente, especialmente se constatado pelo agente que o veículo por ocasião da utilização da vaga especial, não serviu para o transporte do deficiente físico;
2.5. O uso do cartão com a validade vencida.
3. A presente autorização somente é válida para estacionar nas vagas devidamente sinalizadas com o Símbolo Internacional de Acesso, especialmente criadas pelo órgão de trânsito para esse fim.
4. Esta autorização também permite o uso em vagas de Estacionamento Rotativo Regulamentado, gratuito ou pago, sendo obrigatória a utilização conjunta do Cartão do Estacionamento, bem como a obediência às suas normas de utilização.
5. O desrespeito ao disposto neste cartão de autorização, bem como às demais regras de trânsito e a sinalização local, sujeitará o infrator as medidas administrativas, penalidades e pontuações previstas em lei.

ANEXO II
DECRETO Nº 11.271/14, DE 18 DE SETEMBRO DE 2014.

MODELO DE CREDENCIAL/LICENÇA PARA IDOSO

Frente da Credencial/Licença

ESTACIONAMENTO	 
	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO
	ESTACIONAMENTO VAGA ESPECIAL CONFORME LEI FEDERAL Nº 10.741 (RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 303/2008)
	Nº DO REGISTRO: XXX/AAAA
	DATA DE EMISSÃO: DD/MM/AAAA
	UNIDADE DA FEDERAÇÃO: SANTA CATARINA MUNICÍPIO: VIDEIRA ÓRGÃO EXPEDIDOR: ÓRGÃO DE TRÂNSITO DE VIDEIRA – ORTRAVI
	<hr style="width: 20%; margin: auto;"/> ORTRAVI

Verso da Credencial/Licença

NOME DO BENEFICIÁRIO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.
REGRAS DE UTILIZAÇÃO
Este documento tem validade em todo o território nacional, conforme Resolução CONTRAN nº 303/2008
1. A autorização concedida por meio deste cartão somente terá validade se o mesmo for apresentado no original e preencher as seguintes condições: <ul style="list-style-type: none">1.1. Estiver colocado sobre o painel do veículo, com frente voltada para cima;1.2. For apresentado à autoridade de trânsito ou aos seus agentes, sempre que solicitado.
2. Este cartão de autorização poderá ser recolhido e o ato da autorização suspenso ou cassado, a qualquer tempo, a critério do órgão de trânsito, especialmente se verificada irregularidade em sua utilização, considerando-se como tal, dentre outros: <ul style="list-style-type: none">2.1. O empréstimo do cartão a terceiros;2.2. O uso de cópia do cartão, efetuada por qualquer processo;2.3. O porte do cartão com rasuras ou falsificado;2.4. O uso do cartão em desacordo com as disposições nele contidas ou na legislação pertinente, especialmente se constatado pelo agente que o veículo por ocasião da utilização da vaga especial, não serviu para o transporte do idoso;2.5. O uso do cartão com a validade vencida.
3. A presente autorização somente é válida para estacionar nas vagas devidamente sinalizadas com a legenda idoso.
4. Esta autorização também permite o uso em vagas de Estacionamento Rotativo Regulamentado, gratuito ou pago, sendo obrigatória a utilização conjunta do Cartão do Estacionamento, bem como a obediência às suas normas de utilização.
5. O desrespeito ao disposto neste cartão de autorização, bem como às demais regras de trânsito e a sinalização local, sujeitará o infrator as medidas administrativas, penalidades e pontuações previstas em lei.

direta do Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI.

Art. 24 Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão Executivo de Trânsito no Município de Videira - ORTRAVI, o qual poderá expedir determinações gerais ou especiais de natureza complementar a este regulamento, mediante homologação do Chefe do Poder executivo Municipal.

Art. 25 Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a partir de 1º de novembro, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 9.589/10.

Videira, 18 de setembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de setembro de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO 1 - RREO 4 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	117.537.016,40	117.537.016,40	25.442.687,12	21,65	84.103.486,87	71,55
RECEITA TRIBUTÁRIA	111.034.816,40	111.034.816,40	25.206.806,95	22,70	83.308.259,92	75,03
IMPOSTOS	16.521.000,00	16.521.000,00	6.691.334,55	40,50	13.682.126,37	82,82
TAXAS	14.275.000,00	14.275.000,00	5.325.106,76	37,30	11.016.364,97	77,17
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	2.121.000,00	2.121.000,00	1.355.245,51	63,90	2.619.301,91	123,49
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	125.000,00	125.000,00	10.982,28	8,79	46.459,49	37,17
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.070.000,00	5.070.000,00	893.610,70	17,63	3.190.426,37	62,93
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	3.920.000,00	3.920.000,00	632.434,81	16,13	2.166.001,45	55,26
RECEITA PATRIMONIAL	1.150.000,00	1.150.000,00	261.175,89	22,71	1.024.424,92	89,08
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	10.355.730,00	10.355.730,00	4.527.942,53	43,72	11.231.543,13	108,46
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	89.000,00	89.000,00	23.321,96	26,20	77.114,38	86,65
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	10.180.730,00	10.180.730,00	4.503.278,57	44,23	11.137.221,46	109,40
Outras Receitas Patrimoniais	78.000,00	78.000,00	0,00	0,00	10.108,95	12,96
RECEITA DE SERVIÇOS	8.000,00	8.000,00	1.342,00	16,78	7.098,34	88,73
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	336.900,00	336.900,00	49.680,63	14,74	156.219,51	46,37
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	76.173.786,40	76.173.786,40	12.442.490,62	16,33	51.882.488,36	68,11
Transf. de Pessoas	75.994.886,40	75.994.886,40	12.390.223,72	16,30	51.665.746,79	67,99
Transf. de Conv.	24.000,00	24.000,00	27.810,89	115,88	27.810,89	115,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	154.900,00	154.900,00	24.456,01	15,79	188.930,68	121,97
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	2.577.400,00	2.577.400,00	601.767,92	23,35	3.165.456,18	122,82
Multas e Juros de Mora	1.031.800,00	1.031.800,00	231.192,95	22,41	862.252,82	83,57
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	630.000,00	630.000,00	150.826,57	23,94	451.455,32	71,66
RECEITAS DIVERSAS	705.000,00	705.000,00	140.918,35	19,99	584.618,41	82,92
RECEITAS DE CAPITAL	210.600,00	210.600,00	78.830,05	37,43	1.267.129,63	601,68
OPERÇÕES DE CRÉDITO	6.502.200,00	6.502.200,00	235.880,17	3,63	795.226,95	12,23
OPERÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	828.000,00	828.000,00	22.808,98	2,75	47.723,10	5,76
ALIEAÇÃO DE BENS	828.000,00	828.000,00	22.808,98	2,75	47.723,10	5,76
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	31.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	26.000,00	26.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	240.000,00	240.000,00	28.426,32	11,01	116.206,79	48,42
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	5.403.200,00	5.403.200,00	186.644,87	3,45	631.297,06	11,68
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	656.000,00	656.000,00	64.769,87	9,87	394.475,31	60,13
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	4.747.200,00	4.747.200,00	121.875,00	2,57	236.821,75	4,99
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	11.125.000,00	11.125.000,00	1.731.052,05	15,56	6.044.571,56	54,33
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	11.125.000,00	11.125.000,00	1.731.052,05	15,56	6.044.571,56	54,33
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	475.000,00	475.000,00	80.119,15	16,87	282.152,85	59,40
Contribuição Assistência Médica	10.650.000,00	10.650.000,00	1.650.932,90	15,50	5.762.418,71	54,11
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	475.000,00	475.000,00	80.119,15	16,87	282.152,85	59,40
	10.650.000,00	10.650.000,00	1.650.932,90	15,50	5.762.418,71	54,11

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (e - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.125.000,00	11.125.000,00	1.731.052,05	15,56	6.044.571,56	5.080.428,44
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	128.662.016,40	128.662.016,40	27.173.739,17	21,12	90.148.058,43	38.513.957,97
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	128.662.016,40	128.662.016,40	27.173.739,17	21,12	90.148.058,43	38.513.957,97
DEÍCIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	128.662.016,40	128.662.016,40	27.173.739,17	21,12	90.148.058,43	38.513.957,97
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	15.426.866,24	—	—	3.795.540,34	—
Superávit Financeiro	—	15.426.866,24	—	—	3.795.540,34	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	121.467.945,40	17.586.020,64	139.053.966,04	14.811.904,52	71.558.707,33	16.610.037,72	58.851.205,41	80.202.760,63
DESPESAS CORRENTES	89.755.110,00	11.215.405,97	100.970.515,97	13.889.972,45	66.487.914,99	15.723.129,59	55.305.693,29	45.664.822,68
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.075.601,00	378.104,50	46.453.705,50	7.486.356,12	28.116.418,41	7.490.716,12	28.086.638,41	18.367.067,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	4.500.000,00	0,00	4.500.000,00	790.906,88	3.152.651,44	790.906,88	3.152.651,44	1.347.348,56
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.179.509,00	10.837.301,47	50.016.810,47	5.612.709,45	35.218.845,14	7.441.506,59	24.086.403,44	25.950.407,03
DESPESAS DE CAPITAL	16.282.835,40	6.392.862,24	22.675.697,64	921.932,07	5.070.792,34	886.908,13	3.545.512,12	15.641.930,185,52
INVESTIMENTOS	14.782.835,40	6.342.862,24	21.125.697,64	536.416,19	3.545.786,92	501.392,25	2.020.506,70	19.105.190,94
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.500.000,00	50.000,00	1.550.000,00	385.515,88	1.525.005,42	385.515,88	1.525.005,42	24.994,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.280.000,00	0,00	15.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.280.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	150.000,00	-22.247,57	127.752,43	0,00	0,00	0,00	0,00	127.752,43
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	7.194.071,00	-4.000,00	7.190.071,00	856.921,94	3.247.371,25	856.921,94	3.247.371,25	3.942.699,75
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.194.071,00	-4.000,00	7.190.071,00	856.921,94	3.247.371,25	856.921,94	3.247.371,25	3.942.699,75
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	128.662.016,40	17.582.020,64	146.244.037,04	15.668.826,46	74.806.078,58	17.466.959,66	62.098.576,66	84.145.460,38

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	128.662.016,40	17.582.020,64	146.244.037,04	15.668.826,46	74.806.078,58	17.466.959,66	62.098.576,66	84.145.460,38
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	128.662.016,40	17.582.020,64	146.244.037,04	15.668.826,46	74.806.078,58	17.466.959,66	90.148.058,43	84.145.460,38

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 11.909.867,27

FONTE:

VIDEIRA, 18/09/2014

CRISTINA KLOCK Contadora CRC/SC 020534/O-0	ALEXANDRE GANASINI Secretário de Finanças	SANDRA BALDO Coordenadora Controle Interno	WILMAR CARELLI Prefeito Municipal
---	--	---	--------------------------------------

ANEXO 2 - RREO 4 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	121.467.945,40	139.053.966,04	14.811.904,52	71.558.707,33	16.610.037,72	58.851.205,41	94,77	42,32
Legislativa	1.317.500,00	1.317.500,00	134.475,41	615.140,95	161.282,59	579.756,75	0,93	44,00
Ação Legislativa	1.317.500,00	1.317.500,00	134.475,41	615.140,95	161.282,59	579.756,75	0,93	44,00
Administração	8.220.430,00	9.778.196,57	1.749.164,32	6.979.703,29	1.286.565,45	5.037.056,89	8,11	51,51
Administração Geral	5.513.780,00	6.648.780,00	1.393.696,96	5.006.308,50	844.762,70	3.418.164,48	5,50	51,41
Administração Financeira	1.659.000,00	1.659.000,00	197.987,98	1.081.983,63	265.117,91	868.062,99	1,40	52,32
Controle Interno	107.000,00	107.000,00	11.341,68	50.374,18	11.710,16	49.542,66	0,08	46,30
Normalização e Fiscalização	706.350,00	795.116,57	135.240,84	557.889,27	137.056,80	545.524,42	0,88	68,61
Comunicação Social	234.300,00	568.300,00	10.896,86	283.147,71	27.917,88	155.772,34	0,25	27,41
Segurança Pública	784.000,00	1.523.506,49	53.628,62	522.657,77	135.643,03	340.373,35	0,55	22,34
Policimento	450.500,00	762.758,92	35.057,45	248.471,63	53.382,33	155.595,49	0,25	20,40
Defesa Civil	333.500,00	760.747,57	18.571,17	274.186,14	82.280,70	184.777,86	0,30	24,29
Assistência Social	3.593.550,00	4.295.493,39	445.817,17	2.161.700,99	566.341,49	1.782.171,34	2,87	41,49
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	9.622,85	30.039,81	8.180,23	18.126,52	0,03	36,25
Assistência ao Idoso	92.575,00	92.575,00	0,00	60.000,00	12.000,00	48.000,00	0,08	51,85
Assistência ao Portador de Deficiência	88.009,20	92.392,19	0,00	80.000,00	17.150,00	48.696,87	0,08	52,71
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.296.490,20	1.719.710,90	175.865,49	874.050,69	245.556,67	679.371,53	1,09	39,50
Assistência Comunitária	2.066.475,60	2.340.815,30	260.328,83	1.117.610,49	283.454,59	987.976,42	1,59	42,21
Previdência Social	6.690.000,00	6.690.000,00	1.236.778,73	4.607.125,16	1.224.537,47	4.574.593,31	7,37	68,38
Previdência do Regime Estatutário	6.690.000,00	6.690.000,00	1.236.778,73	4.607.125,16	1.224.537,47	4.574.593,31	7,37	68,38
Saúde	17.145.138,00	21.864.941,76	2.090.199,18	15.068.586,80	3.163.502,15	11.174.761,20	18,00	51,11
Atenção Básica	7.737.431,00	13.509.023,65	1.329.762,84	8.926.261,32	2.073.931,47	7.120.480,27	11,47	52,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.762.247,00	6.851.342,37	678.185,67	5.617.836,87	990.743,86	3.620.661,21	5,83	52,85
Vigilância Sanitária	314.460,00	601.116,02	45.984,74	247.545,86	54.246,03	199.245,23	0,32	33,15
Vigilância Epidemiológica	331.000,00	903.459,72	36.265,93	276.942,75	44.580,79	234.374,49	0,38	25,94
Educação	29.510.891,00	34.954.652,05	4.893.241,48	19.653.393,49	5.225.684,00	16.802.543,66	27,06	48,07
Administração Geral	2.195.001,00	2.265.001,00	442.706,60	1.506.950,10	459.708,45	1.422.598,51	2,29	62,81
Alimentação e Nutrição	444.940,00	444.940,00	85.710,95	372.669,36	110.096,92	230.510,09	0,37	51,81
Ensino Fundamental	13.788.700,00	16.821.171,76	2.367.943,72	9.024.101,65	2.388.087,83	7.323.877,35	11,79	43,54
Ensino Médio	22.550,00	22.550,00	16.344,08	17.804,28	167,60	627,80	0,00	2,78

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)								
Educação	121.467.945,40	139.053.966,04	14.811.904,52	71.568.707,33	16.610.037,72	58.851.205,41	94,77	42,32
Ensino Superior	29.510.891,00	34.954.652,05	4.893.241,48	19.653.393,49	5.225.684,00	16.802.543,66	27,06	48,07
Educação Infantil	876.000,00	996.000,00	-36.305,08	870.833,53	144.924,71	479.441,80	0,77	48,14
Cultura	12.183.700,00	14.404.989,29	2.016.841,21	7.861.034,57	2.122.698,49	7.345.488,11	11,83	50,99
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	1.751.880,00	1.841.880,00	209.018,17	1.194.729,17	221.060,27	1.052.728,27	1,70	57,16
Difusão Cultural	54.000,00	49.000,00	4.822,39	29.372,15	5.499,74	16.366,92	0,03	33,40
Turismo	724.880,00	714.880,00	45.155,04	464.194,54	54.890,48	415.172,52	0,67	58,08
Urbanismo	973.000,00	1.078.000,00	159.040,74	701.162,48	160.670,05	621.188,83	1,00	57,62
Infra-estrutura Urbana	17.755.056,40	19.265.171,61	1.417.689,89	9.208.778,68	1.884.855,20	6.666.777,19	10,74	34,61
Serviços Urbanos	7.419.146,40	7.959.418,29	443.112,74	2.123.173,01	440.454,80	1.447.449,81	2,33	18,19
Extensão Rural	10.310.910,00	11.280.753,32	974.577,15	7.085.605,67	1.444.400,40	5.219.327,38	8,40	46,27
Habituação	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	435.000,00	435.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	598.000,00	598.000,00	25.500,62	65.268,57	22.124,22	49.252,17	0,08	8,24
Gestão Ambiental	598.000,00	598.000,00	25.500,62	65.268,57	22.124,22	49.252,17	0,08	8,24
Preservação e Conservação Ambiental	915.000,00	2.357.000,00	0,00	431.816,13	18.402,06	358.533,38	0,58	15,21
Agricultura	915.000,00	2.357.000,00	0,00	431.816,13	18.402,06	358.533,38	0,58	15,21
Extensão Rural	3.314.000,00	3.474.000,00	409.567,11	2.050.234,04	427.662,58	1.803.002,74	2,90	51,90
Indústria	3.314.000,00	3.474.000,00	409.567,11	2.050.234,04	427.662,58	1.803.002,74	2,90	51,90
Administração Geral	912.500,00	912.500,00	38.430,55	152.133,30	31.924,70	143.627,45	0,23	15,74
Promoção Industrial	302.500,00	302.500,00	38.430,55	152.133,30	31.924,70	143.627,45	0,23	47,48
Transportes	610.000,00	610.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	1.254.000,00	1.368.056,60	14.235,97	331.556,10	100.472,20	241.204,53	0,39	17,63
Desporto e Lazer	1.254.000,00	1.368.056,60	14.235,97	331.556,10	100.472,20	241.204,53	0,39	17,63
Desporto Comunitário	1.440.100,00	1.508.918,91	211.640,61	1.097.394,39	328.249,57	960.260,96	1,55	63,64
Encargos Especiais	1.440.100,00	1.508.918,91	211.640,61	1.097.394,39	328.249,57	960.260,96	1,55	63,64
Outras Transferências	10.400.900,00	11.461.396,23	1.882.516,69	7.418.488,50	1.811.730,74	7.284.562,22	11,73	63,56
Outros Encargos Especiais	250.000,00	260.496,23	36.000,00	144.000,00	16.000,00	82.477,07	0,13	31,66
	10.150.900,00	11.200.900,00	1.846.516,69	7.274.488,50	1.795.730,74	7.202.085,15	11,60	64,30

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Reserva de Contingência 1	121.467.945,40	139.053.966,04	14.811.904,52	71.568.707,33	16.610.037,72	58.851.205,41	94,77	42,32
Outros Encargos Especiais	150.000,00	127.752,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.280.000,00	15.280.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
								15.280.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	7.194.071,00	7.190.071,00	856.921,94	3.247.371,25	856.921,94	3.247.371,25	5,23	45,16
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00	4.175,03	15.668,09	4.175,03	15.668,09	0,03	78,34
Administração	734.820,00	734.820,00	101.386,46	395.884,34	101.386,46	395.884,34	0,64	53,88
Administração Geral	493.820,00	493.820,00	60.246,83	238.408,84	60.246,83	238.408,84	0,38	48,28
Administração Financeira	169.000,00	169.000,00	29.293,62	111.353,84	29.293,62	111.353,84	0,18	65,89
Controle Interno	11.000,00	11.000,00	1.602,84	6.315,09	1.602,84	6.315,09	0,01	57,41
Normalização e Fiscalização	61.000,00	61.000,00	10.243,17	39.806,57	10.243,17	39.806,57	0,06	65,26
Assistência Social	379.766,00	379.766,00	26.034,81	99.014,62	26.034,81	99.014,62	0,16	26,07
Assistência à Criança e ao Adolescente	61.757,00	61.757,00	11.054,56	35.901,63	11.054,56	35.901,63	0,06	58,13
Assistência Comunitária	318.009,00	318.009,00	14.980,25	63.112,99	14.980,25	63.112,99	0,10	19,85
Previdência Social	30.000,00	30.000,00	3.732,09	14.586,69	3.732,09	14.586,69	0,02	48,62
Previdência do Regime Estatutário	30.000,00	30.000,00	3.732,09	14.586,69	3.732,09	14.586,69	0,02	48,62
Saúde	670.500,00	686.500,00	99.796,36	412.453,62	99.796,36	412.453,62	0,66	60,08
Atenção Básica	105.500,00	234.500,00	51.493,04	156.190,66	51.493,04	156.190,66	0,25	66,61
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	495.000,00	375.000,00	37.493,99	218.360,69	37.493,99	218.360,69	0,35	58,23
Vigilância Sanitária	60.000,00	60.000,00	6.479,37	25.101,21	6.479,37	25.101,21	0,04	41,84
Vigilância Epidemiológica	10.000,00	17.000,00	4.329,96	12.801,06	4.329,96	12.801,06	0,02	75,30
Educação	4.165.585,00	4.145.585,00	450.499,02	1.634.982,54	450.499,02	1.634.982,54	2,63	39,44
Administração Geral	279.500,00	279.500,00	53.094,48	164.610,19	53.094,48	164.610,19	0,27	58,89
Ensino Fundamental	1.774.300,00	1.774.300,00	172.556,12	620.018,30	172.556,12	620.018,30	1,00	34,94
Educação Infantil	2.111.785,00	2.091.785,00	224.848,42	850.354,05	224.848,42	850.354,05	1,37	40,65
Cultura	42.000,00	42.000,00	6.208,72	24.898,65	6.208,72	24.898,65	0,04	59,28
Turismo	42.000,00	42.000,00	6.208,72	24.898,65	6.208,72	24.898,65	0,04	59,28
Urbanismo	660.000,00	660.000,00	94.018,73	372.645,73	94.018,73	372.645,73	0,60	56,46
Serviços Urbanos	660.000,00	660.000,00	94.018,73	372.645,73	94.018,73	372.645,73	0,60	56,46

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	7.194.071,00	7.190.071,00	856.921,94	3.247.371,25	856.921,94	3.247.371,25	5,23	45,16
Agricultura	225.000,00	225.000,00	34.006,58	134.015,05	34.006,58	134.015,05	0,22	59,56
Extensão Rural	225.000,00	225.000,00	34.006,58	134.015,05	34.006,58	134.015,05	0,22	59,56
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	377,27	0,00	377,27	0,00	3,77
Administração Geral	10.000,00	10.000,00	0,00	377,27	0,00	377,27	0,00	3,77
Desporto e Lazer	149.800,00	149.800,00	14.255,89	55.597,70	14.255,89	55.597,70	0,09	37,11
Desporto Comunitário	149.800,00	149.800,00	14.255,89	55.597,70	14.255,89	55.597,70	0,09	37,11
Encargos Especiais	106.600,00	106.600,00	22.808,25	87.246,95	22.808,25	87.246,95	0,14	81,85
Outros Encargos Especiais	106.600,00	106.600,00	22.808,25	87.246,95	22.808,25	87.246,95	0,14	81,85
TOTAL (III) = (I + II)	128.662.016,40	146.244.037,04	15.668.826,46	74.806.078,58	17.466.959,66	62.098.576,66	100,00	42,46

FONTE:

VIDEIRA, 18/09/2014

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 8 - RREO 4 BIM 2014

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1.00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	15.225.000,00	15.225.000,00	5.493.640,56	11.640.008,49	76,45
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.420.000,00	4.420.000,00	3.325.582,72	3.615.191,43	81,79
1.1.1- IPTU	3.700.000,00	3.700.000,00	3.208.776,61	3.227.975,87	87,24
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	20.000,00	20.000,00	443,88	2.921,15	14,61
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	400.000,00	400.000,00	73.766,77	255.166,28	63,79
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	300.000,00	300.000,00	47.233,47	133.766,14	44,59
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(4.638,01)	(4.638,01)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.835.000,00	1.835.000,00	393.281,10	1.446.394,81	78,82
1.2.1- ITBI	1.750.000,00	1.750.000,00	411.281,10	1.468.350,83	83,91
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	30.000,00	30.000,00	0,00	1.243,98	4,15
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(18.000,00)	(23.200,00)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.145.000,00	7.145.000,00	1.446.460,47	5.498.970,36	76,96
1.3.1- ISS	7.000.000,00	7.000.000,00	1.399.472,69	5.270.171,48	75,29
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	50.000,00	50.000,00	6.795,93	29.892,69	59,79
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	55.000,00	55.000,00	24.437,36	131.405,73	238,92
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	40.000,00	40.000,00	15.856,39	69.247,55	173,12
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(101,90)	(1.747,09)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.825.000,00	1.825.000,00	328.316,27	1.079.451,89	59,15
1.4.1- IRRF	1.825.000,00	1.825.000,00	328.316,27	1.080.281,35	59,19
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	(829,46)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	59.343.500,00	59.343.500,00	9.521.685,32	40.114.877,34	67,60
2.1- Cota-Parte FPM	17.000.000,00	17.000.000,00	2.725.175,62	12.857.618,77	75,63
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.350.000,00	16.350.000,00	2.725.175,62	12.857.618,77	78,64
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	35.700.000,00	35.700.000,00	5.459.011,50	22.560.533,40	63,19
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	180.000,00	180.000,00	24.971,26	87.399,41	48,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	550.000,00	550.000,00	91.919,50	351.107,86	63,84
2.5- Cota-Parte ITR	13.500,00	13.500,00	72,70	15.252,65	112,98
2.6- Cota-Parte IPVA	5.900.000,00	5.900.000,00	1.220.534,74	4.242.965,25	71,91
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	74.568.500,00	74.568.500,00	15.015.325,88	51.754.885,83	69,41
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.570.000,00	1.570.000,00	360.715,04	1.496.262,26	95,30
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.450.000,00	1.450.000,00	302.829,43	1.296.979,18	89,45
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	120.000,00	120.000,00	57.885,61	199.283,08	166,07
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	924.000,00	924.000,00	240.898,39	987.195,27	106,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.494.000,00	2.494.000,00	601.613,43	2.483.457,53	99,58
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	11.588.700,00	11.588.700,00	1.904.336,61	8.022.727,72	69,23
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.300.000,00	3.300.000,00	545.035,06	2.571.523,56	77,92
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	7.000.000,00	7.000.000,00	1.091.802,11	4.512.105,95	64,46
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	36.000,00	36.000,00	4.994,24	17.479,84	48,56
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	110.000,00	110.000,00	18.383,90	70.221,57	63,84
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.700,00	2.700,00	14,52	3.050,48	112,98
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	1.140.000,00	1.140.000,00	244.106,78	848.346,32	74,42
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	19.440.000,00	19.440.000,00	3.138.910,70	13.117.444,15	67,48
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	19.300.000,00	19.300.000,00	3.105.639,80	12.968.769,34	67,20
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	140.000,00	140.000,00	33.270,90	148.674,81	106,20
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	7.711.300,00	7.711.300,00	1.201.303,19	4.946.041,62	64,14
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	11.664.000,00	14.164.000,00	2.592.298,29	8.786.880,57	62,04
13.1- Com Educação Infantil	1.589.000,00	4.089.000,00	1.027.818,77	3.490.587,30	85,37
13.2- Com Ensino Fundamental	10.075.000,00	10.075.000,00	1.564.479,52	5.296.293,27	52,57
14- OUTRAS DESPESAS	7.776.000,00	5.936.027,52	1.110.307,49	4.425.831,51	74,56
14.1- Com Educação Infantil	6.002.000,00	4.162.027,52	923.036,56	3.556.260,93	85,45
14.2- Com Ensino Fundamental	1.774.000,00	1.774.000,00	187.270,93	869.570,58	49,02
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	19.440.000,00	20.100.027,52	3.702.605,78	13.212.712,08	65,73
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					13.212.712,08
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					66,99
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					33,74
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-0,73
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					660.027,52
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					660.027,52
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	18.642.125,00	18.642.125,00	3.753.831,47	12.938.721,46	69,41
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	12.317.425,00	12.977.452,52	2.087.696,55	7.496.526,45	57,77
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	14.226.000,00	16.137.738,11	2.322.041,67	7.475.306,29	46,32
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	11.849.000,00	11.849.000,00	1.751.750,45	6.165.863,85	52,04
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.377.000,00	4.288.738,11	570.291,22	1.309.442,44	30,53
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	26.543.425,00	29.115.190,63	4.409.738,22	14.971.832,74	51,42
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					4.946.041,62
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					148.674,81
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					660.027,52
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					5.754.743,95
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					9.217.088,79
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					17,81
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.570.000,00	3.553.875,18	94.147,16	232.029,85	6,53
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	467.000,00	837.766,53	250.079,11	471.010,84	56,22
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.037.000,00	4.391.641,71	344.226,27	703.040,69	16,01
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	28.580.425,00	33.506.832,34	4.753.964,49	15.674.873,43	46,78

MUNICÍPIO DE VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	831.087,01	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	12.968.769,34	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	12.716.493,28	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	12.610.871,32	0,00
49.2 Restos a Pagar	105.621,96	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	148.674,81	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.232.037,88	0,00

VIDEIRA, 18/09/2014

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO	WILMAR CARELLI
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno	Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 660.027,52, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

ANEXO 12 - RREO 4 BIM 2014

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		15.170.000,00	15.170.000,00	11.640.008,49	76,73
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		3.700.000,00	3.700.000,00	3.223.337,86	87,12
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		1.750.000,00	1.750.000,00	1.445.150,83	82,58
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		7.000.000,00	7.000.000,00	5.268.424,39	75,26
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		1.825.000,00	1.825.000,00	1.079.451,89	59,15
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		70.000,00	70.000,00	32.813,84	46,88
Dívida Ativa dos Impostos		485.000,00	485.000,00	387.815,99	79,96
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		340.000,00	340.000,00	203.013,69	59,71
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		59.343.500,00	59.343.500,00	40.114.877,34	67,60
Cota-Parte FPM		17.000.000,00	17.000.000,00	12.857.618,77	75,63
Cota-Parte ITR		13.500,00	13.500,00	15.252,65	112,98
Cota-Parte IPVA		5.900.000,00	5.900.000,00	4.242.965,25	71,91
Cota-Parte ICMS		35.700.000,00	35.700.000,00	22.560.533,40	63,19
Cota-Parte IPI-Exportação		550.000,00	550.000,00	351.107,86	63,84
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		180.000,00	180.000,00	87.399,41	48,56
Desoneração ICMS (LC 87/96)		180.000,00	180.000,00	87.399,41	48,56
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		74.513.500,00	74.513.500,00	51.754.885,83	69,46
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		5.030.088,00	5.030.088,00	3.447.266,22	68,53
Provenientes da União		4.631.350,00	4.631.350,00	3.196.627,42	69,02
Provenientes dos Estados		398.718,00	398.718,00	250.638,80	62,86
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		357.000,00	357.000,00	408.242,77	114,35
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		5.387.088,00	5.387.088,00	3.855.508,99	71,57
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	17.405.138,00	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100
				Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
Pessoal e Encargos Sociais		20.822.531,10	20.822.531,10	14.452.945,46	69,41
		8.823.891,54		5.455.965,94	61,83
		11.998.639,56		8.996.979,52	74,98
Outras Despesas Correntes		1.728.910,66	1.728.910,66	1.028.094,96	59,46
		410.500,00		1.028.094,96	59,46
		410.500,00		1.028.094,96	59,46
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de VIDEIRA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	410.500,00	1.728.910,66	1.028.094,96	59,46	656.811,79	37,99
Investimentos	410.500,00	1.728.910,66	1.028.094,96	59,46	656.811,79	37,99
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	17.815.638,00	22.551.441,76	15.481.040,42	68,65	11.587.214,82	51,38
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	5.315.068,00	8.281.069,19	5.125.656,39	33,11	3.475.986,23	30,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.030.068,00	7.728.232,19	4.813.387,55	31,09	3.195.549,49	27,58
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	285.000,00	552.837,00	312.268,84	2,02	280.436,74	2,42
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	5.315.068,00	8.281.069,19	5.125.656,39	33,11	3.475.986,23	30,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	12.500.570,00	14.270.372,57	10.355.384,03	35,54	8.111.228,59	21,38
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						15,67
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶						347.995,72
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
Inscritos em 2013	430.597,86	79.689,01	283.275,06	147.322,80	0,00	0,00
TOTAL	430.597,86	79.689,01	283.275,06	147.322,80	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §º E 2º						
SALDO INICIAL						
DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (I)						
SALDO FINAL(NÃO APLICADO)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00		0,00		0,00	0,00
TOTAL (VIII)	0,00		0,00		0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
SALDO INICIAL						
DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (K)						
SALDO FINAL(NÃO APLICADO)						

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de VIDEIRA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2014/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (I)	% (I/Total I)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	7.842.931,00	13.743.523,65	9.082.451,98	58,67	7.276.670,93	62,80
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.257.247,00	7.226.342,37	5.836.197,56	37,70	3.839.021,90	33,13
Vigilância Sanitária	374.460,00	661.116,02	272.647,07	1,76	224.346,44	1,94
Vigilância Epidemiológica	341.000,00	920.459,72	289.743,81	1,87	247.175,55	2,13
TOTAL	17.815.638,00	22.551.441,76	15.481.040,42	100,00	11.587.214,82	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "H+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total I".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "I" ou com a coluna "H+I" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total I".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(H+I) - (15 \times IIIb)/100]$

VIDEIRA, 18/09/2014

CRISTINA KLOCK	ALEXANDRE GANASINI	SANDRA BALDO
Contadora CRC/SC 020534/O-0	Secretário de Finanças	Coordenadora Controle Interno
WILMAR CARELLI		
Prefeito Municipal		

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 059/14 - P. S. Nº 007/2012

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 059/2014
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 007/2012:

CONVOCADO	CARGO
1 - Simone Carina Schmitt	Psicóloga

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo para o cargo.

Videira, 17 de setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Encerramento Pregão Presencial Nº 19/2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE SOCIAL
ENCERRAMENTO PREGÃO Nº 19/2014 - FMAS

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que a licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2014-FMAS, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE ROUPAS DIVERSAS PARA USO NAS APRESENTAÇÕES DO FESTIVAL DE DANÇA MUNICIPAL PELO CRAS, E CONJUNTOS PARA DANÇAS TÍPICAS DO GRUPO DE IDOSOS, DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL, foi encerrada sem vencedores, devido a incompatibilidade da única proposta apresentada com os valores previamente pesquisados pelo Departamento de Compras do Município. Informações na Av. Manoel Roque, 188, fone (49) 3566-9034 ou 3566-9012.

Videira, 18 de Setembro de 2014.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

LI 01/2014 PMXV

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
AVISO DE LEILÃO Nº 01/2014 PMXV

Objeto: Obtenção de propostas para a venda de bens móveis de propriedade do Município e considerados inservíveis e antieconômicos. Tipo: Maior lance por Lote. Recebimento das propostas: até às 14:00 horas do dia 10/10/2014. Abertura: dia 10/10/2014, às 14:30 horas. O Edital e Informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa do Município de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 e das 13:00 às 17:00, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina/SC, em 22 de outubro de 2014.
MAURO JUNES POLETTI,
Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

Lei 4005 Autoriza Doação com Encargos de Imóveis

LEI Nº 4005/2014 de 16 de setembro de 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A EFETUAR A DOAÇÃO, COM ENCARGOS, DE IMÓVEIS LOCALIZADOS JUNTOS AO DISTRITO INDUSTRIAL E OUTROS LOCAIS DO MUNICÍPIO ÀS EMPRESAS CONTEMPLADAS EM EDITAL ESPECÍFICO, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.534/93, PARA O FOMENTO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Xaxim autorizado a doar, com encargos, as áreas de terras abaixo descritas, localizadas no Distrito Industrial, para as empresas contempladas no edital específico de concorrência pública:

I - Lote urbano nº 07, da quadra nº 527, localizado no lado para da Rua nº 07, distante pelo lado esquerdo, 170m da Rua nº 05, Loteamento do Distrito Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 2.895,12m² (dois mil, oitocentos e noventa e cinco e doze décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 79,25metros, com o lote urbano nº 06, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.498); ao sul, em 79,25 metros, com parte do lote rural nº 46, de Leandro Matiello (matrícula nº 14.402); a leste, em 36,48 metros, com a Rua nº 07; e a oeste, em 36,58 metros, com parte do lote rural nº 46, de Marte Madeiras Ltda. (matrícula nº 17.598); matrícula no CRI sob o nº 21.499;

II - Lote urbano nº 06, da quadra nº 527, localizado no lado para da Rua nº 07, distante pelo lado esquerdo, 140m da Rua nº 05, Loteamento do Distrito Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 2.377,60m² (dois mil, trezentos e setenta e sete metros e sessenta décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 79,25metros, com o lote urbano nº 05, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.497); ao sul, em 79,25 metros, com parte do lote nº 06, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.499); a leste, a 30,00 metros, com a Rua nº 07; e a oeste, em 30,00 metros, com parte do lote rural nº 46, de Marte Madeiras Ltda. (matrícula nº 17.598); matrícula no CRI sob o nº 21.498;

III - Lote urbano nº 02-B, da quadra nº 411, localizado no lado par da Rua nº 05, distante, pelo lado direito, 55,54metros da Rua nº 06, Loteamento do Distrito Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 1.054,53m² (um mil, cinquenta e quatro metros e cinquenta e três décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 22,06 metros, com parte da quadra nº 395, de IPE Indústria de Plásticos Ecológicos Ltda. (matrícula nº 17.486); ao sul, em 22,00 metros, com Rua nº 05; a leste, em 48,72 metros, com o lote urbano nº 03, da quadra 411 (matrícula nº 21.483); e a oeste, em 46,97 metros, com o lote urbano nº 02-A (matrícula nº 23.482); matrícula no CRI sob o nº 23.483;

IV - lote urbano F com área superficial de 312,00m² (trezentos e doze metros quadrados), localizado no lado par da chácara nº 20 na Av. Luiz Lunardi, distante pelo lado esquerdo 51,00 metros da Rua Borges de Medeiros, nesta cidade e comarca de Xaxim, Estado de Santa Catarina, sem benfeitorias, com as seguintes confrontações: norte: com parte da chácara nº 20, com 12,00 metros; ao sul com a Av. Luiz Lunardi, com 12,00 metros; ao leste: com parte da chácara nº 20, com 26,00 metros; ao oeste: com lote E, com 26,00 metros; matrícula no CRI sob o nº 17.680; V - Lote urbano nº 02-A, da quadra nº 411, localizado no lado para da Rua nº 05, esquina com a Rua nº 06, Loteamento do Distrito Industrial Sérgio

Davi, com área superficial de 2.507,84m² (dois mil, quinhentos e sete metros e oitenta e quatro décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 55,68metros, com parte da quadra nº 395, de IPE Indústria de Plásticos Ecológicos Ltda. (matrícula nº 17.486); ao sul, em 55,54 metros, com a Rua nº 05, a leste, em 46,97metros, com o lote urbano nº 02-B (matrícula nº 23.483); e a oeste, em 43,16metros, com a Rua nº 06; matrícula no CRI sob o nº 23.482;

VI - Lote urbano nº 39, da quadra nº 600 - área institucional de uso público, localizado no lado ímpar da Rua João Zilli, esquina com a Rua dos Girassóis, Loteamento Dalla Cort, Bairro Flor, com área superficial de 753,26m² (setecentos e cinquenta e três metros e vinte e seis centímetros quadrados), com as seguintes confrontações: a nordeste, com o lote nº 28, da quadra nº 600, em 10,02metros; com o lote nº 29, da quadra nº 600, em 8,05 metros; e com o lote nº 31, da quadra nº 600, em 25,22 metros; a sudoeste, com a Rua João Zilli, em 38,84 metros; a sudeste, com a Rua dos Girassóis, em 18,98; e a noroeste, com parte do lote 38, da quadra nº 600, em 18,00 metros; matrícula no CRI sob o nº 22.311;

VII - Lote urbano nº 01, da quadra nº 527, localizado no lado ímpar da Rua nº 05, distante pelo lado direito 40,00 metros da Rua nº 07, Loteamento Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 1.962,67m² (um mil, novecentos e sessenta e dois metros e sessenta e sete décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte: em 39,25 metros, com a Rua nº 05; ao sul: em 39,25 metros, com parte do lote urbano nº 03, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.495); a leste, em 50,00 metros, com o lote urbano nº 02, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.494); e a oeste, em 50,00 metros, com parte do lote rural nº 46, de Marte Madeiras Ltda. (matrícula nº 17.598); matrícula no CRI sob o nº 21.493;

VIII - Lote urbano nº 01, da quadra nº 527, localizado na esquina das Rua nº 05 e 07, Loteamento Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte: em 40,00 metros, com a Rua nº 05; ao sul, em 40,00metros, com parte do lote urbano nº 03, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.495); a leste, em 50,00 metros, com a Rua nº 07; e a oeste, em 50,00 metros, com o lote urbano nº 01, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.493); matrícula no CRI sob o nº 21.494;

IX - Lote urbano nº 03, da quadra nº 527, localizado no lado par da Rua nº 07, distante, pelo lado esquerdo, 50,00metros da Rua nº 05, Loteamento Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 2.377,60m² (dois mil, trezentos e setenta e sete metros, e sessenta décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte: em 79,25 metros, com os lotes nº 01 e 02, da quadra nº 527 (matrículas nº 21.493 e 21.494); ao sul, em 79,25metros, com parte do lote urbano nº 04, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.496); a leste, em 30,00 metros, com a Rua nº 07; e a oeste, em 30,00 metros, com o lote rural nº 46, de Marte Madeiras (matrícula nº 17.598); matrícula no CRI sob o nº 21.495;

X - Lote urbano nº 04, da quadra nº 527, localizado no lado par da Rua nº 07, distante, pelo lado esquerdo, 80,00metros da Rua nº 05, Loteamento Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 2.377,60m² (dois mil, trezentos e setenta e sete metros, e sessenta décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte: em 79,25 metros, com os lotes nº 03, da quadra nº 527 (matrículas nº 21.495); ao sul, em 79,25metros, com parte do lote urbano nº 05, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.497); a leste, em 30,00 metros, com a Rua nº 07; e a oeste, em 30,00 metros, com o lote rural nº 46, de Marte Madeiras (matrícula nº 17.598); matrícula no CRI sob o nº 21.496;

XI - Lote urbano nº 05, da quadra nº 527, localizado no lado par da Rua nº 07, distante, pelo lado esquerdo, 110,00metros da Rua nº 05, Loteamento Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 2.377,60m² (dois mil, trezentos e setenta e sete metros, e sessenta décimos quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: ao norte: em 79,25 metros, com os lotes nº 04, da quadra

nº 527 (matrículas nº 21.496); ao sul, em 79,25metros, com parte do lote urbano nº 06, da quadra nº 527 (matrícula nº 21.498); a leste, em 30,00 metros, com a Rua nº 07; e a oeste, em 30,00 metros, com o lote rural nº 46, de Marte Madeiras (matrícula nº 17.598); matrícula no CRI sob o nº 21.497;

XII - Lote urbano nº 06, da quadra nº 213, localizado no lado ímpar da Rua Anetor Davi, distante, pelo lado direito, 268,85metros da Rua Victório Mattiello, Bairro Santa Terezinha, Xaxim - SC, com área superficial de 1.358,45m² (um mil, trezentos e cinquenta e oito metros, e quarenta e cinco décimos quadrados), oriundo do lote rural nº 52, com as seguintes medidas e confrontações: ao norte, em 87,08metros, com o lote nº 05, da quadra nº 213 (matrícula nº 19.819); ao sul, em 87,08metros, com parte do lote rural nº 52, de propriedade de Joãosinho Matiello (matrícula nº 19.817); a leste, em 15,60 metros, com parte do lote rural nº 52, de propriedade de Joãosinho Matiello (matrícula nº 19.817); e a oeste, em 15,60 metros, com a Rua Anetor Davi; matrícula no CRI sob o nº 19.820;

XIII - Lote urbano nº 03, da quadra nº 411, localizado no lado para da Rua nº 05, distante, pelo lado direito, 77,54 metros da Rua nº 06, Loteamento do Distrito Industrial Sérgio Davi, com área superficial de 2.563,65m² (dois mil, quinhentos e sessenta e três metros e sessenta e cinco décimos quadrados), com as seguintes confrontações: ao norte, em 50,84 metros, com os terrenos urbanos, constituídos por parte das quadras nº 394 e 395, da IPE Ltda (matrícula nº 17.485 e 17.486); ao sul, em 50,71 metros, com a Rua nº 05; a leste, em 52,39 metros, com parte do lote rural nº 48, de Zeonízio Duz e outros (matrícula nº 1.972); e a oeste, com 48,72 metros, com o lote urbano nº 02, da quadra nº 411 (matrícula nº 21.482); matrícula no CRI sob o nº 21.483;

XIV - Parte de um Terreno urbano, denominado área 04, localizado na Linha Limeira, próximo à Estrada Municipal (que inicia na Rodovia Estadual SC-459), perímetro urbano da cidade de Xaxim - SC, com área superficial de total de 9.589,35m² (nove mil, quinhentos e oitenta e nove metros e trinta e cinco décimos quadrados), oriundo de parte do lote rural nº 40, com as seguintes medidas e confrontações: partindo do ponto-05, localizado no extremo norte do imóvel, segue, em sentido horário, com AZ=95°55'20" e distância de 97,47 metros, confrontando com a área 01, de Anastazia Voginski e outra (matrícula 15.054), até o ponto-6; deste que com AZ=6°51'04" e distância de 81,35 metros, confrontando com parte da área 05, ora desmembrada (matrícula 15.050), até o ponto-10; deste segue com AZ=73°45'20" e distância de 99,70 metros, confrontando com parte da área 05, ora desmembrada (matrícula 15.050), até o ponto-9; deste segue com AZ=4°36'03" e distância de 124,90 metros, confrontando com parte do lote rural nº 38, de Alcides João Ferrari e outros (matrícula 17.610), até o ponto-5; que originou esta poligonal; matrícula no CRI sob o nº 20.881; a parte objeto de concorrência pública será o parte desta área compreendendo 3.137,09m² (três mil, cento e trinta e sete metros, e nove décimos quadrados), localizado ao final da Rua Idelfonso Lopes da Silva, Linha Limeira, com as seguintes confrontações: ao Norte: com parte da área 01, de Deoclécio Morás e Hilda Terezinha Morás, matrícula nº 15.054, em 35,02 metros; ao sul: com a Rua Idelfonso Lopes da Silva, em 11,74metros, e com parte da área verde 03, da quadra nº 503, do Município de Xaxim, matrícula nº 21.853, em 26,46metros; ao leste: com lote nº 01, da quadra nº 509, de Veneza Imóveis Ltda. - ME, matrícula nº 21.925, em 23,64metros, com a Rua Amantino Batista Machado, em 11,00metros, com o lote nº 01, da quadra nº 508, de Veneza Imóveis Ltda. - ME, matrícula nº 21.907, em 20,02metros, com o lote nº 18, da quadra nº 508, de Veneza Imóveis Ltda. - ME, matrícula nº 21.924, em 20,01 metros e com a Rua Idelfonso Lopes da Silva, em 6,68metros, totalizando 81,35 metros; ao oeste: com parte remanescente da área 04, do Município de Xaxim, matrícula nº 20.881, em 97,91 metros.

Art. 2º. Constará na escritura pública do referido imóvel, cláusula de reversão em favor do Município, se:

I - no prazo de 10 (anos) anos, a beneficiada não implementar as

obrigações assumidas na proposta;

II - se no mesmo prazo ocorrer a mudança de finalidade dos imóveis ora doados, sem o consentimento expresso do Poder Público;

III - caso a beneficiada venha desrespeitar as disposições do edital de licitação ou da proposta declarada vencedora.

Parágrafo único. Na hipótese de reversão, o imóvel voltará a incorporar o patrimônio público municipal, juntamente com o que for acrescido por acessão, ou de qualquer outra forma, não cabendo nenhuma espécie de indenização.

Art. 3º. Em caso de financiamento para a implantação ou ampliação da empresa nele instalada, o imóvel poderá ser dado em garantia hipotecária, ficando gravado em 2º grau para o Município.

Art. 4º. Caso a beneficiada venha a ultrapassar as metas fixadas na proposta vencedora, em 100% (cem por cento), dobrando a perspectiva, antes do prazo estabelecido na alínea "a" do art. 2º, assim que verificado o cumprimento integral das obrigações, poderá a Administração Municipal revogar o ônus estabelecido nesta Lei e conceder o domínio pleno do imóvel, sem mais qualquer outra restrição.

Art. 5º. As doações com encargo autorizadas por esta Lei à empresa contemplada serão realizadas em conformidade com o que determina a Lei 1.534/93 e o art. 17, I, da lei 8.666/93, e sempre precedidas de avaliação.

Art. 6º. Todas as providências necessárias à execução da presente Lei deverão ser adotadas junto ao Cartório de Registro de Imóveis e Tabelionato de Notas e Protestos desta Comarca, cujas despesas correrão por conta, única e exclusivamente, da adquirente.

Art. 7º. Fica autorizada a baixa dos imóveis descritos supra do patrimônio público, assim que cumpridas as exigências.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial, o inciso I, do art. 2º, da Lei 3.934/2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Xaxim,
18 de setembro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro
Procurador Geral do Município.

Aviso de Alteração Pregão 092/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE XAXIM
RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO PRESENCIAL N. 092/2014
PROCESSO LICITATÓRIO N. 193/2014.

O MUNICÍPIO DE XAXIM, através de seu Prefeito COMUNICA QUE: Fica alterado a fora de julgamento do referido Edital que tem por objeto Contratação de empresa para conserto do Micro ônibus Placa MCJ 0776 . O edital retificado encontra-se disposto no site www.xaxim.sc.gov.br .

As demais informações permanecem inalteradas.

Xaxim - SC, 19 de setembro de 2014.
IDACIR ANTONIO ORSO
Prefeito Municipal

Associações

AMMVI

Resolução 18/14

RESOLUÇÃO nº 18/14

Altera nomenclatura e referencia salarial no quadro de empregos permanentes da AMMVI, e dá outras providências.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, com fundamento nos artigos 82, 85 e 87 do Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI; e

Considerando-se a necessidade de alteração no Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI para racionalização das habilitações mínimas exigidas para ingresso em emprego vago, diante da ausência de interessados no Processo Seletivo nº 01/2014 e/ou limitação de profissionais disponíveis no mercado de trabalho;

Considerando-se a necessidade de pessoal para manutenção das atividades da AMMVI e dos Consórcios Públicos;

Considerando-se a deliberação da Diretoria Executiva da AMMVI, ad referendum da próxima Assembleia Geral;

RESOLVE:

Art. 1º - O Anexo 2 (Dos Empregos Permanentes) do Regulamento Geral do Quadro de Pessoal, aprovado pela AGO de 27/02/2008 e instituído pela Resolução nº 06/08, de 19/03/2008, fica alterado para o emprego abaixo, da seguinte forma:

Situação atual:

Nº de empregos	Denominação do Emprego	Cód. CBO	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Inicial	Habilitações Mínimas
....
01	Técnico em Informática (helpdesk)	3172-10	40 horas	54 a 73	Nível superior em bacharelado ou tecnólogo em Sistemas de Informação ou assemelhado
....

Nova situação:

Nº de empregos	Denominação do Emprego	Cód. CBO	Carga Horária Semanal	Referência Salarial Inicial	Habilitações Mínimas
....
01	Técnico de Apoio ao Usuário de Informática (helpdesk)	3172-10	40 horas	54 a 73	Cursando Nível superior em bacharelado ou tecnólogo em Sistemas de Informação ou semelhante, a partir do 4º semestre.
....

Art. 2º - O Anexo 7 (Das Atribuições e Descrição dos Empregos) do Regulamento Geral do Quadro de Pessoal, aprovado pela AGO de 27/02/2008 e instituído pela Resolução nº 06/08, de 19/03/2008, passa a vigorar com a alteração de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Resolução serão suportadas por créditos orçamentários e respectivas dotações consignadas no Orçamento Programa Anual da AMMVI.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 05 de Setembro de 2014;
45º Ano de Fundação.
SERGIO ALMIR DOS SANTOS
Presidente da AMMVI

Consórcios

CIGA

Resolução CIGA Nº 71, de 19 de Setembro de 2014

Resolução CIGA nº 71, de 19 de setembro de 2014

Aprova os valores para contratação do Sistema do Simples Nacional pelos municípios do território nacional localizados fora do Estado de Santa Catarina.

Conforme deliberado pela Assembleia Geral de 11 de fevereiro de 2014 o atendimento a municípios localizados fora do Estado de Santa Catarina, eu, Presidente do CIGA, no uso das atribuições que me confere o art. 20 do Contrato do Consórcio, baixo a seguinte resolução,

Art. 1º Aprova os valores de contratação do Sistema do Simples Nacional pelos municípios localizados fora do território de Santa Catarina, os quais foram definidos por faixas com base no número de habitantes do município, vide valores na tabela constante no Anexo I, que integra a presente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 19 de setembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito de Herval d'Oeste - SC

Presidente do CIGA

ANEXO I

TABELA DE VALORES

Faixa	Nº Habitantes	Valor Anual
1	Até 5.000	R\$ 1.740,00
2	De 5.001 até 10.000	R\$ 3.480,00
3	De 10.001 até 20.000	R\$ 5.520,00
4	De 20.001 até 50.000	R\$ 7.620,00
5	De 50.001 até 100.000	R\$ 10.380,00
6	De 100.001 até 250.000	R\$ 14.520,00
7	De 250.001 até de 500.000	R\$ 19.560,00
8	Acima de 500.000	R\$ 27.840,00

RESOLUÇÃO CIGA Nº 72, DE 19 DE SETEMBRO DE 2014

Resolução CIGA nº 72, de 19 de setembro de 2014

Concede acesso ao Sistema do Simples Nacional do CIGA aos Membros do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN).

Conforme acordado entre os membros do Conselho de Administração do Consórcio de Informática na Gestão Pública - CIGA e os Membros do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) na reunião do dia 11 de setembro de 2014 em Florianópolis, eu, Presidente do CIGA, no uso das atribuições que me confere o art. 20 do Contrato do Consórcio, e:

considerando o interesse de mútuo em prol do acompanhamento e fiscalização das empresas optantes do Simples Nacional;

considerando a constante evolução tecnológica necessária para o processamento de dados e informações das empresas do Simples Nacional;

considerando a necessidade de troca de informações e ações entre os Municípios, Estados e a União por se tratar de um regime

unificado de tributação;
considerando a economicidade gerada a partir de uma solução técnica de gestão do Simples Nacional de forma compartilhada;
considerando a soma de contribuição de conhecimentos e experiências que podem ser agregadas, baixo a seguinte resolução:
Art. 1º Autorizo a disponibilização de acesso ao Sistema de Simples Nacional do CIGA aos Membros do Comitê Gestor do Simples Nacional.

Art. 2º Por indicação da Secretaria Executiva do CGCN, poderão ser estendidos acessos a colaboradores indiretos do CGCN, como funcionários da Receita Federal do Brasil, membros dos Grupos Temáticos e representantes de outras entidades.

Art. 3º O acessos tratados nesta resolução ficam limitados a capacidade técnica instalada atualmente no CIGA, não gerando obrigações de processamento particular de outros Entes que já não sejam previstos em convênios ou contratos de rateios já pactuados com CIGA.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 19 de setembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito de Herval d'Oeste - SC

Presidente do CIGA

Resolução CIGA Nº 73, de 19 de Setembro de 2014

Resolução CIGA nº 73, de 19 de setembro de 2014

Concede atendimento emergencial temporário aos municípios com problemas relacionados ao Programa de Registro Mercantil Integrado - REGIN em Santa Catarina.

Conforme pedido de atendimento emergencial realizado pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC pelo ofício GABP N. 115/2014, visando apoio deste consorcio no atendimento de municípios com problemas técnicos, problemas de comunicação ou relacionados a versão desatualizada do sistema Regin, eu, Presidente do CIGA, no uso das atribuições que me confere o art. 20 do Contrato do Consórcio, baixo a seguinte resolução:

Art. 1º Autorizo a equipe técnica do CIGA a realizar atendimentos emergenciais do programa Regin com a atual estrutura de DataCenter e versão atualizada do programa, para municípios de Santa Catarina que não tenham contrato, ou ainda, que não sejam consorciados.

Art. 2º Estes trabalhos ficam limitados a 31 de dezembro do ano corrente, prazo considerado suficiente para que os municípios avaliem a ferramenta e os serviços e tomem, se desejarem, as providencias necessárias a sua regularização contratual que pode incluir a necessidade de consorciamento ao CIGA.

Florianópolis, 19 de setembro de 2014.

Nelson Guindani

Prefeito de Herval d'Oeste - SC

Presidente do CIGA

CIMCATARINA

Resolução Nº 0025_2014

Resolução n. 0025/2014.

Dispõe sobre a contratação temporária de excepcional interesse público de Analista Técnico em Gestão de desenvolvimento Regional - II e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar a Sra. IDIANE CAETANO GONÇALVES, brasileira, casada portadora de RG n. 6.832.567, inscrita no CPF sob n. 074.684.759-97, residente e domiciliado na cidade de Videira, SC, para exercer a função pública de Analista Técnico em Gestão de desenvolvimento Regional - II com carga horária de 40(quarenta) horas semanais, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, com remuneração, funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto.

Art. 2º. O prazo de contratação inicia-se em 22 de setembro de 2014 e termina em 31 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado até o limite previsto no parágrafo segundo, do artigo 46, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo, 19 de setembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIMVI

Contrato Nº 015/2014 - Serviços de Pedreiro

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 015/2014

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: Marcos Steffen

OBJETO: Serviços de pedreiro

VALOR: R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2014.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 15 de SETEMBRO de 2014.

HARTWIG PERSUHN

Presidente

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL - SET 2013 A AGO 2014

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSÓRCIOS PÚBLICOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PERÍODO DE REFERÊNCIA: Setembro/2013 a Agosto/2014

RGF – ANEXO 1 (Portaria STN nº 72, art. 15, inciso IV, a)

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	62.479,29	0,00
Pessoal Ativo	62.479,29	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc. (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	118.067,23	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração.	118.067,23	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)	(55.587,94)	0,00
DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)	0,00	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (V) = (IIIa + IIIb)	(55.587,94)	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (VI) = (IVa + IVb)	0,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (V + VI)		

DESPESA BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
Município de Apiúna	15.904,38	10.060,89
Município de Asourra	12.271,45	7.779,81
Município de Benedito Novo	17.107,73	10.815,74
Município de Blumenau	0,00	0,00
Município de Botuverá	0,00	0,00
Município de Brusque	0,00	0,00
Município de Doutor Pedrinho	5.965,10	3.773,92
Município de Gaspar	0,00	0,00
Município de Guabiruba	0,00	0,00
Município de Indaial	90.713,25	57.386,93
Município de Pomerode	45.964,67	29.089,48
Município de Rio dos Cedros	17.033,66	10.780,17
Município de Rodeio	18.067,15	11.427,31
Município de Timbó	60.931,48	38.557,22
Total	283.958,87	179.671,47

Fonte: Sistema ATENDE.NET - GRP Software de Gestão Pública, Unidade Responsável, Data de emissão 19/09/2014, Hora de emissão 14h e 18m.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.